



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

**SHANTI NITYA MARENGO**

**SANTO AMARO-BA:**  
**UM LUGAR DE MUITOS LUGARES**

Salvador

2016

SHANTI NITYA MARENGO

**SANTO AMARO-BA:  
UM LUGAR DE MUITOS LUGARES**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia sob orientação do Professor Doutor Wendel Henrique Baumgartner.

Salvador  
2016

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca do Instituto de Geociências – UFBA

M324 Marengo, Shanti Nitya  
Santo Amaro-BA: um lugar de muitos lugares / Shanti Nitya  
Marengo.- Salvador, 2015.  
421 f. : il. Color.

Orientador: Prof. Dr. Wendel Henrique Baumgartner  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de  
Geociências, 2015.

1. Geografia urbana - Santo Amaro (BA). 2. Santo Amaro (BA)  
- Cidades e vilas. 3. Paisagem urbana - Santo Amaro (BA). I.  
Baumgartner, Wendel Henrique. II. Universidade Federal da Bahia  
. III. Título.

CDU: 911.375.5

TERMO DE APROVAÇÃO

**SANTO AMARO: UM LUGAR DE MUITOS LUGARES.**

**SHANTI NITYA MARENGO**

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Wendel Henrique Baumgartner**  
Doutor em Geografia  
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.

**Profa. Dra. Catherine Prost**  
Doutora em Geopolítica  
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.

**Dr. Ricardo Hirata Ferreira**  
Doutor em Geografia (Geografia Humana)  
Pesquisador do NEGDS, UFSCar, Brasil.

**Prof. Dr. Janio Roque Barros de Castro**  
Doutor em Arquitetura e Urbanismo  
Departamento de Ciências Humanas, UNEB, Brasil.

**Prof. Dr. Roney Guzmão do Carmo**  
Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade  
Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, UFRB, Brasil.

Aprovada em Sessão Pública de 11/12/2015.

Dedico essa tese aos meus filhos – Bento e Marina – que chegaram enquanto a escrevi e a vó Guga e Suzana que partiram antes que eu a terminasse.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família (tio Mário, tia Dora, minha vó-mãe Ziza e tia Lia) por ter suportado durante o tempo do doutorado minha presença-ausência. À minha mulher e aos meus filhos, especialmente, eu agradeço. Toda motivação para escrever esse trabalho vinha de sabê-los perto, de sabe-los meus. Eu sou de vocês.

Agradeço ao meu orientador, Professor Wendel Henrique por tudo, pela paciência, pela impaciência, pela sinceridade, pela cumplicidade. Obrigado pelas ideias e pela estrutura que me disponibilizou através do Citeplan. Sem dúvida nenhuma, sem essa estrutura a realização desse trabalho seria bem mais difícil.

Agradeço ao professor Pedro Vasconcelos, pelas contribuições que fez na disciplina Seminários Avançados e enquanto fez parte da banca. Suas observações sempre foram relevantes e pertinentes.

Agradeço a professora Maria Duarte Paes por sua contribuição enquanto fez parte da banca. Elas foram muito importantes na qualificação do projeto e me fizeram ver, um pouco, a dimensão do trabalho que tinha pela frente.

Agradeço os professores que fazem parte da banca hoje: Catherine Prost por me fazer repensar minha forma de escrever; Jânio Castro pela reflexão cuidadosa, pelas observações. Você nos encorajou a fazer muitas das reformulações que, sabíamos, precisávamos fazer; Ricardo Hirata, pela convergência das recomendações e; a Roney do Carmo, por ter aceito participar da banca e por estudar Santo Amaro. Esse encontro foi bastante importante. Todos os professores pareceristas da pré-banca convergiram em vários das propostas quanto às mudanças que precisavam ser feitas no trabalho. Isso foi bom.

Agradeço ao programa de pós-graduação em Geografia da UFBA e ao professor Puentes, coordenador do programa de pós-graduação em Geografia da UFBA, por todas as possibilidades que me ofereceu para começar e terminar esse trabalho. Agradeço aos funcionários Itanajara e Dirce, do programa de pós-graduação, por todo suporte que puderam me fornecer e gentileza com que sempre me atenderam.

Agradeço à Fapesb que me possibilitou a bolsa de doutorado, sem a qual a execução deste trabalho seria insustentável.

Agradeço aos colegas do Citeplan, Elissandro, Livia e Mayara, especialmente,

pelas conversas sobre Geografia.

Agradeço aos colegas e amigos do curso de Geografia, especialmente aqueles que me propiciaram aquelas conversas iluminadoras: André Nunes, Ednizia Khun, Geny ente eles.

Agradeço aos amigos e parceiros que me ajudaram na realização da tese: Vinicius (pelo ouvido e pelos mapas), Rainer (pelo companheirismo, pela força), Suelem (pela transcrição das entrevistas, pelo compromisso).

Agradeço a CONDER pelas ortofotos de Santo Amaro que me possibilitaram a construção da maior parte dos mapas relacionados à cidade de Santo Amaro.

Agradeço as pessoas, conhecidos, amigos, parentes, que me ajudaram na realização desse trabalho, direta e indiretamente, em Santo Amaro e em Salvador: Ednilson, Suzana, Marquinhos, Didi, Rafinha, Babien, Arnaldo Ramos, Seu Vanderley, Sidney, Nego Santo, vô Filinho, vô Guga e mais tantos que não consigo lembrar porque a lista é enorme.

## RESUMO

Nesse trabalho nos incumbimos de pensar a produção e a reprodução do lugar através das relações que o constituem e o particularizam diante do espaço geográfico. Ao mesmo tempo procuramos observar como esse mesmo lugar participa da constituição dessas relações. Realizamos essa tarefa em uma pequena cidade do Recôncavo baiano chamada Santo Amaro, nos utilizando de duas abordagens teórico-metodológicas fundamentais: uma de orientação marxista, através dos autores Henri Lefebvre e Milton Santos, principalmente; e outra de orientação pós-estruturalista, através da autora Doreen Massey. Assim o fizemos por reconhecer que ambas as abordagens são inclusivas e críticas, capazes de contribuir na construção de um panorama amplo dos processos que explicam o lugar, suas relações constitutivas e sua conectividade, através das referidas relações, com os outros lugares. Ao longo de todo esse processo de construção tivemos o cuidado de não privilegiarmos quaisquer das dimensões sociais – econômica, política e cultural – da existência e observamos todas elas, pondo os sujeitos sociais como ponto de partida assim como suas respectivas produções cotidianas.

**Palavras-chaves:** lugar, Santo Amaro, pequena cidade, abordagem de orientação marxista, abordagem de orientação pós-estruturalista.

## ABSTRACT

In this work we are committed to thinking the production and reproduction of the place through the relationships that constitute and particularize it before the geographical space. At the same time, we tried to see how this same place participates in the establishment of these relations. We performed this task in Santo Amaro, a small town from a region known as Reconcavo of Bahia. We used two essential theoretical-methodological approaches: a Marxist orientation, mainly by Henri Lefebvre and Milton Santos, and the other Post-structuralist orientation, by Doreen Massey. We did so by recognizing that both approaches are inclusive and critical and able to contribute in building a comprehensive panorama of the processes that explain the place, their constituent relations and their connectivity through the referred relations with other places. Throughout the development process, we were careful not to privilege any social dimensions - economic, political and cultural - of the existence. We decided to observe all of them, putting the social subject as a starting point as well as their respective daily production.

**Keywords:** place, Santo Amaro-BA, small town, Marxist orientation approach, Post-structuralist orientation approach.



## LISTA DE FIGURAS:

|             |   |        |
|-------------|---|--------|
| Figura 1 -  | Saveiros ancorados no rio Subaé, próximos a ponte que atualmente é chamada de Ponte da Moringa. Primeira metade do século XX. Autor desconhecido .....  | p. 159 |
| Figura 2 -  | Praça da Purificação, na primeira metade do século XX, ainda com os dois coretos e o Paço Municipal ao fundo. Autor desconhecido .....  | p. 161 |
| Figura 3 -  | O bonde da Companhia Trilhos Urbanos. Primeira metade do século XX. Autor desconhecido .....  | p. 163 |
| Figura 4 -  | O porto do Conde, fotografado a partir da embarcação. Primeira metade do século XX. Autor desconhecido .....  | p. 163 |
| Figura 5 -  | As ruínas do porto do Conde. Acervo de Shanti Marengo. 2013.  | p. 163 |
| Figura 6 -  | As ruínas do porto do Conde. Acervo de Shanti Marengo. 2013.  | p. 164 |
| Figura 7 -  | Dona Canô com os filhos Irene, Betânia, Caetano, Nicinha e Mabel (em pé, da esquerda para direita). Sentados, no mesmo sentido: Roberto, Clara Maria e Rodrigo. Fotografia de 1990. Autora: Maria Sampaio ..... | p. 170 |
| Figura 8 -  | Dona Canô e a Igreja de Nossa Senhora da Purificação. Autor desconhecido. Publicada em 26/12/2012 .....   | p. 171 |
| Figura 9 -  | Os tanques do Corea, no bairro da Caieira. Acervo de Shanti Marengo. 2015 .....   | p. 176 |
| Figura 10 - | Chaminé da antiga fábrica da COBRAC. A foto foi tirada do alto da Ladeira das Virgens, no bairro do Sacramento. Acervo de Shanti Marengo. 2014 .....  | p. 176 |
| Figura 11 - | As casas em Santo Amaro anunciam, em suas fachadas, produtos para a venda direta. Acervo de Shanti Marengo. Set. de 2014 .....  | p. 212 |
| Figura 12 - | As casas em Santo Amaro anunciam, em suas fachadas, produtos para a venda direta. Acervo de Shanti Marengo. Set. de 2014 .....  | p. 212 |
| Figura 13 - | Ambulante vendendo sua mercadoria de porta em porta. Acervo de Shanti Marengo. 07/2012 .....  | p. 216 |
| Figura 14 - | Uma “venda” improvisada na frente da casa de um morador no bairro Candolândia. Acervo de Shanti Marengo. 2013 .....   | p. 216 |
| Figura 15 - | Na frente de uma residência um anúncio “Temos edredons colchas casal e solteiro”. No bairro Verde Vale. Acervo de Shanti Marengo. 2015 .....  | p. 216 |
| Figura 16 - | A feira vista do alto .....   | p. 217 |
| Figura 17 - | Antigo mercado municipal de Santo Amaro. Autoria desconhecida. Sem data .....   | p. 218 |

|             |   |        |
|-------------|---|--------|
| Figura 18 - | Desenho de Zilda Paim .....   | p. 218 |
| Figura 19 - | Área da feira onde se vende legumes e frutas. Acervo de Shanti Marengo. 08/2012 .....   | p. 221 |
| Figura 20 - | Parcela da feira especializada em confecções deslocada, em 2013, para frente do posto de manutenção da FCA (antiga Leste Brasileira, no fundo da imagem). Acervo de Shanti Marengo ....   | p. 224 |
| Figura 21 - | Parcela da feira especializada em confecções, em 2015, no último espaço para o qual foi deslocada, próximo a rodoviária. Acervo de Shanti Marengo .....   | p. 224 |
| Figura 22 - | Aviso da prefeitura de transferência dos feirantes de confecções e “produtos não-alimentícios” para o espaço próximo a rodoviária do município, chamado de “campo de arroz”, que é onde estão os referidos feirantes hoje ..... | p. 224 |
| Figura 23 - | Rio Subaé sujo graças ao lixo deixado pela atividade da feira. Acervo de Shanti. 2013 .....   | p. 226 |
| Figura 24 - | Projeto de um futuro mercado vertical para alocar os feirantes de Santo Amaro. Foi elaborado por uma empresa de Salvador, a DOMO, especializada em projetos arquitetônicos e culturais ..                                       | p. 227 |
| Figura 25 - | Barraca no mercado anunciando a disponibilidade da máquina de cartão de crédito. Acervo de Shanti Marengo. 22/09/2014 ....  | p. 229 |
| Figura 26 - | Feirantes vendem peixes e mariscos expostos no chão, na feira de Santo Amaro. Cenas assim ainda existem, nos dias atuais, na mesma feira. Autoria da foto: Maria Sampaio, no livro “Recôncavo”, de 1985 .....                   | p. 231 |
| Figura 27 - | Barracas em processo de montagem no dia anterior a feira de segunda. Acervo de Shanti Marengo. 2013 .....   | p. 233 |
| Figura 28 - | Peças de uma barraca de feira sendo transportada, em carrinho de mão, pela pessoa que irá montá-la. Acervo de Shanti Marengo. 2013 .....  | p. 233 |
| Figura 29 - | Barracas em processo de montagem no dia anterior a feira de segunda, no espaço mais recente destinado à seção de confecções. Acervo de Shanti Marengo. 2015 .....   | p. 233 |
| Figura 30 - | O ponto da Ponte da Moringa, na segunda metade do século XX. Autor desconhecido .....   | p. 235 |
| Figura 31 - | O ponto em 2014. Acervo de Shanti Marengo .....   | p. 235 |
| Figura 32 - | Fotografia de cartaz de divulgação dos cursos do ITEBA. O cartaz estava exposto em parede visível ao público. Acervo de Shanti Marengo. 25/09/2014 .....  | p. 237 |
| Figura 33 - | Fotografia de cartaz divulgando curso para formação de mão-de-obra técnica industrial. Acervo de Shanti Marengo. 2013 .....   | p. 239 |
| Figura 34 - | Anúncio divulgando curso para formação de mão-de-obra técnica industrial. Esse estava no localizado em pátio de posto de gasolina no bairro Sinimbu. Acervo de Shanti Marengo.  | p. 239 |

|             |  |        |
|-------------|--|--------|
|             | 10/2012 .....  |        |
| Figura 35 - | Caminhões carregados bambu atravessam a cidade de Santo Amaro em direção à fábrica da Penha Papéis na rodovia BA 878. Acervo de Shanti Marengo. 25/09/2014 ..... | p. 243 |
| Figura 36 - | Idem .....   | p. 243 |
| Figura 37 - | Cruzeiro que serve como ponto de referência do limite entre a Caieira e o Trapiche de Baixo. Acervo de Shanti Marengo. 2015 .....                                | p. 257 |
| Figura 38 - | Caixa D'Água que dá nome ao bairro no qual a mesma se localiza. Acervo de Shanti Marengo. 2011 .....   | p. 260 |
| Figura 39 - | Residência de vários pavimentos com largura pouco maior que uma janela. Acervo de Shanti Marengo. 2013 .....   | p. 264 |
| Figura 40 - | Residências construídas às margens do rio Subaé, em Santo Amaro. Acervo de Shanti Marengo. 2012 .....  | p. 264 |
| Figura 41 - | Idem .....   | p. 264 |
| Figura 42 - | Casas de autoconstrução, na Ladeira das Virgens. Acervo de Shanti Marengo. 24/09/2014 .....  | p. 266 |
| Figura 43 - | Casas de autoconstrução. Acervo de Shanti Marengo. 2014 .....  | p. 266 |
| Figura 44 - | Casas de autoconstrução no bairro do Bonfim, na rua da "Linha". Acervo de Shanti Marengo. 2013 .....   | p. 267 |
| Figura 45 - | Casas de autoconstrução na rua Ferreira Bandeira. Acervo de Shanti Marengo. 2013 .....   | p. 267 |
| Figura 46 - | Casas de autoconstrução no Invasão Nova Santo Amaro. Acervo de Shanti Marengo. 2013 .....  | p. 267 |
| Figura 47 - | Casas de autoconstrução no bairro Caixa D'Água. Acervo de Shanti Marengo. 2013 .....   | p. 267 |
| Figura 48 - | Ocupação recente próxima ao bairro Nova Santo Amaro. Acervo de Shanti Marengo. 22/09/2014 .....  | p. 273 |
| Figura 49 - | Idem .....   | p. 273 |
| Figura 50 - | Anúncios de venda de imóveis afixados em paredes visíveis ao público. Acervo de Shanti Marengo. 08/2012 .....  | p. 274 |
| Figura 51 - | Anúncios de venda de imóveis afixados em paredes visíveis ao público. Acervo de Shanti Marengo. 08/2012 .....  | p. 274 |
| Figura 52 - | Antenas de TV nos telhados de residências no bairro da Caieira, mais especificamente no Tauá. Acervo de Shanti Marengo. 2013 .....                               | p. 281 |
| Figura 53 - | Antenas de TV nos telhados de residências, em Santo Amaro. Autoria de Herculano Neto. 2012 .....   | p. 281 |
| Figura 54 - | Logo-símbolo da gestão de Genebaldo Correia. Escâner de propaganda política da gestão referida .....   | p. 293 |

|             |  |        |
|-------------|--|--------|
| Figura 55 - | Logo-símbolo da gestão do prefeito João Melo. Escâner de propaganda política da gestão referida .....  | p. 293 |
| Figura 56 - | Logo-símbolo usado na primeira gestão do prefeito Ricardo Machado .....  | p. 294 |
| Figura 57 - | Logo-símbolo usado na segunda gestão do prefeito Ricardo Machado .....   | p. 294 |
| Figura 58 - | Texto de Zilda Paim extraído de <i>blog</i> que fora administrado pela mesma .....   | p. 295 |
| Figura 59 - | Na fachada do comitê de campanha, a imagem do prefeito ladeada por duas outras: uma, a “baianinha” carregando uma quartinha; e outra, um “nêgo fugido”. Acervo de Shanti Marengo. 2012 .....   | p. 298 |
| Figura 60 - | Na fachada do comitê de campanha, as imagens da silhueta da igreja de Nossa Senhora da Purificação e de duas mãos tocando instrumentos (um pandeiro e uma viola) utilizados na execução do samba de roda. Acervo de Shanti Marengo. 2012 ..... | p. 298 |
| Figura 61 - | Imagens usadas por Flaviano Bonfim em sua campanha de pré-candidatura, no <i>facebook</i> .....  | p. 300 |
| Figura 62 - | Idem .....   | p. 300 |
| Figura 63 - | Loteamento do Programa Minha Casa Minha Vida, na rodovia BA 878, “saindo” da cidade. Acervo de Shanti Marengo. 2014 .  | p. 305 |
| Figura 64 - | Loteamento do Programa Minha Casa Minha Vida, próximo a subestação. Autoria da Prefeitura de Santo Amaro, 2015 .....   | p. 305 |
| Figura 65 - | Fila, em frente à Secretaria de Assistência Social, para cadastro no programa Minha Casa Minha Vida. Autoria: Prefeitura de Santo Amaro, 25/03/2015 .....  | p. 306 |
| Figura 66 - | <i>Layout</i> do material impresso que circulou por Santo Amaro pedindo a adesão da UFRB ao município.   | p. 307 |
| Figura 67 - | Faixa de apoio a UFRB, em uma casa de autoconstrução. Acervo de Shanti Marengo. 07/2012.   | p. 307 |
| Figura 68 - | Carrinhos doados para vendedores ambulantes pelo governo estadual, via prefeitura. Autoria: Prefeitura de Santo Amaro, 01/05/2014 .....  | p. 312 |
| Figura 69 - | Fila em frente à escola do município, onde os ambulantes que trabalham na festa da Purificação buscam seus kits (isopor, camisa e crachá). Autoria: Prefeitura de Santo Amaro, 23/01/2015 .....  | p. 313 |
| Figura 70 - | Palacete Aramaré. Autoria: Armando Costa Pinto, nos anos de 1940, aproximadamente .....  | p. 316 |
| Figura 71 - | Palacete Aramaré. Fotografia de autor desconhecido. Anos 2000 .....  | p. 316 |
| Figura 72 - | O Irapuru, quando Gynasio Santoamarense, na primeira metade  | p. 317 |

|             |   |        |
|-------------|---|--------|
|             | do século XX. Autor desconhecido .....  |        |
| Figura 73 - | O Irapuru, atualmente. Acervo de Shanti Marengo. 23/09/2014.  | p. 317 |
| Figura 74 - | Ruínas da Siderúrgica Trzan (também chamada Siderúrgica Santo Amaro). Acervo de Shanti Marengo. 02/2011 .....   | p. 317 |
| Figura 75 - | Fachada do supermercado TodoDia, aproveitada de uma edificação anterior, mais antiga. Acervo de Shanti Marengo 01/2011 .....  | p. 318 |
| Figura 76 - | Fachada de uma propriedade particular, reformada. Não existe mais a residência. Acervo de Shanti Marengo. 01/2011 .....   | p. 318 |
| Figura 77 - | Ônibus fretados para atividade turística parados em frente à igreja matriz. Acervo de Shanti Marengo. 08/2012 .....   | p. 319 |
| Figura 78 - | Memorial (de 2008) às vítimas da explosão no mercado, em 1958. Acervo de Shanti Marengo. 2013 .....   | p. 321 |
| Figura 79 - | Imagem da cidade alagada em 2010 .....  | p. 322 |
| Figura 80 - | Fotografia aérea da cidade alagada em 2015 .....  | p. 323 |
| Figura 81 - | Fotografia de um cartaz promovendo encontro de capoeira na Alemanha em 1988. Acervo de Shanti Marengo. 10/2012 .....  | p. 330 |
| Figura 82 - | Cartaz de divulgação do lançamento do sítio virtual “Samba de Nicinha” .....  | p. 334 |
| Figura 83 - | Divulgação do lançamento do sítio virtual “Samba de Nicinha” na forma de <i>banner</i> exposto na fachada do paço municipal. Acervo de Shanti Marengo. 2012 .....                               | p. 334 |
| Figura 84 - | Detalhe do material de divulgação, “recortado”. Os apoiadores e patrocinadores de sítio virtual: a Asseba, o governo federal, a Petrobrás e a produtora cultural Plataforma de Lançamento ..... | p. 335 |
| Figura 85 - | Capa do CD do grupo Chula de São Braz .....   | p. 337 |
| Figura 86 - | Cartaz de divulgação (com imagem do sambadeiro João do Boi) da apresentação do Chula de São Braz em Londres .....   | p. 337 |
| Figura 87 - | Fotografia do cartaz, exposto em parede visível ao público, do Ponto de Cultura <i>Ilê Axé Ojú Onirê</i> divulgando os cursos que oferece. Acervo de Shanti Marengo. 08/2012 .....              | p. 340 |
| Figura 88 - | Cartaz divulgando o encontro das duas manifestações culturais tombadas como patrimônio imaterial pela UNESCO .....  | p. 341 |
| Figura 89 - | Cartaz divulgando o seminário de turismo étnico-afro em Santo Amaro .....   | p. 341 |
| Figura 90 - | Fotografia de cartaz de divulgação sobre show de samba na Casa do Samba. Notar no rodapé do cartaz o “Samba chula de São Braz”. Acervo de Shanti Marengo. 2013 .....                            | p. 342 |
| Figura 91 - | Faixa anunciando caruru, oferecido pela paróquia do Rosário, na Casa do Samba. Acervo de Shanti Marengo. 2014 .....   | p. 342 |
| Figura 92 - | Cartaz de divulgação de evento da ACARBO .....  | p. 344 |

|              |  |        |
|--------------|--|--------|
| Figura 93 -  | Palco principal da festa da Purificação. Acervo de Shanti Marengo. 2011 .....  | p. 352 |
| Figura 94 -  | Lugares onde estavam sendo vendidos os abadás para quem quisesse participar dos blocos na Lavagem da Purificação. Acervo de Shanti Marengo. 01/2011 .....        | p. 354 |
| Figura 95 -  | Idem .....   | p. 354 |
| Figura 96 -  | Idem .....   | p. 354 |
| Figura 97 -  | Cordeiros trabalhando. Acervo de Shanti Marengo. 2013 .....  | p. 354 |
| Figura 98 -  | Idem .....   | p. 354 |
| Figura 99 -  | <i>Outdoor</i> da rodoviária divulgando a Festa da Purificação. Acervo de Shanti Marengo. 01/2011 .....  | p. 358 |
| Figura 100 - | O samba de roda é homenageado pela Festa da Purificação 2006. Escâner de um folder da época .....  | p. 359 |
| Figura 101 - | Grafite da face de Caetano Veloso em três momentos. Exposto em parede visível ao público. Acervo de Shanti Marengo. 01/2012 .....                                | p. 359 |
| Figura 102 - | <i>Outdoor</i> da rodoviária divulgando a Festa da Purificação. Acervo de Shanti Marengo. 01/2012 .....  | p. 359 |
| Figura 103 - | Tema do material de divulgação da Festa da Purificação 2013 ...  | p. 360 |
| Figura 104 - | Logo tema da Festa da Purificação 2014 .....   | p. 361 |
| Figura 105 - | Tema do material de divulgação da Festa da Purificação 2015 ...  | p. 361 |
| Figura 106 - | Cartaz virtual de divulgação da Festa da Purificação 2016 .....  | p. 362 |
| Figura 107 - | Idem .....   | p. 363 |
| Figura 108 - | Idem .....   | p. 363 |
| Figura 109 - | Fotografias de cartazes improvisados expostos nas fachadas das residências, em Santo Amaro, durante a Festa da Purificação. Acervo de Shanti Marengo. 2013 ..... | p. 365 |
| Figura 110 - | Idem .....   | p. 365 |
| Figura 111 - | Carros de mão servem, durante a festa, para dar flexibilidade na movimentação do vendedor ambulante. Acervo de Shanti Marengo. 2013 .....                        | p. 365 |
| Figura 112 - | Uma catadora de latas de bebida durante a Festa da Purificação. Acervo de Shanti Marengo. 2013 .....   | p. 365 |
| Figura 113 - | Multidão na rua Ferreira Bandeira, por onde os blocos passam no atual percurso. Acervo de Shanti Marengo. 2013 .....   | p. 366 |
| Figura 114 - | <i>Outdoor</i> da rodoviária divulgando a festa de São João. Acervo de Shanti Marengo. 2012 .....  | p. 367 |
| Figura 115 - | A rua Viana Bandeira decorada por bandeirolas, nas festas juninas de 2012. Acervo de Shanti Marengo .....  | p. 368 |

|   |        |
|---|--------|
| Figura 116 - Fogueira estilizada montada com garrafas PET, mais balões. Decoração junina de 2012, na rua Viana Bandeira. Acervo de Shanti Marengo .....   | p. 369 |
| Figura 117 - <i>Banner</i> da decoração das festas juninas de Santo Amaro, em 2013. Acervo de Shanti Marengo .....  | p. 369 |
| Figura 118 - Palco montado na praça do Riachuelo, Trapiche Baixo, para a exibição dos artistas nas festas juninas de 2012. Acervo de Shanti Marengo ..... | p. 369 |
| Figura 119 - Barracas montadas pela Skol, na praça do Riachuelo, em 2012, para as festas juninas. Acervo de Shanti Marengo .....                          | p. 370 |
| Figura 120 - Decoração junina da praça do Riachuelo, em 2012. A praça tinha sido recentemente reformada. Acervo de Shanti Marengo .....                   | p. 370 |
| Figura 121 - O São João 2012 homenageava Dona Canô. Escâner de cartaz ..  | p. 371 |
| Figura 122 - Rua de Santo Amaro fotografada durante as festas juninas. Autoria de Maria Sampaio.1985 .....  | p. 372 |
| Figura 123 - Fogueiras em frente das residências na época das festas juninas. Acervo de Shanti Marengo. 2012 .....  | p. 373 |
| Figura 124 - Idem .....   | p. 373 |
| Figura 125 - Fogueiras, prontas para usar, sendo vendidas na rua do Imperador. Acervo de Shanti Marengo. 2012 .....                                       | p. 373 |
| Figura 126 - Cartazes na fachada da casa anunciam a venda de fogos e licor. Acervo de Shanti Marengo. 2012 .....  | p. 374 |
| Figura 127 - O cartaz anuncia a venda de bebida através de grades nas janelas. Acervo de Shanti Marengo. 2012 .....                                       | p. 374 |
| Figura 128 - Faixa anuncia venda de fogos de artifício e licor de Cachoeira. Notar as grades nas janelas. Acervo de Shanti Marengo. 2012 ...              | p. 374 |
| Figura 129 - Pessoas fotografando a entrega do presente do Bembé, no povoado de Itapema. Acervo de Shanti Marengo. 2012 .....                             | p. 376 |
| Figura 130 - Pessoas fotografando o cenário do Bembé, que ocorreria mais a noite, naquele mesmo dia. Acervo de Shanti Marengo. 2013 ..                    | p. 377 |
| Figura 131 - Cartaz virtual de divulgação do Bembé do Mercado 2011 .....  | p. 378 |
| Figura 132 - Cartaz virtual de divulgação do Bembé do Mercado 2012 .....  | p. 378 |
| Figura 133 - Cartaz virtual de divulgação do Bembé do Mercado 2014 .....  | p. 378 |
| Figura 134 - <i>Flyer</i> virtual sobre divulgação de concurso de fotografia sobre o Bembé do Mercado 2015 .....  | p. 381 |
| Figura 135 - <i>Outdoor</i> , em Santo Amaro, divulgando evento evangélico na cidade. Do acervo de Shanti Marengo. 2012 .....                             | p. 382 |
| Figura 136 - Cartaz de divulgação do evento evangélico Santo Amaro em Adoração, de 2013 .....   | p. 383 |

## LISTA DE GRÁFICOS:

|              |  |        |
|--------------|--|--------|
| Gráfico 1 -  | Taxa de frequência e conclusão no ensino fundamental em Santo Amaro, 1991-2010 .....                       | p. 182 |
| Gráfico 2 -  | População de Santo Amaro-BA (1980-2014) .....  | p. 184 |
| Gráfico 3 -  | Taxa de fertilidade (nascimentos/mil mulheres) em Santo Amaro-BA (1999-2013) .....                         | p. 184 |
| Gráfico 4 -  | Repasse estaduais (em reais) para Santo Amaro-BA (2001-2014) .....   | p. 185 |
| Gráfico 5 -  | Transferências (em reais) de recursos da União para Santo Amaro-BA (2004-2014) .....                       | p. 186 |
| Gráfico 6 -  | Receita orçamentária corrente de Santo Amaro-BA (2001-2014) .....  | p. 186 |
| Gráfico 7 -  | Arrecadação tributária municipal de Santo Amaro-BA - IPTU (2001-2014) .....                                | p. 187 |
| Gráfico 8 -  | Arrecadação tributária municipal de Santo Amaro-BA – ISS (201-2014) .....                                  | p. 187 |
| Gráfico 9 -  | Renda per capita média, em reais, em Santo Amaro e no Brasil (2000-2012) .....                             | p. 188 |
| Gráfico 10 - | Salário médio mensal do trabalhador em Santo Amaro e no Brasil (2006-2012) .....                           | p. 189 |
| Gráfico 11 - | Frota de veículos (automóvel e motocicleta) em Santo Amaro (2001-2013) .....                               | p. 200 |
| Gráfico 12 - | Repasse do IPVA para Santo Amaro (2000-2011) .....   | p. 200 |
| Gráfico 13 - | Número de servidores municipais em Santo Amaro (2004-2012) .....   | p. 203 |
| Gráfico 14 - | Proporção (em porcentagem) de moradores segundo a condição de ocupação, em Santo Amaro (1991 e 2010) ..... | p. 261 |
| Gráfico 15 - | Número mensal de benefícios sociais pagos pelo PBF em Santo Amaro (2004-2015) .....                        | p. 303 |

## LISTA DE TABELAS:

|            |  |        |
|------------|--|--------|
| Tabela 1 - | Ranking municipal pelo PIB per capita, nacional e estadual, na Bahia (1999-2012) ..... | p. 188 |
| Tabela 2 - | Número de pessoas ocupadas por setor de atividade (2010) .....                         | p. 190 |
| Tabela 3 - | Número de empregos ativos formais em 31/12 de cada ano, por                            | p. 191 |



|            |  |        |
|------------|--|--------|
|            | setor, no município de Santo Amaro (2012, 2013, 2014) .....                    |        |
| Tabela 4 - | Participação das atividades econômicas no PIB, em percentual (1999-2012) ..... | p. 201 |
| Tabela 5 - | Valor total dos benefícios pagos pelo PBF em Santo Amaro (2004-2015) .....     | p. 303 |

#### LISTA DE MAPAS:

|           |   |        |
|-----------|---|--------|
| Mapa 1 -  | Recôncavo Histórico .....   | p. 134 |
| Mapa 2 -  | Municípios que sediam os campi da UFRB (2015) .....                     | p. 148 |
| Mapa 3 -  | Relevo da cidade de Santo Amaro-BA (2014) .....                         | p. 167 |
| Mapa 4 -  | Distritos, povoados e localidades de Santo Amaro e Saubara (2014) ..... | p. 197 |
| Mapa 5 -  | Pontos de mototáxi e van (2014) .....                                   | p. 199 |
| Mapa 6 -  | Feira de Santo Amaro até 2013 .....                                     | p. 220 |
| Mapa 7 -  | Feira de Santo Amaro a partir de 2013 .....                             | p. 223 |
| Mapa 8 -  | Santo Amaro, municípios vizinhos e RMS: zonas industriais (2014) .....  | p. 240 |
| Mapa 9 -  | Lugares da cidade de Santo Amaro (2014) .....                           | p. 255 |
| Mapa 10 - | Rendimento nominal médio das pessoas em Santo Amaro (2014) .....        | p. 268 |
| Mapa 11 - | Evolução da mancha urbana de Santo Amaro (1996 e 2015) .....            | p. 271 |
| Mapa 12 - | Loteamento Minha Casa Minha Vida em Santo Amaro (2014) .....            | p. 304 |
| Mapa 13 - | Configuração da Festa da Purificação (2010-2015) .....                  | p. 350 |
| Mapa 14 - | Trajeto dos blocos na Festa da Purificação até 2014 .....               | p. 351 |
| Mapa 15 - | Trajeto do Bembé do Mercado .....                                       | p. 379 |

#### LISTA DE SIGLAS

|          |  |
|----------|--|
| ACARBO – | Associação de Capoeira Arte e Recreação Berimbau de Ouro |
| ASSEBA – | Associação dos Sambadeiros e Sambadeiras da Bahia        |
| APAE –   | Associação de Pais e Amigos dos Especiais                |

|               |  |
|---------------|--|
| CIA –         | Centro Industrial de Aratu                             |
| COBRAC –      | Companhia Brasileira de Chumbo                         |
| CONDER –      | Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia |
| COPEC –       | Complexo Petroquímico de Camaçari                      |
| CRA –         | Centro de Recursos Ambientais                          |
| EAD –         | Educação à Distância                                   |
| FCA –         | Ferrovia Centro Atlântica                              |
| FUNARTE –     | Fundação Nacional de Artes                             |
| IBGE –        | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística        |
| ICMS –        | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços     |
| INPASA –      | Indústria de Papéis Santo Amaro                        |
| IPAC –        | Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia  |
| IPEA –        | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada               |
| IPHAN –       | Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| IPTU –        | Imposto Predial e Territorial Urbano                   |
| ISS –         | Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza            |
| MCMV –        | Minha Casa Minha Vida                                  |
| MOPSAM –      | Movimento Popular de Saúde Ambiental                   |
| MTE –         | Ministério do Trabalho e Emprego                       |
| NICSA –       | Núcleo de Incentivo Cultural de Santo Amaro            |
| PAC –         | Programa de Aceleração do Crescimento                  |
| PBF –         | Programa Bolsa Família                                 |
| PEA –         | População Economicamente Ativa                         |
| PPA –         | Plano Plurianual                                       |
| PRODETUR-NE – | Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste     |
| PT –          | Partido dos Trabalhadores                              |
| RAIS –        | Relação Anual de Informações Sociais                   |
| RMS –         | Região Metropolitana de Salvador                       |
| SVD –         | Sistema de Venda Direta                                |
| UFBA –        | Universidade Federal da Bahia                          |
| UFRB –        | Universidade Federal do Recôncavo                      |

# SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| RESUMO .....  | 8         |
| LISTA DE FIGURAS .....  | 9         |
| LISTA DE GRÁFICOS .....   | 16        |
| LISTA DE TABELAS .....  | 16        |
| LISTA DE MAPAS .....  | 17        |
| LISTA DE SIGLAS .....   | 17        |
| <b>APRESENTAÇÃO .....</b>   | <b>22</b> |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>25</b> |
| <br>  |           |
| <b>CAPÍTULO I – DAS TEORIAS QUE NOS ORIENTAM NO ESTUDO DO LUGAR .....</b>                   | <b>32</b> |
| 1. DA TOTALIDADE AO LUGAR, NA TEORIA DE ORIENTAÇÃO MARXISTA .....                           | 32        |
| 1.1. O LUGAR DE ORIENTAÇÃO MARXISTA .....   | 39        |
| 1.1.1. Um lugar específico: as pequenas cidades .....                                       | 45        |
| 1.1.1.1. No Lugar, para pensar as cidades pequenas .....                                    | 54        |
| 1.2. RESISTÊNCIA DO LUGAR: FECHAMENTO OU ABERTURA? .....                                    | 61        |
| 2. DO ESPAÇO AO LUGAR NA TEORIA DE ORIENTAÇÃO PÓS-ESTRUTURALISTA .....                      | 69        |
| 2.1. O LUGAR DE ORIENTAÇÃO PÓS-ESTRUTURALISTA .....   | 72        |
| <br>  |           |
| <b>CAPÍTULO II - DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA QUE NOS AJUDARAM A ALCANÇAR O LUGAR .....</b> | <b>84</b> |
| 1. A REPRESENTAÇÃO: UM SUPORTE PARA A PESQUISA QUALITATIVA .....                            | 85        |
| 2. DE TESOURA EM RISTE: RECORTAR PARA ANALISAR .....  | 90        |
| 3. PARA PESAR OS TEXTOS .....   | 93        |
| 3.1. LOCALIZANDO OS DISCURSOS .....   | 97        |

|   |            |
|---|------------|
| 4. O MUNDO VIRTUAL COMO RECURSO METODOLÓGICO PARA PENSAR O LUGAR .....  | 100        |
| 4.1. AS MÍDIAS SOCIAIS VIRTUAIS: UMA INTERNET COMUNICATIVA PARA A CIRCULAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DO/NO LUGAR .....                           | 103        |
| 5. DE SEGUNDA MÃO: OS DADOS SECUNDÁRIOS (QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS) E OUTRAS REPRESENTAÇÕES .....  | 107        |
| 5.1. PELOS OLHOS DO OUTRO: A FOTOGRAFIA E O MAPA COMO RECURSOS DE PESQUISA .....  | 113        |
| 6. A COLETA: O CAMPO E OS DADOS PRIMÁRIOS .....   | 118        |
| 6.1. DE OLHOS BEM ABERTOS PARA “ENXERGAR” O ESPAÇO DE REPRESENTAÇÕES .....  | 118        |
| 6.2. ENTREVISTAS PARA RECONHECERMOS LUGARES E COLETARMOS DISCURSOS .....  | 125        |
| <br>  |            |
| <b>CAPÍTULO III – A HISTÓRIA E OS DISCURSOS QUE NOS APROXIMAM DO LUGAR SANTO AMARO ANTES DO MEIO TÉCNICO CIENTÍFICO INFORMACIONAL .....</b> | <b>132</b> |
| 1. SOBRE OS DISCURSOS REPRODUZIDOS .....  | 132        |
| 1.1. O DISCURSO DA BAIANIDADE, NO COTIDIANO .....   | 137        |
| 2. O RECÔNCAVO: DO PERÍODO TÉCNICO AO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO .....  | 139        |
| 3. DO BRASIL AO RECÔNCAVO: O PERÍODO TÉCNICO CIENTÍFICO INFORMACIONAL .....   | 150        |
| 4. SANTO AMARO NO CONTEXTO REGIONAL E HISTÓRICO .....   | 158        |
| 4.1. SANTO AMARO: UNIDA NA DOR E NA ESPERANÇA .....   | 168        |
| 4.1.1. Santo Amaro: uma cidade que quer ser turística? .....  | 176        |
| <br>  |            |
| <b>CAPÍTULO IV – A NECESSIDADE NO LUGAR SANTO AMARO NO MEIO TÉCNICO CIENTÍFICO INFORMACIONAL .....</b>                                      | <b>188</b> |
| 1. SANTO AMARO É POBRE? .....   | 190        |
| 2. SANTO AMARO “SE VIRA” .....  | 197        |
| 3. TRABALHAR E CONSUMIR NO LUGAR SANTO AMARO .....  | 203        |

|   |            |
|---|------------|
| 3.1. OS SERVIÇOS E COMÉRCIO FORMAIS NO LUGAR .....  | 208        |
| 3.1.1. O comércio formal no lugar .....   | 211        |
| 3.2. OS SERVIÇOS E COMÉRCIO INFORMAIS NO LUGAR .....  | 220        |
| 3.2.1. O mercado de Santo Amaro .....   | 223        |
| 3.3. TRABALHAR PARA O SEU LUGAR, SANTO AMARO .....  | 242        |
| <br>  |            |
| <b>CAPÍTULO V – A POLÍTICA E O LÚDICO NO LUGAR SANTO AMARO NO<br/>MEIO TÉCNICO CIENTÍFICO INFORMACIONAL .....</b> | <b>259</b> |
| <br>  |            |
| 1. OS LUGARES DE SANTO AMARO .....  | 261        |
| 1.1. MORAR NO LUGAR SANTO AMARO .....   | 268        |
| 2. “VIRTUALIZAÇÃO” DO LUGAR SANTO AMARO ATRAVÉS DAS MÍDIAS<br>SOCIAIS .....                                       | 282        |
| 3. FAZER POLÍTICA NO LUGAR SANTO AMARO .....  | 297        |
| 3.1. O PAPEL DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONFORMAÇÃO DAS REDES<br>SOCIAIS NO LUGAR .....                             | 308        |
| 4. A CULTURA DO LUGAR SANTO AMARO .....   | 320        |
| 4.0.1. Dona Canô, uma síntese simbólica de Santo Amaro .....  | 331        |
| 4.1. O SAMBA DE RODA E A CAPOEIRA NO LUGAR SANTO AMARO .....  | 328        |
| 4.1.1. Os pontos de cultura .....   | 347        |
| 4.2. A CONTRIBUIÇÃO DAS FESTAS NA REPRODUÇÃO DO LUGAR ..  | 353        |
| <br>  |            |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>391</b> |
| <br>  |            |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>398</b> |
| 1. LIVROS E ARTIGOS CIENTÍFICOS .....   | 398        |
| 2. NOTÍCIAS (JORNAIS E REVISTAS) .....  | 412        |
| 3. ENTREVISTAS .....  | 415        |
| <br>  |            |
| <b>ANEXOS .....</b>   | <b>418</b> |

## APRESENTAÇÃO

Pensar a categoria lugar é algo que nos ocupa desde a graduação. Fizemos uma iniciação científica e uma monografia sobre o lugar, com um estudo empírico em ambos os casos. Uma discussão teórica sobre o lugar foi elaborada em nossa dissertação de mestrado e agora continuamos o mesmo tema no doutorado, de novo com um estudo empírico.

A categoria lugar nos atrai pela potência que possui para conter o **instituinte** (CHAUÍ, 1990), aquilo capaz de questionar o estabelecido, direta ou indiretamente, de modo deliberado ou não. Pensamos estar imerso no cotidiano (dimensão da vida social que se realiza diariamente) o qual se desenvolve no lugar toda a sorte de insurgências, desde lutas reivindicatórias organizadas sendo gestadas até pequenas rebeldias questionadoras de uma concepção hegemônica de normalidade pouco compartilhadas por minorias significativas.

Queremos trazê-las a luz, compreendê-las, dimensioná-las a importância, observar até onde o pequeno e o banal que se desenvolve bem a nossa frente, no cotidiano de todos nós, participa das dinâmicas constitutivas do empreendimento diário de sobrevivência da população em geral.

Ao longo dos anos que usamos para a realização desse trabalho nos debruçamos na teoria pertinente ao lugar e fomos obrigados a utilizar a partir dessa e com essa teoria um conjunto de recursos de pesquisa que nos possibilitou alcançar o lugar empírico, nosso recorte espacial, a cidade de Santo Amaro da Purificação, na Bahia. Os resultados desse exercício estão nos capítulos I e II. No capítulo I, tratamos teoricamente a categoria lugar segundo duas correntes teóricas – uma de inspiração marxista e outra de inspiração pós-estruturalista – as quais discutimos na introdução desse mesmo capítulo antes de observar o tratamento teórico que cada uma dará a categoria em questão. Entre ambas discussões pensamos teoricamente dois aspectos específicos do tema pela importância que tiveram ao longo do trabalho. O primeiro aspecto tratou da noção de pequena cidade, tornado necessário por conta da sua relação com o lugar empírico que escolhemos. O outro aspecto tratou da potência para a resistência que reside no lugar e como essa resistência poderia ser significada politicamente a depender das tendências, de fechamento ou abertura espacial, que ela guardasse.

No capítulo II discutimos os recursos de pesquisa que utilizamos para alcançar o

lugar Santo Amaro. Demos um tratamento teórico a cada instrumento de pesquisa ao mesmo tempo que descrevemos como os utilizamos. Começamos o capítulo com uma discussão sobre o conceito de representação pela importância que o mesmo adquiriu ao longo do trabalho. Uma vez que trabalhamos no/com o lugar tivemos que realizar um exercício de decodificação das representações do morador de Santo Amaro, penetrando em suas memórias, seus valores, seus imaginários e ideologias. Pela amplitude dessa dimensão simbólica, os conceitos de representação e de discurso se tornaram importantes, a fim de que delimitássemos bem até onde iríamos perscrutar as falas do lugar para o cumprimento do objetivo de pensar uma **geografia política e econômica** do mesmo.

Pomos foco na internet enquanto fonte de dados secundários (de documentos oficiais, material publicitário etc.) e primários (memórias, opiniões etc. nas mídias sociais virtuais). Também discutimos a importância, para o nosso trabalho, dos tipos de dados (quantitativos e qualitativos) que coletamos. Descrevemos alguns deles e como os tratamos ao longo do trabalho. Pomos relevo, especialmente, na fotografia e nos diversos tipos de gêneros textuais que coletamos, tanto impressos quanto virtuais. Por fim pensamos também os modos de coleta dos dados primários com outra discussão sobre fotografia e uma discussão sobre entrevistas e com quem mais como as realizamos.

No capítulo III fizemos as reduções necessárias para nos aproximarmos do nosso objetivo primário de pesquisa. Reduzimos o tempo para a realização de uma periodização e reduzimos o espaço na dimensão da região Recôncavo e do lugar Santo Amaro. Construimos uma breve história de Santo Amaro e do Recôncavo, na medida que essa região explicasse o nosso lugar empírico. Também observamos os discursos ideológicos que permeiam os recortes espaciais empíricos que elegemos e como eles, historicamente, contribuíram para a construção de uma ideia de lugar Santo Amaro, síntese de uma baianidade singular.

No capítulo IV adentramos no lugar Santo Amaro atualmente, no meio técnico científico informacional. Realizamos uma descrição e uma reflexão sobre um lugar-cidade econômica e materialmente pobre, de acordo com as estatísticas financeiras, mas que não se resume a sua materialidade aparente. Notamos como a pobreza material no lugar contribui para conformação de uma paisagem onde a legitimidade da necessidade se insurge em relação a legalidade da construção normatizada pelo poder público. Discutimos as estratégias dos sujeitos do lugar com o intuito de realizarem sua força de trabalho para a aquisição de moeda e notamos como as ocupações se multiplicam em

atividades informais, subempregos e empregos nos setores formais da economia, temporários ou permanentes, no lugar Santo Amaro ou em outros lugares – próximos ou distantes espacialmente –, todos eles com um ponto em comum: dependem das redes sociais construídas no lugar Santo Amaro e expandidas pelas mídias sociais virtuais (que abordaremos no capítulo V) para dimensões espaciais mais amplas – regionais ou nacionais –, mas sempre ancoradas, de alguma forma, no lugar Santo Amaro.

Finalmente no capítulo V observamos o quanto **estar** no lugar Santo Amaro é também morar nele e habitá-lo compondo uma paisagem. Nesse capítulo mostramos como o lugar Santo Amaro se ramifica, “percola” simbolicamente através das redes técnicas e sociais, conformando um lugar que não existe sem suas articulações com outros lugares, próximos e distantes. Mostramos como as ramificações virtuais do lugar Santo Amaro, com seus símbolos, seus conteúdos, alcançam, pela internet (principalmente, com a ajuda das mídias sociais virtuais), outros lugares. Também procuramos explicitar como se estrutura sua política local e como as políticas estatais de desenvolvimento e assistência social alcançam esse lugar e o põe em variados contextos, os quais forçam seus moradores a um esforço de territorialização sempre em atualização, ou a uma reterritorialização constante.

Ainda no capítulo V pensamos as manifestações culturais típicas do lugar Santo Amaro, a importância delas para a reprodução socioeconômica dos diversos sujeitos sociais, e relevamos a importância das festas para o mesmo movimento de reprodução socioeconômica, observando como as mesmas se refletem na paisagem do lugar e na organização das redes sociais locais e regionais.



## INTRODUÇÃO

Recorte espacial associado ao cotidiano, o lugar guarda possibilidades, analíticas e explicativas. Queríamos tensioná-las, explorá-las. O lugar em nosso estudo, não é um recurso conjuntural de análise, mas sim algo em processo em processo e que resiste ao tempo. Todos têm um lugar, pronto ou em construção; lugares de partida, de chegada ou de retorno. Cresswell observa que nem sempre se constrói uma relação “topofílica” com o lugar; nem todos são lares e seu significado, seu sentido, pode estar associado a sofrimento. A geógrafa Gillian Rose coloca como a casa, usualmente associada à noção de lar, para a mulher pode ser um lugar, na sociedade patriarcal, de “escravidão, abuso e conflito” (CRESSWELL, 2004, p. 25, tradução nossa)<sup>1</sup>. A familiaridade com o lugar não garante que o mesmo seja sempre um espaço de acolhimento. Independentemente, prevalece o fato que o lugar é estruturalmente e “umbilicalmente” ligado ao cotidiano – quinta dimensão do espaço (SANTOS, [1996] 2009) – do qual todos participam, mais ou menos conscientemente, frequentemente em um **estado pré-refletivo** (BUTTIMER, 1982).

O capitalismo, atual modo de produção, acontece no lugar e se enraíza no cotidiano. De que forma? É nossa curiosidade entender como nos reproduzimos socialmente no lugar e como isso contribui para a manutenção do atual modo de produção. Para tanto mobilizamos, ao longo do trabalho, fundamentalmente duas estruturas teóricas, principais: uma, de **orientação marxista** e outra, de orientação **pós-estruturalista** (admitindo que o pós-estruturalismo possui algum tipo de coerência que o coloque como uma estrutura teórica<sup>2</sup>). Entre as duas, utilizaremos, secundariamente, alguns elementos (exemplos, conceitos e categorias) de outros sistemas teóricos, como a **fenomenologia, a micro-história, o positivismo e o estruturalismo**, entre outros, quando acharmos pertinente e conveniente, sem o perigo de trazer problemas ao entendimento do que se pretende dizer nesse trabalho.

Adotamos as duas abordagens teóricas sem ortodoxia, por isso dizemos que ambas foram usadas como orientação. Não nos restringimos a elas em nossas reflexões, mas,

---

<sup>1</sup> “*drudgery, abuse and neglect*” (CRESSWELL, 2004, p. 25).

<sup>2</sup> “É melhor referir-se a ele [pensamento pós-estruturalista] como um movimento de pensamento – uma complexa rede de pensamento – que corporifica diferentes formas de prática crítica” (PETERS, 2000, p. 29, grifo do autor).

com certeza ambas foram nosso eixo. Para essa forma de realização, inclusive, os autores utilizados foram importantes. Dois princípios norteadores balizaram as decisões referentes a esse projeto teórico-metodológico, assim como sua realização. O **primeiro**: adotar uma perspectiva inclusiva da realidade. A inclusão ganhou um caráter universal no trabalho que desenvolvemos e seu valor, assim como sua importância, ligou-se a **outro princípio** que nos norteou: a crítica ou o reconhecimento das contradições e diferenças, em sentido amplo. Munidos da crítica, procuramos examinar no lugar as contradições que discernimos no tecido socioespacial, assim como os distintos sujeitos sociais que observamos em ação.

Foi com esses princípios estabelecidos que acolhemos as mencionadas abordagens teórico-metodológicas (de inspiração marxista e pós-estruturalista). Ambas eram inclusivas e críticas, e se constituíam como perspectivas **integradoras** da realidade. Portanto, eram instrumentais à realização do **objetivo primário que elegemos para esse trabalho: discutir a reprodução socioeconômica dos sujeitos sociais no âmbito de um recorte espacial empírico que correspondesse ao lugar, ao mesmo tempo em que buscamos entender o quanto as relações que viabilizam essa reprodução são também constitutivas do lugar, e, portanto, também contribuem para sua reprodução.**

Em um primeiro momento, analisar criticamente os modos de reprodução de uma sociedade, no mundo contemporâneo, nos pediria a adoção do marxismo como norte teórico. Entretanto, não queríamos “perder de vista” o “social” que adjetiva a reprodução, tampouco queríamos entender o econômico como somente relacionado à produção, no sentido estrito. Além de uma métrica das quantidades – que geralmente tipifica a análise econômica –, nos atraía a superestrutura como um todo. Ou seja, além da economia, incluímos em nossas análises, a política e a cultura<sup>3</sup>, no bojo de um procedimento metodológico onde as práticas possuem um papel explicativo para o entendimento de uma dada sociedade.

Engels (1890) afirmou a **necessidade (e não a sobre-determinação) da base**

---

<sup>3</sup> Nesse ponto é importante distinguirmos a quais concepções de cultura nos referimos nesse trabalho e quando. Para tanto utilizamos a discussão sobre o assunto realizada por José Luiz dos Santos (2008) em um livro introdutório sobre o assunto. De acordo com o autor, cultura pode ser discutida segundo duas concepções: a primeira, condizente com o contexto referido, “preocupa-se com todos os aspectos de uma realidade social. Assim, cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade” (J. L. DOS SANTOS, 2008, p. 24); a segunda, que utilizaremos nos três capítulos finais quando tratarmos do lugar empírico Santo Amaro, está relacionada, especificamente, “ao conhecimento, às ideias e crenças, assim como se manifestam na vida social. (...) [Nesse caso] a cultura diz respeito a uma esfera, a um domínio, da vida social” (J. L. DOS SANTOS, 2008, p. 24-25), a uma manifestação/manifestações específica(s).

**econômica – indissociável da superestrutura – para a explicação do movimento histórico.** Segundo esse autor, em alguns casos, a superestrutura poderia, inclusive, prevalecer em relação à base econômica quanto à determinação de um fato histórico.

Dizendo de forma bem rápida, a continuidade do modo de produção capitalista depende da manutenção das relações sociais que o caracterizam. Entretanto, essas relações sociais não estão dadas, elas precisam ser reiteradas. A reiteração contínua e ampliada das relações sociais de produção “tem de ser assegurada por relações de dominação” (MARTINS, 2001, p. 17), e é aí que “a economia não se explica sem a política” e, acrescentamos, sem a cultura.

Lefebvre elaborou uma teoria social integradora, de certa forma, **inspirada** no marxismo. O autor, basicamente, discutiu uma produção do espaço que incluiu o cotidiano. Uma produção que não coube em uma leitura economicista da realidade. Parafraseando o próprio Lefebvre, a representação marxista comum das superestruturas é estéril e superficial. Para esse autor a produção não se resume a produção das coisas, das mercadorias. “*La producción abarca las relaciones sociales, a su vez productos. Entraña la autorreproducción (génesis) del ser humano social. El concepto de producción se ensancha en el de reproducción*” (LEFEBVRE, [1980] 2006, p. 31).

Na teoria de inspiração marxista o conceito de totalidade concreta oferece o sempre necessário contexto para a significação dos fenômenos, integrando-os e unificando-os no espaço-tempo. A totalidade concreta, enquanto não analisada pelo pensamento dialético, aparece ao indivíduo como intuição, abstração intuída de um mundo sensível que o sujeito não domina, nem compreende (KOSIK, 2002). Essa compreensão somente se realiza através da análise dialética da realidade empreendida por aquele que a pensa. Somente através do exercício de análise se produz conhecimento. “O homem não pode conhecer o contexto do real a não ser arrancando os fatos do contexto, isolando-os e tornando-os relativamente independentes. Eis aqui o fundamento de todo o conhecimento: a cisão do todo” (KOSIK, 2002, p. 57). O pensamento que não analisa está preso ao aspecto fenomênico da realidade; é um pensamento comum criado por uma práxis utilitária cotidiana.

A totalidade interconecta todos os fenômenos, pondo-os como “sedimentos e produtos da práxis social da humanidade” (KOSIK, 2002, p. 21), tornando-os **fatos**, histórico-espaciais. Há implicações: a análise dialética do fenômeno social – no âmbito dessa totalidade – não se basta como procedimento teórico-metodológico.

Realisticamente interconectado, o fenômeno/fato depois de ser desdobrado pela análise, que também se desdobra, precisa ser reintegrado/reconectado metodologicamente à totalidade e, por conseguinte, à práxis. Enfim a análise, enquanto abstração instrumental, somente é admitida “ao nível da aparência empírica” (SILVEIRA, 1994, p. 203). Os fatos articulam a totalidade e a hierarquizam (KOSIK, 2002). Os fatos a dizem (a denunciam) subliminarmente. **“O fato é a cifra da realidade”** (KOSIK, 2002, p. 55, grifo nosso). De sua manifestação fenomênica inferimos o mundo. O fato, uma vez fato, consonante com a totalidade concreta, juntamente com outros fatos, possibilita a generalização. Todos coexistem dialeticamente compondo uma unidade, diacrônica, a qual refletem. “Cada fato na sua essência ontológica reflete toda a realidade” (KOSIK, 2002, p. 55). São sínteses momentâneas produzidas pelos sujeitos sociais, e, ao mesmo tempo, condicionantes do porvir.

Além da contribuição de inspiração marxista, **a teoria de inspiração pós-estruturalista** também nos acenou, por outros caminhos, a possibilidade da inclusão e da crítica. Através do pós-estruturalismo outros sujeitos emergiram no exercício analítico para além de suas respectivas condições de classe, mostrando a importância de outras práticas, igualmente contribuintes de sua reprodução socioeconômica, mais social do que econômica<sup>4</sup>.

Peters (2000) descreveu o pós-estruturalismo como uma resposta filosófica distinta ao estruturalismo, portanto, aquele contem a crítica desse, assim como sua superação. Esse autor colocou a teoria pós-estruturalista questionando a ideia de centro, persistente ao longo da história do Ocidente. No pós-estruturalismo, negou-se o centro, qualquer centro (único e universalizante), e reconheceram-se centros (no plural) e descentramentos<sup>5</sup>. Dessa afirmação derivaram posturas e afirmativas que descreveremos

---

<sup>4</sup> Também intencionávamos analisar o nosso recorte empírico fora de uma totalidade histórico-dialética, sistêmica, e totalizante, dando unicidade e coerência às formas e ações que contemplávamos. Centralizar a análise do recorte empírico a partir de uma totalidade concreta posta a priori, dando unicidade e sentido, tem suas conveniências e vantagens, porém convida a pesquisa ao fechamento em torno de possibilidades geralmente duais, ainda que dialéticas. Ao mesmo tempo esvazia possibilidades analíticas relacionadas a contextos com outros conteúdos políticos, relacionados ao reconhecimento de agentes que, nas teorias de inspiração marxista, não seriam reconhecidos ou, o seriam, mas secundariamente. Procuramos uma abordagem teórico-metodológica mais suscetível a análises abertas de realidades inacabadas, relacionais e circunstanciadas. Achamos nas reflexões de alguns autores, denominados usualmente de pós-estruturalistas, algumas das características que citamos.

<sup>5</sup> De acordo com Hall ([1992] 2006), o sujeito cartesiano foi deslocado. Para tanto foi necessário o esvaziamento dos discursos modernos, os quais sempre forneceram um eixo estruturante suficiente para ancorar a identidade do sujeito na Modernidade. Para esse descentramentos do sujeito contribuíram os conceitos de estrutura (no marxismo), de inconsciente (na psicologia freudiana), a perspectiva estruturalista da linguagem (em Saussure), a noção de sociedade disciplinar (em Foucault) e o feminismo enquanto

abaixo.

Os autores pós-estruturalistas (Deleuze e Guattari, Derrida, Laclau etc.) negaram as tendências filosóficas universalizantes (extensiva ao estruturalismo) ou metanarrativas, que intencionassem se tornar a centralidade explicativa do mundo. Afinal existe uma infinidade de histórias (ou narrativas) dando sentido aos eventos no mundo.

O significado é uma construção ativa, “radicalmente dependente da pragmática do contexto” (PETERS, 2000, p. 32) e que, por conseguinte, não admite a existência de uma essência intransferível, indestrutível, transcendental, conteúdo de um significado atemporal. Não há um centro, mas centros, sujeitos, realidades, todos circunstanciados, conjunturais e diacrônicos.

Da negação de um centro emergem consequências teóricas, entre elas a **noção** de diferença. Essa noção foi desenvolvida por diversos autores (Deleuze, Derrida, Lyotard, entre outros) dessa abordagem, com o fim de escaparem dos contrastes binários construídos pela crítica dialética.

O conceito de diferença foi colocado, pelos pós-estruturalistas, para confrontar outro conceito, o de identidade. De acordo Woodward ([1997] 2012), o conceito de identidade é geralmente empregado como dotado de um essencialismo intrínseco, mas, de fato, ele é relacional e depende do reconhecimento de diferenças, as quais, no caso, são vinculadas a marcações simbólicas, criadas para esse fim.

A diferença é não-essencialista. Sua construção é social e pode servir, inclusive, para endossar uma identidade. Nesse caso, não raro, a consequência é tomada pela causa. Desigualdades sociais produzidas historicamente criam diferenças visíveis entre grupos sociais de etnias diferentes, por exemplo. As diferenças étnicas podem aparecer, neste caso, graças a um corte ideológico atemporal e absolutizante, associadas “naturalmente” às diferenças socioeconômicas. Identidades essencializadas, no caso, servirão para justificar diferenças objetivas, criadas historicamente. Segundo Peters (2000), oposições binárias como essas (baseadas no par *Eu versus Outro*), ditas essenciais, contribuem para a montagem de hierarquias políticas simplistas que não contemplam todas as variações do existir. Elas podem além de incluir marginalmente o Outro (classificado), excluir o terceiro elemento, o não-classificado – por ser inclassificável. Os conceitos de diferença

---

movimento social, capaz de criar novas formas de organização política e novas arenas de disputa. Todos esses discursos, conjuntamente, deslocaram o poder do sujeito cartesiano autocentrado capaz de realizar qualquer coisa, fundado apenas em sua vontade individual e consciente.

e identidade serão retomados novamente quando discutirmos o lugar no capítulo I.

**Por agora não estenderemos mais as reflexões sobre as abordagens teóricas. Advertimos que não é intenção testar as afinidades de ambas as teorias, nem demonstrar pretensas convergências. Somente intencionamos colocá-las lado a lado com o objetivo de gerar uma análise crítica capaz de comportar novas possibilidades. Queremos somar exercícios analíticos acerca do lugar. Entretanto, isso não poderá ser feito aleatoriamente, sem método** (enquanto processo estruturado e sistematizado de fazer pesquisa). O entendimento do lugar necessita que se observe algumas etapas. Ao menos esse entendimento se ofereceu assim para nós: por etapas. Em uma primeira etapa observamos: o lugar é uma categoria e é um recorte espacial, portanto, para saber-lo as potencialidades teóricas é necessário que o contextualizemos em uma concepção teórica de espaço.

Os conceitos de lugar no âmbito das teorias que nos orientam não são autocontidos. Eles se conectam a outras dimensões espaciais da ação humana, no presente, e se conectam a fatos e eventos acontecidos no passado. Os lugares se ramificam. As ações que no lugar se realizam alcançam outros lugares, vêm de outros lugares, através das redes. Para demonstrar isso realizamos um trabalho empírico, aplicando a teoria que discutimos no capítulo I em um recorte empírico específico, a pequena cidade de Santo Amaro, cuja justificativa de escolha explicamos no capítulo II.

As acepções teóricas de lugar que norteiam esse trabalho o colocam em relação a totalidade e/ou a outros lugares. Trata-se de acepções que “abrem” teoricamente o lugar, fato que irá se refletir em nossas ações no trabalho empírico. Como iremos colocar, com mais detalhe, no capítulo II, a aplicação e utilização dos instrumentos de pesquisa em campo, para obtenção de dados e documentos, estavam norteados, inclusive, por esse fato teórico: o lugar existe em relação. “(...) [A] produção do espaço é o resultado de múltiplas determinações, cuja origem se situa em níveis diferentes e em escalas variáveis, indo do simples lugar à dimensão internacional” (SANTOS, [1982] 2012a, p. 58).

Eleito o lugar como recorte espacial teórico e categoria de análise, passamos à eleição do recorte espacial empírico. Nesse ponto precisamos fazer um breve aparte. Escolhemos a cidade de Santo Amaro-BA como recorte espacial empírico, porque precisávamos de um recorte espacial empírico que possibilitasse o acesso a seu cotidiano. Precisávamos de um lugar que oferecesse sua paisagem e seu conjunto de relações. Poderia ser um bairro, ou uma pequena cidade ou um distrito.

Em virtude das demandas do grupo de estudo<sup>6</sup> do qual participamos, relacionadas ao estudo das médias e pequenas cidades, ficamos com uma pequena cidade. Entretanto, não ficamos nela, a excedemos. Por conta das abordagens teóricas que utilizamos, fomos obrigados a percorrer outras dimensões espaciais a fim de reconstituir o necessário contexto geográfico do recorte empírico que tínhamos elegido, o qual seria também o nosso ponto de partida.

Foi com o desenvolvimento da pesquisa que surgiu a necessidade de se pensar outro recorte espacial empírico relacionado a dimensão regional. Tratava-se do Recôncavo, uma região<sup>7</sup> que abarcava um conjunto específico de municípios, os quais se localizavam no entorno da Baía de Todos os Santos. Essa região tornou-se importante para o nosso trabalho na medida em que Santo Amaro – nosso recorte espacial empírico primário – participou (e de certa forma participa, como veremos) de uma divisão espacial do trabalho na dimensão regional.

Uma produção específica se realizava em Santo Amaro, produção que compunham sinergias, das quais outros espaços também participavam, espaços intra-regionais, espaços do Recôncavo. O Recôncavo, por sua vez, foi a mediação oportuna e inevitável entre as sucessivas divisões internacionais do trabalho e cada espaço intra-regional (sejam eles povoados, vilas, cidades, distritos e/ou municípios), Santo Amaro entre eles. Ou seja, a região Recôncavo participou seguidamente de uma estrutura arborescente e hierárquica – várias vezes transformada e adaptada –, constitutiva do sistema capitalista, em suas diversas fases. Sobre esse ponto, que requer desenvolvimentos e apresenta desdobramentos, trataremos na periodização no capítulo III.

---

<sup>6</sup> Citeplan (Cidade, Território e Planejamento).

<sup>7</sup> Pensamos a região aqui articulada à formação econômico social, portanto em processo, histórica, formação também. Daí diremos região, ao longo do trabalho, também como formação regional, “realidade social e histórica, construída permanentemente através da dialética sociedade-espaco e/ou cultura-natureza” (HAESBAERT, 2010b, p. 98).

# CAPÍTULO I

## Das teorias que nos orientam no estudo do lugar

Nesse capítulo discutiremos as duas abordagens teóricas que norteiam nosso trabalho, com foco no recorte espacial teórico eixo: o lugar. Começaremos com a teoria de orientação marxista, discutindo o lugar a partir da totalidade que o explica. Com esse intuito citamos, para pensarmos a totalidade espaço geográfico, Lefebvre – que não utiliza esse termo, espaço geográfico, mas somente espaço – com suas tríades explicativas e Milton Santos que pensa sim o espaço geográfico como totalidade. No momento de discutirmos o lugar, na mesma orientação teórica, dialogamos com, além dos autores supracitados, Ana Fani Alessandri Carlos e Maria Laura Silveira. Finalizada essa parte passamos a uma reflexão posta pelo recorte empírico, Santo Amaro da Purificação, que sendo uma pequena cidade nos pediu uma reflexão um pouco mais específica sobre essa forma do lugar. Para realizá-la recorreremos a uma gama extensa de autores, entre eles (não citaremos todos): Roberto Lobato Corrêa, Tânia Fresca, Winston Bacelar, Wendel Henrique, Beatriz Soares Ribeiro, Doralice Sátyro Maia etc. Consumada mais essa seção discutimos em outra o atributo da resistência geralmente associada ao lugar. De novo, outro conjunto de autores é mobilizado, alguns de orientação marxista, como Lefebvre (já citado) e Odete Seabra, e outros mais próximos do pós-estruturalismo como Massey, e Gupta e Ferguson.

Por fim discutimos o espaço e o lugar na teoria de orientação pós-estruturalista. Em ambos, começando pela discussão sobre espaço, nossa autora principal foi Doreen Massey, com algumas menções secundárias – quando discutimos o lugar, e secundariamente identidade mais diferença – a outros autores com reflexões teóricas convergentes, como Bruno Latour, Stuart Hall e os já referidos Gupta e Ferguson.

### 1. DA TOTALIDADE AO LUGAR, NA TEORIA DE ORIENTAÇÃO MARXISTA

Essa introdução sobre espaço é necessária, no contexto da teoria de orientação marxista, pelos princípios próprios da teoria, fundamentais à sua aplicação com sucesso. Se vamos discutir a categoria lugar no âmbito dessa teoria é preciso recorrer



primeiramente a categoria totalidade, que na geografia deve ser entendida como o espaço geográfico. Milton Santos e outros – que colaboraram com a sua elaboração teórico-metodológica sobre o espaço geográfico – pensam ambas categorias – espaço e lugar – como mutuamente constitutivas e em processo. Entretanto, antes de descrever esse diálogo – que precisa ser observado muito atentamente – é preciso descrever sobre qual espaço estamos falando, ou melhor, sobre qual espaço-totalidade de **orientação marxista** estamos fundando o trabalho em questão. É nesse ponto que Henri Lefebvre nos ajuda.

Observamos que Lefebvre não tinha uma discussão específica sobre o lugar. A cidade em alguns momentos, como este autor pensou, se aproximou da categoria lugar, tal como Ana Fani Carlos – e Milton Santos, de certo modo –, por exemplo, o descreveram. Mas não dizemos que cidade e lugar se justapõem teoricamente, tão somente afirmamos uma aproximação entre ambos os conceitos.

Lefebvre não se prendeu ao determinismo econômico que também caracterizou o marxismo a sua época, mas trabalhou com uma concepção inclusiva de espaço, o que nos contempla, visto que esse é um dos princípios norteadores da nossa tese. Lefebvre não trabalhou com um espaço fetichizado, suporte ou reflexo das ações humanas. Tratava-se de um espaço humanizado ou, como ele o chamava, social. De acordo com o autor: “*el espacio (social) es un producto (social)*” (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 86), ou seja, existe uma produção do espaço que vai além dos aspectos econômicos. Lefebvre discutia como, nos diversos modos de produção, sempre se pôde observar variados níveis de reprodução – de caráter social e biológico – imbricados, constitutivos da produção do espaço. O autor colocou como, no modo de produção capitalista, existia a imbricação de três níveis de reprodução – a reprodução biológica, a reprodução da força de trabalho e a reprodução das relações sociais de produção – que não podiam ser observados separadamente.

Para Lefebvre, o espaço enquanto produto é uma proposição. Quatro implicações, segundo o autor, derivam dela. A **primeira implicação** se relaciona ao espaço natural que, para o mesmo, está desaparecendo, mas não total e simplesmente. O espaço natural foi o início, “*el origen, y el modelo original del proceso social*” (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 90), a primeira natureza cuja forma se esvaneceu graças ao avanço das forças produtivas que a utilizaram como matéria-prima (em **formações sociais**<sup>8</sup> diversas), mas

---

<sup>8</sup> Pensamos o conceito formação social, ou formação econômico-social, seguindo Sereni (2013), como realização histórica e particular dos sucessivos modos de produção, geralmente restrita a um território nacional. Santos discutiu uma adaptação teórica desse conceito à Geografia, denominando-a formação socioespacial (SANTOS, [2005] 2008b), porque “a unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico não pode ser realizada senão no espaço e pelo espaço. A evolução da formação social

que permaneceu como representação (ou representações).

Essa implicação influenciaria na particularização de uma determinada sociedade, na constituição de uma formação social específica. Espaços naturais diversos, modificados por práticas diversas, características de cada sociedade, emergiriam particularizados. Da primeira implicação, sobre a produção de um espaço que é sempre segunda natureza, porque social, teve-se a pista da **segunda implicação** – “(...) *cada sociedad (...) produce un espacio, su espacio*” (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 90) – que dar o caráter histórico dessa produção, que é também acúmulo, mas não somatório de ações e coisas, já que não é unilateral, e tampouco racional. Cada sociedade produz seu espaço, um processo que corresponde à humanização (ou artificialização?) do mesmo.

Como já dissemos, a produção do espaço é histórica e várias temporalidades estão envolvidas na produção desse espaço, imersas inclusive na vida cotidiana. O espaço produzido e que se produz é também espaço apropriado e diacrônico, jamais síncrono, jamais somente **concebido**, portanto qualquer (parcela do) espaço está sempre em processo de particularização. Lefebvre ([1974] 2013), nesse sentido, observou a importância de se analisar momentos de transição entre modos de produção subsequentes. Quando na emergência de um novo modo de produção, enquanto o espaço que lhe corresponde é constituído, novas contradições também emergem e delas participam resíduos (formas mais temporalidades) herdados do modo de produção anterior.

Vários planos da vida humana se mostram interseccionados no espaço. As intersecções, em virtude das relações que as compõem, variam infinitamente. Elas se denunciam de diversos modos, já que as representamos. Representações cujos significados nem sempre são óbvios. Lefebvre afirmou que, além das relações de reprodução, também as relações de produção se realizavam no espaço participando das referidas intersecções. O autor distinguiu dois aspectos dessas relações sob a forma de representações: aquele mais claro e explícito, encorajado a se mostrar, relacionado às edificações, monumentos e obras de arte; e outro, inevitável (apesar de eclipsado), subterrâneo e clandestino. Afinal “*no hay poder sin cómplices y sin policía*” (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 92).

A **terceira implicação** (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 96) deu o tom do processo de elaboração do sistema teórico “lefebvriano”. Segundo o autor, ao considerarmos a proposição inicial – o espaço é um produto –, o foco analítico se desloca do produto para

---

está condicionada pela organização do espaço (...)” (SANTOS, [2005] 2008b, p. 32).

o processo de produção que, por acaso, não tem uma dimensão material somente.

O espaço contém representações, as explícitas, condiciona, estimula. Portanto, para Lefebvre, a produção do espaço tem uma dimensão mental que é, por sua vez, inseparável da dimensão material. Tríades foram elaboradas pelo autor a fim de articular essa produção mental-material do espaço. Cada tríade comportava, entre os seus termos, uma relação dialética.

Foram duas as tríades elaboradas pelo autor para pensar especificamente o espaço. Uma comporta a prática espacial, as representações do espaço e o espaço de representações. A outra: o espaço percebido, o espaço concebido e o espaço vivido. Entre ambas as tríades o autor estabeleceu alguma equivalência, sem superpô-las. Seguindo o próprio Lefebvre e o geógrafo Christian Schmid ([2008] 2012) construiremos as correlações entre ambas as tríades, ao mesmo tempo em que as caracterizaremos.

*La triada percibido-concebido-vivido (que en terminos espaciales puede expresarse como **práctica del espacio-representaciones del espacio-espacios de representación**) pierde su alcance si se le atribuye el estatuto de un “modelo” abstracto. O bien capta lo concreto (como algo distinto de lo “inmediato”) o entonces solo tiene una importancia limitada, la de una mediación ideológica entre muchas otras (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 99, grifo do autor).*

A prática espacial, segundo Lefebvre ([1974] 2013), era um arranjo sistêmico contínuo, coeso e articulado (mas não obrigatoriamente coerente) de elementos e atividades, onde a simultaneidade se realizava e a análise sincrônica era permitida. A prática espacial era um conceito estreitamente ligado a produção e reprodução específicas de uma sociedade, de uma **formação social**. “*La práctica espacial de una sociedad secreta su espacio*” (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 97). O conceito, concretamente, compreendia, entre outras possibilidades concebíveis, “as redes de interação e comunicação que se erguem na vida cotidiana ou no processo de produção” (SCHMID, [2008] 2012, p. 99).

*Expresa una estrecha asociación en el **espacio percibido** entre la realidad cotidiana (el uso del tiempo) y la realidad urbana (las rutas y redes que se ligan a los lugares de trabajo, de vida “privada”, de ocio) (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 97, grifo nosso).*

As representações do espaço emergem no discurso. São descrições, definições e

teorias do espaço (SCHMID, [2008] 2012) e “*se vinculan a las relaciones de producción, al 'orden' que imponen (...)*”. As representações do espaço são o espaço concebido e “*el espacio dominante em cualquier sociedad (o modo de producción)*” (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 97). São reduções, simplificações da realidade, com uma função política predominante. Servem a construção de ideologias (no sentido elaborado por Lênin<sup>9</sup>), ao mesmo tempo em que são ideológicas (mas não só, pois eram também conhecimento), no que são úteis aos poderes instituídos, já que enquanto reduções, não comportam contradições.

Os espaços de representação correspondem ao espaço vivido. É o espaço dos habitantes e, talvez, de alguns artistas. “*Se trata del espacio dominado, esto es, passivamente experimentado (...). Recubre el espacio físico utilizando simbolicamente sus objetos*” (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 98). O espaço vivido – relacionado diretamente aos espaços de representação – “significa o mundo assim como ele é experimentado pelos seres humanos na prática da vida cotidiana” (SCHMID, [2008] 2012, p. 102).

Nessas tríades observamos a relevância que Lefebvre deu à **superestrutura** – ainda que esse autor não tenha usado esse conceito – quando na explicação da produção do espaço. Ele afirmava, por exemplo, que o processo de produção do espaço por uma sociedade necessitava de “*sitios privilegiados: lugares religiosos y políticos*” (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 93, grifo nosso). Era através deles que essa sociedade tomava forma, apresentando-se e representando-se. As representações do espaço, especialmente, demonstravam bem como Lefebvre percebia a importância do discurso hegemônico para a manutenção de um *status quo*.

Para o autor ainda há uma **quarta implicação** da sentença (o espaço é um produto): “*Si hay producción y proceso productivo del espacio, hay en consecuencia historia*” (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 105). Ou seja, a compreensão da produção do espaço passa por um resgate da história dessa produção, enquanto realidade, e de suas formas e representações.

Milton Santos também elaborou, em parte inspirado por Lefebvre, um espaço-totalidade contextualizando todas as formas e funções. Para esse autor o espaço geográfico é uma totalidade sistêmica de objetos e ações, articulados e indissociáveis

---

<sup>9</sup> Segundo Lênin: a ideologia é “qualquer concepção da realidade social e política, vinculada aos interesses de certas classes sociais” (LÖWI, [1985] 2010, p. 12).

(SANTOS, 2008b, [1996] 2009, [1994] 2013).

A técnica é uma mediação inevitável entre o ser humano e a natureza. É a técnica que possibilita ao gênero humano transformar a primeira natureza em segunda natureza, ou natureza humanizada, a fim de atender às suas necessidades e contemporaneamente, também, aos seus desejos. Entretanto a técnica não é a mesma desde o início dessa relação entre o gênero humano e a natureza, assim como o humano e a natureza também mudaram. Essa relação histórica se realiza através de formas e funções que se acumulam, são criadas e recriadas, coexistem e/ou são substituídas umas pelas outras. A cada momento histórico corresponde um **sistema técnico**<sup>10</sup> ou correspondem sistemas técnicos. “O trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas” (SANTOS, [1996], 2009, p. 56).

Enfim, a história se realiza através das materialidades, o que, para Santos, reitera a importância do espaço. A reflexão que desenvolve sobre a técnica subsidia-o, também, em uma periodização, onde cada período equivale a um meio. No primeiro período, teve-se o meio natural – ou pré-mecânico – no qual os instrumentos de produção que mediavam a relação entre o homem e a natureza eram simples, consistiam em objetos os quais eram extensões diretas do corpo humano. No segundo período, desenvolveu-se o meio técnico, ou os meios técnicos, caracterizados, segundo Santos, por uma característica básica: a produção social da natureza. Iniciou-se no século XVIII, e já apresentava, graças a evolução da técnica, prolongamentos que iam além do corpo humano (SANTOS, [2001] 2011). Eram objetos, próteses territoriais, que multiplicavam a capacidade de intervenção do ser humano na natureza e se incrustavam no território. Nesse período também aumentou, exponencialmente, o componente internacional da divisão social do trabalho (SANTOS, [1996] 2009, p. 237).

O período técnico durou até o final da Segunda Guerra Mundial, quando a produção agregou obrigatoriamente a ciência à técnica compondo o período/meio técnico científico. De 1940, saltamos para a década de 1970, quando o conteúdo informacional já se impunha através da globalização. É nesse ponto que Santos distingue um novo período/meio, o qual ele qualificará de técnico científico informacional.

No meio técnico científico o taylorismo, como forma de organização do trabalho

---

<sup>10</sup> Conjunto de técnicas e objetos técnicos que integrados funcionalmente (e acrescentamos, ideologicamente) tende a se expandir e a evoluir. Nos dois níveis, o sistema técnico se realiza desigualmente, porque composto de partes que deverão adaptar-se e/ou acomodar-se em diferentes sociedades, sofrendo inevitáveis alterações, que não poderão destruir a coerência do conjunto.

industrial, tinha evoluído para o fordismo, que foi dominante ao longo de todo o período; as empresas se “multinacionalizaram”, assim como a produção e o produto; o consumo e a circulação começaram a deslocar a produção como eixo estruturante do capital; o Estado era ainda o principal gestor do território etc. São processos característicos e genéricos, que ganham especificidade quando se realizam nas diferentes **formações econômico sociais**.

No meio técnico científico informacional, a globalização, graças ao desenvolvimento acelerado das tecnologias telemáticas, tornou-se uma **universalidade empírica** (SANTOS, [1996] 2009), que uniu em rede diversos lugares do mundo, instantânea e simultaneamente. Por causa das redes, o meio técnico científico informacional se expandiu (e se expande) mais rapidamente e mais seletivamente. Nesse período, o fordismo foi substituído parcialmente pelo toyotismo (o qual tornou-se dominante), graças a sua flexibilidade e possibilidade de otimização do tempo nas etapas de circulação e distribuição. A circulação e o consumo tornaram-se, de fato, os eixos estruturantes do capital nesse período, enquanto a produção em si tornou-se um momento menor do processo produtivo quanto a sua capacidade de agregar valor ao produto final.

Façamos uma observação sobre o meio técnico científico informacional: ele é universalizante, hegemônico, mas não é universal. Quer sê-lo, ou melhor dizendo, os sujeitos que o promovem desejam torná-lo universal. Do seu lado existem as redes materiais e imateriais, e a globalização que se realiza através delas. A globalização, como totalidade empírica, emerge associada a palavras como: flexibilidade, instantaneidade, simultaneidade. Entretanto, as formas da globalização são duras. As trocas de qualquer natureza no âmbito dos espaços globais são viabilizadas pela interconectividade de objetos imbuídos de altos teores de intencionalidade – fortemente especializados –, associados a numerosas normas e procedimentos padronizados na escala do mundo. É essa conjunção de objetos mais normas e procedimentos que garante a velocidade dos fluxos, a aparente flexibilidade das ações hegemônicas e, por conseguinte, a inexorável expansão sistêmica do meio técnico científico informacional.

A substituição, sempre parcial, de um meio por outro no final de cada período e início do próximo ocorre, segundo Santos, no contexto de uma ordem sistêmica. Não há aleatoriedade na substituição das formas de um meio, por outras, nem no surgimento de novas funções. O sistema aqui corresponde a uma estrutura. Uma mudança – de forma e/ou função – reverbera por toda a estrutura, podendo mudá-la radicalmente, marcando

uma ruptura. A mudança na estrutura representa uma mudança no modo de produção dominante: base e superestrutura renovadas conformando uma nova formação econômico social.

Notemos que Santos retomou as categorias analíticas – forma, função e estrutura – tão discutidas por Lefebvre ([1974] 2013), assim como a indissociabilidade que as caracteriza. Entretanto não as retomou sem dar uma contribuição. Às três categorias, o autor acrescentou uma quarta: processo. Para Santos a “noção de processo permeia todas as categorias” (SANTOS, [1979] 2011, p. 199): as externas (tempo e escala) à totalidade, e as internas (estrutura, forma e função).

Santos ([1985] 2012b) associou a forma à paisagem, a colocou como ponto de partida metodológico, indício da(s) função/funções que, necessariamente, se realiza(m) através dela. Entretanto forma e função não são dados absolutos, compõem uma totalidade em totalização e, portanto, devem/precisam ser explicados: geneticamente/diacronicamente, submetidos ao tempo e às mudanças implicadas, submetidos ao processo enfim; sincronicamente, porque precisam ser localizados no presente, significados dentro de uma estrutura, que nos fornece o necessário contexto. Santos retomou essa perspectiva dual de análise<sup>11</sup> – diacrônica e sincrônica – para pensar outros dois conceitos: quando se voltou para o lugar ([1996] 2009, p. 159-160) e quando pensou as redes ([1996] 2009, p. 263-266).

Depois de fragmentar a realidade nas categorias citadas acima, Santos quis unir, integrar, a fim de garantir a capacidade explicativa do método. Santos observou a dimensão superestrutural da totalidade, “ancorando-a” no tempo e no espaço. Quando discutiu o lugar, essa ancoragem tornou-se especialmente explícita. Para Santos, o lugar, por obrigar a contiguidade e a coexistência, comporta uma alta densidade comunicacional, tornando-o espaço da política por excelência.

### 1.1. O LUGAR DE ORIENTAÇÃO MARXISTA

Ao longo do texto poderemos observar duas perspectivas básicas para nos aproximarmos do lugar. Uma, nos permite observá-lo de “fora”, como ponto e

---

<sup>11</sup> Perspectiva de análise similar é proposta por Lefebvre em texto do livro “Do rural ao urbano”. Martins a citou no livro “Retorno a Dialética”.

localização. Essa perspectiva é a adotada, geralmente, pela ação organizacional, instrumental. Ela é euclidiana e singulariza o lugar a partir de estatísticas e funções. A outra perspectiva permite observar o lugar por “dentro”. Através dela imergimos, limitadamente, no cotidiano que nele, e por ele, se realiza. O lugar, nesse caso, se singulariza em virtude de um arranjo – de ações e objetos – sempre particular e em transformação, porque em processo, compondo dinâmicas também próprias.

Para Lefebvre a cidade é uma mediação: contém a ordem próxima, cujas relações sustenta, ao mesmo tempo em que “é o local de sua reprodução” (LEFEBVRE, [1968] 2006, p. 46) e está contida na ordem distante, onde se sustenta, encarnando-a, projetando-a “sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata” (idem). Lefebvre ([1974] 2013) afirmou a existência das escalas local e regional, as quais não poderiam ser simplesmente subsumidas pelo espaço mundial.

A dimensão do espaço vivido, imersa no cotidiano, guarda processos muito característicos do lugar. Espaço vivido e lugar não são conceitos equivalentes, mas guardam similitudes. O lugar é espaço e, portanto, vai além do espaço vivido. O lugar é também espaço concebido e espaço percebido. A paisagem de alguns lugares serve, atualmente, à construção de ideologias, assim como o significado do lugar idealizado vem sendo aproveitado em discursos que objetivam transformá-lo em mercadoria. Por fim existir no lugar e interagir com os processos e fenômenos que o constituem demanda uma variedade de práticas espaciais. Ou seja, sem pensar especificamente a categoria lugar, Lefebvre deu os instrumentos teórico-metodológicos para pensá-la.

Já Santos ([1996] 2009) discutiu o lugar com uma reflexão inicial sobre como a corporeidade é redescoberta pelo homem contemporâneo graças à globalização. O corpo emerge como “uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender” (SANTOS, [1996] 2009, p. 314), constituído de fluidez, velocidade, deslocamentos frequentes e de referências constantes a lugares e coisas distantes. O autor associou as redes a uma tendência desterritorializadora, termo que utiliza como sinônimo de alienação.

Ana Fani Alessandri Carlos (2007), em texto de 1995, definiu o lugar como “a base da reprodução da vida” e “espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo” (CARLOS, 2007, p. 17). Segundo a autora, o lugar poderia ser analisado através da tríade habitante-identidade-lugar. Carlos coloca a importância do “caminhar” para a constituição e o reconhecimento do lugar. O lugar, nessa perspectiva,



se constitui na repetição diária de trajetos necessários a realização de atividades banais:

Um mesmo trajeto convoca o privado e o público, o individual e o coletivo, o necessário e o gratuito. Enfim o ato de caminhar é intermediário e parece banal – é uma prática preciosa porque pouco ocultada pelas representações abstratas (...). São as relações que criam o sentido dos “lugares” da metrópole [e de quaisquer outros lugares]. Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidos por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso (CARLOS, 2007, p. 18)

Santos ([1996] 2009) convidou a se pensar o lugar considerando outras dimensões, entre elas o **cotidiano, o qual vai chamar de quinta dimensão do espaço banal**. Também Carlos observou a importância de se pensar o cotidiano, “onde se realizam o local e o mundial” (CARLOS, 2007, p. 20). Para Santos ([1996] 2009) o cotidiano se relacionava a processos mais amplos, que se referiam à totalidade. Ainda que as formas e conteúdos que correspondem a esses processos nem sempre sejam visíveis nessa dimensão,

(...) a história tem uma dimensão social que emerge no cotidiano das pessoas, no modo de vida, no relacionamento com o outro, entre estes e o lugar, no uso. (...) o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno. (...). [No lugar] se formulam os problemas da **produção** no sentido amplo, isto é, o modo como é produzida a existência social dos seres humanos (CARLOS, 2007, p. 20, grifo nosso).

O lugar revela os sujeitos. Silveira (1994) também considerou o lugar, relacionando-o a uma totalidade concreta e dialética. Totalidade dinâmica porque dialética, sempre em totalização, visto que necessita. Ela comporta a falta, geradora da negação. É a negação que marca a inflexão, impedindo que o ciclo se torne círculo, vicioso. A totalidade em totalização, uma vez que comporta a negação, torna-se prehe de possibilidades, entre as quais algumas se realizam. A possibilidade em ato, na existência, é o evento. Os eventos todos constituem a trama, que é a totalidade (SILVEIRA, 1994).

Cada evento é uma totalidade parcial e uma síntese particular, portanto, da totalidade maior, da trama. Assim sendo, “o evento não tem autonomia de significação, ele retira seu significado da trama” (SILVEIRA, 1994, p. 203) e encerra uma unidade

com ela. O lugar, por sua vez, é uma trama particular de eventos, outro nível de totalidade, portanto também uma síntese, ainda que também parcial. Totalidade parcial, em movimento, subespaço, o lugar é o **outro da totalidade** e, por conseguinte, sua negação. Na sua perspectiva do lugar, como categoria para análise do espaço, Silveira (1994) se detém em analisá-lo por “fora”, como localização e funcionalização de uma totalidade (uma divisão socioespacial do trabalho), o que é coerente com uma abordagem teórico-metodológica de orientação marxista. Assim sendo, a autora convergiu, em parte, com Santos ([1996] 2009) para quem a globalização viabilizou, pela primeira vez na história da humanidade, a realização de uma totalidade empírica.

Os lugares, no meio técnico científico informacional, “se tornam mundiais e formam uma totalidade concreta, empírica. As **funções** dos lugares vão empiricizando a trama dos eventos que é a totalidade” (SILVEIRA, 1994, p. 205, grifo nosso). O processo de objetivação dos eventos, nos lugares, criava uma extensão que, para a autora (SILVEIRA, 2004), significava a escala de império. É dessa forma que o “lugar surge como o reino da superposição de vetores e rugosidades, onde o acontecer tem uma **extensão** e uma **densidade**” (SILVEIRA, 2004, p. 92, grifo nosso). Essa densidade tem diversas formas: técnica, informacional e normativa.

A densidade técnica é dada pelos diversos graus de artifício. (...). A densidade informacional nos indica o grau de exterioridade do lugar e a realização de sua propensão a entrar em relação com outros lugares, privilegiando setores e atores (SANTOS, [1996] 2009, p. 257).

A densidade normativa é resultado do processo de homogeneização regulatória imposta pela globalização aos lugares (SILVEIRA, 1997), “causa e consequência do esvaziamento e preenchimento de funções num lugar a partir das escalas de ação” (SILVEIRA, 2004, p. 93). Observemos que Silveira não apontou a densidade comunicacional do lugar, talvez por não encontrar um papel para essa densidade em suas reflexões acerca da categoria. Silveira discutiu o lugar a partir das relações que esse estabelecia com o mundo, com a totalidade empírica mencionada. Nessa perspectiva, quando o lugar é “mais ponto que mancha”, o mesmo não apresenta espessura simbólica e o cotidiano tem pouca relevância para o entendimento das dinâmicas que se pretende analisar. Segundo Silveira, o cotidiano pode, inclusive, ser um “complicador para reconhecer as escalas de império” (SILVEIRA, 2004, p. 93).

Santos, no entanto, quis “abrir” o lugar, observá-lo por “dentro”. O autor relevou

o cotidiano e discutiu, além das densidades técnica e informacional, a densidade comunicacional (SANTOS, [1996] 2009, [2005] 2008b), a qual, entre as densidades, é a mais relacionada à singularidade do lugar. Afinal, para que a comunicação se realize, é necessário certo grau de intersubjetividade. Parafraseando Santos, é preciso que o mesmo objeto reconhecido por um, também o seja pelo outro, obrigados, geralmente pela proximidade, a se comunicarem entre eles.

Carlos também apontou a necessidade de se descortinar um contexto – uma totalidade – capaz de emprestar significado ao lugar. O “lugar não seria definido apenas pela escala, mas como parte integrante de uma totalidade parcial fundamentada na divisão espacial do trabalho como produto direto da morfologia social hierarquizada” (CARLOS, 2007, p. 23). O lugar “não é uma forma autônoma dotada de vida própria, uma vez que sua reprodução se acha vinculada ao caráter social e histórico da produção do espaço geográfico global” (CARLOS, 2007, p. 24). A autora reafirmou, como outros autores de orientação marxista, a vinculação do lugar à totalidade.

Carlos (2007) discutiu o lugar no contexto da globalização, em outro texto de 1995. Trata-se de uma reflexão que analisa as consequências de sua natureza relacional, observando-o como parcela de uma totalidade. Para a autora, o local, na contemporaneidade, crescentemente “se constitui na sua relação com o mundial. (...) (...) o lugar se redefine pelo estabelecimento e/ou aprofundamento de suas relações numa rede de lugares” (CARLOS, 2007, p. 21). Nesta relação lugar-mundo, onde o mundo (que entendemos, aqui, como totalidade) está em constante transformação, o traço de particularidade do lugar se desloca constantemente. Carlos denominou de **situação** a esse traço de particularidade. Para a autora, nesse lugar “preso” a uma rede de lugares, “a ‘situação’ se vê influenciada, determinada, ou mesmo ameaçada” (CARLOS, 2007, p. 21).

A reflexão sobre situação, de Carlos, parece convergir com a ideia de **situação geográfica** elaborada por Silveira (1999), uma configuração única das relações entre os sujeitos sociais atuantes no lugar, e desses sujeitos com os objetos, todos solidarizados entre si por atividades, que possuem um tema comum, mas não precisam ser necessariamente convergentes. Uma situação geográfica é constituída por uma infinidade de eventos, interdependentes e interrelacionados entre si, dando coerência e significado a qualquer cisão da totalidade, o lugar entre elas. Os eventos, enquanto se realizam, criam um arranjo singular que define as situações geográficas e emprestam particularidade aos

lugares. “A situação é um resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais” (SILVEIRA, 1999, p. 25).

Silveira cercou bem o conceito de situação, pretendendo aproximá-lo do lugar. Para a autora, da combinação de objetos técnicos, ações, normas, agentes, escalas, ideologias, discursos, imagens, decorre “uma manifestação, um produto provisório e instável do movimento de totalização” que é a situação geográfica. Parece-nos que ela (a situação) é constitutiva do lugar: formas concretas, existentes, se relacionando; mas também o cenário para novos conteúdos, situações, futuros. A situação geográfica presente é “filha” de várias situações pretéritas, portanto composta de diversos tempos e diferentes intencionalidades, compondo contradições inumeráveis. Não por acaso, “a situação reafirma a especificidade do lugar” (SILVEIRA, 1999, p. 27).

Santos afirmou que “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS, [1996] 2009, p. 314). O lugar é **uma** totalidade ao mesmo tempo em que compõe a totalidade. Ele se constitui como um nó, uma densidade, onde “se imbricam uma série de acontecimentos simultâneos (...), um espaço ilimitado de **simultaneidade e paradoxo**” (CARLOS, 2007, p. 23, grifo nosso). Uma imagem interessante e explicativa, metáfora do que se quer demonstrar, é encontrada no conto “o Aleph”, do escritor argentino Jorge Luís Borges. Segundo esse autor, o Aleph seria um ponto no espaço que conteria todos os pontos.

Na parte inferior do degrau, à direita, vi uma pequena esfera furta-cor, de quase intolerável fulgor. A princípio, julguei-a giratória; depois, compreendi que esse movimento era uma ilusão produzida pelos vertiginosos espetáculos que encerrava. O diâmetro do Aleph seria de dois ou três centímetros, mas o espaço cósmico estava aí, sem diminuição de tamanho. Cada coisa (o cristal do espelho, digamos) era infinitas coisas, porque eu a via claramente de todos os pontos do universo (BORGES, 1999, p. 164).

É Carlos (2007) quem citou o Aleph para apontar essa característica citada, importante na definição do lugar: a **simultaneidade**. No lugar, todos os eventos ocorrem ao mesmo tempo, imbricados e sincronizados pelo presente e pelo espaço, pelo aqui e o agora. Entretanto, não podemos levar a metáfora muito mais adiante. O lugar não é o Aleph, não é uma totalidade absoluta e transcendental contida num ponto.

Santos descreveu, como outra característica relevante do lugar, a **proximidade**. Uma proximidade relacionada

com a contiguidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. **Não são apenas as relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidade das relações** (SANTOS, [1996] 2009, p. 318, grifo nosso).

Para o autor a proximidade espacial obriga a uma coexistência da diversidade que, de certa forma, obriga ao exercício da política. “A contiguidade é criadora de comunhão, [graças a ela] a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade” (SANTOS, [1996] 2009, p. 322).

Entretanto não é só a proximidade geográfica que impõe o exercício da política. Um espaço onde se desenvolvem muitos deslocamentos, como uma cidade grande ou uma rede de cidades (ou de lugares), obriga o convívio entre diversos que, obrigados a compartilhar do mesmo lugar – mesmo que por um breve momento – precisam negociá-lo. “O território compartilhado impõe a interdependência como práxis” (SANTOS, [1996] 2009, p. 319). Esses deslocamentos podem ser causados por diversos motivos. Podem, por exemplo, estarem ligados à dimensão da cultura e da política, motivos muitas vezes pouco óbvios (a um *outsider*), porque codificados no cotidiano dos indivíduos que moram. Claval (2004) em uma reflexão sobre a paisagem, descreveu um fato acontecido consigo, o qual consideramos emblemático do que queremos dizer. O autor estava em Israel e observou que a frequência a uma escola não era explicada pela racionalidade que constitui a teoria das Localidades Centrais. Visualmente identificou que comunidades não frequentavam as escolas próximas, se essas já fossem apropriadas por outras comunidades que não compartilhassem dos mesmos valores.

Os deslocamentos podem, também, ser causados por motivos mais comuns à razão instrumental, de caráter mais economicista. Eles podem se relacionar, por exemplo, à especialização dos lugares envolvidos, fragmentações do espaço necessárias a uma divisão espacial do trabalho que também os integra, os articula, a fim de que cumpram suas funções correspondentes.

### **1.1.1. Um lugar específico: as pequenas cidades**

As pequenas cidades, enquanto tema teórico, emergiram por força das nossas

opções quanto ao recorte espacial empírico, no caso a pequena cidade de Santo Amaro, na Bahia. Como lugar a pequena cidade se oferece a duas perspectivas de análise: como ponto – de “fora” –, funcionalização de uma divisão socioespacial do trabalho, “quadro de uma referência pragmática do mundo, do qual lhe vem solicitações e ordens precisas de ações condicionadas” (SANTOS, [1996] 2009, p. 322), e como mancha – por “dentro” –, espaço vivido e apropriado pelos indivíduos que nele moram, ou passam, comportando uma cotidianidade.

O que significa afirmar que uma cidade é pequena? Inicialmente, se consideramos as classificações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), assim como os seus critérios, estamos falando sobre o seu porte, nos limites de uma classificação orientada por quantidades. Entretanto, atrás dessas quantidades se “esconde” uma gama de cidades – muito diversas entre si – que merece uma “olhada” mais de perto. É importante que conheçamos as potencialidades da noção, suas possibilidades. Como local, em uma perspectiva teórica formal, a pequena cidade pode ser apenas um ponto, somatório de coisas e funções que ocupam uma posição no âmbito da rede de cidades, ao mesmo tempo em que a caracterizam. Já se mudarmos nossa perspectiva teórica para uma abordagem de caráter processual, ancorada no cotidiano, veremos outros elementos que caracterizam esse lugar (não mais local), mais instáveis, mais sujeitos a processos, os quais dão espessura a pequena cidade, ou não. Pensamos que ambas as perspectivas são necessárias para uma avaliação mais adequada do que chamamos de pequena cidade. Ao longo desse texto intencionamos construir um esboço de como ambas as formas de análise podem contribuir para o entendimento da noção.

Há alguns pontos dessa discussão em que surpreendemos alguma convergência, mas nunca uma concordância absoluta. Iniciamos descrevendo como determinados autores se fundamentam no dado quantitativo, como ponto de partida, para a classificação de cidades. Ressaltamos a expressão **como ponto de partida**, haja vista que esses autores também admitem a complexidade de se analisar a realidade das pequenas cidades, muito diversas entre si. Mais adiante, também como exemplo da mencionada convergência teórico-metodológica em alguns autores, apontamos o exercício de superação dos dados quantitativos (como os principais parâmetros para a classificação de cidades) realizado pelos mesmos, com o objetivo de construir modos de caracterização da pequena cidade que consigam abarcar mais aspectos de sua complexidade. Por fim, reafirmamos a

necessidade de enriquecermos o instrumental teórico-metodológico necessário para estudarmos a pequena cidade.

Começamos com Olanda (2006, 2008), o qual considerou pequenas cidades aquelas cuja população não ultrapassasse 20 mil habitantes, no âmbito do estado de Goiás apenas, uma observação importante que denota certo cuidado, uma vez que o autor não defendeu essa generalização para todo o país, onde contextos regionais muito diversos entre si podem dar sentidos igualmente diversos à ideia de pequena cidade. O autor reconheceu a heterogeneidade dessas cidades, mas a atribuiu a heterogeneidade de suas bases objetivas, de caráter social/material. Olanda deu relevo ao contexto regional (2006, 2008), no âmbito de uma reflexão predominantemente funcionalista, e explicou que cidades de 50 mil habitantes, em Goiás – “fora da região metropolitana de Goiânia e do entorno de Brasília” (OLANDA, 2008, p. 187) – não poderiam ser chamadas pequenas em virtude dos papéis que elas cumpriam “no conjunto das cidades do estado” (idem). Por fim, o autor acolheu a existência de dois tipos de pequenas cidades: os polos microrregionais (ENDLICH, 2006) e as cidades locais (SANTOS, 2008a, 2008b, 2008c), sendo que as primeiras polarizam as últimas.

Bacelar também construiu uma conceituação de pequenas cidades, com até dez mil habitantes, utilizando dados quantitativos relacionados e observando as funções que as mesmas desempenhavam. Para tanto o autor se deteve, por exemplo, em dados quantitativos que revelassem os modos da sustentabilidade econômica destas cidades. Concluiu que, entre outras coisas, a maior parte delas dependiam economicamente de repasses vindos de instâncias político-administrativas superiores, uma vez que suas respectivas arrecadações fiscais eram escassas. Afirmou que as pequenas cidades brasileiras, com até dez mil habitantes, eram **geralmente** estagnadas economicamente. Bacelar usou os dados secundários para construir seus argumentos e afirmar fundamentar-se na realidade. Interessantemente, Bacelar, a partir desta afirmativa, defendeu, em determinado momento do seu texto, que **o aprofundamento da análise das pequenas cidades somente poderá ocorrer mediante uma preocupação maior do pesquisador em tratar o cotidiano destas cidades**. Ora, na pequena cidade se desenvolve a vida “baseada em códigos diferentes dos que regem a grande cidade, são códigos relacionais baseados na pessoalidade e na maneira de se encarar a política (...)” (BACELAR, 2009, p. 13).

Santos ([1978] 2008d) colocou que a ambiguidade dos qualificativos utilizados

para se referir à cidade no mundo subdesenvolvido (no século XX) vinha dos critérios que os norteavam. O autor apontou o que, na época, ele chamaria de um “problema de taxonomia” (SANTOS, 2008d, p. 283). Segundo Santos, este problema ocorria em virtude da utilização de critérios de classificação orientados por quantidades, ou por funções, ambas, portanto, redutoras da condição da cidade. Feita a crítica, o autor propunha uma nova classificação, considerando a função da cidade e sua capacidade de organização do espaço imediato: “ter-se-iam as cidades locais, as cidades regionais, as metrópoles incompletas e as metrópoles completas” (idem, p. 283-284).

O mesmo autor retomou a crítica supracitada, da utilização de critérios quantitativos para fins classificatórios de cidades, no texto “As Cidades Locais no Terceiro Mundo”<sup>12</sup>, publicado pela primeira vez em 1979 no livro “Espaço e Sociedade”, ou seja, pouco depois do livro Espaço Dividido. Santos evitou usar a denominação cidade pequena por esta se remeter “a noção de volume da população” (SANTOS, 2008b, p. 86) que, como dissemos, o mesmo evitou por seu caráter quantitativo. O autor vai preferir o termo **cidades locais** (SANTOS, 2008b, [1993] 2008c) as quais “dispõem de uma atividade polarizante e, dadas as funções que elas exercem em primeiro nível, poderíamos quase falar de **cidades de subsistência**” (SANTOS, 2008b, p. 87, grifo do autor). Para o autor a cidade local era indissociável das atividades agrícolas; só existia para prover as necessidades das atividades primárias que se desenvolviam no seu entorno e desapareceria sem elas. “A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades inadiáveis da **atividade** primária para servir às necessidades inadiáveis da **população**, com verdadeira ‘especialização da população’” (idem, grifo do autor). A essa afirmação o autor abriu apenas exceção às atividades de mineração, uma vez que estas funcionam como “centro de atração de atividades não-primárias” (SANTOS, 2008b, p. 87, grifo do autor).

A cidade local, segundo Santos, tinha uma relativa autonomia econômica, entretanto, ela “sempre se acha na periferia do sistema urbano” (SANTOS, 2008b, p. 92). Ainda assim o autor valorizou o papel articulador da cidade local, pois de acordo com ele: “as cidades locais desempenham um importante papel junto às zonas de produção primária, às quais permitem um consumo mais próximo daquele resto da população do país, provocando, como *feedback*, a expansão da economia urbana” (idem).

---

<sup>12</sup> Este texto foi publicado novamente em 2005, no livro “Da Totalidade ao Lugar”, juntamente com outros artigos de Milton Santos.



Fresca (2010), mais ou menos vinte anos depois, fez um interessante desenvolvimento a partir desta noção – de cidade local – pensada por Milton Santos, com o intuito de assinalar a complexidade da realidade das pequenas cidades. A autora diferenciou as cidades locais, discutidas por Santos, das pequenas cidades. Para Fresca, a cidade local, tal como discutida por Santos, comportaria uma “dimensão mínima a partir da qual é possível falar de uma verdadeira cidade (...) [entretanto] há uma diversidade significativa de cidades, cuja complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo” (FRESCA, 2010, p. 77). As pequenas cidades consistiriam, portanto, em todo esse universo de cidades que excediam o nível mínimo necessário a sua subsistência.

Interessantemente a autora realizou essa reflexão, sobre a pequena cidade, discutindo as transformações da cidade local pensadas por Santos no livro “Urbanização Brasileira”, publicado em 1993, quatorze anos depois do texto “As Cidades Locais no Terceiro Mundo”. Segundo Fresca, a cidade local discutida naquele livro de 1993 não era a mesma do texto anterior, obviamente. Esta se encontrava mais claramente vinculada ao agronegócio do que aquela, ligada por sua vez ao consumo produtivo rural que a adaptou às suas necessidades. “As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas” (SANTOS, 2008c, p. 56). Nessa cidade local, a política provinciana estava subordinada às técnicas modernas e ao mercado global. A “(...) cidade local deixa de ser a cidade no campo e se transforma na cidade do campo” (idem, p. 57), suporte para a ação do agronegócio, cuja razão estaria sediada geralmente em uma **região do mandar**. Para Fresca (2010) esta nova cidade local tratava-se, na realidade, de uma forma da pequena cidade, visto que apresentava “dimensões físico-territoriais, populacionais e controle de parcela da mais valia”, em geral, superiores àquela cidade local inicialmente discutida por Santos.

Fresca admitiu a pequena cidade complexa, inserida em variadas redes que se interseccionam nela. Por/para afirmar essa complexidade, essa autora criticou o uso de dados quantitativos por si só como critério classificatório principal, pois são insuficientes, ao mesmo tempo em que defendeu – para o entendimento das pequenas cidades – a ideia de inseri-las em uma rede urbana ou região.

Não deixa de ser interessante encontrarmos cidades cujas populações urbanas oscilam em torno de 2.000 habitantes e aquelas onde tal número chega próximo dos 50.000 habitantes, e ambas sejam consideradas pequenas. Assim, queremos crer que a caracterização de uma cidade

como sendo pequena, esteja muito vinculada a sua inserção em uma dada área, região ou rede urbana (...). É preciso pois, o entendimento do contexto sócio econômico de sua inserção, como eixo norteador de sua caracterização, a fim de evitar equívocos e igualar cidades – com populações similares – que em essência são distintas (FRESCA, 2001, p. 28).

Beatriz Ribeiro Soares (2009) apontou os problemas da adoção do critério quantitativo. A autora pediu para prestarmos atenção, antes, no contexto regional que permeia e significa a cidade em questão. Cidades de pequeno porte populacional podem ter pouca importância em regiões bastante urbanizadas, mas em espaços pouco povoados, no Norte e no Centro-Oeste do território brasileiro, quaisquer aglomerações possuem grande importância para a articulação regional. Para Soares a pequena cidade ainda era um lugar de intersecção de fluxos e de articulação com outros lugares.

Endlich (2006) discutiu o papel desempenhado pelas pequenas cidades na rede urbana paranaense, valorizou a contextualização regional do objeto, e apontou como pequenas cidades – que comportam entre cinquenta e cem mil habitantes (segundo o IBGE) – por possuírem “atividades comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados” (ENDLICH, 2006, p. 53) cumprem funções de **polos microrregionais**, geralmente atribuídas às chamadas cidades médias.

Rita de Cássia da Conceição Gomes (2009) chegou até a assumir a importância do dado quantitativo populacional, mas ainda assim o reconheceu como uma simplificação por representar apenas uma variável da realidade multidimensional. A autora afirmou a realidade complexa das pequenas cidades e descreveu um cenário ainda mais intrincado para a adoção de critérios classificatórios. Para Gomes, as pequenas cidades não serviam apenas para cumprir a função básica de “suprir as necessidades da zona rural que está em seu entorno” (GOMES, 2009, p. 130), como colocou Santos quando na sua reflexão sobre cidades locais, que a autora admitiu ser sinônima de pequenas cidades. Gomes deu exemplos da diversidade funcional destas cidades na contemporaneidade. Segundo a mesma, no Rio Grande do Norte, que é onde se realizou seu estudo empírico, existiam

(...) cidades [pequenas] que tem atividades ligadas ao setor de fruticultura irrigada, indústrias de confecções, mineração, produção de cerâmica e outras atividades, é possível perceber um processo de articulação que contempla outras determinações, inclusive de caráter internacional, ganhando, assim, grande significado no cenário urbano

estadual (GOMES, 2009, p. 130).

Não percamos de vista que os argumentos de Gomes, criticando a perspectiva reducionista do conceito de cidades locais posto por Milton Santos, foram construídos mais de trinta anos depois daquelas reflexões. Gomes pensa sobre outro Brasil, outras cidades pequenas, circunstanciadas nessa era das redes, articuladas com os grandes espaços urbanos sem precisarem cumprir uma rígida hierarquia urbana.

Gomes não parou em uma descrição das cidades pequenas segundo as funções que as mesmas desempenham. A autora, nos limites de uma teoria de inspiração marxista, ampliou teoricamente sua análise das cidades pequenas. De acordo com Gomes, estas cidades, para serem compreendidas, precisavam ser analisadas

a partir das relações que são estabelecidas no contexto urbano-regional em que se encontra[m], isto é, o que realmente vai definir a pequena cidade é a sua participação na divisão territorial do trabalho, uma vez que o entendimento da pequena cidade sugere a análise do processo de produção do espaço em sua totalidade (GOMES, 2009, p. 130).

Entretanto, a mesma autora fez uma ressalva: a (re)produção do espaço envolvia mais do que relações de conteúdo econômico. Se quisermos entender a pequena cidade, precisaríamos decifrar as racionalidades que lhes são internas, aquelas “baseadas em experiências vivenciadas” (idem, p. 131).

Henrique (2012a) pensou alguns critérios e métodos para entender as pequenas cidades. De início o autor já apontou, rapidamente, a dificuldade de se classificar o objeto. Para Henrique existia no atual momento, do ponto de vista funcional, uma grande diversidade de “tipos” de pequenas cidades, uma vez que a tendência destas à especialização funcional é maior. “Enquanto as grandes cidades terão um pouco de tudo, ou muito de tudo (...), as cidades pequenas serão muito mais diversas: cidades rurais, agrárias, industriais, comerciais, universitárias, dormitórios ou nenhuma das outras” (HENRIQUE, 2012a, p. 65). “As cidades pequenas tendem a ser marcadas por algum elemento específico, que, ao mesmo tempo em que a identifica, cria uma forte dependência” (idem, p. 65-66).

Para Henrique as pequenas cidades estão sendo integradas ao espaço urbano contemporâneo, em um processo no qual um conteúdo rural preexistente, anteriormente dominante, foi transformado por um conteúdo urbano disseminado por sujeitos e

processos diversos, os quais consideraríamos, num primeiro momento, como exógenos. Henrique citou a industrialização da agricultura e a universidade como alguns desses agentes e processos possíveis capazes de promover a urbanidade em uma pequena cidade. O autor foi mais específico quando se referiu às universidades:

O processo de instalação de objetos (universidade) com novos conteúdos e funções (educacional, serviços etc.) e, principalmente, com um novo perfil de morador (professores universitários, estudantes, servidores técnico-administrativos), carrega, sem dúvida, a urbanidade para essa cidade pequena, acarretando transformações observáveis no seu cotidiano, nas formas de relacionamento interpessoais entre os que nasceram nesses lugares e os que vieram de fora em função dos novos empregos, e que, na maioria das vezes, não estabelecem vínculos afetivos com essas cidades (HENRIQUE, 2012a, p. 73).

Entretanto o que chama atenção na discussão de Henrique sobre as pequenas cidades foi o exercício de superação que o mesmo realizou para construir uma perspectiva de entendimento do conceito que fosse além dos dados quantitativos e da descrição das funções que as cidades porventura desempenhassem. O autor buscou pensar a pequena cidade a partir de outras dimensões que atravessassem o cotidiano. Abordaremos essa perspectiva mais adiante.

Fresca apontou a relevância das pequenas cidades no momento atual, adquirida em virtude das novas condições postas pela reestruturação produtiva, da qual emergiram “outras demandas que possibilitaram o desempenho de novas centralidades no contexto das redes urbanas” (FRESCA, 2010, p. 77). Soares (2012) foi na mesma direção e apontou a mudança no paradigma tecnológico-produtivo como um forte contribuinte dos conteúdos que as pequenas cidades apresentam hoje. Para Soares a substituição do fordismo pelo sistema de acumulação flexível – possível graças aos avanços nas tecnologias de comunicações e informática – vai contribuir para criar outros nexos entre as cidades. O sistema de acumulação flexível permitiu a dispersão da cadeia produtiva por todo um território nacional e por vários territórios nacionais. A flexibilidade que o caracteriza impregna bem mais do que a organização do sistema produtivo industrial, torna-se de fato um conceito-chave para o entendimento do sistema produtivo como um todo. A flexibilidade está nas relações trabalhistas, na capacidade de transferência das plantas industriais de um lugar para outro, nas formas de transferência do capital virtual, digitalizado, nas normas que regulam as ações das grandes corporações nos diversos territórios nacionais.

Em uma reflexão que pode enriquecer essa perspectiva, Milton Santos apontou a constituição do meio técnico-científico informacional sucedendo o meio técnico-científico. Para esse autor, no meio técnico científico informacional a ação corporativa tornou-se crescentemente mais intencional e seletiva, ao mesmo tempo que mais abrangente, em virtude das novas tecnologias capazes de inventariar todo o território e todos os territórios.

Com alguma ousadia, associaríamos e não superporíamos o sistema produtivo fordista ao meio técnico-científico, e o sistema de acumulação flexível ao meio técnico-científico informacional. Afinal, Soares (2012) apontou a informação como fator eixo da estruturação do sistema de acumulação flexível, assim como Santos afirmou o conteúdo informacional do meio contemporâneo. Assim, quando falamos de uma pequena cidade na contemporaneidade, também estamos localizando-a no período técnico científico informacional.

O período atual da globalização define possibilidades de contatos múltiplos entre cidades de todas as dimensões e define uma simultaneidade de comunicação ou uma rede intrincada de relacionamentos, rompendo as estritas hierarquias e, portanto, deve determinar a reconsideração das hierarquias como tradicionalmente propostas (...). (...) o modo de vida metropolitano é simulado em todo e qualquer lugar; negando os tradicionais estilos de vida. A televisão, o cinema, e o próprio rádio são veículos dessa generalização do modo de vida moderno. A essa perspectiva, acrescenta-se, ainda, os sistemas de informação e comunicação por computador (DAMIANI, 2006, p. 136-137).

Quando falamos de pequenas cidades no Brasil, estamos pensando sobre pequenas cidades no mundo “em desenvolvimento”, onde se reproduz um modo de periferia, no qual o processo modernizador pode se apresentar mais residualmente. Nessas cidades “(...) **formas pré-capitalistas de produção ou não-capitalistas** o tempo todo são reproduzidas, simultaneamente, ao modo de produzir especificamente capitalista” (idem, grifo nosso). No meio técnico científico informacional o processo de modernização é extremamente volátil e centralizado por poucos núcleos e uma miríade de periferias (DAMIANI, 2006).

Em virtude da globalização que se cumpria (e se cumpre), Corrêa (1999) defendeu que, no final do século XX, se realizava uma refuncionalização das pequenas cidades de dois modos possíveis. O primeiro através de uma perda de centralidade da dita cidade, por conta de intervenções oriundas de espaços hegemônicos que se refletem na circulação

e no processo produtivo da sua hinterlândia. O segundo

diz respeito à transformação do pequeno núcleo em razão do surgimento de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo-o, diferentemente, na rede urbana e nela introduzindo uma complexa divisão territorial do trabalho. As especializações produtivas, por outro lado, conferem aos núcleos urbanos uma **singularidade funcional**, entendida como características que são simultaneamente de diferenciação no âmbito da economia global e de integração a esta mesma economia (CORRÊA, 1999, p. 50).

Alguns anos depois, Côrrea (2011)<sup>13</sup> construiu e propôs cinco tipos ideais “que contemplassem unidades e diversidades das cidades pequenas” e descrevessem o que na atualidade as constitui. São eles: a) os **lugares centrais**, localizados “sobretudo nas áreas incorporadas à industrialização do campo” (CÔRREA, 2011, p. 11); b) os **centros especializados**, refuncionalizados “que desenvolvem atividades específicas, as quais lhes conferem uma identidade singular”; c) os **reservatórios de força de trabalho**, os quais “ocorrem tanto em áreas de povoamento recente (...), como em áreas integradas ao complexo agroindustrial”; d) “os **centros que vivem de recursos externos** [os quais] constituem, via de regra, antigos e decadentes lugares centrais localizados em áreas decadentes ou estagnadas” (CÔRREA, idem) e; e) os **subúrbios dormitório**, cidades pequenas localizadas a uma distância próxima de uma cidade maior. A pouca distância estimula e viabiliza migrações pendulares entre as cidades pequenas e aquela que as polariza.

#### *1.1.1.1. No lugar, para pensar as cidades pequenas*

Santos ([1996] 2009) considerou a cidade, qualquer cidade, independentemente do tamanho, lugar. Carlos (2007, p. 17) admitiu que a cidade poderia ser um lugar, mas não qualquer cidade. A autora foi mais específica:

“O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada

---

<sup>13</sup> Tânia Fresca, no texto de sua autoria, que consta nas referências bibliográficas desse trabalho, também cita quase os mesmos tipos ideais, igualmente construídos por Roberto Lobato Côrrea: Côrrea, R. Lobato. Rede Urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. Revista Território. Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 65-78, jan/jun 2004.

através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos” (CARLOS, 2007, pp. 17-18).

Para Carlos, a apreensão do lugar estaria ligada a sua percepção, portanto esta se dá na dimensão do corpo. Ou seja, para onde formos, entre os dois autores, a cidade pequena é um lugar consumado. Resta pensarmos qual tipo de lugar.

Corrêa, balizado pela teoria das localidades centrais, discutindo a pequena cidade no âmbito da rede urbana, sem penetrar no cotidiano dela, nos descreveu a baixa mobilidade – de uma perspectiva interurbana – de sua população residente. Segundo Corrêa, a baixa mobilidade espacial dessa população estava “associada aos transportes pré-mecânicos e mesmo ferroviário, sendo inexistentes ou pouco usuais o caminhão e o automóvel” (CORRÊA, 1999, p. 45). Foi objetivo, do autor, justificar nesse texto a alta densidade de pequenas cidades em determinadas áreas do território nacional. Tratava-se de explicar o diálogo que se realizava, no final do século XX, entre a configuração da rede urbana brasileira e as dinâmicas do mercado de então.

Fresca, pouco mais de dez anos depois, observou a constituição de outras dinâmicas de mercado, onde “bens e serviços tornaram-se muito mais abrangentes em razão das necessidades ou imposições do sistema de consumo à população urbana” (FRESCA, 2010, p. 78), graças, inclusive, à internet. No meio técnico científico informacional, a pequena cidade tornou-se acessível a um sem número de influências vindas “de fora”, eventos, em relação aos quais, parece difícil manter os lugares “intocados”, autocontidos e, até certo ponto, autossuficientes. O desenvolvimento da circulação, de um modo geral, conectou as pequenas cidades ao mundo, a outros lugares, de diversos modos, nem todos convenientes aos interesses de suas respectivas sociedades. Nelas (as pequenas cidades), como em qualquer outro **lugar**, se interseccionam uma infinidade de eventos, os quais podem, ou não, se refletir no cotidiano, e é nele, que alguns instrumentos de pesquisa têm se “refugiado” a fim de encontrar processos e elementos explicativos das pequenas cidades como um todo, e em particular. “Reconhece-se que, a despeito de integrada a uma totalidade, cada sociedade pode definir particularidades, na medida em que produz seu espaço, sua história, incutindo nesse espaço seus desejos, projetos e modo de vida” (SOARES, 2012, p. 39).

Como já observamos, análises quantitativas e/ou qualitativas de caráter funcional

reduzem o significado da pequena cidade. Diversos autores têm se arvorado de recursos de pesquisa que lhes possibilitassem apreender outras dimensões dessa cidade que fossem úteis a sua caracterização enquanto pequena cidade. Para tanto, Maia (2009) afirmou ser imprescindível o trabalho de campo nas cidades em questão. A autora discutiu, mais precisamente, a importância da observação direta<sup>14</sup>, pois é através da “maior aproximação com essas localidades, que se pode apreender essas realidades” (MAIA, 2009, p. 155). Foram as observações em campo (em pequenas cidades da Paraíba) que a permitiram sustentar ser a realidade das pequenas cidades fundada “na imbricação do campo na cidade ou ainda de uma vida rural na vida urbana” (idem). Uma imbricação que para ser desvendada precisa ser surpreendida no cotidiano da cidade em questão, ou seja, necessita ser apreendida no “conhecimento dos costumes, dos hábitos, da vida cotidiana dos seus habitantes e ainda do tempo que rege essas localidades” (MAIA, 2009, p. 155).

Henrique (2012a) também reconheceu essa imbricação, nas pequenas cidades, entre o rural e o urbano. Para esse autor as atuais conexões que ligavam a pequena cidade ao mundo ou, usando os seus próprios termos, que a integravam ao espaço urbano contemporâneo “coloca em choque um conteúdo rural (...) que preenchia grandemente essas cidades, e um conteúdo urbano que chega” (HENRIQUE, 2012a, p. 66). Foi a fim de explicar essa imbricação, a qual constituía uma gradação entre o rural e o urbano, que o autor se utilizou de uma dupla de conceitos: **o arquétipo rural e o arquétipo urbano**. A realidade da pequena cidade, no caso, não poderia ser traduzida por um dos dois arquétipos, uma vez que ambos se referiam a tipos ideais. Precisamente as pequenas cidades se desenvolviam sempre em algum ponto entre ambos os extremos arquetípicos. Sobre esses, vale chamar atenção sobre as características e elementos que os distinguem. O arquétipo rural estaria ligado ao local, ao sentido de pertencimento, à comunicação *vis-à-vis*, às temporalidades da natureza; enquanto que o arquétipo urbano se ligaria ao global, à temporalidade homogeneizante do capital, às redes, à informação e ao seu fluxo. Alguns autores denominariam de ruralidades<sup>15</sup> as relações constituintes desse arquétipo rural.

---

<sup>14</sup> Discutiremos, com mais detalhe, o instrumento de pesquisa observação direta, no capítulo II, na seção “6.1. De olhos bem abertos para enxergar o espaço de representações”.

<sup>15</sup> Segundo esses autores (João Rua, Maria Baudel Wanderley, Maria José Carneiro etc.) no mundo atual as formas não mais falam sobre a existência de um mundo rural estanque notadamente diferenciado de um mundo urbano também estanque. No meio técnico científico informacional os mundos rural e urbano se interpenetram a tal ponto que dificilmente conseguimos diferenciá-los observando somente a paisagem. Para esses autores os conteúdos rural e urbano se refugiaram nas relações sociais, no como os sujeitos sociais se relacionam entre si e com os objetos.



As pequenas cidades onde predominavam o arquétipo urbano eram palcos da ação estratégica, nós da rede global que as inseriam nos processos necessários à reprodução do capital; eram, enfim, espaços apropriados – ou apropriáveis – pelo meio técnico científico informacional. Já as pequenas cidades onde predominavam o arquétipo rural se aproximavam do **lugar** conceitual típico, aquele de feição intimista, considerado por muitos teóricos como a última “trincheira” da tradição e da comunidade orgânica. Henrique, a fim de reconhecer as manifestações fenomênicas das intensidades de ambos os arquétipos, que iriam singularizar as pequenas cidades relacionadas a seu empírico, também se debruçou, através da observação direta – assim com Maia –, sobre o cotidiano que se realizava nelas. O autor fotografou e descreveu cenas cotidianas pertinentes a seu esforço explicativo acerca das pequenas cidades.

Gomes (2009, 2012) também observou a importância de se pensar o lugar no estudo das pequenas cidades.

[A] análise e a compreensão da pequena cidade requer que sejam considerados os laços de sociabilidade que são construídos ao longo da história de vida cotidiana do povo e do lugar. Por isso, faz-se mister, (...) uma investigação no âmbito da cotidianidade social e dos processos de sua construção (GOMES, 2009, p. 131).

A autora fez várias colocações no sentido de afirmar a relevância dessa perspectiva de análise, no caso específico das pequenas cidades. Segundo Gomes, a lógica do cotidiano dessas cidades se expressava de forma diversa daquela que explicava a (re)produção do capital de um modo geral. Tratava-se de uma lógica que estimulava as relações sociais de conteúdo afetivo e, por conseguinte, a dimensão comunicacional associada a elas. Eram essas relações que iriam engendrar as feições socioespaciais responsáveis pela forma e pelo conteúdo de cada momento histórico vivenciado (GOMES, 2009).

Gomes (2012), como os outros autores supracitados, se debruçou sobre o cotidiano das pequenas cidades que constituíam seu universo amostral através de um trabalho de campo. Segundo a autora, ela aplicara entrevistas e realizara um exercício de observação direta do cotidiano das cidades referidas conforme está demonstrado na citação abaixo:

A pesquisa empírica também nos proporcionou a constatação da permanência de formas tradicionais de venda, a exemplo da utilização

de fichas individuais de clientes e promissórias, bem como da caderneta de fiado. A utilização de cheque e de cartão de crédito embora existente, ainda é inexpressiva no contexto comercial dessas cidades, sugerindo que as lógicas locais, baseadas na manutenção de relações de amizade e de confiança entre o consumidor, também chamado de freguês devido à frequência e preferência ao estabelecimento, e o comerciante, são determinantes nas relações de compra e venda. Isto porque, muitos comerciantes enxergam com certa desconfiança essas formas modernas de venda (GOMES, 2012, p. 132).

Soares também reconheceu a importância de se imergir no lugar pequena cidade. Para a autora, esse era um caminho para se reconhecer a singularidade de cada cidade, ou sua identidade, como preferiu denominar. Soares colocou a importância da observação direta, não claramente, mas quando afirmou que a referida identidade está

refletida na fisionomia urbana, nos costumes e nas tradições, cujos elementos são revelados no cotidiano. Dessa forma, o cotidiano deve ser compreendido no contexto social em que o espaço é produzido, envolvendo a totalidade que determina essa produção. As particularidades construídas historicamente (...) definem a identidade de cada lugar (SOARES, 2012, p. 39).

Soares, a fim de demonstrar sua abordagem teórico-metodológica, descreveu a dinâmica de uma festa de uma pequena cidade do Rio Grande do Norte, ao mesmo tempo em que assinalou a importância dessas festas, muito próprias de cada cidade, para a economia de cada uma, e às vezes para a economia da região.

Vale observar outros autores que privilegiam a dimensão cultural a fim de dar maior relevância ao cotidiano em um empreendimento de compreensão das pequenas cidades. Por exemplo, a professora Joseli Maria Silva afirmou serem as relações sociais “marcadas pelos códigos e símbolos que se constroem na vida cotidiana e que estabelecem um sentido particular no processo de produção da cidade” (SILVA, 2000, p. 9). A autora apontou a necessidade do pesquisador geógrafo realizar novos esforços metodológicos a fim de “lidar com a relatividade das questões que se colocam quando se defronta com a diversidade cultural” (SILVA, 2000, p. 17). Silva fez uma útil reflexão sobre as possibilidades de análise da pequena cidade quando nos admitimos observá-la através de outras “lentes” teóricas.

Silva (2000) citou Berger e Luckmann<sup>16</sup> para afirmar que entre a sociedade e o

---

<sup>16</sup> BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ambiente se estabelece uma relação dialética (mediada pela cultura), graças a qual, se pode dizer, é dada a sociedade a capacidade de se autocriar constantemente, ou seja, de se renovar continuamente. Isso implica em mudanças de toda qualidade no conjunto das representações constitutivas daquilo que pode se denominar de cultura ou, nas palavras da autora, da dimensão subjetiva da relação entre os indivíduos e o espaço. Aqui estaria o problema posto por Silva: como apreendermos geograficamente essa dimensão subjetiva?

A autora começou a resposta ou um esboço de uma resposta que talvez ainda esteja respondendo, apontando possíveis recortes espaciais mais adequados. O lugar desenvolvido pela teoria fenomenológica é sua opção inicial, mas aí não se aprofunda; o guarda para usá-lo mais adiante. Ao longo do texto, Silva privilegiou as possibilidades analíticas do território, uma conceituação metodologicamente mais flexível do que aquela geralmente tratada pela geografia clássica, de caráter político estatal. A autora reivindicou um conceito de território capaz de dar conta das dinâmicas características das sociedades complexas, de contemplar um conteúdo identitário ou simbólico-cultural, assim como outras formas de política, que não somente aquela estatal. Silva (2000) citou diversos autores para subsidiar esta perspectiva conceitual de território, Rogério Haesbaert e Wherter Holzer entre eles.

A autora pretendeu com suas opções teóricas distinguir territorialidades diversas que podem se expressar, na **cidade**, compondo “um mosaico de territórios estabelecidos de maneira simultânea e sobreposta, como uma teia de relações entre os grupos e indivíduos” (SILVA, 2000, p. 22). Tais grupos e indivíduos que “fazem parte de uma territorialidade resistem, estabelecem pactos e influenciam a formação de outros territórios” (idem, p. 23).

Realizada sua opção pelo território como recorte geográfico para análise da dimensão subjetiva que se expressava, também, no espaço, a autora fez outra opção teórico-metodológica: agora pela vida cotidiana, no qual se desenvolvem (acrescentamos “também”), segundo Silva, as “condutas subjetivamente dotadas de sentido” (SILVA, 2000, p. 24) graças à repetição e ao costume que as transformavam em naturais e ordenadas. Silva deu “pistas” sobre a análise da vida cotidiana nas **pequenas cidades**, que poderiam contribuir para explicar suas respectivas formas e conteúdos naquilo que as tornavam particulares, uma vez que a

vida cotidiana é estruturada espacial e temporalmente de modo diferente em cada sociedade. (...) [as pequenas cidades] apresentam relações sociais a partir de códigos particulares e constituem territórios específicos, cuja lógica só pode ser entendida no desenrolar de sua vida cotidiana, mergulhando-se no universo cultural que lhes dá sentido (SILVA, 2000, p. 25).

Essa afirmação, de certa forma, legitimava e exigia a observação direta (quicá participativa) do objeto – pequena cidade – como procedimento metodológico imprescindível.

A autora não abandonou a categoria lugar e retornou a ela, citando Holzer, para quem território era um conjunto de lugares e itinerários, “formas de uso e apropriação do espaço que constituem chaves para **leitura, entendimento e orientação** na cidade” (SILVA, 2000, p. 31, grifo nosso). Para Silva, era através dos itinerários que “os sujeitos observam e apreendem a cidade e criam sua imagem” (idem, p. 30), assim como reforçam laços de sociabilidade (e relações de conflito) quando os percorrem.

Outro procedimento metodológico valorizado pela autora era a coleta, por parte do pesquisador, de relatos das experiências dos *insiders* (de dentro) em relação ao espaço. Neste ponto, Silva (2000) cita Michel de Certeau, para quem o relato era uma descrição parcial e criativa do espaço experienciado por aquele que o fez e, portanto, capaz de oferecer um campo rico à análise de espacialidade.

Fazemos notável a noção de pessoalidade, observada pela autora, bastante visível nas cidades pequenas em virtude da forma como se processa o reconhecimento social nas sociedades dessas cidades. De acordo com Silva (2000), a pessoalidade, já que o anonimato é impossível, é conteúdo indissociável na constituição das redes sociais dos diversos grupos e indivíduos presentes nas cidades pequenas. As **redes sociais**<sup>17</sup>, por sua

---

<sup>17</sup> Scherer-Warren ofereceu uma conceituação (extraída da antropologia) de redes sociais, entre várias, que julgamos interessante por valorizar relações constituídas no cotidiano, e no lugar: “rede como relação entre indivíduos, em decorrência de conexões pré-existentes (como vizinhança, parentesco, amizade, trabalho, classe etc.), dando origem a quase-grupos” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 1047). Segundo a autora, as redes sociais “antropológicas” têm uma origem local e/ou podem se estenderem por espaços mais amplos. São redes atributivas, constituídas, até certo ponto, independentemente da vontade de seus membros, já que emergem no contexto de um sistema de valores e princípios preexistentes aos indivíduos participantes. Além dessa conceituação, outras que nos chamaram atenção ao longo da tipologia descrita por Scherer-Warren foram aquelas que acrescentaram o adjetivo submersa ao termo redes sociais. As redes sociais submersas se constituem informalmente, imersas nas solidariedades construídas no cotidiano e se contrapõem as redes sociais visíveis, a mostra, construídas em contextos dominados pela lógica organizacional. Segundo a autora, essas (redes organizacionais) seriam redes intencionalmente construídas, com o objetivo de realizarem ações específicas relacionadas ao objetivo da organização. Scherer-Warren dicotomizou os tipos – submersas e/ou a mostra – para fins de entendimento. De fato, os dois tipos existem cruzados e somente assim podem ser explicados. **As redes sociais organizacionais se transmutam quando imergem no cotidiano, e adquirem um conteúdo comunicativo.**

vez, conformam o **capital social**<sup>18</sup> característico de cada um destes grupos e indivíduos e influenciam nos tipos de trocas simbólicas e/ou materiais realizadas (ou não) entre os mesmos.

A partir desses autores podemos considerar que **a cidade guarda lugares**. A cidade é um lugar, mas também se diferencia. Nela, também, observamos o desenvolvimento desigual do espaço, graças a diversos processos socioespaciais, entre eles, uma sempre presente divisão espacial do trabalho, por exemplo. O lugar é um espaço finito, é “a rua, a praça, o bairro, – espaços do vivido, **apropriados através do corpo** – espaços públicos, (...). É também o espaço da casa e dos circuitos de compras dos passeios, etc.” (CARLOS, 2007, p. 18, grifo da autora). Nos dois capítulos finais, retomaremos (na análise do empírico) esse ponto, sobre os lugares intraurbanos, espaços internos à cidade “preenchidos” pela intimidade dos seus moradores que, na mesma medida que acolhem, também podem excluir, impondo ao indesejado um forte sentimento de alienação.

## 1.2. RESISTÊNCIA DO LUGAR: FECHAMENTO OU ABERTURA?

É comum na bibliografia que trata do conceito de lugar pensá-lo resistente às investidas dos agentes hegemônicos. Geralmente pensa-se essa resistência em sua forma heroica, uma repetição do velho embate entre Davi e Golias. Pequenas comunidades de indivíduos com pouca, ou nenhuma mobilidade espacial, confrontando os interesses do grande capital, aquele flexível e circulante pelas redes. Essa visão é comum, mas não é consenso. Outras imagens do lugar estão sendo forjadas. Seu conteúdo “Davi” já não é aceito sem ressalvas, muitas ressalvas.

Mas, por enquanto, nos detenhamos nessa dimensão do “Davi”, de resistência a uma ordem hegemônica (o Golias), relacionada – direta ou indiretamente – ao grande

---

<sup>18</sup> Segundo Bourdieu, capital social consiste em obrigações e relações sociais, além do que é convertível em capital dinheiro sob certas condições (BOURDIEU, 2001). “*El capital social está constituido por la totalidad de los recursos potenciales o actuales asociados a la posesión de una red duradera de relaciones más o menos institucionalizadas de conocimiento y reconocimiento mutuos*” (BOURDIEU, 2001, p. 148). Bourdieu colocou que os membros de uma rede social a mantém com o fim de poderem usufruir dos benefícios derivados dela. Portes citou outros autores que não convergiam com o utilitarismo de Bourdieu. A dádiva, para estes autores, não implica em reciprocidade obrigatória, pelo menos não imediata e nem material. A retribuição pode assumir formas intangíveis, voltadas para o indivíduo, como expressões de aprovação e/ou de lealdade, ou para o coletivo, como maiores graus de civilidade na comunidade a qual se pertence.

capital. Resistência a uma ordem distante, como denominou Lefebvre, que “se projeta na/sobre a ordem próxima”, ordem que entendemos se desenvolver no lugar. “Entretanto a ordem próxima não reflete a ordem distante na transparência. (...). (...) ela se dissimula sem se descobrir” (LEFEBVRE, [1968] 2006, p. 48). Lefebvre explicou a cidade definida por sua pluralidade, “pela coexistência e simultaneidade no urbano de padrões, de maneiras de viver a vida urbana” (LEFEBVRE, [1968] 2006, p. 57).

Seabra, em texto sobre a insurreição do uso no pensamento de Henri Lefebvre, explicou como esse pensador buscou, ao longo da sua obra, “encontrar as resistências, ou o que denomina **resíduos irreduzíveis** ao domínio da lógica, da razão” (SEABRA, 1996, p. 71, grifo nosso). A autora, em nenhum momento, correlacionou essa resistência ao lugar. Citava a resistência genérica surgida no conflito entre apropriação e propriedade, entre espaço vivido e espaço concebido. Resistência por parte daqueles que se apropriavam, constituindo um espaço vivido. Segundo Seabra, é no vivido que “o prazer, o sonho, o desejo se debatem, e que os sentidos da existência propriamente humana, não se deixando aniquilar, podem se insurgir. Possibilidade que se funda nas particularidades” (SEABRA, 1996, p. 75).

Harvey (1996) discutiu a resistência dos lugares à cooptação pelo capital na sua forma atual. O autor afirmou a existência dessa resistência. Segundo ele, os valores daqueles que moram nos lugares – e isso independe da classe social – são fundados em outra razão que não aquela do dinheiro e do mercado. Por isso, esses moradores seriam contra a desindustrialização, porque com ela vão embora os empregos; eles também seriam contra a construção de rodovias cortando cidades, pois isso as tornaria inabitáveis etc.

Para Santos, o tempo que vai comandar as cidades será o tempo dos homens lentos, ilustrado, por exemplo, no tempo dos homens pobres que não tiveram acesso as imagens produzidas pela mídia, moradores das zonas urbanas opacas, espaços do aproximativo e da criatividade (lugares?). Os homens lentos, de acordo com Santos, são os portadores de uma nova consciência, resultado do “choque entre cultura objetiva e cultura subjetiva” (SANTOS, [1996] 2009, p. 326). Para a resistência, eles a acham sua força na cultura, mas não na cultura de massa que responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação. O lugar, sendo particularidade, conforma individualidade, sendo assim, a resistência que nele reside é constituída a partir da cultura popular.

A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e dali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio, mas seu alcance é o mundo. (SANTOS, [1996] 2009, p. 327).

Cresswell (2004) colocou que as formas de ver a realidade, a partir dos lugares, poderiam se tornar potenciais formas de resistência contra o discurso hegemônico do único “caminho”, construído pela razão pragmática. Essa resistência poderia ser o próprio lugar, quando esse for uma forma de entendimento do mundo e não um ponto no espaço de onde veríamos o mundo. Para Cresswell, o lugar poderia não ser um objeto, uma coisa, mas um modo de ver. “(...) algumas vezes essa forma de ver pode ser vista como um ato de resistência contra a racionalização do mundo” (CRESSWELL, 2004, p. 11, tradução nossa)<sup>19</sup>. No entanto, continuou o autor, essa “moeda tem outro lado”: “ver o mundo através das lentes do lugar induz a xenofobia exclusivista e reacionária, ao racismo e a ao fanatismo. 'Nosso lugar' é ameaçado e outros podem ser excluídos” (CRESSWELL, 2004, p. 11, tradução nossa)<sup>20</sup>.

Smith ([1997] 2000) discutiu as perspectivas políticas de resistência que poderiam existir no lugar – entre outros recortes espaciais – que, no seu texto, tem seu equivalente na ideia de comunidade (bastante vaga de acordo com o próprio autor). Smith discutiu o lugar, assim como os outros recortes, com o fim de observar suas respectivas possibilidades analíticas em um viés assaz empírico, portanto, o autor descreveu variados exemplos. No caso da comunidade/lugar, o autor citou dois exemplos de como a resistência do lugar tanto podia pender para uma violência reacionária quanto para uma atitude mais progressista. No primeiro exemplo, Smith ([1997] 2000) citou o assassinato de um adolescente negro por adolescentes brancos no bairro deles, onde majoritariamente residem brancos. Os adolescentes, naquele ato de violência, pensavam estar protegendo o espaço do bairro ao qual pertenciam.

No segundo exemplo, as ações violentas causadas pela polícia no Reino Unido

---

<sup>19</sup> “sometimes this way of seeing *can seen* to be an act of resistance against a rationalization of the world” (CRESSWELL, 2004, p. 11, grifo nosso).

<sup>20</sup> “(...) seeing the world through the lens of place leads to reactionary and exclusionary xenophobia, racism and bigotry. „Our place “is threatened and others have to be excluded” (CRESSWELL, 2004, p. 11).

contra manifestações realizadas em um cenário de desemprego, desencadeou atos de solidariedade entre os grupos vitimados (o autor cita negros caribenhos e asiáticos entre os grupos), os quais viviam apartados, apesar de conviverem no mesmo espaço, por diferenças que davam manutenção a um conflito entre as partes. Os grupos em conflito, quando se viram atacados pela violência racista e legal dos poderes instituídos uniram-se identificados entre si pela experiência de serem marginalizados.

Nos dois exemplos, Smith ([1997] 2000) observou um ponto importante: a identidade de um e de outro, além de estar marcada no lugar, também estava marcada no corpo; ambos – corpo e lugar – podiam e precisavam ser analisados conjuntamente a fim de se entender determinadas relações.

Smith desejava legitimizar as lutas baseadas no lugar que buscavam apoio em identidades mais amplas (e emancipatórias?) do que aquelas sedimentadas em elementos paroquiais. Para o autor, essas lutas somente não eram defensivas quando se desenvolviam “como reconhecimento político da identidade social – classe, raça, origem nacional, vulnerabilidade ambiental – emancipada das restrições espaciais paroquiais” (SMITH, [1997] 2000, p. 150).

Lefebvre na sua busca por resistências irreduzíveis à lógica, colocou a dificuldade de achá-las; de achar esses espaços transgressores, as “heterotopias” (LEFEBVRE, [1968] 2006, p. 65). Difícil de encontrá-los conforme um raciocínio tecnocrático de pesquisa que “acumula dados, dilemas por vezes verdadeiros, mas está fadado a não ter respostas quanto ao sentido” (SEABRA, 1996, p. 72), já que o contexto desses espaços alternativos está “escondido”, “sob o texto [cidade] a ser decifrado” (LEFEBVRE, [1968] 2006, p. 55). Para Lefebvre, esse contexto é a vida cotidiana, “aquilo que se esconde nos espaços habitados” (idem). Holston, com as devidas ressalvas, trabalhou uma noção similar a de heterotopias. Ele a denominou de lugares de insurgência ou espaços de cidadania insurgente. Neles se desenvolveriam formas insurgentes do social “encontradas tanto em manifestações organizadas de base quanto em práticas cotidianas que, de diferentes maneiras, legitimam, parodiam, desordenam, ou subvertem as agendas do estado” (HOLSTON, 1996, p. 249).

Esses lugares [de insurgência] variam no espaço e no tempo: hoje, em muitas cidades, eles incluem o universo dos sem-teto, as redes de migração, os bairros do movimento homossexual, as periferias autoconstruídas, os territórios das gangues (...), os acampamentos de mão-de-obra migrante (...) [etc.]. Todos são lugares de insurgência,



porque introduzem na cidade novas identidades e práticas que perturbam histórias estabelecidas (HOLSTON, 1996, p. 249-250).

Para o autor esses espaços geradores de diferenças são gerados como um produto da reterritorialização<sup>21</sup> de novos moradores nos lugares com suas próprias histórias, culturas e demandas que rompem com as categorias normativas e aceitas da vida social. Concordamos parcialmente com essa ideia, visto que esses espaços de cidadania insurgente também podem ser gerados por moradores antigos (como mostraremos no lugar empírico Santo Amaro) que imbuídos de novos valores e representações questionam e problematizam, diretamente ou indiretamente, o *status quo*. Decerto que essas novas dinâmicas implicam sempre em uma reterritorialização, mas não necessariamente de outros moradores vindos de outros lugares, muitas vezes são mesmo os antigos desejando contribuir na construção de outro lugar que os inclua sob novas atribuições.

Certeau (1994) também discutiu essas resistências, sem chamá-las assim. Para esse autor, aqueles que consomem o espaço imposto realizam outro tipo de produção – ou “fabricação” (CERTEAU, 1994, p. 39) –, como o próprio denominou. Diferente da produção “racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular”, esse consumo/“fabricação” não é premeditado, tem caráter tático e depende da ocasião; é astucioso e disperso. É um consumo que age na clandestinidade, na quase-invisibilidade, e “não se faz notar por produtos próprios” (CERTEAU, 1994, p. 94). Os poderes instituídos tentam localizar essas produções, entendê-las, para controlá-las. Afinal, a cidade “cheia de atividades suspeitas, (...) fermenta delinquências; é um centro de agitação” (LEFEBVRE, [1968] 2006, p. 78).

Certeau discorreu sobre a existência de um sistema de vigilância generalizada se estendendo pelo espaço a fim de controlar essas agitações, delinquências ou “bricolagens” (CERTEAU, [1990] 1994, p. 40). Nesse objetivo a cidade tornara-se uma engrenagem “para controlar a vida cotidiana dos produtores e o consumo dos produtos” (LEFEBVRE, [1968] 2006, p. 76). Essa transformação da cidade, de sede do encontro – entre os

---

<sup>21</sup> Nesse trabalho, o termo territorialização e suas variantes – reterritorialização e desterritorialização – são derivadas de uma concepção de território discutida por Haesbaert ([2004] 2007) a partir de um desenvolvimento do conceito feito por Deleuze e Guattari que o tornou mais plástico, possível de ser utilizado de diversas formas e relacionado à vários sujeitos sociais, além dos agentes hegemônicos (como os Estados Nacionais e grandes corporações). Nessa perspectiva grupos de gênero, étnico-raciais, categorias profissionais, todos possuem territórios, espaços de apropriação e domínio, que podem ser dissolvidos, consolidados, negociados, dispersos etc. O território existe na relação entre o ser humano e o espaço e compreende um esforço do primeiro de elaborar uma consciência espacial com o fim de desalienar-se. Desterritorialização é só outro nome para alienação (SANTOS, [1996] 2009)

diferentes – para engrenagem, se realizou de um lugar próprio, graças a organização propiciada por uma burocracia, que era senão um “inverossímil emaranhado de medidas (todas razoáveis), de regulamentos (todos muito elaborados), de coações (todas motivadas)” (LEFEBVRE, [1968] 2006, p. 96). Certeau citou um exemplo ilustrativo do caráter dessa burocracia. Nele, a estatística se tornara um instrumento relativamente eficaz para o mapeamento das fabricações táticas imersas no cotidiano. No entanto, esse mapeamento não era fiel: as trajetórias descritas por esses fabricantes subversivos não ganharam, nos relatórios institucionais, todas as dimensões que elas possuem no cotidiano.

As trajetórias cotidianas, nos relatórios institucionais, adquirem forma de linha, sucessão de pontos descrevendo uma sinuosidade. Porém o que mais ocorreu no intervalo de tempo daquela sinuosidade? Quais gestos, diálogos, contatos vários foram descritos? O que se realizou de fato foi uma decupagem da realidade, a qual permitiu visualizar quantidades, mas não qualidades. Foram essas quantidades que tomaram o lugar da realidade para o poder instituído. Enquanto isso, as táticas se multiplicaram e se dispersaram pelo espaço. “Desancoradas das comunidades tradicionais que lhes circunscreviam o funcionamento, elas se põem a vagar por toda a parte num espaço que se homogeneiza e se amplia” (CERTEAU, [1990] 1994, p. 104).

José de Souza Martins (2008), discorrendo sobre essas táticas de sobrevivência no Brasil, chamou-as de dissimulações, que o autor não encarou como tática, mas como estratégia, visto que ele não adotou a terminologia de Certeau. Descreveu-as como parte de um agir lento que contraria a noção de progresso típica da modernidade, mas que nos países latino-americanos é sua parte intrínseca. Martins descreveu a modernidade nos países subdesenvolvidos como ambígua, contraditória e desigual. A modernidade brasileira não é antagônica com o nosso atraso. Ao contrário, o que se considera tradicional e atrasado na sociedade brasileira é parte da nossa modernidade. Martins afirmou que a cultura brasileira é híbrida, por ter se apropriado de múltiplas culturas, “numa tendência a ambiguidade constante”. Uma ambiguidade necessária, já que se dá como resposta criativa – na qual o autêntico ganha aparência de inautêntico, “por meio de técnicas de ocultamento” (MARTINS, 2008, p.42) – às imposições da racionalidade moderna.

Descrevemos várias perspectivas de se observar a resistência que o lugar pode oferecer às ações exógenas, a fim de preservar determinadas relações consideradas

importantes pela sociedade local para sua respectiva sobrevivência. Entretanto, e isso é importante colocar, precisamos discernir quando essa resistência pode ser considerada emancipadora, no sentido de se constituir como realização de uma vontade local diante de outra, externa e totalizante, que procura se impor pela hegemonia ou simples violência; ou quando essa resistência é, na verdade, uma reação conservadora e provinciana ao novo, ou, dizendo de outro modo, uma forma de **fechamento espacial**.

Harvey (1996) observara a tendência dos lugares, enquanto essencializados ideologicamente como permanências desde sempre existentes, de se fecharem aos “**vetores incontroláveis de espacialidade**”<sup>22</sup>, os quais são traduzidos nessa tendência como aqueles indivíduos ou grupos sociais não identificados com a memória e a identidade do grupo social dominante. O autor caracterizara essa tendência como conservadora e reacionária, e, até certo ponto, inescapável, no contexto do modo de produção capitalista, onde a desenvolvimento desigual é estruturante.

Massey, em uma reflexão bastante semelhante a Harvey, mas utilizando outro instrumental teórico para explicar o processo de fechamento espacial, descrevera um par explicativo dual. Primeiro, usou os qualificativos aberto e **poroso** (MASSEY, [2005] 2008, p. 252) para designar espaços físicos, edificações, lugares que permitiam uma multiplicidade de usos e apropriações de variados indivíduos e grupos sociais. Depois contrapôs a esses termos – poroso e aberto – o qualificativo fechado para designar espaços, cujos moradores, justificados por uma ideologia essencialista excluem dos seus respectivos cotidianos o *outsider* (de fora) e quaisquer outras formas e ações capazes de descaracterizar o que esses sujeitos (moradores do lugar “fechado”) entendem por identidade, geralmente associada a um *status quo* conveniente a aqueles que o defendem. O fechamento pode ser imposto pela comunidade local, por variados motivos. Gupta e Ferguson afirmam como...

“a associação com memória, perda e nostalgia cai como uma luva para os movimentos populares reacionários. Isso vale não apenas para as imagens nacionais associadas há muito tempo com a direita, mas também para os locais e cenários nostálgicos imaginados, tais como a ‘pequena cidade americana’, ou ‘a fronteira’, que frequentemente se associam e complementam idealizações antifeministas do ‘lar’ e da ‘família’” (GUPTA e FERGUSON, [1992] 2000, p. 39).

---

<sup>22</sup> “*uncontrolled vectors of spatiality*” (HARVEY, 1996, p. 292).

O isolamento espacial relativo de uma determinada sociedade não é um aspecto fundador do lugar que a contem, não é o que lhe dá autenticidade, em qualquer grau. Como já mostraremos na seção “2.1. O lugar de orientação pós-estruturalista”, Gupta e Ferguson assim defenderam porque, para esses autores, não haveria essa comunidade cuja autenticidade existiu por conta de um nível qualquer de isolamento espacial, o qual tenha perdurado por um espaço de tempo julgado significativo. Para os autores, o que ocorreu, foram processos que se realizaram, que não se realizaram, que quase se realizaram e que se realizam, vários processos contribuindo para a existência do lugar. Entre eles pode existir até esse relativo isolamento, o qual, por si só, não explica, nem se explica, uma vez que é histórico. Enfim, o isolamento espacial de uma sociedade e a duração desse isolamento não são capazes de justificar por si sós a existência de um lugar.

Dialogando e parafraseando com Gupta e Ferguson, a fim de problematizar e enriquecer a questão, agregamos outros processos: os motivos do isolamento, os sujeitos e processos que o provocaram e como eles participaram – passivos ou ativos – das construções ideológicas cultivadas em determinada sociedade são alguns elementos que – conectados e juntos – possuem a capacidade de explicar a particularidade de um lugar.

A ausência de articulação de uma determinada sociedade com o seu entorno próximo é um fato que, sob uma perspectiva histórica, a conecta a esse entorno. Citando Wilmsem: “o processo de produção de diferença cultural [que não equivale a produção do lugar], (...), ocorre em um espaço contínuo, conectado, atravessado por relações econômicas e políticas de desigualdade” (*apud* GUPTA e FERGUSON, [1992] 2000, p. 42), ou citando os próprios Gupta e Ferguson, a diferença cultural é “produto de um processo histórico compartilhado que diferencia o mundo ao mesmo tempo em que o conecta” ([1992] 2000, p. 43). Essa diferenciação cultural foi desde sempre produzida dentro de “um campo de relações de poder em um mundo desde sempre interligado espacialmente” (GUPTA; FERGUSON, [1992] 2000, p. 44). Enfim, se consideramos o espaço geográfico sempre aberto, em maior ou menor grau, torna-se impossível criar qualquer conceito de autenticidade identitária baseada na permanência de elementos, visíveis na paisagem, em qualquer temporalidade, visto que tudo muda e se movimenta a depender da escala de tempo que se adote. Esse é um dos pontos que nortearão a nossa discussão na próxima seção.

## 2. DO ESPAÇO AO LUGAR NA TEORIA DE ORIENTAÇÃO PÓS-ESTRUTURALISTA

Para discutir o espaço no contexto das teorias pós-estruturalista recorreremos a geógrafa inglesa Doreen Massey. Essa autora oferece uma perspectiva do espaço que não privilegiou (e incluiu) a produção/base/estrutura/economia, no processo de produção do espaço. Como Lefebvre (mas no contexto de outro sistema teórico), Massey (2012b) afirmou o espaço como um produto social, do qual tanto estruturas discursivas quanto materiais são tributárias ativas. Um produto social que também deriva tornando-se condicionante de outras produções. *“Influye em el modo em que se desarrolla una sociedad y em la **imagen que ésta tiene de si misma**”* (MASSEY, 2012b, p. 9, grifo nosso). Massey tratou de um espaço partido, conflituoso, onde a coexistência entre as diferenças – que tendem a se multiplicarem – é inevitável.

A abordagem espacial de Massey (MASSEY, [1999] 2004, 2008, [2003] 2012a, [2006] 2012a) foi elaborada a partir de três proposições iniciais, as quais devem fazer parte de uma nova **imaginação** do espaço. A proposição primeira pode ser vista como um “não” significativo às fetichizações de caráter espacial costumeiramente feitas com a “cumplicidade” de um espaço, suporte da sociedade, que oculta a multiplicidade de relações que o constituem. Nessa primeira proposição, a autora pede que se imagine **o espaço como “produto de inter-relações, (...) constituído de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno”** (MASSEY: [1999] 2004, p. 8; 2008, p. 29), o que segundo ela, combinava bem com a “emergência (...) de uma política que tenta se comprometer com o antiessencialismo” (MASSEY, [2005] 2008, p. 31).

A segunda proposição afirma **o espaço como a dimensão da multiplicidade, ou da “diferença e heterogeneidade”** (MASSEY, [2005] 2008, p. 31). Para Massey o reconhecimento, na imaginação, dessa multiplicidade, está co-implicado no reconhecimento da espacialidade. *“[El] espacio es la dimension de la existencia coetánea de una multitud de cosas, de la simultaneidad de un abanico de trayectorias”* (MASSEY, 2012b, p. 10).

A terceira proposição se conecta as outras duas anteriores. Trata que se **imaginasse o espaço sempre em processo, uma vez que todos e tudo intervinham nele todo o tempo, e assincronicamente, através das relações.** *“El espacio es una producción em curso”* (MASSEY, [2006] 2012a, p. 198). Temporalidades não humanas e humanas diversas entre si e, muitas vezes, adversas, se relacionam, alimentando e

retroalimentando a possibilidade da multiplicidade, supracitada. Massey foi esclarecedora nesse ponto, uma vez que é intenção da autora se concentrar no **lugar**. Para ela o espaço não é recipiente de identidades “sempre-já” constituídas no contexto de um holismo completamente fechado. Ou seja, ela nega um espaço essencializado e, conseqüentemente, um lugar essencializado e identidades essencializadas. Para Massey ([1999] 2004), não existe o espaço como totalidade sistêmica, na qual tudo está relacionado com tudo, cumprindo um todo coerente. Para a autora, o espaço é disruptivo, “*una constelación de trayectorias em curso*” (MASSEY, [2006] 2012a, p. 204) uma multiplicidade contínua e descontínua, construída relacionalmente e, portanto, aberta, compondo dinâmicas contingentes.

A autora deseja, através de sua elaboração teórica do espaço, escapar a inexorabilidade do único “caminho” pregado pelas grandes narrativas da Modernidade. Segundo Massey (2012a), essas grandes narrativas privilegiavam a dimensão temporal de uma única perspectiva, a ocidental-europeia. Para ela, o mundo não pôde ser totalizado por esses discursos, mas foi hegemonizado<sup>23</sup> por eles. Nessas metanarrativas, multiplicidades geradas historicamente, que compreendiam uma infinidade de narrativas, foram postas linearmente ao longo de uma única “régua” temporal. Dessa forma, as multiplicidades, as diferenças, tornaram-se derivações hierarquizadas de uma única estória (ou narrativa) – como a do Progresso – reproduzida discursivamente por aqueles que a começaram primeiro. Uma estória que geralmente tratava de uma evolução inevitável pela qual passaria todos os lugares, conduzidos por aqueles que os hegemonizaram. Por exemplo: segundo esse discurso, os países em desenvolvimento não teriam outra saída senão seguir os desenvolvidos na sua evolução econômica. Mas será isso o que eles querem? (MASSEY, [2006] 2012a)<sup>24</sup>.

O argumento (...) é o de que um verdadeiro reconhecimento “político” da diferença deve entendê-la como algo mais do que um lugar numa sequência; de que um reconhecimento mais completo da diferença deveria reconhecer a contemporaneidade da diferença, reconhecer que

---

<sup>23</sup> Massey usa o conceito de hegemonia segundo Gramsci (MASSEY, 2012b, p. 11). A autora em diversos momentos demonstra a influência de Gramsci em sua obra, a qual é bem clara no valor que a mesma dar a potência do conteúdo político constitutivo do espaço.

<sup>24</sup> Com essa crítica a autora não deseja invalidar as noções de progresso e desenvolvimento. Massey reconhece as diferenças socioeconômicas, assim como sua importância, entretanto, defende que outras perspectivas de pensar esta problemática devam ser mobilizadas, a fim de que cada diferença seja observada em seu arranjo específico ou, como diz a própria autora, no contexto das **geometrias de poder** nas quais se inserem.

os “outros” realmente existentes podem não estar apenas nos seguindo, mas ter suas próprias histórias para contar. Neste sentido, seria concedido ao outro, ao diferente, pelo menos um determinado grau de autonomia. (...). (MASSEY, [1999] 2004, p. 15).

Massey dedicou vários textos para criticar o discurso hegemônico do único “caminho”, da única alternativa (MASSEY, [1999] 2007, 2008, [2003] 2012a, 2012b). Nesse sentido, a autora procurou contribuir para uma “reimaginação” da globalização. Massey citou o fato de vários autores estarem especialmente ocupados em globalizar a história da globalização, deslocando seu conteúdo eurocentrado. Esses autores (ela citou especificamente Stuart Hall) estão recontando a história da globalização a partir das periferias do mundo (espaços anteriormente colonizados) e, com esse objetivo, revisitando a história da colonização, tornando-a “mais do que um tipo de subproduto dos eventos na Europa” (MASSEY, [1999] 2007, p. 143), mas “um momento crucial na formação da própria identidade do ‘Ocidente’” (MASSEY, [1999] 2007, p. 144). A autora se propôs, através de sua elaboração teórico-metodológica, contribuir para a legitimação de outros discursos contra-hegemônicos, outras narrativas, proponentes de outras formas de desenvolvimento que, inclusive, confrontassem a sobrevalorização da dimensão econômica, tão enaltecida no discurso da inevitabilidade da globalização neoliberal.

Legitimando a multiplicidade das diferenças emersas no contexto de um espaço relacional (partido, preenchido de rupturas), a autora deseja valorizar o seu conteúdo político, a fim de tornar possível o desenvolvimento de outros devires. Massey não quer pensar somente as diferenças já reconhecidas, mas dar a oportunidade de pensar diferenças ainda não reconhecidas, ou mesmo, imprevistas. *“Por lo tanto, estamos en un momento que requiere un serie de tácticas de choque dela imaginación, que desplacen el sentido común existente sedimentado y que abran la posibilidad a otras maneras de pensar”* (MASSEY, 2012a, p. 247). Massey quer “abrir” o espaço, tornar possível a realização de quantas utopias forem possíveis – através do exercício da negociação (mediada pelo respeito) – e não de apenas uma [utopia], universalizante graças a um consenso imposto (resultado de ações hegemônicas). Para a autora, é necessário que abordemos seriamente essa hegemonia ideológica para que consigamos romper o domínio do seu discurso econômico.

## 2.1. O LUGAR DE ORIENTAÇÃO PÓS-ESTRUTURALISTA

De início, colocamos que essa subseção se desenvolve, como sua seção introdutória, em torno das reflexões teóricas da geógrafa Doreen Massey. Entretanto, nessa subseção, citaremos outros autores por **dois motivos**: o **primeiro** se relaciona ao modo como a autora discute o referido conceito (lugar), mobilizando vários autores para dialogar com eles, citados quando pertinente.

O **outro motivo** diz respeito à exploração das possibilidades oferecidas pela exploração desse lugar pensado por Massey e que pode acrescentar riqueza analítica ao nosso trabalho. Afinal não estamos aqui para fazer uma genealogia das reflexões de Doreen Massey. Alguns dos autores que citaremos nessa seção, como Stuart Hall com o conceito de identidade, realizam reflexões intimamente ligadas não só à elaboração teórico-metodológica desenvolvida por Massey, mas também aos desdobramentos explicativos que precisaremos construir ao longo dessa pesquisa, necessários ao entendimento de alguns processos e dinâmicas constitutivos de nosso objeto empírico.

Iniciamos explicando que o conceito de lugar não surge repentinamente para a autora. Encontramos reflexões sobre o lugar realizadas por Massey (2000) em um texto publicado no ano de 1991, chamado “Um sentido global de lugar”. Neste texto a autora procurou contemplar, na elaboração inicial de uma perspectiva mais aberta de espaço, outras categorias explicativas da realidade, que não aquelas que colocassem a produção como eixo. Também localizava a especificidade do lugar (e dos sujeitos sociais) no contexto do que ela chamou, já naquele momento, de **geometria do poder**:

*[La] especificidad de cada lugar es el resultado de la mezcla distinta de todas las relaciones, prácticas, intercambios, etc. que se entrelazan dentro de este nodo y es producto también de lo que se desarrolle como resultado dentro de este entrelazamiento (MASSEY, 2004b, p. 79).*

Massey quis demonstrar, a partir do seu conceito de lugar, modos mais abrangentes de explicar e pensar a realidade além da perspectiva econômica, que possibilitassem a abordagem de outras formas de contradição. A autora apontava a potência transformadora do lugar, a qual se perdia em uma estabelecida concepção tradicional do conceito, que tendia a fechá-lo para a mudança. O objetivo, segundo essa tendência, de caráter reacionário e defensivo, era tornar o lugar um espaço resistente às ações globais, as quais, movidas por uma razão instrumental do capital, poderiam



descaracterizá-lo como pretense espaço de acolhimento e intimidade.

A autora ([1991] 2000) pôs o lugar e os grupos sociais no contexto de uma geometria do poder, em que a compressão espaço-tempo era construída desigualmente e relacionalmente. Massey descreveu uma arquitetura das relações onde os sujeitos emergiam valorizados. Ela delineou um pouco as dinâmicas caracterizadoras do que chamaria, nos textos mais recentes, de uma geografia da responsabilidade, onde ações que, aparentemente teriam apenas efeitos no espaço imediato, reverberariam e repercutiriam em outros lugares. Ao mesmo tempo, a autora desconstruiu qualquer pretensão à autenticidade essencial reivindicada pelos defensores desses lugares “fechados”.

Em um espaço constantemente em processo, “casa” da multiplicidade, qualquer reivindicação de autenticidade baseada na origem local e/ou no tempo de permanência perdeu fundamento. Afinal, *“la identidad de un lugar – cualquier lugar – no está arraigada simplemente dentro del lugar, sino que está compuesta también por relaciones externas”* (MASSEY, 2004b, p, 79). As formas de fechamento espacial baseadas na defesa da existência de um lugar estável e autoequilibrado pareciam, nas palavras da própria autora: “uma forma de escapismo romantizado da atividade real do mundo” (MASSEY, [1991] 2000, p. 181), útil à manutenção de uma identidade não problemática. Nesse ponto Massey relacionou diretamente o conteúdo identitário do lugar às identidades dos sujeitos sociais que o produzem. Os “lugares não têm 'identidades' únicas ou singulares: eles estão cheios de conflitos internos” (MASSEY, [1991] 2000, p. 185), uma vez que compreendem uma complexidade interna, advinda da multiplicidade de diferenças que lhe é inerente. Dessa se “se reconhece que as pessoas têm identidades múltiplas, pode-se dizer a mesma coisa dos lugares” (MASSEY, [1991] 2000, p. 183).

Massey atribui ao lugar às mesmas características fundamentais do espaço descrito na seção anterior. Uma elaboração necessária visando vários objetivos: 1) escapar a inevitabilidade do único caminho imposto pelas grandes narrativas hegemônicas da modernidade; 2) negar a hierarquização dos lugares imposta pelas mesmas narrativas; 3) reconhecer cada lugar como único, enquanto encontro de infinitas trajetórias/narrativas, coexistentes e em processo; 4) valorizar o conteúdo político inerente ao espaço, constitutivo da multiplicidade, e vice-versa. “Espaço, enquanto relacional e enquanto esfera da multiplicidade, é tanto uma parte essencial do caráter do compromisso político quanto perpetuamente reconfigurado por ele” (MASSEY, [2005]

2008, p. 258).

Com esta perspectiva de espaço/lugar no horizonte teórico, Massey (2004a) propõe a construção de uma nova imaginação do lugar balizada por **quatro princípios** – derivados das três proposições descritas na seção anterior –, que seriam, também, prospectivos: (i) o lugar não seria delimitado; (ii) não seria definido em termos de exclusividade; (iii) não seria definido “em termos de contraposição entre um dentro [*inside*] e um fora [*outside*]” (MASSEY, 2004a, p. 20), e; (iv) tampouco seria “dependente de falsas noções de uma autenticidade internamente gerada” (MASSEY, 2004a, p. 20). **Tais princípios guardam implicações.** Desenvolveremos algumas delas ao longo dessa seção.

Massey vai descrever uma crítica a dicotomia conceitual entre lugar e espaço, bastante reproduzida por aqueles que os pensam, mesmo a partir de uma perspectiva radical. Essa dicotomia trata o lugar como um reduto de concretude e significação se contrapondo a um espaço abstrato e universal. Doreen Massey não compartilhou dessa perspectiva dicotômica e dedicou alguns textos a sua crítica. A autora (MASSEY, 2004c) afirmou que tanto o espaço quanto o lugar são concretos, reais, vividos, etc. Ao mesmo tempo, apontou o perigo de se considerar o espaço como uma abstração, externa e inacessível à percepção imediata do indivíduo, pois uma vez que essa narrativa – de um espaço indiferenciado e distante – se estabelecesse, os eventos que se realizavam nos lugares tenderiam a comportarem sentidos que nunca compreenderíamos totalmente. Enfim essa imaginação dicotômica entre espaço e lugar traria prejuízos: far-nos-ia desconhecer os sujeitos (nos outros lugares) que compartilhavam conosco a produção do espaço/lugar; far-nos-ia mais distantes dos outros lugares do mundo, com os quais poderíamos estabelecer conexões praticadas e, ao mesmo tempo, nos alienaria gradualmente dos nossos próprios lugares.

Doreen Massey desejava internacionalizar o lugar, abrindo-o, colocando-o como a localização de uma infinidade de trajetórias que se interseccionavam. Trajetórias/estórias, que já existiam em outros lugares e continuariam existindo, mesmo passado o momento de intersecção. A autora, através de sua elaboração conceitual, almejava construir um **sentido global de lugar**, sem qualquer vínculo com qualquer ideia de estabilidade e permanência. **A especificidade desse lugar foi construída de dois modos. Primeiro**, ela foi construída internamente ao lugar, mediante a necessidade imposta, pelo espaço, dessas diversas estórias coexistirem e o modo como essa

coexistência se realizaria, ou não, compondo uma geometria que, tanto teria um componente material, quanto discursivo. A configuração dessa geometria depende de uma negociação, de uma política, que se realiza entre as identidades solidárias e/ou em disputa. Massey ainda observa que essa geometria, interna ao lugar, dificilmente é contínua, um espaço todo apropriado e vivido pelos indivíduos e/ou grupos sociais.

A ‘realidade vivida de nossas vidas diárias’, tantas vezes invocada para reforçar o significado do lugar, é de fato bastante dispersa em suas fontes e suas repercussões. O grau e natureza dessa dispersão, naturalmente, serão variados entre os indivíduos, entre os grupos sociais, e entre os lugares (MASSEY, 2004c, p. 7, tradução nossa)<sup>25</sup>.

**O outro modo** para a construção da especificidade do lugar se realiza externamente a ele, a partir dele e com ele. As relações que contingencialmente lhe são constitutivas, inevitavelmente vão estabelecer conexões com outros lugares, em um âmbito espacial mais amplo. Dessa forma, o lugar se conecta a outras dimensões do espaço mais amplas espacialmente, compondo uma geometria de poder também impermanente e contingencial, na qual os lugares negociam entre si e se constituem mutuamente em uma dinâmica que estimula a multiplicidade. Dessa forma os fluxos atravessam e constituem os lugares, compondo as redes internas que lhes são constitutivas, continuando suas histórias, suas trajetórias, compondo outras redes, mais ou menos amplas do ponto de vista espacial. Alguns desses fluxos, geralmente a maior parte deles, **aparentemente** se desenvolvem despersonalizados e indiferenciados, muitas vezes instrumentais à reprodução do capital. São esses fluxos que constituem o espaço global, o qual discursivamente torna-se equivalente ao espaço abstrato teórico.

O espaço indiferenciado da ação global é “como algo lá em cima” (MASSEY, 2004b, p. 14, tradução nossa)<sup>26</sup> um espaço “sem agentes” e, a depender da abordagem teórica, também uma totalidade sistêmica determinada pela imaginação hegemônica da inevitabilidade do progresso econômico que deverá, idealmente, alcançar todos os lugares. É atrás desse discurso que os agentes hegemônicos se ocultam, transferindo para a globalização o protagonismo das políticas excludentes que precisam implantar,

---

<sup>25</sup> *The 'lived reality of our daily lives', so often invoked to buttress the meaningfulness of place, is in fact pretty much dispersed in its sources and its repercussions. The degree and nature of this dispersal will of course vary between individuals, between social groups, and between places* (MASSEY, 2004c, p. 7).

<sup>26</sup> “as somehow 'up there'” (MASSEY, 2004b, p. 14).

geralmente nos países pobres, a fim de dar manutenção ao *status quo*. No entanto, Massey lembra: o espaço global não é apenas fluxo. Os fluxos quando se realizam, inevitavelmente, adquirem materialidade e se revelam. Os fluxos, materiais e imateriais, que percorrem as redes, se interseccionam em **nós**, concentrações de informação, energia e trabalho seletivamente localizadas. Esses **nós**, geralmente, correspondem a cidades, ou a áreas específicas de algumas cidades. São lugares, de qualquer modo, que cumprem um papel específico no âmbito de uma geometria de poder, que é controlar e administrar os fluxos de capital, energia e informação que percorrem o mundo.

Massey citou exemplos para demonstrar essa espacialidade da globalização que, não necessariamente, “vitimou” os lugares, mas muitas vezes os usou com a conivência, frequentemente ativa, dos indivíduos e grupos sociais que participaram e dependeram das relações constituídas em/de um lugar específico. A autora (2004c) citou Bruno Latour ([1991] 2000), para explicar como o global, para existir, necessitava adquirir uma concretude nos lugares. Latour citara especificamente o exemplo de uma ferrovia ligando cidades de diferentes países europeus. Uma ferrovia, portanto, é global, e “local em cada ponto, já que há sempre travessias, ferroviários, algumas vezes estações e máquinas para venda automática de bilhetes” (LATOURE, [1991] 2000, p. 115).

Massey para colocar a inevitabilidade do global homogeneizante tornar-se local, comportando diversidade e diferença, quando se territorializa, citou outro exemplo, extraído de seu próprio cotidiano como moradora de Londres. Tratava-se de um exemplo citado pela autora em diversos textos, talvez por considerá-lo emblemático, ilustrativo, de processos pertinentes ao lugar que devíamos reconhecer. Seu exemplo começa na *Square Mile* (ou simplesmente a *City* londrina), um espaço globalizado, que se esforça em se manter a parte da cidade, longe dos perigos possíveis que ela guarda. Um *cluster* de riqueza onde se interseccionam vários fluxos associados ao capital financeiro. Entretanto, assim mesmo, um espaço que precisa admitir a entrada de “faxineiros, fornecedores, dos próprios guardas de segurança (...)” (MASSEY, 2008, p. 268), indivíduos que prestam serviços a *City* e que, por vezes, estão ligados a outras formas de relações globais – a família e amigos que podem residir em outros países, alguns deles pobres. Tratava-se, como a própria autora diz, “de outras globalizações que salientam as particularidades e os hiatos e desconexões dentro do próprio alcance da *City*” (idem). A autora, através desses exemplos, quer demonstrar que o

"espaço global" não é mais que a soma das relações, conexões, realizações e práticas. E essas coisas são absolutamente cotidianas e enraizadas, ao mesmo tempo em que podem, quando ligadas entre si, darem a volta ao mundo. O espaço não é fora do lugar; não é abstrato, não está de forma alguma "lá em cima" ou desencarnado (MASSEY, 2004c, p. 8, tradução nossa)<sup>27</sup>.

Massey, com essa reflexão, desejava responsabilizar diretamente os agentes do capital pela produção da injustiça e das desigualdades. Ela desejava mostrar como os sujeitos sociais (indivíduos, grupos e organizações) mais os lugares, em maior ou menor grau, inseridos em uma geometria do poder, estavam comprometidos na reprodução do capital, em todo o mundo. Entretanto para entendermos essa consequência e a confrontarmos, segundo a autora, precisávamos adotar uma nova imaginação em relação aos lugares e ao espaço, que estaria relacionada a como nos sentimos mais ou menos responsabilizados por todos os lugares, mediatos e imediatos. Os lugares não são resultados passivos das ações globais. Alguns lugares – como as cidades mundiais – participam ativamente da produção de um “espaço global”, outros – principalmente aqueles localizados no “mundo em desenvolvimento” – transformam, em um ativo processo de ressubjetivação, as ações vindas “de fora”, multiplicando seus resultados, produzindo diferenças, resistindo às ações globais e/ou oferecendo mais uma particularidade passível de ser apropriada pelo capital.

A discussão dessa nova imaginação acerca da nossa responsabilidade em relação aos outros lugares (distantes ou não) foi outra implicação derivada dos princípios postos acima em relação ao lugar. Massey a desenvolveu a partir da crítica de uma geometria do cuidado e da responsabilidade baseada na proximidade física. De acordo com essa geometria: “Há um entendimento hegemônico de que zelamos primeiro e temos nossas primeiras responsabilidades em relação aos que estão mais próximos. É uma geografia do afeto que é territorial e que emana do local” (MASSEY, [2005] 2008, p. 263). Ela a denominou de geografia da boneca russa<sup>28</sup> (MASSEY, 2004b; 2004c, p. 9). Para a autora esse modo de espacialização preconizava que existia um gradiente de cuidado e

---

<sup>27</sup> “*global space*” is no more than the sum of relations, connections, embodiments and practices. And those things are utterly everyday and grounded at the same time as they may, when linked together, go around the world. Space is not the outside of place; it is not abstract, it is not somehow “up there” or disembodied (MASSEY, 2004c, p. 8).

<sup>28</sup> As *matryoskas*, bonecas idênticas, e ocas, de tamanhos diferentes, que se encaixam umas dentro das outras. Quando estão todas encaixadas, a maior boneca é a única visível, enquanto a menor, é a mais escondida, e mais próxima do centro do “brinquedo”.

responsabilidade proporcional a proximidade geométrica. Maiores eram o cuidado e a responsabilidade quanto mais próximo, geometricamente, estivesse o objeto desse cuidado. “Primeiro, há a “casa”, então talvez o local ou a localidade, em seguida a nação, e assim por diante. Há uma espécie de entendimento aceito que nos preocupamos em primeiro lugar com, e temos nossas primeiras responsabilidades para, aqueles que estão mais próximos” (MASSEY, 2004c, p. 9, tradução nossa)<sup>29</sup>.

Massey observava que a geografia da “boneca russa” não era mais a única opção. A internet possibilitava que conexões praticadas de conteúdo afetivo se realizassem a distâncias geográficas consideráveis. Populações migrantes dispersas em variadas dimensões espaciais criavam conexões, praticadas, materiais e imateriais, muitas vezes invisíveis aos “olhos” institucionais. A autora pensou uma geografia das emoções, que não estava totalmente territorializada no lugar, mas que se estendia pelo espaço, acompanhando as redes. Decerto, essa geografia incluía o lugar, mas principalmente se sustentava através de **conectividades praticadas** (MASSEY, [2005] 2008, p. 264). “As negociações de lugar (...) não criam territórios delimitados, mas constelações de conexões com ligações alcançando muito além delas” (idem).

Gupta e Ferguson, antropólogos citados por Massey, escreveram um texto em 1992, bastante “afinado” com algumas reflexões de Doreen Massey sobre o lugar. Gupta e Ferguson pregaram uma abertura inerente ao lugar existente muito antes do capitalismo financeiro e globalizante atuar, antes até das sucessivas **divisões internacionais do trabalho** existirem. Para os autores não existia uma superposição exata entre identidade, lugar e cultura, capaz de endossar algum tipo de fechamento espacial do lugar. O lugar e qualquer outro recorte espacial não se relacionavam a uma continuidade espacial coerente, coesa, com limites claros para qualquer um que pudesse testemunhá-los.

Na verdade, os autores estenderam e concentraram essa reflexão para dimensões do acontecer espacial ainda mais amplas do que o lugar. Gupta e Ferguson ([1992] 2000) discutiram a coerência e a coesão identitária da nação e de seu território. O texto deles era uma crítica a visão bastante comum – inclusive no meio acadêmico – de que as culturas nacionais são localizadas e se restringem aos limites do território nacional. Cada país, cada território nacional, uma cultura. De fato, isso não ocorre. É desse ponto que se

---

<sup>29</sup> *First there is “home”, then maybe place or locality, then nation, and so on. There is a kind of accepted understanding that we care first for, and have our first responsibilities towards, those nearest in* (MASSEY, 2004c, p. 9).

desenvolveu a reflexão dos autores, os quais não a aplicaram somente ao território nacional, mas a desdobraram em direção a outros recortes espaciais. Não faremos uma reflexão tão abrangente do ponto de vista espacial. Ficaremos no lugar, que de acordo com Gupta e Ferguson não é um espaço autônomo, portanto, não tem meios de comportar uma cultura nativa autêntica, no sentido absolutamente autóctone.

Gupta e Ferguson afirmaram que comunidades – em quaisquer dimensões espaciais – e lugares sofreram os efeitos de ações desarticuladoras (desterritorializadoras) de agentes exógenos desde sempre. Comunidades e lugares sempre existiram ligados a contextos mais amplos, portanto, o colonialismo e o capitalismo não propiciaram os primeiros processos desarticuladores capazes de afetá-los, como usualmente se colocava (e se coloca). Ambos, comunidade e lugar, formam-se relacionalmente, não surgem. Processos vários justificaram essa formação. Os autores convidavam a “partirmos da premissa de que os espaços **sempre** estiveram interligados hierarquicamente, em vez de naturalmente desconectados, então, a mudança cultural e social não se torna mais uma questão de contato e de articulação cultural, mas de repensar a diferença **por meio** da conexão” (GUPTA; FERGUSON, [1992] 2000, p. 33, grifo do autor).

Gupta e Ferguson desejam que nos afastemos do senso comum. Os lugares não começaram a existir a partir da expansão do capitalismo e de sua indissociável Divisão Internacional do Trabalho. Antes da força desarticuladora do capitalismo em suas diversas formas se impor aos lugares, existiram processos que os constituíram ao longo de um **extenso** período pré-capitalista. Gupta e Ferguson ([1995] 2000) afirmaram que esses processos não eram todos autóctones, como usualmente se defendia. A autenticidade identitária desses lugares não estava em um preconcebido isolamento inevitável de um período primevo, no qual indivíduos por causa de uma técnica pouco desenvolvida, nada ou quase nada se deslocavam, ou realizavam trocas. Qualquer espaço “adquire uma **identidade** distintiva como lugar” (GUPTA; FERGUSON, [1995] 2000, p. 34) através de “seu envolvimento **específico** em um sistema de espaços **hierarquicamente** organizados” (idem). Segundo os autores, ainda assim, mesmo em tal panorama de espaços interligados nos quais infinitos processos atuavam, descentrando e desterritorializando sujeitos em todos os lugares, os diversos sujeitos sociais tinham dificuldades de construir e de se vincularem a algum tipo de comunidade que não estivesse ligada a um lugar determinado.

As tendências ao nacionalismo do internacionalismo baseado na classe (...) e à utopia imaginada em termos locais em vez de universais (...) mostram claramente a importância de ligar as causas aos lugares e à ubiquidade da construção do lugar na mobilização política coletiva (GUPTA e FERGUSON, [1995] 2000, p. 39).

Não raro, recorre-se, para a legitimação da noção de lugar como permanência, ao artifício de referenciá-lo em relação a elementos aparentemente estáveis da paisagem natural. Massey pegou esse argumento e o desviou a fim de torná-lo parte de sua construção teórica sobre um sentido global de lugar. A autora lembrara que as dinâmicas naturais nunca se estabilizaram, ao contrário, estiveram sempre em movimento, somente não as percebíamos por conta de sua temporalidade muito lenta, em relação a nossa. Para ilustrar o que diz Massey (2006) descreve exemplos. Um sobre a montanha denominada *Skidaw*, localizada em uma região denominada *Lake District* (no Reino Unido), que se destacava ao ponto de se tornar turística. A elevação, de fato, tinha uma história até chegar aquele ponto, onde parecia (a uma perspectiva imediata) que ela sempre esteve. Uma história que começou centenas de milhões anos atrás onde aquela formação descreveu uma trajetória que passou, inclusive, pela linha do Equador.

Outro exemplo (MASSEY, 2006, 2008) tratara de uma rocha em Hamburgo, na Alemanha, tornada símbolo em uma campanha de acolhimento ao estrangeiro. A rocha, sabia-se, viera de outro lugar – possivelmente Suécia – em outra era geológica, graças às dinâmicas naturais próprias do planeta. Essa consciência, cultivada pelos moradores de Hamburgo, tornou-a “a mais velha imigrante da cidade”. O fato era simbólico. A rocha em Hamburgo servia a criação de uma nova imaginação acerca de um tema polêmico e caro aos essencialistas: sobre qual a quantidade de tempo necessário para alguém ou alguma coisa ter o endosso do seu pretense pertencimento a aquele lugar. E se todos os elementos que compõem aquela paisagem aparentemente inalterada ao longo de vários séculos, de vários milênios, tiveram sua origem em outros lugares? E se entendermos que esses mesmos elementos não estão estabilizados? Neste exato momento todos os elementos naturais de uma paisagem, independentes da ação humana, estão em franca deterioração e/ou em movimento, perceptíveis ou não, aos nossos sentidos.

A autora derivou sua explanação – sobre a instabilidade da paisagem natural quando pensada na escala geológica (vinda da Geologia e da Geomorfologia) – para uma reflexão sobre o uso recente dessas paisagens nos discursos instituídos com o objetivo de criar identidades ancoradas espacialmente. A região de *Lake District*, onde se localizou a



formação *Skidaw* citada acima, somente emergira como um espaço importante e icônico (para a identidade nacional britânica) na segunda metade do século XIX. Um exemplo de discurso, baseado em elementos da paisagem natural, usado para atestar pretensas qualidades essenciais da nação – estabilidade e harmonia – que tinham sido apropriadas pelos grupos hegemônicos no poder (MASSEY, 2006).

Massey (2006) observou que discursos criados para naturalizar qualidades éticas e políticas a partir de elementos considerados permanentes e visíveis na paisagem são construídos assim, geralmente para compensar uma sensação de perda, ou uma perda real, causadas historicamente diante de um passado de prosperidade. O discurso serve para “blindar” o lugar referido contra mudanças que podem causar novas perdas ou novas sensações de perda, ou intensificar aquela(s) já existente(s). A autora rechaçou esses modos de naturalização com o fim de rejeitar mudanças. “(...) É importante reconhecer essas perdas (...), [mas elas] requerem atenção política e ética” (MASSEY, 2006, p. 40, tradução nossa)<sup>30</sup>.

Massey, em mais uma estratégia teórica para “abrir” o lugar, “abrir” também a paisagem, incluindo, além das temporalidades sociais dos seres humanos, as temporalidades “naturais” dos elementos não-humanos. A autora desejava construir uma abordagem teórica do lugar imune a quaisquer formas de essencialização do conceito. Apropriar-se das temporalidades das formações geológicas e geomorfológicas na análise da paisagem surgira, para a autora, como mais um modo de cumprir essa construção conceitual. Formações naturais, aparentemente estáveis e específicas, presentes em uma paisagem, constitutivas de um lugar, quando se tornavam objeto de uma leitura mais ampla, podem ressurgir maiores, mais influentes no contexto de um fenômeno social. Essa leitura, segundo a autora, legítima e coerente com a realidade, uma vez que as paisagens são resultado da interação entre dinâmicas sociais e naturais. Afinal ambas se constituem mutuamente, porque então separá-las?

Observemos que Doreen Massey não desejava cobrir, através da consciência, a totalidade espacial e temporal da existência. A autora recomendava antes uma postura, uma intenção a ser adotada no trabalho de análise da realidade. Para ela era importante que não tirássemos de nosso horizonte teórico-analítico a presença e a ausência do Outro, que existia, no espaço-tempo além de nossa apreensão imediata. Uma postura dessa servia

---

<sup>30</sup> “(...) *it is important to recognize such losses (...)*”, [...] *“require political and ethical attention”* (MASSEY, 2006, p. 40)

para que não construíssemos narrativas totalizantes, nem que fôssemos cúmplices delas, a fim de que pudéssemos dar ao Outro e a nós mesmos (já que nos construíamos relacionalmente) a oportunidade de realizarmos, o mais plenamente possível, a nossa potência anunciada.

Para Massey (2004), lugar e identidade são constituídos inter-relacionalmente, conjuntamente, e são co-constitutivos. A **dimensão política** valorizada pela autora em sua proposta analítica de espaço é extensível à identidade e ao lugar. Para Massey, uma vez que o espaço obriga a convivência e a coexistência, cada arranjo de fechamento e/ou abertura do lugar/identidade deve ser discutido em sua especificidade. A autora colocou o lugar e o espaço como instâncias de exercício da política com todos, entre todos. Nesse contexto, as diferenças surgem como elementos desestabilizadores do lugar e de sua identidade, assim como da identidade dos sujeitos.

As diferenças são produzidas a todo momento em um mundo em processo. Essa produção compreende variadas estórias. As diferenças não surgem simplesmente. Elas são o resultado e o próprio processo (SILVA, [2000] 2012). O movimento, enquanto movimento de objetos que envolvem ações motivadas por ideologias, conforma diferenciações inevitáveis. Contradições produzem contradições. É dessa forma que diferença e identidade são produções sociais, imbuídas de sentido somente enquanto partes de um sistema de significação. No pós-estruturalismo, diferença e identidade são produzidas relacionalmente, denunciam uma presença – sempre incompleta e ambígua – e ausências, ou tudo que foi excluído para construir aquela identidade e/ou aquela diferença (HALL, 2012; SILVA, [2000] 2012).

A identidade tende a fixar-se, entretanto essa tendência é sempre questionada pela produção incessante das diferenças. A consolidação de uma e de outra é objeto de disputa política. Uma identidade que se afirma e se torna hegemônica também se elege como ponto de partida de uma normalização inevitável, até mesmo para a consumação do projeto hegemônico. Essa identidade torna-se o normal, o inquestionável, o dado e todo o resto que existe, constitutivo do que ela não é; transforma-se em material a ser classificado e hierarquizado segundo os parâmetros da identidade referida (SILVA, [2000] 2012).

O sistema de significação hegemônico à medida que se expande poderá ou não reconhecer aquela ou essa diferença, e poderá ou não defini-la como identidade, possivelmente menor em relação à hegemônica. A identidade, ou as identidades, é/são

definida(s) historicamente (HALL, [1992] 2006)

Hall ([1992] 2006) afirmou a existência, nesse período atual, do sujeito portador de uma variedade de identidades. Cada uma delas é mobilizada de acordo com as circunstâncias e as conveniências daqueles que as portam. “A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder” (SILVA, [2000] 2012, p. 81). Enfim as identidades e diferenças são construídas, também, historicamente, e comportam um fundo ideológico que pode ser oportunizado por essa e/ou aquela hegemonia. São representações, cujo valor somente discernimos se decodificamos o contexto, ou contextos, na quais se desenvolvem.

Para discernir a identidade ou a diferença, do lugar ou do indivíduo, não conseguiremos escapar da necessidade de contexto, que deveremos analisar em diversas dimensões temporais e espaciais, tais como “*layers*” para a análise do recorte empírico a descortinar.

## CAPÍTULO II

### **Dos instrumentos de pesquisa que nos ajudaram a alcançar o lugar**

Nesse capítulo discutiremos como pensamos e aplicamos recurso de pesquisa ao longo do trabalho. Começamos com o conceito suporte: representação. Praticamente em todos os instrumentos de pesquisa que utilizamos, os dados coletados em campo e utilizados nesse trabalho tiveram de ser em algum grau decodificados. O esforço de decodificação dependeu de um certo domínio teórico sobre o que é a representação e sobre as diversas formas que ela apresenta.

As discussões sobre representação em geral e sobre redução, representação específica construída através do recorte teórico e/ou empírico foram realizadas através, principalmente, de Henri Lefebvre, sem dúvida um dos autores-eixo desse trabalho.

Para o trabalho de decodificação fizemos também uma discussão teórica própria sobre discurso através, fundamentalmente, dos autores Michel Foucault e Norman Fairclough. Pensados então os instrumentos teóricos – representação e discurso – partimos para a discussão específica sobre os instrumentos de pesquisa em si. Nessa parte começamos por nossa principal fonte de informações, a internet. Nessa seção explicamos como a internet foi útil tanto para a aquisição de informações via organizações públicas e privadas quanto para a aquisição de informações via mídias sociais. Da primeira falamos sobre uma internet instrumental, da segunda falamos sobre uma internet comunicativa. Nas seções relacionadas a esse tema, um conjunto de autores próprios foram mobilizados: Raquel Recuero, André Lemos e Sônia Aguiar entre eles. Sendo que os dois últimos ainda trazem, para essa discussão sobre o mundo virtual, a variável espacial, enriquecendo suas perspectivas metodológicas.

Na penúltima seção abordamos os instrumentos de pesquisa que utilizamos para coletar **dados secundários** (dados obtidos por outrem a fim de cumprirem outros objetivos que não relacionados à pesquisa em questão), tanto de caráter qualitativo quanto quantitativo (basicamente estatísticas extraídas de sítios virtuais oficiais). Discorreremos sobre os procedimentos metodológicos específicos que utilizamos para esse tipo de coleta e em quais meios de comunicação nós a realizamos. Citamos os tipos textos impressos/virtuais que buscamos – documentos oficiais, material publicitário, notícias

etc. – e dissertamos sobre a fotografia enquanto dado secundário e como a usamos no trabalho.

Na última seção refletimos sobre os modos de coleta e sistematização dos **dados primários** (dados obtidos especificamente para subsidiarem a pesquisa em questão). Dissertamos sobre a observação direta e porque esse recurso fez parte dos nossos procedimentos de pesquisa. Nessa seção aproveitamos também para refletirmos sobre a paisagem enquanto categoria analítica do espaço geográfico. Logo adiante retornamos à discussão sobre fotografia, mais especificamente sobre aquelas que realizamos, explicando concomitantemente as formas que focalizamos e como as tratamos, sem perder de vista uma reflexão sobre a abordagem teórico-metodológica que nos orientou nesse procedimento. Finalmente discorremos sobre as entrevistas que realizamos para alcançar os moradores do lugar, sobre quais tipos de entrevistas efetuamos e porquê.

## 1. A REPRESENTAÇÃO: UM SUPORTE PARA A PESQUISA QUALITATIVA

A realização de uma pesquisa implica na coleta de uma quantidade de dados que precisa ser representativa. Essa característica, de representatividade do dado coletado depende do tipo de pesquisa que nos propomos a fazer. *A priori*, por conta das teorias que nos orientam e do custo envolvido no processo de pesquisa, realizamos uma pesquisa predominantemente qualitativa, no qual a quantidade de material coletada seria ditada pela **saturação**<sup>31</sup>. Preocupamo-nos com a diversidade do material – folders, panfletos, cartazes, jornais (locais, regionais e nacionais), fotografias (realizadas pelo pesquisador e/ou por outrem) – que coletamos para obtenção de dados secundários e primários, assim como nos preocupamos com a diversidade das fontes de pesquisa: bibliotecas municipais, arquivos físicos de jornais, conversas informais, a paisagem local, a internet etc.

Concentremo-nos na diversidade do material coletada. Bauer & Aarts explicaram a importância das representações no âmbito da pesquisa qualitativa.

O principal interesse dos pesquisadores qualitativos é na tipificação da variedade de representações das pessoas no seu mundo vivencial, sua

---

<sup>31</sup> “O fechamento amostral por **saturação teórica** é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a acrescentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição” (FONTANELLA *et al*, 2008, p. 17, grifo nosso). “**Saturação** é o critério de finalização: investigam-se diferentes representações, apenas até que a inclusão de novos estratos não acrescente mais nada de novo” (BAUER; AARTS, [2000] 2011, p. 59, grifo do autor).

relação sujeito-objeto, é observada através de conceitos tais como opiniões, atitudes, sentimentos, explicações, estereótipos, crenças, identidades, ideologias, discurso, cosmovisões, hábitos e práticas (BAUER; AARTS, [2000] 2011, p. 57).

A maior parte do **material de pesquisa** comporta textos analisados e interpretados à luz das teorias que norteiam nosso trabalho. Para cumprir essa tarefa se pensou, **primeiramente**, o endosso teórico desses textos<sup>32</sup> enquanto material de pesquisa e, **por fim**, quais exercícios teórico-metodológicos precisaríamos realizar para extrair o que precisávamos.

No **primeiro momento**, Lefebvre foi importante em virtude de suas reflexões acerca dos conceitos de representação, ideologia e imaginário. Também, quanto ao conceito de representação, foi importante Doreen Massey. Ambas as abordagens de representação – de Massey e Lefebvre – discutimos nessa seção. Fairclough e Foucault foram importantes com suas respectivas reflexões teóricas sobre o conceito de discurso visto como representação e com a aplicação dos instrumentos de pesquisa para análise e interpretação de textos, passo já pertinente **ao segundo momento**. A discussão teórica e prática sobre discurso foi, na sua maior parte, desenvolvida em seção própria: “Localizando os discursos”. No que se refere ao segundo momento – sobre os exercícios teórico-metodológicos que utilizamos para extrair os dados que precisávamos –, não nos concentramos em uma seção específica para pensá-lo, mas o dispersamos ao longo de várias seções nesse capítulo, como se poderá ver.

Especificamente quanto a discussão sobre representação, começamos citando Lefebvre com uma delimitação do conceito:

[as representações] *no se distinguen em verdaderas y falsas, sino em estables y móviles, em reactivas y superables, em alegorías – figuras redundantes y repetitivas, tópicos – y en estereotipos incorporados de manera sólida en espacios e instituciones. Lo cual las acerca a la ideología* (LEFEBVRE, [1980] 2006, p. 27).

Para Lefebvre as representações não possuem uma conotação negativa, fazem parte da existência. As representações não são uma aparência das coisas e possuem valor. A representação sem valor “*seguirá siendo abstracta: doble pálido y desecado de la aparición sensible*” (LEFEBVRE, [1980] 2006, p. 59). Afinal representando as coisas,

---

<sup>32</sup> Admitindo-se que a paisagem, a fotografia, além do material impresso e falado sejam textos.

a sociedade as hierarquiza, as segrega, as organiza... a representação existe, com valor. Lutfi *et al* fazem uma útil síntese acerca da importância do estudo da representação, reproduzido abaixo:

O estudo das representações destina-se a entender o processo pelo qual a força do representado se esvai, suplantada por seu representante por meio da representação, e como essa representação distancia-se do **vívido** e se multiplica, manipulando o **vívido**. As representações interpretam e, ao mesmo tempo, interferem na prática social, fazem parte da vida e dela só se distinguem pela análise (LUTFI *et al*, 1996, p. 89, grifo do autor).

Sempre no âmbito do cotidiano, Lefebvre, discutindo representação, contribui para uma aproximação do lugar. Para o autor, na segunda metade do século XX, o capitalismo penetrou no cotidiano através dos produtos que se multiplicavam dia a dia. Realizou-se uma programação do consumo diário constituindo uma **sociedade burocrática do consumo dirigido** (LEFEBVRE, [1961] 1991, p. 68). Os produtos existiam/existem em meio às representações; cada produto é acompanhado de representações. “*Lo cotidiano se programa por la convergencia de las representaciones*” (LEFEBVRE, [1980] 2006, p. 223).

Constituiu-se um sistema (um termo que o autor, nesse caso específico, não usa) parcial de significação/significado, instrumental ao capital, que envolve, além das representações, os objetos. “*Cada fragmento remite a otros e incluso a todos los demás. Así, cada representación remite a otras; la palabra remite a otras palabras; el objeto-mercancía a otros objetos y en primer lugar al dinero*” (LEFEBVRE, [1980] 2006, p. 223-224). Nesse sistema, a **publicidade** e a **propaganda** (chamadas – por Lefebvre ([1980] 2006) – de técnicas manipuladoras e programadoras do cotidiano) desempenharam/desempenham um papel importante: de construir e/ou utilizar representações que substituem as coisas e as pessoas. Associadas as coisas, produz-se um universo de representações constitutivas do produto, ao mesmo tempo que justificadoras do consumo. “*(...) una producción aparentemente orientada hacia el consumo de hecho adataba el consumo a relaciones de producción mantenidas (...)*” (LEFEBVRE, [1980] 2006, p. 224).

Lefebvre se preocupou em diferenciar o conceito de representação do conceito de ideologia. O autor se detém, quanto a essa diferenciação entre os conceitos, no âmbito do marxismo. Segundo Lefebvre, o conceito de ideologia adquiriu uma relevância muito

maior do que o de representação nesse sistema teórico. Ele (o conceito de ideologia) se tornou instrumental ao entendimento dos processos abstratos que justificam – para a sociedade – a exploração do trabalhador pelo burguês. A ideologia é uma falsa ideia construída a partir da aparência das coisas. Serve, segundo Marx, para encobrir a realidade do fato: a essência explicitada na concretude das relações de produção. Lefebvre não se alinhou com essas abordagens do conceito. Para esse autor, a ideologia está no mesmo plano da existência, nem aquém, nem além, tampouco é um reflexo exato do mundo material. **A ideologia é constitutiva da existência.** “*Las ideologías no producen el espacio: están en él, lo son*” (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 253). As ideologias são representações, mas as representações vão além, compõem toda a **superestrutura** do modo de produção capitalista. A moral, o direito e a ciência são muito mais que aparência fenomenal; são elementos que se coisificaram e se autonomizaram, adquirindo existência, produzindo e “organizando” o espaço.

Lefebvre também fez uma discussão do conceito de imaginário em relação ao de representação. Para o autor, imaginário seria a relação da consciência com o real, com o outro lugar, com o outro corpo, através da mediação de imagens. “*No obstante, lo posible, lo virtual, lo futuro no se representan sino a través de lo imaginario. Trabajadas, elaboradas, esas representaciones se vuelven utopías afirmativas o negativas*” (LEFEBVRE, [1980] 2006, p. 79).

Todos esses conceitos – representação, ideologia e imaginário – se tornaram relevantes à proporção que tratávamos com vários gêneros textuais e com a própria paisagem (também texto) do nosso recorte espacial empírico. Todos esses textos comportavam várias representações, ideologias e imaginários que precisávamos reconhecer e descrever, assim como analisá-los. Além desse motivo, outro ainda existe e completa esse esclarecimento sobre a necessidade de utilização dos conceitos mencionados: trata-se de reconhecermos os sujeitos envolvidos na emissão desses textos, de sabermos quem são eles, assim como os seus motivos. Nesse ponto outro conceito se tornou instrumental: o de **hegemonia**.

Lefebvre também dialogou rapidamente com o conceito de hegemonia, a partir de Gramsci. O autor apontou a importância do conceito para compreender a abrangência e a complexidade do domínio de uma classe por outra, e afirmou como esse domínio precisava se exercer “*sobre toda la sociedad, cultura y conocimiento incluidos*” (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 71).



Os grupos dominantes, a fim de realizarem sua hegemonia, tendem a construir (ou adotar) discursos que o identifiquem a maioria: à massa, tida como homogênea e amorfa. São vários os artifícios utilizados com esse fim, entre eles a adoção de um passado comum, de uma ancestralidade compartilhada por todos, capaz de resgatar os valores perdidos e de levar adiante o projeto de grandeza para o qual aquele povo está destinado (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 318-319). Hobsbawm (2012) ponderou acerca de um desses artifícios – a invenção das tradições – utilizados para unir um grupo em torno de um objetivo compartilhado, primariamente, apenas por uma parcela do mesmo. O autor discorreu sobre como tradições aparentemente muito antigas são relativamente novas, com data de criação e, muitas vezes, autor(es).

O conceito de hegemonia é particularmente útil porque valoriza os conceitos de representação e ideologia, dando outro relevo para a superestrutura em relação à estrutura, e possibilitando outro “olhar” acerca dos textos, de um modo geral. Tais textos, analisados através do conceito de hegemonia, adquirem conteúdo político e tornam-se capazes de denunciar os processos de **negociação** que envolvem suas respectivas produções. Afinal a construção de uma hegemonia não envolve a subordinação pura e simples dos grupos hegemonzados.

(...) ela [a hegemonia] pressupõe que se leve em conta os interesses dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que estabeleça uma relação de compromisso e que faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa (...), [que] nunca envolvem os aspectos essenciais do grupo hegemônico, pois se a hegemonia é ético-política, ela é também econômica (ALVES, 2010, p. 78)

Na abordagem de orientação pós-estruturalista, relacionada ao espaço, encontramos em Massey também uma discussão sobre representação. Para essa autora, o referido conceito é uma estabilização do tempo-espaço, um fechamento – necessário e provisório – da realidade processual. Uma simplificação útil.

A autora observou o fato da representação também servir aos grupos dominantes, e nesse ponto Massey fez uma diferenciação. Essa representação pode ser constitutiva da realidade processual, uma produção provisória e descartável, e pode ser uma *mimesis*, ajudando a compor uma ideologia, um fechamento produzido com o fim de ser definitivo. A primeira forma torna a representação cúmplice de uma multiplicidade contínua e coetânea, constitutiva de um espaço aberto. A segunda forma trabalha com um mundo de

multiplicidades discretas, coisas passíveis de serem fetichizadas. Nessa perspectiva a representação é pensada como espelho da realidade.

No contexto do pós-estruturalismo interessa-nos os textos que coletamos enquanto um conjunto de representações da realidade que estudamos, que **não** constituem um espelho da realidade. Admitimos que quaisquer textos – escritos, imagéticos ou falados – constituem-se em diversas apresentações da realidade, visto que cada um deles corresponde aos interesses de um indivíduo ou de um grupo social. Mesmo o texto científico que será formulado a partir desse material não pode ser considerado uma reprodução da realidade, pleno de objetividade, mais sim outra apresentação dessa realidade. De acordo com Flick, sob uma perspectiva pós-estruturalista: “(...) os textos não são nem o mundo *per se*, nem uma representação objetiva de partes deste mundo. São, antes, resultantes dos interesses daqueles que produziram o texto, bem como daqueles que o leram” (FLICK, [1995] 2009, p.74).

Além dos textos escritos e da paisagem, que já citamos, analisamos as falas dos indivíduos que submetemos às entrevistas (ver a seção “6.2. Entrevistas para reconhecermos lugares e coletarmos discursos”) que realizamos ao longo da pesquisa. Não aplicamos, em sentido estrito, análise do discurso nos textos em geral. Entretanto, nos apropriamos de alguns princípios metodológicos quanto ao discurso, proferidos por Fairclough, que nos foram importantes quanto à adoção de uma postura no que se refere a interpretação e análise dos textos que compuseram os materiais de pesquisa do trabalho que realizamos. Desenvolvemos essa discussão, sobre a interpretação e análise dos textos, na seção “3.1. Localizando os discursos”.

## **2. DE TESOURA EM RISTE: RECORTAR PARA ANALISAR**

*En lo que al concepto de producción se refiere no llega a ser plenamente concreto ni adquiere un contenido cierto sino por las respuestas a las cuestiones que plantea: “Quién produce?”, “Qué?”, “Cómo?”, “Por qué y para quién?” (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 126).*

Lefebvre apontou a necessidade da redução, indispensável “*ante la complejidad y el caos de las observaciones inmediatas*” (LEFEBVRE, [1974] 2013, p. 160). Reduzimos com o fim de tornar a pesquisa viável, lógica e formalmente. Entretanto, em algum

momento, é necessário reverter o trabalho de análise, restituindo o que foi simplificado à complexidade da qual faz parte (LEFEBVRE, [1974] 2013). O mesmo autor advertiu acerca do perigo do pesquisador não realizar a restituição à totalidade do reduzido. Quando não é feito esse esforço, e o pesquisador aprofunda-se no artifício da redução, perde-se o objetivo, que é o desnudamento das contradições. O reduzido, absolutizado, torna-se falsamente uma síntese da realidade com *status* científico, uma ideologia – no sentido dado por Marx – útil ao poder hegemônico.

Como já apontamos, Lefebvre ([1974] 2013) discorreu sobre a necessidade de análise da totalidade (espaço-tempo) em processo, a terceira, das quatro implicações de se admitir o espaço como produto. A análise da totalidade, a princípio, de aparências, para ser realizada, pede **duas** perspectivas de análise: a **primeira**, sincrônica, concentra-se sobre o espaço, é horizontal e pede uma redução, um recorte espacial teórico; a **segunda**, diacrônica, concentra-se sobre o tempo, é vertical e genética e também envolve uma redução, o recorte temporal, a periodização. Além destas, outras reduções secundárias precisarão ser realizadas. Objetos e discursos devem ser discriminados na realidade através do exercício analítico, mas não devem permanecer no “limbo” do espaço abstrato, absolutizado. Entendê-los acarreta não perder de vista a totalidade em processo da qual foram “extraídos”. É dessa forma que essas reduções adquirem outra importância, enquanto indicadores e testemunhos de processos mais amplos.

Uma vez reconhecidas as reduções e expostas, cabe-nos então reintegrá-las à totalidade, a fim de conhecer seus respectivos contextos, os motivos, pôr a mostra as contradições das quais são constitutivas, assim como recuperá-las a unidade com o todo. As reduções somente comportam sentido no âmbito da totalidade em processo, quando são continuamente ressignificadas.

Schmid ([2008] 2012), discutindo a teoria de Lefebvre, explicou como a redução espacial é uma metonímia, visto que extraímos metodologicamente uma parte do todo. Parte e todo são indissociáveis e mutuamente explicativos. O sentido de ambos somente pode ser resgatado através das conexões simultâneas, praticadas e não-praticadas, que os põem em relação e lhes são peculiares.

As reduções representacionais – modelos, discursos, ideologias etc. – são metáforas, perecíveis, produzidas historicamente, geralmente, para fins políticos. Enfim as reduções são sempre aproximações, resquícios, sugestões. O modo de reconhecê-las, de extraí-las, e de reintegrá-las à totalidade vai derivar a depender das questões que

conseguirmos elaborar, assim como daquelas que conseguirmos responder. Ao longo desse capítulo iremos discutir alguns dos instrumentos de pesquisa que utilizamos para cumprir esses intentos, assim como as condições teóricas e empíricas que nos possibilitaram utilizá-los.

Nosso recorte espacial empírico não poderia ser pensado/explicado, na acepção teórica de orientação marxista, sem que resgatássemos os sucessivos arranjos socioespaciais que o contextualizaram nos diversos períodos técnicos. Tornou-se importante que mostrássemos a especificidade do nosso recorte espacial empírico sob uma perspectiva espacial que inevitavelmente também era histórica. Afinal, segundo Lefebvre, citando Marx, a formação econômico social é um todo, um conjunto. “O devir é um todo, a tal ponto que os estádios posteriores do desenvolvimento (...) esclarecem os momentos precedentes” (LEFEBVRE, [1957] 1969, p. 192), e vice-versa. O desenvolvimento do capitalismo, ainda que desigual, possui uma unidade, espacial e histórica.

Seguindo Lefebvre, resgatamos a unidade espacial do desenvolvimento da produção do espaço em uma análise sincrônica, que realizaremos nos últimos capítulos. Nessa análise, todos os objetos e ações foram sincronizados em um exercício de análise do lugar presente. Mas além dessa análise, fundada na sincronia, faremos no terceiro capítulo uma **periodização** baseada no resgate de diversas temporalidades e ritmos que influenciaram e tomaram parte no desenvolvimento histórico do recorte espacial empírico, objeto de nossa pesquisa. Ribeiro afirma: “a **periodização** ao mesmo tempo precede e resulta da interpretação de fatos” (RIBEIRO, 2004, p. 195).

Porém, até que ponto dessa história pretérita da Santo Amaro precisamos retroceder com o objetivo de resgatar as temporalidades diversas que compõem, ativamente ou passivamente, o presente do nosso recorte espacial empírico? No terceiro capítulo, realizamos esse retorno no tempo até o ponto em que conseguimos surpreender, no processo de produção do lugar em questão, alguns elementos e processos explicativos do seu presente. Quando assim o fizemos não nos concentramos somente na descrição dos elementos e processos em si, mas também observamos como esses se articularam ao panorama mais amplo de cada período. Fizemos incursões nessa história pretérita reconstituindo amostras síntese pertinentes ao que desejávamos explicar.

No presente, enfim, buscamos na cotidianidade, nos discursos e nas ideologias (**nas representações**), assim como nas formas que persistem de outros tempos, os

resquícios de outros momentos do modo de produção capitalista, a fim de apreender como o mesmo se realizou em um espaço constituído periférico nas sucessivas divisões internacionais do trabalho.

### 3. PARA PESAR OS TEXTOS

Admitindo que consideramos texto quaisquer formas-conteúdos (textos impressos, paisagens etc.) que se oferecessem à leitura desse pesquisador, tivemos que adotar alguns pontos de partida, marcos de referência e busca, a fim de que não nos perdêssemos na grande quantidade de textos “capturados” pelo trabalho de campo e pelo percurso bibliográfico. Para a eleição desses marcos de busca e referência distinguimos algumas categorias a fim de classificar e ordenar o tipo de material com o qual trataríamos.

No entanto antes ainda da eleição desses marcos de referência e busca precisávamos realizar uma primeira coleta de dados, introdutória a pesquisa como um todo. Dessa forma, a primeira ação conforme com o nosso trabalho foi uma pesquisa exploratória no sentido de procurar informações do lugar empírico Santo Amaro.

Para realizar a assim chamada **pesquisa exploratória** procuramos ver o lugar a partir do que erámos, estranhos. Esse lugar se torna lugar à medida que ele se relaciona com a totalidade (em uma abordagem orientada pelo marxismo), ou com outros lugares, que o negam e o reforçam. Reconhecer então Santo Amaro como um lugar atravessou uma primeira etapa que foi vê-lo de fora, a fim de delinear-lo naquilo que o particularizava para aqueles que nele não residem ou que não residiram; aqui já se admite uma correspondência entre lugar e cidade que não existe necessariamente.

O objetivo dessa **pesquisa exploratória** era, portanto, conseguir colher um conjunto de informações sobre Santo Amaro que o caracterizassem superficialmente, enquanto **forma e função**. Enquanto **forma**: com um número de habitantes, uma renda média, um número de prédios antigos tombados, um número de veículos automotivos circulantes etc. Enquanto **função**: desempenhando um papel específico em relação a uma rede de cidades e em relação aos outros aglomerados populacionais do município.

Durante a coleta dos dados mencionados acima – acerca das formas e funções que caracterizavam o nosso lugar empírico – tivemos somente o cuidado de diversificarmos as fontes, de modo que não houvesse o privilégio de uma única origem – um jornal, uma

revista, um sítio virtual oficial, um *blog* etc. – viciando o processo de pesquisa já no seu ponto de partida. Fizemos assim porque pretendíamos construir um instantâneo daquele lugar que fosse o mais diverso possível, não privilegiando essa ou aquela representação.

O procedimento de coleta de dados seguiu um padrão simples. Primeiro buscamos por materiais que fizessem menção ao lugar empírico. Com esse primeiro conjunto de materiais em mãos, realizamos um segundo processo de triagem, no qual buscamos, dentre esses dados, aqueles que tivessem, no corpo do texto, referências a atividades relacionadas à reprodução socioeconômica da população. Esgotadas essas opções, voltávamos ao ponto de partida, ao nível da primeira busca. Nessa segunda investida de coleta buscamos por referências aos recortes empíricos secundários, relacionados aquele recorte o qual consideramos primário, o lugar. Esses outros recortes empíricos seriam outros lugares – alguns deles surgidos na primeira busca – ou a região, ou o território estadual (Bahia). Fizemos assim por conta de nossas orientações teóricas.

A busca por outros recortes empíricos, além do lugar, faz parte do reconhecimento (iluminado teoricamente) de que determinadas dinâmicas, as quais pretendíamos apreender, não se restringiam ao recorte empírico primário, mas o atravessavam, tornando-o parte de um processo, espacial e temporalmente, mais amplo. Esse é um motivo mais geral, que fundamenta nossa ação em ambas as teorias que elegemos. Mas se procurarmos um motivo mais específico, em relação à escolha da região como um recorte empírico secundário, **por exemplo**, conseguiríamos encontrá-lo no conceito de hegemonia, de inspiração marxista, o qual explica o domínio de uma classe em relação a outra, na escala regional (que se realiza localmente) lastreado, até certo ponto, por discursos com forte caráter ideológico de fundo regionalista.

Entre todos os dados que coletamos, sejam relacionados aos recortes empíricos sobre os quais tivemos nos debruçar, sejam as formas presentes no espaço de Santo Amaro que tivemos de ler, uma categoria deles foi especialmente relevante para o trabalho de aproximação do lugar. Referimo-nos aos sujeitos.

Os sujeitos eleitos, de certa forma, são signos, é certo, mas também correspondem a significantes, a palavras que lemos em textos e digitamos em motores de busca virtual, ou a imagens, representações pictóricas que encontramos na paisagem, em textos impressos ou virtuais. Entretanto, a particularidade do signo (sujeitos sociais específicos) pede um tratamento diferenciado no processo de pesquisa. Procurar textos e coisas não é a mesma coisa de procurar pessoas, grupos sociais, categorias profissionais etc.

O conjunto de sujeitos foi sendo descoberto ao longo de nossa pesquisa compondo uma lista de referência que nos norteou. Decerto houveram vários momentos nos quais a lista de sujeitos foi refeita, mas foi preciso uma lista primeira que servisse como ponto de partida. Obviamente, nessa primeira lista, nem todos os sujeitos mostraram-se igualmente relevantes à pesquisa e foi inevitável que alguns deles fossem postos de lado ao longo do trabalho.

O primeiro conjunto de sujeitos foi construído a partir do horizonte posto pelo objetivo primário de pesquisa – **discutir a reprodução socioeconômica dos sujeitos sociais no âmbito de um recorte espacial empírico que correspondesse ao lugar, ao mesmo tempo em que se buscava entender o quanto as relações que viabilizavam essa reprodução eram também constitutivas do lugar** – em consonância com os dados secundários, coletados em bibliotecas, arquivos e/ou internet e a experiência do primeiro campo. Afinal, reconhecer sujeitos relevantes em campo implicaria tempo e, por conseguinte, custo. Fazer campo com uma lista de sujeitos relevantes posta a princípio – seja para uma entrevista ou conversa informal, ou mesmo fotografia –, ainda que não fosse totalmente aproveitada, nos economizaria tempo e dinheiro. Esse procedimento nos ajudou, inclusive, a termos mais exatidão quanto aos próximos passos que seriam dados na pesquisa.

Um passo que contribuiu para a construção da lista de sujeitos sociais considerados relevantes foi pôr o objetivo primário em relação às teorias que nos orientavam. As reflexões norteadas pelo marxismo pediram que prestássemos atenção nos sujeitos sociais relacionados às atividades produtivas e/ou remuneradas (que não precisam estar ligadas necessariamente à produção) mais relevantes do nosso recorte empírico. Nesse sentido, tivemos que sondar essas atividades observando as categorias profissionais (mesmo quando essas não apareciam formalizadas) associadas a elas, assim como seus representantes mais significativos, quando existiam ou quando conseguíamos distingui-los. Enquanto a teoria de orientação pós-estruturalista nos fez prestar atenção nos outros grupos sociais, nem tão ligados às atividades produtivas e/ou remuneradas em si, mas com certeza relacionados à reprodução social daqueles (incluindo os membros de cada grupo pensado) que moravam, viviam e/ou trabalhavam no nosso recorte espacial empírico.

Gaskell forneceu um nome adequado a esses sujeitos considerados relevantes que deveríamos procurar em campo: **grupos naturais** (GASKELL, 2011, p. 69). Segundo

esse autor, os grupos naturais consistiam em grupos de indivíduos que partilhavam algumas características julgadas essenciais para o tema a ser desenvolvido. Gaskell (2011) empregou o termo no âmbito de um texto sobre metodologia discutindo a entrevista. Ampliamos a utilização do termo no contexto de outros recursos de pesquisa, para além do campo. No momento da pesquisa quando retornávamos a “mesa” com o objetivo de buscar informações secundárias, escrevíamos os nomes, usados para designar os diversos grupos escolhidos, nos motores de busca dos navegadores virtuais, assim como na busca virtual de arquivos públicos e/ou corporativos.

Com a perspectiva dos grupos naturais em vista, fomos elegendo sujeitos passíveis de serem entrevistados e fotografados ou “buscados” na internet ou nos arquivos públicos e corporativos. Entre os grupos naturais eleitos citamos: **os sambadeiros, os feirantes, os adeptos das religiões de matriz africana, os pequenos comerciantes, os trabalhadores industriais, os trabalhadores do terciário, os capoeiristas, os barraqueiros, os sindicalistas** etc. A lista mudou várias vezes, entre as idas e vindas do campo para o “gabinete”, do “gabinete” para o campo. Sujeitos julgados importantes, logo no início da pesquisa, como os capoeiristas, demonstravam não ser tanto assim mais adiante, assim como sujeitos nem sequer imaginados nos passos iniciais da pesquisa, como os trabalhadores da indústria, emergiam relevantes rapidamente, mostrando-se essenciais para o entendimento do que se pretendia pensar e explicar.

Reconhecidos alguns sujeitos, observadas suas ações, assim como objetos, enfim descrito um esboço da **constelação de relações** que deveríamos analisar, precisávamos nos aprofundar no conteúdo dessas relações e expandir a **trama** delas de modo a envolver completamente, ou quase, o nosso objeto: o lugar. Trabalhávamos com um lugar relacional, o lugar que íamos observando se constituía diante de nós, a partir das relações entre os sujeitos e dos sujeitos com os objetos. Essas relações comportavam conteúdos, ideologias, propagavam representações, as recriavam. Diante de nós o lugar se refazia e se construía. De um sujeito conhecíamos outro(s) ou, ao menos, reconhecíamos sua existência em outro lugar, em outros lugares<sup>33</sup>. Desse sujeito sabíamos outro(s) conteúdo(s) até aquele instante desconhecido(s). Muitas possibilidades ofereciam-se. O objetivo primário era o guia que usávamos para não nos afastar do percurso inicial.

---

<sup>33</sup> Esse processo, de encadeamento de agentes, está mais detalhado no capítulo II, na subseção “6.2. Entrevistas para reconhecermos lugares e coletarmos discursos”.



### 3.1. LOCALIZANDO OS DISCURSOS

Quando começamos a compor o conjunto de informações que fundamentariam o processo de pesquisa ficamos a pensar como buscaríamos essas informações, que nos interessavam, nas ferramentas de busca da internet e dos arquivos e bibliotecas. Uma vez que construímos os modos de operação para adquirir essas informações, ficaram outras questões sobre como analisaríamos as mesmas. Com esse fim, aplicamos alguns procedimentos próprios da análise do discurso, segundo, principalmente, as contribuições teórico-metodológicas de Norman Fairclough quanto ao assunto.

Esse autor nos interessou, em específico, pela convergência da teoria e da metodologia, que o mesmo desenvolveu, em relação aos nossos objetivos. A análise do discurso pensada por Fairclough pode ser aplicada a quaisquer textos, produzidos ou não por instituições. O autor se apropriou, inclusive, dos textos produzidos no cotidiano dos sujeitos sociais, e não se restringiu apenas aqueles textos conformes com a linguagem verbal, já que assumiu como texto, também, as imagens visuais e a linguagem corporal (FAIRCLOUGH, [2001] 2010).

Para Fairclough, o qual se fundamenta basicamente em três autores – Foucault (quanto ao conceito de discurso), Althusser (quanto ao conceito de ideologia) e Gramsci (quanto ao conceito de hegemonia) –, o discurso é concebido de três modos nas práticas sociais. No **primeiro**, o discurso é um momento no contexto de uma prática. O discurso é constitutivo da sociedade (FAIRCLOUGH, [1992] 2001; [2001] 2010). No **segundo** o discurso é uma representação, entre outras representações. No **terceiro**, o discurso integra a constituição das identidades (idem).

Para Fairclough, o discurso comporta uma tridimensionalidade analítica, visto que consiste em uma prática social, uma prática discursiva e uma prática textual. Abaixo uma síntese sobre essa tridimensionalidade, descrita por Costa e Pacheco:

**Na dimensão do texto** devem ser observadas as categorias de vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual, a fim de se observar a organização textual; **na dimensão da prática discursiva** devem ser examinadas as categorias de produção, distribuição, e consumo de textos, bem como noções como contexto, força ilocucionária, coerência e intertextualidade, a fim de verificar o modo como o discurso é distribuído e consumido pela sociedade ou por grupos sociais específicos; **na dimensão da prática social** devem ser observadas as categorias de ideologia, sentidos, pressuposições, metáforas,

hegemonia, orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas, a fim de se observar a manutenção ou a mudança que o discurso produziu na sociedade ou em grupos sociais particulares (COSTA; PACHECO, 2011, p. 385-386).

O discurso, enquanto texto em realização, que não se consuma em um único texto e nem em um único gênero textual, mas que continua compondo vários textos e gêneros textuais, também é conforme com uma **intertextualidade**. O discurso enunciado em um documento oficial pode se desdobrar em outros documentos, em uma imagem, e/ou em um texto literário, e vice-versa.

Intertextualidade é basicamente a propriedade que tem os textos de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 114).

Esse caráter disperso dos textos que comportam um discurso também se estende ao próprio discurso. Esse também não é contínuo, nem estritamente delimitável, ao contrário, se estende descontínuo por outros discursos, ao mesmo tempo que agrega outros discursos em si. Há, portanto, uma **interdiscursividade** constitutiva do discurso, portanto necessária à sua apreensão.

Uma composição específica de discursos diversos, traduzindo o aspecto discursivo de uma determinada ordem social constitui, por sua vez, uma **ordem de discurso**. Essa pode, ou não, ser hegemônica, “participando da legitimação do senso comum que sustenta relações de dominação, sendo sempre mais ou menos contestada no contexto das disputas por hegemonia” (FAIRCLOUGH, [2001] 2010, p. 227). Fairclough citou Foucault para afirmar o discurso como um lugar de onde se exerce o poder. **Aquele que enuncia um discurso o faz dentro de uma ordem de discurso, portanto o faz porque lhe foi permitido fazê-lo.**

É discurso um conjunto de enunciados que pertencem a mesma **formação discursiva** (FOUCAULT, [1969] 2008), a qual, por sua vez, consiste em um conjunto de regras para a formação dos ditos enunciados. Essas regras são ditadas por sujeitos sociais que foram autorizados para tanto, de suas respectivas posições. São essas regras que permitem a formação de objetos no âmbito de uma ordem de discurso. Na análise a ser realizada dos textos que compõem nosso material de pesquisa, procuramos os objetos

“discursivos” convergentes com nosso objetivo primário. Também buscamos, na mesma análise, as identidades dos sujeitos sociais, outra das premissas de Fairclough ([1992], 2001) inspirada, em parte, nas reflexões de Foucault: o sujeito social é função parcial (visto que dialética) do próprio enunciado. Ou seja, nos textos que um determinado falante profere esse se serve de um conjunto específico de modalidades enunciativas (descrição, formação de hipóteses etc.) e gêneros discursivos (aconselhamento, exame etc.) característicos das atividades que desempenha. **Através da sua fala o sujeito se denuncia.**

O discurso é uma prática política e ideológica, mas o modo como esse fato se realiza é variável. A depender do domínio, ou do ambiente, os diferentes tipos de discursos “podem vir a ser investidos política e ideologicamente (...) de formas particulares” (FAIRCLOUGH, [1992] 2001, p. 95). É necessário que observemos sempre os contextos nos quais os textos são produzidos, distribuídos e consumidos. Enfim, como os textos se localizam em uma determinada sociedade? Ao longo de nossa análise procuramos observar como os sujeitos produzem, também através dos textos, seus mundos aparentemente “ordenados” e “compreensíveis”.

Não fizemos uma análise textual – e, portanto, nem uma análise de discurso, no sentido estrito –, por não caber tal procedimento metodológico no tipo de trabalho que desenvolvemos. Das três dimensões analíticas descritas por Fairclough nos detemos em duas: as dimensões discursiva e social. No que se refere a dimensão discursiva, além do que já colocamos: buscamos interpretar os múltiplos discursos, ou campos associados (FOUCAULT, [1969] 2008), presentes nos enunciados referidos ao longo do trabalho, assim como sua intertextualidade; e localizamos os sujeitos sociais que os proferem, como os proferem e de onde, assim como quem os recebem e acolhem, como o fazem e onde.

No que se refere à dimensão social da reflexão sobre o discurso, observamos a contribuição dos sujeitos sociais na afirmação de ideologias. Ao mesmo tempo, observamos, como os discursos ideológicos podem contribuir, ou não, para a manutenção de determinada hegemonia. Notando que a capacidade desses discursos de servirem como suporte a uma hegemonia específica depende do modo como são articuladas e rearticuladas as ordens de discurso existentes. Fairclough ([1992] 2001), como exemplo, descreve como um discurso hegemônico articula ordens de discurso de modo que uma luta hegemônica é encampada por instituições locais. Enfim, procuramos, através da

análise e interpretação de múltiplos textos, reconhecer discursos reproduzidos em nosso lugar empírico – a cidade de Santo Amaro – que demonstrassem o quanto seus sujeitos se aliam, ou se contrapõe, às hegemonias e lutas hegemônicas estabelecidas.

Um exemplo dessa possível cumplicidade dos sujeitos sociais locais com os discursos hegemônicos instituídos está no texto, de 1969, da professora Zilda Paim – o qual descreveremos no próximo capítulo – onde a mesma reproduz discursos patrióticos, promovidos pelo Estado a época a fim de afirmar o lugar Santo Amaro diante da nação Brasil.

Na próxima seção observaremos o papel do meio virtual de informação enquanto uma das principais fontes dos dados que utilizamos nessa pesquisa. Graças a internet entramos em contato com uma grande diversidade de tipos textuais, observamos também uma grande quantidade de textos compondo diferentes perspectivas do lugar empírico, objeto de nossa pesquisa. É sobre essas diversidades, de tipos textuais e de leituras do lugar, encontradas na internet que discutiremos na próxima seção.

#### **4. O MUNDO VIRTUAL COMO RECURSO METODOLÓGICO PARA PENSAR O LUGAR**

A internet foi um instrumento bastante utilizado ao longo da pesquisa, em **dois modos de coleta e aquisição de dados**: um, direcionado aos sítios virtuais pertencentes às organizações públicas e privadas; e dois, direcionado às redes sociais virtuais, como o *facebook*, os *blogs* e o *youtube* etc. Discutiremos sobre cada modo de coleta na internet ao longo dessa seção.

Dizemos que o **primeiro modo de coleta** está relacionado a um contexto organizacional de utilização da internet por ser utilizado pelos agentes hegemônicos como um canal de passagem para informações, ordens e pedidos. É um contexto de uso onde o fluxo de informações se realiza tendo apenas um emissor e vários receptores com pouca, ou nenhuma, capacidade de alterar o conteúdo das informações recebidas, ou de questioná-las. Esse contexto de uso da internet acontece através de sítios virtuais institucionais e/ou corporativos mantidos por uma organização. As informações por eles fornecidas, muitas vezes, não o são de forma indiscriminada, mas hierarquizada e controlada, visto que as mesmas geralmente são de caráter estratégico (RAFFESTIN, [1980] 1993).

Conseguimos distinguir **dois** tipos genéricos de informações disponibilizadas nos sítios organizacionais: o **primeiro** tipo diz respeito a própria organização que mantém o sítio virtual. Traz aspectos pertinentes a sua interface com o público, a qual consiste em uma descrição sobre suas ações e histórico, assim como dos seus produtos, serviços, parceiros e clientes. Desse caso, citamos como exemplo as informações que obtivemos para descrever as diversas empresas que atuam na construção civil pesada e na manutenção e instalação de unidades fabris<sup>34</sup>, as maiores contratantes da mão-de-obra industrial moradora de Santo Amaro. Outro exemplo, bastante ilustrativo, diz respeito ao portfólio da empresa de produção cultural Maurício Pessoa Produções<sup>35</sup>, muito útil para entendermos a penetração da família Veloso nos eventos culturais de Santo Amaro. Nesse portfólio, a empresa descrevia o conjunto dos clientes e parceiros presentes nos eventos que a mesma promovia e organizava. Esse tipo de informação ajudou a delinear geometrias de poder, redes de relações explicativas de algumas das contradições existentes em nosso lugar empírico específico.

Outro exemplo emblemático desse primeiro tipo de informação presente nos sítios virtuais organizacionais foi dado pelas empresas de varejo, as quais comumente fornecem um descritivo das mercadorias que porventura vendem, assim como uma enumeração das cidades onde atuam. O portfólio de produtos oferecidos pelas empresas de varejo ajuda a demonstrar o quanto e como a mesma é capaz de adequar seu produto a fim de atender um processo de segmentarização crescente do mercado consumidor. Esses dados relativos a adequação do produto e/ou do serviço se cruzados com a localização de suas lojas físicas ajudam a inferir outras informações, sobre qual segmento de consumidores a empresa em questão pretende atender, ou atende. Apontamos como exemplo desse procedimento que descrevemos, o modo como tratamos as informações disponibilizadas pela empresa Walmart sobre a bandeira TodoDia. O sítio descrevia a bandeira, sua quantidade e a qualidade dos produtos a serem vendidos, mais as características de suas lojas e dos lugares onde seriam alocadas.

O **segundo** tipo de informação disponibilizada está mais relacionado às organizações públicas cujos serviços e/ou produtos são usados para o planejamento estatal e/ou a ação corporativa. Trata-se de descrições acerca de territórios – nas diversas instâncias político-administrativas – de caráter estatístico, e/ou representações

---

<sup>34</sup> No capítulo IV, seção “3.3. Trabalhar para o seu lugar, Santo Amaro”.

<sup>35</sup> No capítulo V, seção “4.2. A contribuição das festas na reprodução do lugar”

cartográficas, imagens de satélites, fotografias aéreas, ou fotografias realizadas a partir da perspectiva horizontal, no plano de visão do indivíduo. Todos, instrumentos de pesquisa úteis ao inventariamento qualitativo e quantitativo de recursos. Citamos como exemplos desse tipo de informação os dados usados para montar as tabelas e gráficos constantes nos capítulos IV e V.

Na seção “1. Santo Amaro é pobre?” (no capítulo IV), por exemplo, elaboramos, a partir dos dados estatísticos liberados por organizações estatais como o IBGE, o Datasus, o IPEA entre outros, diversos gráficos e tabelas que auxiliaram nas reflexões da seção em questão. Por exemplo, o IBGE forneceu dados estatísticos que foram úteis para a elaboração de um mapa específico sobre o “Rendimento nominal médio das pessoas”<sup>36</sup> em Santo Amaro. Ao mesmo tempo, para a espacialização dos referidos dados, usamos a os setores censitários (outra contribuição do IBGE), também disponível no próprio sítio virtual da organização.

Além das organizações públicas, também algumas privadas liberaram virtualmente informações relativas ao inventariamento dos territórios político-administrativos. A empresa Google Inc., por exemplo, disponibiliza, entre os seus diversos serviços, imagens de satélite da superfície do planeta Terra. Para a elaboração de alguns dos mapas, usamos as imagens de satélite da cidade Santo Amaro disponíveis no Google Earth. Entre esses mapas citamos, por exemplo, aquele sobre a “Evolução da mancha urbana”<sup>37</sup> de Santo Amaro, desde 1996 até 2014. Para a realização dele precisamos, além da imagem de satélite do Google Earth, de uma fotografia aérea da cidade realizada pela CONDER, em 1996.

Essas medidas obtidas pelas organizações e disponibilizadas em seus respectivos sítios virtuais mostram algumas tendências, algumas possibilidades, que observamos e contextualizamos antes de submetê-las a análise. Entretanto, nos referindo especificamente às organizações estatais, elas não só disponibilizam dados estatísticos e informações relativas ao inventariamento do território. Nos sítios virtuais oficiais é relativamente fácil encontrar documentos oficiais e propaganda política explicando e enaltecendo os motivos da ação estatal.

Quanto ao **segundo modo de coleta e aquisição de dados**, ele acontece em um ambiente virtual (na internet) que chamaremos de comunicativo ou comunicacional. O

---

<sup>36</sup> No capítulo V, seção “1.1. Morar no lugar Santo Amaro”.

<sup>37</sup> No capítulo V, seção “1.1. Morar no lugar Santo Amaro”.

mesmo permite mais do que somente a transmissão e a modificação da informação em uma única direção. Ele permite também a comunicação horizontal entre os diversos participantes virtuais (que podem ser tanto indivíduos, quanto grupos informais e/ou organizações), os quais possuem a possibilidade técnica – ainda que nem sempre política e/ou econômica – de alterar a informação original. Esse modo de comunicação se realiza, principalmente, através das mídias sociais (*twitter, blogs, facebook, myspace* etc.) ou, como chamou Lemos (2010), das mídias sociais que conformam funções pós-massivas. O acesso às informações que circulam por esses espaços virtuais até pode ser hierarquizado, mas o foi, predominantemente, por outros critérios, que não aqueles organizacionais constituídos por uma razão instrumental. Nesse caso, os critérios, que podem ser também instrumentais, o são principalmente de caráter mais subjetivo, muitas vezes não muito discerníveis por aqueles (*outsiders*) que não dominam os códigos constitutivos da comunicação entre os participantes. Nos ambientes dessa internet comunicacional, as mídias sociais virtuais são instrumentos de comunicação de redes sociais reais, existentes no mundo físico. Sobre esses dois modos de coleta e aquisição de dados que distinguimos discutiremos nas subseções seguintes.

#### 4.1. AS MÍDIAS SOCIAIS VIRTUAIS: UMA INTERNET COMUNICATIVA PARA A CIRCULAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DO/NO LUGAR

Enquanto fazíamos o trabalho de campo necessário, em diversos momentos, éramos obrigados a nos servir de *lan houses*<sup>38</sup> a fim de obter as informações imprescindíveis para o encaminhamento do que se precisava fazer naquele instante. Em determinado momento, ao longo destas idas e vindas entre o campo – enquanto fazíamos entrevistas e tirávamos fotos – e o “gabinete” – nos momentos que procurávamos informações sobre a cidade, seu entorno imediato e sujeitos sociais –, quando já conhecíamos relativamente bem a cidade e alguns de seus sujeitos, o suficiente para reconhecermos alguns deles nos ambientes virtuais da internet, observamos uma trama de relações que se reproduziam, concomitantemente, na cidade e virtualmente. Essa trama que se enreda pelo espaço virtual e na realidade física alcança outros lugares, em outros

---

<sup>38</sup> Também chamados de *cyber cafés*, são estabelecimentos onde o indivíduo pode se conectar a internet mediante um custo que é cobrado proporcionalmente ao tempo que o mesmo permanece conectado.

estados, em outros países. Associada à trama, de grande densidade comunicacional, surpreendemos muitas informações, relacionadas ao cotidiano do santoamarense, dispersas por várias mídias sociais<sup>39</sup>, informações disponíveis publicamente com riqueza de detalhes.

Graças às novas tecnologias telemáticas, vemos se estabelecer e se consolidar o meio técnico científico informacional que ainda está em expansão e gradativamente vai alcançando todos os lugares. É por causas delas, dos objetos gerados a partir delas, das ideologias a elas associadas, que vemos se desenvolver uma fase flexível do capitalismo, na qual a produção é deslocada, como eixo de sustentação do capital, em prol da circulação e do consumo. As novas tecnologias possibilitaram maior mobilidade dos sujeitos no que se refere à tomada de decisões, a geração de informações, assim como à sua emissão e recepção. A frequência com que novas inovações são criadas tornou-se maior, e, concomitantemente, o tempo de realização dos produtos tornou-se menor. Acelerou-se o tempo de obsolescência programada e/ou relativa dos objetos. Aceleraram-se os momentos; multiplicaram-se os híbridos<sup>40</sup> (SANTOS, [1996] 2009). André Lemos (2006, 2007, 2010) vai observar que o território, no atual momento, pode se constituir como um misto de virtualidade e materialidade, um **território informacional**.

A emergência do território informacional está relacionada à disseminação da comunicação sem fio e a sua possibilidade. Fato possível graças a banalização dos aparelhos digitais portáteis – *laptops*, *palms*, *tablets*, telefones móveis etc. – e das tecnologias de conexão sem fio. As duas tecnologias combinadas permitiram que se generalizassem nas cidades atuais os ambientes de acesso pessoal e móvel à informação, os mencionados territórios informacionais: espaços moventes, híbridos, formados pela “relação entre o espaço eletrônico e o espaço físico” (LEMOS, 2007, 2010, p. 160).

---

<sup>39</sup> Segundo Rocha e Alves (2010, p. 224) as mídias sociais constituem “um universo de *sites* e ferramentas que disponibilizam e compartilham conteúdos, abrindo espaço para a integração de seus usuários, formando redes sociais ou não”. Kaplan e Haenlein (2010) fazem um útil retrospecto sobre o conceito de mídia social, o qual existia independente da internet. Segundo estes autores, em uma definição bastante técnica e específica, a mídia social é: “um grupo de aplicações baseadas na internet que se apoiam nos fundamentos ideológicos e tecnológicos da Web 2,0 [uma tendência na utilização da internet que a valoriza como plataforma para comunidades e serviços virtuais], e que permitem a criação e a mudança do **Conteúdo Gerado pelo Usuário** [termo utilizado geralmente para denominar conteúdos *on line* que permitem a intervenção do usuário final]” (p. 61, tradução nossa, grifo nosso).

<sup>40</sup> Santos ([1996] 2009) discutiu a ideia de híbrido no contexto de um método geográfico de orientação marxista que afirma, *a priori*, um espaço geográfico sistêmico e relacional, totalidade concreta e dialética, constituído por objetos e ações indissociáveis entre si, os quais o autor qualificou como híbridos por estarem, neles, amalgamados, tanto o informacional quanto o científico e a técnica, tudo impregnado pelo econômico, o político e o simbólico.



Graças a objetos informacionais (interligados em uma rede planetária), cuja utilidade é justificada por representações – propagadas principalmente pela publicidade e, em parte, também construída por ela –, a exposição da vida privada (sua e do outro) tornou-se lúdica e política. Na seção “2. ‘Virtualização’ do lugar Santo Amaro através das mídias sociais” (no capítulo V) citamos vários exemplos de moradores de Santo Amaro documentando espontaneamente seu cotidiano e o cotidiano daqueles que o cercam nas mídias sociais, nas quais mantem um ou mais perfis virtuais. Amapagu Cazumba (nome fictício de uma moradora da cidade), por exemplo, além de manter um *blog*, também possui um perfil virtual no *facebook*. Nesses perfis o referido sujeito fala de si, das suas aspirações, desejos e necessidades, mas também, inevitavelmente, fala dos outros com os quais se relaciona e compartilha o mesmo espaço, ou os mesmos objetivos, ou não concorda sobre algumas opiniões etc. Amapagu Cazumba, inconscientemente ou não, se mostra e mostra o seu lugar ao mundo.

Através dos seus perfis virtuais, os sujeitos sociais dialogam com os indivíduos do seu lugar e com os sujeitos de outros lugares. A capilaridade das redes informacionais e a portabilidade dos aparelhos que possibilitam a conexão com as mesmas permitem incluir e sermos incluídos virtualmente em uma grande diversidade de redes sociais a partir de qualquer ponto na superfície do planeta.

Segundo Recuero (2007), graças aos espaços virtuais de comunicação, o indivíduo comum posto em rede pela *internet* (e pelo telefone móvel), tornou-se capaz, das “trincheiras” de seu cotidiano, além de desempenhar sua função de praxe – de receptor da informação produzida pelos agentes instituídos – de também, à revelia da imprensa formal, produzir, filtrar e reverberar a informação. A autora, no intuito de desenvolver essa ideia, construiu uma reflexão sobre como as relações características das redes sociais físicas podem se reproduzir também no meio virtual. Para tanto Recuero empregou a discussão – desenvolvida por Granovetter<sup>41</sup> – sobre o papel dos laços fracos e fortes na disseminação da informação.

Recuero (2007) explicou que, no mundo virtual – no contexto das mídias sociais virtuais (*facebook*, *Orkut*<sup>42</sup>, *twitter*, *blogs* etc.) – assim como no real, existem espaços de sociabilidade, os quais podem ser mais ou menos disputados, de acordo com o capital

---

<sup>41</sup> GRANOVETTER, Mark. *The strength of weak ties*. *American Journal of Sociology*, University Chicago Press, Chicago, v. 78, n. 6, 1973, p.1930-1938.

<sup>42</sup> O Orkut foi criado em 2004 e extinto em 2013.

social a eles agregado. Redes constituem esses espaços de sociabilidade. Recuero as classifica em **dois tipos** segundo o capital social a elas agregado. O **primeiro** tipo são as redes centradas na interação, baseadas, principalmente, em laços fortes e relacionais. São, por exemplo, as redes construídas em comunidades virtuais moderadas, como grupos de mídias sociais virtuais, ou fóruns de discussão, ambos organizados em torno de um tema, sobre o qual os membros desejam discutir e se aprofundar. Grupos virtuais no *facebook* quando moderados, geralmente por membros fundadores do grupo e/ou mais engajados em sua manutenção, regulam a entrada de novos membros, um sinal de que esses grupos são baseados principalmente em laços fortes e relacionais. Estes dependem de um investimento maior, por parte dos membros, de tempo e energia nas interações, a fim de que o capital social agregado aumente e se reproduza.

Outro exemplo de redes centradas na interação são as redes sociais compostas por *blogs*, bem menos explícitas ao *outsider* (de fora) do que aquelas das comunidades fechadas do *facebook*, estas redes não possuem moderador, pois não constituem um grupo virtual formal, apesar de que, alguns *blogs* oferecem a possibilidade do proprietário moderar os comentários. “Blogueiros” comentam nos *blogs* uns dos outros, trocam informações e realizam discussões. Um “blogueiro”, para ser reconhecido por seus pares, deve postar regularmente em seu *blog*, ao mesmo tempo que faz comentários nos *blogs* dos outros. Enfim, os laços entre os membros dessa rede devem ser frequentemente reiterados, **suas conectividades devem ser praticadas**, visto que, de acordo com Recuero (2007), o que distingue as redes centradas na interação é a grande densidade de conexões entre os nós – membros da rede – e relativamente, diante das possibilidades, os poucos nós que as constituem.

O **segundo** tipo de redes, discutido por Recuero, é aquele centrado na **identidade**. São similares aos supracitados no fato de que se tratam de comunidades criadas em torno de um tema. Entretanto essas redes não são moderadas. Qualquer um pode aderir ao grupo constituído principalmente por laços fracos, pois estes não pedem grandes investimentos de energia e tempo dos seus membros. O objetivo do sujeito quando adere a um grupo com essas características é, “mais do interagir com os usuários do mesmo, mostrar à sua rede social quem é (...) [e] quais são os seus interesses (...)” (RECUERO, 2007, p. 8-9). As redes centradas na produção de identidade “possuem mais atores [nós] do que laços [conexões] entre eles, com menor qualidade e quantidade de capital social” (idem).

Descrever as redes sociais virtuais tal como elas se configuram, ajuda-nos a pensar o quanto alguns nós ativos dessas redes são interessantes para o estabelecimento de uma conexão com o fim de obter informações relacionadas ao nosso objeto. Neste ponto, rememoramos uma reflexão de Sônia Aguiar (2007), similar, por sua vez, àquela desenvolvida por Recuero com algumas diferenças. Recuero descreveu a possibilidade das redes sociais físicas se reproduzirem, em algum grau, no mundo virtual. Já Aguiar afirmou existir complementaridades entre redes sociais físicas e redes sociais constituídas em meio virtual. Assim sendo, as conexões que se realizam no âmbito da realidade física podem se estender ao ambiente virtual. Enfim, foram ambas as reflexões que nos subsidiaram na adoção do procedimento de complementar as informações que obtivéssemos em trabalho de campo, com informações que, porventura, obtivéssemos na internet através das mídias sociais, e vice-versa. Nesse sentido foi essencial a descrição da topologia da rede social virtual descrita por Recuero. Ela nos fez perceber os tipos de sujeitos mais interessantes para buscar no ambiente virtual.

Reconhecidos os sujeitos relevantes, a partir, também, dessa localização dos mesmos na topologia das redes sociais (virtuais ou físicas), começamos a coleta de dados secundários no âmbito das redes sociais virtuais. Sobre esse tema – coleta de dados secundários – discutiremos na próxima seção.

## **5. DE SEGUNDA MÃO: OS DADOS SECUNDÁRIOS (QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS) E OUTRAS REPRESENTAÇÕES**

Triviños ([1987] 2010), discutindo **triangulação**<sup>43</sup>, apontou a importância da coleta de dados secundários, denominando-os como enfoques específicos, necessários ao processo de validação da pesquisa qualitativa. Para esse autor, são **dois** os enfoques

---

<sup>43</sup> A fim de obter uma amostra qualitativa que nos permitisse a perspectiva mais diversa possível da realidade, capaz de afirmar os nossos resultados de pesquisa como válidos, confiáveis e críveis – nos servimos de uma técnica usualmente denominada de triangulação (TRIVIÑOS, [1987] 2010; FLICK, [1995] 2009) a qual nos autorizou – para alcançar o objetivo descrito – a utilizar, e combinar, variados procedimentos metodológicos para a obtenção de dados de qualidades diversas.

Se citamos Flick ([1995], 2009), dizemos que existem quatro tipos de triangulação: de dados, do investigador, da teoria e metodológica. Dentre essas dizemos que aplicamos três deles: a triangulação de dados, já que empregamos “diferentes fontes de dados” (idem, p.361), descritas nesse capítulo; a triangulação da teoria, uma vez que usamos dois pontos de vista teóricos – discutidos no capítulo anterior – a fim de estender “as possibilidades de produção de conhecimento” (idem), e, por fim: a triangulação metodológica, visto que aplicamos, para a obtenção dos dados mencionados, variados procedimentos metodológicos, também descritos nesse capítulo.

relacionados a obtenção de dados secundários: o **primeiro** ancora-se nos **elementos produzidos pelo meio do sujeito** (fotografias, documentos, dados estatísticos etc.) e; o **segundo** nos **processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social no qual está inserido o sujeito** (TRIVIÑOS, [1987] 2010, p. 139).

Seguindo as reflexões de Triviños, realizamos a coleta de dados secundários com o fim de adquirir tanto dados estatísticos quanto dados qualitativos. Partilhamos da premissa de que os métodos qualitativo e quantitativo são complementares (FLICK, [1995] 2009, p. 43), assim sendo a **triangulação** dos dados adquiridos por ambos os métodos acompanhou todo o processo de pesquisa. Tanto os dados secundários quanto os dados primários, que esse pesquisador produziu, foram relacionados a fim de se endossarem, ou não, reciprocamente. Dessa forma, as discussões que desenvolvemos ao longo do trabalho foram acompanhadas por forte intertextualidade, na qual textos de **gêneros textuais diferenciados** eram postos a lado a lado com o fim de serem confrontados no que convergiam ou divergiam. Quando discutimos o fator migração no contexto dos trabalhadores de trecho<sup>44</sup>, por exemplo, utilizamos entrevistas de operários depondo sobre o tema e recuperamos artigos científicos pensando a condição de migrante desse tipo de trabalhador.

Já o uso dos métodos quantitativo ou qualitativo estava bastante relacionado à dimensão geográfica que trabalhássemos. Os dados estatísticos que coletávamos geralmente se referiam aos fenômenos e processos que se realizavam na escala dos territórios político-administrativos, principalmente nacional e estadual. Na escala local, onde também encontrávamos dados quantitativos associados, foram privilegiados os instrumentos de pesquisa de caráter qualitativo para a aquisição de informações, visto que esses propiciavam dados mais abundantes para a caracterização das dinâmicas que se desenvolviam no lugar.

Sem distinguir o caráter qualitativo e/ou quantitativo das informações secundárias distinguimos as seguintes fontes mais usadas para realização do trabalho em questão: os documentos oficiais, as notícias, material publicitário e imagens (fotográficas, entre elas).

---

<sup>44</sup> Trabalhador de trecho ou peão de trecho é um tipo de mão-de-obra – industrial ou agrária, majoritariamente do sexo masculino – que para conseguir empregar-se precisa migrar sazonalmente de trecho em trecho (sendo trecho o local de trabalho: uma fábrica ou um campo agrícola). Seu emprego é caracteristicamente temporário, dura o tempo da empreitada para a qual foi contratado, geralmente por uma empresa terceirizada.

Para a coleta e categorização inicial desse material **distinguimos dois procedimentos básicos** (sendo que entre eles não existia uma ordem de aplicação) seguindo os nossos objetivos de pesquisa. O **procedimento um** diz respeito a utilização de palavras-chaves – presentes no corpo do texto – que se remetessem a um recorte espacial específico, necessariamente relacionado ao nosso lugar empírico. Dessa forma prestamos atenção a texto escritos em geral que fossem direcionados ao Nordeste e, mais especificamente, à Bahia, e mais especificamente ainda, à região Recôncavo, e/ao município de Santo Amaro. Decerto que, como é óbvio, esse conjunto de palavras-chaves ofereceu um universo de pesquisa demasiado grande, o qual não conseguiríamos abarcar se quiséssemos cumprir nosso objetivo primário de pesquisa. Assim sendo, com o intuito de afunilar nosso universo amostral, cruzamos esse procedimento primeiro com outro, um segundo.

O **procedimento dois** relacionou-se a aplicação de recursos metodológicos que nos possibilitassem surpreender ações de sujeitos sociais, fatos da economia (implantação de indústrias, desenvolvimento do comércio e serviços), fatos políticos (políticas públicas, eleições etc.), desastres naturais/ambientais (enchentes, contaminação por produtos químicos etc.), eventos culturais (festas, encontros, congressos etc.), grandes obras etc., enfim tudo que se realizasse no nosso lugar empírico estivesse de alguma relacionado ao nosso objetivo primário.

Entre os procedimentos de pesquisa utilizados com esse fim, de surpreender, citamos a observação direta – via trabalho de campo – e/ou a pesquisa de dados secundários em publicações periódicas (jornais, revistas etc.). Como exemplo da aplicação desses dois procedimentos mencionamos a realização de programas sociais do governo federal – como o Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, entre outros que chamamos atenção ao longo desse trabalho – no lugar Santo Amaro. Para pensarmos as informações desses programas no que eles tinham de pertinente ao nosso recorte empírico, tivemos de primeiro conhecê-los para então localizá-los nos recortes espaciais específicos.

Para conhecer os programas sociais recorreremos aos sítios virtuais das organizações onde ficam hospedados os documentos oficiais. Feito isso, começamos a procurar o modo como esses programas foram realizados nos referidos recortes espaciais. Essa informação poderia ser encontrada nos próprios documentos oficiais, e/ou em artigos científicos, notícias, e/ou mesmo material publicitário (oficial ou não). Essas

informações, mais especificamente, foram importantes na análise sincrônica, com o intuito de observar as implicações da realização desses programas no nosso recorte espacial empírico.

As notícias foram especialmente importantes no processo de pesquisa, visto que além da informação, também compunham discursos e ideologias subjacentes que, devidamente localizados social e historicamente, nos permitiam realizar importantes inferências. O processo de análise das notícias também envolveu pensar o modo como elas eram produzidas e como elas eram veiculadas para se tornarem acessíveis ao público ao qual se destinavam. Por fim envolvia pensar qual público era esse.

Pensar as notícias era pensar como as mesmas se inscreviam em uma **ordem de discurso** e, por conseguinte, em uma **prática discursiva**; era pensar como elas (as notícias) eram utilizadas enquanto partícipes da manutenção de uma hegemonia estabelecida, ou de uma contra-hegemonia. Interessava saber se as notícias eram produzidas e transmitidas pelas mídias clássicas – televisão, rádio, jornal etc. –, associadas às **tecnologias comunicativas de massa** ou pelas mídias associadas às **tecnologias comunicativas colaborativas**, que possibilitam as funções pós-massivas<sup>45</sup>.

Se as notícias eram produzidas diretamente pelas grandes corporações midiáticas, verificávamos a autoria e os discursos diversos que estariam inseridos mais ou menos explicitamente no texto. Ao longo dos capítulos III e IV pululam as notícias sobre, por exemplo, as tentativas de turistificação da Santo Amaro histórica. Nesses casos, quando pudemos, declaramos o autor quando não declaramos o periódico responsável pela publicação. Citar o periódico ou citar a época da publicação é uma forma de evidenciar, também, os grupos interessados na divulgação da ação hegemônica em questão.

Entretanto, se as notícias eram produzidas espontaneamente nas redes sociais virtuais não observávamos a autoria – mesmo porque esta dificilmente existiria claramente –, mas os grupos sociais que a divulgavam e a consumiam. Quando as mídias sociais noticiaram espontaneamente através de falas e imagens a enchente de 2015, em

---

<sup>45</sup> Segundo André Lemos as funções pós massivas fazem parte, junto com as funções massivas, de um par conceitual. Para o autor as funções massivas, dominantes no século XX, administradas pelo poder corporativo e estatal, consistem em “um fluxo centralizado de informação, com o controle editorial do polo de emissão, por grandes empresas em processo de competição entre si (...). As funções massivas são aquelas dirigidas para a massa” (LEMOS, 2010, p. 157). As funções pós-massivas estão associadas predominantemente a internet. Elas liberaram o polo de emissão da informação, a qual tornou-se personalizável e dirige-se, geralmente, a um público específico constituente de um nicho de interesse. Os fluxos de informação nessas mídias são caracteristicamente bidirecionais, e não unidirecionais como nas mídias de função massiva (LEMOS, 2010).

Santo Amaro, pouco importava quem, individualmente, o estava fazendo, mas se o indivíduo, no caso, era de Santo Amaro e quais lugares e sujeitos ele citava enquanto noticiava informalmente o desastre.

As notícias que tivemos a oportunidade de acessar serviram para enriquecer os três capítulos finais, mais ligados ao empírico. No capítulo III, especialmente, elas permitiram ilustrar processos em diversos períodos dos recortes espaciais empíricos que elegemos. Nos capítulos IV e V, as notícias deram exemplos acerca dos processos que convergem no (ou se ausentam do) lugar Santo Amaro.

Também relevamos, ao longo do trabalho de pesquisa, o material publicitário e de propaganda associado – direta e indiretamente – ao nosso lugar empírico. Consideramos esse material importante em vista do papel dele na divulgação de ideologias e na utilização delas para o objetivo de justificar o consumo (e, por conseguinte, influenciar a economia local) e dar manutenção a um *status quo*. Abaixo indicamos dois procedimentos que realizamos com o fim de pensar o material publicitário:

- observar o produto/serviço que estava sendo vendido, e quais valores estavam sendo mobilizados para tornar o produto atraente, quando isso se relacionava ao trabalho em questão.
- observar o modo de divulgação do produto/serviço. Verificávamos o meio que estava sendo utilizado para a divulgação do produto/serviço em questão e onde essa divulgação estava sendo realizada.

Com os dois procedimentos realizados, fizemos inferências quanto ao grupo social, ou grupos sociais, que o material publicitário almejava alcançar. A aplicação desses procedimentos foi bastante eficiente quando analisamos as festas de Santo Amaro enquanto produto. O material publicitário usado na divulgação dessas festas, discutidas no capítulo V, foi uma fonte rica de material acerca das ideologias que alimentam o sentido de lugar (ainda que fetichizado) em Santo Amaro para o morador da cidade assim como para o *outsider* (de fora).

A iniciativa privada produz pouco material publicitário impresso. Em uma pequena cidade a propaganda mais comum é aquela realizada pelo “boca-a-boca”, no âmbito das redes sociais locais. Sendo assim, a propaganda a qual mais frequentemente tivemos acesso foi aquela produzida pelas organizações públicas e pelos agentes políticos do município. Analisamos uma gama variada de textos relacionados ao *marketing* eleitoral e ao *marketing* político (GOMES, 2001). Em ambos os casos, procuramos

priorizar os textos que fizessem referência aos recortes espaciais empíricos de nosso interesse. Em especial, verificamos as citações ao lugar empírico-eixo, mas sem excluir referências aos outros lugares relacionados (como os distritos e vilarejos do município, além da cidade, e os bairros e ruas, no espaço intraurbano da própria cidade). Observamos as associações – principalmente de caráter simbólico – realizadas, nesses textos, dos referidos lugares com outros elementos (concretos ou simbólicos). Procuramos caracterizar as campanhas eleitorais – naquelas em que tal procedimento foi possível – quanto a suas respectivas territorialidades nos lugares. Afinal os diversos candidatos tanto poderiam ligar seus respectivos programas de campanha a grupos sociais específicos, quanto a lugares determinados, ou ambos. O vereador César do Pão, um dos políticos de Santo Amaro que consideramos no capítulo V, deixa bem claro no material publicitário (tanto eleitoral quanto político) que gera sua ligação com o bairro Trapiche de Baixo.

O material da propaganda eleitoral foi coletado nas épocas de campanha, durante as eleições para vereador e prefeito, na própria cidade, nos comitês dos partidos concorrentes, ou mesmo na rua. De alguns candidatos conseguimos coletar material na internet. O atual prefeito Ricardo Machado, por exemplo, sustentou durante sua campanha para reeleição um perfil no *facebook*, a mesma estratégia foi utilizada pelo seu opositor, o candidato Cassinho, na época.

A coleta do material referente ao *marketing* político dos candidatos eleitos foi realizada na internet e *in loco*. A prefeitura fornecia gratuitamente o material impresso que divulgava as realizações do prefeito. Quanto as realizações dos vereadores, na maior parte das vezes, não geravam material impresso, mas apareciam divulgadas em textos que se propagavam virtualmente através das redes sociais virtuais. Também coletamos material relacionado à divulgação das realizações de deputados – estaduais ou federais – que tivessem relacionadas diretamente ao nosso recorte empírico.

Em todos os textos publicitários, fossem de ordem privada, ou propaganda eleitoral ou política, nos preocupamos em observar o papel da imagem (fotografia ou arte pictórica) na transmissão da mensagem. Para tanto nos valem de um procedimento metodológico específico, que consiste na leitura simbólica da imagem, elaborado por Barthes (1990). Segundo esse procedimento metodológico, há três tipos de mensagens a serem extraídas de uma imagem: a mensagem linguística, a qual consiste nas palavras, na mensagem escrita que geralmente acompanha a imagem; a mensagem icônica codificada, que são os elementos imagéticos dispostos na imagem que, uma vez organizados, se



remetem a algo conhecido da realidade; e a mensagem icônica não-codificada, a qual consiste na parcela ideológica “guardada” nas imagens que ressoam no imaginário da população. Não é tão óbvia a mesma quanto a mensagem codificada, porém é muito mais capaz de alcançar a sensibilidade do grupo social ao qual se destina.

Na próxima seção continuaremos nossa discussão sobre os dados secundários que constam nesse trabalho, com foco nas imagens que coletamos. Pensaremos suas possibilidades, assim como os critérios que orientaram a coleta desse tipo de material.

### 5.1. PELOS OLHOS DO OUTRO: A FOTOGRAFIA E O MAPA COMO PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Nesta seção discutiremos a fotografia como procedimento e também apontaremos as abordagens teóricas que nos nortearam em sua utilização como dado secundário e, de certa forma, como dado primário, aspecto sobre o qual nos deteremos mais demoradamente na subseção, desse capítulo, “6.1. De olhos bem abertos para ‘enxergar’ o espaço de representações”.

Philippe Dubois (1993) discutiu – dentro de uma perspectiva pós-estruturalista – a fotografia. Algumas de suas assertivas foram fundamentais para o modo como utilizamos a fotografia – seja como dado secundário, seja como dado primário – no intuito de realizar esse trabalho. O ponto de partida de suas reflexões é o nosso: a fotografia não é uma cópia da realidade, uma mimese, perfeitamente confiável. A objetividade do “olho mecânico” da máquina fotográfica é ilusória.

Antes e depois do ato fotográfico – único momento em que o fotografado e o fotógrafo são testemunhos da realidade um do outro – todo o processo de geração da fotografia é permeado por uma infinidade de codificações. A escolha do que será fotografado, e o que será excluído, o ângulo e o enquadramento, assim como a máquina fotográfica e suas possibilidades técnicas correspondem a escolhas – realizadas pelo fotógrafo – que deverão ser feitas antes do ato fotográfico em si e que repercutirão no resultado – fotografia – e em sua pretensa objetividade.

Depois do ato fotográfico, novamente a fotografia retorna à sociedade e às suas possibilidades de codificação. A imagem captada pelo fotógrafo poderá ser “mexida” e sobrecodificada através de uma **infinidade de formas** (DUBOIS, 1993; LOIZOS, 2011). Podemos sintetizá-las (as formas de codificação) em três categorias classificatórias. A

**primeira** de caráter técnico, aponta como técnicas antigas – relativas à impressão – e atuais – no uso de softwares apropriados – são capazes de transformar a imagem fotográfica. **Outra forma de codificação**, pós-ato fotográfico, da imagem diz respeito ao uso ideológico que a foto poderá ter ou não. O **terceiro modo de codificação**, descrito por Bourdieu ([1965] 2003), discute a pretensa objetividade da fotografia. Para o autor, a objetividade científica atribuída a imagem fotográfica não é um fato em si mesmo – inquestionável e transcendental –, mas uma convenção, portanto longe de ser posto, *a priori*, como dado inquestionável. Dessa forma, a leitura da fotografia propiciada pelo modo de codificação ocidental não é algo acessível a totalidade dos indivíduos humanos sobre o planeta, uma vez que é resultado de uma codificação cultural específica, que não foi compartilhada universalmente.

Chamamos atenção ao uso e realização da imagem fotográfica no momento atual, o meio técnico científico informacional. Há particularidades nesse momento que reforçam algumas observações de Dubois. Especificamente, no momento pós-ato fotográfico, observamos que a imagem fotográfica se torna especialmente vulnerável à sua utilização por ideologias que, muitas vezes, podem lhe ser originalmente “alienígenas”. Pensando nas possibilidades tecnológicas do momento atual, na abrangência da internet e em sua porosidade: em se tratando de uma imagem fotográfica no formato digital, hospedada na nuvem, notamos que a capacidade desta replicar-se e ser replicada e alterada é virtualmente infinita, assim como também infinitas podem ser as possíveis “leituras” que a mesma imagem poderá propiciar. Afinal, na rede, a imagem fotográfica (e qualquer outra informação digital) circula e é consumida seguidas vezes, simultaneamente em vários lugares, atendendo aos mais diversos fins e interesses.

Para inferirmos as informações que tivemos acesso através das fotografias disponibilizadas de Santo Amaro, nosso recorte empírico, buscamos entendê-lo como partícipe de uma formação socioespacial periférica no contexto da atual divisão internacional do trabalho. Sendo assim, compreendemos a cidade enquanto produzida historicamente no bojo de um processo que envolveu a totalidade do espaço geográfico. As fotografias antigas<sup>46</sup> da cidade, por exemplo, mesmo quando não datadas, puderam fornecer uma aproximação daquela realidade que nos “escapou”. As fotografias do bonde da “Trilhos Urbanos” e do porto do Conde valem, para a pesquisa em questão, pelo

---

<sup>46</sup> Chamamos de fotografias antigas aquelas localizadas, em conversa informal com os moradores mais velhos da cidade, no século XX.

testemunho que dão sobre a existência e utilidade progressas de ambas as estruturas. Elas são complementares ao texto que desenvolvemos, uma vez que ilustram processos descritos no próximo capítulo.

As fotografias mostraram formas que participaram de processos já extintos, os quais se desdobraram em variadas escalas: regional, nacional, além da local. Em períodos anteriores, aquelas formas testemunharam a participação da cidade – forma e conteúdo – na construção da formação territorial brasileira e da região Recôncavo. Loizos (2011) discorreu sobre o emprego da fotografia com o fim de apontar a especificidade da mudança histórica em determinado espaço. Esse modo de empregar as fotografias serviu para demonstrar o caráter histórico do nosso recorte espacial empírico, assim como também apontar, indicialmente, os processos mais amplos constitutivos dos contextos explicativos que nos interessam.

Além das imagens fotográficas antigas, outras foram necessárias e usadas ao longo da pesquisa. Imagens fotográficas de fenômenos, de eventos, mais atuais, ocorridos nos anos 2000 e que estavam hospedadas e expostas em sítios virtuais de redes sociais na internet. Decerto, como já apontamos, não poderemos em diversas situações, atestar a veracidade do fato exposto na imagem fotográfica, **primeiro** pela falta de registro das condições de realização da fotografia original e **segundo**, por conta das inovações técnicas ocorridas quanto a produção, registro e circulação da informação nas últimas três décadas. Para começar, citamos o processo de digitalização da informação, nas suas diversas formas (inclusive a fotográfica), o que possibilitou o uso de uma grande variedade de programas (alguns oferecidos gratuitamente em sítios virtuais especializados) capazes de alterarem a imagem fotográfica original a fim de torná-la útil a uma ampla variedade de sujeitos, cujos objetivos podem ser igualmente diversos entre si. Também citamos as possibilidades de velocidade e alcance espacial da informação graças ao processo de digitalização.

Entretanto, ainda que a informação não seja verdadeira, ela existe como imagem e circula pelo espaço virtual e, possivelmente, pelo espaço físico, na sua forma impressa. Consideramos sua circulação, por si só, um dado de pesquisa, visto que a imagem está circulando por sítios virtuais específicos, *blogs* determinados. Portanto observar essa circulação, os agentes virtuais e físicos que participam dela, pode nos dizer sobre outros processos que, possivelmente, a imagem fotográfica por si só não nos diria.

As fotografias, enquanto dados secundários, que priorizamos, mostravam paisagens da cidade de Santo Amaro em diversos períodos. Até as décadas de 1960 e 1970 obtemos muitas fotografias panorâmicas, de espaços abertos, que mostravam a cidade como personagem principal. Foram várias imagens de praças, e ruas, que incluíam frequentemente prédios emblemáticos relacionados ao exercício do poder instituído. Nos anos de 1980, também obtemos imagens panorâmicas da paisagem, mas além dessas conseguimos outras que chegavam mais perto da escala do cotidiano. Chamamos atenção, especialmente, as fotografias da autoria de Maria Sampaio (1985), que ofereceram um retrato do cotidiano do nosso recorte empírico na década de 1980, ao mesmo tempo que serviram como demonstração do papel ideológico desse documento.

Infelizmente, como já dissemos, a maior parte das fotografias que coletamos não trazem a autoria, nem a data precisa. Em muitas delas localizamos a década na qual foram realizadas, não mais do que isso. De qualquer modo o conjunto das imagens ilustram a contento o processo de transformação mais recente – da primeira metade do século XX até agora – da cidade.

Através dessas fotografias, observamos elementos que não estão mais presentes na paisagem presente, mas que, à nossa interpretação, se tornaram indicativos de processos mais amplos, desenvolvidos a época da fotografia comentada e atualmente inexistentes. Também observamos elementos, formas mais precisamente, presentes nos momentos em que as fotografias foram realizadas e que continuam presentes (na paisagem atual), sem função aparente ou com, visivelmente, outra função, diferente daquela a qual cumpria.

As fotografias mais atuais que escolhemos também tiveram critérios semelhantes às aquelas mais antigas. Damos relevância às fotografias que mostrassem a cidade como personagem principal. Procuramos mostrar através delas processos que estivessem atuando de modo a transparecerem na paisagem. Quando festas estavam se realizando em Santo Amaro procuramos fotografias que mostrassem esse fato na paisagem da cidade; quando a cidade foi inundada pela enchente, novamente as fotografias foram testemunho do fenômeno.

No entanto, precisamos de outras formas de representação imagética além da fotografia. Claval (2004) afirmou, citando Humboldt, que o papel da geografia é multiplicar os pontos de vista da paisagem; acrescentar à visão horizontal e oblíqua da paisagem, que construímos em campo e traduzimos em fotografias e descrições, a visão

vertical do mapa. O mapa, inclusive, tem a potência de representar uma área mais abrangente do que aquela passível de ser abarcada pela visão de um indivíduo. A percepção vertical “permite as generalizações, evidencia a estrutura das distribuições e permite a leitura dos reagrupamentos regionais” (CLAVVAL, 2004, p. 25).

Lefebvre, descrevendo o encontro entre a cidade e o racionalismo, observa a importância para o plano (enquanto produto do racionalismo, nos seus primórdios) do olhar na dimensão vertical e distante, do olhar “de cima”, com o fim de “dominar e constituir uma totalidade: a cidade” (LEFEBVRE, [1970] 1999, p. 25). Com esse fim, construímos ao longo da pesquisa que realizamos mapas nas escalas local e regional. Nos diversos mapas, procuramos representar aspectos distintos da configuração territorial (SANTOS, [1996] 2009) daquelas áreas que precisávamos discutir. Os mapas na escala local serviram mais para um exercício de localização dos objetos e avaliação das distâncias. Nessa escala procuramos explicitar densidades técnicas, concentrações de objetos e/ou trajetórias na cidade (e no município) que é o nosso recorte espacial empírico.

A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) forneceu as ortofotos<sup>47</sup> que serviram de suporte para a construção desses mapas. Entretanto essas imagens apresentavam a deficiência de serem relativamente antigas, o que poderia prejudicar a construção de um mapa cujo tema estivesse relacionado a dados mais recentes. Foi a *Google* (empresa que oferece vários serviços pela internet), através do *Google Earth*, que forneceu as imagens de satélite (postadas na internet em 2014-2015,) da cidade de Santo Amaro – com resolução semelhante às ortofotos. Foram essas imagens que subsidiaram o mapa dos lugares de Santo Amaro<sup>48</sup>, visto que esse mapa tinha de ser construído sobre a configuração mais recente da cidade. Afinal executávamos esse trabalho em torno do já descrito objetivo primário: **discutir a reprodução socioeconômica dos sujeitos sociais no âmbito de um recorte espacial empírico que correspondesse ao lugar, ao mesmo tempo em que buscamos entender o quanto as relações que viabilizam essa reprodução são também constitutivas do lugar, e, portanto, também contribuem para sua reprodução**, no período atual.

Além da coleta do material secundário, também foi necessária a coleta de material primário, isto é, material que o próprio pesquisador produziu em contato com o campo. Na próxima seção discutimos os procedimentos de pesquisa que utilizamos para a coleta

---

<sup>47</sup> Ortofotos de Santo Amaro, 1998, 1:2000.

<sup>48</sup> No capítulo V, na seção “1. Os lugares de Santo Amaro”.

desse tipo específico de material e de que tipo de material, especificamente, estamos tratando.

## 6. A COLETA: O CAMPO E OS DADOS PRIMÁRIOS

Essa seção se refere, principalmente, ao que Triviños, discutindo a técnica de triangulação, chamou de “**Processos e Produtos centrados no Sujeito**” (TRIVIÑOS, [1987] 2010, p. 139, grifo do autor) elaborados pelo pesquisador, aplicados com o fim de averiguar as percepções, os comportamentos e ações dos sujeitos, a serem observados e/ou entrevistados ao longo da pesquisa.

### 6.1. DE OLHOS BEM ABERTOS PARA “ENXERGAR” O ESPAÇO DE REPRESENTAÇÕES

Outras disciplinas além da geografia criaram modos de aproximação do cotidiano. A partir da década de 1970, uma abordagem teórica da Historiografia, propôs uma observação mais detida da escala próxima, do indivíduo. Revel, um historiador partícipe dessa acepção – denominada micro-história – discutiu os modos dessa aproximação. Para tanto chamou atenção sobre quesitos que poderiam ser considerados consensuais entre aqueles alinhados a abordagem referida. Entre eles, observamos um relacionamento à atenção maior a ser dispensada em direção ao espaço vivido, enquanto ponto de partida para se alcançar uma história mais ampla e total.

Pois a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve (REVEL, 1998, p. 21).

Uma história total repleta de multiplicidades, de rupturas e imprevistos, exceções relevantes. Um micro-historiador recompõe a diversidade das experiências individuais, assim como dos grupos de indivíduos que constituem a tendência de massa, aparentemente amorfa, aparentemente homogênea. Nessa perspectiva não há dicotomia

entre o global e o local: “(...) cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e, portanto, se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global” (REVEL, 1998, p. 28).

Parece haver aqui um problema: reconstituir as mediações que ligam o mais local ao mais global, ou mais precisamente reconstituir as redes de relações (de concorrência, de solidariedade, de aliança etc.) que atravessam as escalas compondo identidades sociais plurais e plásticas (REVEL, 1998). Estamos falando de infinitas trajetórias – para usar o termo bastante utilizado por Massey –, ou de infinitas narrativas. Pensar esse “cenário” significa “escapar” de muitas dualidades – dicotômicas ou não – explicativas. Para citar algumas: poder/contrapoder, local/global, centro/periferia etc. Revel citou outras, mais pertinentes à disciplina historiográfica.

Ginzburg (1989), um micro historiador, descreveu um método com o objetivo de realizar e tornar concreta essa aproximação do cotidiano. O autor a denominou de indiciária, porque fundamentada em pistas, resíduos e/ou indícios. Ginzburg colocou, com riqueza de exemplos e relações, sua aplicação e desenvolvimento, úteis em eventos nos quais o pesquisador, por estar ausente, não obteve o testemunho direto.

A método indiciário tem um caráter indutivo e consiste em prestar atenção e documentar, apropriadamente, os elementos secundários da cena, negligenciados por serem considerados banais, produzidos, portanto, inadvertidamente. Segundo o autor, através desses elementos, se acertadamente documentados, poderemos reconstituir, com alguma aproximação, o fato acontecido, ou descrever um processo em andamento – mas inalcançável diretamente ao pesquisador, por algum motivo – ou apontar uma tendência que poderá se realizar. Esse método, de acordo com Ginzburg, tanto se aplica ao indivíduo, quanto pode ser multiplicado para a escala social, visto que “alguns indícios mínimos eram assumidos como elementos reveladores de fenômenos mais gerais” (GINZBURG, 1989, p. 178).

Para o autor, existe uma profunda conexão explicando os fenômenos superficiais. É dessa forma que incluímos, em nossos procedimentos metodológicos de pesquisa, prestar atenção nos elementos periféricos (ou que não estão diretamente ligados ao nosso objetivo primário) da paisagem, como pichações e grafites, trajetórias e funções de veículos específicos, fachadas de algumas edificações etc. Do registro desse material inferimos informações, a princípio, explicativas de fatos muito específicos, mas que poderiam indicar processos mais gerais, aliado a outros dados (primários e/ou

secundários) e aos sistemas teóricos adotados. As fachadas preservadas de algumas edificações em Santo Amaro demonstraram um pouco o esforço seletivo de preservação das edificações históricas da cidade por parte do poder público, e o quanto esse poder se constitui em poderes constantemente em disputa entre si.

Declaramos que não é intenção desse trabalho fazer um levantamento detalhado, de caráter etnográfico (que permeia e norteia a micro-história), dos grupos sociais que compõem nosso objeto de estudo. Tal objetivo não cabe nesse trabalho. As reflexões que tecemos acima serviram para nos orientar quando desenvolvemos métodos de caráter indutivo, aquelas mais especificamente ligadas ao trabalho de reconstituição das redes de relações que permitiram a emergência daqueles sujeitos imersos no cotidiano dos lugares. Redes que propiciam a circulação, nas suas diversas formas, que viabilizam a troca e a negociação, e/ou não as autorizam, que contribuem para a apropriação e, muitas vezes, concomitantemente, servem a desterritorialização.

Foi na observação direta e na fotografia que mais exercitamos o método indiciário. A observação direta foi inevitável quanto a penetrarmos as dinâmicas do cotidiano do lugar empírico de nossa pesquisa. Acolhemos a observação da paisagem como **mais** um “caminho” possível para o cumprimento de nosso objetivo de pesquisa. Assim sendo, nessa seção, discutiremos como encaminhamos o campo através – também – desse procedimento. **Duas vantagens**, descritas por Marconi e Lakatos, da observação<sup>49</sup>, nos levaram a utilizá-la: a **primeira** sobre possibilitar os meios diretos “para estudar uma ampla variedade de fenômenos” e; a **segunda**, por nos permitir “a evidência de dados não constantes do roteiro de entrevistas ou de questionários” (MARCONI; LAKATOS, [1985] 2003, p. 191). Ao mesmo tempo, várias são as desvantagens associadas ao mesmo procedimento. Listamos algumas abaixo, mais convergentes com que encontramos em campo:

(...) b) A ocorrência espontânea não pode ser prevista, o que impede, muitas vezes, o observador de presenciar o fato; c) Fatores imprevistos podem interferir na tarefa do pesquisador; d) A duração dos acontecimentos é variável: pode ser rápida ou demorada e os fatos podem ocorrer simultaneamente; nos dois casos torna-se difícil a coleta dos dados; e) Vários aspectos da vida cotidiana, particular, podem não ser acessíveis ao pesquisador (MARCONI; LAKATOS, [1985] 2003, p. 191-192).

---

<sup>49</sup> Os autores falam da observação como recurso de pesquisa em geral, sem especificar sobre qual discutem.



Caracterizado o procedimento de pesquisa observação, **falta discutirmos a paisagem**, a categoria que norteará nosso exercício de observação. Entendemos que a leitura da paisagem não pode se restringir a um aspecto puramente sensível. Contemporaneamente, a paisagem se constitui crescentemente humanizada e, sua leitura, realizada pelo indivíduo (pesquisador ou não), consciente e/ou inconscientemente, sempre é devida a um **olhar parcial** sobre o conjunto das formas que a compõem. Esse olhar, queremos dizer, não é indiscriminado e inclusivo ao infinito, mas seletivo e permeado de valores e, portanto, deverá sempre executar recortes na referida paisagem. E serão esses recortes que aparecerão, por exemplo, nas imagens fotografadas pelo pesquisador ao longo do trabalho. Daí colocamos que, para realizar o exercício de observação da paisagem, optamos por uma conceituação específica da categoria que a tomasse como forma, também, ao mesmo tempo que admitisse sua dimensão simbólica. Luchiari (2001) discutiu a categoria, paisagem, pondo-a além da forma, descrevendo sua genealogia no âmbito da arte. Para a autora, está associado à categoria um conteúdo de subjetividade que fala ao imaginário social. A paisagem é simbólica. A disposição dos objetos que a constituem – a princípio – como exterioridade, para a racionalidade instrumental positivista, dialogam com os valores de um grupo social, ou de grupo sociais, pois traduzem ideologias (geográficas?).

A paisagem é representação, possibilita **intersubjetividades**, portanto é muito maior que sua parcela sensível. Ela “não se esgota: reproduz-se, renova-se, regenera-se, tal qual as sociedades” (LUCHIARI, 2001, p. 22). Da fase exploratória da pesquisa, até o momento final, a paisagem do lugar que pensávamos foi se revestindo de muitas camadas de significado, fomos nos tornando cada vez mais cientes dos caminhos que percorríamos, ou deveríamos percorrer, para perseguir aqueles contextos explicativos que nos interessavam, aquelas narrativas que convergiam em nosso objetivo primário.

A observação da paisagem foi orientada pelos marcos de busca, específicos a esse texto (paisagem) que elegemos, mas não nos restringimos a eles. Foi importante que continuássemos abertos às possibilidades oferecidas pelo campo. Afinal a lista dos marcos de busca poderia ser refeita, durante e após a primeira ida ao mesmo. Em campo, tomamos como instrumentos teórico-metodológicos norteadores da observação, três, das quatro categorias analíticas, postas por Milton Santos: a forma, a função e o processo.

O campo era importante para pensarmos as três categorias analíticas conjuntamente. Não poderíamos – seguindo as acepções teóricas que nos norteavam – tomar a qualquer uma das categorias isoladamente. Precisávamos de uma observação que contribuísse para a construção de um contexto, dinâmico. Assim sendo a forma deveria ser observada em ação, participando de processos. Nossa paisagem, repetimos, iria além da forma, seria dinâmica.

Antonio Carlos Robert de Moraes também observou esse conteúdo ideológico-cultural presente na paisagem. Segundo esse autor, “as formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias. São projeções dos homens (...), na contínua e cumulativa antropomorfização da superfície terrestre” (MORAES, 2005, p. 22).

Como apreender esse universo de informações guardadas na paisagem senão através da observação atenta do cotidiano, no lugar? Lefebvre propôs a descrição, a partir da observação, como procedimento metodológico: “*observación, pero informada por la experiencia y una teoría general. En primer plano: la observación sobre el terreno. Utilización prudente de las técnicas de encuesta (entrevistas, cuestionarios, estadísticas)*” (LEFEBVRE, [1970] 1978, p. 71, grifo nosso). Afinal o lugar [também] é uma representação, repleta de significados, porque acúmulo de processos, todos (ou quase todos) perceptíveis na “própria leitura da paisagem como elemento revelador de uma época e de uma cultura” (MORAES, 2005, p. 25).

Claval (2004) propôs **dois modos de leitura da paisagem**: uma leitura funcional, ancorada na realidade visível, observando os papéis das diversas formas na paisagem e como elas se consertam entre si; e uma leitura arqueológica, capaz de apreender formas, de temporalidades distintas, herdadas de períodos anteriores.

É interessante notar que Claval, para a leitura da paisagem (para o autor, também um texto) observou a importância do reconhecimento de formas específicas na paisagem, que ele denominou de **marcos** (que não seriam aqueles que denominamos de marcos de busca, mas que em relação a esses apresentariam alguma equivalência), os quais seriam formas-síntese da vida que se desenvolve no espaço em questão. Segundo o autor, a presença repetida desses marcos “é **signal** de pertencimento, de reconhecimento, de confirmação de identidades” (CLAVAL, 2004, p. 41, grifo nosso), além de poderem permitir algumas inferências, as quais nunca devem ser generalizantes. Lacoste (2006), em texto de 1977, colocou a importância de, no trabalho de campo, articularmos os

problemas locais “aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas” (LACOSTE, [1977] 2006, p. 91). Luchiari, lembrou como, “a partir da década de 1950, a paisagem geográfica deixa de ser local, regional, e passa a conter uma série de signos que remetem a fluxos em conexão com o mundo” (LUCHIARI, 2001, p. 16).

Para a observação da paisagem, adotamos **dois modos de observação direta**: a simples e a participante. Para realizá-las escolhemos espaços e trajetórias a percorrer, munidos da pesquisa de dados secundários mais a lista de marcos de busca que tínhamos construído. A princípio, optamos por nos encaminharmos para os espaços hipoteticamente densos do nosso lugar empírico. Isso parecia óbvio, uma vez que nosso objetivo primário de pesquisa – mais especificamente o trecho “discutir os modos da reprodução socioeconômica dos sujeitos no lugar” – se relacionava à circulação e às trocas (materiais e/ou simbólicas), o que nos conduzia para espaços onde essas trocas se dariam com mais frequência e diversidade, como, por exemplo, o centro da cidade que era o nosso recorte espacial empírico.

Em campo, nos espaços escolhidos, realizando tanto a observação simples<sup>50</sup> – de caráter exploratório, no qual consideramos os fenômenos mais manifestos do cotidiano (GIL, [1987] 2008) – quanto a observação participante – quando nos propomos a um envolvimento maior com o cotidiano da cidade –, prestamos atenção às dinâmicas e elementos da paisagem que denunciavam conexões do nosso recorte espacial empírico com outros lugares e com o mundo. Sob ambas as abordagens teóricas, observar essas conexões se mostrava importante. Para a abordagem de inspiração marxista, prestar atenção nestas conexões significava observar as ações e formas que tornavam nosso lugar-objeto parte de uma divisão do trabalho de caráter espacial e que, por conseguinte o particularizavam diante de uma região, de um território ou do mundo. Essa particularização do lugar dialogava com outros processos de particularização, de outros lugares, e de certo modo reforçava um desenvolvimento desigual do espaço.

Na abordagem de orientação pós-estruturalista, reconhecer as conexões mencionadas significava reconhecer nosso lugar-objeto em uma constelação de relações, que o substanciavam, mas não o autonomizavam. Essa perspectiva, como já colocamos, esvazia o lugar de qualquer tentativa no sentido de essencializá-lo e o torna, inevitavelmente, vinculado a outros lugares e outros cotidianos.

---

<sup>50</sup> “Por observação simples entende-se aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um ator” (GIL, [1987] 2008, p. 101).

Realizamos a observação simples em um momento introdutório da pesquisa. Tratou-se de um exercício de observação, realizado depois daquele primeiro levantamento de dados secundários pela internet e por outras formas de mídia, impressas ou não. Esse primeiro exercício teve um caráter exploratório, adequando a “primeira etapa de uma pesquisa mais ampla” (GIL, [1987] 2008, p. 27). Após essa etapa a observação tendia a se tornar mais sistematizada.

À medida que a pesquisa se desenvolveu a observação simples evoluiu para uma observação participante. Imergimos em nosso campo e assumimos alguns procedimentos metodológicos de pesquisa convergentes com a etnografia. Afinal precisávamos nos apropriar dos processos contextualizadores do nosso objetivo primário. Durante a observação participante nos envolvemos com os sujeitos sociais que precisávamos entender, porém deixando claro para os mesmos, todo o tempo, o nosso papel de pesquisador. “Penetrar e compreender os hábitos, as maneiras de pensar dos moradores do lugar, sejam eles tradicionais ou migrantes, torna-se ainda mais necessário, pois é a partir deles que elaboraremos os nossos diagnósticos” (SANTOS, 1999, p. 123).

Em determinado momento do processo de observação participante, adotamos um caderno de campo. Escrevíamos informações e algumas reflexões muito específicas desenvolvidas em um contexto de campo que dificilmente se repetiria. Desistíamos do caderno de campo quando precisávamos registrar um acontecimento muito rápido, uma cena única surpreendida em movimento. Nesses casos, se julgávamos pertinente, usávamos a máquina fotográfica para o devido registro, com o máximo de discrição possível a fim de que o registro não intervisse no andamento da cena.

O uso da fotografia foi importante mediante a necessidade de mostrar exemplos de processos e fenômenos que não poderiam ser reproduzidos fora do espaço onde realizamos nosso trabalho de campo. Tal impossibilidade de reprodução poderia existir por diversos motivos relacionados ao referente: à sua fugacidade, às suas dimensões espaciais, ou à particularidade do aqui e agora que se desenrolava e que precisava ser registrada. Nesse caso, as fotografias da paisagem cotidiana serviriam como testemunhos (às vezes, indiciários) de dinâmicas relacionadas ao objetivo primário de pesquisa. Se precisávamos demonstrar como a informalidade e/ou o comércio eram elementos explicativos da reprodução socioeconômica do morador de Santo Amaro, a fotografia seria mais um recurso metodológico capaz de reforçar essa afirmação. Quando tivemos de registrar o transporte de bambu (ver figura 35, p. 244) e depois, nas festas juninas, o

transporte de madeira para as fogueiras (ver figura 133, p. 379), pelos mesmos caminhões, a fim de mostrar a refuncionalização informal e improvisada dos objetos no cotidiano do lugar Santo Amaro, a fotografia fora essencial. O mesmo dizemos quanto a necessidade de registrar o processo de montagem da feira de confecções e a utilização de máquinas para cartões de crédito pelos feirantes. A rapidez desses momentos circunstanciais tornou a fotografia um procedimento de pesquisa indispensável.

O exercício de observação do indício, através da fotografia, também teve outras formas que incluíam a utilização de fotografias antigas. Algumas vezes para surpreendemos transformações na paisagem que pudessem ser indicativas dos referidos processos históricos, mais amplos, realizávamos registros fotográficos de paisagens possíveis de serem confrontadas com paisagens de fotografias mais antigas (cedidas por terceiros) a fim de realizar um exercício de comparação entre elas: observando as modificações que ocorreram e observando o contexto – ou contextos – no(s) qual(is) elas ocorreram e porquê. Cumprimos esse objetivo ao longo dos capítulos III e IV, quando discutimos a evolução da **formação regional** Recôncavo paralelamente as evoluções do município e da cidade de Santo Amaro. Essas fotografias foram utilizadas de forma complementar ao texto a fim de ilustrarem processos que citamos e/ou descrevemos, responsáveis pelas atuais configurações territoriais do município e da cidade.

Fomos além das fotografias na coleta de dados primários. Ao longo do trabalho de pesquisa também realizamos cerca de noventa entrevistas, entre as semiestruturadas e depoimentos, sem contar as conversas informais que não registramos. Na próxima seção discutiremos sobre como as mesmas foram realizadas, e com que objetivos.

## 6.2. ENTREVISTAS PARA RECONHECERMOS LUGARES E COLETARMOS DISCURSOS

A opção por realizar as entrevistas relacionou-se a necessidade de penetrarmos o cotidiano do lugar como recorte espacial empírico. Precisávamos conhecer nosso recorte “por dentro”. Para tanto necessitávamos enxergá-lo na perspectiva do *insider* (de dentro).

(...) a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas

explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (SELLTIZ<sup>51</sup> *et al.*, 1967, p. 273, *apud* GIL, 2008, p. 109)

Marconi e Lakatos ([1985] 2003), Gil ([1987] 2008) discorreram sobre as vantagens da entrevista. Entre as várias que esses autores indicaram, reconhecemos algumas pertinentes ao trabalho em questão, reproduzidas abaixo. A entrevista

possibilita a obtenção de dados [inclusive daqueles “que não se encontram em fontes documentais” (MARCONI; LAKATOS, [1985] 2003, p. 198)] referentes aos mais diversos aspectos da vida social; (...) não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever; (...) oferece flexibilidade muito maior, posto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias (...) [nas quais ela se desenvolve]; possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas (GIL, [1987] 2008, p.110).

Os mesmos autores também discorreram sobre as desvantagens da entrevista. Tal como fizemos acima, colocaremos apenas aquelas que julgamos oportunas à pesquisa.

As principais limitações da entrevista são: a falta de motivação do entrevistado para responder as perguntas que lhe são feitas; a inadequada compreensão do significado das perguntas; o fornecimento de respostas falsas, determinadas por razões conscientes ou inconscientes; (...); a influência do aspecto pessoal do entrevistador sobre o entrevistado; a influência das opiniões pessoais do entrevistador sobre as respostas do entrevistado (*idem*).

Esse reconhecimento, do instrumento de pesquisa necessário, por sua vez relacionava-se a outra etapa: de como realizá-lo. Entre todos os tipos de entrevista – não diretiva, semiestruturada, narrativa, estruturada etc. – optamos pela **entrevista semiestruturada** (TRIVIÑOS, [1987] 2010), para a qual procuramos pensar perguntas a partir de questões **exmanentes**, que refletissem “os interesses do pesquisador, suas formulações e linguagem” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2011, p. 97), centradas na problematização da situação do sujeito entrevistado, ocupadas, também, em descrever as circunstâncias e a rede de relações responsáveis pelo aqui e agora do entrevistado.

---

<sup>51</sup> SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1972.

A escolha por essa forma de entrevista – semiestruturada – tornava necessária a existência de um roteiro mínimo<sup>52</sup>, apoiado em questionamentos básicos, balizando a entrevista e problematizando os temas que deveríamos tratar ao longo dela. A entrevista tinha no roteiro uma forma de “fio condutor”, cujo objetivo era não nos afastarmos das questões chave que norteavam a entrevista, e do objetivo primário da pesquisa em processo.

Entretanto, ainda existia outra etapa a cumprir antes da elaboração dos roteiros: precisávamos eleger aqueles que seriam entrevistados, os tais **grupos naturais** que descrevemos na seção “3. Para pensar os textos”, desse capítulo. Os primeiros procedimentos de pesquisa que subsidiaram a construção da lista desses possíveis grupos naturais foram: a coleta de dados secundários, na internet e na mídia impressa; e o primeiro campo que realizamos, usando a observação direta.

Tínhamos relativamente poucos elementos para a elaboração de um perfil dos entrevistados, assim como de um roteiro de questões. Ainda assim precisávamos iniciá-los, pois essas primeiras entrevistas dialogariam com a teoria e os objetivos de pesquisa no sentido de apontar os próximos passos a serem tomados por esse pesquisador, que poderiam repercutir em uma ampliação do número de **grupos naturais** escolhidos, ou não. Enfim, com as entrevistas realizamos um passo de pesquisa que repetiríamos na aplicação, inclusive, de outros instrumentos utilizados. Flick ([1995] 2009) explicou-o como uma estratégia gradual de amostragem, segundo a qual, “as decisões relativas à seleção e à reunião de material empírico [...] são tomadas no processo de coleta e de interpretação de dados” (FLICK, [1995] 2009, p. 120).

Durante a escolha dos tipos de sujeitos que comporiam os grupos naturais procuramos não perder de vista as teorias que orientavam o processo de pesquisa. Nos limites da teoria de orientação marxista, fomos focos nos grupos que tivessem, mais diretamente, um papel relevante na economia monetária do lugar. A partir desse princípio, nos ocupamos em notar aquelas atividades que geravam mais ocupações relacionadas à aquisição de moeda pela população de um modo geral. Foi dessa forma que surgiram

---

<sup>52</sup> Em anexo, p. 414 e 415, descrevemos duas partes de um roteiro básico de entrevista. Uma parte consiste no núcleo comum de todas as entrevistas que realizamos. As perguntas constantes nesse núcleo foram feitas a quase todos os indivíduos que entrevistamos. A outra parte do roteiro é um exemplo da parcela específica de uma entrevista destinada a um grupo natural determinado: os barraqueiros das festas típicas do lugar. Cada grupo natural teve seu roteiro específico de perguntas.

importantes os trabalhadores da indústria e do comércio, os feirantes, os barraqueiros de festa, os ambulantes etc.

A análise do material secundário coletado e a observação também foram importantes por apontarem a relevância de sujeitos específicos – que também contribuíam para o desenvolvimento econômico do lugar – para serem entrevistados, desempenhando ocupações que surgiam sazonalmente no recorte espacial empírico em virtude de algum evento (uma grande obra, uma festa, um desastre ambiental etc.).

Além dos grupos sociais relacionados mais explicitamente a reprodução econômica dos indivíduos membros, outros grupos se mostraram também interessantes por serem mais ligados a dimensão cultural e/ou social do lugar. Eram grupos de dança, de músicos, de religiosos, de esportistas; podiam ser mulheres, ou idosos. Enfim, grupos emergiam graças à teoria de orientação pós-estruturalista pondo-os em relação e os vinculando a sujeitos presentes em outros lugares, tudo arranjado em geometrias de poder específicas.

Eleitos os grupos, precisávamos eleger os indivíduos que entrevistariamos em cada grupo. Como não trabalhávamos como métodos quantitativos de pesquisa, não aplicamos técnicas estatísticas para obtenção de amostras representativas, mas – quando podíamos – escolhíamos os indivíduos considerados mais representativos (TRIVIÑOS, [1987] 2010; FONTANELLA *et all*, 2008) do grupo eleito, geralmente por desempenharem o papel de nós ativos no âmbito de uma rede social. Entretanto essa não foi uma regra sem exceções. No decorrer da aplicação das entrevistas encontrávamos, às vezes, alguma dificuldade em entrevistar alguns desses nós ativos, o que nos forçava a entrevistar aqueles – do grupo social eleito – que se apresentassem mais acessíveis e nem tão representativos, no tempo que tínhamos disponível.

Escolhidos os grupos naturais, começamos a pensar como deveríamos construir os roteiros de entrevista. Sabíamos que os mesmos deveriam privilegiar o caráter metodológico qualitativo e contribuir para delinear o nosso lugar empírico, e os seus lugares, assim como apontar os outros lugares com os quais o recorte espacial empírico se conectava e como. Ao mesmo tempo, ao longo desse processo, deveríamos pôr atenção no esforço de contemplar ambas as teorias.

Sabíamos que, feita a opção pelas entrevistas semiestruturadas, não precisaríamos seguir rigorosamente um roteiro. Certo que os roteiros deveriam ser elaborados e usados, como uma âncora que não nos deixaria afastar do nosso objetivo primário. Para tanto,



todos tinham um núcleo comum de perguntas básicas (quanto a nome, idade, lugar de nascimento, de moradia etc.) e de questões fundamentais que eram pertinentes ao objetivo primário de pesquisa (ver anexo, p. 414 e 415).

As perguntas básicas eram mais fechadas, não davam muita margem a digressões, nem a reflexões mais demoradas. Entretanto as questões fundamentais não eram formuladas propositalmente com exatidão. Com isso o objetivo era permitir ao entrevistado algumas digressões, que poderiam conter tanto informações fidedignas como sugestões sentimentais. Lembremos que nos seria útil ter acesso a alguns elementos do imaginário social daquele lugar que era nosso recorte empírico.

Várias questões “de fundo”<sup>53</sup> permearam os roteiros de entrevistas que elaboramos. Algumas delas dizia respeito aos deslocamentos dos entrevistados, os motivos e relações que estimularam esses deslocamentos. Eram perguntas orientadas pela teoria de orientação pós-estruturalista e visavam compreender, entre outras coisas, a razão desses deslocamentos, descrevendo a rede de relações responsáveis pela solidarização dos lugares intraurbanos do recorte espacial empírico, e desses lugares com outros além. Desdobrar essas relações, nas entrevistas, serviria também para desvelar as cadeias de eventos que constituíam as condições de existência dos diversos **grupos naturais** no nosso lugar empírico.

O questionamento, por exemplo, sobre porque determinado entrevistado trabalhava em Santo Amaro e morava em outro lugar derivava poderia derivar para perguntas sobre como o entrevistado tinha conseguido se empregar. A resposta que explicasse esse arranjo poderia descrever a qualidade e a quantidade das redes sociais das quais esse indivíduo participava e de como essas relações se configuravam no espaço em questão. O objetivo era observar o quanto o entrevistado estava imerso nas redes sociais que atravessavam e/ou conformavam nosso recorte espacial empírico, e o quanto o **capital social** – enquanto meio e/ou resultado – que “fluía” dessas redes era importante para a aquisição de renda ou de um modo para a obtenção dela.

Para além da elaboração dos roteiros de entrevista, outra etapa importante sobre as entrevistas se relacionou à operacionalização das mesmas. Como tratávamos com o lugar, era interessante que entrevistássemos os sujeitos eleitos em seu tempo-espaço de intimidade. Não era prioritário entrevistá-los nos lugares públicos, mas em seus bairros,

---

<sup>53</sup> Chamamos “de fundo” por não se relacionarem diretamente com a questão principal da entrevista: a reprodução socioeconômica dos moradores de Santo Amaro

em suas casas ou em um intervalo da atividade que porventura desempenhasse, enfim, em um momento de informalidade, nos limites de um espaço privado (também por causa da acústica, já que gravávamos a maior parte das entrevistas). Assim o fazíamos porque era também nosso objetivo problematizar outras dimensões da vida cotidiana do indivíduo a ser entrevistado, além daquela mais óbvia, da atividade que imediatamente nos tinha levado a ele. Era interessante, por exemplo, que soubéssemos o que o entrevistado realizava de ilegal, informal ou ilícito ao longo do seu dia para garantir seu sustento diário. Essas informações, geralmente, emergiam quando se desenvolvia uma conversa informal, depois ou antes de cada entrevista, dificilmente durante. Lefebvre faz afirmações reveladoras acerca do testemunho da fala no estudo do cotidiano:

*Desafortunadamente, las maneras de vivir se expresan en el lenguaje hablado, que no deja huellas. Los testimonios escritos son, pues, incompletos, expurgados en parte de lo que nos interesa. El lenguaje no está limitado a la expresión del habitar. En él encontramos también el alimento, el vestido, los juegos, así como los recuerdos de acontecimientos y las indicaciones relativas a las múltiples actividades económicas y políticas (LEFEBVRE, [1970] 1978, p. 156).*

A entrevista como instrumento de pesquisa, na medida em que era apenas parcialmente roteirizada, permitiu visualizar outros processos nem tão visíveis à primeira “olhada”. Confortável, em determinados momentos, o entrevistado, além de responder às perguntas, narrava histórias e ampliava, “sem querer”, o universo de ações implicadas no que seria uma resposta imediata às questões da entrevista. Esse comportamento foi constatável em várias falas, de diversos **grupos naturais**. Ambos, estimulados, por variáveis nem sempre reconhecíveis, tampouco controláveis, o entrevistado e o entrevistador conseguiam sair do esquema pergunta-resposta e a entrevista se tornava uma tomada de **depoimento**, uma narrativa rica, em que um “sem número” de imagens eram sugeridas pelos interlocutores.

Uma entrevista bem-sucedida quase sempre “desembocava” em outras entrevistas. Nosso recorte empírico, a pequena cidade, contribuía para, uma vez bem recomendados pelos entrevistados, conseguíssemos com relativa facilidade outras entrevistas. Obviamente escolhíamos, entre as indicações, aquelas que pertencessem a um dos grupos naturais eleitos. Uma entrevista levava a outra. Um tema levava ao outro. Problematizando os temas **imanentes** (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2011) trazidos

pelo interlocutor ao longo da entrevista fomos observando outros processos. As já mencionadas narrativas davam um vislumbre de muitos possíveis desdobramentos.

Ainda que um de nossos objetivos secundários fosse delinear os lugares do nosso recorte empírico, não categorizamos as entrevistas observando quaisquer desses lugares que denominamos intraurbanos. Esperamos que eles surgissem ao longo das entrevistas e de outros materiais, secundários ou não, que coletássemos. Uma vez que conseguimos discernir alguns desses lugares, caminhamos para a **cartografia** deles, transformando-os em representações mapeadas. Às vezes, nessa etapa, voltávamos ao campo para delimitar, com mais exatidão, alguns limites entre esses lugares intraurbanos que, por algum motivo, pareciam demasiado ambíguos.

Esclarecemos, por fim, que para a realização das entrevistas pedíamos permissão ao possível entrevistado para gravá-la, mostrávamos o roteiro que aplicaríamos na entrevista em questão, assim como avisávamos que não nos prenderíamos obrigatoriamente àquelas perguntas. Ao mesmo tempo deixávamos claro ao possível entrevistado que, uma vez o mesmo tendo aceito participar da entrevista, ele não estaria obrigado a responder a todas as perguntas. Ele somente responderia àquelas perguntas que não o deixassem desconfortável. Ainda no processo de entrevista nós o apresentávamos a um termo de autorização (em anexo, p. 413) no qual se reafirmava o caráter exclusivamente acadêmico da mesma.

Santos (1999) coloca a importância de não transformarmos o pesquisado em objeto, algo pronto e adequado à aplicação dos instrumentos de pesquisa. Os indivíduos que, porventura, entrevistamos possuem seus respectivos cotidianos, suas vidas, com seus medos e expectativas. Eles descreveram trajetórias de vida antes de se porem em contato conosco, e depois desse contato continuarão a descrevê-las. Esses indivíduos são sujeitos ativos, capazes de intervir, mesmo inadvertidamente, nos andamentos da pesquisa, assim como também, mesmo sem desejar, intervimos em suas vidas. É desse diálogo entre os sujeitos que se constitui a história, também feita de objetos, de ações, os quais quando postos em relação compõem contradições, rupturas e até convergências. No próximo capítulo descreveremos, resumidamente, sobre como essa história do lugar Santo Amaro, intersecção de infinitas narrativas, se desenvolveu ao longo de três séculos.

## CAPÍTULO III

### **A história e os discursos que nos aproximam do lugar Santo Amaro antes do meio técnico científico informacional**

Ao longo desse capítulo nos incumbimos de realizar dois objetivos complementares ao objetivo primário desenvolvido no quarto capítulo. O primeiro se trata das reduções<sup>54</sup>. Redução quanto ao tempo, a fim de pensar historicamente a formação do Recôncavo e do lugar Santo Amaro, na forma de uma periodização, recorte temporal que iniciamos no período colonial, iniciada no século XVIII até o período atual<sup>55</sup>. Redução também quanto aos recortes espaciais empíricos. Nesse capítulo, por exemplo, fica evidente a importância do recorte empírico região Recôncavo e o lugar Santo Amaro, também recorte empírico começa a ser delineado à medida que desenvolvemos sua periodização.

O segundo objetivo trata de reconhecermos, ao longo da periodização, os elementos dos discursos ideológicos (hegemônicos ou não) construídos através da história da região e da nação, mas que são atualmente apropriados pelos diversos grupos sociais – em Santo Amaro e/ou para Santo Amaro – a fim de justificarem e/ou explicarem as diversas estratégias e táticas utilizadas pelos mesmos com o fim de adquirirem quaisquer formas de vantagens.

Para realizar os objetivos descritos acima, fizemos pequenas incursões na formação do Recôncavo a fim de não perdermos de perspectiva um contexto, ainda que parcial, dos processos realizados no lugar empírico Santo Amaro. Por hora, iniciaremos a próxima seção com uma análise sobre os parâmetros teórico-metodológicos que nos nortearam.

---

<sup>54</sup> No capítulo II, seção “2. De tesoura em riste: recortar para analisar”.

<sup>55</sup> Tais períodos não compreendem etapas históricas, estanques entre si, mas fases com sistemas técnicos próprios conectados a contextos socioeconômicos com características particulares que, apesar de apresentarem óbvias discontinuidades entre si e rupturas inconclusas, possuem, cada um, alguns elementos que lhes são próprios e característicos.

## 1. SOBRE OS DISCURSOS REPRODUZIDOS

Demos relevo aos discursos em virtude da importância dos mesmos nos artifícios utilizados pelos diversos sujeitos sociais na manutenção ou na mudança (com o fim de ascender), das estruturas sociais. Ações realizadas nas diversas dimensões espaciais, visando a manutenção ou a transformação da estrutura social, são justificadas por variados discursos ideológicos, hegemônicos ou não. Ao longo desse capítulo procuraremos observar e discorrer sobre alguns desses discursos, que julgamos principais, pela frequência que são citados por sujeitos de diversas classes e variados grupos sociais, nos textos aos quais tivemos acesso.

Os discursos sobre os quais nos deteremos, mais especificamente, para pensar as questões pertinentes ao nosso objetivo primário estão ligados ao recorte espacial principal, direta ou indiretamente. São discursos ligados à construção de identidades territoriais (HAESBAERT, [2004] 2007), em diversas dimensões espaciais, desde o lugar até o território nacional. Esses discursos não estão segmentados por dimensão geográfica, mas são transversais às diversas dimensões espaciais, construídos por grupos hegemônicos para cumprirem funções ideológicas em uma dimensão espacial e geralmente recuperados em outra, por outros grupos e nesse processo, inevitavelmente ressignificados.

Hall explicou como “a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – **um sistema de representação cultural**” (HALL, [1992] 2006, p. 49, grifo do autor). Estendemos essa reflexão, de Hall, da nação às **comunidades imaginadas** (ANDERSON, [1983] 2008) de base territorial<sup>56</sup> como um todo, já que nossa base explicativa abrangeu, além do território nacional, o estadual, e, mais especificamente, a região e o lugar. Dessa forma consideraremos, seguindo Pinho (1998), além do Brasil, a Bahia como comunidade imaginada, mas não só. Para nós, seguindo Gupta e Ferguson ([1992] 2000), o Recôncavo e Santo Amaro (enquanto lugares) também serão

---

<sup>56</sup> Comunidades imaginadas é um conceito cunhado por Benedict Anderson com o objetivo de discutir o processo de criação ideológica das nações. O adjetivo “imaginadas” é posto a fim de salientar essa faculdade das nações serem criações e não conformarem nada de essencial e existente *a priori* da existência humana. O substantivo comunidades vale para fazer notar a função hegemônica e, portanto, ideológica, do nacionalismo, homogeneizando todos que compartilham da mesma nacionalidade, unindo-os em torno de uma “profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, [1983] 2008, p. 34), não interessando o quanto entre pretensa “comunidade” é permeada por desigualdades e contradições. Acrescentamos o “de base territorial” para dar relevo à dimensão jurídica, política e administrativa (conteúdos do conceito tradicional de território) que privilegiamos nesse momento do texto.

consideradas comunidades imaginadas de base territorial, associadas a identidades específicas. Afinal, nas quatro dimensões espaciais existem discursos de lealdade ao torrão natal, de originalidade cultural associada ao local de origem, e de um passado comum compartilhado que serve como repositório de narrativas sempre acessadas para reiterar a origem comum do “povo”. Um povo que serve, ao mesmo tempo, como “sujeito de processos de significação” (PINHO, 1998, s.p.) e objeto de uma pedagogia para criação de lealdades, mais ou menos tensionadas, em relação ao seu espaço de origem (seja estadual, regional ou municipal).

Um povo único, uma única história em um local específico. **Espaço diferenciado** e **tempo contínuo** são as duas categorias que, segundo Leite: “estabelecem parâmetros para as relações identitárias que estabelecem marcos de diferenciação externa e identificação interna, através dos quais grupos ou comunidades criam representações sobre **si** e sobre os **outros** (2004, p. 37, grifo do autor).

Hall (2006) discorrendo sobre as falas (ou narrativas, segundo o autor) que constituem e cercam, especificamente, a ideia de nação como comunidade imaginada, descreveu cinco elementos principais que comumente compõem a narrativa de uma cultura nacional. Primeiro, a **narrativa da nação**, que fornece “uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou **representam** as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação” (HALL, 2006, p. 52, grifo do autor). Segundo, “a ênfase nas **origens**, na **continuidade**, na **tradição** e na **intemporalidade**” (p. 53, grifo do autor). De acordo com essa ideia “os elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história” (ibidem). Terceiro a **invenção da tradição** (HOBSBAWN, 2012). Quarto, o “**mito fundacional**: uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo 'real', mas de um tempo 'mítico’” (idem, p. 54). E, por fim, quinto, o **povo original**, do qual, a elite atual descende.

Decerto, não procuraremos empurrar à realidade do Recôncavo, nem a qualquer outra dimensão espacial de análise, os cinco elementos discursivos citados acima, descritos por Hall. Alguns deles seriam inaplicáveis à realidade da região e do próprio Estado nação. A ideia de povo original, por exemplo, não poderia ser aplicada em uma nação (Brasil) que já aceitou como um de seus mitos a ideia de sua formação mestiça.

Apontados os elementos constitutivos dos discursos referentes à instituição de

comunidades imaginadas de base territorial, ilustraremos – nesse capítulo e no próximo – as formas que esses discursos tomam, especificamente, nos casos abordados por esse trabalho, nos restringindo a aqueles que se desdobram e alcançam o lugar empírico, objeto de nosso trabalho. Começaremos por citar os elementos discursivos construídos e instituídos para montar a ideia de nação e de identidade nacional no Brasil, relacionando-os a forma que esses mesmos elementos tomaram enquanto presentes em falas que caracterizaram (e caracterizam) o ser baiano e a **baianidade**. Também observaremos os elementos discursivos específicos utilizados nas falas que caracterizam a identidade baiana, e que não são extensivos a identidade nacional, mas que são pertinentes ao Recôncavo, na sua maior parte. Haesbaert notou o fato da identidade baiana ter sido construída “sobre traços culturais da zona **em torno de Salvador**” (HAESBAERT, [1996] 2010a, p. 403, grifo nosso). Pinho (1998), discutindo o discurso da baianidade, discorreu sobre como Salvador e especificamente o Pelourinho se realizam como representações-síntese da “Ideia de Bahia”.

O mito fundante da Idéia [sic] de Bahia é, sem dúvida, o **empreendimento colonial** e a fundação, à beira da escarpa, da cidade fortificada por Tomé de Souza, terra onde começou o Brasil. A Bahia – confundida frequentemente com a cidade de Salvador – tem sua origem, compreendida como origem do Brasil, indissolivelmente ligada ao sítio histórico do Pelourinho (PINHO, 1998, s.p., grifo nosso).

Mariano (2009), pensando a “A invenção da baianidade”, restringiu-se a Salvador e ao Recôncavo, ainda que admitisse a Bahia como plural e heterogênea. Enfim, não são raras as referências, diretas ou indiretas, ao Recôncavo (no máximo, integrado ao Baixo Sul) como região-síntese dessa pretensa baianidade que examinaremos mais adiante. Por agora, nos concentremos em analisar o discurso constitutivo da nação Brasil.

Chauí (2000) discutiu os elementos discursivos, capturados no evento de “descoberta” da colônia, que se tornariam constitutivos do mito fundador da nação Brasil: **a abundância** na terra rica em recursos naturais **e a cordialidade do seu povo**, descendente de uma população nativa que dava mostras de tender a servidão voluntária. Esses elementos vão substanciar um discurso ideológico – peculiar da formação social do Brasil (como nação), desde 1830 até os anos 2000 –, que a autora vai denominar de **verdeamarelismo**.

Segundo a autora, o verdeamarelismo foi construído a partir da crença da elite dominante – a aristocracia rural, do período colonial à República Velha – na ideia de que,

o Brasil, um país rico em recursos naturais e comportando um povo pacífico e ordeiro, estava destinado a um grande futuro ou, nas palavras de Afonso Celso<sup>57</sup> (1997, *apud* Chauí, 2000, p. 58): “Se Deus aquinhoou o Brasil de modo especificamente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos”. Ora, para essa elite os alevantados destinos consistiam basicamente na aceitação da condição periférica da economia do país em relação aos países centrais, ou nas palavras da própria Chauí:

(...) quando a classe dominante falava em “progresso” ou em “melhoramento”, pensava no avanço das atividades agrárias e extrativas, sem competir com os países metropolitanos ou centrais, acreditando que o país melhoraria ou progrediria com a expansão dos ramos determinados pela geografia e pela geologia (...) (CHAUÍ, 2000, p. 34).

Retornaremos ao discurso do verdeamarelismo ao longo das seções desse capítulo, indicando os momentos em que o mesmo recuou, ou mesmo cooptou outros discursos, a fim de se adequar (ou melhor, ser adequado) às mudanças conjunturais.

Por agora, relacionaremos o discurso da nação ao discurso da **baianidade**. Afinal ser baiano é participar também da nação brasileira e partilhar da mesma identidade essencializada com todos os outros brasileiros, porém com alguns particularismos locais, de caráter regional, também ideologizados, com fins hegemônicos, ou não.

O discurso identitário, essencializado, de base regional, ou discurso regionalista, é constituído historicamente e apropriado por uma elite local a fim de legitimar suas demandas e reivindicações quanto à manutenção ou ampliação do seu correspondente *status quo* em relação a outros grupos dominantes com dimensões espaciais de domínio equivalentes ou mais amplas. Isso não quer dizer que outros grupos dominantes não se apropriem do mesmo discurso, e não contribuam para ele. O que ocorre, pelo contrário, é bem diferente: o discurso regionalista, e mais especificamente o discurso da baianidade, não raro, é apropriado por outras elites dominantes, hegemônicas nacional ou internacionalmente.

Enfim, o discurso da baianidade serviu (e serve) a diversos grupos hegemônicos, nas diversas dimensões espaciais de domínio. Sinteticamente, ele emergiu com a função de justificar e dar base ideológica para a legitimação de um estado de coisas no qual grupos hegemônicos exploraram (e exploram) predatoriamente os recursos naturais

---

<sup>57</sup> CELSO, Afonso. **Porque me ufano de meu país**. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1997.



**abundantes** de uma região para o seu proveito, em detrimento da reprodução socioeconômica de parte significativa da população, escrava (enquanto a escravidão existiu) e/ou livre, que ainda assim se mantinha (e se mantem), até certo ponto, **dócil**.

Sem nos restringirmos ao discurso da baianidade, mas incluindo o discurso de uma brasilidade, afirmamos que inúmeras políticas públicas, federais e estaduais, realizadas com o fim de promover o desenvolvimento no Recôncavo, foram e ainda são justificadas por ambos os discursos, ao mesmo tempo ou um de cada vez.

### 1.1. O DISCURSO DA BAIANIDADE, NO COTIDIANO

Entretanto, o discurso regionalista não pertence às elites, decadentes ou não, ainda que seja apropriado e/ou reforçado por elas. Ele se dilui no cotidiano, se autonomiza e participa da constituição de várias formações discursivas, apropriadas por outros e diversos grupos sociais, que descontentes, contestam “o local de poder que lhes tem sido delegado nos embates econômicos e políticos” (MARIANO, 2009, p. 17). Participar de um discurso regionalista é atestar seu pertencimento à uma região e ao mesmo tempo, participar de uma identidade<sup>58</sup> ou de várias que provavelmente se desenvolvem naquele espaço.

Citamos dois elementos discursivos do discurso da baianidade, mobilizados para justificar a desigualdade e a exploração de um grupo pelo outro. Um é discutido por Mariano (2009): a naturalização e a valorização da origem, e sua associação a características individuais de personalidade. Desse ponto existem outros desdobramentos: a valorização da família e do “sangue”, assim como do local de nascimento, ambos responsáveis pela transmissão não só de características fisiológicas, mas também espirituais e morais. Pertencer a uma família ou nascer em um lugar específico promovia instantaneamente um indivíduo a portador das características morais e espirituais “intrínsecas” àquela comunidade.

---

<sup>58</sup> Reconhecemos a pertinência do conceito. A identidade, enquanto ideologia hegemônica, é existente e participa da produção do espaço. O conceito está associado às representações espaciais e é constitutivo do espaço concebido. Ao mesmo tempo, ele é apropriado de muitas maneiras (e sempre parcialmente), ressignificado, pela cotidianidade que se desenvolve no lugar Santo Amaro. Enfim, a identidade, como representação espacial, também emerge do espaço de representação e é constitutiva do espaço vivido, conformando diferenças.

Na evocação da hereditariedade e proveniência [...] apela-se para a genética, a hereditariedade e os laços culturais como fatores significativos para se entender as diferenças, e também para justificar as desigualdades e a exploração (MARIANO, 2009, p. 144).

O outro elemento, implicado no anterior, reside na crença que, um grupo social menos favorecido socioeconomicamente somente prosperaria se o mesmo estabelecesse laços, familiares de caráter ritual, com os grupos prósperos já consolidados. Sendo que essa associação entre grupos de estamentos sociais diversos somente ocorreria mediante submissão (mascarada pelo caráter ambíguo da dádiva) do menos favorecido a aquele dominante, o qual poderia, ou não, aceitar paternalisticamente, via relações de **compadrio**, as dádivas daquele que se submetia, cujos descendentes futuros ainda estariam comprometidos com a associação acordada. Enfim, legitimados esses vínculos de parentesco (ainda que rituais), estabeleciam-se entre as partes envolvidas um conjunto de regras e lealdades a serem seguidas por um e outro grupo, as quais serviam, entre outras coisas, à manutenção do *establishment* vigente.

Entretanto, para que essas relações de compadrio vingassem, outros elementos discursivos vinculados a representações aceitas como de inquestionável valor moral eram mobilizados. Citaremos alguns: a começar pela “obediência e apego à tradição” (MARIANO, 2009, p. 153), o qual repercute em outro elemento discursivo que é uma pretensa “intimidade com o sagrado” (idem, p. 154). Sagrado que se referencia em diversas religiões cristãs (catolicismo e, mais recentemente – a partir de meados do século XX – as evangélicas pentecostais ou neo pentecostais) e nas de matriz africana (candomblé, umbanda entre elas), uma de cada vez, ou várias ao mesmo tempo, uma vez que vários rituais sincretizados permitem essa possibilidade.

A intimidade com o sagrado está ligada diretamente aos pedidos de proteção, de caráter material ou imaterial, e envolve geralmente algum tipo de ritual que direciona o pedido a uma divindade específica. O compadrinamento e **outras relações instituídas** (ou não) que envolvessem trocas – na maior parte das vezes simbólicas – deveriam se realizar mediante a benção de alguma divindade, a qual “vigiaria” a vigência do acordo e de seus termos.

Enfim, não obedecer às leis da tradição, legitimadas pela repetição e pela antiguidade, é desobedecer às leis “vigiadas” por forças transcendentais, as quais puniriam o grupo, ou o indivíduo envolvido direta ou indiretamente, no descumprimento do acordo. O cumprimento do mesmo dependia da aplicação e do seguimento de um

conjunto de rituais e normas geralmente ambíguos o bastante para permitirem interpretações bem diversas entre si. A interpretação, ou interpretações, mais aceita(s) seria(m) resultado de disputas políticas entre os grupos envolvidos.

A forma da punição para o descumprimento do acordo era (e é) variada e depende de vários elementos: do tipo de troca estabelecida, dos seus termos e dos grupos sociais envolvidos, mas geralmente tinha (e tem) repercussão material, ainda que seus termos tenham sido pensados prioritariamente no plano imaterial e simbólico. Um problema quanto à punição, se fosse impingida por forças divinas, seria reconhecê-la, visto que, nesse caso, ela poderia ocorrer de diversos modos, mas sempre de modo indireto e diluído em uma ação, por conseguinte, não muito óbvia. A punição poderia acontecer sob a forma de uma catástrofe natural, ou de uma crise econômica ou espiritual...

Além dos elementos discursivos postos acima, existem outros, postos por Mariano (2009) que, por não considerarmos pertinentes aos desenvolvimentos do trabalho em questão, não abordaremos. Ficaremos com essa, digamos, síntese, a qual será o bastante para pensarmos o discurso da baianidade no Recôncavo, por sinal, o espaço síntese, como já apontamos, de uma ideia (hegemônica) de Bahia. Na próxima seção discutiremos melhor a forma da região Recôncavo, suas características e seu conteúdo histórico, com o intuito de pormos as bases que delimitarão sobre qual Recôncavo iremos discutir ao longo do trabalho.

## **2. O RECÔNCAVO: DO PERÍODO TÉCNICO AO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO**

Santo Amaro se localiza, participa e reproduz o Recôncavo, essa região que contribui para explicar a cidade, ao mesmo tempo que é explicada por ela. O Recôncavo não é um dado, mas uma construção sobre a qual existem várias perspectivas explicativas.

Entendemos o Recôncavo como uma região que persiste nos dias atuais. Ela não desapareceu com a decadência da atividade açucareira, ainda mais porque uma atividade econômica não é definidora de uma região, mas decerto é um atributo importante e decisivo quando procuramos considerá-la. Existe um processo histórico explicativo do Recôncavo que vai além de sua dimensão econômica. Existe uma formação regional Recôncavo (PEDRÃO, 2007; CHAGAS, 2007).

Não existe um consenso sobre quais seriam os limites do Recôncavo. Há, talvez,

algum consenso sobre qual seria o seu núcleo, ou melhor dizendo, sobre quais seriam os municípios sempre citados, pelo senso comum, como partícipes de uma ideia do Recôncavo, região. Há também algum acordo sobre os conteúdos básicos que caracterizariam essa região, a maior parte deles presentes nos discursos descritos na subseção anterior.

Não nos deteremos em discorrer acerca das diversas perspectivas existentes sobre quais seriam os limites da região. Vários autores<sup>59</sup> já fizeram essa discussão antes de nós e a cumpriram a contento, portanto, focaremos nosso entendimento do Recôncavo em uma descrição da região realizada por Maria de Azevedo Brandão seguindo a divisão política-administrativa na escala municipal. A referida descrição consiste na enumeração dos municípios do Recôncavo que resultou no mapa 1, na p. 134. De acordo com ela, o Recôncavo seria uma

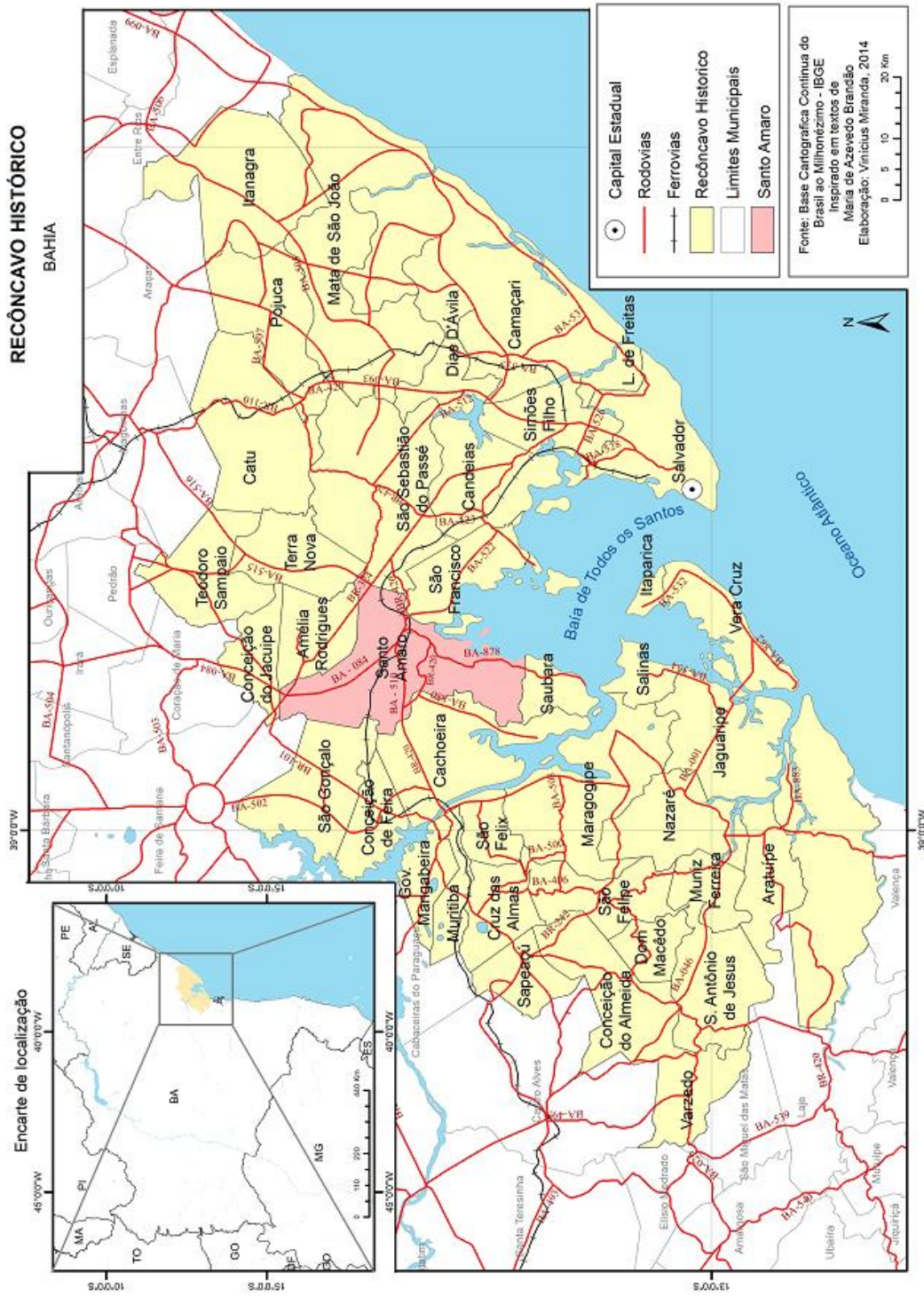
(...) **unidade cultural** marcada desde o início da colonização por grandes diferenças sub-regionais, mas também por intensa complementaridade econômica e inter-relação social, composta do todo ou parte dos termos de sete núcleos administrativos do período colonial: Abrantes, Salvador, São Francisco do Conde, Santo Amaro da Purificação, Cachoeira (...), Maragogipe e Jaguaripe (BRANDÃO, 2002, p. 189, grifo nosso).

É a essa configuração do Recôncavo que nos remeteremos quando nos referirmos ao Recôncavo histórico ao longo do texto, por tratar justamente daquele espaço que moldura a Baía de Todos os Santos, com a qual já compôs um sistema **geohistórico resistente** (ARAÚJO, 2000) durante quatro séculos, nos quais o domínio geopolítico do Recôncavo estava ligado ao domínio da Baía de Todos os Santos, e vice-versa. Durante todo o período que o Recôncavo foi produtor de mercadorias agroexportáveis, o entendimento desse sistema, pela elite baiana regional, garantiu sua hegemonia seja em relação à invasão holandesa, seja em relação à tentativa de recolonização por parte dos portugueses.

---

<sup>59</sup> Entre os autores: Bert Barickman, Milton Santos, Katia Mattoso, Maria de Azevedo Brandão etc.

# MAPA 1



O Recôncavo surgiu como região ainda no século XVII, no desenvolvimento do **período técnico** no Brasil, para cumprir um papel na Divisão Internacional do Trabalho. Esse papel consistia fundamentalmente na produção de cana de açúcar e seus derivados – cachaça, melão e açúcar, com relevância para o último – mais a produção de fumo, todos para exportação e de produtos para a subsistência da própria população da região. Essa configuração produtiva sobreviveria por quase quatrocentos anos, existindo por todo o período colonial, o imperial até a República Velha, quando se dissolveria, após várias crises que tinham se intensificado antes do seu ocaso definitivo.

No apogeu desse sistema produtivo agroexportador, o açúcar produzido era transportado, através da rede flúvio-marítima, em direção ao porto da capital, Salvador, de onde partia em navios para a Europa, onde seria vendido como mercadoria de Portugal. Ao mesmo tempo, Salvador fornecia ao Recôncavo, também pela conexão flúvio-marítima, produtos manufaturados produzidos na Europa ou mesmo na capital. “A cidade [Salvador] dominava a baía, mas dependia das terras ao seu redor para se abastecer de alimentos, provisões e produtos agrícolas que fizeram de Salvador um dos centros do comércio transatlântico” (SCHWARTZ, [1985] 2005, p. 77).

No entanto, é importante observar, existia uma rede interna ao Recôncavo responsável pela **subsistência** dos seus moradores. Barickman observou as atividades de subsistência e sua relevância para a sociedade colonial da região:

Os mariscos, porém, serviam como uma fonte suplementar de proteína na dieta dos escravos rurais. Os engenhos e fazendas de cana localizados perto da baía as vezes tinham “mariscadores”, cativos cuja função era apanhar caranguejos, ostras e camarões (BARICKMAN, 2003, p. 93).

O sucesso da estrutura produtora de açúcar no Recôncavo, por quase 150 anos, foi, de certo modo, a razão da sua decadência. A elite dominante confiou demasiadamente no modelo que dependia de **duas premissas** (internas à atividade), as quais não perdurariam indefinidamente, constantes no discurso do verdeamarelismo descrito por Chauí (2000): a primeira premissa, a abundância de terras férteis que, gradualmente iam minguando, pois, os senhores de engenho não investiam em técnicas para a recuperação das terras. Quando exauridas, simplesmente as abandonavam, para então derrubar e queimar mais um trecho de mata, com o intuito de cultivar na terra que ficara após a queimada. A segunda premissa tratava da abundância de mão-de-obra escrava, cujo

emprego, em meados do século XIX, começaria a ser questionado pelos países centrais. A Grã-Bretanha, especificamente tomaria medidas práticas com o objetivo de coibir e/ou diminuir o tráfico de escravos e questionar a própria instituição escravidão.

A elite sustentada por essa estrutura demorou para responder às mudanças que ocorriam no plano internacional. Adaptações e adequações que precisavam ser feitas na estrutura produtora de açúcar não foram realizadas, ou foram em ritmo demasiado lento.

Foi na primeira metade do século XIX que começaram a surgir indícios de outros tempos no Recôncavo. Entre eles, um dos mais significativos, o processo de independência – com o engajamento dos senhores de engenho (acompanhados de outros grupos) –, o qual apontava para uma reconfiguração das agentes sociais nacionais com vistas a dar projeção a diversos grupos hegemônicos, entre os quais não estariam os Portugueses. Da independência ao início do século XX, a configuração da estrutura agroexportadora passaria por algumas transformações, causadas pelas apropriações de novas tecnologias, antes da sua dissolução final. O banguê – o engenho de açúcar tradicional, dependente da tração animal ou água – seria substituído, sem sucesso e parcialmente, pelos engenhos centrais movidos a vapor (ARAÚJO, 2002) e finalmente pelas usinas. Nenhuma dessas apropriações tecnológicas seria suficiente para resgatar o sistema produtor de açúcar ao apogeu.

A crise da estrutura agroexportadora de açúcar, além de ser causada pela adoção tardia (ou ausente) das novas tecnologias, também foi motivada pela escassez de mão-de-obra atribuída, por sua vez, a diversos fatores: a lei Bill Aberdeen<sup>60</sup>, a Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870, as epidemias de cólera<sup>61</sup> em 1855 e, por fim, a abolição da escravatura, em 1888.

Existiram alguns esforços de superação do processo de decadência da produção açucareira, entre eles a implantação de ferrovias, cujo objetivo era emprestarem outra temporalidade ao transporte das coisas e pessoas no Recôncavo. Afinal a rede de transporte flúvio-marítima que tanto caracterizara a região comportava uma temporalidade lenta, pouco interessante à reprodução do capital internacionalizado da segunda metade do século XIX. Os dois modais conviveram durante quase um século.

---

<sup>60</sup> A “*Slave Trade Suppression Act*” ou Lei Bill Aberdeen, promulgada pelo império britânico em 1845, visava a combater ao tráfico de escravizados no Atlântico Sul, atribuindo às embarcações da Marinha Britânica o direito de apreender qualquer navio negroiro

<sup>61</sup> A epidemia de cólera causou a morte de, aproximadamente, 26.000 pessoas no Recôncavo (ANDRADE, 2006).

As ferrovias reestruturaram a rede de cidades do Recôncavo. Cidades com pouca relevância ascenderam na hierarquia. Santo Antônio de Jesus é um exemplo emblemático. Pouco relevante até a construção da Estrada de Ferro de Nazaré, a cidade se tornou um importante entreposto comercial após a ferrovia, sediando uma das feiras mais importantes do Recôncavo na segunda metade do século XIX.

Quanto à rede flúvio-marítima, essa pouco a pouco foi sendo deixada de lado, ocupando, primeiramente, um segundo plano, com a implantação da rede ferroviária, até, simplesmente, desaparecer com a implantação da rede rodoviária. A última linha regular, por navio, foi extinta na década de 1970, e ligava Salvador à cidade de Maragogipe (TEIXEIRA, 2011).

Nesse contexto, de estagnação econômica, ficaram questões sobre como a população do Recôncavo e a região Recôncavo – como espaço vivido – sobreviveram. Chagas (2007) discutiu a permanência de uma dimensão de subsistência no Recôncavo, já apontada no texto supracitado, desde o período colonial. Segundo o autor, alguns trabalhadores não emigraram, especialmente aqueles que não apresentavam qualquer tipo de qualificação, já que dificilmente conseguiriam vender sua força de trabalho. Esses trabalhadores permaneceram no Recôncavo onde poderiam “se virar”, seja graças à roça de subsistência (de caráter familiar), seja graças ao extrativismo vegetal e/ou animal que conseguissem realizar. A essa dimensão, de subsistência, associamos uma instituição do Recôncavo, fundamental para a realização das trocas: a feira.

No período de estagnação, a feira mostrara-se importante em diversos momentos da reprodução socioeconômica do morador de Recôncavo, mais especialmente naqueles em que o mesmo precisasse adquirir moeda (ou dinheiro líquido<sup>62</sup>, usaremos ambos os termos como equivalentes a partir daqui). Dessa forma, por exemplo, as feiras semanais das cidades do Recôncavo tornaram-se importantes, porque nelas aqueles produtos adquiridos, via agricultura familiar e extrativismo, tinham a oportunidade de serem comercializados. Mas outras relações de troca, além da material, se realizavam na feira. Sua sazonalidade, semanal, não impedia que se estabelecessem entre aqueles que viviam da feira e aqueles que a frequentavam, por necessidades relacionadas ao consumo, relações de intimidade e cumplicidade. Enfim, **redes sociais** se estabeleciam no, ou se

---

<sup>62</sup> Dinheiro líquido é o termo utilizado por Santos, no livro Espaço Dividido ([1978], 2008d), para referir-se à crescente, e necessária, monetarização do circuito inferior da economia (sobre esse tema, discorreremos no capítulo IV).



estendiam ao espaço da feira, agregando capital social, realizado através do acesso a informações privilegiadas, a favores de ordem material etc. A feira era/é um espaço de sociabilidade.

As feiras representavam muito mais que um espaço de negócio, de compra e venda de mercadorias; nelas eram estabelecidos contatos comerciais e sociais, corriam os preços dos produtos e as notícias sobre o cotidiano das pessoas: quem havia casado, nascido, falecido, estava doente, o escravo fugido, o senhor falido ou enriquecido era notícia. Todos estavam nas conversas que se desenrolavam por entre as bancas ou barracas dos feirantes. Assim, eram locais onde se desenvolviam e eram fortalecidos laços de solidariedade. As pessoas obtinham os gêneros ou objetos que necessitavam e levavam e recebiam notícias, recados de parentes a amigos, chegavam informações acerca da gente do lugar e da gente de fora (OLIVEIRA, 2000, p. 60).

O Recôncavo sempre comportou atividades de subsistência as quais eram complementares às **atividades** agroexportadoras, e que não desapareceram, nem se tornaram decadentes ao longo do período de crise, somente se adequaram. As atividades de subsistência, incluindo aquelas de caráter extrativista (pesca e mariscagem entre elas), são historicamente relacionadas a variadas manifestações culturais e abrangem muito mais do que a simples reprodução biológica dos habitantes mais pobres do Recôncavo.

Curiosamente a decadência do Recôncavo foi associada à decadência de uma ordem social. Uma elite específica decaiu com aquela ordem, a aristocracia rural dependente da cultura do açúcar e, mais secundariamente, a dependente da atividade fumageira: lembrando que o fumo era considerado “um produto de menor prestígio” (SCHWARTZ, [1985] 2005, p. 85). Com a decadência desses grupos, reafirmou-se o sistema de troca de favores no Recôncavo. Os libertos, que permaneceram sob a proteção dos fazendeiros (não mais senhores de engenho), continuaram a desfrutar das redes sociais hierárquicas próprias da região. As relações de reciprocidade entre fazendeiros e homens livres se mantiveram graças ao artifício do compadrinamento.

Edinéia Souza observou a importância da manutenção das relações de reciprocidade no contexto da região (Recôncavo como um todo) em decadência. A autora destacou, particularmente, o **compadrio**, descrevendo como as partes envolvidas nessa relação angariavam vantagens. Os fazendeiros, padrinhos, aumentavam sua capacidade de influência, na medida que adquiriam mais “parentes”, embora fictícios e rituais, enquanto que os apadrinhados, diante de uma conjuntura – de pós-abolição, no caso – instável e desconhecida, obtinham algumas garantias que geralmente lhes serviam à

sobrevivência imediata, salvaguardando-lhes de incertezas maiores (SOUZA, 2014).

O compadrio se reconfiguraria com o advento do trabalho contratual, regulado por leis proferidas e garantidas pelo governo federal, ao longo das décadas de 1930 e 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, quando já se estava desenvolvendo o **período técnico-científico** no Brasil. Nesse período – graças a iniciativas integradoras da nação, como a instalação de uma ampla rede de comunicação, composta por telégrafo e rádio –, o trabalho, na sua forma moderna e capitalista, penetrara no Recôncavo. O paternalismo local, típico das relações de compadrinamento, fora modificado e convivia com o paternalismo populista e estatal que caracterizou o governo de Getúlio Vargas. Afinal era preciso modernizar o país.

A modernização do Recôncavo coincidiu com a descoberta do petróleo na região, entre 1940 e 1950, se estendendo até o início da década de 1990. De fato, foi o petróleo que marcou esse momento. O açúcar e o fumo produzidos pelo Recôncavo, a essa época, enfrentavam a decadência e seus produtos não participavam mais de forma relevante da pauta de exportações do país. Almeida, citando números, é mais elucidativo: “O número de usinas decresceu consideravelmente. Das 20 usinas em funcionamento em 1920, no Recôncavo, restavam 10, em 1965, e apenas 5, no início da década de 70 (...). E só duas sobreviveram até a virada do século” (ALMEIDA, 2008, p. 29). A Bahia, e não só o Recôncavo, vivia um momento de estagnação econômica (que durou até a década de 1950), cujas causas consistiam em um conjunto de problemas – falta de capitais, carência de força motriz, pobreza de mão-de-obra técnica, deficiência de mercado interno etc. – que seriam sintetizados, pelo político Octávio Mangabeira, em uma expressão: o “enigma baiano”.

A conjuntura de estagnação somente se atenuaria com a descoberta de petróleo na década de 1940, em Candeias, no Recôncavo. Graças a esse fato, estabeleceu-se e consolidou-se uma estrutura para exploração e produção de petróleo no Recôncavo. A rede urbana se reestruturou mais uma vez graças à construção das rodovias, as quais reafirmaram a importância e deram nova relevância a cidades como Santo Antônio de Jesus e Feira de Santana.

As ações da Petrobrás (empresa que fora criada para explorar a cadeia produtiva petrolífera no Brasil) no Recôncavo foram uma exemplar amostra da capacidade de intervenção do Estado em uma região. Em um relativo curto espaço de tempo, cerca de trinta anos, a Petrobrás reorganizou o Recôncavo, social e espacialmente. Suas ações,

configuradas como verticalidades (SANTOS [1996] 2009), arbitrárias (unilaterais), visavam tão somente criar o contexto adequado aos interesses da empresa na região. Entretanto, o resultado de suas ações, enquanto se diluíam no cotidiano da região, se autonomizaram, tiveram desdobramentos previsíveis e imprevisíveis. Inadvertidamente a Petrobrás contribuiu para uma transformação profunda do Recôncavo e para sua permanência enquanto região, ainda que fragmentada.

As estradas começaram a ser pavimentadas a partir de 1956. Graças a elas foi permitida a conexão da Bahia com outras regiões do Brasil e, mais especificamente, à Petrobrás foi facilitado o “acesso rodoviário entre a capital e as áreas produtoras de petróleo” (BRITO, 2008, p. 123). O que ratificava o objetivo primário da construção das estradas, o qual não era integrar aquela região internamente por terra, nem externamente a outras regiões do Brasil, porém integrar as áreas de exploração e refino do petróleo, mais a de remessa dos seus derivados, ao Sudeste. Anotemos entretanto: a infraestrutura rodoviária inevitavelmente desdobrou-se em equipamento público de uso coletivo até os dias atuais.

Em 1958, quando Santos discutiu a rede urbana do Recôncavo esse autor já salientava o novo arranjo hierárquico entre as cidades da região surgido com as estradas de rodagem construídas para servir a exploração do petróleo. Especialmente Feira de Santana, enquanto entroncamento rodoviário, emergia como a cidade mais importante da rede, mais importante do que Santo Amaro e Cachoeira, os quais deixaram de ser *hubs* (o autor não usa esse termo) das redes técnicas de transporte para mercadorias e pessoas (SANTOS, [1958] 1998).

Além da construção das estradas de rodagem, Brito apontou duas outras formas que os investimentos da Petrobrás tomaram no Recôncavo: a primeira, indo de encontro a Azevedo ([1959] 1998), diz respeito ao **aumento da oferta de moeda circulante**; e a segunda está relacionada ao “**desencadeamento de um rápido processo de urbanização**” (BRITO, 2008, p. 122, grifo nosso). O aumento na oferta de moeda circulante foi devido à necessidade da empresa de adquirir bens e serviços e de contratar uma grande massa de trabalhadores (nativa e imigrante) com salários acima da média regional, que requisitava, por sua vez, outros bens e serviços, trazidos com novos hábitos de consumo (AZEVEDO, [1959] 1998).

Foi durante o período autoritário, a partir do golpe de 1964, que se acelerou e intensificou o processo de industrialização da Bahia e, mais especificamente, do

Recôncavo, no bojo das políticas estatais de planejamento, norteadas pelas teorias de polarização<sup>63</sup> em voga. A intensificação desse processo não era mera coincidência, mas fazia parte de uma estratégia de centralização do poder pelo governo ditatorial que viu na industrialização do Nordeste e da Bahia em particular, um modo de enfraquecer o poder dos agentes hegemônicos regionais, e integrar a nação a partir do Sudeste, que pretendia a hegemonia nacional. Essa estratégia se realizaria através da instalação de indústrias especializadas na produção de bens intermediários, principalmente, as quais se concentrariam em municípios próximos (Camaçari, Simões Filho e Candeias) a capital, Salvador. O tipo de especialização desse parque industrial – constituído pelo Centro Industrial de Aratu (CIA) e pelo Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) – o tornava **complementar** a aquele que se desenvolvia na região Sudeste (ALMEIDA, 2008). Brandão, se referindo ao parque industrial baiano, discutiu como o mesmo alienou a capital do estado da porção sul do Recôncavo. De forma bastante clara, a autora descreveu como a porção norte da região, com Salvador, foi isolada da Baía de Todos os Santos e de suas ilhas. A instalação do CIA, mais especificamente, margeando uma parte significativa do litoral da baía, eliminou a perspectiva de um corredor litorâneo entre Salvador e a parte sul do Recôncavo, ao mesmo tempo que anulou a possibilidade da baía voltar a ser um meio para a comunicação flúvio-marítima entre a capital e sua hinterlândia. Salvador era “uma gigantesca ilha ao lado de um mediterrâneo esquecido” (BRANDÃO, 2002, p. 192).

O surto de industrialização ocorrido não equacionou os problemas socioeconômicos da Bahia e, tampouco, da região Recôncavo. Partes do Recôncavo continuaram estagnadas economicamente, a margem das possibilidades de desenvolvimento propiciadas pelo parque industrial que fora instalado. Isso não quer dizer que outras possibilidades de desenvolvimento não foram pensadas, o turismo entre elas. No final da década de 1950 o governo do estado apresentou um Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (PLANDEB), no qual a atividade turística era pensada como um dos setores prioritários (SPINOLA, 2009). Em dois momentos, 1964 e 1967, os prefeitos do Recôncavo se reuniram, oficialmente, para pensar o turismo como

---

<sup>63</sup> As teorias de polarização eram inspiradas nas ideias de François Perroux quanto ao desenvolvimento de polos industriais criados a partir de uma indústria, ou setor industrial, motriz, articuladas as ideias de Albert Hirschman, quanto aos encadeamentos dessa indústria, ou setor industrial, a jusante ou a montante na cadeia produtiva. “Os polos de crescimento industrial iniciariam o processo que seria, em seguida, difundido ao resto da economia por efeitos multiplicadores e de aglomeração sobre o investimento, a renda e o emprego, incluindo a multiplicação de pequenas empresas” (ALMEIDA, 2008, p. 25).

possibilidade de atividade econômica. Em 1971, o governo do estado da Bahia apresentou um **Plano de Turismo para o Recôncavo** (QUEIROZ, 2002). Entretanto, segundo Queiroz (2002), o estabelecimento e a consolidação de um parque industrial na Bahia, inibiu o desenvolvimento do turismo como mais uma opção de atividade econômica, de fato.

De qualquer modo, várias foram as iniciativas no sentido de se criar a partir da Bahia e do Recôncavo, um produto turístico atrativo. Entre elas, as campanhas publicitárias promovendo o turismo na Bahia a partir da década de 1970; ou o tombamento do patrimônio histórico edificado para turistificação na década de 1980 (QUEIROZ, 2002).

Jocélio Teles dos Santos (2006) também discutiu outros aspectos da política cultural desenvolvida durante o período autoritário, no plano nacional, os quais abrangiam também a turistificação das **manifestações culturais** de matriz africana, de um modo bastante singular, o que envolvia uma construção ideológica deveras imbricada. De acordo com o autor, no regime militar, a legitimação da influência africana na cultura brasileira, estabeleceu-se restrita ao **folclore** ou, dizendo de outra forma, a um conjunto homogêneo de manifestações culturais articuladas com um conteúdo nacionalista imerso no mito de origem do povo brasileiro, um povo original e singular, alegre e colorido, porque mestiço, fruto da mistura de três raças, e de três culturas.

Houve um processo de **legitimação seletiva** da cultura de matriz africana na constituição da nação brasileira, com vistas a estimular o produto turístico, e outros setores. Santos (2006) concentrou-se, para explicar esse processo, entre vários exemplos, na capoeira e no candomblé. Na capoeira, descreveu a tentativa de sua institucionalização como esporte, nos termos da burocracia estatal do regime autoritário: as exigências quanto a conhecimento formal para a atividade de ensino, a filiação dos praticantes a organizações reconhecidas pelo estado etc. O que não significa que se abandonou a possibilidade de aproveitamento da mesma como manifestação folclórica adequada à fruição do turista. Antes do final do regime autoritário, em meados da década de 1980, Santos (2006) descreveu como a capoeira já se apresentava como atração folclórica nos roteiros turísticos programados na capital baiana.

O mesmo autor (SANTOS, 2006) também descreveu como o candomblé foi apropriado pela política brasileira, em geral, e pela política baiana, em particular. Santos mostrou, usando matérias de jornal, como a partir da segunda metade do século XX, na

Bahia, o candomblé gradualmente foi se ausentando das páginas policiais dos jornais diários para ocupar as páginas relacionadas ao turismo. Segundo o autor as pressões sobre a religião foram mudando de caráter, de uma pressão social estereotipada que a criminalizava como manifestação religiosa primitiva foi se tornando uma manifestação, também estereotipada, folclorizada, que traduzia a ligação do baiano com o sagrado, permeada pela musicalidade e com uma culinária particular. A manifestação tornou-se um semióforo, um dos símbolos-síntese da baianidade que se pretendia mostrar ao turista. Ainda o é no atual período como mostraremos no capítulo V, no exemplo do lugar Santo Amaro, onde um terreiro de candomblé da cidade tornou-se um dos focos de uma política pública do Ministério da Cultura.

### 3. DO BRASIL AO RECÔNCAVO: O PERÍODO TÉCNICO CIENTÍFICO INFORMACIONAL

O novo Recôncavo, o de Camaçari, que não representava quase nada na economia baiana, passou a ser quase tudo. O Recôncavo tradicional, por sua vez, o de Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe, que representava quase tudo, passou a ser quase nada. Decadente e empobrecido, este Recôncavo tenta encontrar num turismo claudicante uma alternativa econômica (TEIXEIRA, 2011, p. 129).

Após o fim do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), sucedido pelo governo Lula, observou-se que esse continuou a aplicação do receituário neoliberal na política econômica (PINHO, 2012), com algumas adequações no seu segundo mandato que o aproximavam do desenvolvimentismo (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011)<sup>64</sup>. Começou a existir um maior ativismo do Estado, que adotara duas diretrizes: **reduzir a desigualdade socioeconômica e aumentar o investimento estatal** (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011) sem apelar para o déficit público. Para contemplar a **primeira diretriz** foram criadas políticas sociais focalizadas e uma política habitacional voltada para as classes de baixa renda. Para cumprir a **segunda diretriz** foram realizados os **programas de investimento plurianual** (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Primeiramente nos deteremos nas políticas sociais, especificamente em um programa: o Bolsa Família<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> Alguns autores (MATTEI, 2011; CASTELO BRANCO, 2011; PINHO, 2012) vão denominar essa nova orientação político-econômica de **novo desenvolvimentismo**.

<sup>65</sup> Não discutiremos nessa seção o programa Minha Casa Minha Vida, uma vez que esse programa não se mostrou relevante à pesquisa no âmbito do nosso recorte espacial empírico, a ponto de nos aprofundarmos

O Programa Bolsa Família (PBF) privilegiava a família em um sentido ampliado, visto que não se restringia ao núcleo familiar, mas a um conjunto de sujeitos que compartilhassem laços de consanguinidade e afinidade (FERREIRA, 2007). Com isso, se objetivava aquilo que seria uma das finalidades principais do PBF: o fortalecimento das redes sociais (FERREIRA, 2007). O PBF não era universal e comportava condicionalidades: “(...) [Para serem atendidas pelo PBF,] as famílias com filhos entre zero e seis anos devem vacinar as crianças, os filhos em idade escolar devem frequentar a escola e as gestantes ou mães em amamentação devem agendar acompanhamento pré e pós-natal” (FERREIRA, 2007, p. 716).

A Bahia é o estado da federação que mais possui beneficiados pelo PBF desde 2012. Naquele ano, segundo o jornal A TARDE (SANTOS, 22/12/2012), de circulação no estado da Bahia, o número direto de beneficiados correspondia a, aproximadamente, 5 milhões de pessoas, cerca de 1/3 da população baiana (14 milhões de pessoas, segundo o IBGE). Em 2013, a Bahia aparecia como o estado que mais recebia dinheiro (cerca de 3,2 bilhões de reais) do PBF (LONGO, 24/04/2014). Tais números se refletiram obviamente no Recôncavo e mais precisamente, em Santo Amaro<sup>66</sup>, não somente pelo montante de capital transferido sem ônus para uma cidade considerada pobre em termos estatísticos e mais pela reconfiguração de poderes envolvida com a realização desse programa. Afinal o cadastro dos beneficiados pelo programa seria elaborado pelas municipalidades, as quais também criariam os mecanismos de fiscalização e prova das informações declaradas pelos cadastrados. Nesse ponto tem-se configurada uma possibilidade, para os governos municipais, de capitalização política com fins eleitoreiros. Por agora, não nos estenderemos mais nesse tema e nos voltamos à outra diretriz que norteou a forma política federal: o aumento do investimento estatal (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Sobre essa segunda diretriz, observaremos os programas plurianuais usados para aumentar o investimento estatal, construídos no bojo dos planos plurianuais, denominados, pelos governos petistas, de Planos de Aceleração do Crescimento (PACs), os quais consistiam entre outras coisas na realização de grandes

---

nele especificamente. Em Santo Amaro, apesar de estarem sendo construídos loteamentos financiados pelo programa, nenhuma residência ainda foi entregue à população, o que, infelizmente, inviabilizou qualquer análise dos possíveis impactos que esses loteamentos provocarão nas dinâmicas do lugar. Entretanto descreveremos o estado atual do programa em Santo Amaro, com sua respectiva análise e cartografia, na seção “3.1. O papel das políticas estatais na conformação das redes sociais no lugar”, no capítulo V.

<sup>66</sup> Detemo-nos nesse tema no capítulo V, na subseção “3.1. O papel das políticas sociais na conformação das redes sociais no lugar”.

obras infraestruturais<sup>67</sup>.

O governo federal além das iniciativas citadas acima relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico baseado no aumento do investimento estatal, também realizou mudanças em políticas públicas de âmbito cultural que afetaram diretamente as dinâmicas sociais no Recôncavo, e mais especificamente, como veremos, em Santo Amaro. Uma delas diz respeito às iniciativas de registro do patrimônio imaterial. Durante o governo Lula dois saberes presentes no Recôncavo histórico, característicos dele, mas não restritos a ele, foram registrados: o ofício das baianas do acarajé (registrado em 2005) e o dos mestres de capoeira (registrado em 2008). Foram também registradas duas formas de expressão: a roda de capoeira (registrado em 2008) e o **samba de roda** do Recôncavo (registrado em 2004), sobre o qual nos deteremos um pouco, mais adiante.

Quase ao mesmo tempo, no plano estadual, o IPAC também realizava tombamentos e registros que afetavam diretamente o Recôncavo histórico. Na gestão do governador Jaques Wagner (do PT) foram registradas as seguintes celebrações, no **território de identidade** Recôncavo: o Carnaval de Maragogipe, na cidade de mesmo nome (registrado em 2009), a Festa da Boa Morte, em Cachoeira (registrado em 2010) e o **Bembé do Mercado**<sup>68</sup>, em **Santo Amaro** (registrado em 2012), sobre o qual nos deteremos um pouco mais no capítulo V.

Vale dizer que, durante o governo Lula, as políticas culturais do governo federal, e estadual (na Bahia) não se restringiram àquelas direcionadas ao patrimônio e ao turismo, pelo menos, não diretamente. Existiu também o Programa Cultura Viva, iniciado em 2004, cuja realização implicava em não criar novas estruturas para incentivar a produção cultural, mas em “estimular instituições que já desenvolviam atividades artístico-culturais dispersas pelo país” (BAHIA, 2011, s.p.). O contexto desse programa tais instituições seriam reconhecidas como Pontos de Cultura (NUNES, 2010), “um local aberto às manifestações artístico-culturais de uma localidade” (idem), ou Pontões de Cultura<sup>69</sup>,

---

<sup>67</sup> As obras do PAC se concentram em três frentes: infraestrutura social e urbana, infraestrutura logística e infraestrutura energética (Disponível em: <[www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br)>. Acesso em: agosto de 2015).

<sup>68</sup> Sobre o qual discutiremos no capítulo V, na subseção “4.2. Contribuição das festas na reprodução do lugar”.

<sup>69</sup> O Pontão de Cultura é “a entidade certificada como tal pelo Ministério da Cultura, de natureza ou finalidade cultural ou educativa que desenvolva, acompanhe e articule atividades culturais em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de Pontos de Cultura e outras redes temáticas que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes Pontos de Cultura que poderão se agrupar em nível estadual, regional ou por áreas temáticas de interesse comum, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas” (Ministério da Cultura, disponível em <<http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura>>, acesso em janeiro



entidades cujo objetivo era articular os pontos de cultura, em uma região, ou em torno de um tema.

O Programa Cultura Viva, em 2007, fora ampliado e descentralizado em direção aos estados federados e municípios. É dessa forma que, na Bahia, o governo estadual se incumbiu de criar outros Pontos de Cultura. No território de identidade Recôncavo, foram criados Pontos de Cultura em Cachoeira, Castro Alves, São Félix, São Francisco do Conde, Santo Amaro etc. Desses municípios, Santo Amaro tornou-se o único com um Pontão de Cultura, a Associação de Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia (Asseba), cuja sede física é a Casa do Samba, ou Solar Subaé: uma edificação tombada pelo IPHAN em 1978 e reformada pelo **Monumenta**<sup>70</sup> na primeira metade dos anos 2000, para ser entregue a Asseba em 2006, pelo então Ministro da Cultura Gilberto Gil (INSTITUTO, 2006).

Vamos nos aproximar do samba de roda, uma manifestação diretamente influenciada por essa política, no Recôncavo. Registrado pelo IPHAN como patrimônio imaterial em 2004, o samba de roda seria reconhecido em 2005 pela UNESCO como Obra Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade. Em 2006 construiu-se um dossiê e, nele, um plano de salvaguarda com o objetivo de impedir o desaparecimento da manifestação cultural. No dossiê de registro (INSTITUTO, 2006) os autores afirmam a vinculação do samba de roda à região Recôncavo e explicam como o samba de roda foi uma manifestação plenamente incorporada à vida cotidiana no Recôncavo. O sambadeiro e a sambadeira se apresentavam informalmente em celebrações: nos terreiros de candomblé, nas trezenas de Santo Antônio, nos carurus de Cosme e Damião. Era uma manifestação espontânea, ocasional e circunstancial; era a “brincadeira” da festa.

Com o reconhecimento do valor simbólico do samba de roda pelo IPHAN e pela UNESCO, também veio o interesse do grande público sobre ele. Ao mesmo tempo, os grupos de samba de roda vão se popularizando, e por isso, vão sendo chamados aos mais diversos eventos, nacionais e internacionais. Ainda assim, localmente, nas cidades de origem dos sambadeiros e sambadeiras, o samba de roda não repercute tão bem entre a população (SERPA; CARVALHO, 2013). Não sem motivo, os sambadeiros e

---

de 2015).

<sup>70</sup> O programa Monumenta surgiu na década de 1990, financiado pelo Banco Mundial, com o objetivo de refundar as políticas de patrimônio no Brasil. O programa em questão visava, essencialmente, “sustentabilizar” a preservação do patrimônio edificado nacional, tornando-o viável economicamente através da refuncionalização das edificações restauradas para o comércio e/ou turismo.

sambadeiras, geralmente, são indivíduos vindos das classes sociais mais pobres.

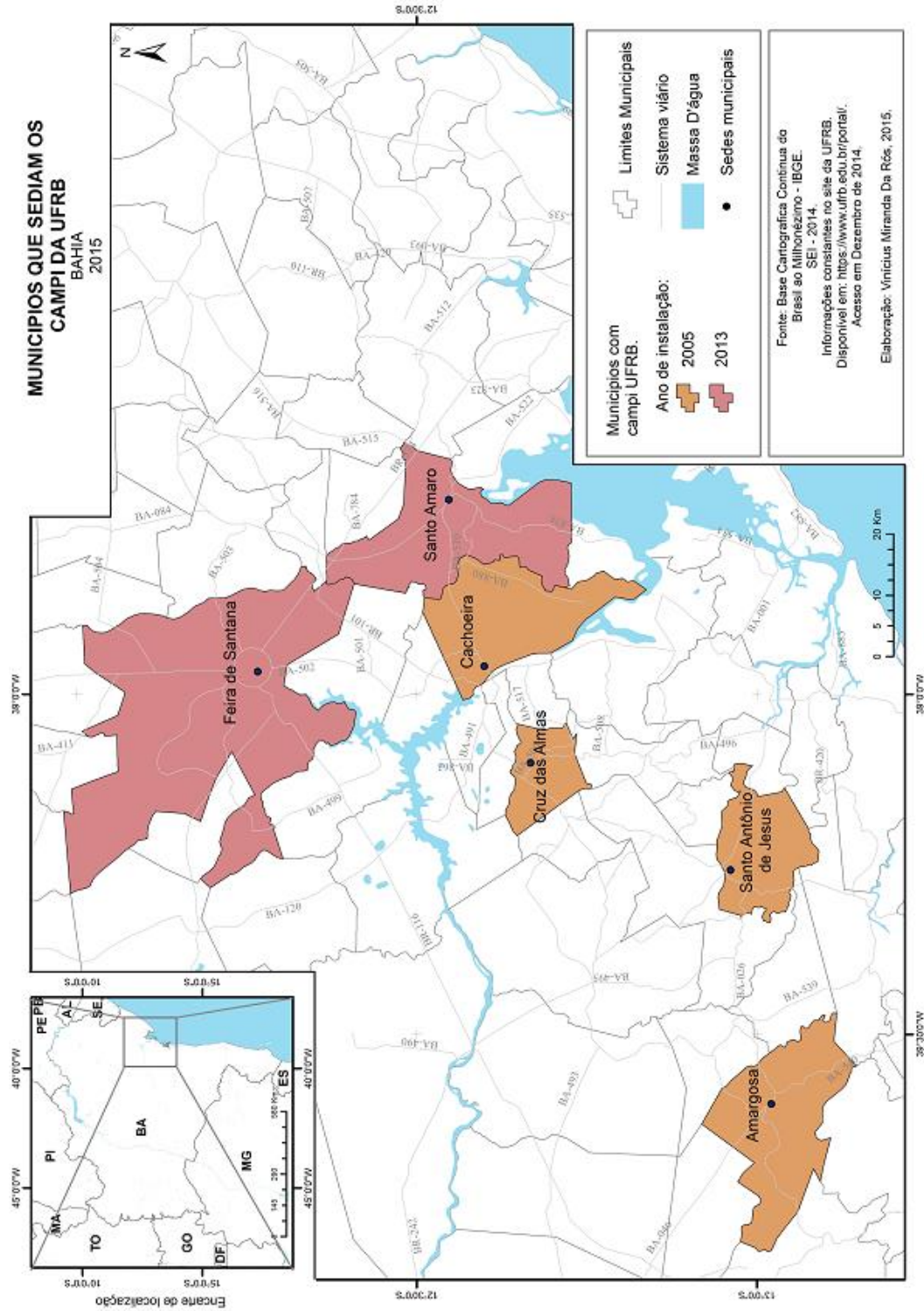
Enfim, realiza-se a instituição do samba de roda, um processo que, dizemos, parece participar de outro, mais amplo, promovido pelos poderes hegemônicos, deliberado até certo grau, de modernização do Recôncavo. Uma modernização fragmentadora, de caráter fortemente instrumental, mas que tem acrescentado, conscientemente e inadvertidamente, novas variáveis ao espaço vivido da região e das cidades que dela participam. Para reforçar essa ideia da modernização em curso do Recôncavo promovida pelos agentes hegemônicos (diferentes grupos deles), discutimos outra ação do governo federal, que, de certa forma, marca um retorno do Recôncavo enquanto região ao mapa do território, como espaço próprio para a intervenção e realização de uma política pública, essa no setor educacional: a fundação da Universidade Federal do Recôncavo<sup>71</sup>, em 2005, com uma estrutura multi-*campi* em Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Cachoeira, Valença e Santo Amaro. Dessas, as quatro primeiras foram, prioritariamente, atendidas. Santo Amaro somente teria seu campus implantado em 2013, durante a segunda gestão do prefeito Ricardo Machado, filiado ao PT. Valença, até o ano vigente (2015), ainda não tem o seu campus. Também em 2013, um campus da UFRB foi aberto em Feira de Santana, uma cidade que não faz parte do que chamamos de Recôncavo histórico<sup>72</sup>. Atualmente os *campi* da UFRB se distribuem pelas cidades descritas no mapa 2, p. 148.

---

<sup>71</sup> Ver os trabalhos de Henrique (2009, 2012b, 2013) e Baumgartner (2015).

<sup>72</sup> Feira de Santana fez parte de uma regionalização (por eixos estaduais de desenvolvimento) pensada nos PPAs 2000-2003 e 2004-2007, dos governos estaduais carlistas de César Borges, Otto Alencar e Paulo Souto, nessa ordem. No âmbito dessa regionalização Feira de Santana estava contida na região de planejamento Grande Recôncavo (Disponível em: <[http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/ppa/PPA\\_2004\\_2007/20100302\\_182153\\_8c\\_municipios\\_por\\_eixo\\_desenvolvimento.pdf](http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/ppa/PPA_2004_2007/20100302_182153_8c_municipios_por_eixo_desenvolvimento.pdf)>. Acesso em: agosto de 2015).

## MAPA 2



Santana (2012), em sua dissertação de mestrado, observou o fato das primeiras cidades contempladas terem gestões com prefeitos de partidos (PT e PMDB) que compunham a base política do governo federal à época. Coincidência ou não, o prefeito de Santo Amaro, naquele momento em que a UFRB se realizava enquanto norma e estrutura, era João Melo, do Partido Progressista (PP). O mesmo argumento, porém, não pode ser aplicado à Feira de Santana, onde os últimos prefeitos, desde 2008, eram filiados ao Partido Democratas (DEM), que não faz parte da base aliada do governo federal. Entretanto, não esqueçamos que Feira de Santana é segunda maior cidade do estado da Bahia, em economia e população, fato que pode ter contado a favor nos critérios – que não estão claros – do governo federal para escolha das cidades que receberiam campus da UFRB.

Sim, a pungência econômica parece ser um possível critério – em uma clara opção de ação orientada pela teoria dos polos – eleito pelo governo federal na eleição dessas cidades. Todas elas, incluindo as quatro primeiras contempladas quando da criação da UFRB, comportam “atividades econômicas capazes de criar efeitos polarizadores” (SANTANA; MARENGO, 2012, p. 45) nas outras cidades próximas, inclusive Cachoeira que, mesmo sem um robusto setor comercial, procura desenvolver – com alguma deficiência, é verdade – o turismo como atividade econômica polarizadora (HENRIQUE, 2009; CELESTINO, 2014).

O desenvolvimento regional como objetivo na instalação da UFRB aparecera em vários trechos do seu projeto de criação, muitas vezes indiretamente, como, por exemplo, na menção a estímulos de possíveis complementaridades regionais que já existissem de forma latente. A configuração multicampi da universidade, nesse sentido, cumpriria a função de explorar as “culturas locais, os aspectos específicos e essenciais da população e do meio ambiente” (UNIVERSIDADE, 2003, p. 5). As particularidades de cada centro de estudo, reforçadas e estimuladas enquanto complementares, forçariam a uma interação necessária, ou seja, funcionariam como “um forte vetor contra o isolamento dos diferentes campi a serem implantados” (idem).

Seguindo essa forma, supracitada, cada campus da UFRB se especializou em uma área do conhecimento: em Cruz das Almas foi fundado um campus ligado às Ciências Ambientais, em Santo Antônio de Jesus, foram concentrados os cursos ligados à área de saúde, em Amargosa, os cursos voltados para a formação de professores e, em Cachoeira, fixou-se o campus voltado para as Ciências Humanas (SANTANA, 2012). Já em Santo

Amaro ficariam reunidos os cursos ligados à cultura e ao entretenimento, enquanto Feira de Santana se tornaria um centro de pesquisa em energia e sustentabilidade. Não vamos discutir, nesse trabalho, se cada centro da UFRB fora criado segundo as orientações postas pelo projeto de 2003. Santana fez uma parte dessa discussão em sua dissertação. Nós a retomaremos no caso específico de Santo Amaro, uma vez que os cursos abertos pela UFRB no município vão de encontro com uma representação hegemônica da identidade do lugar Santo Amaro, que, colocamos, não encontra um “eco” efetivo<sup>73</sup> na realidade do município.

A Bahia chega ao século XXI com um conjunto mais diversificado de atividades produtivas, entretanto sem apresentar quaisquer mudanças significativas em sua estrutura de produção. Nos últimos governos estaduais, petistas, as atividades pilares (indústria de base e atividades agrícolas voltadas para a exportação) da economia baiana permaneceram e permanecem apoiadas pelo estado, adequadas por força dos diversos agentes envolvidos – públicos e privados – à nova conjuntura global. A elas acrescentou-se apenas o turismo, entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, por iniciativa dos governos carlistas, agregando-se às outras duas atividades citadas, com mais ou menos sucesso, a depender da região da Bahia.

Três fatores são comuns às três atividades: são ligadas predominantemente ao grande capital, estão concentradas territorialmente e setorialmente e contribuem para a produção de um espaço desigual e vulnerável socioeconomicamente. Juntamente com as três atividades mencionadas ocorre “a maior população rural do país e o maior contingente de produtores simples de mercadorias e de **subsistência**” ((PESSOTI; SILVA, 2011, p. 11, grifo nosso). Uma afirmação que Pessoti e Silva direcionam a Bahia, mas que centramos no Recôncavo histórico.

As ações verticais dos agentes hegemônicos chegam em todos os espaços, seja direta ou indiretamente. Santo Amaro é um município e uma cidade marcados por essas ações. Podemos “ler” a história do Brasil, da Bahia e do Recôncavo nessa cidade. Ela se oferece nas suas ruas, nas suas edificações. Certo que é uma versão, ou várias, misturadas, com lacunas e exageros, rupturas, histórias “mal-contadas”; porém essas versões, essas narrativas, estão todas “ali”, vivas e continuam recontando (de várias maneiras diferentes, é verdade) a mesma história. Por causa delas, reconstroem prédios, constroem novos, pessoas trabalham e vão para a escola, se constituem novas materialidades ou se revisitam

---

<sup>73</sup> Intenção com a qual não compartilhamos, mas que, sabemos, é aquela desejada pelo sujeito UFRB.

as antigas.

Nem o Recôncavo, nem Santo Amaro estão parados, ao contrário, mudam todo o tempo e continuam. Santo Amaro continua, enquanto processo, soldado a um Recôncavo que não é “Sul”, nem turístico cultural somente, mas vivo. Os moradores da cidade Santo Amaro, na interação com o mundo, com a mídia, com o Estado e com os outros moradores dos outros municípios do Recôncavo histórico continuam, construindo e reconstruindo o ser santoamarense, de modo que essa identidade, enquanto representação (nunca como realidade), mesmo que partida, fragmentada, ambígua, contraditória, híbrida de tantas outras identidades, também continua em transformação, dando sentido e contexto para a existência de dezenas de milhares de pessoas que vivem em um lugar chamado Santo Amaro e dispersas por muitos outros lugares, da Bahia, do Brasil e do mundo. Esse é o tema dos capítulos IV e V. Por agora, na próxima seção, faremos um breve histórico de Santo Amaro acompanhando o mesmo período de tempo que dedicamos ao Recôncavo, sem incluir, porém, o período técnico científico informacional, o qual será contemplado pelos dois últimos capítulos.

#### 4. SANTO AMARO NO CONTEXTO REGIONAL E HISTÓRICO

Antes de principiarmos a pensar a história da cidade e do município de Santo Amaro, vale fazer algumas observações quanto à bibliografia utilizada para tanto. Primeiro, a maior parte da bibliografia que foi acessível sobre Santo Amaro, **especificamente**, foi escrita por naturais do município e, nenhuma dessas referências foi escrita nos anos 2000. Ana Rita Araújo Machado (2009) os denomina de memorialistas.

O texto mais recente do conjunto desses textos, “Isto é Santo Amaro”, da professora Zilda Paim<sup>74</sup>, moradora desde sempre da cidade, foi escrito em 1969, mas reeditado e atualizado em 1994<sup>75</sup>. Se não fosse a atualização, o mais recente seria “Memória Histórico-Geográfica de Santo Amaro”, de Pedro Tomás Pedreira, escrita em 1977. Por fim, temos uma terceira referência, “História de Santo Amaro”, escrita por Herundino da Costa Leal, em 1964. Afora essas referências, o que temos são artigos e livros que tratam do Recôncavo de um modo geral, referindo-se a Santo Amaro

---

<sup>74</sup> Zilda Paim faleceu aos 93 anos, em 22 de abril de 2013.

<sup>75</sup> Existe uma edição mais recente a qual não tivemos acesso.

pontualmente, de forma mais ou menos detida.

Por que esse aparte? Por conta dos textos, dos discursos reproduzidos por esses autores. Observemos que os três livros foram escritos durante um período em que o discurso patriótico era estimulado pelo Estado e reproduzido por grande parte da população. Os livros de Zilda Paim e de Pedro Tomás Pedreira foram, inclusive, publicados durante o regime autoritário, quando o discurso patriótico era especialmente reiterado pelos grupos governantes, em um momento no qual o Brasil crescia economicamente, ainda que essa riqueza não chegasse a Santo Amaro (e nem no Recôncavo de modo geral).

O texto de Pedro Tomás Pedreira consistiu, basicamente, na reprodução literal de documentos históricos colocados em ordem cronológica, entremeados por trechos descritivos, com comentários esparsos do próprio autor. A sucessão dos documentos reproduzidos no livro descreve, de certo modo, a institucionalização da **comunidade imaginada** Santo Amaro. São atas de vereação, cartas dos *homens bons* (ou notáveis) da colônia enviadas ao rei de Portugal etc., ou seja, em sua grande parte, são textos relacionados a momentos considerados marcos na história do município, em uma concepção cronológica e, portanto, linear de história. O livro de Zilda Paim não destoa tanto. No texto de Paim, que é mais autoral, o conteúdo patriótico, inclusive, é mais pronunciado e direto. Como Pedreira, essa autora também reproduz literalmente trechos de documentos que a mesma considera importantes historicamente para a cidade. Também se ocupa de citar os notáveis da história de Santo Amaro, homens (principalmente) da elite baiana que ocupavam cargos de relevância e foram responsáveis pela realização de algo significativo para a institucionalização da nação Brasil, e da “nação” (a autora não usa esse termo) Santo Amaro.

Por fim, no livro de Herundino da Costa Leal, não existe uma narração dos fatos, mas uma descrição dos costumes (festas, rituais etc.), dos notáveis (nobres, magistrados, médicos, filhos ilustres etc.), dos tipos humanos (amas africanas, parteiras, vendedoras de mingau etc.), lugares importantes (um porto, um largo, uma igreja etc.) e de eventos marcantes na história da cidade, como a declaração de independência de 14 de junho de 1823, a epidemia de cólera de 1855 e a abolição da escravatura. Tudo isso é descrito na perspectiva dele, um homem da classe média santoamarense que viveu na cidade na primeira metade do século XX. Ousamos dizer que o livro de Costa Leal consiste em um conjunto de crônicas sobre a cidade. Citamos as três referências, com a consciência das

características textuais que citamos acima. No fim, os textos dos autores tornaram-se, eles próprios, testemunhos do imaginário de uma época, que correspondeu a vigência do regime autoritário.

Santo Amaro da Purificação, cujo sítio do primeiro povoamento não-indígena remonta a 1592<sup>76</sup> (ANDRADE, 2006), não se sobressaía de pronto. Andrade (2006) afirmou que a importância da cidade surgira em um segundo momento do processo colonizatório, em meados do século XVII, quando então nem era vila, o que só veio acontecer entre 1724 e 1727. Antes dela, Jaguaripe, em 1693, já tinha sido elevado a vila. Entretanto, convenientemente, Santo Amaro fora fundada às margens do rio Subaé, cujo curso navegável, por alguns quilômetros continente adentro, tornou-a adequada a possuir um porto, útil para o transporte do açúcar produzido pelos engenhos que foram sendo construídos no entorno. Pelo rio também chegavam mercadorias vindas de Salvador, geralmente artigos manufaturados, produzidos na capital ou em outros lugares, na Europa<sup>77</sup> e em outras regiões do Brasil. Demo reproduziu a carta de um vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação, de 1726, a fim de atestar a importância do Subaé para Santo Amaro (em vias de se tornar vila). Reproduzimos um trecho: “(...) e haver nella [Santo Amaro] o pôrto mais principal daquelle Recôncavo para as conduções de assucares, tabacos, farinhas, madeiras, com um trapiche donde todos estes se embarcam para a Cidade da Bahia (...)” (DEMO, 1977, p. 12).

Zilda Paim, mais patriótica, aparentemente mais parcial e apropriando-se do discurso “verdeamarelista” – a abundância de recursos naturais mais a alegria e cordialidade do povo brasileiro –, que constitui o mito fundador do Brasil, descreveu na origem de Santo Amaro, a beleza de suas matas “com suas árvores gigantescas e seculares, matizando de verde claro e de verde escuro, num colorido triste das flores de sucupira e perfumada pela mescla” (PAIM, [1969] 1994, p. 15).

No texto de Paim: Tomé de Souza tornara-se arrojado e hábil; colonos, índios e jesuítas juntaram-se no empreendimento de construção de uma civilização; o Recôncavo tinha terras magníficas, e as “mãos divinas preparam os campos de ouro verde a construir

---

<sup>76</sup> Não existe concordância quanto a esse ano. Em comum entre os diversos anos postos é que a fundação do povoamento em questão data do final do século XVI.

<sup>77</sup> Naeher ([1881] 2011), em 1870, narra que os legumes (principalmente, batata, feijão e cebola) consumidos pelos brasileiros, naquela época, eram importados de Portugal. Um efeito colateral da falta de providência das elites baianas que, como comentaremos mais adiante, reservavam toda terra para o plantio da cana-de-açúcar.



o primeiro fator de **nossa** riqueza” (PAIM, [1969] 1994, p. 17, grifo nosso). Notar o pronome possessivo *nossa*, denotando uma identificação da autora com os senhores de engenho e a riqueza acumulada por eles.

Paim não perdeu oportunidades para exaltar o município. Santo Amaro é “uma terra afortunada”, uma “terra de tradições”. De fato, para ela, aqueles que nascem em Santo Amaro possuem uma singularidade essencial, dada pelo “chão”. Santo Amaro é a capital do Recôncavo, que “exerceu grande influência na história econômica e política da cidade, pela sua nobreza territorial, pela sua sociedade culta, seus engenhos e sobrados” (PAIM, [1969] 1994, p. 23). O município também é uma síntese da brasilidade; nele se reproduziu o povo viril surgido a partir da mistura das três raças: o branco português, o negro africano e o índio nativo, cada um contribuindo com o melhor de seu para formação da raça mestiça brasileira.

Retornando a Demo (1977), em várias cartas, escritas no séc. XVIII, reproduzidas pelo autor, verificamos a dificuldade de se transitar pelas estradas do Recôncavo em virtude das chuvas abundantes que, molhando o solo argiloso, tornava-o pegajoso e, por conseguinte, faziam as estradas intransitáveis<sup>78</sup>. Dessa forma é que os rios e a Baía de Todos os Santos tornavam-se o caminho mais adequado ao transporte de mercadorias e pessoas.

Outro evento, cíclico, bastante citado nas cartas reproduzidas por Demo, eram as enchentes causadas nas épocas mais chuvosas do ano. No século XVIII, não raro as enchentes causavam prejuízos em Santo Amaro. Algumas delas foram descritas nas cartas enviadas ao rei de Portugal.

*(...) com as incessantes chuvas de tres successivos dias, cresceo de fórma o rio Sergiassí, e os que o acompanhão, que inundarão o referido lugar [Santo Amaro]; mas em tempo tão oportuno, por ser de dia, que se poderão salvar os vizinhos, e os que se não puzerão logo em côbro nos lugares elevados, foram recolhidos com prevenção das canôas que do pôrto entrarão a navegar pelas ruas. As casas de sobrado ficarão até meya altura inundadas. As terreas quase até os telhados, e nestas se perderão alguns gêneros, que não tiverão aonde os sobir e salvar; também se perderão algumas **caixas de assucar** no trapiche (...)* (DEMO, 1977, p. 34-35, grifo nosso)

---

<sup>78</sup> Naeher ([1881] 2011) descreveu momentos em que a família do seu concunhado (o senhor de engenho Pedro Ferreira de Vianna Bandeira), indo visitar um parente, atolavam em lamaceiros, dos quais se demoravam horas para sair. Era o ano, como já apontamos, de 1870, ou seja, mais de um século depois das cartas reproduzidas por Pedro Demo.

No início do século XIX, em vereação de 1801, pediu-se a reedificação da ponte do Sergimirim destruída pelas enchentes. Em outra, de 1802, procurava-se regulamentar a ocupação as margens do rio, que “*se fizessem retroceder as cercas dos quintaes e que nunca se concentissem o faser por semelhante lugar, casas, por ser conveniente que ficasse todo esse campo livre para melhor serventia do que o pella beira do Ryo a baixo* (DEMO, 1977, p. 54). As enchentes marcaram a memória coletiva da cidade. Para muitos, ainda hoje, não se trata simplesmente de um fenômeno meteorológico. As enchentes, quando acontecem, são uma mensagem de castigo ou punição. Paim também descreveu o cenário desolador provocado pelas enchentes. Sem recorrer a documentos, a autora se referiu a um passado genérico na qual a prosperidade dos senhores de engenho era eclipsada pelas chuvas de inverno.

Afundam então os atoleiros lamosos; empolam-se os riachos em rios intransponíveis enquanto os rios arrancando pontes e alagando baixadas se espíram com lagos. Os caminhos desdobram-se em alongado com mil voltas, evitando brejo buscando meias encostas, fugindo a lameiros, chove dias a fio; cessa a sociabilidade (PAIM, [1969] 1994, p. 29).

Atualmente, os rios Subaé e Sergimirim possuem uma centralidade simbólica na vida dos santoamarenses; são referências que ficaram na memória coletiva, no imaginário, do **lugar**. O modo como essa força simbólica foi sendo construída no cotidiano ao longo de centenas de anos é algo pertinente a se observar, uma vez que, indiretamente, influenciou a reprodução socioeconômica, direta (causando prejuízos) e indiretamente (obrigando a rituais religiosos e a novas formas de construção), daqueles que viviam e vivem na cidade.

Demo (1977) também reproduziu atas de vereação nas quais se demonstrava o esforço das autoridades em gerir os espaços públicos. Em 1813, decidia-se pela demolição de uma casa construída “fora do alinhamento”. Em 1814, proibiu-se as lavadeiras de lavarem a roupa no rio Sergimirim. Em 1827, proibiu-se aos moradores daquela vila de estenderem suas mantas de carne salgada ao sol, pelas ruas e margens do rio. O autor não retomou o tema ao longo do livro a fim de mostrar se as normas impostas tinham sido acatadas, ou não, pela população. De qualquer modo são demonstrações da vontade de um grupo, dominante, em controlar o uso do espaço público, delimitando lugares próprios.

Também, nos textos de Demo (1977), pudemos verificar a importância da pesca

e da mariscagem para a subsistência dos moradores daquela vila de Santo Amaro. Pouco se plantava gêneros alimentícios no Recôncavo, já que os senhores de engenho no intuito de garantirem suas rendas futuras, reservavam toda a terra disponível na região para o plantio da cana de açúcar, portanto gêneros alimentícios – principalmente legumes – eram escassos no Recôncavo. O pouco que era fornecido, geralmente mandioca e seus derivados, vinha do já referido Recôncavo de subsistência, ou das terras arrendadas por algum lavrador que mantivesse relações de compadrio com um senhor de engenho.

Sobre o desleixo com a produção de gêneros alimentícios, a vila de Santo Amaro não era diferente do restante do Recôncavo. Em texto escrito por Luiz dos Santos Vilhena, no último decênio do século XVIII, o mesmo faz uma descrição resumida da vila de Santo Amaro da Purificação. Dessa descrição fica o trecho no qual o autor descreveu a seguinte situação:

O torrão de seu termo [Santo Amaro] é dilatado, e muito próprio para cana-de-açúcar, e tabaco; poderia produzir alguns legumes, e muita mandioca para o que tem muitas, e boas terras, a ambição porém dos grandes preços do açúcar, e a muita falta de governo econômico são a causa de estarem os senhores de engenho comprando aquela farinha, que devera fazer abundância na cidade (VILHENA, 1969, p. 481).

Alguns autores (PEDRÃO, 2001; CHAGAS, 2007) reconheceram essa dimensão de subsistência do Recôncavo, cuja importância para reprodução diária de seus habitantes se estende até os dias de hoje. Demo descreveu várias iniciativas, tiradas das atas de vereação, do poder público em coibir a escassez de alimentos. Reproduzimos aqui algumas: em uma vereação de 1801 se decidiu obrigar os lavradores que pusessem seus escravos a plantarem tantas covas de mandioca em tantos dias. Em outra vereação, de 1802, se resolveu controlar os preços do marisco vendido nas ruas de Santo Amaro, a fim de que não fossem vendidos a preços demasiado caros (DEMO, 1977).

Foi assim, como espaço voltado à reprodução da economia colonial portuguesa, que Santo Amaro chegara ao início do século XIX, até a vinda da família real portuguesa ao Brasil, o que elevaria a colônia a condição de reino unido com a metrópole, o que acarretaria em uma autonomia política e econômica experimentada pela classe dominante brasileira, a qual a mesma resistiria em renunciar anos depois, quando Portugal, uma vez retomada sua soberania, demonstrou a vontade de recolocar o Brasil na condição de colônia. Os reflexos dessas vontades antagônicas de uma e outra elite chegariam em Santo Amaro, estimulando um ato de insurreição por parte da elite açucareira baiana na forma

de uma declaração da câmara de vereadores do município na data de 14 de junho de 1822.

Tanto Pedro Tomás Pedreira (1977), quanto Zilda Paim ([1969] 1994), procuraram nos seus respectivos textos dar relevo ao movimento de apoio a independência do Brasil que se desenvolveu em Santo Amaro a partir da declaração de 14 de junho. Ambos reproduzem a ata de vereação daquele dia<sup>79</sup>, na qual os notáveis de Santo Amaro declararam sua lealdade ao príncipe Dom Pedro de Alcântara, ao mesmo tempo que reivindicaram mais autonomia em relação a Portugal. Apesar de não falar em independência, a declaração insuflou outras cidades do Recôncavo a tomarem a mesma atitude. A “rebeldia” das cidades do Recôncavo deu início a fase armada do conflito, do qual a elite baiana, seus apaniguados e escravos tomaram parte.

Observemos que a declaração de 14 de junho era significativa por conta dos envolvidos na sua elaboração, membros da elite baiana do Recôncavo. A capital não tomara parte da rebelião, pelo fato de, naquele momento, a mesma ser território da elite comerciante portuguesa, e das tropas portuguesas que ali estavam aquarteladas. Afinal era objetivo de Portugal recolonizar o Brasil, tirando-lhe o *status* de espaço soberano, parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. De qualquer modo, em 1823, a guerra pela independência chega a seu termo na Bahia com contribuição efetiva da elite açucareira do Recôncavo.

Quanto a ata de vereação e a data de sua redação, 14 de junho de 1822, foram elevados à semióforos, tornaram-se parte das representações fundantes da comunidade imaginada Santo Amaro. Para o poder político municipal instituído a carta escrita na ata de vereação de 14 de junho de 1822 “se constitui numa prova de civismo, bravura e, sobretudo, de amor à terra” (SALVE, 14/06/2003, p. 3).

Algum tempo depois da independência, em 1837, Santo Amaro foi elevada à categoria de cidade, mas

(...) antes da povoação ser elevada a vila já ostentava o luxo de viver, as cadeirinhas de sanefas de seda forradas de veludo vermelho, e cobertas de damasco. Nas estradas a folgança do povo. Nos solares a prataria e as baixelas de prata, candelabros de bronze, era a síntese da prosperidade e da abastança (PAIM, [1969] 1994, p. 23).

---

<sup>79</sup> A data, por sua importância para os poderes instituídos, e para imprimir-la no cotidiano da cidade de forma monumental, tornou-se o nome de uma das praças principais da cidade, localizada naquela que é considerada sua entrada. Além da placa memorial, indicando o nome da praça, também se encontra no mesmo espaço, uma escultura-símbolo do Rotary Clube.

Elevar Santo Amaro de vila a cidade era para seus naturais uma forma de atestar sua prosperidade e capacidade de autonomia em relação à província da Bahia. Além desses, outro evento – a Guerra do Paraguai – ainda aconteceria para contribuir para a formação da comunidade imaginada Santo Amaro. Zilda Paim mostrou bem em seu texto o conteúdo cívico que o evento guarda. Descreveu como a nobreza da cidade mobilizou seus recursos – escravos, entre eles – para o esforço de guerra.

Pela injunção da guerra, o santoamarense abandonou seus afazeres para defender e restaurar a independência da Pátria maculada por um Ditador inescrupuloso e egoísta (...). O toque dos clarins marciais fizeram vibrar a fibra dos santoamarenses e o lavrador, ocupado com o tamanho da terra durante quase 3 séculos, estranho às lutas sangrentas, despertou e combateu com verdadeiro denodo (PAIM, [1969] 1994, p. 55-56).

Enfim, as duas guerras da história brasileira foram “descoladas” do cotidiano da história do município de Santo Amaro e ressignificadas na sua história oficial, visto que se tornaram contextos capazes de elevar do anonimato indivíduos da elite santoamarense. Os eventos tornaram-se semióforos, anualmente “alimentados” através de celebrações cívicas, públicas, que fazem parte do calendário oficial do município.

Aqueles que chegavam em Santo Amaro, vindos de Salvador, em meados do século XIX, através da rede flúvio-marítima, utilizavam geralmente os navios da Companhia Baiana de Navegação<sup>80</sup>. Entretanto esses navios, maiores do que os saveiros (que conseguiam “subir” o rio na maré cheia, como demonstrado na figura 1, abaixo), não podiam subir o rio em direção a cidade propriamente dita, ficavam no “ponto mais alto navegável<sup>81</sup> (...), a cerca de 1,5 km do centro da cidade” (TEIXEIRA, 2011, p. 169), quando então eram transportados por animais e carruagens até Santo Amaro. Foi assim até 1870, quando se implantou um serviço de bondes na cidade. Era a companhia Trilhos Urbanos de Santo Amaro, a qual substituiria as carruagens e animais em 1872, fazendo o transporte de pessoas e cargas entre o ponto de desembarque dos vapores e a cidade.

---

<sup>80</sup> Segundo Naeher ([1881] 2011), a viagem no navio a vapor, entre Salvador e Santo Amaro demorava aproximadamente de quatro a cinco horas.

<sup>81</sup> Chamado pela população local de Porto do Conde, uma vez que se localizava em frente ao antigo engenho Sergipe do Conde, dos jesuítas (TEIXEIRA, 2011).



Figura 1. Saveiros ancorados no rio Subaé, próximos a ponte que atualmente é chamada de Ponte da Moringa. Primeira metade do século XX. Autor desconhecido.

A economia açucareira na segunda metade do século XIX já dava mostras do seu esgotamento em Santo Amaro. Foi nos limites do município que se fundou um dos engenhos centrais – o de Bom Jardim –, uma versão industrial dos antigos engenhos coloniais, implantada visando alavancar a produção de açúcar na região, com o objetivo de recolocá-lo, de novo, como um produto importante na pauta de exportações.

Como já posto, os engenhos centrais não encontraram sucesso. A cultura açucareira do Recôncavo continuou em decadência, acelerada com a abolição da escravatura em 1888. Santo Amaro, como parte do Recôncavo, refletia essas transformações. Um ano após a abolição, um ex-escravo de nome João de Obá celebrava no mercado sua liberdade e a do seu povo. Ele “batia” tambores em um evento que seria chamado de Bembé do Mercado.

A celebração continuaria se repetindo nos anos porvir. Ao longo de quase todo o século XX o Bembé seria realizado, apesar do preconceito da população predominantemente cristã. O Bembé era um indicativo dos novos tempos. As estruturas que tinham dado manutenção à escravidão, gradualmente, encontravam seu ocaso, ao mesmo tempo que, outras associadas a novas formas de exploração do trabalho, capitalistas e baseadas, portanto, no assalariamento da mão-de-obra, emergiam compondo um outro contexto. O escravo de ontem tornava-se, entre outras coisas, assalariado e operário.

O novo contexto referido, relacionava-se a uma modernidade que acercava, timidamente, o rural santoamarense e se instalava na cidade de Santo Amaro. Com todos os problemas, a indústria do açúcar se modernizaria entre o final do século XIX e início

do século XX. No lugar dos engenhos emergiriam as usinas de açúcar, promovendo uma concentração fundiária no Recôncavo açucareiro. Propriedades pertencentes a vários engenhos eram fundidas para abastecerem de cana uma única usina. O espaço rural de Santo Amaro se reconfiguraria nesse processo, deixando, gradualmente, de comportar residências, ao mesmo tempo em que as sedes das antigas fazendas de açúcar eram abandonadas. Ao longo desse período, Pedro Pedreira (1977) descreveu a existência de cinco usinas – Aliança, Terra Nova, Paranaguá, Itapitingí e Passagem – presentes em Santo Amaro, até 1961. Das cinco, apenas a Usina Passagem, com as emancipações municipais daquele ano, continuaria fazendo parte do município de Santo Amaro.

A atividade açucareira no município de Santo Amaro, na primeira metade do século XX, ainda era considerada importante. A “Enciclopédia dos municípios brasileiros” (1958) ainda afirmava, no ano de sua publicação (que já escapa do período correspondente a essa seção) que: “É Santo Amaro o mais importante centro açucareiro do Estado” (IBGE, 1958, p. 300).

Paralelamente à indústria do açúcar, outras atividades mais próximas de uma manufatura doméstica, se desenvolveram em Santo Amaro naquela primeira metade do século XX. O Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da UFBA, em 1969, publicara um estudo bastante descritivo sobre o município àquela época. Na publicação, verificamos a existência, na década de 1930, de oficinas que produziam calçados no município, ainda que nenhuma dessas oficinas existissem no ano que o impresso referido tinha sido publicado. A publicação se referia ainda a existência de uma destilaria chamada Jujuba, em operação desde 1867. As outras indústrias descritas e mencionadas somente iniciariam suas atividades a partir de 1945.

Finalizamos essa seção com a fotografia (figura 2, abaixo) da praça da Purificação em uma configuração existente até 1960 e uma frase de Maria de Azevedo Brandão posta no final de um dos prefácios do livro de fotografias de Maria Sampaio: “Santo Amaro chegou à deriva no século XX, mesmo depois que despachou sua ferrovia pelo mar de cana” (SAMPAIO, 1985, s.p.).



Figura 2, acima. Praça da Purificação, na primeira metade do século XX, ainda com os dois coretos e o Paço Municipal ao fundo. Autor desconhecido.

#### 4.1. SANTO AMARO: UNIDA NA DOR E NA ESPERANÇA:

O melhor o tempo esconde, longe, muito longe / Mas bem dentro aqui, quando o bonde dava a volta ali /  
No cais de Araújo Pinho, tamarindeirinho / Nunca me esqueci onde o imperador fez xixi (Caetano  
Veloso, trecho da música Trilhos Urbanos, de 1979).

Nessa subseção, discorreremos sobre o período da história de Santo Amaro dos anos pós-1945 até o final da década de 1990. No início desse período Santo Amaro enfrentava as consequências da decadência da lavoura açucareira. O Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, em publicação de 1969, descreveu como o passado industrial do município deixara na população “uma espécie de cansaço, de tristeza que desencoraja o esforço” (UNIVERSIDADE, 1969, p. 6). Segundo a publicação, existia no município uma mão-de-obra de tradição fabril que poderia ser melhor aproveitada pelo desenvolvimento industrial do estado, como já era, pontualmente, pela Petrobrás. “Todos os dias vários ônibus vão buscar em Santo Amaro os empregados que aí residem” (idem).

Entretanto não se realizaram esforços sistemáticos, por parte do Estado e nem de qualquer outro agente hegemônico, em incluir as populações dos municípios do Recôncavo açucareiro, e, por conseguinte, a decadência econômica do município de Santo Amaro continuou. Segundo Brito (2008), Santo Amaro foi o município do Recôncavo que mais perdeu população entre 1950 e 1960. “No Recôncavo Baiano, somente esse município aparece numa lista dos 27 municípios baianos, que mais



perderam população para o estado de São Paulo em 1952; nesse ano emigraram de Santo Amaro, 1.371 pessoas para São Paulo” (BRITO, 2008, p. 130).

A emigração tomou vários caminhos além daquele, para São Paulo. A família do Comerciante I foi para o Rio de Janeiro, encontrar outros parentes que tinham ido antes. Quase vinte anos depois essa família voltaria, pois, o patriarca não tivera sucesso duradouro no negócio, uma vez que ele “*se envolveu com pessoas que não eram da família*”<sup>82</sup>. Importante notar a importância da família na construção dessas redes sociais para a sobrevivência. Outro destino para a emigração, era a própria capital do estado. O Comerciante V, atualmente dono de um restaurante em Santo Amaro, contou-nos em entrevista como precisara migrar para Salvador na década de 1960, a procura de trabalho. Achara emprego na Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA)<sup>83</sup>, onde trabalhou por 8 anos, enviando dinheiro para a família em São Brás (povoado de Santo Amaro).

Ao mesmo tempo, intensificando o processo de decadência, o município Santo Amaro perdia território. Em 1961, ele era desmembrado em mais três municípios novos (IBGE, s.d.): Amélia Rodrigues, Terra Nova e Teodoro Sampaio. Junto com alguns desses municípios se íam importantes fontes de divisas, como a Usina Aliança que passara a fazer parte de Amélia Rodrigues.

A Companhia Trilhos Urbanos, que fora adquirida pela prefeitura no século XX, deixou de operar a linha com locomotiva e vagões e passou a operar com bondes puxados por burros (ver figura 3). Assim funcionou até os últimos dias da companhia, extinta no início da década de 1960, na gestão do prefeito Manuel Marques da Silva, época em que, também, foi extinto o transporte marítimo regular, por navios, para Santo Amaro, já que ambos os transportes existiam associados. O porto do Conde (ver figura 4), o mencionado ponto de desembarque onde o bonde ia pegar e levar cargas e pessoas, também deixou de operar, assim como os trilhos por onde o bonde passava foram retirados. Tudo foi retomado pelo mangue (ver figuras 5 e 6).

---

<sup>82</sup> Comerciante I. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>83</sup> A USIBA fora fundada em 1973. Localizava-se no CIA, e foi adquirida, em leilão promovido pelo Programa Nacional de Desestatização (o PND, durante o governo Collor de Mello), em 1989.



Acima, na figura 3. O bonde da Companhia Trilhos Urbanos. Primeira metade do século XX. Autor desconhecido.

Abaixo, na figura 4. O porto do Conde, fotografado a partir da embarcação. Primeira metade do século XX. Autor desconhecido.



Figuras 5, acima, e 6, abaixo. As ruínas do porto do Conde. Acervo de Shanti Marengo. 2013.



Os bondes e o porto do Conde ainda são suscitados pela nostalgia de alguns moradores que os associam, nas suas narrativas, a memória da cidade e a uma identidade santoamarense. Nessas narrativas, o fim de ambas as estruturas é associado a decadência da comunidade imaginada Santo Amaro. Lima Filho, no jornal *A Defesa*, descrevera como o Porto do Conde e os Trilhos Urbanos tomavam parte do seu cotidiano enquanto criança e morador da cidade no final da década de 1950 e como a extinção dessa rede se refletiu no surgimento de uma paisagem de abandono:

A velha estação do Conde, coberta com lage de cimento, era um ótimo point para um pic-nic. Lá cozinhávamos e comíamos os siris miúdos apanhados no estuário do Subaé. Na volta caminhávamos sobre os trilhos enferrujados e, sem sujar os pés, pegávamos o calçamento da Destilaria Central. Nos fins do ano passado, resolvi revisitar o velho Porto do Conde – Que decepção! Sumiu tudo! A linha férrea há muito desapareceu. Levaram os trilhos e os dormentes. (...). Da estação de passageiros nada mais resta. Desmancharam tudo e ainda levaram os vergalhões e toda a brita. Um capim alto e espinheiro cobre todo o local. Mas a velha ponte do embarque ainda lá está, muito firme, e ainda pode ser aproveitada. Com certeza não mais por fumacentos navios de passageiros, mas por barcos, iates e lanchas de recreio (LIMA FILHO, 31/03/2001, p. 5).

Édio Souza, morador de Santo Amaro, em um texto publicado no mesmo jornal da citação transcrita acima, se remeteu às mudanças ocorridas na paisagem da cidade. Nesse texto, o autor se identificara com um sentimento de decadência que julgava coletivo (notar o emprego dos pronomes possessivos na primeira pessoa do plural): “O **nosso** glorioso açúcar veio amargando desde longe até agora, quando a **noossa** agroindústria desfalece desalentadoramente” (SOUZA, 15/03/2004, p. 2, grifo nosso). No mesmo texto, o autor culpa um ex-prefeito (Manuel Marques da Silva), o qual não menciona o nome (mas sobreleva o fato do mesmo ser um “estrangeiro”), sobre algumas das mudanças ocorridas, julgadas pelo autor, para pior:

(...) um **forâneo** milionário, que durante o seu primeiro mandato como prefeito violentou a **noossa** consoladora memória tradicional

extinguindo a Trilhos Urbanos e demolindo impiedosamente os **nossos** coretos ornamentais e úteis desfigurando o traçado da **nossa** praça municipal etc. (idem, grifo nosso).

Outros autores, também em jornal local, ainda se valem da nostalgia para resgatarem a memória dessas infraestruturas e se remeterem às **ruralidades** que existiam associadas a elas. Curiosamente infraestruturas urbanas – signos da modernidade – surgem na memória desses cidadãos como elementos de relações que conotavam pessoalidade e intimidade:

(...), outro dia, conversando com Zé Pereira e falando sobre burros e cavalos ele disse: “muito boa retada, fina de picado era Argolinha que puxava o bonde, lembra?”. Lembrei logo da mulinha preta, miúda, como lembrei de nunca ter lido nada sobre Ligeira, a mula mais bonita e mais árdega que puxou o bonde naquele tempo. Preta, grande e macia, era ótima para se tomar emprestada e ir a Itapema (PEDREIRA, 25/03/2003, p. 7).

Na crise, o setor terciário no município, cresceu (ou inchou?), absorvendo parte significativa da população que não emigrou. As redes sociais locais, naquele contexto, tornaram-se um refúgio crescentemente importante para a mão-de-obra local, pois diminuía-lhes a sensação de vulnerabilidade social diante da decadência patente.

O setor terciário santoamarense, entre as décadas de 1960 e 1970, consistia em “lojas de dimensão pequena, [cujo] pessoal ocupado (...) é sobretudo familiar” (UNIVERSIDADE, 1969, p. 17). Nesse período, além da decadência econômica evidente, outros elementos vieram se somar às desventuras de Santo Amaro. Referimo-nos aos desastres, naturais ou não, ocorridos, os quais se tornaram memoráveis pela magnitude deles em si, já que envolveram grandes prejuízos e/ou grande número (para uma pequena cidade do interior da Bahia) de vidas perdidas.

Os desastres ajudaram a compor uma narrativa do **lugar** e da **comunidade imaginada**<sup>84</sup> Santo Amaro, já que em torno deles elaboraram-se, na mídia e na cotidianidade da cidade, discursos que transformavam o conjunto dos moradores em uma comunidade unida pelos desastres, ocorridos de forma tão repentina e aleatória. Notemos que nesses discursos (reproduzidos também pelo senso comum) o desastre homogeneiza

---

<sup>84</sup> Conceitos que não se superpõem, mas que se interseccionam de algumas formas, especialmente quando consideramos o lugar como portador de uma essência espiritualizada, fruto de um processo de identificação autocentrada, dentro de uma perspectiva romântica, ligada a ideia de permanência.

os sujeitos, já que o mesmo não escolhe quem atinge, ainda que alguns sejam mais atingidos do que outros por vários motivos, inclusive aqueles relacionados a classe. Ainda assim, é ressaltada a aleatoriedade do evento atingindo santoamarenses sem discriminação. As enchentes, por exemplo, que existem desde o século XVIII constituíram (e constituem) um desses momentos em que os habitantes de Santo Amaro são unidos pela tragédia.

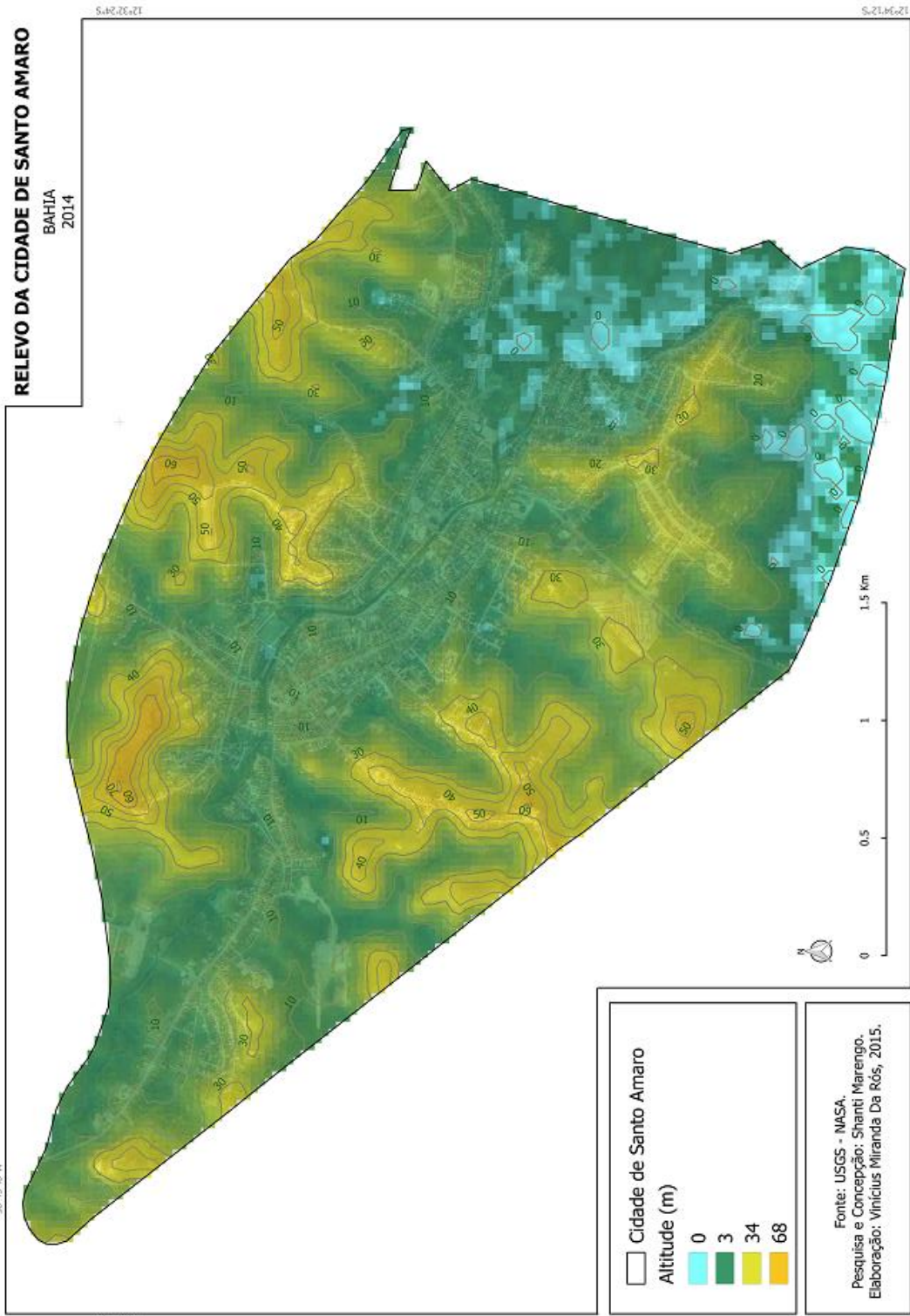
Em 1958 ocorrera essa catástrofe das mais lembradas pela população de Santo Amaro: uma explosão acontecida na feira da cidade em véspera do São João. A explosão ocorrera em uma barraca de fogos de artifício e provocara a morte de quase uma centena de pessoas, afora os feridos. O jornal A TARDE, em 1958, publicou na primeira página inteira uma matéria sobre a tragédia, descrevendo como a tragédia atingira...

(...) em cheio, e da maneira mais dramática, toda uma **coletividade**, que, justamente no momento em que se aprestava para os tradicionais festejos juninos, viu-se colhida pela inenarrável catástrofe, que, se afogou em morte, em agonia, e em orfandade a população de Santo Amaro (...) (A CATÁSTROFE, 25/06/1958, capa, grifo nosso).

Zilda Paim dedicou, no seu livro “Isto é Santo Amaro”, uma subseção somente para narrar essa que foi “A Grande Catástrofe” (PAIM, 1994, p. 105), entre várias outras descritas em uma seção maior que a autora denominou “Calamidades e Epidemias” (PAIM, 1994, p. 93), na qual a autora se preocupou em descrever todos os desastres que atingiram a comunidade da cidade desde o século XIX: as epidemias de doenças contagiosas (incluindo a epidemia de cólera, ocorrida em 1855), os incêndios e as enchentes. Concentremo-nos sobre as enchentes.

A cidade de Santo Amaro, basicamente, se concentra em um vale (ver mapa 3, na p. 167) às margens do rio Subaé. Pouco da cidade, em um processo mais recente de ocupação, sobe as encostas e se acumula nos morros. Sua população, no início da ocupação no século XVI, queria estar perto do rio, o qual foi durante três séculos o principal meio de transporte e comunicação. Quanto mais perto do rio, mais rápido se tinha acesso às mercadorias e notícias vindas da capital e do mundo. Nesse contexto, as margens dos rios foram desmatadas para dar espaço à ocupação urbana. Casas foram construídas na beira do rio, na sua área de inundação. As enchentes foram (e são) uma consequência desse processo e acompanham a história da cidade desde o primeiro século de sua existência.

# MAPA 3



Zilda Paim citara 8 enchentes – ocorridas nos anos de 1874, 1909, 1956, 1959, 1966, 1982, 1985 e 1989 – que causaram grandes prejuízos à cidade, não contando as vezes que o rio encheu sem provocar maiores danos. Ao longo das narrações sobre as enchentes a autora sempre ressaltara a solidariedade dos moradores não atingidos por aqueles que não tinham sofrido as consequências do desastre natural.

Não faltam na mídia impressa menções às enchentes de Santo Amaro. No jornal *A Tarde*, de 1985, uma matéria descrevera os prejuízos causados pela enchente. Segundo a matéria, os principais prejudicados tinham sido os feirantes, os quais ainda não tinham guardado as suas mercadorias quando a enchente acontecera. “Cerca de 100 barracas que ficavam nas margens do rio foram arrastadas pela correnteza, levando de roldão os pertences dos feirantes” (ENCHENTE, 13/06/1985, p. 3). O jornal, também, ao longo matéria, procurou transformar a tragédia em evento político, apontando a construção pelo governo do Estado (gestão de João Durval<sup>85</sup>, 1983-1987) da adutora de Pedra do Cavalo como a grande causadora da tragédia.

Em 1989, aconteceu outra enchente, trazendo mais prejuízos. Notícias da época explicaram o quanto a população sofreu com a calamidade: paralisação do comércio, falta de água etc. (CHEGAM, 17/05/1989, p. 3). Uma matéria específica descreveu o esforço de solidariedade por parte de diversas organizações (Legião da Boa Vontade, Rotary Clube etc.) com o objetivo de fazer e coletar doações para os prejudicados com a enchente. No jornal *A TARDE* de 1991, a enchente de 1989, ainda era mencionada: “Dois anos depois da enchente que inundou Santo Amaro, deixando milhares de pessoas desabrigadas, pouco foi feito pelas autoridades para evitar a repetição da tragédia”. Novamente o jornal procura transformar a possibilidade de uma enchente próxima em evento político, local e estadual. A coordenadora, à época, de um movimento em Defesa do Rio Subaé denunciava o oportunismo dos políticos que possuíam sua base eleitoral no município:

Virgínia Monteiro criticou a “omissão” do prefeito Manuel Vasconcelos “que só sabe promover festas”, e o “oportunismo” do deputado federal Genebaldo Correa, atual líder do PMDB na Câmara Federal, o qual às vésperas das eleições do ano passado colocou duas dragas para limpar o Rio Subaé, enquanto carros de som alardeavam o fato pela cidade. A operação foi suspensa tão logo passou o período eleitoral, e o rio voltou à sua condição natural de lixeira da cidade e depósito de resíduos industriais da Cobrac (Companhia Brasileira de

---

<sup>85</sup> O governador João Durval Carneiro e o prefeito Raimundo Pimenta eram adversários políticos na época.

Chumbo) e da Bacraft S/A – Indústria de Papel (...) (SANTO AMARO, 11/05/1991, s.p.).

Além dos desastres supracitados, não poderíamos deixar de mencionar o desastre ambiental causado pela COBRAC. A contaminação da cidade pelas atividades desenvolvidas pela fábrica, e pelo passivo ambiental deixado depois da cessação daquelas atividades, configuraram-se, no imaginário dos moradores da cidade, como mais uma catástrofe que atingira a comunidade. Sobre esse tema, especificamente, discutiremos na próxima subseção.

#### **4.1.1. Santo Amaro: uma cidade que quer ser turística?**

Santo Amaro mudava e mudando continuava a gerar mitos que contribuía para sua singularização diante do imaginário baiano. A década de 1960 veria dois naturais da cidade ficarem famosos nacionalmente: Caetano Veloso e Maria Betânia, os dois filhos artistas de dona Claudionor Viana Teles Veloso, ou Dona Canô<sup>86</sup> (como foi conhecida na cidade e nacionalmente). Ambos, famosos, acrescentaram (e aqui não atribuímos a esses indivíduos nenhuma consciência quanto a essa agência, ainda que essa consciência possa existir) um sem número de novas variáveis ao panorama político e cultural de Santo Amaro. Maria Betânia e Caetano Veloso acenam sem reservas, enquanto artistas, a origem santoamarense. Maria Betânia, em matéria de 1973 da revista VEJA, ostentava sua nostalgia em relação à cidade. O autor da matéria colocou a artista se remetendo saudosa a cidade da década de 1950 e, ao mesmo tempo, negando aquela da década de 1970 de um Recôncavo que se modernizava. “Hoje, a doçura dos canaviais foi substituída pelos caminhões nas estradas interestaduais, o petróleo arruinou os engenhos e banguês invadidos pelo capim” (BETÂNIA, 3/10/1973, p. 87). Maria Betânia remetia-se à sua perspectiva individual do lugar Santo Amaro, espaço de acolhimento e intimidade que ficara guardado em sua memória.

Assim como seus filhos famosos, Dona Canô (que tem mais 6 filhos, dois adotivos, na figura 7, abaixo), ao menos pelo **imaginário** do morador de Santo Amaro, também fora reconstruída enquanto mito. Sua presença fora elevada a semióforo, mais uma representação do lugar Santo Amaro, uma mediação entre o povo do lugar e vários

---

<sup>86</sup> Dona Canô faleceu, aos 105 anos, no dia 25 de dezembro de 2012.



elementos característicos de sua pretensa identidade que encaramos como uma realização específica e particular da baianidade (MARIANO, 2006), entre eles, a intimidade com a religião. Não poucas vezes, Dona Canô intercedeu junto às autoridades do estado e da União pela manutenção de alguma edificação e/ou manifestação de caráter religioso/cultural. O próprio Caetano Veloso reconheceu na mãe uma das pessoas que desempenharam o papel de “resgatar” uma Santo Amaro bucólica em processo de dissolução. Em texto escrito pelo próprio compositor, em um dos prefácios do livro “Recôncavo Santo Amaro” publicado por Maria Sampaio (1985), Caetano Veloso colocou como Dona Canô procurava dar manutenção às tradições da festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Purificação.



Figura 7, acima. Dona Canô com os filhos Irene, Betânia, Caetano, Nicinha e Mabel (em pé, da esquerda para direita). Sentados, no mesmo sentido: Roberto, Clara Maria e Rodrigo. Fotografia de 1990. Autora: Maria Sampaio. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/comida/2015/05/1623757-livro-traz-saber-familiar-e-receitas-baianas-e-caseiras-de-dona-cano.shtml>>. Acesso em: agosto de 2015.

Figura 8, abaixo. Dona Canô e a Igreja de Nossa Senhora da Purificação. Autor desconhecido. Publicada em 26/12/2012. Disponível em: <<http://giocsch.blogspot.com.br/2012/12/dona-cano.html>>. Acesso em: agosto de 2015.



À fábrica de mitos, some-se o fato de, a partir da década de 1970, **as políticas de turistificação da cultura baiana**, levadas a efeito pelo então governador Antônio Carlos Magalhães terem, de certo modo, repercutido em Santo Amaro (apesar de seus frutos terem se concentrado na capital). A década de 1980 vira alguns santoamarenses empreenderem um esforço de divulgação das manifestações culturais do município, na capital do estado e em outros estados da federação. As professoras Zilda Paim e Maria Mutti realizaram diversas ações nesse sentido. As intervenções de Maria Mutti no sentido de divulgar, por exemplo, o samba de roda, a capoeira e, especialmente, o maculelê<sup>87</sup> do senhor Paulino Aloísio Andrade<sup>88</sup> (conhecido também como Popó) levaram o grupo dos discípulos (parentes e afilhados) dele a se apresentarem na Europa, em 1982, com o nome de “Netos de Popó”.

Nesse ponto, façamos um parêntese sobre Paulino Andrade. Ao longo da pesquisa, pudemos observar que a figura de Popó tornou-se uma referência de tradição e legitimidade de algumas manifestações culturais santoamarenses. Aqueles que continuaram seus ensinamentos sobre capoeira e maculelê, seus filhos, afilhados e netos, entre as décadas de 1970 e 1980 formalizados como grupo folclórico, herdaram sua “aura” de legitimidade. O grupo “Netos de Popó” não existe mais, entretanto outros grupos nasceram daquela experiência e continuam promovendo o maculelê de Popó. Para que esse estado de coisas permaneça foi e é fundamental a contribuição assistemática e espontânea de alguns professores, artistas, e lideranças do município que se preocuparam

---

<sup>87</sup> “(...) bailado guerreiro em que os participantes vestidos de branco ou sem camisa cantam e dançam entrechocando [...] [pedaços de pau ou facões], ao som de tambores (...)” (Disponível em: <<http://www.bemfalar.com/significado/maculele.html>>. Acesso em novembro de 2015)

<sup>88</sup> Paulino Andrade foi até a década de 1960, quando a Companhia Trilhos Urbanos foi desativada, condutor de bonde.

em “zelar” pela memória histórico-cultural do mesmo. Notemos que alguns desses indivíduos<sup>89</sup> frequentemente são chamados para falarem em nome da “cultura” de Santo Amaro. Eles, por sua vez, sempre reiteram Popó e seus discípulos como repositórios das referidas manifestações que tanto singularizaram e singularizam Santo Amaro.

Mas qual o conteúdo que estava associado a essas manifestações naquele período, entre as décadas de 1970 e 1980? Como eram vistas, pelos espectadores, as apresentações dos Netos de Popó? Lembremos que no período em questão as manifestações culturais mais populares, no Brasil como um todo, eram associadas a ideia de folclore. O samba de roda e a capoeira, assim como outras manifestações, eram parte de um conjunto pitoresco de manifestações usadas pelo regime ditatorial para demonstrar a “riqueza” da cultura popular brasileira. Nesse contexto, as manifestações eram descritas e dicionarizadas por folcloristas com o objetivo de serem tipificadas. Tratava-se de um procedimento museológico, no qual as manifestações eram “descoladas” do cotidiano na qual foram geradas para então serem estetizadas, como formas culturais típicas, com vistas a servirem em apresentações no Brasil e no estrangeiro.

Ao mesmo tempo, entre o final da década de 1970 e a década de 1980, as instituições ligadas à preservação do patrimônio histórico realizaram tombamentos de algumas edificações no município. O IPHAN, em 1978, tombou uma única edificação no período, o Solar do Conde Subaé, construído no século XIX. O IPAC tombou em 1981, a Igreja e Convento de Nossa Senhora dos Humildes, construída entre o final do século XVIII e início do século XIX e, em 1986, o Solar Paraíso, construído no século XVIII.

Entretanto, outras paisagens (essas, naturais), além daquelas constituídas por edificações antigas, foram mobilizadas para o projeto de turistificação do lugar Santo Amaro. Notoriamente nenhuma dessas paisagens estavam presentes na cidade, mas em outros distritos. Em uma matéria do jornal Tribuna da Bahia de 1971, comprometida em atrair turistas, divulgavam-se edificações antigas e manifestações “folclóricas” de Santo Amaro e, ao mesmo tempo, belezas naturais do município. Nessa matéria, as cachoeiras da “Vitória” e “Cabeça de Cavallo” (também chamada Cachoeira do Urubu ou da “Mãe

---

<sup>89</sup> Eis alguns deles, com os quais conversamos, ou simplesmente tivemos a oportunidade de ouvir falando: a professora Zilda Paím, proprietária de um acervo de materiais impressos (fotografias, jornais etc.) sobre Santo Amaro; o professor Raimundo Artur Martins de Souza, o qual mantém por seus próprios recursos e vontade o Centro de Referência e Documentação de Santo Amaro; e a professora Maria Mutti, a qual também foi diretora do Núcleo de Incentivo Cultural de Santo Amaro (NICSA), responsável por resguardar o acervo e o patrimônio de José Silveira, médico, santoamarense e um dos “notáveis” da história do município, além de praticar esforços no sentido de preservar algumas manifestações folclóricas, entre elas, o maculelê, sobre o qual, inclusive, escreveu um livro: “Maculelê”, de 1968).

d'Água”) eram citadas como possíveis atrações turísticas. Também eram citadas as praias em Saubara (nessa época, ainda um distrito de Santo Amaro, hoje um município). Em 1987, uma edição especial da “Panorama da Bahia” noticiava Cabuçú (distrito de Saubara) já como um lugar de veraneio dos moradores de Feira de Santana.

Em quase todos os materiais se repetem os elementos eternizados pelos discursos que fundam a brasilidade, a qual como já apontamos, vai se reproduzir no sentimento de baianidade, que, por sua vez, vai ganhar uma nova significação no ser santoamarense. Uma “nova” identidade no arranjo das palavras e na escolha dos termos e elementos que deveriam compor um cenário que, lembremos, devia ser atrativo. No entanto, as ideias pronunciadas pelas palavras eram bem antigas, pois ainda se referiam ao sempre reiterado mito fundador:

Conservando velhas tradições, Santo Amaro prepara-se para ser uma cidade turística e seu povo, meio feliz, aceita com a passividade característica da terra tudo o que está sendo feito nesse sentido, da mesma maneira que aceitaria outra coisa qualquer. Um povo que gosta de Caetano Veloso como irmão e que acha sempre melhor cantar samba e tomar “birita” do que brigar ou se preocupar com as coisas. Para essa gente, qualquer hora é hora para fazer samba e brincar, até mesmo segurando o andor, na procissão (UMA CIDADE, 06/11/1971, p. 6).

O turismo, enfim, surgia como uma opção plausível de desenvolvimento local nos dois últimos decênios do século XX, os quais foram especialmente desalentadores para as aspirações industrializantes da cidade e do município Santo Amaro. Naquelas últimas décadas as poucas indústrias sediadas no município fechavam, não por acaso, já que aqueles anos foram de crise para o Brasil. Os anos de 1980 viram o paradigma nacional-desenvolvimentista se esgotar. Estímulos fiscais e creditícios, de caráter protecionista, dados à indústria brasileira pelo regime militar, não encontravam mais base econômica para continuarem a serem oferecidos.

A Indústria de Papel Santo Amaro (INPASA), inaugurada em 1972, faliria no final da década de 1990, quando já combatida pela nova conjuntura de abertura econômica imposta pelas políticas neoliberais aplicadas pelo 2º governo FHC, também sofreria processos por crimes ambientais, já que a fábrica lançara por anos seus dejetos industriais no rio Pitinga sem tratá-los, (MP, 19/07/1997, p. 3). Fechada a fábrica ficavam, além dos problemas ambientais, os problemas sociais. Cerca de 300 trabalhadores restaram desempregados, mais o fato do município ter perdido cerca de 30% do repasse do Imposto

sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (PROMOTORA, 15/08/1998, p. 6).

Também problemas ambientais seriam uma das causas do fechamento da Companhia Brasileira de Chumbo (COBRAC), também na década de 1990. Essa empresa, que beneficiava o minério de chumbo vindo do município de Boquira, na Chapada Diamantina, instalou-se em Santo Amaro na década de 1960, na gestão do prefeito Manuel Marques da Silva que “facultou àquela empresa multinacional bilionária uma isenção de impostos municipais por 25 anos” (SOUZA, 15/03/2004, p. 2).

A fábrica pertencia ao grupo francês Penarroya Oxide SA, e, afora os empregados menos qualificados, moradores de Santo Amaro e região, a maior parte do circuito produtivo que sustentava a COBRAC estava localizado em outros lugares: o carvão mineral era alemão e o produto final era vendido principalmente ao sul da Federação brasileira (UNIVERSIDADE, 1969, p. 7). A COBRAC, segundo a publicação do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais (UNIVERSIDADE, 1969), tinha existência insular ou, poderíamos dizer, era um lugar de produção pertencente ao grande capital internacional, parcialmente alienado do lugar Santo Amaro no qual se encontrava. Parcialmente, dizemos, porque alguma territorialização local sempre é necessária e, naquele período – técnico-científico – essa necessidade de territorialização dos objetos (mesmo que hegemônicos) era ainda maior do que hoje, fosse para o aproveitamento de uma mão-de-obra pouco qualificada, fosse para o descarte do subproduto gerado pela produção industrial.

Já na década de 1970, se observava que as atividades da COBRAC causavam clara deterioração ambiental. Em 1977, a revista VEJA publicava uma matéria denunciando a intoxicação por chumbo dos funcionários da fábrica e também avisava sobre as grandes quantidades do metal encontradas nos mariscos do município (MUITO, 14/12/1977). Em 1980, em outra matéria, a VEJA denunciava a contaminação das crianças da cidade, ao mesmo tempo que descrevia as medidas paliativas tomadas pela empresa ao longo dos anos, a fim de poder continuar em operação (CHUMBO, 15/10/1980).

Quando a empresa requisitou, pela primeira vez, em 1974, licenciamento para ampliar sua capacidade de produção, o estado da Bahia negou-a, recomendando que a COBRAC transferisse suas operações para o Centro Industrial de Aratu. A empresa não se transferiu e funcionou normalmente até 1989, com todos os problemas ambientais, os quais também repercutiam na saúde da população da cidade. Nesse período apenas algumas providências paliativas, quanto a poluição, foram tomadas, como a instalação de

filtro na chaminé e a desapropriação do entorno imediato em um raio de 500 metros.

Em 1989, a COBRAC seria comprada pela Plumbum Mineração e Metalurgia Ltda., pertencente ao grupo brasileiro Trevo. Em 1991, a empresa solicitaria ao Centro de Recursos Ambientais (CRA), órgão ambiental do estado, uma nova licença. O CRA, nesse momento, já ciente dos problemas ambientais e de saúde acarretados pelas atividades da COBRAC, colocou que somente liberaria a licença mediante uma série de condicionantes. A Plumbum não assentiu e, dessa forma, encerrou suas atividades na cidade em 1993 (ASSOCIAÇÃO, 2011). Entretanto, mesmo sem operar na cidade, o chumbo continuou produzindo vítimas. Ficava o passivo ambiental dos trinta anos de atividade da COBRAC: cerca de 500 mil toneladas de escória.

O lugar Santo Amaro ficou marcado com a contaminação causada pelas atividades da COBRAC. A subsistência dos moradores de Santo Amaro, desde sempre dependente do extrativismo, de diversas formas, entre elas a mariscagem, tornou-se, além de possibilidade de sobrevivência, também fonte de contaminação. O alimento tornou-se motivo de doença. Em 2003, os mariscos coletados para fins de pesquisa – que subsidiou um relatório realizado pelo Ministério da Saúde avaliando o risco de contaminação por chumbo e cádmio em Santo Amaro – apresentavam quantidades consideradas elevadas de metais pesados. O relatório do Ministério da Saúde recomendava à população de Santo Amaro que não consumisse os mariscos coletados do rio Subaé (ANDRADE; MORAES, 2013). Como isso afetava uma população que achava no extrativismo mais uma forma de complementar a renda, quando não a alimentação diária?

Da COBRAC também ficaram as estruturas inutilizadas, as ruínas e os espaços interditados à apropriação pelo morador do município, em virtude de estarem contaminados. A chaminé da fábrica (ver figura 10, abaixo), que expelira tanto material particulado, ainda é uma imagem presente no horizonte de quem mora na orla da cidade (no bairro do Bonfim, por exemplo) ou nos seus espaços mais altos. Na Caieira, bairro nos limites da cidade, ainda existem as ruínas dos tanques do Corea (ver figura 9, abaixo) que forneciam cascalho à fábrica. A edificação abandonada foi ocupada por uma oficina. O espaço como um todo se tornou um ponto de referência no espaço do bairro e na memória dos seus moradores. Quanto aos ex-trabalhadores, alguns conseguiram se aposentar e outros foram afastados pelo INSS, entretanto, outros que não apresentaram qualquer doença relacionada à contaminação e nem tinha tempo de trabalho suficiente para se aposentar, não “conseguiram um emprego em outra fábrica, pois podiam

apresentar sintomas de doença ocupacional” (NUNES, 1996, p. 154), os quais nenhuma empresa desejava se arriscar a assumir.



Figura 9, acima, a esquerda. Os tanques do Corea, no bairro da Caieira. Acervo de Shanti Marengo. 2015.

Figura 10, acima, a direita. Chaminé da antiga fábrica da COBRAC. A foto foi tirada do alto da Ladeira das Virgens, no bairro do Sacramento. Acervo de Shanti Marengo. 2014.

Somente a Siderúrgica Santo Amaro<sup>90</sup> teria seu fechamento, em 1981, ocasionado por outros motivos que não aqueles, ambientais ou ligados à reestruturação produtiva dos anos de 1990. A fábrica em questão, estava “nas mãos” do Grupo Votorantim desde 1960. Seu presidente, Antônio Ermírio de Moraes, resolvera fechá-la por conta de um desentendimento do empresário com a então política oligopolista e centralizadora do regime militar, que ditava diretamente as regras de mercado na economia brasileira. O grupo Votorantim, impossibilitado de competir com o produto produzido pelas indústrias estatais e com a Gerdau (outra privada fabricante de aço), tivera de fechar a fábrica e desempregar 230 trabalhadores. Isso era 1980. A ação o colocou de frente com o então governador Antônio Carlos Magalhães<sup>91</sup>, que apelou ao ministro Delfim Neto, em Brasília, para impedir o empresário de consumir o fechamento (USINA, 01/02/1980; A REBELIÃO, 13/02/1980). A oposição do governador conseguiria adiar o fechamento

---

<sup>90</sup> Chamada até os dias de hoje, por vários santoamarenses, de Fundação Trzan (ou Tarzan, pela dificuldade, acreditamos, de pronunciar o nome oficial). Nome mais antigo da fábrica em questão, em funcionamento desde 1946, quando era de propriedade da família do mesmo nome.

<sup>91</sup> Faz-se importante colocar que, mais ou menos, um ano depois (em 1981), o governador Antônio Carlos Magalhães iria pessoalmente a Santo Amaro para a inauguração de obras públicas (entre elas a reinauguração do **Paço municipal**, após restauração) e falaria, juntamente com Jorge Calmon (diretor do Jornal A Tarde a época) e Orlando Barreto de Araújo (fundador da Indústrias de Papel Santo Amaro), em pronunciamento público, sobre a importância da industrialização para o desenvolvimento econômico (FESTAS, 16/06/1981).

inevitável por um ano. Em 1981, os trabalhadores da Usina Santo Amaro estavam desempregados.

Todas as indústrias que fecharam foram causadoras de uma desterritorialização mais ou menos agressiva dos moradores de Santo Amaro e do lugar Santo Amaro, se pensarmos, como Doreen Massey, o lugar como uma intersecção de relações. Almeida (2010) discorrera, entre outras coisas, sobre a relação contraditória que alguns feirantes, especificamente (o que não nos impede de estender essa relação ao setor terciário de uma forma geral), construíram com a COBRAC. A autora, através de entrevistas que fizera com os feirantes, apontou como o grupo em questão reconheceu um ciclo de prosperidade econômica enquanto a empresa esteve presente no município. “Era ruim a fábrica [COBRAC], mas tinha dinheiro” (ALMEIDA, 2010, p. 76). Os feirantes vendiam mais, mais dinheiro circulava no comércio da cidade. Para eles, aquele ciclo de prosperidade terminou quando a COBRAC (e, porque não, as outras empresas) fechou.

Maria Sampaio, em um ensaio fotográfico sobre Santo Amaro que publicou em 1985, fez um exercício elucidativo de colher do cotidiano da cidade momentos-síntese de um lugar Santo Amaro mais bucólico, mais permeado por ruralidades, resquícios de um momento histórico consumado. Na década de 1980, os elementos da Santo Amaro rural e bucólica que existira aparentemente ainda dialogavam (e, de certa forma, ainda dialogam, ou simplesmente depõem melancolicamente?) com a cidade, mas já diluídos, tênues, no contexto de uma modernidade que a alcançava, hesitante e incompletamente, a partir de Salvador. Nas fotografias (ver figuras 7, 26 e 124, nas páginas 171, 233 e 375, respectivamente), a feira, a igreja, a praça e as festas aparecem retratadas com pessoas nas suas vidas cotidianas.

No final da década de 1990 – marco temporal do final dessa seção e do início do próximo capítulo, sobre Santo Amaro –, pouco na paisagem da cidade testemunhava sobre os tempos d'antanho. Muitas edificações antigas, construídas durante o ciclo açucareiro, estavam em ruínas ou tinham sido demolidas para a construção de novos edifícios. Entre as ruínas citamos três, particularmente: o Solar do Conde Subaé (ou casarão Araújo Pinho), cujo tombamento não o tornara imune ao tempo; a siderúrgica Santo Amaro, e o casarão do Visconde de Aramaré. Citamos, deliberadamente, essas três edificações, com o objetivo de ilustrar, no próximo capítulo, os caminhos completamente diferentes que cada uma terá ao longo dos anos 2000. Um exercício de elucidação da capacidade de intervenção do Estado e da força dos discursos ideológicos quando



proferidos pelos sujeitos certos, do lugar próprio.

Também no final da década de 1990, possivelmente um reflexo das ações orientadas pelo PRODETUR, o Recôncavo foi novamente mencionado como possibilidade turística, ainda que pouquíssimo do capital destinado aquele programa tenha sido destinado à região. Na revista VEJA, de 1998, sem citar diretamente o PRODETUR, uma matéria colocou como o centro histórico de Salvador transformou-se, graças aos investimentos do governo do estado, em um dos “principais destinos turísticos do país”. Na mesma matéria, também era citada Santo Amaro, juntamente com mais quatro cidades do Recôncavo (Cachoeira, Nazaré, Maragogipe e São Félix), como lugares de potencial turístico.

Em Santo Amaro da Purificação (...) existem atrações como a Matriz de Nossa Senhora da Purificação, que, graças a sucessivas campanhas de Dona Canô – mãe do compositor Caetano Veloso – teve restaurado seu interior, com figuras sacras nas paredes, teto e altar. A obra custou 1 milhão de reais. O governo estadual restaurou o Solar do Biju, prédio do século XVIII onde funciona o campus avançado da Universidade Estadual de Feira de Santana. (...). Santo Amaro oferece a comida típica do Recôncavo, que vai das moquecas de siri a pratos como a maniçoba, mistura de carnes salgadas com folhas de mandioca (ALÉM, 4/03/1998, p. 60).

Desde aquela época até os dias de hoje, algumas coisas mudaram quanto às atrações turísticas de Santo Amaro. Acrescentaram-se, às mencionadas, algumas edificações restauradas e manifestações culturais registradas como patrimônio imaterial, porém, essas ações não fizeram parte de um programa deliberado e articulado com o fim de estimular o turismo no lugar.

Enfim, Santo Amaro, na década de 1990, era um lugar que se “procurava”, em parte perdido no passado que não mais existe, e no presente que não lhe dava opções, pelo menos não as formais, reconhecidas pelo poder instituído. As opções que surgiam eram (e são) construídas pelos próprios moradores da cidade, aqueles que ficaram, em parte ajudados pelos que emigraram, porque esses continuavam conectados – enviando dinheiro aos seus familiares, por exemplo – ao município, à cidade, ao seu bairro, ao seu lugar.

No início de todos os anos, na época das festas, muitos voltam para confraternizarem com suas famílias, renovarem seus compromissos com o seu lugar de origem. Genebaldo Correia, ex-prefeito de Santo Amaro, descreveu (enquanto ainda

prefeito) um pouco desse sentimento de retorno em uma propaganda política pós-festa da Purificação, em 2004 (um pouco distante do período que abarcamos nessa seção, mas ainda assim válido). É uma propaganda política com vários elementos discursivos homogeneizantes, ansiosos para criar, da experiência de festa em Santo Amaro, uma comunidade unida em torno do seu líder político. Genebaldo Correia falava em nome da Nossa Senhora da Purificação. Segundo o mesmo, todos retornam para celebrar o dia da “Nossa Rainha do Céu”. A festa<sup>92</sup> é **“o momento do reencontro dos filhos da terra que vivem espalhados pelo mundo inteiro”** (PREFEITURA, 2004, p. 3, grifo nosso).

A emigração é mais um exercício de sobrevivência, assim como o imprevisto e a informalidade a qual ele se associa. Maiesse Nunes (1996) procurou pensar os problemas regionais de emprego e renda no caso de Santo Amaro. Nunes (1996) discorreu sobre como a informalização se disseminou pela sociedade brasileira, atingindo tanto as classes mais pobres quanto a classe média, em virtude de transformações na estrutura do emprego causada pela crise econômica daquele momento, a qual incluía, para sua solução, um processo de abertura da economia (cujas consequências são vividas até os dias de hoje, na segunda década de século XXI). Essa informalização se relacionava a outro processo, que também discutiremos no próximo capítulo, na subseção “1.1. Morar no lugar Santo Amaro”. Na década de 1990, a informalidade era uma opção, uma saída. Segundo Nunes, era uma forma de se estabilizar uma renda que “teimava” (o autor não usou esse termo) em se deteriorar. No final do século XX:

A presença significativa (...) das atividades informais, tornou-se cada vez mais visível. A participação informal na absorção da força de trabalho atenua a deterioração das condições sociais que envolvem a maioria da população. Entre muitos outros, pequenos estabelecimentos varejistas (bares, quitandas, padarias, açougues, armarinhos, etc.) disseminados pelos bairros pobres [e cidades pequenas pobres?], desempenham papel importante no abastecimento. Barraqueiros, feirantes, proprietários de bancas de revistas (cada vez mais diversificados, vendendo também frutas, refrigerantes, lanches, etc.), e ambulantes de todos os tipos e idades se multiplicaram rapidamente nos últimos anos, simultaneamente à queda dos salários reais do mercado formal e à ampliação do desemprego. Acentua-se, enfim, uma diversidade de categorias ocupacionais que passam assumir um peso fundamental na formação do emprego (...) (NUNES, 1996, p. 38).

No próximo capítulo [IV] discutiremos o lugar Santo Amaro no momento atual,

---

<sup>92</sup> A Festa de Nossa Senhora da Purificação será comentada com mais detalhe no capítulo V, subseção “4.2. A contribuição das festas na reprodução do lugar”.

sobre como os moradores desse lugar ainda dependem muito da informalidade em vários setores para subsistirem e de como a dimensão da necessidade, em Santo Amaro, sempre atravessa o circuito inferior da economia territorializado no cotidiano. Enfim, no próximo capítulo nos deteremos, especialmente, sobre os processos que envolvem diretamente a reprodução socioeconômica imediata do morador de Santo Amaro e o tipo de trabalho que o mesmo mobiliza para tanto.

## CAPÍTULO IV

### **a necessidade no lugar Santo Amaro, no meio técnico científico informacional**

*“Não é mole, carregar Santo Amaro sem tomar um gole”*

Dito popular se referindo ao ato de carregar o andor do Senhor Santo Amaro, durante a procissão das festas de fevereiro.

Chegamos, finalmente, ao tempo cronológico atual e ao espaço Santo Amaro, nosso lugar empírico. Nesse capítulo o discutiremos observando como os sujeitos no lugar se reproduzem socioeconomicamente e como as relações desenvolvidas no lugar Santo Amaro, nos lugares de Santo Amaro, e nos outros lugares além Santo Amaro contribuem para tanto. Observaremos como esse lugar se constitui como uma intersecção singular de relações, nunca restritas somente ao lugar em questão e nunca estáticas. As relações que constituem o lugar não são permanências, assim como também não são permanências as paisagens que “pronunciam” esse lugar.

Para desenvolvermos esse objetivo precisamos realizar várias idas e vindas ao longo dos dois capítulos finais. Precisamos reconstituir contextos explicativos, ainda que parciais ou incompletos do lugar em si e de espaços mais amplos. Os contextos, para serem delineados, exigiram que fôssemos longe, em outros lugares, e que fossemos perto, ali, no bairro, no espaço mais íntimo da cotidianidade do lugar Santo Amaro.

Nesse capítulo concentramos as discussões sobre as dinâmicas que relacionamos à reprodução mais imediata dos sujeitos sociais de Santo Amaro. Discutimos como os moradores da cidade ocupam-se, quais os tipos de atividades remuneradas que desenvolvem e o quanto elas estão ancoradas ao lugar Santo Amaro, e concomitantemente “escapam” desse lugar, se estendendo pela região Recôncavo histórico e pelo estado Bahia, conformando redes sociais que garantem a empregabilidade desses moradores em várias outras escalas além da local.

Pensamos contextos espacialmente mais abrangentes para entendermos a atual dinâmica de reprodução socioeconômica no lugar Santo Amaro. Para tanto observamos **um processo *a priori***, cujas consequências dizem respeito a uma deliberada pauperização de parcela do Recôncavo histórico causada por sucessivas políticas de desenvolvimento

regional<sup>93</sup> norteadas pelos mais diversos discursos ideológicos, os quais sempre apresentam um conteúdo comum envolvendo integração territorial e desenvolvimento econômico com equidade. Procuramos demonstrar, em uma análise do cotidiano do lugar, o quanto esse desenvolvimento não alcançou Santo Amaro, em uma dinâmica que “empurrou” parte expressiva da população para o subemprego ou o emprego subremunerado.

Atualmente, Santo Amaro enquanto município é considerado estatisticamente pobre. Apresenta poucos recursos próprios, uma industrialização incipiente e é dependente dos recursos repassados pela União e pelo estado. Sua população apresenta níveis de escolaridade considerados baixos<sup>94</sup> (ver gráfico 1, abaixo) e a administração pública mais o terciário privado terminam por se efetivarem como os principais setores empregadores.

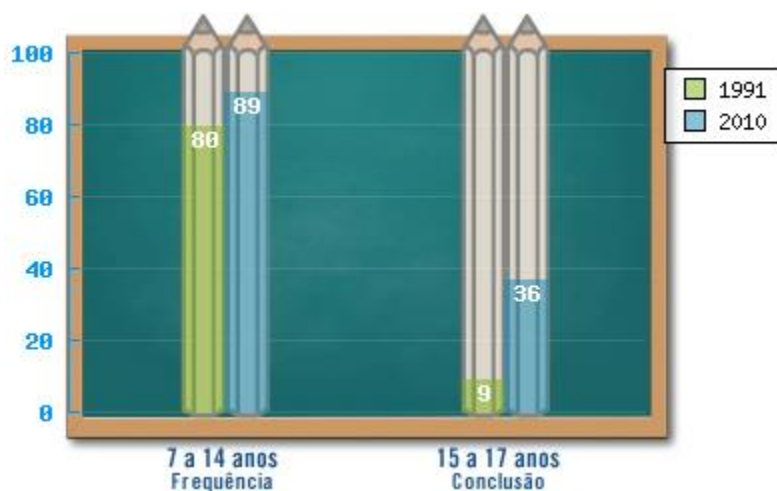


Gráfico 1. Taxa de frequência e conclusão no ensino fundamental em Santo Amaro, 1991 e 2010. Fonte: IBGE.

Discutimos como se realiza o trabalho no lugar em seus diversos aspectos e como esse trabalho depende da estruturação de redes sociais imersas no cotidiano da cidade, mas não se restringindo a elas e participando de outras redes sociais conectadas a outros

<sup>93</sup> Chamamos de políticas de desenvolvimento regional as diversas ações orientadas por regionalizações instrumentais elaboradas para a Bahia nos últimos cinquenta anos, as quais, em relação ao Recôncavo histórico, sempre privilegiaram a RMS em detrimento do Recôncavo Sul. Regionalização aqui entendida enquanto região como artifício (HAESBAERT, 2010b) ou regionalização como ferramenta (RIBEIRO, 2004), resultado de uma ação instrumental que visa a realização do plano/planejamento organizacional, privado ou estatal.

<sup>94</sup> Em 2010, em Santo Amaro, a distorção idade-série entre alunos do ensino fundamental era de 38,5% com idade superior à recomendada chegando a 53,5% de defasagem entre os que alcançam o ensino médio. Em 2009, segundo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), Santo Amaro estava na 4.599ª posição, entre os 5.564 do Brasil, quando avaliados os alunos da 4.ª série, e na 4.501ª, no caso dos alunos da 8ª série (Ministério da Educação).

lugares, distantes, com os quais o morador da cidade estabelece uma conexão permeada por uma lógica comunicativa. Verificamos o quanto essas redes se diferenciam a depender do tipo de trabalho que se realize e o quanto elas conformam um capital social de base local. A força de trabalho, formal e informal de Santo Amaro, está enraizada no lugar, mas com ramificações em outras dimensões espaciais.

## 1. SANTO AMARO É POBRE?

A pergunta cabe porque direciona a reflexão para uma resposta que parece óbvia, mas não é. A resposta é indissociável das dinâmicas desenvolvidas na cidade, as quais dizem respeito ao exercício diário de sobrevivência realizado por parte significativa dos seus moradores.

A resposta imediata que usualmente se dá a essa questão está envolta em números, estatísticas relacionadas à produção de riqueza no município de Santo Amaro, as quais – analisadas em si e/ou comparativamente, em relação a outros municípios, diretamente, ou indiretamente, através de médias estaduais e nacionais (ver tabela 1, p. 189) – são capazes de nos dar suporte para afirmar: **sim**, o município de Santo Amaro é pobre. Entretanto, essa resposta direta a pergunta do título não nos serve. A existência de uma pobreza estatística e observável de diversas formas no cotidiano da cidade é importante e ajuda a explicar diversos fenômenos, também observáveis estatisticamente: entre eles o fato de Santo Amaro ter se caracterizado como um município repulsor de população, em diversos momentos de sua história – na década de 1960, especialmente –, inclusive em momentos recentes, como vislumbramos no gráfico 2. O gráfico demonstra como a população do município pouco cresceu<sup>95</sup> nos últimos 35 anos, possivelmente por conta da emigração que se manteve ao longo desses anos, mas também por conta da queda nas taxas de fertilidade (no gráfico 3). Essas inferências estatísticas não são estranhas e explicam (parcialmente) muitos processos relacionados ao município. Não explicam, por exemplo,

---

<sup>95</sup> Cerca de 21% se descontarmos o ano de 1980. Com o ano de 1980 (quando foi feito um censo), a taxa de crescimento cai para 6%. Fizemos assim, porque nos parece inverossímil que, em apenas um ano, tenha emigrado do município 7.000 pessoas. Ainda assim, se considerarmos um crescimento populacional de 21%, ele será baixo em relação ao crescimento populacional na escala do Brasil, no mesmo período. Entre 1980 (quando houve um censo), quando a população brasileira consistia em 120 milhões de pessoas, e 2014, quando essa população contava com 205 milhões de pessoas (segundo estimativa do IBGE, disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: agosto de 2015), houve um aumento de 71%.

os processos e mecanismos que permitem a população moradora sobreviver, se alimentar, construir sua moradia, traçar planos para o futuro, enfim cultivar esperança. É com esses temas que discutiremos o nosso objetivo primário: aquele sobre a reprodução socioeconômica dos moradores de Santo Amaro. Sim, afinal, como essa reprodução se realiza em uma cidade economicamente pobre? Como Santo Amaro “se vira”?

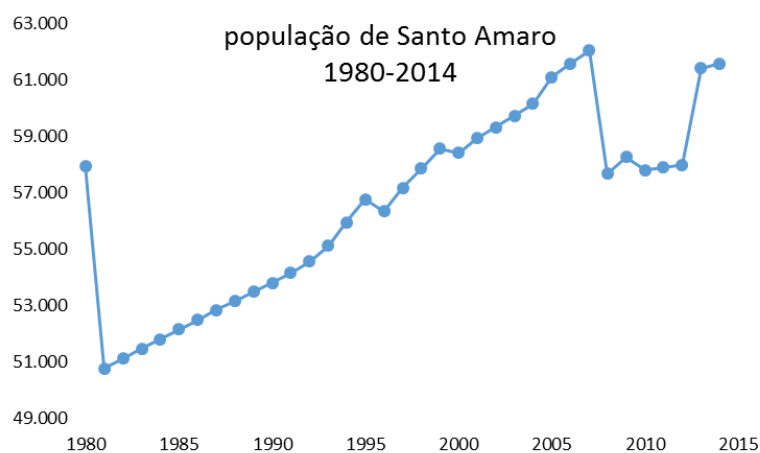
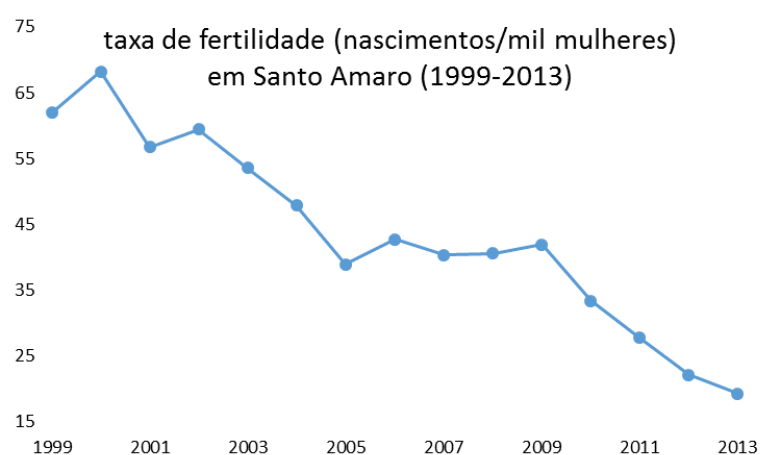


Gráfico 2, acima. Elaboração de Shanti Marengo. Informação disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?ibge/cnv/pop>>. Acesso em: setembro de 2015.

Gráfico 3, abaixo. Elaboração de Shanti Marengo. Informação disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205>>. Acesso em: setembro de 2015.



Em 1999, em meio à aplicação das políticas neoliberais e do processo de estabelecimento das novas orientações federalistas postas pela Constituição de 1988, o então prefeito de Santo Amaro, Raimundo Pimenta (1997-2000) escreveu uma coluna no periódico Notícias da Bahia, no qual reclamava dos crescentes cortes, por parte do governo federal, nos repasses relativos ao Fundo de Participação dos Municípios e ao

ICMS (BOLO, 1999). Não temos muitas estatísticas daquela época, especificamente, mas adiantamos que Santo Amaro apresentava problemas econômicos.

Na década de 1990, Santo Amaro tinha perdido duas indústrias relevantes (a COBRAC e a INPASA) e não deveria possuir uma arrecadação própria muito expressiva. Affonso (1996) já observava os prejuízos eleitorais que acompanhavam as pressões do poder municipal sobre os cidadãos, com o fim de aumentar a receita tributária através da cobrança dos impostos municipais. Era mais interessante depender dos repasses federais do que onerar a população local de uma pequena cidade considerada pobre. Lembremos, o prefeito de um município pequeno tem “rosto” e apelido, é padrinho e afilhado de moradores. Cobrar, em um contexto de tanta cumplicidade, pode ser uma descortesia e um motivo para se perder eleitores. O Comerciante III, em entrevista, explicou-nos como ele lembra – e não, cobra – seus clientes das dívidas, a fim de que o orgulho do mesmo não seja “ferido”. Mantidas as proporções e a qualidade das relações envolvidas, os motivos do político podem ser bem semelhantes aos do comerciante. Em uma pequena cidade, a depender das circunstâncias, até os indivíduos à frente de organizações podem fazer uso da “sabedoria popular” e realizar, cada um a seu jeito, a máxima de que “mais vale um amigo do que um vintém”.

Para o poder municipal é mais fácil cobrar das instâncias superiores mascaradas pela impessoalidade do Estado, na forma de uma cadeia hierárquica de burocratas, do que daquele indivíduo próximo, morador do mesmo lugar. Ainda assim, ao longo dos últimos anos, os repasses – das instâncias federal e estadual – se mantiveram, e aumentaram em quantidade (gráficos 4 e 5, abaixo), porém outras fontes de divisas vieram se somar a esses repasses, já que a soma deles não corresponde ao resultado da receita orçamentária anual do município (gráfico 6, abaixo). Em 2014, é de quase 20 milhões de reais a diferença entre a receita daquele ano e a soma das transferências realizadas.





Gráfico 4, acima. Elaboração de Shanti Marengo. Informação disponível em: <[http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/menu\\_repasse.htm](http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/menu_repasse.htm)>. Acesso em: setembro de 2015.

Gráfico 5, abaixo. Elaboração de Shanti Marengo. Informação disponível em: <<http://transparencia.gov.br/>>. Acesso em: setembro de 2015.

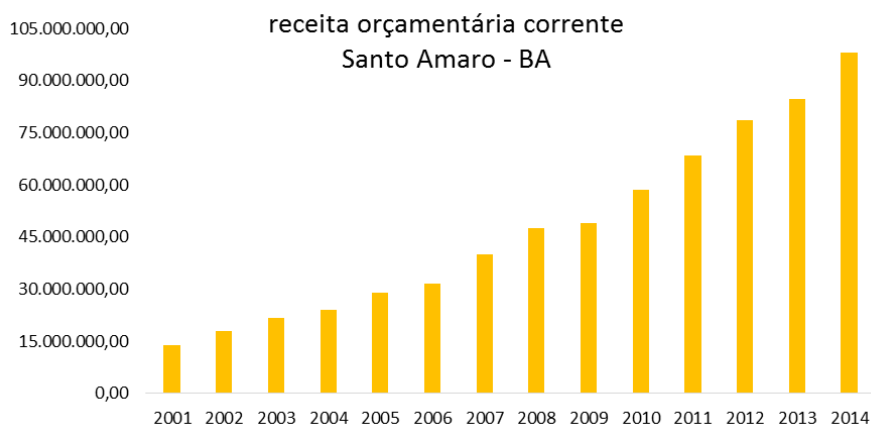
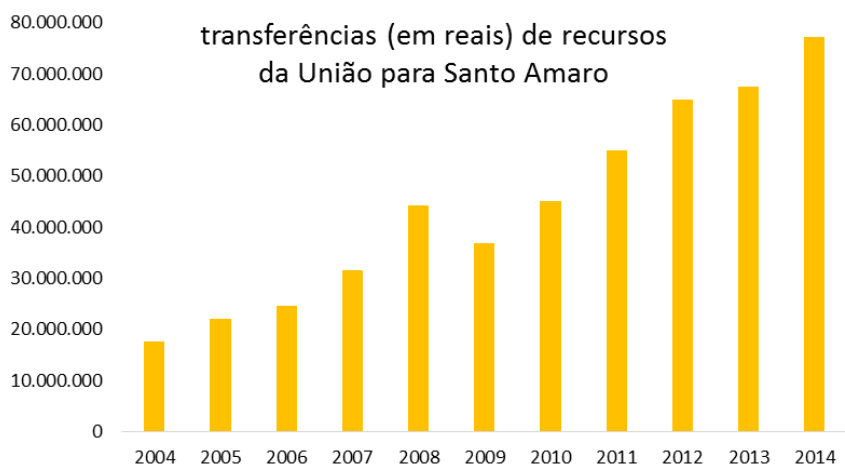


Gráfico 6. Elaboração de Shanti Marengo. Informação Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em: abril de 2014.

De onde vinha a diferença? Affonso, em 1996, já observava que os municípios não estavam sofrendo da chamada “preguiça fiscal”. Até aquele ano, as estatísticas mostravam que as receitas municipais, de um modo geral, estavam aumentando. Não temos estatísticas da década de 1990 referentes a arrecadação municipal de Santo Amaro, no entanto temos essas estatísticas ao longo dos anos 2000, quando realmente, é possível observar seu aumento (gráficos 7 e 8, abaixo). Mais especificamente, os impostos IPTU e ISS, cuja arrecadação dependem da iniciativa do município, apresentaram ao longo dessas duas décadas um aumento significativo em relação ao montante da receita

orçamentária de Santo Amaro.

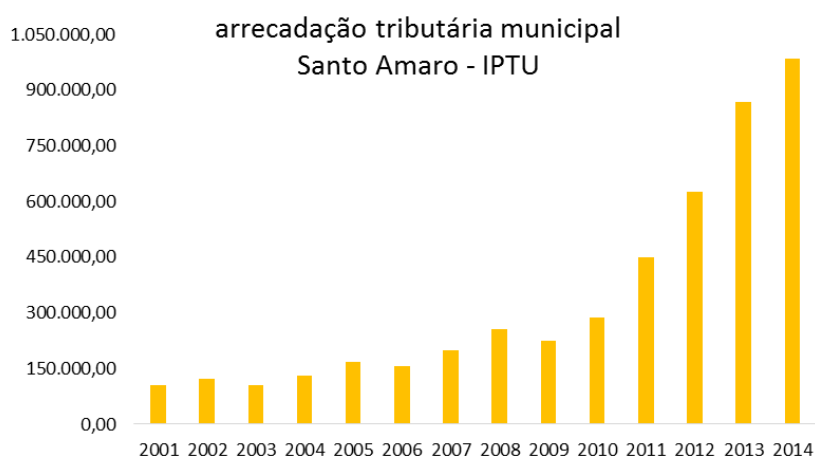
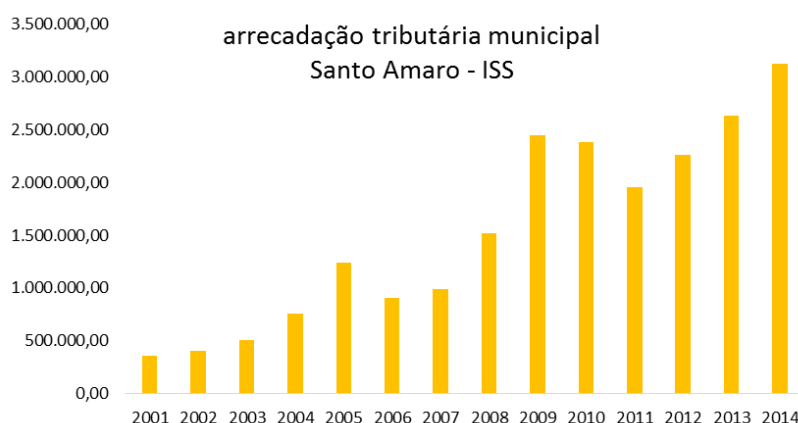


Gráfico 7, acima. Elaboração de Shanti Marengo. Informação disponível em: <Fonte: <http://www.stn.fazenda.gov.br/web/stn/finbra-financas-municipais>>. Acesso em: agosto de 2015.

Gráfico 8, abaixo. Elaboração de Shanti Marengo. Informação disponível em: <Fonte: <http://www.stn.fazenda.gov.br/web/stn/finbra-financas-municipais>>. Acesso em: agosto de 2015.



Entretanto, esse aumento não significou um aumento na renda relativa do município. A proporção entre a renda média do município e a renda média do país se manteve. Segundo Affonso (1996), discutindo as possibilidades dadas pela descentralização da arrecadação tributária em relação ao desenvolvimento do país, a manutenção da desigualdade socioespacial (o autor não usa esse termo, mas equilíbrio e desequilíbrio) poderia surgir como resultado do modo como o processo de descentralização foi realizado, apressado e descoordenado, contribuindo para estratégias de caráter neoliberal, visto que impediu que se criassem, entre outras coisas, mecanismos de redistribuição da renda auferida pela arrecadação fiscal. Enfim, se Santo Amaro cresceu, o país cresceu também (ver gráfico 9, abaixo) e, por conseguinte, os outros

municípios da Federação, de forma diretamente proporcional às possibilidades de cada um. Não houve transferência de renda, nem políticas compensatórias visando especificamente municípios como Santo Amaro. É assim que também visualizamos na tabela 1 a manutenção da pobreza relativa do município no *ranking* municipal pelo PIB *per capita*, nas escalas do Brasil e do estado da Bahia.

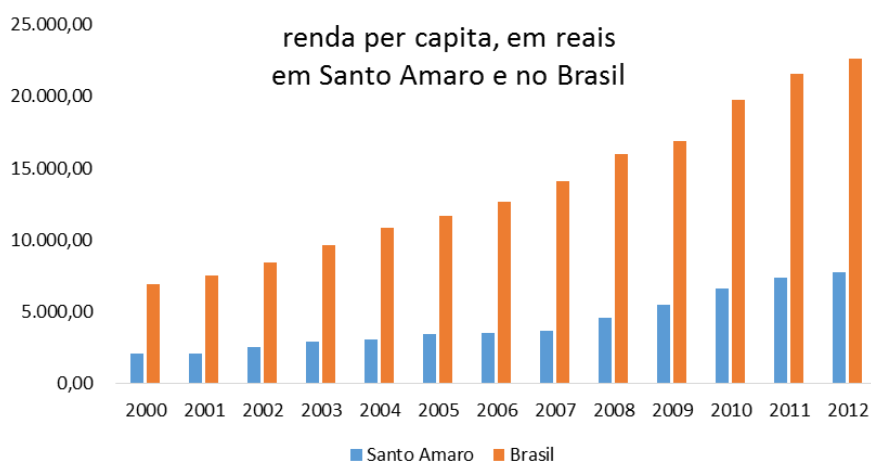


Gráfico 9, acima. Elaboração de Shanti Marengo. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: abril de 2014.

| Ano  | Ranking municipal pelo PIB per capita |                  |
|------|---------------------------------------|------------------|
|      | Nacional                              | Estadual         |
| 1999 | 3.697 <sup>o</sup>                    | 81 <sup>o</sup>  |
| 2000 | 3.509 <sup>o</sup>                    | 72 <sup>o</sup>  |
| 2001 | 3.801 <sup>o</sup>                    | 101 <sup>o</sup> |
| 2002 | 3.729 <sup>o</sup>                    | 103 <sup>o</sup> |
| 2003 | 3.732 <sup>o</sup>                    | 98 <sup>o</sup>  |
| 2004 | 3.824 <sup>o</sup>                    | 110 <sup>o</sup> |
| 2005 | 3.809 <sup>o</sup>                    | 108 <sup>o</sup> |
| 2006 | 4.063 <sup>o</sup>                    | 142 <sup>o</sup> |
| 2007 | 4.206 <sup>o</sup>                    | 177 <sup>o</sup> |
| 2008 | 3.907 <sup>o</sup>                    | 101 <sup>o</sup> |
| 2009 | 3.703 <sup>o</sup>                    | 89 <sup>o</sup>  |
| 2010 | 3.601 <sup>o</sup>                    | 85 <sup>o</sup>  |
| 2011 | 3.607 <sup>o</sup>                    | 82 <sup>o</sup>  |
| 2012 | 3.654 <sup>o</sup>                    | 82 <sup>o</sup>  |

Tabela 1, ao lado. Nessa tabela visualizamos Santo Amaro, a partir do ano 2000, “cair” várias posições antes de se estabilizar novamente dez anos depois, aproximadamente na mesma colocação. Elaboração de Shanti Marengo. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206>. Acesso em: abril de 2014.

Ao mesmo tempo, inferimos a manutenção dessa mesma pobreza através do gráfico 10 (abaixo) no qual vemos a diferença entre o salário médio do trabalhador de Santo Amaro e o do trabalhador na escala nacional. A diferença no gráfico está restrita a uma duração de seis anos, mas é demonstrativa de uma tendência de manutenção da desigualdade: a proporção entre uma e outra média salarial pouco se alterou ao longo dos anos discriminados.

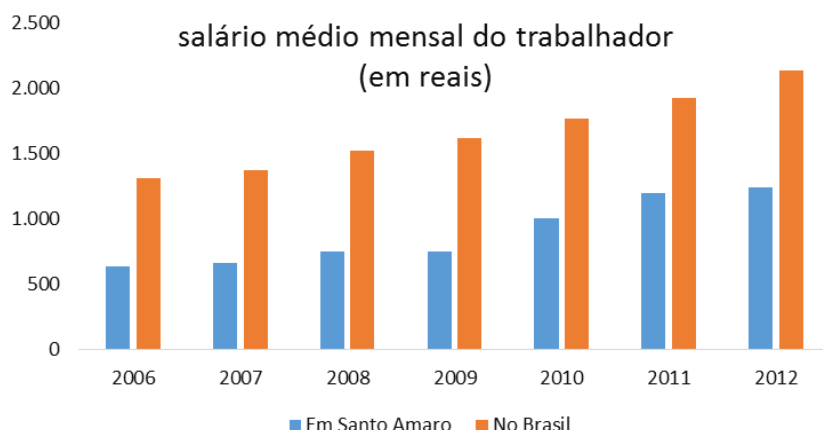


Gráfico 10. O salário mensal dessa tabela foi calculado a partir do salário mínimo do ano de 2014. Elaboração de Shanti Marengo. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/cepre/default.asp>>. Acesso em: setembro de 2014.

Santo Amaro, em um panorama de crescimento econômico desacompanhado de políticas redistributivas, manteve-se em termos relativos pobre, assim como também se mantiveram as ações de caráter tático (CERTEAU, [1990] 1994), de seus moradores, com o intuito de adquirirem moeda para garantirem a sobrevivência diária. Essas ações de caráter tático dialogam com um conhecimento prévio do espaço da cidade, que inclui além das suas formas e funções – localizações e quantidades de ruas, praças, avenidas, assim como distribuição e concentração das atividades diárias –, a sua dimensão simbólica, que, para ser apropriada, **exige a participação dos sujeitos nas dinâmicas cotidianas da cidade**. Desse modo a cidade é subjetivada por seus moradores, e torna-se lugar, intersecção de uma infinidade de relações, causas e consequências de um exercício de sobrevivência diária, interminável e em processo que diferencia o lugar em lugares.

Na próxima seção observamos, diante da pobreza material, o caráter das dinâmicas promovidas pelo morador de Santo Amaro para a aquisição de moeda. Notamos o quanto as relações entre esses moradores, e desses moradores com seu espaço, para o cumprimento desse fim – aquisição de moeda – dependem de uma porosidade socioespacial, a qual associamos a uma necessidade de flexibilidade, em vários planos da vida cotidiana do lugar, sem a qual a reprodução socioeconômica dos sujeitos seria bastante mais difícil.

## 2. SANTO AMARO “SE VIRA”

Os moradores de Santo Amaro, de um modo geral, mesmo durante os períodos mais prósperos da história da cidade, sempre foram mais vulneráveis às contingências da vida cotidiana, às circunstâncias, muitas vezes adversas, parcialmente produzidas pelas ações dos agentes hegemônicos.

Foi com o objetivo de confirmar a **necessidade de improviso** – para a sobrevivência, imposta pelas circunstâncias, alheias às possibilidades técnicas acessíveis no cotidiano –, e seu caráter histórico, a qual geralmente desagrada ao Estado (nas suas diversas instâncias político-administrativas), que citamos, no capítulo III, algumas atas de vereação (PEDREIRA, 1977), em que proibições visando regulamentar o uso do espaço público eram decretadas pelo poder administrativo.

A necessidade de improviso ainda permanece na sociedade santoamarense atual, Afinal Santo Amaro ainda não apresenta uma renda em termos estatísticos que possibilite a sua população se abster de utilizar os artifícios típicos do improviso. Não são somente esses dados que servem como indicativos da necessidade de informalidade. Se quisermos nos restringir a uma análise da dimensão da informalidade quanto ao trabalho no município, utilizando os dados fornecidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) na tabela 3, poderemos observar que a relação entre o número de trabalhadores formais e o total da população economicamente ativa – 25.177 pessoas, segundo o IBGE (censo de 2010) – diz que: aproximadamente 20% da PEA é empregada **formalmente em Santo Amaro** (se aceitarmos que em 2010 o número de pessoas ocupadas deveria ser próximo daquele apresentado em 2012 pelo RAIS). Essa estatística obviamente não abrange aqueles trabalhadores que se empregavam formalmente fora do município, o que é uma realidade possível de ser observada, inclusive no cotidiano da cidade, como demonstraremos ao longo desse capítulo.

| IBGE Setor                                   | 2010   |
|--|--------|
| Indústria de transformação                   | 2.017  |
| Construção Civil                             | 2.209  |
| Comércio                                     | 3.576  |
| Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca | 5.504  |
| Total  | 13.306 |

Tabela 2, acima. Número de pessoas ocupadas por setor de atividade, no município de Santo Amaro. Não descrevemos todas as atividades usadas pelo IBGE nessa tabela, apenas aquelas que julgamos significativas para fins de comparação. Elaboração de Shanti Marengo. Fonte: IBGE.

Tabela 3, abaixo. Número de empregos ativos formais em 31/12 de cada ano, por setor, no município de Santo Amaro. Elaboração de Shanti Marengo. Fonte: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/rais/>

| IBGE Setor                                   | Ano   |       |       |
|--|-------|-------|-------|
|  | 2014  | 2013  | 2012  |
| Indústria de transformação                   | 889   | 1.035 | 1.191 |
| Construção Civil                             | 469   | 444   | 338   |
| Comércio                                     | 1.223 | 1.196 | 1.100 |
| Serviços                                     | 1.034 | 969   | 837   |
| Administração Pública                        | 2.586 | 2.407 | 2.028 |
| Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca | 242   | 240   | 284   |
| Total  | 6.443 | 6.291 | 5.778 |

Então, se quisermos ter uma dimensão mais precisa do trabalho informal em Santo Amaro, talvez seja mais interessante observarmos as estatísticas fornecidas pelo próprio IBGE. Usando os dados da tabela 2 acima – sem usarmos todas as categorias discriminadas pelo IBGE para descrever os setores de atividade e nos concentrando no censo de 2010 – já poderemos aumentar bastante a porcentagem de pessoas **ocupadas** em relação ao total da população economicamente ativa. Na nova operação, quase 50% (e essa porcentagem é seguramente maior, já que não incluímos, como dissemos, várias categorias de setores de atividades que apresentavam pessoas ocupadas) da população economicamente ativa está trabalhando. Notemos que o IBGE, quando se refere ao número de pessoas ocupadas, está incluindo tanto trabalhadores formais quanto informais. Dessa forma, nossas conclusões mais precisas continuam adiadas. Ainda assim, afirmamos que o trabalho informal é, sim, significativo no município. Mais, se derivarmos que o trabalho informal, enquanto fato significativo de uma realidade social, é contribuinte de um rebaixamento das condições gerais de vida da população (OLIVEIRA, 2006), a dimensão da informalidade “migra” do trabalho para todos os momentos do processo de reprodução socioeconômica dessa população que, sem renda suficiente, é forçada a improvisar em tudo a fim de que suas condições de existência não se deteriorem tanto a ponto de justificarem convulsões sociais.

Postos os elementos estatísticos acima, afirmamos: a informalidade conforma muito da vida cotidiana do lugar Santo Amaro. Através da observação direta, das entrevistas, dos muitos outros recursos de pesquisa que utilizamos, constatamos que o

morador de Santo Amaro, frequentemente, mora, trabalha, se transporta e/ou se diverte, graças à informalidade, em maior ou menor grau. É difícil para esse indivíduo, que vive seu cotidiano na cidade, não depender, em algum momento, de um serviço ou de um produto, somente ou principalmente fornecido pelo **circuito inferior da economia**<sup>96</sup>.

Especificamente em relação à ocupação, é interessante observar como a mão-de-obra profissional de Santo Amaro se formava (e se forma, em certa medida), inclusive, improvisadamente, na falta de instituições de ensino que atendessem a demanda. Para o cumprimento desse objetivo (de formação profissional da mão-de-obra) era bastante comum que as próprias redes sociais locais se mobilizassem. Um esforço realizado de modo assistemático e diluído no cotidiano através de um dinâmico “mercado” de favores, até hoje existente, com as devidas adequações exigidas pelo período atual, de uma sociedade crescentemente informacional.

Com algumas variações, esse processo de formação do jovem candidato a profissional tinha uma forma genérica, que procuraremos descrever resumidamente. Ele começava criança ou adolescente com um profissional local (parente, consanguíneo ou ritual) que, precisando de um ajudante, o tomava para si para ensinar-lhe seu ofício. Nessa relação, novos laços de uma rede social local eram forjados, ou laços antigos eram reiterados e fortalecidos. Afinal esse profissional oferecia ao aprendiz uma dádiva, a qual já poderia ser uma retribuição, mas que sempre pedia um retorno, voluntário ou não, porém sempre imposto socialmente, por valores morais cultivados e compartilhados pelo grupo social ao qual pertenciam. O Capoeira I (69 anos) tornara-se soldador na prática da solda, orientado por um profissional em sua lida no trabalho na Usina Santa Elisa, já extinta. O morador da Candolândia (56 anos), em entrevista explicou-nos rapidamente como se tornara pedreiro:

*Na verdade, eu trabalhei na base de uns quatro anos de ajudante. E naquele tempo o pedreiro dava uma chance ao ajudante, a assentar bloco, a como usar um prumo, usar alinhado e disso aí ía...a gente vai*

---

<sup>96</sup> Um conceito pensado por Santos ([1978] 2008d), em conjunto com o circuito superior da economia, ambos compondo um par dialético. O circuito superior comportando as seguintes características: rígido na utilização dos objetos, os quais comportam altos grau de especialização; uso de capital intensivo; assalariamento dominante; privilegia a produção e o consumo em escala industrial; ligado diretamente às estruturas formais do mercado; possui relações institucionalizadas com a clientela; e dependente do mercado externo. Enquanto o **circuito inferior** possui as seguintes: acolhe, com facilidade, o imprevisto; é intensivo na reutilização de objetos; usa trabalho intensivo; admite variadas formas de remuneração do trabalho; é voltado para a produção e o consumo de pequenas quantidades; não tem acesso, direto, às estruturas formais do mercado; precisa de relações personalizadas com a clientela; e é dependente do mercado interno (e local).

*aprendendo e termina transformando em pedreiro*<sup>97</sup>.

O Trabalhador de Trecho I (27 anos) também descrevera uma dinâmica semelhante no seu aprendizado para se tornar eletricista. *“Eu aprendi esse ofício, na verdade, (...) com meu primo chamado Baraúma. (...) sobrinho de minha mãe. Ele é eletricista há mais de 25 anos. Eu, novinho, ele me chamava pra sair com ele, pra fazer trabalho de eletricidade predial...”*<sup>98</sup>.

Atualmente, ainda encontramos a figura do ajudante ou do aprendiz, porém não mais uma criança, raramente um adolescente, geralmente um homem ou mulher jovem. Essas mudanças na faixa etária dos aprendizes ocorreram em virtude das normas que proibiram a exploração da mão-de-obra infantil e dos programas públicos federais, como o Bolsa família, que põem entre as condicionalidades a necessidade do beneficiado manter as crianças da família na escola. Hoje, é mais comum os jovens aprenderem um ofício nos cursos técnicos, formais ou informais, oferecidos na cidade ou em outras cidades próximas, como descreveremos mais adiante.

De qualquer modo, em virtude da crescente valorização da mão-de-obra escolarizada, ocorreu um processo de rebaixamento do preço da força de trabalho que retroalimenta a presença da mão-de-obra informal em Santo Amaro. Incapaz de investir capital e tempo na sua formação escolar, o morador do lugar confrontado com as necessidades cotidianas de sobrevivência é “empurrado” para a informalidade ou para o trabalho formal sub-remunerado.

Francisco de Oliveira, discutindo, entre outras coisas, a informalidade no período atual, põe como a função da mesma mudou ao longo dos anos. Primariamente, a informalidade compensava “uma insuficiência de capital (...) [e] pavimentava o chão da transformação de tudo em mercadoria, hoje o processo é inverso. Estamos diante de uma situação em que esse trabalho informal é potencializado pela revolução tecnológica” (OLIVEIRA, 2006, p. 70). O comércio e o trabalho informais, crescentemente, dialogam com os seus respectivos formais ligados diretamente ao mundo da mercadoria. A “revolução tecnológica desemprega do ponto de vista formal, mas não desocupa” (OLIVEIRA, 2006, p. 70). O que os feirantes vendem em suas bancas, na maior parte das vezes, são produtos que passaram por algum grau de processamento industrial. Os

---

<sup>97</sup> MORADOR da Candolândia. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2014.

<sup>98</sup> TRABALHADOR de trecho I. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2012.



indivíduos que saem de porta em porta, realizando **venda direta**, sem um contrato formal de trabalho, oferecem, entre outras coisas, produtos cosméticos altamente industrializados. O que seria esse trabalho, realizado através da venda direta, senão uma forma de apropriação – pelo grande capital – do trabalho informal e precário?

Oliveira (2006) coloca o trabalho informal como um dos grandes responsáveis pela circulação da mercadoria produzida pelo grande capital. Santos ([1978] 2008d) explicou como a escassez de moeda pressiona o vendedor, no circuito inferior, a realização de sua mercadoria. A necessidade de liquidez exige a circulação mais rápida do dinheiro. Essa necessidade de rapidez na circulação da mercadoria para a aquisição de liquidez monetária é possível de ser vista, por exemplo, nas festas de Santo Amaro, quando o vendedor ambulante vai com um “carrinho de mão” vender a bebida enlatada, armazenada no isopor, para o indivíduo que está passeando pelo ambiente da festa. A penetração de um produto industrializado em uma sociedade periférica possivelmente não teria a mesma penetração no mercado consumidor sem a contribuição do vendedor informal.

Uma característica do circuito inferior, que é premente no lugar Santo Amaro e acompanha quaisquer dos elementos conectados com essa dimensão da vida econômica da cidade, é a **flexibilidade**<sup>99</sup>, que Santos ([1978] 2008d) traduz como capacidade de adaptação às condições conjunturais. Flexibilidade necessária para reconfigurações rápidas, envolvendo custos baixos, deslocamentos ágeis. Tal flexibilidade depende de uma estrutura material sempre construída de forma improvisada, sem acréscimos de trabalho que envolvam sua especialização de algum modo, fato que a tornaria menos flexível e menos adaptável às mudanças rápidas de conjuntura.

O imprevisto, inclusive, é descrito por Santos ([1978] 2008d) como uma das marcas características do circuito inferior da economia, “onde nada se perde, nada se cria, tudo se transforma...”. O jornal usado torna-se embalagem, o pedaço de madeira se transforma em cadeira, as latas, em reservatórios de água (...)” (SANTOS, [1978] 2008d, p. 201).

O indivíduo, ou grupo social, imerso total ou parcialmente no circuito inferior da

---

<sup>99</sup> Santos, no livro “A Natureza do Espaço”, resgata novamente a ideia de flexibilidade acompanhada do qualificativo “tropical”, para referir-se a capacidade de mobilidade dos pobres no mercado de trabalho: “cada ator é muito móvel, podendo sem trauma exercer atividades diversas ao sabor da conjuntura” (SANTOS, [1996] 2009, p. 324). Essa abordagem da ideia de flexibilidade discrimina apenas um dos aspectos pensados pelo mesmo autor no livro “Espaço Dividido”, de 1978.

economia e, por conseguinte, na informalidade, é demasiado vulnerável às circunstâncias; disso vem sua necessidade de sempre se adaptar rapidamente ao conjunto das contingências sobre as quais tem pouco ou nenhum controle. Essa vulnerabilidade também é motivo para o indivíduo/os indivíduos se tornarem parte do circuito inferior: “(...) um elemento fundamental da vida urbana nos países subdesenvolvidos, por seu papel de abrigo da população pobre, migrante ou originária da cidade, que só raramente pode consumir e trabalhar no circuito moderno (SANTOS, [1978] 2008d, p. 201).

A flexibilidade, imposta pela informalidade, se reflete em todas as dimensões da vida cotidiana do morador de Santo Amaro. Se ele está ou é (e estamos aqui nos referindo aos casos de desemprego crônico) desempregado, a flexibilidade surge na quantidade e na qualidade de ocupações que esse indivíduo desenvolve de acordo com as circunstâncias.

Além da flexibilidade, também há outro atributo, nessa geografia da sobrevivência de Santo Amaro, talvez anterior à mencionada flexibilidade, que precisa ser observado mais de perto: referimo-nos à sua **porosidade**. A flexibilidade presente nas dinâmicas sociais de Santo Amaro enquanto lugar é fruto de sua porosidade, às ações e intenções envolvidas com a reprodução socioeconômica imediata dos sujeitos sociais.

Essa porosidade tal como referimos aqui se aproxima daquela descrita por Benjamin (1987) quando descreveu Nápoles no início do século XX: uma cidade pobre, na qual a porosidade é parte tanto de sua dimensão material quanto simbólica. “A arquitetura é porosa como essas rochas [cheias de cavernas]. Construção e ação se entrelaçam uma à outra em pátios, arcadas e escadas. Em todos os lugares se preservam espaços capazes de se tornar cenários de novas e inéditas constelações de eventos. Evita-se cunhar o definitivo” (BENJAMIN, 1987, p. 147-148).

Descrevendo Nápoles, Benjamin descreve, sem querer, Santo Amaro, onde na ambiguidade da finalidade dos espaços não se percebe “o que ainda está sob construção e o que já entrou em decadência. Pois nada está pronto, nada está concluído. A porosidade se encontra [...] sobretudo com a paixão pela improvisação”. Seguindo Benjamin, reconhecemos que essa porosidade é característica das sociedades periféricas e pobres, as quais elaboraram uma estética e um modo de vida próprios fundados na flexibilidade e na informalidade de todos os tipos. Essas sociedades tornaram-se (ou sempre o foram) “porosas”, o que não quer dizer que não defendam regras, que não criem normas, que não tenham uma moral. Dizemos que essas sociedades ressignificaram os valores da

sociedade europeia, branca, cristã e patriarcal que as colonizou.

A informalidade, estruturante em Santo Amaro, empresta ao cotidiano da cidade (e, porque não do município como um todo) um tanto de flexibilidade necessária. Para pensar essa informalidade, a princípio, nos deteremos naquela sua dimensão econômica, para daí (principalmente no capítulo V), quando for conveniente, pensarmos quais outras formas a informalidade toma no espaço vivido do nosso lugar empírico. Na próxima seção pensaremos a informalidade, e a formalidade, no setor terciário e as diversas formas que as mesmas tomam no cotidiano do lugar Santo Amaro.

### **3. TRABALHAR E CONSUMIR NO LUGAR SANTO AMARO**

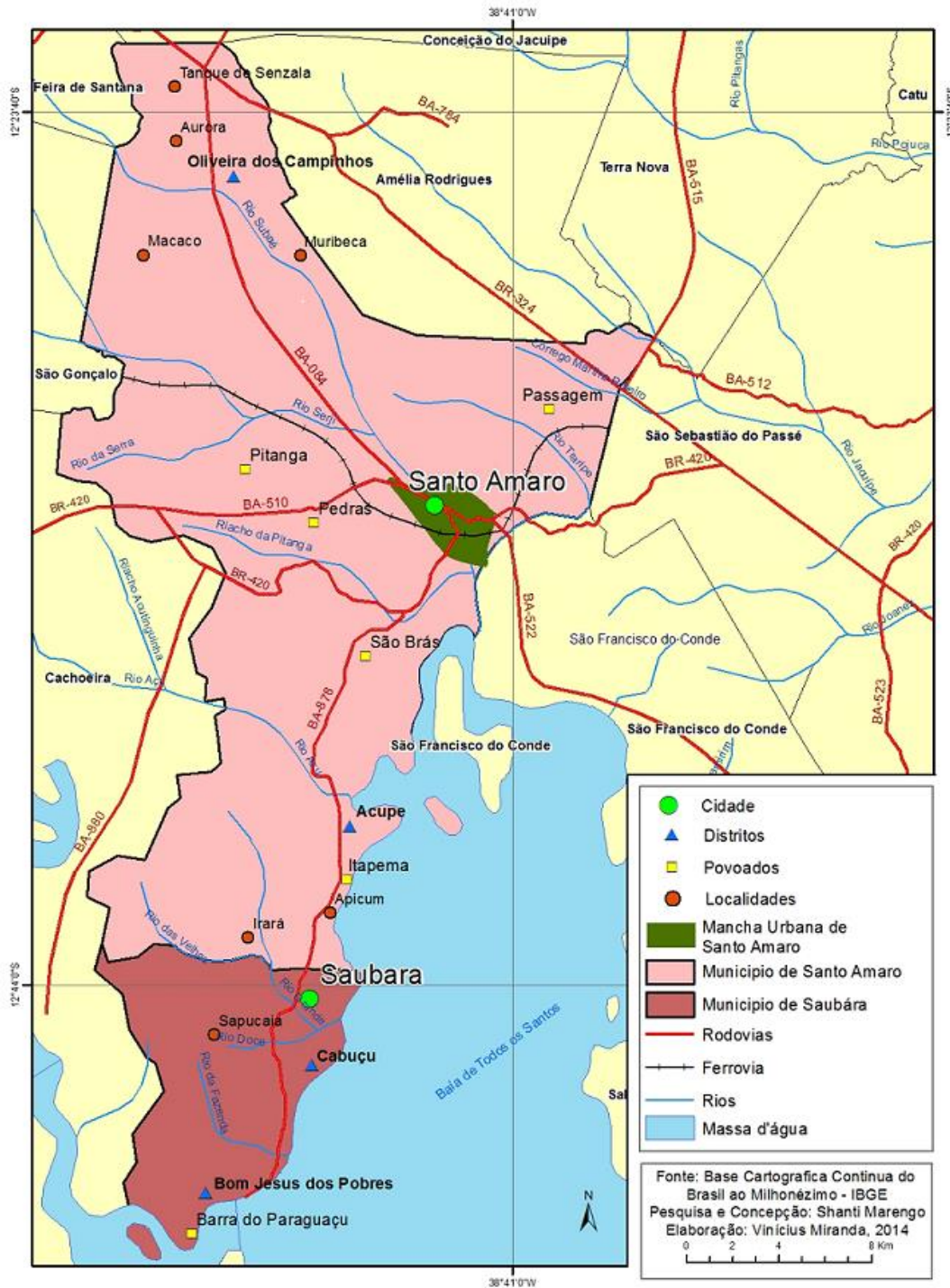
A hinterlândia de Santo Amaro parece possuir dois planos: um intramunicipal, que inclui os outros distritos (Oliveira dos Campinhos e Acupe), mais algumas povoações (São Brás, Pedras, Tanque Senzala etc.) e assentamentos rurais (Nova Suíça, Nova Conquista etc.); e outro intermunicipal, que inclui Saubara e, parcialmente, São Francisco do Conde (ver mapa 4).

O setor terciário de Santo Amaro estrutura-se acompanhando esses dois planos, que parecem conformar dois tipos de demanda: uma interna, constante, e local, dos próprios moradores da cidade, e do município (que inclui seus distritos e povoações), até certo ponto; e a outra sazonal, semanal e mensal, a qual se relaciona, principalmente, às pessoas que não residem na cidade, mas nos municípios próximos.

Cada plano conforma redes de transporte próprias que se interseccionam em Santo Amaro. Para a realização das demandas sazonais existentes nos distritos e aglomerados populacionais do município de Santo Amaro e dos outros municípios próximos existem duas opções: uma as linhas intermunicipais formais fornecidas na rodoviária, as quais não cobrem todos os aglomerados populacionais do município; ou duas, o transporte complementar da cidade, concentrado em três pontos (até 2014, ver mapa 5) da mancha urbana.

# DISTRITOS, POVOADOS E LOCALIDADES DE SANTO AMARO E SAUBARA

BAHIA  
2014



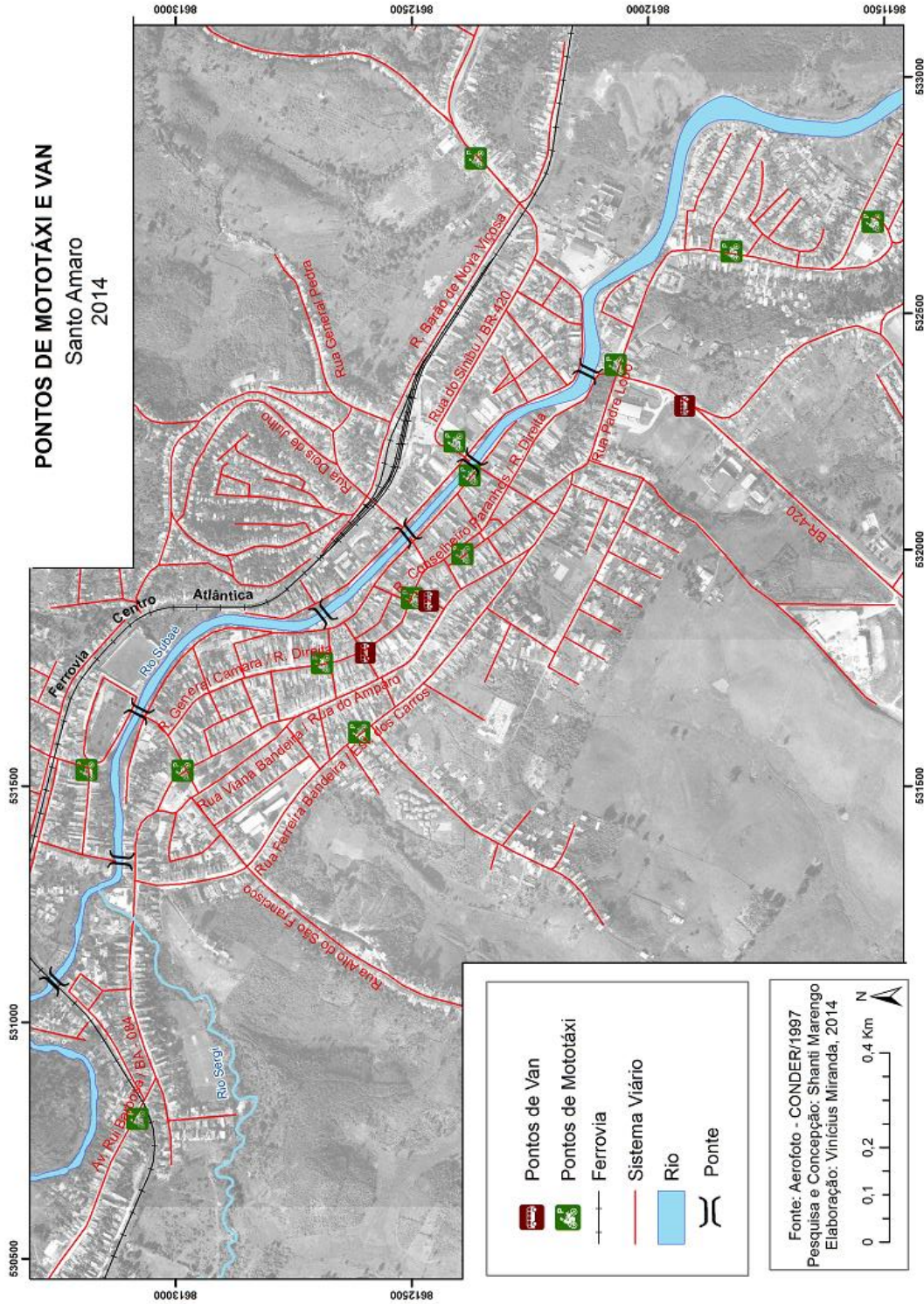
#### MAPA 4

Os pontos de transporte complementar organizam-se entre si de modo que, cada um se compromete a servir uma determinada área sob influência de Santo Amaro. No ponto onde se concentram os cooperados da Cootransul (Cooperativa de Transporte Complementar do Recôncavo Sul), os passageiros são levados para Acupe e Itapema (distritos de Santo Amaro), Saubara e seus respectivos distritos (Cabuçu e Bom Jesus dos Pobres). Os povoados de Cepel, Pedras, Lamarão etc., mais o distrito de Oliveira dos Campinhos são servidos pela Cooperativa de Transporte Alternativo de Vans (Cootamp). Quanto ao terceiro ponto não tivemos informações suficiente para descrever a quais espaços eles atendem.

Quanto à demanda local, diária, é realizada muitas vezes a pé pela população local, quando não, através do mototáxi, um meio de transporte peculiar das pequenas cidades baianas, o qual merece um aparte. O mototaxi é um indivíduo que, geralmente, exerce mais de uma atividade com vistas a adquirir renda, ou considera essa atividade temporária, mais um meio para adquirir a renda necessária a fim de, talvez, abrir um novo negócio, ou “ir passando” até conseguir um emprego formal. O indivíduo, para se tornar um mototaxi, somente precisa de uma moto e de um ponto (ver os pontos no mapa 5, p. 199), a fim de que ele tenha acesso aos passageiros. Enfim, em Santo Amaro, a atividade cumpre uma função social, permitindo a reprodução socioeconômica de um trabalhador em momento de vulnerabilidade econômica.

Graças a vários fatores, entre eles uma financeirização crescente da economia, a possibilidade de um indivíduo adquirir uma motocicleta aumentou nas últimas décadas (ver gráfico 11, p. 200). Santo Amaro não tem uma concessionária de automóveis, provavelmente porque não existe um mercado consumidor que justifique tanto, mas tem uma concessionária de motos. O aumento na frota de motocicletas é notável se o relacionarmos ao aumento no repasse do IPVA para o município (ver gráfico 12, p. 200), o qual, por sua vez, contribuiu para o aumento na arrecadação fiscal de Santo Amaro.

# MAPA 5



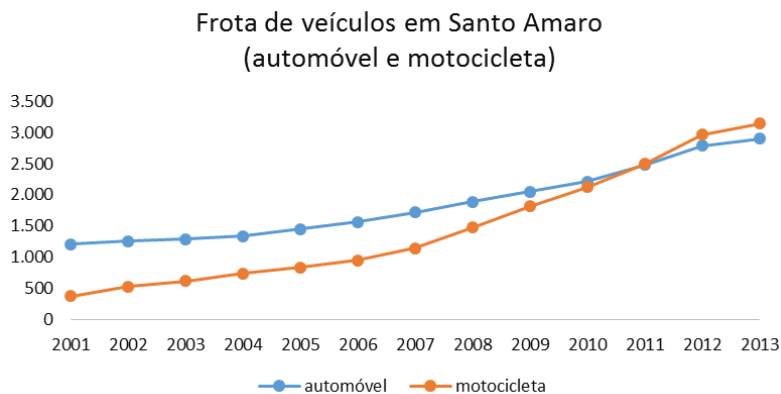
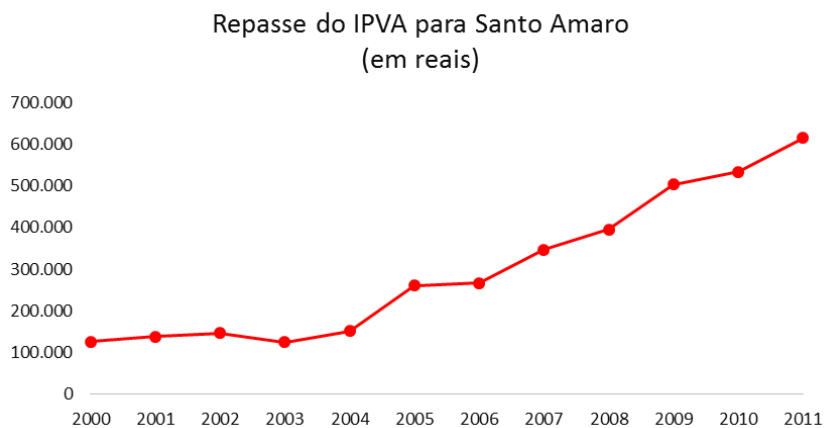


Gráfico 11, acima. Notar, no gráfico, que a frota de motocicletas aumenta, em termos relativos e absolutos, mais do que a frota de automóveis. Fonte: <<http://www.denatran.gov.br/frota.htm>>. Acesso em: dezembro de 2014.

Gráfico 12, abaixo. Fonte: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: dezembro de 2014.



Tanto os mototaxeiros quanto os motoristas do transporte complementar adotam duas formas distintas de se relacionarem com a cidade a depender do dia da semana. De terça-feira a sexta-feira, as redes de transporte intraurbana e interurbana se acomodam a uma demanda menor e menos concentrada constituída, na sua maior parte, pelos próprios moradores da cidade. Os mototaxeiros, especificamente, se distribuem, de modo mais ou menos equitativo, pelos diferentes pontos de mototáxi. Existem menos veículos de transporte complementar estacionados nos pontos próprios.

No sábado e na segunda feira, a configuração da cidade muda. Outros serviços são oferecidos. Ônibus vindos da zona rural do município de Santo Amaro e de outros municípios surgem. Os mototaxeiros se acumulam nas proximidades do centro comercial da cidade. Distribuem-se, como podem, entre os pontos localizados na Rua Conselheiro Saraiva, na Praça Conselheiro Sampaio (ou Praça do Rosário), na Rua da Feira (Av. Getúlio Vargas) e, na Praça 14 de junho, e mais recentemente, por conta de mudanças na

territorialidade da feira (o que discutiremos em subseção própria), na “saída” da cidade para Acupe, Cachoeira e Saubara. No sábado e na segunda feira a “cidade” se reconfigura para captar o máximo de moeda possível.

### 3.1. OS SERVIÇOS E COMÉRCIO FORMAIS NO LUGAR

Entendemos que Santo Amaro é uma centralidade, um polo microrregional (ENDLICH, 2006), não em relação à totalidade da região Recôncavo, mas na escala sub-regional que envolve parcialmente alguns municípios próximos. A população da sub-região em questão, polarizada por Santo Amaro, o é principalmente pela qualidade e quantidade das empresas que a cidade comporta e especialmente pelos serviços públicos que fornece. O setor terciário, particularmente, cresce de forma considerável na cidade e vem propiciando incrementos significativos na arrecadação municipal de ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), pelo menos ao longo dos anos 2000 (ver gráfico 8, p. 187). Essa participação do setor terciário na economia santoamarense também se refletiu na sua contribuição para o PIB do município (ver tabela 4, abaixo).

| participação das atividades econômicas no PIB (em percentual) |          |           |          |              |
|---|----------|-----------|----------|--------------|
| ano   | serviços | indústria | impostos | agropecuária |
| 1999  | 59,0     | 23,8      | 13,6     | 3,6          |
| 2000  | 58,0     | 24,1      | 13,8     | 3,7          |
| 2001  | 57,9     | 24,5      | 13,1     | 4,4          |
| 2002  | 59,8     | 23,2      | 12,0     | 5,0          |
| 2003  | 64,8     | 19,0      | 10,5     | 5,8          |
| 2004  | 66,2     | 17,3      | 10,0     | 6,6          |
| 2005  | 64,4     | 19,6      | 8,7      | 7,3          |
| 2006  | 59,7     | 21,8      | 12,1     | 6,4          |
| 2007  | 59,4     | 23,8      | 9,0      | 7,8          |
| 2008  | 59,8     | 22,9      | 10,1     | 7,2          |
| 2009  | 59,0     | 24,4      | 10,2     | 6,4          |
| 2010  | 60,2     | 19,7      | 10,5     | 9,6          |
| 2011  | 58,9     | 20,5      | 9,8      | 10,8         |
| 2012  | 66,3     | 17,8      | 9,3      | 6,7          |

Tabela 4. Elaborada por Shanti Marengo a partir de informações disponíveis em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em: abril de 2015.

Santo Amaro conseguiu concentrar, embora não sendo uma economia exemplarmente dinâmica, mesmo na escala do Recôncavo Sul<sup>100</sup>, vários serviços públicos

<sup>100</sup> A denominação “Recôncavo Sul” é própria de uma regionalização do estado Bahia, por regiões econômicas, utilizada no período carlista dos governos estaduais.



voltados para uma escala mais regional, e empresas de varejo que ali se instalaram com vistas a atender essa escala.

Entre os serviços públicos citamos:

- da esfera estadual: Diretoria Regional de Educação (DIREC) 31, a qual tem sob sua jurisdição, além do município de Santo Amaro, os municípios de São Francisco do Conde, Pojuca, Terra Nova, São Sebastião do Passe, Itanagra, Saubara, Mata de São João e Teodoro Sampaio; a 17ª residência de manutenção do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA); um escritório da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA).
- da esfera federal: uma agência regional do trabalho, uma unidade de atendimento da receita federal, uma agência do IBGE, uma agência da previdência social; um escritório local da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC); a 1ª Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) que atende além do município de Santo Amaro e Saubara, as regionais de trânsito (Retrans) de Teodoro Sampaio e Terra Nova.

O setor público, principalmente municipal, é um dos que mais empregam no município (somente superado pelo terciário privado), entretanto uma parte significativa desses funcionários não são concursados. Esses funcionários constituem uma massa flutuante de empregados, contratados temporariamente e à mercê da vontade política do governante. A massa de funcionários empregada em uma gestão pertence a redes sociais específicas e locais. Se muda a gestão, muda também essa massa de funcionários não concursada. O emprego público é objeto de barganha política, em que o governante utiliza a rede da qual faz parte para se capitalizar politicamente a fim de angariar apoio para as próximas eleições. Se um gestor realizar um concurso e convocar os selecionados significa perder essa capacidade de barganha.

O Funcionário da Prefeitura II deu uma dimensão da importância dos cargos públicos para a barganha política. Ele explicou em entrevista como os prefeitos, de várias gestões, remuneravam funcionários, independente do cargo e do tempo de serviço, com um salário mínimo e, concomitantemente, se recusavam a expandir a carga horária de trabalho dos funcionários de vinte para quarenta horas, “porque era interessante fazer contratações”. Segundo o entrevistado, esse estado de coisas tem mudado e, atualmente, algumas categorias, dentro do quadro de funcionários do município, já possuem plano de carreira.

O atual prefeito realizou, em 2011, um concurso (Concurso Público Municipal n° 001/2011) para a seleção de 733 vagas, entre diversos cargos. Esse concurso foi realizado em meados daquele ano. Os selecionados somente começaram a serem chamados a partir de 2013, entretanto muito lentamente. Precisou que o Ministério Público Estadual (MPE) interviesse, recomendando – e depois ameaçando com pedido de afastamento do prefeito do cargo – a convocação dos selecionados<sup>101</sup>. Segundo o MPE, existia a óbvia necessidade de convocar, já que constavam 3.915 servidores no quadro municipal de funcionários havia dois anos (entre 2010 e 2012)<sup>102</sup>, sendo que em 2012, existiam 2.338 servidores concursados na prefeitura (gráfico 13, abaixo), ou seja, 40% dos servidores no município não apareciam nas estatísticas do IBGE. Inferimos que os 40% deveriam corresponder a servidores contratados e comissionados.

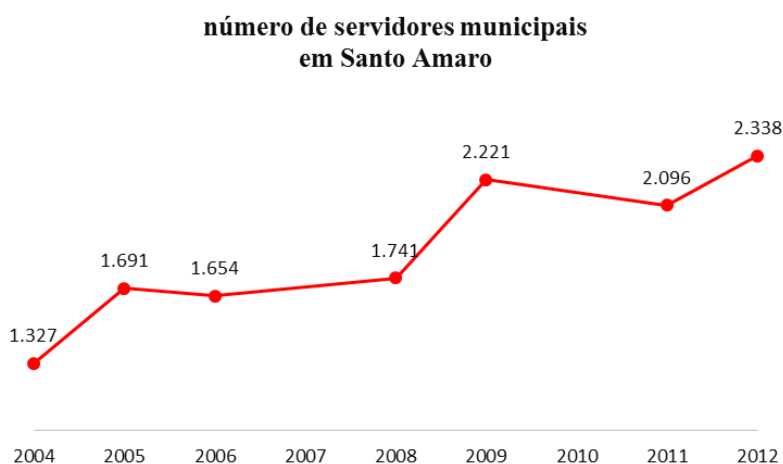


Gráfico 13. Fonte: IBGE.

Os convocados não são apenas de Santo Amaro. Em matéria do *blog* de jornalismo “Santo Amaro Notícias”, alguns entrevistados entre os futuros servidores eram de outras cidades do Recôncavo (Maragogipe, Cachoeira etc.)<sup>103</sup>. Para a cultura política de uma cidade como Santo Amaro isso é uma perda, para o político e para a população, no âmbito de uma ótica imediatista – que caracteriza o exercício de reprodução socioeconômica de parte expressiva dos sujeitos –, já que nega ao morador do município a oportunidade de um emprego, mesmo que presumivelmente temporário e dependente das instabilidades

<sup>101</sup> Disponível em: <<http://www.bahianoticias.com.br/justica/noticia/50478-santo-amaro-prefeito-poder-afastado-por-nao-convocar-aprovados-em-concurso-publico.html>>. Acesso em: fevereiro de 2015.

<sup>102</sup> Disponível em: <<http://www.mpba.mp.br/visualizar.asp?cont=5705>>. Acesso em: fevereiro de 2015.

<sup>103</sup> Disponível em: <<http://www.santoamaronoticias.com/2015/03/concursados-tomam-posse-em-santo-amaro.html>>. Acesso em setembro de 2015.

do jogo político.

Além dos órgãos públicos acima, representados por suas respectivas unidades, também encontramos os seguintes sindicatos: o Sindicato dos Empregados no Comércio (que tem sob sua jurisdição Candeias, Santo Amaro, Madre de Deus, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Pojuca, Maragogipe, São Félix, São Gonçalo dos Campos, Saubara, Mata de São João, Amélia Rodrigues, Cachoeira, Conceição do Jacuípe, e Terra Nova), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Santo Amaro, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Celulose e Papel do Estado da Bahia (SINDICELPA), o Sindicato dos Produtores Rurais, o Sindicato dos Trabalhadores Ramo Químico Petroleiro do Estado da Bahia e uma Associação dos Trabalhadores, Aposentados e Pensionistas da Petrobrás (ASTAPE).

Tal densidade de serviços públicos mais a diversidade e quantidade de empresas privadas do setor terciário presentes na cidade a tornam um importante nó da rede de cidades que conformam hoje o Recôncavo histórico. Um nó de importância sub-regional, como já descrevemos, mas ainda assim com um papel de articular e dinamizar as trocas no âmbito do Recôncavo histórico.

### **3.1.1. O comércio formal no lugar**

O comércio formal em Santo Amaro tem idiossincrasias que precisam ser descritas e analisadas. Afinal, esse setor é visivelmente um dos que mais empregam os locais. As características da mão-de-obra necessária ao comércio e serviços não exigem que a mesma seja tão qualificada quanto aquela que serve a indústria, por exemplo. Outro fator que trabalha a favor da empregabilidade dos moradores de Santo Amaro no comércio da cidade é o fato dessa mão-de-obra não precisar pagar para se deslocar. A conveniência de morar na cidade termina por se tornar uma condição, quase obrigatória, para ser empregado.

Existem concentrada na rua Conselheiro Saraiva uma profusão de lojas de roupas e calçados. Também existem supermercados, restaurantes, gráficas, óticas, farmácias etc. Não discutiremos as características de todas essas empresas, por segmento, já que isso forneceria dados e discussão para outra pesquisa. Deter-nos-emos primeiramente nas características do comércio de Santo Amaro, em linhas gerais. Começaremos com a

descrição e análise do pequeno comércio e de suas dinâmicas. Observaremos alguns casos isolados de comércios pequenos e medianos, ao mesmo tempo que descreveremos como esse pequeno comércio se vincula ao lugar, depende dele e o sustenta. Também discutiremos as empresas e comerciantes maiores, pela influência que exercem na configuração da cidade, pela capacidade de atrair consumidores de outros municípios e distritos e pela articulação que alguns desses estabelecimentos possuem com outros espaços, extramunicipais, localizados na Bahia e/ou em outros estados.

Através do grande comércio de varejo o lugar Santo Amaro é “costurado” ao mundo e participa de uma **geometria do poder**, na qual o mesmo aparece explicitamente ocupando uma posição em uma estrutura arborescente e, por conseguinte, hierárquica. Por fim discutiremos as empresas franqueadas e os casos de venda direta para verificar como essas formas de comércio se estabelecem no lugar e o constituem, cada qual dinamizando-o de modo particular.

As pequenas e médias empresas do setor terciário de Santo Amaro são inseridas no lugar. Para ilustrarmos esse fato, descreveremos algumas relações e dinâmicas que pelos valores associados são geralmente expressões de **ruralidades**, dependem de sujeitos e condições específicas do cotidiano santoamarense. Presenciamos, em uma das entrevistas que realizamos, um comerciante de um negócio próspero de Santo Amaro, com vários atendentes de balcão para servir aos clientes, tratar diretamente com um dos possíveis consumidores que o procurava. O intuito desse cliente específico, em conversar diretamente com o proprietário do negócio era pedir um favor: aceitar o cheque de um terceiro, conhecido do proprietário. Para demonstrar intimidade com o terceiro envolvido, o consumidor citou com familiaridade o apelido daquele. Sua moeda de troca era o capital simbólico de sua rede social. O proprietário do negócio depois de alguma conversa realizou a troca, aceitando o cheque.

Obviamente, a troca realizada não se restringiu ao cheque e à mercadoria. O comerciante ganhara mais do que simplesmente a importância, em dinheiro, constante no cheque. Ganhara também a gratidão daquele que foi agraciado por sua confiança, embora mediada por um terceiro. Essa gratidão poderá se realizar de variadas formas, dentre elas a propaganda gratuita, graças à qual aquele que obteve a mercadoria divulgará a qualidade moral do comerciante, uma pessoa que sabia reconhecer a importância dos indivíduos da sua rede local, os quais poderiam não ter moeda, mas eram honestos.

A Comerciante IV, que trabalha com impressão de camisetas, confia na sua rede

local para seu negócio prosperar. Ela chama seus clientes pelo nome e os localiza em seu espaço imediato, vivido. Organizadores de trezenas de Santo Antônio, proprietários de academias de capoeira são seus vizinhos e/ou amigos e contratam seus serviços.

O pequeno e o médio comércio além de estarem ancorados no lugar estão ligados à circuitos espaciais de produção que os ligam a outros lugares. A Comerciante IV, por exemplo, compra seus insumos em Salvador.

O pequeno e médio comércio se dispersa por toda a cidade, mas se concentra no centro. É um negócio familiar. “(...) *o pessoal todo que me ajuda aí é da família*”<sup>104</sup>. “(...) *tenho o apoio da minha família*”<sup>105</sup>. A família parece como elemento obrigatório na constituição de um comércio em Santo Amaro. O capital escasso e a necessidade de sobretrabalho com baixa remuneração tornam a família – no sentido ampliado dela – um recurso necessário para a manutenção de uma empresa pequena. A família, quando não está no balcão, vendendo diretamente ao consumidor, ajuda a administrar o negócio, ou ambos. Geralmente esse comércio depende da “refuncionalização” de uma parte da residência. O Comerciante I explicou-nos, em entrevista, como seu bar-restaurante começou ainda no corpo da residência onde morava, “*no fundo da casa de minha mãe. [Eu] Tinha um barzinho*”<sup>106</sup>. A Comerciante IV abriu o seu negócio no cômodo que era o quarto de sua tia: “(...) *esse espaço faz parte da casa de minha avó. (...). E minha tia, inclusive, dormia aqui, era o quarto dela*”<sup>107</sup>.

A adaptação parcial ou total das residências no centro para fins comerciais é um processo em expansão, praticamente consumado na Rua Conselheiro Saraiva/Rua General Câmara – a rua principal do centro da cidade –, mas que alcança a rua Viana Bandeira e já se insinua na rua Ferreira Bandeira/Estrada dos Carros.

Se a residência onde se localiza o negócio é de uma família de baixa renda, é bem provável que o comércio nasça e permaneça informal e sirva, geralmente, para complementar a renda da família em questão<sup>108</sup>. Entretanto se a residência adaptada é localizada no centro da cidade, estamos falando, geralmente, de um comércio aberto por uma família de classe média. Esse comércio, no caso, pode até nascer e permanecer

---

<sup>104</sup> COMERCIANTE V. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>105</sup> COMERCIANTE IV. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>106</sup> COMERCIANTE I. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>107</sup> COMERCIANTE IV. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>108</sup> Discutiremos mais detidamente sobre esse ponto na subseção “2.2. O comércio e o serviço informais no lugar”.

informal, mas o comum é que o mesmo surja legalizado – com o alvará da prefeitura, e pagando ISS –, ou seja legalizado após consolidado. O Comerciante II, proprietário de um estabelecimento, não pediu demissão do seu emprego formal, já que sua empresa, por ser recente, ainda não lhe permitia tanto.

Um emprego formal, por pouco que pague, geralmente é a garantia de uma renda mensal com a qual esse empregado, morador de Santo Amaro, pode contar. Por mais opções de renda que o mesmo possua, por mais versátil que seja sua mão-de-obra, obter um emprego formal é sua garantia de uma conexão estável com o circuito superior da economia e, portanto, de acesso a possibilidades de crédito, por exemplo. Então um emprego formal sempre é disputado e a empregabilidade é um dado diretamente ligado ao capital social do indivíduo. O Morador da Candolândia, entrevistado, era pedreiro e armador, mas seu emprego era de segurança da prefeitura. Sambadeira I, entrevistada, era sambadeira e foi feirante, mas tinha se aposentado como funcionária da APAE, emprego conseguido na gestão do prefeito Raimundo Pimenta.

Decerto a competência técnica do indivíduo a ser empregado é considerada importante, mas muito mais importante é o seu grau de participação no lugar e nas redes sociais. O empregado, quando se refere a seu emprego, geralmente menciona os elementos da sua rede que o possibilitaram. O Comerciante II, em entrevista, foi explícito nesse sentido: “(...) *quando eu estava lá na casa do meu babalorixá, **eu tenho muitas amizades**, entendeu, aí, ligaram pra mim, pedindo que eu levasse... que eu viesse fazer uma entrevista no hospital. Aí, eu vim fazer a entrevista, mas essa entrevista eu já fiquei trabalhando*”<sup>109</sup> (grifo nosso). O Capoeira II também deu seu exemplo, narrando como rapidamente conseguira outro emprego após ser demitido de um, graças à rede social da qual fazia parte: “*Depois saí [demitido]. Saí chateado pra caramba, mas foi assim, Deus é maravilhoso comigo. Eu saí dia 14, dia 15 eu fui empregado na Ambev. Eu tinha uma amiga, **por isso que é bom você fazer amigos**, que não soube que eu ‘tava desempregado, mas ligou pra mim: Marcelo, eu ‘tô querendo você em minha equipe*”. O Trabalhador de Trecho II descreveu como conseguira o seu primeiro emprego no trecho: “(...) *eu fui indicado por uma pessoa... um amigo de meu pai, que meu pai trabalhava no trecho*”.

Além desse comércio menor existe também o grande comércio varejista, esse geralmente parte de uma rede regional ou territorial<sup>110</sup>. Um exemplo está nas redes de

---

<sup>109</sup> COMERCIANTE II. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2013.

<sup>110</sup> O qualificativo territorial nesse caso se refere à concepção mais tradicional de território como dimensão

empresas de confecções, cujos proprietários são mineiros. Esses empresários mineiros chegaram em Santo Amaro na década de 1990 e, segundo alguns moradores (com os quais conversamos informalmente), trouxeram com eles uma concepção de venda e organização das lojas que ainda não existia na cidade. O ambiente das suas lojas era mais organizado e mais chamativo, o que na época atraiu os clientes. Segundo um entrevistado, “*eles melhoraram o atendimento, melhoraram as fachadas das lojas*”<sup>111</sup>. Os empresários mineiros prosperaram na cidade e o restante dos comerciantes locais, testemunhando o sucesso das estratégias deles, as reproduziram, na medida das possibilidades de cada um.

Segundo os gerentes mineiros que entrevistamos, houve um grupo precursor das empresas administradas por mineiros, denominado Moreira Marques (originado em Goiás), que deu origem a várias outras redes ao longo dos anos. Foram essas redes que, ao crescerem e prosperarem, construíram uma territorialidade dispersa. Para começar, esses empresários não diluíram suas relações com a região de Minas Gerais da qual vieram. Não deixaram que essas relações se resumissem, com o tempo, à manutenção dos laços de parentesco e amizade. Ao contrário, integraram relações de contratação de mão-de-obra qualificada e de sociedade financeira para a realização e ampliação do negócio. Os gerentes das lojas também são mineiros. O membro de um dos grupos, em entrevista, afirmou essa característica particular do negócio.

*Eh...o grupo, na realidade, é um grupo de mineiros, como tem outros grupos de mineiros também, que eu não tenho muito conhecimento, (...). Então, é o seguinte: o grupo, por questão de parceria, de sociedade, o grupo é de mineiros, mas toda a mão-de-obra, até mesmo a construção, na montagem, no material, tudo é daqui (grifo nosso)*<sup>112</sup>.

Percebemos as características de um território-rede<sup>113</sup> sendo constituído, formado por indivíduos que compõem também uma rede social, cuja origem territorial comum é também um critério (não sabemos até que ponto rígido) primário para que futuros

---

espacial de caráter político, jurídico e administrativo (HAESBAERT, [2004] 2007).

<sup>111</sup> COMERCIANTE III. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2014.

<sup>112</sup> GERENTE MINEIRO I. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>113</sup> O território-rede seria um momento em um “longo continuum entre o território-zona mais tradicional, como área de limites bem definidos, e a rede em sentido estrito, não obrigatoriamente articuladora direta de um território” (HAESBAERT, [2004] 2007, p. 298). Haesbaert ([2004] 2007) apontou, como exemplo, a espacialização das empresas transnacionais pelo mundo, distribuindo unidades por diversos estados nacionais.

integrantes sejam incluídos na mesma rede. O Gerente Mineiro I, empregado em Santo Amaro, explicou-nos como um tio, em Patos de Minas, conhecido de um dos empresários atuantes em Santo Amaro, o apresentou à possibilidade de trabalhar no grupo no qual atualmente se encontra. O Gerente Mineiro II, sócio proprietário de uma das lojas administradas por mineiros em Santo Amaro, é natural de Lassance-MG e conseguiu sua oportunidade graças a “*indicação de um primo da minha esposa que já trabalhava com ele* [o proprietário da rede empregadora], *e um cunhado que já estava trabalhando com ele*”<sup>114</sup>. O Gerente Mineiro III é natural de Várzea da Palma-MG. Um dos seus parentes é sócio proprietário de uma das redes de empresas de confecções geridas por mineiros, em Santo Amaro. Foi um desses sócio proprietários, que ainda mora em Várzea da Palma, que lhe ofereceu emprego. Ou seja, as redes sociais que viabilizam a contratação da mão-de-obra para as empresas dos lojistas mineiros não são meramente instrumentais; outros valores relacionados a parentesco, compadrio etc. estão imiscuídos à rede em questão.

Haesbaert ([1996] 2010a) fez uma descrição de um caso similar no oeste baiano, onde gaúchos migrantes também estabeleceram um território-rede que se estendia daquela região baiana até o sul do país, lugar de origem dos referidos gaúchos. O autor ainda utilizava o termo **rede regional** (HAESBAERT, 1998, [1996] 2010a) – e não território-rede – para denominar o conjunto das redes técnicas e sociais combinadas aos territórios conectados entre elas que constituíam a territorialidade dos gaúchos que ocupavam o cerrado baiano. Haesbaert descrevia como as redes técnicas – informacionais e de transporte – eram substanciadas por redes sociais. O autor verificou a “presença de profissionais, especialmente nas áreas da saúde e educação, mas também religiosos, trazidos do Sul para o atendimento nos novos núcleos urbanos, onde muitas vezes faz-se questão que eles sejam sulistas” (HAESBAERT, [1996] 2010a, p. 395).

Os empresários mineiros, na medida que prosperavam, foram abrindo novas lojas em outros municípios da Bahia, e não em Minas Gerais. Restringiram-se ao Nordeste, e, mais especificamente, às cidades do interior. “*Não existem lojas, desses empresários, funcionando nas capitais. Esses grupos de mineiros no interior, eles nunca...(...) investiram em capitais* [de estados]”<sup>115</sup>. Ilustraremos essa dinâmica citando alguns exemplos. O mais emblemático, por estar relacionado ao grupo proprietário da empresa com mais lojas em Santo Amaro (inclusive a loja-sede), é constituído por uma rede de 63

---

<sup>114</sup> GERENTE MINEIRO II. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>115</sup> GERENTE MINEIRO III. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2012.



lojas estabelecidas por 28 cidades baianas, uma pernambucana e uma piauiense: Alagoinhas, Barreiras, Brumado, **Cachoeira**, **Camaçari**, **Candeias**, Casa Nova, **Catu**, Conceição do Coité, **Cruz das Almas**, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Ipiaú, Irecê, Itaberaba, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Livramento de Nossa Senhora, Luís Eduardo Magalhães, Petrolina-PE, Poções, Remanso, **Santo Amaro**, **Santo Antônio de Jesus**, Santo Estevão, São Raimundo Nonato-PI, **São Sebastião do Passé**, Seabra e Serrinha<sup>116</sup> (grifamos as cidades que fazem parte do Recôncavo histórico).

Outro exemplo é a rede de lojas Tropical Calçados, cujo proprietário da loja em Santo Amaro é mineiro, o que não quer dizer que os outros proprietários das lojas da mesma rede, dispersas pela Bahia, também o sejam. Segundo o gerente-proprietário da loja em Santo Amaro, existem várias outras cidades onde se encontram lojas (cerca de 26, em 2012) da mesma rede, entre elas<sup>117</sup>: Teixeira de Freitas, **Candeias**, Porto Seguro, **Dias D'Ávila**, Itororó, Itapetinga, **Camaçari** etc.

O Gerente Mineiro II afirmou, em entrevista, a relevância do crediário para os consumidores que chegam à loja de Santo Amaro. O crediário próprio da rede Tropical Calçados, por exemplo, de acordo com o gerente, está ligado a 60% das vendas realizadas, sendo que os 40% das vendas restantes dividia-se entre o cartão de crédito, o cheque (que precisava, sempre, ser conversado antes) ou o pagamento “à vista”.

Existem outras articulações do comércio local com a escala regional, estadual e nacional, com outras racionalidades envolvidas, além da descrita acima. Articulado a escala regional, citamos, como exemplo, os supermercados Pereira, o qual, ao contrário das lojas mineiras, não possuem sua base em Santo Amaro, mas em outra cidade do Recôncavo, Cachoeira, onde possuem duas lojas. Finalmente, em uma outra cidade do Recôncavo, Cruz das Almas, a rede fecha com uma quarta loja. A empresa pertence a uma família radicada em Cachoeira, que participa inclusive da vida política do município.

Permeadas por uma racionalidade com certeza mais instrumental, são as empresas de varejo especializadas em móveis e eletrodomésticos que atuam em Santo Amaro. Quase todas<sup>118</sup> se vinculam a escalas extramunicipais. A saber:

- escala nacional: Casas Freire, com lojas na Bahia e Pernambuco; Insinuante, que se estende por vários estados da região nordeste; Ricardo Eletro e Magazine Luíza

---

<sup>116</sup> Disponível em: <<http://realcalçados.com.br/lojas>>. Acesso em: abril de 2015.

<sup>117</sup> Em negrito estão as cidades que pertencem ao Recôncavo histórico.

<sup>118</sup> Não conseguimos informações sobre a loja A Fenícia.

com lojas em vários estados do território nacional.

- escala estadual: lojas Guaibim, com lojas em várias cidades da Bahia;
- escala regional: lojas Alvorada.

Por fim temos o nosso único exemplo, no varejo santoamarense, de uma empresa transnacional com loja na cidade: o supermercado Todo Dia, o qual faz parte da rede multinacional *Walmart*, uma empresa de origem estadunidense. O Todo Dia é uma das bandeiras da rede, destinada a atender um consumo mais popular:

As lojas do TodoDia são focadas nas comunidades das classes C, D e E e situadas em bairros mais distantes dos grandes polos comerciais [ou cidades do interior]. Com variedade de até 4000 produtos, as unidades da bandeira têm áreas de vendas de 400 a 2.200 m<sup>2</sup>, definidas de acordo com as necessidades específicas de cada região (...)<sup>119</sup>.

Outro grupo de empresas que se submete à racionalidade instrumental do acontecer hierárquico, por se articular a núcleos extramunicipais, sediados em outros estados e/ou países, é as franquias, que também possuem representantes em Santo Amaro. São elas: a Ortobom, a Cacau Show, o Boticário, a Wizard e a Bookafé. A localização dessas lojas em Santo Amaro se divide entre dois espaços: o Centro e a Rua Ferreira Bandeira.

Todas as franquias têm alcance nacional. Três delas (Cacau Show, Wizard e Ortobom) têm sede em São Paulo. Outra, a Boticário, é polinucleada, com escritórios corporativos em São Paulo e no Paraná. A presença delas denota o dinamismo do comércio santoamarense. O Franqueado I, uma franquia que vende colchões (de sua própria fabricação), colocara esse dinamismo enquanto o entrevistamos: “*eu vi [uma] Santo Amaro, uma cidade com uma expansão muito grande no comércio. Você vê o comércio daqui de Santo Amaro como é*”<sup>120</sup>.

Três franquias listadas acima, Cacau Show, Wizard e Bookafé, estabeleceram-se em Santo Amaro recentemente. Elas não estavam presentes antes de 2013, sendo que duas possuem características bem destoantes quanto ao tipo de produto que vendem. A Wizard é a primeira escola formal de inglês a se estabelecer em Santo Amaro. Destoa por oferecer um serviço e não um produto como as outras. Quanto a outra, a Bookafé, vende um

---

<sup>119</sup> Disponível em: <http://www.walmartbrasil.com.br/sobre-o-walmart/bandeiras/>. Acesso em: dezembro de 2014.

<sup>120</sup> FRANQUEADO I. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2013.

serviço específico: livros de um grupo religioso cristão. Os dois estabelecimentos estão localizados na rua Ferreira Bandeira, uma rua de casas da classe média alta (mapa 10, na página 269).



Figuras 11 e 12. As casas em Santo Amaro anunciam, em suas fachadas produtos para a venda direta. Acervo de Shanti Marengo. Set. de 2014.

A venda direta de porta em porta é outra forma de comércio formal bastante comum em Santo Amaro, que contribui com sua flexibilidade para a obtenção de uma ocupação alternativa ante a rotatividade do mercado de trabalho e/ou de moeda com o fim de complementar a renda mensal necessária à reprodução imediata (ABÍLIO, 2011). As pessoas que realizam esse tipo de venda geralmente anunciam na fachada (ver figuras 11 e 12, acima) das próprias casas e através das suas redes sociais, virtuais e físicas, quando o “boca-a-boca” se torna uma forma de divulgação. Ao mesmo tempo, não é raro encontrar produtos de empresas que empregam o Sistema de Venda Direta (SVD) sendo vendido em lojas físicas como farmácias e papelarias (entre outros estabelecimentos) de empresários de Santo Amaro como mais uma opção de mercadoria.

Descrevemos a SVD como um modo formal de comércio, entretanto, sua forma é parcialmente informal. Os vendedores dos produtos das empresas que se utilizam do SVD não são contratados formalmente pelas mesmas. Eles são consultores e, segundo Abílio (2011), são reconhecidos juridicamente como vendedores ambulantes. A mesma autora explica como essa massa de trabalhadores, por não possuir uma forma-trabalho clara e transitar entre a formalidade e a informalidade, torna-se bastante eficiente, visto que muitos desses trabalhadores não consideram a atividade de vendas no SVD como trabalho (ABÍLIO, 2011). Ao mesmo tempo, dispensam a empresa de quaisquer obrigações associadas a um vínculo empregatício formal. “Por sua alta permeabilidade [flexibilidade?] e ausência de formas publicamente definidas, o SVD adequa-se muito

bem a polivalência precária que hoje permeia a sobrevivência no mercado de trabalho” (ABÍLIO, 2011, p. 2).

Oliveira (2006) descreveu como o capital, atualmente, ratificou sua dependência do trabalho informal, um processo em pleno andamento tornado possível graças, inclusive, às possibilidades de controle informacional indireto possibilitado pelas novas tecnologias informáticas. Um trabalho informal potencializado nas pequenas cidades graças à pessoalidade que lhe é característica nas relações do lugar em questão. As mercadorias através dos trabalhadores informais – e não só aqueles que agem através da venda direta – “percolam” através dos “poros” da sociedade do lugar e alcançam uma capacidade de circulação para o consumo que dificilmente atingiriam obedecendo às regras e leis do **território como norma** (SANTOS, 2005). Afinal, parafraseando em outro contexto a propaganda de uma grande empresa que utiliza o SVD: a venda, em uma pequena cidade, é mais do que uma venda, é uma relação pessoal, é o estabelecimento de um vínculo.

Enfim, graças às formas híbridas – entre a formalidade e a informalidade – de trabalho, ou simplesmente ao puro e simples trabalho informal, o grande capital acelera sua reprodução. “O capital tem uma força de trabalho virtual [informal] que só é acionada no ato da comercialização, no momento em que a circulação se faz presente. No outro momento, essa força de trabalho está desocupada e isso não tem mais custos para o capital. (...). O informal não custa nada e realiza funções basicamente de circulação da mercadoria” (OLIVEIRA, 2006, p. 71).

Na próxima seção discutiremos sobre como o lugar Santo Amaro surge, no cotidiano, solidarizado por um sem número de relações “irrastráveis” pelo poder instituído ocupadas em viabilizarem a vida e a sobrevivência dos sujeitos sociais moradores do lugar. As relações são imersas no mundo informal, o qual se imiscui diariamente à dimensão formal da cidade graças às frequentes e necessárias trocas simbólicas justificadas pela reciprocidade da dádiva que capitalizam [socialmente], em maior ou menor grau, as redes sociais locais do lugar Santo Amaro.

### 3.2. OS SERVIÇOS E COMÉRCIO INFORMAIS NO LUGAR

É interessante observar como as redes sociais fundadas na pessoalidade são mobilizadas para o oferecimento e/ou a aquisição informais (e formais também) de

serviços, produtos, propriedades, objetos etc. Trata-se de uma rede imersa no cotidiano e invisível diretamente às instituições. Através dela a economia se dinamiza, o dinheiro líquido circula e todos sobrevivem e prosperam. Os indivíduos que trabalham informalmente geralmente são multitarefas e exercem mais de uma atividade, uma delas podendo ter vínculo com mercado formal. A mãe da Comerciante IV, além de professora, “faz artesanato também, pra poder sobreviver. (...). Muita gente faz isso [comércio informal] aqui. Cê vai encontrar muita gente que trabalha...a mãe dela mesmo é professora de uma escola particular pela manhã e de tarde ela faz banana real”<sup>121</sup>.

A Trabalhadora do Terciário I tentava complementar sua renda organizando festas na cidade. Sua rede de amigos e conhecidos se tornara também sua clientela. A eles a entrevistada oferecia informalmente o serviço que não estava imerso completamente na informalidade, visto que para viabilizá-lo, a mesma mobilizava outra rede, mais pragmática e menos local, envolvendo prestadores de serviço em Feira de Santana. Outro entrevistado, o Comerciante V descreveu como sua rede de relações – informal e espontânea – o serviu no momento em que pensou abrir um negócio na cidade.

*Aí, depois, eu trabalhando, tinha juntado uma grana. Aí o cara que trabalhou, que era dono daqui, que hoje já morreu, conversando com o compadre, o compadre dele, que ia vender isso aqui. (...). E vendia, “se meu compadre quisesse”, que ele vendia. Ai o compadre: “não, não quero não”, e tal, “mas eu posso arrumar uma pessoa pra comprar”. Foi aí que ele me falou: “olha, o rapaz ali tá querendo vender, se você tiver o dinheiro...” Aí eu tinha um dinheiro junto, e tinha uma Kombi. Aí o dinheiro não dava. Aí eu falei com ele, ele disse: não, se você quiser, bota a Kombi no jogo. Você dá o dinheiro que você tem, e amortiza o outro com a Kombi. E aí que deu...”<sup>122</sup>*

O Comerciante I também descreveu a cadeia de contatos da sua rede social que lhe possibilitou abrir um negócio:

*(...) eu consegui através de amizades. Na época, o dono, seu Lucidio, falecido hoje. O dono, na época, me alugou... quem foi, na época a avalista, foi Dra. Elvira, que é irmã de minha mãe. Para ele me alugar, ele tinha que ter uma pessoa pra validar. Aí eu falei com ele que era sobrinho de Dra. Elvira, aí ele mandou (...) pedir a assinatura de Dra. Elvira. Aí Dra. Elvira assinou como avalista. Ai eu fui para aquele*

---

<sup>121</sup> COMERCIANTE IV. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>122</sup> COMERCIANTE V. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012.

*ponto da praça*<sup>123</sup>.

Os que oferecem os serviços e produtos na informalidade criam estruturas extremamente flexíveis, com o mínimo de objetos envolvidos diretamente na atividade informal. Geralmente esses objetos e pessoas já existem, desempenhando outras atividades (formais e/ou informais) e, por conta de uma oportunidade surgida fortuitamente, são mobilizados através de uma rede social preexistente, composta por parentes, amigos e conhecidos. Uma vez mobilizados e reunidos para aquela oportunidade específica, surgida fortuitamente, logo depois, passado o momento que garantiu a aquisição de dinheiro líquido, tanto objetos quanto pessoas são novamente desmobilizados para voltarem a exercer as atividades que desempenham anteriormente.

O comércio informal ambulante ilustra de diversas formas essa flexibilidade acima, mas classificaríamos o comércio ambulante, em geral, sob duas formas básicas: o comerciante ambulante informal que **se desloca com seu produto** (ver figura 13, abaixo), caminhando pelas ruas de Santo Amaro, e o que **se fixa em um ponto**, na sua própria casa ou com uma estrutura desmontável, como uma barraca, ou com uma passível de ser deslocada, como um carro de churros ou de cachorro-quente. O primeiro tipo ainda se segmenta em mais duas formas quanto ao tipo de produto que vende: aqueles que vendem alimentos e os que vendem bens de consumo não perecíveis. Esses vendedores ambulantes geralmente possuem um pregão – para anunciar a mercadoria que vendem –, o qual repetem enquanto caminham, percorrendo uma trajetória pré-estabelecida, repetida em um ciclo que pode ser diário e/ou semanal, com poucas variações.



---

<sup>123</sup> COMERCIANTE I. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012.

Figura 13. Ambulante vendendo sua mercadoria de porta em porta. Acervo de Shanti Marengo. 07/2012.

Quanto ao ambulante do segundo tipo, esse fica à espera que seu futuro consumidor venha a ele. Quando não trabalham em suas próprias casas, na frente improvisada dela, esses trabalhadores se concentram em espaços movimentados com grande fluxo de pessoas, como a Praça da Purificação.

Se o comerciante trabalha onde ele mora, seu comércio fica na frente do edifício (ver figura 14, abaixo), ou nem isso, quando o comércio tem o perfil de uma venda direta, onde o vendedor recebe seus clientes no corpo de sua própria residência (ver figura 15, abaixo). Esse comércio tanto pode ter uma configuração fixa, quando portátil e desmontável, não raro, em um cômodo da casa.



Figura 14, acima, a esquerda. Uma “venda” improvisada na frente da casa de um morador no bairro Candolândia. Acervo de Shanti Marengo. 2013.

Figura 15, acima, a direita. Na frente de uma residência um anúncio “Temos edredons colchas casal e solteiro”. No bairro Verde Vale. Acervo de Shanti Marengo. 2015.

### 3.2.1. O mercado de Santo Amaro

O comércio informal em Santo Amaro encontra sua síntese no mercado (ver figura 16, p. 217), uma **feira regional** (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2011) estabelecida na cidade. Santos utilizara o termo regional para qualificar as feiras típicas do Nordeste, pela influência que as mesmas possuem nos aglomerados populacionais do entorno, uma influência equivalente à exercida pela feira de Santo Amaro. Os moradores da cidade chamam a feira também de mercado, possivelmente por conta da edificação do mercado

municipal, localizado às margens do rio Subaé e cercado pelas barracas dos feirantes (a maior parte) que não utilizam o espaço do mercado em si.



Figura 16, Acima. A feira vista do alto. Fonte: <<http://www.santoamaronoticias.com/2015/02/limpeza-da-feira-livre-em-santo-amaro.html>>. Acesso em: abril de 2015.

Não tivemos acesso a registros escritos que datassem a origem da feira, nem de forma aproximada. Sabemos que, no final do século XIX, a referida feira já existia. Tivemos acesso a uma fotografia (figura 17, abaixo) do antigo edifício do mercado, que fora demolido para dar lugar ao atual. Também tivemos acesso a um desenho (figura 18) da autoria de Zilda Paim, datando a construção da edificação em 1893 (a feira, sabemos, é anterior ao prédio do mercado). No desenho observa-se a fila de negros defronte ao mercado, entre eles duas ganhadeiras com tabuleiros equilibrados na cabeça.





Figura 17, acima. Fotografia do antigo mercado municipal de Santo Amaro. Autoria desconhecida. Sem data.

Figura 18, abaixo. Desenho de Zilda Paim. Na legenda do desenho consta: “Antigo Mercado Municipal de Santo Amaro. Construído pelo Intendente Dr. Pedro Ferreira de Viana Bandeira em 1893. Demolido em 1938 para construção do atual”. Disponível em: <<http://zildapaim.blogspot.com.br/>>. Acesso em: agosto de 2015.



A feira atual demonstra sua capacidade de polarização de comerciantes e consumidores que convergem para a mesma toda segunda-feira, vindos de várias povoações, cidades, distritos e aglomerados populacionais próximos e não tão próximos. Para a feira regional de Santo Amaro convergem pessoas vindas dos distritos e povoações de São Francisco do Conde, Saubara e do próprio município de Santo Amaro. Nos seus dias mais intensos já encontramos, em trabalho de campo, grupos vindos de Salvador, interessados em comprar roupas para vender em bairros populares da capital. O Feirante I, que vem de Feira de Santana para vender sua mercadoria (confeções) elogiou, em entrevista, a feira da cidade: “o nosso forte aqui é o varejo de Santo Amaro, não somente de Santo Amaro, porque a feira de Santo Amaro ela é boa, porque ela é a mãe de um bocado de filho: Saubara, Cabuçú, São Francisco do Conde, uma das maiores economias da Bahia, vêm comprar aqui”<sup>124</sup>.

Ao longo dessa seção descreveremos algumas configurações recentes da feira (usaremos esse termo daqui para diante, no texto, e não mercado como a população da cidade usualmente prefere). Essas configurações são expressões das disputas políticas entre os diversos sujeitos envolvidos na sua realização. Por causa dessas disputas, a feira, no tempo de realização de nossa pesquisa, já apresentou três configurações diferentes. Na

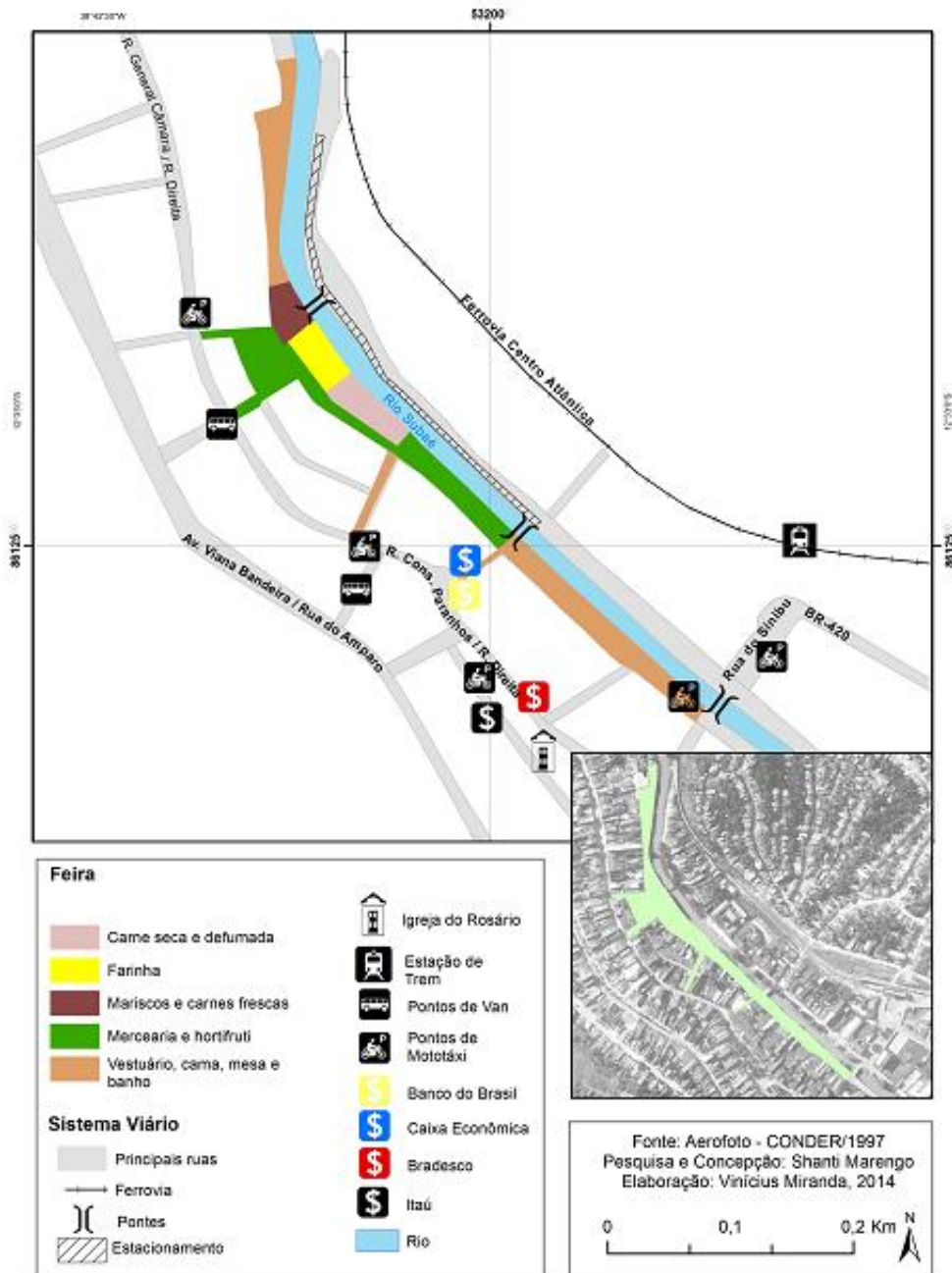
<sup>124</sup> FEIRANTE I. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2012.

primeira, ilustrada no mapa 6 (p. 220), a feira conforma um espaço contínuo, uma mancha que tende a aumentar ou diminuir, a depender dos dias da semana. Na segunda (mapa 7, p. 223) e terceira (figura 21, p. 224) configurações, a feira tornou-se partida, fragmentada espacialmente (no sentido geométrico que esse termo guarda, uma vez que socialmente ela já era), transformando-se em um espaço descontínuo que explicita, através da sua fragmentação, um tipo de hierarquia social construída com critérios relacionados a origem do feirante, o que discutiremos mais adiante nessa mesma seção. Na segunda configuração, a parte dela que é deslocada do espaço primordial ainda foi alocada no interior da mancha urbana de Santo Amaro. Entretanto, na terceira configuração, a seção que fora deslocada o é novamente para outro espaço, nos limites dessa mesma mancha urbana. A feira e os feirantes gradualmente perdem o seu direito à cidade.

Tais descrições, realizadas acima, em si pouco significam. Entretanto se as realizarmos paralelamente a uma análise das relações que permeiam e constituem o lugar feira então poderemos desenvolver um panorama mais amplo e intrincado de eventos que explicam as referidas fragmentações como processos de hierarquização e exclusão. Fazemos assim porque discutimos a feira enquanto lugar, segundo discussão desenvolvida por Massey: intersecção circunstancial e instável de relações que se estendem para além dos seus limites, alcançando outros lugares, em outros municípios e estados da federação. A feira é um lugar também por ser espaço de sociabilidade ligado intimamente ao cotidiano da cidade. É um lugar da informalidade, que compreende um contínuo organizar baseado em acordos e negociações, em cooperação e competição e na execução de regras tácitas, características que, segundo Sato (2007), proporcionam a agilidade, adaptabilidade e criatividade das formas de se fazer a feira.

## FEIRA DE SANTO AMARO

ATÉ 2013  
BAHIA



MAPA 6

Primariamente, a feira está dividida entre uma parte coberta (o mercado municipal propriamente dito) e uma parte descoberta, muito maior, constituída de barracas de lona e madeira, que se estende em dias comuns da edificação do mercado até quase a ponte da Moringa, acompanhando o rio Subaé. Seus dias mais movimentados são sábado e

segunda, mas funciona todos os dias. No sábado, quando fica mais sortida em hortifruti, a referida feira tem uma configuração menos extensa, porém com mais barracas no território dos feirantes de hortifruti; na segunda, quando fica mais sortida de produtos têxteis, a feira ganha uma extensão, hoje (como já explicamos) uma prateleira localizada em outro espaço separado da feira original; e nos outros dias da semana, uma terceira configuração, mais modesta, sem a prateleira, ainda oferece uma considerável diversidade de produtos. Na feira vende-se praticamente tudo: na parte coberta se encontram farinha e alguns restaurantes, carne salgada e carne “verde” (carne fresca), peixe e mariscos, camarão, carne defumada, artigos de mercearia etc.; na parte descoberta (ver figura 19, abaixo) todo o resto: legumes e frutas, ervas medicinais, mingau, roupas, artigos de mesa e banho, CDs e DVDs, aparelhos eletrônicos etc. Durante toda a semana a feira existe e muitos moradores de Santo Amaro fazem suas compras cotidianas com feirantes. Um entrevistado, o Comerciante I, por exemplo, proprietário de um bar e restaurante, compra hortifruti e carne na feira.



Figura 19. Área da feira onde se vende legumes e frutas. Acervo de Shanti Marengo. 08/2012.

Concentremo-nos na segunda. Nesse dia, vem para a cidade muitos feirantes vindos de “fora” e de Feira de Santana. Deles são as barracas que vendem as roupas consideradas de melhor qualidade e com melhor preço. Nesse dia, o influxo de pessoas que vêm para a cidade somente para comprar nessas barracas é maior. Nesse dia a cidade fica repleta de movimento. Veículos utilitários ficam estacionados na rua, na margem do outro lado do rio, assim como ônibus vindos de outros municípios, muitos da zona rural, e também muitas vans. Todos estão ali com o fim de transportar as pessoas interessadas

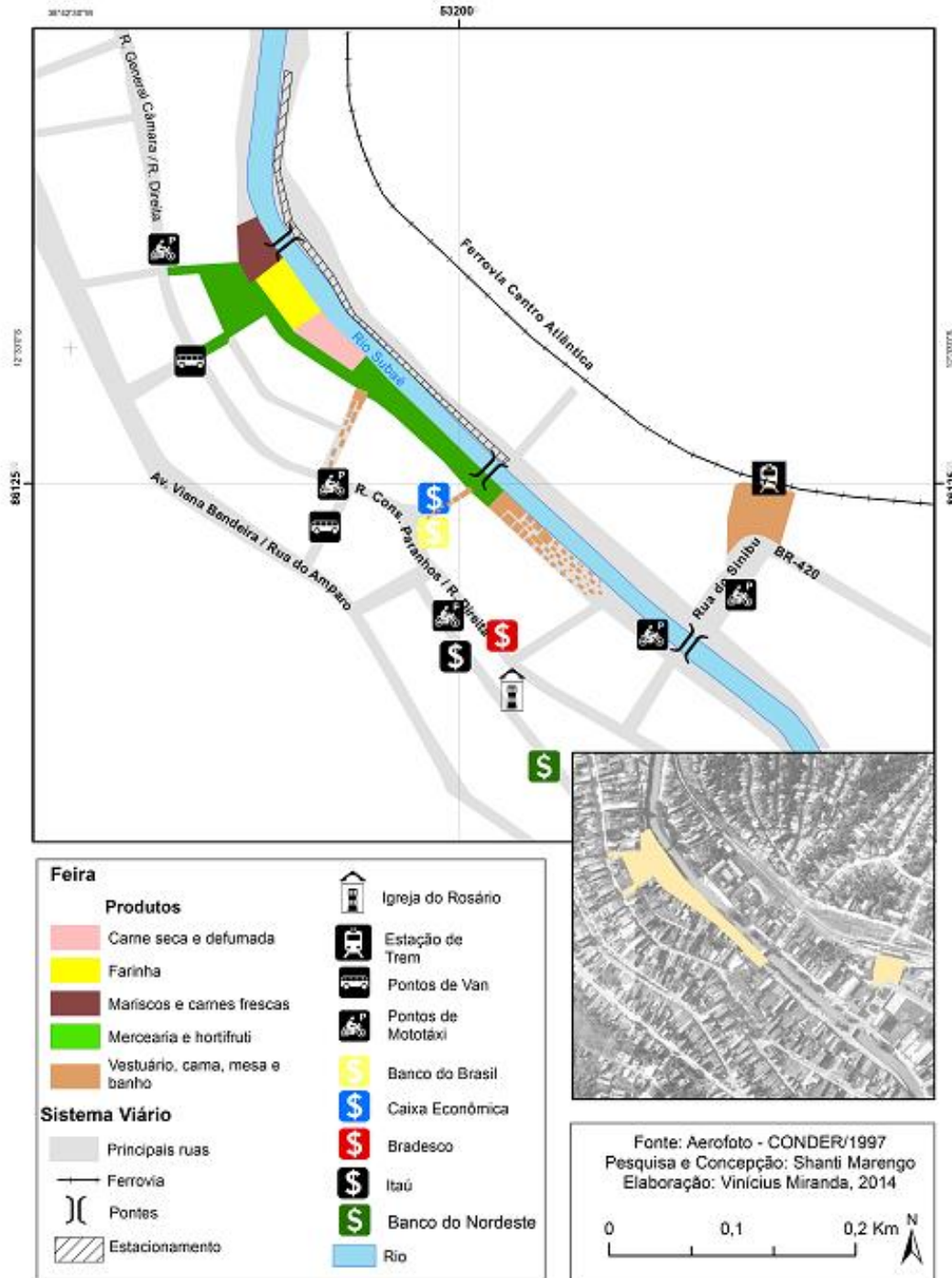
em vender e/ou comprar na feira e/ou na cidade. Essa configuração da feira na segunda não é um fenômeno recente. A presença dos feirantes “de fora”, com o predomínio dos procedentes de Feira de Santana, já era indicado por Nunes, em dissertação de 1996. Naquela época esses feirantes já eram donos de 48,4% das bancas de confecções e o município (Santo Amaro), por não ser suficientemente representado e/ou não ter como concorrer, perdia divisas (NUNES, 1996).

O lucro dos comerciantes “de fora”, especificamente, não fica na cidade e esse é um ponto que serve de argumento usado pelos feirantes e comerciantes de roupas santoamarenses contra seus concorrentes. Esse é um ponto que também desagrade alguns indivíduos da classe política de Santo Amaro. Enfim, existe uma pressão muito grande no sentido de segregar e excluir os feirantes de Feira de Santana e de outras cidades que vendem os mesmos artigos, somente na segunda-feira. Almeida (2010), em sua dissertação envolvendo a feira de Santo Amaro, discorrendo sobre as dificuldades enfrentadas pelos feirantes do município, reproduziu entrevistas nas quais esses feirantes depõem contra os concorrentes vindos “de fora”, porque dispersam ainda mais a potência de um mercado consumidor que, apesar de significativo, é sobrecarregado.

Desde que começamos essa pesquisa em 2011, os feirantes “de fora”, especializados em confecções, e suas barracas, foram deslocados duas vezes. Do espaço original da feira (nas extremidades da mesma), eles foram deslocados, na primeira vez em 2013, para a frente do posto administrativo da Ferrovia Centro Atlântica (ver mapa 7 e figura 20, p. 224). Na segunda vez, em 2015, eles foram deslocados para a “saída” da cidade em direção a Acupe, em um espaço próximo à rodoviária (ver figura 21, p. 224), na BA 878.

# FEIRA DE SANTO AMARO

A PARTIR DE 2013  
BAHIA  
2014



## MAPA 7



Figura 20, acima. Parcela da feira deslocada, em 2013, para frente do posto de manutenção da FCA (antiga Leste Brasileira, no fundo da imagem). Nessa parcela foram concentrados os feirantes “de fora”, que trabalham com artigos têxteis. Acervo de Shanti Marengo.

Figura 21, abaixo. Parcela da feira especializada em confecções, em 2015, no último espaço para o qual foi deslocada, próximo a rodoviária. Acervo de Shanti Marengo.



A figura 22 (p. 224) mostra o material que a prefeitura utilizou para avisar os feirantes sobre a transferência. É interessante observar como argumentos baseados na permanência, na antiguidade e no fato de ser “natural” ou não do lugar são mobilizados para segregar e excluir, argumento, notoriamente, também utilizado pelos mesmos feirantes, “de fora”, quando lhes convém. Surpreendemos a feira no período de festas de final do ano, quando aumentava muito o número de consumidores. A essa época, como é óbvio, também aumentava muito o número de feirantes. Enquanto circulava na feira, acompanhado por um funcionário da prefeitura, constatamos as reclamações dos feirantes mais frequentes – muitos, “de fora” – quanto aos “novos” feirantes, segundo eles, “aproveitadores” que, durante os períodos mais escassos de vendas não apareciam, para aparecerem, naquele momento, quando a clientela estava abundante. Uma injustiça para com os feirantes “fiéis” ao ponto que, naquele momento (final de ano), quando poderiam finalmente compensar os períodos mais difíceis, precisavam dividir fregueses.

Mas continuemos a montar o panorama que se estrutura na feira. Ele ainda não está construído. Existem outros desdobramentos sobre os feirantes em particular e sobre a feira em geral que a tornam um lugar a parte do restante da cidade, um espaço de disputa política composto por um intrincado de relações que excede muito o espaço da feira em si. Tem, portanto, aspectos que alcançam outras cidades da região e de outros estados, sem mencionar o comércio da cidade como um todo.

A feira, tal como ela ocorre atualmente, não agrada parte significativa da população santoamarense e não somente pela presença de feirantes vindos de outros municípios. A forma da feira não agrada. As barracas improvisadas de lona, a presença de urubus na parte onde se vende carne, por conta dos dejetos (ver figura 23, p. 226) – caixas vazias onde foram trazidas as mercadorias, restos estragados de hortifruti etc. – espalhados pelo chão e do cheiro, provocam protestos dos consumidores/moradores de Santo Amaro. A pressão dessa parte da população sobre a prefeitura para que resolva aquele “problema de saúde pública” é existente.





Figura 23. Fotografia do rio Subaé sujo graças ao lixo deixado pela atividade da feira. Acervo de Shanti. 2013.

Várias foram as tentativas do poder público de “resolver” o problema de caráter estético relacionado à feira. Em 2004, o jornal local “A Defesa” descrevia o esforço do prefeito (gestão Genebaldo Correia), naquele momento, de transferir a feira para o espaço da antiga siderúrgica Trzan. O jornal apoiava:

A feira livre de Santo Amaro tem sido um desafio para todas as administrações, que não conseguem impor uma disciplina para civilizar seu funcionamento. Alimentos são expostos à venda sem medidas de higiene, enquanto perdura uma total e absoluta desorganização (PREFEITURA, 15/03/2004, p. 3).

A gestão do prefeito Ricardo Machado em especial fez diversas propostas para a mudança da feira em direção a outros espaços da cidade, mais distantes do seu centro e fora das margens do rio Subaé. Uma das propostas incluía a construção de um mercado vertical (ver figura 24, p. 227). Também existe, defendendo a remoção da feira, um processo judicial, encaminhado pelo Ministério Público Estadual, que decidiu: “proceder a retirada da Feira Municipal das margens do Rio Subaé, durante todo o curso da Av. Presidente Vargas; fazer a demolição de todas as construções sanitárias as margens do Rio Subaé na extensão da Av. Presidente Vargas (...)” (BAHIA, 2013, p. 4), baseado em justificativas de fundo ambiental – a feira poluiria o rio com seus dejetos – e estético: a feira “enfeitaria” a paisagem às margens do rio e o próprio rio com a sujeira.



Figura 24. Projeto de um futuro mercado vertical para alocar os feirantes de Santo Amaro. Foi elaborado por uma empresa de Salvador, a DOMO, especializada em projetos arquitetônicos e culturais. Disponível em: <<https://prefeiturasantoamaro.wordpress.com/2014/09/10/convite-apresentacao-do-mercado-vertical-na-feira-livre-de-santo-amaro/>>. Acesso em: agosto de 2014.

Outro elemento que complexifica a feira: boa parte dos feirantes que a frequentam, e não só a seção que vende roupas e artigos têxteis, é flutuante e sazonal, semanal. Existe na Bahia e na região vários circuitos de feiras dos quais alguns feirantes, presentes na feira de Santo Amaro, participam. Muitas cidades do Recôncavo e de regiões próximas possuem um dia de feira, como Santo Amaro, especialmente intensa. Esses feirantes “correm” os dias intensos de feira de cada cidade e se estruturam para isso. Possuem veículos utilitários para transportarem as mercadorias com rapidez e praticidade.

O Feirante I, especializado em confecções, morador de Feira de Santana e fiel a seu ponto na cidade desde da década de 1990, descreveu em entrevista o circuito de feiras que o mesmo cumpre semanalmente: “(...) *transportamos essas mercadorias aqui pra Santo Amaro [na segunda], pra Conceição do Jacuípe, na terça, pra Serrinha, na quarta, pra Entre Rios, no sábado*”<sup>125</sup>. O Feirante II, também de Feira de Santana e especializado em confecções, também cumpre um circuito de feiras na região: “*a gente trabalha segunda em Santo Amaro, terça no Berimbau [Conceição de Jacuípe], quarta em Santo Antônio de Jesus, quinta em Maragogipe, sexta em Alagoinhas, sábado em Candeias*

<sup>125</sup> FEIRANTE I. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2012.

(...)”<sup>126</sup>

Chamou atenção o fato que outra cidade do Recôncavo, Cachoeira, próxima de Santo Amaro, àquela época (2012), tinha fechado sua feira ao feirante vindo “de fora”. Segundo o Feirante I, os comerciantes da cidade aliados aos líderes políticos da cidade, pertencentes a uma família, que são também os proprietários de uma rede regional de supermercados, “trancaram” a feira aos comerciantes de outras cidades.

*Por exemplo, Cachoeira e São Félix hoje. Aqui em Santo Amaro existe vários vendedores da cidade de Cachoeira, tão aqui em Santo Amaro comercializando. Mas, nós não podemos entrar [em Cachoeira]. Nós tínhamos ponto em Cachoeira, na quarta, e fomos expulsos. (...). [o grupo político no poder em Cachoeira] Fizeram isso com o sindicato dos feirantes de lá. Não entra lá, mas eles saem pra revender em outros lugares. Como vão pra as festas de Valença, vão pra as festas de Ituberá. Trabalham aqui [Santo Amaro], vão pra Maragogipe, só que não podem entrar lá.*<sup>127</sup>

Os feirantes de confecções, gradualmente, vêm investindo em sua estrutura de venda, a fim de torná-la mais flexível. Os feirantes mais prósperos (como aqueles de Feira de Santana), por exemplo, utilizam máquinas de cartão de crédito e débito (ver figura 25, p. 229), e chegam mesmo a parcelar a compra do consumidor para flexibilizar sua estrutura de venda e ganhar mais “fregueses”. Não esqueçamos que o cartão de crédito é também uma forma de formalizar a relação de compra e venda, já que muitos consumidores presentes na feira vêm de outras cidades. Portanto o cartão de crédito termina sendo uma garantia, para o vendedor, de que ele não será lesado vendendo “fiado” para alguém que não conhece.

---

<sup>126</sup> FEIRANTE II. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>127</sup> FEIRANTE I, Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2012.



Fig. 25. Barraca no mercado anunciando a disponibilidade da máquina de cartão de crédito. Acervo de Shanti Marengo. 22/09/2014.

Uma dinâmica que torna a feira um campo de disputas é o fato dos feirantes participarem de vários **circuitos espaciais de produção** e **círculos de cooperação**<sup>128</sup> (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2011) dos qual eles são uma “ponta”. De fato, o lugar feira é a realização de um evento que é um feixe de eventos, os quais são também relações, as quais encadeadas, denunciam diversas redes interseccionadas na feira.

Detenhamo-nos no caso dos feirantes que vendem roupas. Esse único produto conforma vários circuitos espaciais de produção. Estar inserido nesse ou naquele circuito é um dos fatores que influenciam no preço final da mercadoria. Os feirantes mais prósperos, que vendem roupas, compram, na sua maior parte, no Brás e em Bom Retiro, em São Paulo, aonde vão e voltam de avião. A mercadoria vem depois, fretada, por modal rodoviário, com transportadora contratada. Esses feirantes geralmente se juntam e compram um grande lote de mercadorias, pagando apenas um frete. Dessa forma, compram mais, de melhor qualidade e mais barato, ganhando em escala. É o Feirante II

---

<sup>128</sup> Os circuitos espaciais de produção são circuitos de fluxos materiais solidarizados através de espaços amplos, graças às redes sociotécnicas de transporte. Os circuitos, no período atual, se intensificam em virtude da especialização produtiva dos lugares que os tornam parte de uma divisão territorial do trabalho. Os círculos de cooperação estão relacionados aos fluxos imateriais também solidarizados por redes sociotécnicas de comunicação, os quais também se desenvolvem por espaços amplos. Assim como os circuitos espaciais de produção, os círculos de cooperação também se estruturam em virtude das especializações produtivas que impõem uma divisão territorial do trabalho e ambos os conceitos são interdependentes para a compreensão e explicação dos fluxos no território. “Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação mostram o uso indiferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial” (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2011, p. 144).

que descreveu, em entrevista, como os feirantes de “fora” se associam para realizarem compras maiores em São Paulo: “(...) a gente tem um grupo, um grupo de dezoito pessoas, para a gente ter o poder de compra, para comprar mais em conta. Em vez de comprar 100 peças, a gente compra 500 peças. Comprar 1000, duas mil peças. Para dividir para esse grupo”.

São tantos circuitos que não teríamos como descrever todos, entretanto descreveremos alguns, com o objetivo de ilustrar. Alguns feirantes de artigos têxteis fretam um ônibus em Feira de Santana ou em outra cidade, junto com outros tantos feirantes de outras cidades e vão comprar roupas, principalmente, em um polo têxtil do interior de Pernambuco<sup>129</sup>. Esses feirantes conseguem adquirir roupas mais baratas, porém, ainda assim, não conquistam escala para competir com os “de fora”.

Além daqueles que vendem artigos têxteis, outros segmentos de feirantes, como os vendedores de hortifruti, também dispõem de seus próprios circuitos espaciais de produção, diferenciados entre si: existem aqueles que compram seus produtos nas centrais de abastecimento (Ceasas) de Salvador ou de Feira de Santana, por atacado; outros compram de produtores locais, do município de Santo Amaro, nas propriedades agrícolas do distrito de Oliveira dos Campinhos; outros ainda são assentados (de Nova Suíça, Pitinga etc.) que preferem, eles próprios, venderem seus produtos. Outros são desempregados, mas com propriedade capaz de produzir alimentos para o consumo imediato e conseguem gerar excedente suficiente para vender na feira a fim de adquirir moeda. Nesse caso, a feira tem uma função social que não pode ser ignorada.

Muitos indivíduos desempregados temporariamente ou desempregados crônicos, acham na feira uma oportunidade a mais para complementarem a renda buscando uma sobrevivência imediata. Nesse caso, muitos nem dispõem o esforço de construir uma barraca, mesmo que de improviso. Esses simplesmente estendem uma lona no chão (ver figura 26, p. 231) em um espaço sobrando e expõem a mercadoria, geralmente algo adquirido informalmente, através do extrativismo ou por outro meio: frutas colhidas no próprio quintal da casa, ou em propriedade alheia; carne adquirida a partir do abate ilegal de algum animal de sua propriedade ou da propriedade de outrem. Outros ainda apenas adquirem um carrinho de mão com o qual se oferecem, mediante um preço, a carregarem as compras daqueles que consomem na feira. “O abastecimento cotidiano da cidade é

---

<sup>129</sup> Três cidades se destacam na fabricação de roupas nesse estado (Pernambuco): Toritama, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe.

motivo para um grande movimento de rua e nela aparecem todos os pequenos ofícios ligados às pessoas que passam e às necessidades de um transporte fragmentado e, portanto, de pequenos volumes” (SANTOS, [1978] 2008d, p. 253).



Figura 26, acima. Feirantes vendem peixes e mariscos expostos no chão, na feira de Santo Amaro. Cenas assim ainda existem, nos dias atuais, na mesma feira. Autoria da foto: Maria Sampaio, no livro “Recôncavo”, de 1985.

O Feirante IV (39 anos), em entrevista, explicou como, criança ainda, se tornou feirante em Santo Amaro. A necessidade o “empurrou” para o mercado informal. O extrativismo – através da pesca e da mariscagem – viabilizava a subsistência da família e a aquisição de moeda. “(...) *era minha mãe na maré, cavando miroró [tipo de marisco], e eu no mercado com o miroró que minha mãe pegava... (...) do mesmo produto que mamãe pegava, que eu vendia, era do mesmo produto que a gente comia*”<sup>130</sup>.

Finalmente, mais um fator, que complexifica a possibilidade de uma configuração estável da feira está relacionada às pressões por parte dos comerciantes formais, mais especificamente daqueles que vendem roupas. A maior parte está concentrada na Rua Conselheiro Saraiva/ General Câmara e constitui um significativo grupo de pressão. Segundo eles, os preços praticados pelos feirantes de “fora” (principalmente de Feira de Santana) – não tem concorrentes em Santo Amaro. O Comerciante III, que possui uma loja de roupas na cidade, descreveu um pouco sua perspectiva quanto a esses feirantes:

*Eles oferecem produto. No primeiro momento, um produto falsificado, é uma réplica, o cara vai lá (...), traz pra aqui, já tá concorrendo com*

<sup>130</sup> FEIRANTE IV. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2013.

*a minha marca, porque eu vendo mahalo original. Eu tô estabelecido, dou emprego a duas pessoas, pago aluguel, vivo aqui, consumo tudo aqui. O cara vem de fora, com a caminhonete abarrotada de produto, sem nota fiscal. Ele paga três reais<sup>131</sup> pelo espaço que usa, trabalha, traz a família pra trabalhar. E quando contrata alguém aqui, é um trabalho de dar quinze reais ao cara pra desarmar a barraca e vender com ele. E até comida eles trazem de fora. A gente brinca que eles só deixam aqui os resíduos dele. (...)<sup>132</sup>.*

Esses feirantes, vindos de “fora”, o que argumentam a favor deles? Uma das características definidoras do circuito inferior da economia é a utilização de trabalho intensivo (SANTOS, [1978] 2008d) com baixa remuneração, o que amplia relativamente a sua capacidade de absorção de mão-de-obra. Ou seja, é fácil empregar-se no circuito inferior da economia.

O trabalho intensivo, ou sobretrabalho, produtor de não-valor, é obtido mediante uma compartimentação excessiva dos processos que compõem uma atividade. Inseridos no circuito inferior, em Santo Amaro (e, mais adiante explicaremos porque fizemos essa observação locacional), os comerciantes procuram “empregar”, no dia da feira, auxiliares: indivíduos capazes de ajudá-los nas tarefas de chamar atenção do freguês e vender a mercadoria. Essa contribuição dos feirantes “de fora” adquire outras formas: eles também conseguem ocupar algumas dezenas de santoamarenses na montagem de suas barracas (ver figuras de 27, 28 e 29, p. 233), no dia imediatamente anterior à feira, um trabalho que os poupa de chegarem mais cedo e dispenderem um esforço em atividades que não dizem respeito a venda em si. Por fim, esses feirantes observam que, graças a eles, um grande número de pessoas converge para Santo Amaro às segundas-feiras, pessoas que, além de comprarem em suas barracas, também vão consumir nos restaurantes locais, nas farmácias e obter outros artigos, às vezes, na própria feira. Ou seja, os feirantes de “fora” argumentam serem elementos dinamizadores do comércio local.

---

<sup>131</sup> Taxa cobrada pela prefeitura para permitir o estabelecimento de um feirante no espaço da feira.

<sup>132</sup> COMERCIANTE III. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2014.



Figura 27, acima, a esquerda. Barracas em processo de montagem no dia anterior a feira de segunda. Acervo de Shanti Marengo. 2013.

Figura 28, acima, a direita. Peças de uma barraca de feira sendo transportada, em carrinho de mão, pela pessoa que irá montá-la. Acervo de Shanti Marengo. 2013.

Figura 29, abaixo. Barracas em processo de montagem no dia anterior a feira de segunda, no espaço mais recente destinado à seção de confecções. Acervo de Shanti Marengo. 2015.



Aqui, para finalizarmos esse ponto, fazemos um parêntese, retomando a observação locacional sobre a forma de ação dos feirantes de confecções em Santo Amaro: muitos desses feirantes também possuem uma loja física nas suas cidades de origem, quando não (ou também), uma fábrica, que lhes possibilitam fazer sua própria mercadoria. Ou seja, os feirantes “de fora” e, porque não, alguns de Santo Amaro (o que não vimos, isso não significando a inexistência deles), não estão completamente imersos no circuito inferior. às atividades de feirante muitas vezes vêm se acrescentar a renda do negócio formal. O Feirante I, por exemplo, tem uma fábrica de roupas de malha em Feira de Santana. São essas roupas que o feirante vende em sua barraca.

Mas além de um espaço de disputa, de venda e de compra, o que mais a feira de Santo Amaro consegue ser? A feira também é um espaço de sociabilidade gratuita, mas



também necessária. Ir na feira para comprar termina por se tornar uma oportunidade de se renovar laços, vínculos, que conformam redes sociais úteis para a obtenção de informações quanto a possibilidade de empregos, “bicos”, negócios interessantes, comemorações. A feira é um lugar para o exercício da “fofoca”, que é, senão, um momento para o reconhecimento daqueles que fazem parte do seu círculo de convivência, um outro nome para um modo de territorialização.

É por conta dessa necessidade de territorialização, de necessidade de reconhecer seu espaço-lugar, que não é difícil encontrar grupos de pessoas conversando na feira ou nos espaços contíguos a ela. Durante o trabalho de campo, tivemos a oportunidade de observar mais de uma vez alguns momentos assim. Em uma das entrevistas que realizamos, um dos entrevistados precisou “correr” ao “mercado” a fim de encontrar uma pessoa que poderia ajudá-lo a conseguir um emprego. Encontrou-a em uma das pontes, próximas à feira, que cruzam o rio Subaé.

Sim, a feira é uma referência importante na memória coletiva da cidade. Sobre isso, é válido notar um ponto de venda que nos chamou atenção pela sua permanência. Nesse ponto, o feirante, filho do proprietário original do ponto, vende peças de cerâmica, panelas, pratos e maringas. Daí, possivelmente, o nome popular da ponte (Ponte da Moringa) próxima de onde o ponto existe desde 1946, quando os saveiros ancoravam ali. Era em um saveiro que as peças de cerâmica chegavam para o pai do atual proprietário do ponto, o Feirante III (53 anos). Elas vinham de um distrito – Maragogipinho – que, ainda hoje, faz parte de Nazaré das Farinhas, outro município do Recôncavo, outrora também importante. Essa conexão entre o ponto e Maragogipinho foi possível, graças ao fato de sua família ter parentes naquele distrito.

O pai do atual proprietário do ponto de venda de cerâmicas morreu. A conexão por saveiro não existe mais. As peças de cerâmicas ainda vêm de Maragogipinho, mas por rodovia, através de bestas e em bem menor quantidade agora. Também o ponto é bem menor do que foi (figuras 30 e 31, p. 235). Segundo o Feirante III isso aconteceu por vários motivos. O primeiro deles está na diminuição do número de clientes. Ele já vendera, no atacado, a comerciantes em São Francisco do Conde, Candeias, Feira de Santana etc., porém, atualmente, os comerciantes que poderiam comprar em seu ponto preferem ir diretamente ao artesão ceramista de Maragogipinho, obter o produto com um preço mais em conta. O outro motivo está na enchente acontecida em 2010, a qual levou tantas peças que o ponto nunca mais conseguira recuperar seu antigo porte.



Figura 30, acima. O ponto da Ponte da Moringa, na segunda metade do século XX. Autor desconhecido.

Figura 31, abaixo. O ponto em 2014. Acervo de Shanti Marengo.



Além dos feirantes da feira de Santo Amaro, existem também os feirantes de Santo Amaro, residentes na cidade (e no município), que vendem em outras feiras da região. Esses feirantes, muitas vezes, nem vendem na feira de Santo Amaro, da qual desistiram por variados motivos. O Feirante IV, por exemplo, em Santo Amaro não vende mais. Atualmente, o circuito que ele cumpre começa nos distritos costeiros de Santo Amaro e Saubara – Acupe, São Brás, Cabuçú etc. – onde compra a mercadoria (frutos do mar) para então vendê-la na feira de Camaçari – sexta, sábado e domingo – e, casualmente, na feira de Berimbau (Conceição de Jacuípe), na terça-feira.

### 3.3. TRABALHAR PARA O SEU LUGAR, SANTO AMARO

*“O pessoal de Santo Amaro já gosta desse negócio de trecho”<sup>133</sup>*

<sup>133</sup> CAPOEIRA I. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2013.

Antes de iniciar essa seção é importante que expliquemos o título dela: por que colocamos “Trabalhar **para** o seu lugar, Santo Amaro” e não “Trabalhar **no** seu lugar, Santo Amaro”, ou então “O trabalhador de Santo Amaro”? Fizemos assim por conta do tipo de trabalhador que abordaremos: será o trabalhador que precisa migrar para outros lugares a fim de adquirir a renda necessária para o sustento de sua família, o que é bastante comum no que se refere à cidade. Fraga Filho (2009) explicou como o Recôncavo, mais precisamente seus espaços produtores de açúcar, após a abolição, se tornaram repulsores de mão-de-obra. No dossiê do samba de roda, a migração por necessidade é posta como um dos motivos para a existência dessa manifestação em cidades fora do Recôncavo. Entretanto entre o migrante atual e aquele dos séculos passados, apontamos uma diferença básica: aquele migrava permanentemente e esse migra para voltar. Sua migração é temporária e sazonal.

A formação dessa mão-de-obra migrante em Santo Amaro depende de iniciativas formais e informais existentes na cidade: cursos voltados tanto para o setor terciário quanto para o setor industrial. Discorreremos sobre os dois tipos de formação de mão-de-obra, mas nos deteremos na formação da industrial, tema principal dessa seção.

Sobre a formação da mão-de-obra para o setor terciário categorizamos dois tipos de iniciativas: a de primeiro tipo comporta uma estrutura física e permanente radicada em Santo Amaro (somente ou também) e apresenta uma oferta constante ou eventual de cursos. A Acesso Informática é um exemplo. A instituição tem uma unidade em Santo Amaro, tem outra em São Sebastião do Passé e mais uma em São Francisco do Conde. As unidades são administradas por membros da mesma família, os quais também são os professores de alguns dos cursos ofertados.

As iniciativas de segundo tipo, no entanto, constituem arranjos mais flexíveis: podem funcionar parcialmente na cidade, oferecendo em Santo Amaro uma parte do curso que oferta, ou funcionarem fora, mas divulgarem o curso em Santo Amaro, ofertando às vezes o transporte para o deslocamento. O Instituto de Tecnologia da Bahia (ITEBA) é um exemplo. As aulas dessa instituição são oferecidas em um bairro do centro de Salvador, nos finais de semana. A instituição oferece transporte para o deslocamento dos alunos, a partir de Santo Amaro e Candeias, onde também tem postos de matrícula (ver figura 32, p. 237). Notemos a espacialização dos arranjos construídos para a realização dos cursos oferecidos. Elas evidenciam, e consolidam conexões intermunicipais,

tornando-as em conectividades praticadas, contribuindo para uma configuração de um lugar, enquanto espaço vivido, na dimensão regional.

**ITEBA**  
INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA BAHIA

**Você sabia que 75% dos técnicos estão no mercado de trabalho?**

**ESTÁGIOS GRATUITOS**  
HGE/ ROBERTO SANTOS/ OTÁVIO MANGABEIRA/  
ERNESTO SIMÕES/ ANA NERY/ TSYLLA BALBINO/  
MARTAGÃO GESTEIRA/ AMMA / ABRIGO SÃO  
GABRIEL/ RESTAURANTE DA TV BAHIA, ETC.

**CURSOS**

- Técnico em Enfermagem  
Entidade: CTN Centro Tecnológico Metropolitano
- Técnico em Nutrição  
Entidade: CTN Centro Tecnológico Metropolitano
- Técnico em Radiologia Médica  
Entidade: Instituto Social Paulo Freire
- Técnico Segurança do Trabalho  
Entidade: ITEBA
- Técnico Meio Ambiente  
Entidade: ITEBA
- Técnico Petroquímico  
Entidade: ITEBA

**TRANSPORTE GRATUITO**

Aulas  
Todos os Sábados  
ou Domingos  
das 09:00h às 17:00h  
No ITEBA (Rua Sta. Clara, 45  
Nazaré - prox. Arena Fonte Nova)

CTM  
(Rua São Raimundo, 15  
próx. ao Shopping Lapa)  
Salvador/BA

Saída de Santo Amaro  
Às 07:00h

Saída de Candeias  
Às 08:00h

**CENTRAL DE MATRÍCULAS**

Rua São Bento, s/n, próximo à Rodoviária Sto. Amaro/BA. 3241-7234  
FAC - Rodovia BA 522, Km 8, Caroba, Candeias/BA. (71) 3602-9283

Figura 32, abaixo. Fotografia de cartaz de divulgação dos cursos do ITEBA. O cartaz estava exposto em parede visível ao público. Acervo de Shanti Marengo. 25/09/2014.

Os cursos fornecidos para a formação de uma mão-de-obra para o terciário são importantes, mas não essenciais. O Trabalhador do Terciário I, que trabalha em um hotel de Salvador – e volta para Santo Amaro em todas as suas folgas – fez um curso e isso foi importante para que conseguisse um emprego. Porém muito mais importante para a empregabilidade de um indivíduo nesse setor é o capital social das redes que participa. A Barraqueira III trabalhou no Rio de Janeiro em uma lavanderia graças à indicação de amigos (de Santo Amaro) que moravam naquela cidade. Pretende voltar para o Rio de Janeiro com o fim de juntar dinheiro e reformar sua casa em Santo Amaro. “ (...) *eu gosto de minha cidade, apesar de que não tem nada aqui*”<sup>134</sup>. Segundo a Barraqueira III, muitos moradores de Santo Amaro migraram para o Rio de Janeiro à procura de emprego, entre eles seu marido e alguns familiares dele.

Quanto às iniciativas que se ocupam da formação de mão-de-obra para o desenvolvimento de atividades industriais relacionadas à montagem, instalação e manutenção industrial, elas possuem um caráter eminentemente regional, atendendo uma demanda de formação de mão-de-obra que se restringe a algumas cidades do Recôncavo (incluindo Santo Amaro), mas também nacional, com vistas a atenderem as necessidades

<sup>134</sup> BARRAQUEIRA III. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2012.

da indústria em vários outros lugares do território brasileiro.

Por exemplo, até 2013/2014, funcionava<sup>135</sup> na cidade a Assessoria em Soldagem Técnica e Manutenção (ASTM), que formava soldadores e caldeireiros industriais. Cumprir um curso nessa instituição era entrar para uma rede social informal, na qual, entre outras coisas, os indivíduos participes avisavam uns aos outros sobre possibilidades de trabalho, a começar pelo proprietário da escola, de alcunha Nêgo Santo também trabalhador de trecho, inspetor de solda certificado pela Petrobrás. A instituição é associada a outra, a TecSolda<sup>136</sup>, localizada em São Sebastião do Passé, na Região Metropolitana de Salvador. No material de divulgação dessa instituição em particular, é interessante verificar o relevo dado ao fato do curso oferecido ser reconhecido pela Petrobrás e em todo o sistema nacional (não é claro no material a qual sistema a propaganda se refere). A estratégia denota o valor que a Petrobrás, enquanto representação no imaginário dos moradores de Santo Amaro (e quiçá, do Recôncavo), ainda possui. Os trabalhadores formados pela ASTM, além de trabalharem nos parques industriais do Recôncavo participam de uma rede social que os possibilitam migrar para outras cidades do Brasil, fora do Bahia e do Nordeste.

Outra instituição que oferece cursos, em moldes semelhantes e com possibilidades similares, é o curso Traçado. A empresa forma caldeireiros e não tem uma sede física na cidade. É conveniada com um colégio privado de Santo Amaro em cujas salas o professor responsável pelo curso ministra as aulas. É importante constatar as cidades, além de Santo Amaro, onde o curso Traçado, com sede em Candeias, oferece o curso: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Simões Filho e Salvador (nos bairros de São Caetano, Suburbana e Cajazeiras)<sup>137</sup>. Com exceção de Santo Amaro, todos os outros municípios fazem parte da região metropolitana e sediam indústrias significativas ou complexos industriais.

Existem outros cursos (figuras 33 e 34, p. 239), além dos dois citados acima, que

---

<sup>135</sup> Apesar de nos referirmos a instituição no passado, fazemos isso fundamentados no testemunho de campo. A instituição estava fechada nas últimas vezes que fomos a cidade buscar informações, o que não quer dizer que a mesma tenha fechado definitivamente. Seu proprietário é um trabalhador de trecho (sobre esse ponto discutimos na próxima seção “Trabalhar em Santo Amaro”) e, possivelmente, pode tê-la fechado por um tempo determinado, por conta de uma oportunidade de emprego.

<sup>136</sup> A TecSolda, além de qualificar soldadores, também é uma empresa que presta “serviços especializados nas áreas de manutenção e montagem de equipamentos, tubulações e estruturas metálicas em refinarias, plantas petroquímicas e plataformas marítimas” (Disponível em: <<http://www.tecsolda-ba.com.br/site/a-empresa.html>>. Acesso em: abril de 2015. Entre seus clientes estão a Odebrechet, a Engevix, a Shell do Brasil e a Petrobrás.

<sup>137</sup> Disponível em: <<http://www.cursotracoado.com.br/wordpress/>>. Acesso em: maio de 2013.

também oferecem a oportunidade ao morador de Santo Amaro de se tornar um trabalhador industrial. Aparentemente possuem uma estrutura menor e fazem uma divulgação mais improvisada, mas são presentes.



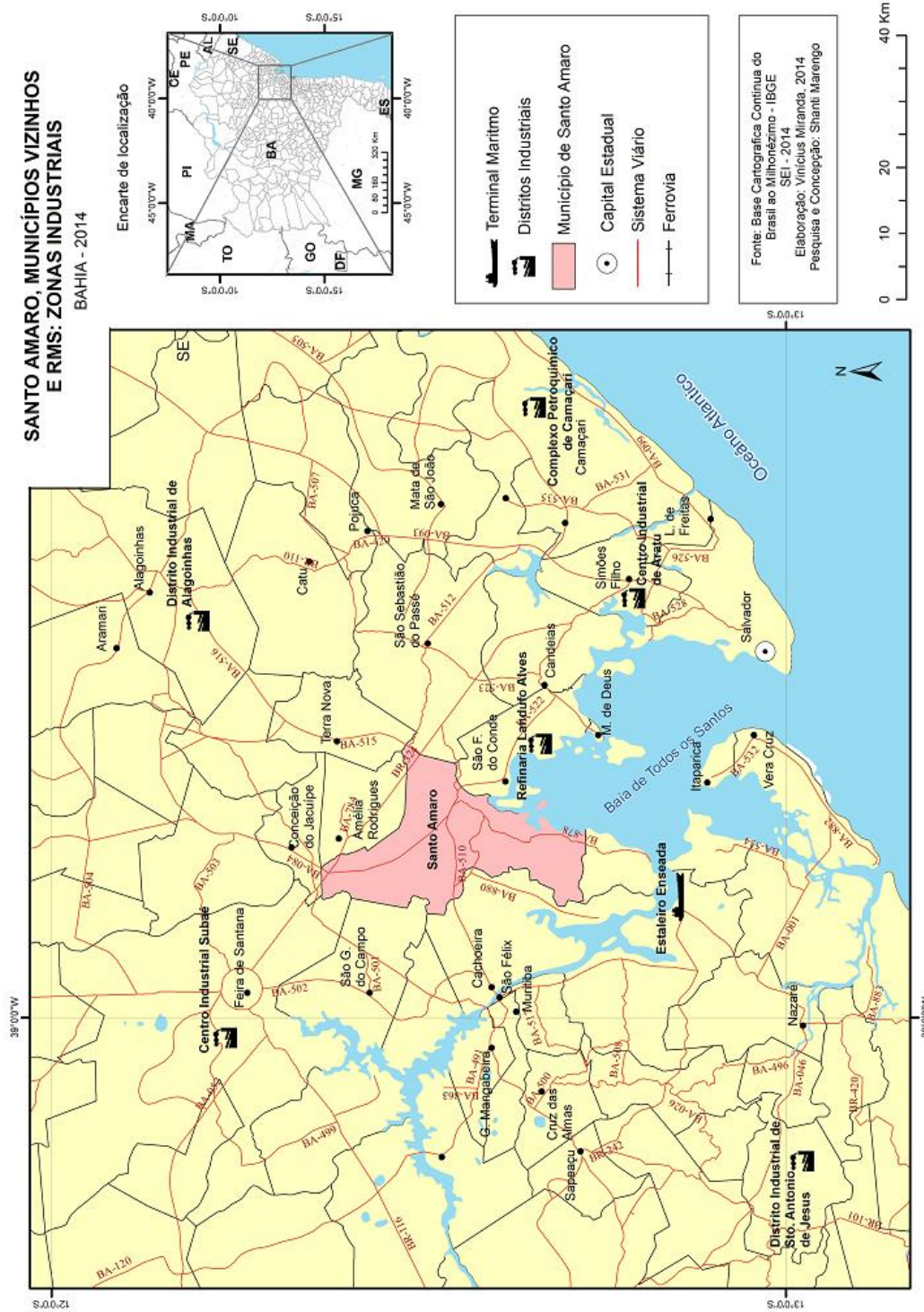
Figura 33, acima, a esquerda. Fotografia de cartaz divulgando curso para formação de mão-de-obra técnica industrial. Acervo de Shanti Marengo. 2013.

Figura 34, acima, a direita. Anúncio divulgando curso para formação de mão-de-obra técnica industrial. Esse estava localizado em pátio de posto de gasolina no bairro Sinimbu. Acervo de Shanti Marengo. 10/2012.

Interpretamos a presença desses cursos de formação de trabalhadores industriais como consequência da atuação da Petrobrás e de outras empresas relacionadas à extração do petróleo, mais os parques industriais existentes no Recôncavo histórico e em cidades relativamente próximas, como Alagoinhas e Feira de Santana (ver mapa 8, página 240), estimularam, ao longo dos anos, a formação de uma mão-de-obra especializada de nível técnico, capacitada para desempenhar atividades específicas no setor industrial. Especificamente, a mão-de-obra voltada para o setor industrial não se encontra concentrada em apenas um ou dois municípios, onde estão sediadas as empresas, como Camaçari e São Francisco do Conde. Ela está dispersa, morando em vários municípios do Recôncavo, inclusive Santo Amaro. E migra bastante. Sai, com frequência da cidade onde habita para residir, temporariamente, em outra cidade ou estado da federação.

# MAPA 8

## SANTO AMARO, MUNICÍPIOS VIZINHOS E RMS: ZONAS INDUSTRIAIS BAHIA - 2014



O trabalhador industrial migra sozinho. Ele não leva consigo a família, mas envia dinheiro para que a mesma construa a casa própria ou termine de construí-la, compre um carro ou faça quaisquer outros investimentos necessários. O trabalhador vai aonde o trabalho está e volta, ou pretende voltar, ao seu lugar de origem, onde ainda sua família nuclear mora.

*E quando eu vivi em Salvador, eu sempre tinha...trabalhava pra ajudar no sustento de minha casa, né, minha mãe. E sempre pensava em fazer uma guia para poder voltar para São Brás [povoado do município de Santo Amaro]. (...) Queria voltar para São Brás, comercializar meu marisco. Viver aqui nessa região. Sempre gostei, bastante. Vou em Salvador, passeio, dou uma voltinha, mas, depois, eu volto pra cá<sup>138</sup>.*

Na realização do trabalho de campo, tivemos um exemplo emblemático da representatividade e do significado desse tipo de trabalhador nas dinâmicas cotidianas que se desenvolvem na cidade de Santo Amaro. Um(a) funcionário(a) de uma das empresas de transporte atuantes na rodoviária de Santo Amaro, em conversa informal, nos explicou como, durante a realização das obras do PAC Copa do Mundo (mais especificamente a obra da Arena Fonte Nova) e do PAC II (mais especificamente, a obra da Via Expressa<sup>139</sup>), houve um acréscimo temporário no número de viagens promovidas, pela empresa em questão, com o fim de atender a demanda específica dos trabalhadores que saíam de Santo Amaro para trabalhar nessas obras. Essas viagens a mais foram concentradas entre domingo, à tarde e à noite, e segunda-feira de manhã, quando a maior parte desses trabalhadores se deslocavam para a capital, onde ficavam residindo por toda a semana até sexta-feira ou sábado, quando retornavam a Santo Amaro.

Esses trabalhadores que atuam principalmente fora de Santo Amaro, assim o fazem por não encontrarem emprego no município. Muitos deles são técnicos do setor industrial e, como sabemos, esses trabalhadores têm poucas opções, atualmente, em Santo Amaro. Tem-se a Fofex, que é local, e a Penha Papéis, cuja matriz se localiza na região Sul. Concentrar-nos-emos na Penha Papéis, por atuar na escala nacional e empregar mais indivíduos, não só em Santo Amaro, mas na região.

---

<sup>138</sup> SANTANA, Fernando. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>139</sup> A Via Expressa, liga a BR 324 ao Porto de Salvador, tem 4,5 km de extensão, e dez pistas. Foi inaugurada no final do ano de 2013, e custou 450 milhões de reais, sendo que destes, 408 milhões foram recursos do orçamento federal (Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/noticia/29951658>>. Acesso em: agosto de 2015).



A Penha Papéis e Embalagens adquiriu o passivo das fábricas Bacraft e Inpasa<sup>140</sup>, em 2005, portanto, a empresa é proprietária de duas plantas fabris existentes em Santo Amaro, localizadas cada uma em um extremo da cidade, fora da mancha urbana. Mais recentemente, em 2013, a Penha comprara a fábrica de embalagens WMV Rigesa, em Feira de Santana. Com isso a empresa pretendeu aumentar sua capacidade produtiva na Bahia. Além das operações na Bahia, a Penha Papéis possui unidades nos seguintes municípios do Brasil: Coronel Vivida-PR, Itapira-SP e o escritório de vendas em São Paulo, capital<sup>141</sup>.

Na Bahia, resumidamente, as unidades do Grupo Penha funcionam da seguinte forma: existe uma unidade para captação de aparas de papel em Salvador, na BR 324, a qual envia esse material para a unidade Penha Papéis em Santo Amaro. Essa unidade recicla-as e produz papelão ondulado, que será transportado para as outras duas unidades, em Santo Amaro e Feira de Santana, para serem transformados em embalagens. Segundo o diretor geral do Grupo Penha, no Paraná e na Bahia, a empresa pretende no futuro com as duas unidades, suprir o fornecimento de embalagens de papel ondulado em todo o Nordeste.

Localmente, a Penha Papéis e Embalagens não tem tanto impacto. O técnico e o trabalhador de chão-de-fábrica da Penha Papéis podem até ser contratados no município, mas o mesmo não acontece com o funcionário mais qualificado, geralmente de outra cidade ou de outro estado. Esse funcionário não mora em Santo Amaro, mas em Feira de Santana ou Salvador. A empresa pouco interage com a cidade e o município de um modo geral. Não surpreendemos muitas redes sociais que incluíssem a Penha e seus funcionários. Cotidianamente percebemos seus indícios, seus rastros.

As imensas plantações de bambu que faziam parte do passivo da Inpasa foram repassadas à Penha, mas sua utilidade mudou. O bambu não serve mais para extrair celulose – matéria-prima para a fabricação de papel –, mas para manter as máquinas funcionando. O bambu colhido é transportado por caminhões (contratados de terceiros), que, diariamente, atravessam a cidade (figuras 35 e 36, p. 243). O carregamento, chegando na planta da Penha localizada na Pitinga, é então triturado e seco, para posteriormente ser queimado e manter aquecidas as máquinas usadas na fabricação do papel. Estas não podem esfriar sem isso implicar em prejuízo para a empresa. O bambu

---

<sup>140</sup> Citadas no capítulo III, na subseção “4.1. Santo Amaro unida na dor e na esperança”.

<sup>141</sup> Disponível em: <<http://www.penha.com.br>>. Acesso em: abril de 2014.

substitui o combustível fóssil. A substituição é considerada “sustentável” do ponto de vista ambiental e principalmente barata.



Figuras 35 e 36. Caminhões carregados bambu atravessam a cidade de Santo Amaro em direção à fábrica da Penha Papéis na rodovia BA 878. Acervo de Shanti Marengo. 25/09/2014.

A Penha emprega hoje, em Santo Amaro e região, cerca de 1.500 funcionários (SUPERINTENDÊNCIA, 2013) e sua representatividade para o município mantém um núcleo dos Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Celulose e Assimilados do Estado da Bahia (o Sindicelpa, o qual existe desde o tempo da Inpasa e Bacraft) na cidade. A Penha é uma empresa grande, mas como dissemos, ela emprega na **região**. Suas unidades não conseguem, e nem pretendem, absorver toda a mão-de-obra especializada no trabalho industrial existente em Santo Amaro.

Existe em Santo Amaro muitos trabalhadores do setor industrial. Afirmamos isso usando, entre outros artifícios metodológicos, as estatísticas fornecidas pelo IBGE, segundo o censo de 2010, comparando o número de pessoas empregadas nas outras atividades e o número de pessoas da população economicamente ativa. Entretanto não sabemos o quanto esses números são uma aproximação. No cotidiano, percebemos que algumas classificações estatísticas podem ser discutíveis. Em Santo Amaro, segundo as estatísticas do IBGE (tabela 2, p.192), existem um número considerável de pessoas trabalhando na construção civil. De fato, percebemos isso na paisagem através da observação direta e nas conversas informais que tivemos. Existem muitos trabalhadores da construção civil, entretanto muitos desses trabalhadores – infelizmente, não conseguimos precisar quantos – trabalham na construção civil pesada, com perfil industrial. As obras dos PACs, como a construção da Arena Fonte Nova, da via Expressa em Salvador, e a do estaleiro Enseada em São Roque do Paraguaçu (distrito de Maragogipe) são obras da construção civil pesada, que envolvem mão-de-obra industrial

(soldadores, lixadores, caldeireiros etc.). Os peões de trecho que trabalharam nessas obras também trabalham em paradas de manutenção nas indústrias de bens de produção. Ou seja, a presença de mão-de-obra industrial em Santo Amaro pode ser mais representativa do que as estatísticas mostram.

O RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) também oferece estatísticas quanto ao emprego por município. A tabela 3 (p. 192) foi construída a partir de dados fornecidos pelo RAIS, porém, esses números também apresentam problemas, caso queiramos usá-los para pensar a quantidade de trabalhadores industriais em Santo Amaro. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), as informações oferecidas pelo RAIS são obtidas a partir de dados fornecidos pelas empresas, ou seja, o número de pessoas que aparecem nas estatísticas produzidas pelo RAIS diz respeito ao número de trabalhadores formais empregados em empresas do município. Se assim for, os peões de trecho que trabalham formalmente em outros estados e municípios, mas moram em Santo Amaro, não aparecem nessas estatísticas. De qualquer modo fica o fato: a parcela dos moradores de Santo Amaro empregados no setor industrial é significativa. Mas, então, retomando nossa questão: onde estão esses trabalhadores? Como os testemunhamos?

Se saímos cedo, bem cedo, de madrugada pela cidade de Santo Amaro, vamos descobrir para onde vão um grande número de operários residentes em Santo Amaro. Em diversos pontos da cidade, principalmente em lugares próximos às suas saídas, observamos indivíduos vestidos de uniformes de diversas cores esperando por ônibus fretados ou veículos de passeio com o *logo* de uma empresa. Alguns, sem uniforme, estão andando para a rodoviária. Esses trabalhadores irão cumprir distintas trajetórias para o trabalho: alguns vão trabalhar nas indústrias ou nas empresas do setor terciário na capital, outros descem do ônibus em um ponto de parada, na rodovia BR 324, em Simões Filho<sup>142</sup>, para ficarem na própria cidade, ou pegarem outro transporte para o Centro Industrial de Aratu. Outros ainda vão para o estaleiro em São Roque do Paraguaçu; alguns estão indo passar dias fora, trabalhando em uma das empresas do Polo Petroquímico de Camaçari (COPEC) para voltarem na folga semanal. As opções, no Recôncavo ou próximo, são muitas.

Se for no CIA, o trabalhador pode pensar em ir e voltar todos os dias para Santo Amaro. Se for mais longe, como no COPEC, é preciso que se alugue uma casa na cidade

---

<sup>142</sup> Tivemos a oportunidade de verificar a existência desse ponto, e de seu significado, quando na realização do trabalho de campo, ou seja, *in loco*.

de destino, ou fique na casa de parentes ou amigos, até o dia da folga. O Trabalhador de Trecho I explicou como as empresas de Camaçari – onde se localiza o COPEC – estão priorizando na contratação os que moram na região metropolitana. “*Você se emprega em Camaçari com o endereço de Salvador, que é a região metropolitana. Mas com o endereço de Santo Amaro, você não se emprega em Camaçari*”. O entrevistado também descreveu como aqueles trabalhadores “de fora” da cidade burlam essas restrições, a fim de serem contratados:

*Tem que se virar. Se você tiver um colega, um amigo. Você pede um comprovante de residência daquela casa, de água, de luz, aí chega na empresa, você dá. Aí, às vezes, até você tem que ter um chip 71, um número 71, que eles se recusa fazer ligação pra número 75. Questiona porquê seu chip é 75, se você mora lá<sup>143</sup>. Tudo isso é questionado. (...). O meu vale-transporte é de Camaçari. O meu vale-transporte é pra eu me locomover em Camaçari. Eu não posso me locomover pra outros lugares, de lá de Camaçari. Eu [não] tenho ônibus fixo pra vir pra Santo Amaro; eu pego ônibus interurbano pra vim para Santo Amaro (grifo nosso)<sup>144</sup>.*

Na fala do entrevistado notemos, novamente, a importância da rede social que se distribui por vários lugares do Recôncavo histórico. O trabalhador que chega na cidade já tem amigos estabelecidos que o acolhem, contribuindo para sua territorialização naquele lugar. Dizemos que o trabalho industrial, de algum modo, desde as décadas de 1960 e 1970, contribuiu para “solidarizar” esse Recôncavo histórico. Contudo, antes de solidarizar a dita região, essa mão-de-obra precisou surgir a partir de condições históricas. Quais condições foram essas? O entrevistado Trabalhador de Trecho III construiu a partir de sua vivência no setor uma explicação interessante sobre como essa mão-de-obra se constituiu entre as décadas de 1960 e 1970, graças à necessidade de formação de mão-de-obra qualificada para a construção de para a exploração de petróleo.

Sua explicação somente tem o problema de se restringir a um único processo: construção de estruturas para exploração de petróleo. Sem excluir esse motivo e fundamentados nos processos que resgatamos na periodização construída no capítulo

---

<sup>143</sup> Nesse trecho o que o entrevistado chama de chip é o cartão SIM (*Subscriber Identity Module*), onde está registrado o número do telefone móvel. Um chip 71 é um cartão SIM com um número de telefone móvel cujo código para Discagem Direta a Distância (DDD) é 71, específico para os municípios da Região metropolitana de Salvador. Em Santo Amaro, o código para DDD é 75, assim como para várias outras cidades do Recôncavo.

<sup>144</sup> TRABALHADOR DE TRECHO I. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2012.

anterior, colocamos que a referida mão-de-obra surgiu também a partir dos desdobramentos das ações da Petrobrás e do estado da Bahia, que resultaram, primeiramente, no estabelecimento da refinaria Landulpho Alves e, depois, no estabelecimento do COPEC e do CIA. Essas três estruturas precisaram formar a mão-de-obra qualificada, que não existia, a partir do material humano que se oferecia na região Recôncavo, liberado das atividades agrícolas em decadência. As estruturas industriais surgiram concentradas (ver mapa 8, p. 240), mas a força de trabalho empregada por elas estava (e está) dispersa por várias cidades do Recôncavo.

Enfim, o trabalhador industrial que morava em Santo Amaro e trabalhava em uma das zonas industriais da região procurou manter-se morando em Santo Amaro. Se acaso mudasse, não era de forma permanente. O Trabalhador de Trecho III nos descreveu seu cotidiano de deslocamento na década de 1980, quando começou a trabalhar na empresa Equipetrol<sup>145</sup> localizada no CIA. Segundo o entrevistado, ele ia e voltava todos os dias de Santo Amaro. O entrevistado Provedor de Internet I descreveu uma rotina semelhante no início da década de 1980, quando também trabalhou em Simões Filho, contratado pela Odebrecht para uma empreitada, indo e voltando todos os dias de Santo Amaro. Confirmando essas entrevistas, Nunes, em dissertação de 1996, afirmou que chefes de família, com residência fixa em Santo Amaro, trabalhavam em outras cidades (o autor não restringiu a afirmação ao setor industrial), “retornando, em alguns casos, todos os dias, em outros, no final de semana” (NUNES, 1996, p. 111).

Às vezes, no entanto, como já citamos, o emprego no setor industrial não estava nas proximidades e sim em outro estado e configurava um trabalho temporário. Esse trabalho não consistia em uma atividade industrial típica, restrita a uma linha de produção, que necessita de uma mão-de-obra fixa e próxima espacialmente; era algo mais específico que se relacionava à manutenção e/ou à construção das estruturas de uma planta fabril, ou então à construção de grandes obras de engenharia civil, associadas, por exemplo, à implantação das infraestruturas territoriais planejadas por um dos Planos Plurianuais das últimas décadas e executadas por consórcios de grandes empresas privadas da construção civil. O trabalhador de trecho seria empregado ao longo de um prazo que corresponderia ao tempo de uma empreitada: parada para manutenção de uma linha de produção, ou realização de grande obra de um PPA. Nos dois casos, a contratação dos trabalhadores de

---

<sup>145</sup> Uma empresa fabricante de produtos para prospecção e exploração de petróleo, do grupo American Rolling Mill Company (ARMCO) de origem estadunidense, com unidade no Centro Industrial de Aratu.

trecho seria mediada por empresas da iniciativa privada – especializadas em atividades industriais relacionadas à montagem, instalação e manutenção industriais –, subcontratadas (ou terceiras), que compõem uma lista extensa (e incompleta), construída graças às informações fornecidas pelos trabalhadores entrevistados: a Técnica Nacional de Engenharia (**Tenenge**, da Odebrecht engenharia); a **Irmãos Passaúra**, que trabalha com montagem e manutenção industrial, em operação desde 1995; a **CCM** montagens industriais, em operação desde 1997; a **ENESA**, nacional, trabalha com montagem industrial, presta serviço desde 1977<sup>146</sup>; a **Techint**, de origem italiana, mas com forte presença na Argentina, também voltada para a engenharia industrial, em operação desde 1945; a **Montecalm**, faz montagem industrial, nacional, em operação desde 1971<sup>147</sup>; a **MCE** voltada para montagem e manutenção industrial, em operação desde 1992; a **Camargo Corrêa**, um conglomerado de empresas, que entre outras coisas realiza obras da construção civil pesada, em operação desde 1909; a **Oberon** Instalações industriais; a **UTC Engenharia**, fundada em 1974, especializada em montagem e manutenção industrial etc.

O operário industrial contratado para executar o trabalho referido é um técnico especializado em soldagem, caldeiraria ou em sistemas elétricos. A mão-de-obra, por ser escassa, é trazida de vários lugares do Brasil durante o tempo da empreitada. Nesse tempo o trabalhador mora em uma instalação especialmente construída para isso, ou em residências nas cidades próximas, com mais alguns colegas de trabalho, geralmente conhecidos de outras empreitadas. Esses trabalhadores, uma vez contratados, geralmente entram para um cadastro da empresa contratante, a qual, em caso de necessidade, poderá contatá-los novamente.

Todos esses agentes, instituições de ensino, empresas e indivíduos, conformam uma rede social, com abrangência territorial<sup>148</sup>, construída para cumprir uma função específica: a contratação de operários industriais especializados em um contexto de escassez, no país, desse tipo de mão-de-obra, na quantidade que se precisa. O Trabalhador de Trecho III descreveu um caso exemplar quanto a necessidade de se ter essa rede constituída. Segundo o entrevistado, naqueles dias (a entrevista fora realizada em junho

---

<sup>146</sup> Disponível em: <[http://www.enesa.com.br/enesa/web/default\\_pt.asp?idioma=0&conta=28#](http://www.enesa.com.br/enesa/web/default_pt.asp?idioma=0&conta=28#)>. Acesso em: abril de 2014.

<sup>147</sup> Disponível em: <<http://www.montcalm.com.br/>>. Acesso em: abril de 2014.

<sup>148</sup> O qualificativo territorial nesse caso se refere à concepção mais tradicional de território como dimensão espacial de caráter político, jurídico e administrativo (HAESBAERT, [2004] 2007).

de 2012) estavam se preparando as estruturas para a exploração de minério em um lugar próximo a uma cidade de 11.000 habitantes, no Tocantins.

*A cidadezinha (...) não tem a mínima estrutura pra atender uma obra desse tipo. Então, o que é que vai ter...vai ter que migrar mão-de-obra pra lá. Não tem como não fazer isso. Então, hoje, eu, por exemplo, já rodei quase todo esse país aí, eu vejo que todas as obras que eu estive sempre tinha pessoas de quase todo esse país, né, pra você ver que a gente não pode localizar, centralizar num local só, a gente não vai adquirir a mão-de-obra satisfatória pra atender<sup>149</sup>.*

Através dessa estrutura de relações visualizamos novamente um território-rede, envolvendo vários sujeitos e várias razões. Existe uma razão instrumental ligando as empresas envolvidas, sincronizando-as na temporalidade hegemônica da atividade a ser realizada a fim de garantir a (re)produção do grande capital. Existe a razão comunicativa daqueles indivíduos que procuram se empregar nessas indústrias, mobilizando, com esse fim, uma rede de amigos, parentes e conhecidos na dimensão do território nacional e do lugar. O Trabalhador de Trecho I descreveu a primeira vez que a rede social em questão, permeada pela razão comunicativa, serviu-lhe para empregar-se no trecho:

*Eu consegui através de um amigo meu (...), de Salvador. (...). Eu conheci através de um primo dele. (...) O primo dele é de Santo Amaro. O primo dele me apresentou ele. Aí ele estava sentado em um barzinho, aí a gente puxando assunto sobre trabalho e tal, eu falei com ele que, no momento, eu tava desempregado, mas que eu tinha cursos, que eu me considerava apto pra entrar na área<sup>150</sup>, mas não tinha oportunidade, se tinha uma pessoa que me pudesse me dar essa oportunidade. Ele pegou e disse a mim que tinha como me dá essa oportunidade e me deu o meu primeiro emprego. Que eu cheguei a (...) no estado de Goiás, na cidade de Goianésia<sup>151</sup>.*

Alguns trabalhadores de trecho fazem o trabalho de mediação entre ambos os agentes, organizacionais (empresas públicas e/ou privadas) e individuais. São nós ativos dessas redes de emprego. As empresas, através de seus representantes, a eles se conectam (quando não contatam diretamente o empregado desejado), os quais, por sua vez, se conectam a amigos, a afilhados, a parentes etc. O Trabalhador de Trecho III é um desses

---

<sup>149</sup> Trabalhador de Trecho III. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>150</sup> Espaço onde se realiza o trabalho de trecho: fábrica parcialmente parada para manutenção, grande obra pública em construção, montagem industrial em processo etc.

<sup>151</sup> TRABALHADOR de Trecho I. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2012.

nós ativos em Santo Amaro, através dos quais muitos operários conseguem seus empregos.

Esse operário, uma vez contatado, torna-se um propagador da informação. Por telefone mesmo ele poderá mobilizar conhecidos e amigos em outras cidades e estados do Brasil, avisando-os da oportunidade. Aqueles que não estão empregados, nesse caso, têm duas opções: telefonam para a mesma empresa que contatou o amigo perguntando “se tem um serviço” ou dão os seus dados para esse colega que os contatou pedindo-lhe que o ponha “na frente”.

Para os trabalhadores do trecho, o número de conhecidos que eles possuem na “área” é um atributo de empregabilidade. Quanto mais conhecidos e quanto mais empresas os tiverem em seu cadastro de chamada, maior o seu capital social e maior a capacidade dos mesmos ampliarem o seu capital social contatando outros colegas. A rede social (ou redes) das quais participam, não se restringem ao espaço imediato, mas se estende possivelmente ao território regional e nacional. O Trabalhador de Trecho II enumerou os nomes das cidades e estados – Terra Nova (no Recôncavo), Curitiba, Pernambuco onde ele possui amigos que porventura podem lhe indicar a uma oportunidade de emprego no trecho. Dificilmente essa rede para empregabilidade mútua seria constituída sem os objetos técnicos científicos informacionais. Eles se contatam por telefone celular. As empresas contratantes possuem o cadastro em um banco de dados que existe em rede.

As referidas redes não são abertas para quem quiser delas participar. Conformam grupos relativamente fechados, pouco permeáveis. A experiência no trecho solidariza e dá uma identidade. O trabalho, possivelmente por se realizar em espaços distantes dos lugares de origem desses trabalhadores, adquire particularidades: torna-se um **lugar** para os indivíduos da categoria. O Trabalhador de Trecho I quando descreveu a sua primeira experiência no campo de trabalho, delineou com clareza o seu sentimento de alienação (ou desterritorialização?), de estranhamento, enquanto trabalhador migrante em um espaço provisório e aparentemente monofuncional, um não-lugar, segundo Augé (1994).

*(...) Era uma obra muito grande. Eu fiquei perdido, tipo um cidadão do interior chegar na cidade grande. Monte de...aquela cidade corrida. Um bocado de gente pra lá e pra cá, não sabia o que fazer, você perdido. Aí eu fui na área, aquele negócio muito gigante, pra ir pro restaurante, tinha que pegar ônibus, aí pra a área de trabalho, tinha*



*que pegar ônibus*<sup>152</sup>.

Sua desterritorialização inicial é logo atenuada pela necessidade/desejo de morar no local onde se encontra. “O homem mora talvez menos, ou mora muito menos tempo, mas ele mora: mesmo que ele seja desempregado ou migrante. A residência, o lugar de trabalho, por mais breve que sejam, são quadros de vida que têm peso na produção do homem” (SANTOS, [1996] 2009). Passado um tempo, na “área”, no trecho, o trabalhador se sente à vontade. O trecho torna-se o seu lugar, com uma identidade, que pode ser “transplantada”, já que em todo trecho ela é, de novo, reproduzida pelos trabalhadores constantes e segundo as normas padrões de segurança, de construção, de montagem etc. O trabalhador de trecho se familiariza com os dois planos que constituem esse lugar “portátil”: o plano das normas e objetos, das relações hierárquicas e unilaterais; e o plano das relações horizontais (imbuídas por valores mais subjetivos, como afinidades pessoais) construídas entre os colegas de trabalho, nem sempre do mesmo nível hierárquico.

O Trabalhador de Trecho I explicou como todas as “áreas” são “iguais”, já que se tratam de espaços de trabalho intensamente normatizados, onde, as diferentes categorias de trabalhadores são reconhecidas por elementos do uniforme, independente do estado ou do município onde a “área” se estabeleça. O trabalhador de trecho comporta **várias identidades** (HALL, [1992] 2006) relacionadas a sua atividade de trabalhador migrante e temporário. **Primeira identidade**, esse trabalhador é “trecheiro”, identidade construída no exercício do trabalho, enquanto empregado: alguém que não se acostuma mais em ficar em casa, indo e voltando de um trabalho fixo, que possui várias carteiras de trabalho preenchidas em inúmeros empregos temporários etc. “*Porque eu tenho sete [...]. Sete carteira [e tão] tudo assinada como soldador, tudo metralhada. [...] porque eu tô com x aqui, mas, se aqui tivesse dando mais, eu saía daqui ia pra aqui*”<sup>153</sup>.

**Segunda identidade**, esse trabalhador é baiano, paulista ou pernambucano, e mora em Recife, em Três Lagoas, Ribeirão Preto ou Santo Amaro. No trecho, esse trabalhador em contato com outros indivíduos vindos dos mais diversos estados e municípios se redescobre como natural de uma comunidade imaginada e de um lugar, que o anuncia positivamente ou negativamente em relação aos outros colegas de trabalho.

A construção dessas múltiplas identidades possui uma dimensão abstrata, fundada

---

<sup>152</sup> TRABALHADOR de Trecho I. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>153</sup> CAPOEIRA I. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2012.

no espaço concebido, usado, por exemplo para dar suporte a discursos ideológicos sobre comunidades imaginadas. Mas também possui uma dimensão existencial, ligada ao espaço vivido. Nessa dimensão, as representações hegemônicas criadas para garantirem um determinado *status quo* se autonomizam (ou são autonomizadas?) e influenciam diretamente o desenvolvimento da vida cotidiana dos indivíduos. O Trabalhador de Trecho I, por exemplo, em um dos momentos que se percebeu santoamarense, procurava se empregar em Camaçari, no contexto de uma situação na qual sua condição de morador de Santo Amaro poderia barrar-lhe o acesso à oportunidade de emprego que acenava.

Enfim, o trabalhador industrial temporário é mais um tipo humano que constitui a identidade do lugar Santo Amaro. Entretanto, apesar de sua relevância, não aparece evidente, principalmente para o *outsider* (de fora), como constitutivo dessa identidade. O lugar Santo Amaro aparece para o mundo como uma fonte de artistas e de arte. Será que é? E se for, o quanto isso é de fato constitutivo dos processos de reprodução socioeconômica dos sujeitos moradores da cidade? Esse, entre outros temas relacionados à produção ideológica do lugar Santo Amaro, será um dos pontos que discutiremos no próximo capítulo.

## CAPÍTULO V

### **a política e o lúdico no lugar Santo Amaro, no meio técnico científico informacional**

Nesse capítulo, descrevemos as dimensões política e cultural do lugar, sem perder de vistas a reprodução socioeconômica dos seus sujeitos. Para tanto, inicialmente, tecemos algumas reflexões sobre o processo (refletido na paisagem) de constituição, no cotidiano, dos lugares intraurbanos da cidade. Analisamos, sinteticamente, o processo de diferenciação do lugar em lugares no cotidiano do morador de Santo Amaro. Daí alcançamos o morar no nosso lugar empírico, o quanto essa ação está ligada ao conteúdo de porosidade constitutivo da cidade, e o quanto esse morar no lugar significa participar da informalidade e participar, também, de uma questão identitária, na qual o morador geralmente constrói sua casa, ele próprio e/ou com a ajuda de amigos e parentes, envolvendo a mobilização de uma (ou várias) rede(s) social/socialis imersa(s) no lugar.

As redes sociais mostram-se uma constante em nosso trabalho, com implicações na escolha de nossos planos de análise. As redes sociais alcançam, por exemplo, através das mídias sociais o mundo virtual, um plano de análise sobre o qual nos debruçamos em vista de sua importância no processo que ousamos denominar de “virtualização do lugar”, sobre o qual começamos a insinuar a relevância já no capítulo anterior. Afinal, as redes de empregabilidade dos trabalhadores de trecho, por exemplo, não seriam possíveis sem algum grau de virtualização.

A virtualização está presente em várias dimensões da vida cotidiana do lugar Santo Amaro, especialmente na sua dimensão política, incluindo a partidária, tema objeto de nossa reflexão também nesse capítulo. Santo Amaro é um município vulnerável socioeconomicamente, por conseguinte, é um terreno fértil para as ações políticas que procuram angariar apoio eleitoral no varejo, através de práticas clientelistas. Nesse sentido, as políticas estatais de desenvolvimento e assistência social, de um modo geral, mesmo quando se propõem a serem universalizantes, terminam também por servir – quando se realizam no lugar, por meio de variados mecanismos – como munição para as referidas práticas.

Esse é um panorama adverso à sobrevivência da população, de parte significativa dela, pelo menos. O poder público municipal, tão parcial, tão próximo, tem rosto, vira

aliado ou adversário “pessoal” no exercício diário de sobrevivência dos moradores de Santo Amaro. Tem temperamento, é “alguém”, com que o indivíduo, morador da cidade, se alia ou não. Se é aliado, dá suporte eleitoral para que o mesmo se mantenha e continue lhe oferecendo vantagens (que são as possibilidades desse indivíduo se sustentar social e economicamente ainda que no espaço de um mandato); se não é, corrói o mesmo suporte através das redes sociais locais.

Discutimos, especificamente, algumas políticas estatais relacionadas ao processo de federalização. Afinal a União tem deslocado cada vez mais responsabilidades aos estados e municípios, e mais possibilidades – ainda que muitas não sejam efetivas – de capitalização fiscal, assim como repasses orçamentários (Fundo de Participação dos Municípios, cotas de *royalties*, programas federais de desenvolvimento social, Fundeb<sup>154</sup> etc.). Foi dessa forma que os municípios se tornaram mantenedores de políticas sociais de cunho federal, como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida etc. Os mesmos não são os responsáveis diretos pelo repasse dos benefícios – administrados pelo governo federal, via Caixa Econômica –, mas são os responsáveis pela manutenção do cadastro local daqueles que serão beneficiados pelos programas, o que corresponde a um poder significativo, **geralmente oportunizado eleitoralmente pelos políticos locais**. Também observamos o processo de implantação dos Pontos de Cultura e da Universidade Federal do Recôncavo em Santo Amaro e o quanto o estabelecimento de ambos vem associado a um discurso regionalista e do lugar, apropriado parcial ou totalmente pelo próprio lugar Santo Amaro.

Dedicamos uma seção desse capítulo para pensarmos especialmente as manifestações culturais do lugar Santo Amaro e o quanto as mesmas contribuem para a reprodução socioeconômica dos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente. Também notamos como tais manifestações conformam relações, que também se virtualizam, para além do nosso lugar empírico, possibilitando que as mesmas emergjam espetacularizadas e/ou folclorizadas em outros lugares.

---

<sup>154</sup> Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação: “É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, vinculados à educação por força do disposto no Art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais [que, em Santo Amaro, corresponde a aproximadamente 50% do fundo], sempre que, no âmbito de cada estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente” (Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/fundeb-sp-1090794249>>. Acesso em: agosto de 2015).

Por fim, discutimos as festas do lugar Santo Amaro, como as mesmas sofrem um crescente processo de espetacularização, o quanto estão ligadas à identidade do morador de Santo Amaro e o quanto fazem parte dos esforços de aquisição de moeda por parte desse morador e de outros, vindos de outras cidades (de outros lugares).

Por agora, na próxima seção, discorreremos sobre os lugares de Santo Amaro, espaços intraurbanos que não podemos simplesmente superpor aos bairros e/ou ruas. São espaços diferenciados pela territorialização dos sujeitos sociais. Para apreendê-los realizamos uma análise-descrição da conformação desses lugares, apreendendo inclusive (ao longo desse e do próximo capítulo) os processos de territorialização dos seus sujeitos, processos que lhes são constitutivos.

## 1. OS LUGARES DE SANTO AMARO

*“(...) aqui [em Santo Amaro] eu me encontro, graças a Deus”.*  
Sambadeiro II, em entrevista a Shanti Marengo, 2015.

Nas diversas vezes que realizamos trabalho de campo em Santo Amaro fomos, aos poucos montando um mapa dos lugares da cidade (mapa 9, p. 255). Esses lugares coincidem mais ou menos com espaços intraurbanos que os moradores, geralmente, distinguem cotidianamente como bairros e/ou ruas, referenciais (formais e simbólicos) na paisagem urbana elaborados para denominar e descrever. Se assim não fizessem, como se deslocariam na cidade e na memória dela? Como a reconheceriam enquanto espaço diferenciado tanto pelo acolhimento quanto pelo medo? Viver a cidade é também lhe dar vida e identidade, que muda a depender de onde se esteja.

Para delimitar os lugares descritos no mapa questionamos seus moradores sobre os limites de cada um. A vários moradores de cada vez, quando percebíamos uma área de fronteira entre dois ou mais lugares, perguntávamos: onde estamos? Que lugar é esse? Até onde ele vai? Por quê?



O mapa de lugares não tem limites exatos e nem poderia ter. É um instantâneo ambíguo comportando presenças – nomes conhecidos por aqueles que moram em Santo Amaro e limites ainda hesitantes de cada lugar que conseguimos identificar – e ausências, todos os lugares que não conseguimos delimitar, por serem ainda menores, mais particulares, mais íntimos. Lugares dos lugares. Em Santo Amaro, qualquer conjunto de duas, três ruas, a depender, tem a potência de tornar-se diferença e adquirir identidade. Se buscássemos, na construção do mapa, tal nível de detalhamento, teríamos de reconhecer dezenas, talvez centenas, de lugares. Ficamos nesses, mais citados, que podem ser facilmente verificados ao longo da leitura desse trabalho.

As respostas não eram perfeitas, não convergiam perfeitamente. As áreas de fronteira, entre os lugares, se enchiam de ambiguidade. Como defini-las em nosso mapa? O jeito que encontramos foi demonstrando, através da fragmentação do objeto geométrico (representação gráfica do lugar no mapa), sua deterioração (no mapa 9, acima) enquanto certeza. O objeto sólido (representação do lugar) decompunha-se em vários menores da mesma cor, em seus limites, que se misturavam a outros, também pequenos, de cores diferentes, os quais compunham o limite também deteriorado do(s) lugar(es) vizinho(s). Da mistura dos limites deteriorados, uma zona de transição e de incerteza. Em que lugar estamos? Podia ser um, podia ser outro. As duas respostas, dependendo de quem o dissesse, do grau de certeza da sua afirmação – Aqui é “tal lugar”! – estavam certas, afinal essa certeza fora dada pela experiência e reconhecida pelos seus pares, também moradores do lugar. Como não estariam certas? Os limites do lugar não eram dados simplesmente por uma construção mental abstrata do morador. A necessidade de um limite, demarcando sua experiência, dialogava com a paisagem. O ponto de referência marcando possíveis limites, cruz, ferrovia, e/ou ponte, algo que o morador via todo dia e/ou usava, não tinha sido criado deliberadamente para ser um limite, mas tornou-se por uma conveniência surgida da necessidade.

Um cruzeiro (figura 37, p. 257) aponta o limite incerto entre a Caieira e o Trapiche de Baixo. Esses lugares são considerados bairros pelos moradores da cidade. Eles são (vimos isso com bastante frequência em relação ao Trapiche de Baixo) espaços intraurbanos onde conseguimos encontrar aquelas dinâmicas próprias de uma vida de bairro, no seu sentido clássico, descrito em Souza (1989). No Trapiche de Baixo, os vizinhos se conhecem, organizam eventos, se unem e se articulam em torno de reivindicações para o bairro frente à prefeitura. Mas, nesse caso específico, como

sabíamos em que bairro estávamos uma vez ultrapassado o limite “Cruzeiro”? Novamente os objetos da paisagem nos serviam como referenciais simbólicos. No Trapiche de Baixo, a praça do Riachuelo é um centro simbólico do bairro (e de outros, próximos, como a Caieira). A praça, inegavelmente está no Trapiche de Baixo, e é uma síntese simbólica dele. Os moradores do Trapiche se apropriam diariamente da praça e a fazem deles através do uso. Assim, se estamos na praça e nas ruas próximas dela, estamos no Trapiche de Baixo.



Figuras 37, acima. Cruzeiro que serve como ponto de referência do limite entre a Caieira e o Trapiche de Baixo. A mureta em torno do cruzeiro foi construída recentemente (2015) por moradores do entorno. Observar a vegetação de mangue, ao fundo, margeando rio Subaé, que nessa região está bem próximo de sua foz. Acervo de Shanti Marengo. 2015.

No entanto, muitas vezes, os lugares não possuem um centro de significado tão óbvio ao “de fora” quanto uma praça. O conhecimento de que se está em um lugar muitas vezes vem de elementos dispersos na paisagem ou diluídos nela. Nenhum objeto óbvio a um *outsider* (de fora) indica, por exemplo, se estamos ou não em Nova Santo Amaro (outro bairro que identificamos como lugar), mas o conjunto edificado do bairro, um loteamento de classe média cujas casas foram visivelmente modificadas a partir de uma matriz comum a todas elas mais o fato de não serem geminadas são elementos que constituem uma paisagem urbana bastante destoante da paisagem mais comum, característica da cidade de Santo Amaro.

Voltando aos limites entre lugares, esses frequentemente eram bem difíceis de serem resumidos a uma linha. Entre o Centro e o Trapiche de Baixo, por exemplo, não existe um objeto específico delimitando; existe um ambiente, um espaço, com seus objetos e seus frequentadores mais presentes com suas relações. Entre o Centro e o Trapiche existe um lugar: o Santa Luzia. Nesse lugar, às vezes chamado de bairro, às vezes de rua, que encontra seu nome também na igreja (do Senhor Santo Amaro), se



localiza um grupo social específico, do qual alguns membros não querem ser relacionados ao Trapiche de Baixo (considerado, por alguns moradores do centro, como um bairro de periferia). No lugar Santa Luzia, que não pomos no mapa, existem alguns objetos que o identificam, além da igreja do Senhor Santo Amaro: o solar Paraíso (tombado pelo IPAC), uma praça pequena, entre outros.

Ao mesmo tempo existem diversos exemplos em que esses limites, entre dois lugares, eram bem claros. Entre o Sinimbu e o Derba, dois bairros que também consideramos como lugares, a Linha<sup>155</sup> foi posta como um limite no trecho entre os dois bairros. Os lugares Polivalente e Alto do São Francisco são duas ladeiras (um dos casos, no mapa de lugares, que não são bairros) que aparecem em uma perspectiva vertical (a partir de uma imagem de satélite ou fotografia aérea) como duas ramificações lineares da mancha urbana na zona rural. Ora, ambos os lugares são cercados por campos vazios em todos os lados menos um, que é a via que os conecta à mancha urbana da cidade. Seguindo esse mesmo exemplo, o lugar Bonfim também é uma ramificação linear da mancha urbana principal. Trata-se de um bairro predominantemente residencial que se estende ao longo de três vias: a avenida Rui Barbosa, a via férrea (durante um trecho) e o rio Subaé. O bairro é cercado por fazendas.

Uma observação importante, que devemos repetir, é que existem outros lugares em Santo Amaro além daqueles que indicamos no mapa. Sambadeiro II explicou bem como se diferencia, por exemplo, o Trapiche de Baixo, composto por vários outros lugares: “*a gente fala assim ‘trapiche’, mas se divide em várias partes: Trapiche de Baixo, Maricá, avenida João Soldado, Caieira, Tauá, esses negócios tudo*”<sup>156</sup>. O lugar Sacramento, outro exemplo, se diferencia em outros tantos lugares menores: a rua da Linha, que não chegou a fragmentar o bairro no imaginário do morador, mas ajudou a destacar aquele espaço por onde ela passa, diferenciando-o, e a Ladeira das Virgens, outro desses lugares que se resumem a uma rua (ou ladeira, no caso). Sua diferenciação ocorreu, sim, por conta de um grupo de moradores que se reconhecia como tal (moradores da

---

<sup>155</sup> A Linha é a via férrea da empresa Ferrovia Centro Atlântica (FCA), do grupo VALE. A FCA consiste, atualmente, em um conjunto de três sistemas ferroviários que faziam parte da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA): a Viação Férrea Centro-Oeste, que era parte da Estrada de Ferro Central do Brasil, com sede em Belo Horizonte; a Estrada de Ferro Leopoldina, com sede em Campos; e a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, com sede em Salvador, da qual fez parte a **Estrada de Ferro Santo Amaro**. A FCA reativou o sistema ferroviário para transportar exclusivamente cargas: minérios, grãos, açúcar, cimento, fosfato, fertilizantes, ferro-gusa, petroquímicos e álcool, dentre outros commodities. Disponível em: <<http://www.fcasa.com.br>>. Acesso em: abril de 2014.

<sup>156</sup> SAMBADEIRO II. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2012.

Ladeira das Virgens), mas também por conta de outro fator: a presença no lugar de um ponto de tráfico.

Pontos do espaço onde se desenvolvem atividades criminalizadas geralmente podem ser isolados, em maior ou menor grau, do restante da cidade. O isolamento muitas vezes é de “mão de dupla”: tanto os próprios moradores do lugar o isolam (por vários motivos), quanto os moradores do restante da cidade também com medo de serem atingidos pela violência geralmente associada à atividade criminal. A Ilha do Dendê é outro exemplo de lugar que foi, em certo grau, isolado do restante da cidade graças às atividades criminais ali desenvolvidas. De certa forma, o isolamento e o motivo do isolamento terminam por contribuir para a construção da identidade desses lugares, os quais podem ficar estigmatizados e naturalizados enquanto lugares de violência (SANTOS, 2009).

É interessante notar como alguns lugares são denominados por recorrência a um objeto da sua paisagem, julgado, por qualquer motivo, significativo. Duncan (2004), em uma discussão metodológica sobre leitura das paisagens, discorrera sobre essa estratégia, admitindo uma retórica da paisagem. Esse autor denominara o artifício de tomar o todo pela parte de metonímia<sup>157</sup>. Ilustramo-na, citando o exemplo do lugar Caixa D’Água, denominado assim em virtude de uma caixa d’água real (figura 38, p. 260) desativada, que se localiza no alto da encosta onde o bairro se situa. Da referida caixa, se distribuía a água encanada que servia toda a cidade. Isso era significativo. Outro exemplo é os lugares Alto do São Francisco e Derba. O primeiro denominado assim por conta da igreja (de São Francisco) localizada no alto da ladeira, ao longo da qual o lugar referido se estruturou fisicamente. O segundo, graças à sede física da instituição governamental do mesmo nome (Derba) que se localiza naquele lugar-bairro.

---

<sup>157</sup> A metonímia é uma “relação figurativa onde uma palavra ou ícone representa algo ao qual está relacionado por contiguidade” (DUNCAN, 2004, p. 114).



Figuras 38, acima. Caixa D'Água que dá nome ao bairro no qual a mesma se localiza. Acervo de Shanti Marengo. 2011.

O rio Subaé e seus afluentes são uma presença constante na paisagem dos lugares de Santo Amaro, assim como são inúmeros os exemplos em que os rios (e os fenômenos associados a eles) serviram para delimitar e/ou dar identidade aos lugares da cidade, e ao próprio lugar cidade. O rio contribui para delimitar, por exemplo, o lugar Sacramento, do qual para sairmos, em diversos momentos, precisamos passar por pontes. Uma ponte liga o Sacramento ao lugar Ideal, outra ponte liga o Sacramento ao lugar Centro. A ponte da Moringa, talvez a mais importante simbolicamente da cidade, liga o Centro ao Sinimbu. O Tauá e o Conde são dois lugares-ruas (que não representamos em nosso mapa, pondo-os como parte da Caieira) vizinhos, no limite da mancha urbana, onde a proximidade do rio e do mangue obriga os moradores acederem fogareiros pelas ruas para espantarem os insetos no final da tarde. Em nenhum outro lugar da cidade existe essa prática, somente nesses, graças ao rio (já perto de sua foz) e ao mangue, mais a imprevidência das instituições que permitiu a ocupação urbana em área de proteção ambiental. Decerto que um ambiente assim, com insetos e fumaça todas as tardes, é insalubre em vários graus, mas ao mesmo comporta identidade. A insalubridade, após desviada discursivamente por algum tipo de essencialismo identitário, servirá para alimentar conformismo, por exemplo. Um morador daquela região, em conversa informal, usou as características insalubres do ambiente para orgulhar-se do seu lugar. Segundo ele, o cotidiano difícil daqueles que moram nos lugares citados os tornam prontos para a precariedade da vida que, possivelmente, os espera.

Para o morador da cidade, a localização do lugar encontra sua utilidade quando está associada ao seu exercício diário de reprodução socioeconômica. Esse morador para “se virar”, realizar enfim suas ações de caráter tático, precisa mobilizar diariamente sua

memória dos lugares (e não só aqueles intraurbanos, como veremos) de Santo Amaro. Uma memória que não é somente geométrica, bidimensional, mas é também afetiva e simbólica, já que construída no cotidiano, e também política, pois será através dessa memória que ele negociará, em ação, o seu direito à cidade.

O direito à cidade reivindicado também pelo direito à habitação na cidade, o qual em Santo Amaro adquire características de insurgência, por vários motivos que descreveremos na próxima seção. Habitar em Santo Amaro é ter a possibilidade de vislumbrar na paisagem o legítimo se impondo ao legal ainda incapaz de contemplar as urgências da vida cotidiana na temporalidade que a mesma exige.

### 1.1. MORAR NO LUGAR SANTO AMARO

*“Santo Amaro me gosta...gosta de mim e eu gosto de Santo Amaro”.*  
Sambadeiro II, em entrevista concedida a Shanti Marengo, 2012.

Pensar esse tema tornou-se necessário quando precisamos abordar **dois aspectos** da parte empírica da pesquisa que saltavam à vista e estavam relacionados ao objetivo primário do trabalho. O **primeiro** deles se referia a como alguns moradores da cidade se sentiam ou se diziam ligados a mesma ou mais especificamente ainda, ligados a um lugar de Santo Amaro, o qual poderia ser um bairro, ou uma área ainda menor.

Não foi raro, nas entrevistas, testemunharmos dos entrevistados afirmações de lealdade a um bairro ou a áreas ainda menores. Essas declarações de lealdade não eram gratuitas. No bairro ou na área discriminada vivia geralmente a sua família ampliada ou uma parte significativa dela. Enfim, uma parte da rede social do entrevistado residia na vizinhança de sua casa. A lealdade dos entrevistados não era para com o espaço físico em si, por si, mas para com indivíduos e relações que os mesmos constituíram entre si no espaço em questão. O Feirante IV declarou em entrevista sua lealdade em relação ao bairro Caieira: “(...) *a Caieira é a minha raiz*”<sup>158</sup>. Ele morava com a sua mãe, na casa dela, naquele bairro desde criança, com exceção de um pequeno intervalo de seis anos, quando morou em casa alugada no bairro Nova Santo Amaro.

A maior parte dos moradores de Santo Amaro mora em sua própria casa (gráfico 14, p. 262). Poucos moram de aluguel. Francisco de Oliveira (2006), quando confrontado

---

<sup>158</sup> FEIRANTE IV. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2013.

com uma situação semelhante – um lugar habitado maciçamente por uma população de baixo poder aquisitivo, onde a grande maior parte das habitações é própria de seus moradores – fez uma análise elucidativa sobre as causas e consequências desse fenômeno.

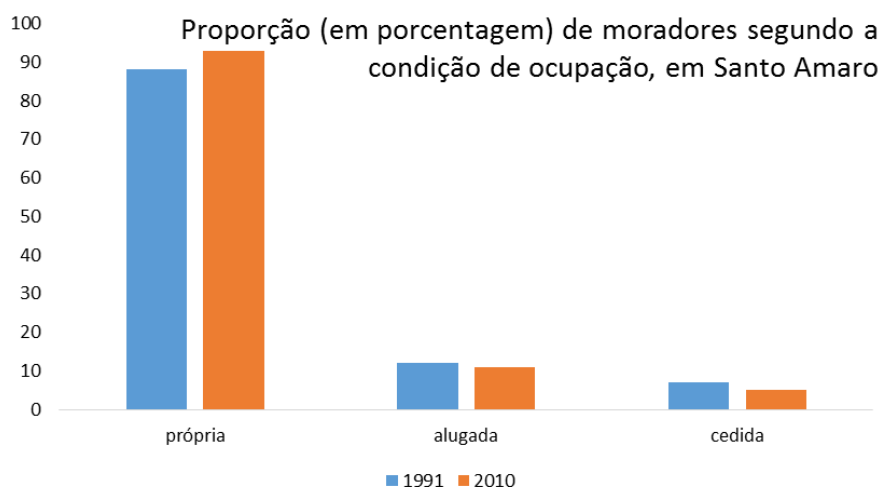


Gráfico 14. Fonte: IBGE.

Adotaremos a reflexão de Francisco de Oliveira (2006) para explicar o mesmo fenômeno em Santo Amaro. As casas próprias daquela população de baixa renda em Santo Amaro são resultado, em grande parte, da autoconstrução<sup>159</sup>, sem o alvará da prefeitura e sem escritura. Dizendo de outra forma: a maior parte da cidade construída é informal. Esse é o **segundo** aspecto, que fortalece os conteúdos de porosidade e flexibilidade que caracterizam o lugar Santo Amaro. A informalidade da ocupação do solo urbano, aparentemente, tem a conivência do poder público municipal. Trata-se de uma ilegalidade consentida, ambigualmente controlada. Como assim?

Em vista das pressões crescentes dos órgãos estatais responsáveis pela regulação e fiscalização das ações do poder público, os gestores municipais têm se “movimentado” com o objetivo de aumentarem a receita municipal, também, através da arrecadação tributária. Na atual gestão municipal de Ricardo Machado, verificamos mais de uma vez campanhas no sentido de estimular a população a pagar o IPTU<sup>160</sup>. Porém, antes dessa gestão, já era possível verificar aumentos na arrecadação relacionada ao pagamento desse

<sup>159</sup> (...) a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (...). (...) chamamos de autoconstrução o processo de construção da casa [própria], seja apenas pelos seus moradores, seja pelos moradores auxiliados por parentes, amigos ou vizinhos, seja ainda pelos moradores auxiliados por algum profissional (...) remunerado (MARICATO, 1979, p. 73-74).

<sup>160</sup> Disponível em: <<https://prefeiturasantoamaro.wordpress.com/2014/04/30/atencao-contribuinte/>>. Acesso em: agosto de 2015.

imposto (ver gráfico 7, p. 188). Gradualmente, o poder municipal vem se apropriando da cidade como fonte de divisas para o incremento da receita orçamentária do município, em um processo que precisa reconhecer – por força das circunstâncias – as habitações de autoconstrução como residências de fato, radicadas no solo urbano do município e, portanto, com direito às benesses infraestruturais (saneamento básico, iluminação pública etc.) implicadas nesse reconhecimento.

Santo Amaro inteira, ou parcelas dela, enquanto lugar onde pessoas moram e vivem, enquanto espaço vivido se torna parte desse processo de tensionamento das normas que regulam a ocupação do solo urbano. Santo Amaro comporta **lugares de insurgência** (HOLSTON,1996), não porque sua população moradora se organiza politicamente para tanto, muito mais porque a necessidade de morar comporta uma temporalidade cotidiana muito mais imediata que aquela da vontade política dos grupos hegemônicos que governam o município. Entretanto, essa insurgência, se percorremos o caminho traçado pela reflexão de Oliveira (2006), é ambígua, contraditória e, talvez por não ser consciente, vacilante. A casa construída em regime de autoconstrução somente se caracteriza como insurgência enquanto seu proprietário não se permite ser rastreado e enquadrado pelo poder público, a fim de ser coagido ou convencido a pagar o IPTU, e também enquanto a residência que construiu é puro valor de uso, já que construída a partir de sobretrabalho, ou seja, trabalho que não foi assalariado e que não produziu mais valia, nem mercadoria, trabalho extra, marginal ao processo produtivo, que só serve à reprodução imediata do próprio trabalhador. Dessa dimensão da autoconstrução, relacionada à sua produção através de sobretrabalho, é que “nasceram” as ambiguidades de seus conteúdos.

De acordo com Oliveira (2006), a autoconstrução realizada através dos recursos do próprio trabalhador contribui para o rebaixamento do custo de reprodução do mesmo, já que o custo da habitação não precisa ser contabilizado no cálculo de sua remuneração. O que o capital perdeu por um lado ganhou por outro: a mercadoria que não foi produzida, e, portanto, não foi inserida no mercado capitalista, contribuiu para a reprodução ampliada do capital quando ajudou a rebaixar o preço da mão-de-obra.

Nesses termos discutidos por Oliveira (2006), dizemos que a “Santo Amaro autoconstruída” é uma cidade barata, a qual, deixada a si mesma pelo poder público conivente, cresce desordenadamente, ocupando espaços que deveriam ser interditos para a proteção dos próprios moradores e a conservação do equilíbrio dos processos naturais,

como as Áreas de Proteção Permanente (APPs). Ainda assim, a “cidade barata” cumpre seu objetivo, de possibilitar moradia, mesmo que precária, a todos que se dispuserem a pôr a “mão na massa”.

Imbuídos dos seus poucos recursos, sua força de trabalho, mais a necessidade e a vontade de possuírem sua casa própria, os moradores de Santo Amaro constroem por toda a cidade. Constroem nas margens dos rios<sup>161</sup> casas de vários pavimentos (ver figuras 40 e 41, abaixo). Constroem em lotes exíguos (ver figura 39, abaixo), verticalizando sempre, através do usual artifício da laje.



Figura 39, acima, a esquerda. Residência de vários pavimentos com largura pouco maior que uma janela. Acervo de Shanti Marengo. 2013.

Figura 40, acima, a direita; e figura 41, abaixo. Residências construídas às margens do rio Subaé, em Santo Amaro. Na figura 41, as residências, de autoconstrução, estão localizadas no bairro do Sacramento. Acervo de Shanti Marengo. 2012.



Entretanto, a autoconstrução, com o objetivo de garantir a reprodução socioeconômica do trabalhador não diz tudo. O panorama explicativo descrito por

---

<sup>161</sup> As margens dos rios são Áreas de Proteção Permanente (APPs), segundo definição dada pela lei 12.651, de 2012. Os cursos de água com largura de até dez metros (o caso do rio Subaé, na maior parte do seu leito), tem em cada margem uma faixa de 30 metros de largura (uma forma de APP) que precisa ser preservada da ocupação de alto impacto ambiental (como moradias urbanas plurifamiliares).

Oliveira (2006) não pode ser aplicado, sozinho, para pensar a ocupação urbana em Santo Amaro. Existem outros elementos e processos que devem ser arrolados para completar essa reflexão. A autoconstrução tem implicações na constituição das solidariedades que constituem o lugar /ou os lugares de Santo Amaro. Construir por conta própria parece se constituir em um dos processos constitutivos da identidade daquele que mora em Santo Amaro. Aquele, na cidade, que ainda não construiu sua residência se preocupa em explicar os motivos de ainda não o ter feito. Um dos entrevistados, o Trabalhador do Terciário I, explicou como a família o pressionava para construir sua própria casa, citando como exemplo sua mãe, feirante com poucos recursos, conseguiu construir uma residência com três pavimentos. Para esse morador de Santo Amaro, o fato de construir sua própria residência tem várias implicações: a garantia, no longo prazo, do investimento realizado e uma forma de reiterar seus laços com a família e com o grupo social do qual faz parte.

Por tudo isso, é raro encontrar pessoas em Santo Amaro que não estejam morando em sua casa própria ou que não pretendam fazê-lo e estejam, por isso, mobilizando recursos. Essa iniciativa, com a cumplicidade dos poderes locais instituídos, lhe (ao morador de Santo Amaro) autonomiza, parcialmente, a configurar a futura residência de acordo com a necessidade sua e/ou dos seus (o grupo familiar ampliado). E exatamente por isso que esse construtor individual conta com: o estímulo e a aprovação moral do seu grupo social, a cumplicidade da rede social da qual participa na forma de sobretrabalho oferecido gratuitamente por amigos e parentes, além da conivência do poder público que não o enquadra normativamente.

A flexibilidade acompanha todo o processo de realização dessa nova moradia que surge no espaço urbano de Santo Amaro. Uma vez que a referida construção não possui um planejamento para sua execução e tampouco um projeto arquitetônico, sua realização vai acontecendo conforme a necessidade da família e a entrada de dinheiro líquido suficiente. A futura residência pode demorar anos para ser construída, ao longo dos quais filhos nascem, crescem e se casam, para requisitarem mais espaço e privacidade na residência que ainda está sendo construída e, portanto, se apresenta sempre pronta para ser reconfigurada. Capoeira II mora em uma casa construída com mão-de-obra do seu sogro, na laje da casa onde o mesmo ainda mora. Em cima, já na laje da sua casa, outra casa vai ser construída pelo irmão de sua esposa.

Observemos que reconfigurá-la geralmente nunca é um objetivo primariamente



almejado, ainda que muitas vezes previsto. É um estratagema tático, circunstancial e dependente de uma conjuntura específica, que pode envolver tanto necessidade, quanto prosperidade. Reconfigurar a casa pode envolver a refuncionalização de um cômodo com o objetivo de se abrir um negócio ou pode implicar na utilização de uma laje prevista ou já construída, pronta para ser apropriada.

A maior parte das casas que não envolve a autoconstrução, ou seja, foi construída por pedreiros contratados seguindo um projeto pouco flexível, e cujos donos possuem escritura, está localizada no centro da cidade. São casas antigas, construídas quase todas em meados do século XX ou antes. As exceções estão nos bairros Nova Santo Amaro, Verde Vale e na rua Ferreira Bandeira, locais onde recentemente (do final do século XX até o momento atual) a classe média da cidade começou a construir suas residências (ver mapa 10, p. 268). São casas comparativamente grandes, cujos donos parecem pouco preocupados com a necessidade de futuras ampliações. À medida que saímos desse centro e caminhamos em direção às extremidades da cidade, observamos um aumento no número de casas sem reboco, construídas com **laje** (ver figuras 42 a 47, abaixo e na p. 267, imageando vários bairros da cidade). Assim são feitas por vários motivos. A laje por si só, mesmo que não se construam os futuros andares, é um investimento pela garantia de poder fazê-los. Em um momento de dificuldade financeira, o proprietário da laje poderá vendê-la, por exemplo, para que outro, geralmente conhecido, possa edificar ali uma residência.



Figura 42, acima, a esquerda. Casas de autoconstrução, na Ladeira das Virgens. Acervo de Shanti Marengo. 24/09/2014.



Figura 43, acima, a direita. Casa de autoconstrução. Acervo de Shanti Marengo. 2014.



Figura 44, acima, a esquerda. Casas de autoconstrução no bairro do Bonfim, na rua da “Linha”. Acervo de Shanti Marengo. 2013.

Figura 45, acima, a direita. Casa de autoconstrução na rua Ferreira Bandeira. Acervo de Shanti Marengo. 2013.

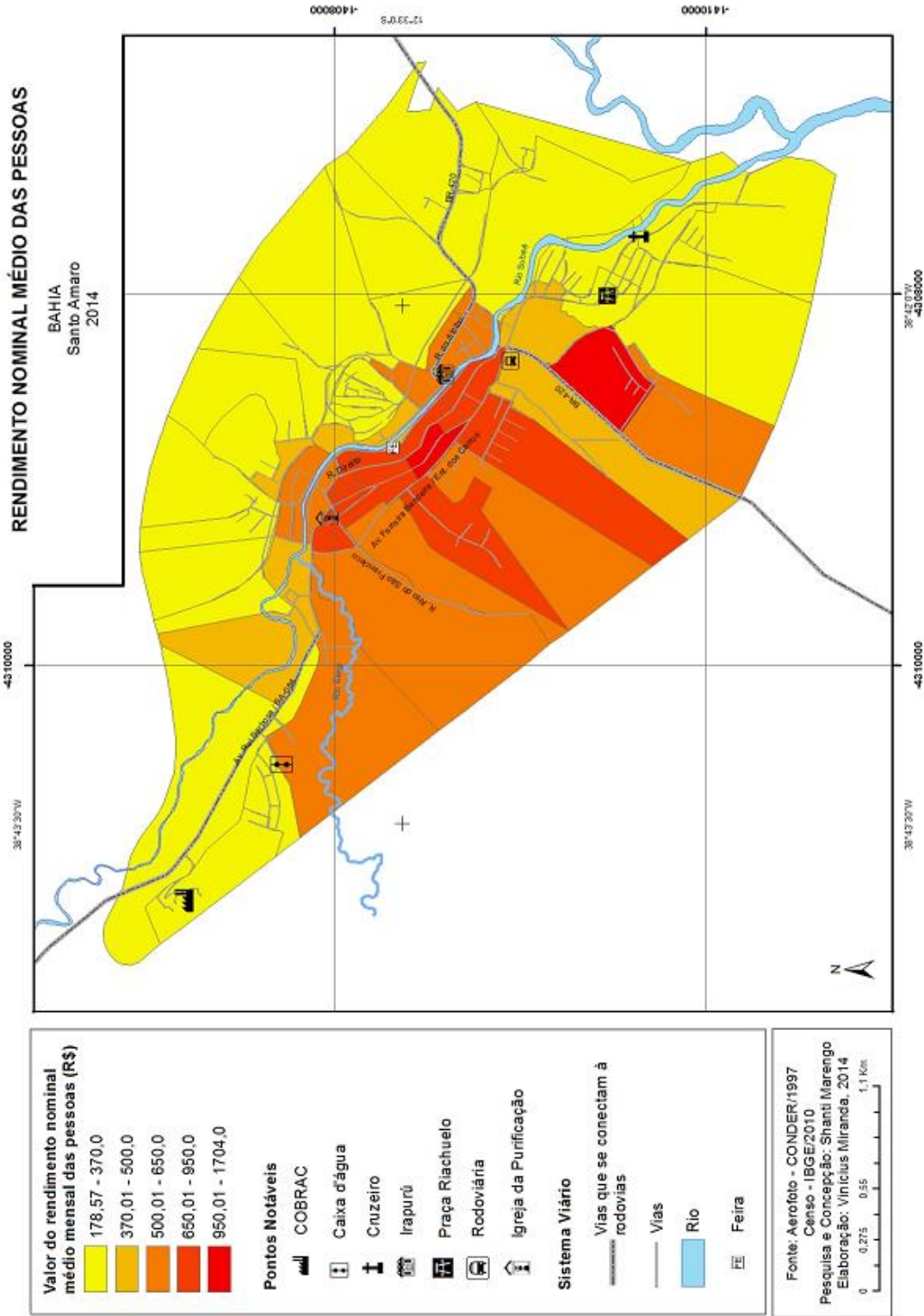


Figura 46, acima. Casas de autoconstrução no bairro Invasão de Nova Santo Amaro. Acervo de Shanti Marengo. 2013.

Figura 47, abaixo. Casas de autoconstrução no bairro Caixa D’Água. Acervo de Shanti Marengo. 2013.



MAPA 10



Caso o proprietário resolva utilizar sua laje para edificar mais residências, temos aí várias possibilidades. Ele o fará para depois alugar a outrem, já que em Santo Amaro casas para alugar não são frequentes, o que garante renda quase segura para aqueles que dispõem dessa possibilidade. Notemos: geralmente o aluguel da casa não será divulgado publicamente, ao contrário, o possível locatário mobilizará sua rede próxima de parentes, amigos e conhecidos. Em uma cidade na qual rareiam os imóveis passíveis de serem alugados, ter acesso a informação de uma casa disponível não é algo simplesmente posto para todos. O futuro locatário usualmente desejará servir alguém das suas relações que esteja precisando dessa oportunidade. Desse jeito, o mesmo, além de adquirir mais uma fonte de renda, fortalecerá laços e aumentará seu capital social individual. Dizemos mais uma fonte de renda, porque geralmente quem aluga, não possui essa possibilidade como única. O morador de Santo Amaro procura, de todos os modos, diversificar suas fontes de renda. Essa é considerada uma das mais estáveis. A maior parte das outras possibilidades envolve trabalho informal por conta própria e geralmente se configura como circunstancial e, portanto, instável.

Outro modo de utilizar a laje é guardá-la para o usufruto futuro de um parente, um filho, uma filha, um irmão. A laje, nesses casos, se torna herança. A filha ou filho que resolver ter sua própria casa, por necessidade de privacidade ou qualquer outro motivo, reivindica o direito de construir na laje da casa dos seus pais e o faz, por autoconstrução, com a ajuda dos parentes e/ou amigos. Um prédio alto em Santo Amaro, a depender do bairro, pode ser interpretado como indício de uma família que permaneceu unida, orgulho do patriarca/matriarca que conseguiu oferecer os meios para tal.

Graças à **emigração** – visto que Santo Amaro é um núcleo de repulsão populacional desde de meados do século passado – e a **laje**, pouco a mancha urbana cresceu nos últimos anos (ver mapa 11, p. 271), mas cresceu e diante da exiguidade dos terrenos disponíveis na cidade, a laje se instituiu como técnica necessária em uma cidade que se verticaliza improvisadamente. A população que pouco aumentou (ver gráfico 2, p. 184), entretanto, sempre procura novos espaços para usar, nem sempre legalmente. As ocupações de propriedades privadas acontecem. Alguns bairros de Santo Amaro se constituíram a partir de ocupações nas décadas de 1970/1980. Um deles é a Candolândia, hoje um bairro consolidado, o qual começou como uma ocupação em 1978 da fazenda Recreio, na época propriedade de Dorival Fiuza Lima (PREFEITURA, 9/08/2003, p. 3). Quem conta a história em entrevista é um dos fundadores do bairro, o Morador da

Candolândia:

*Fazenda Recreio. E aí a gente, a noite, a gente decidiu entrar e fazer a ocupação. Como essa ocupação? Com o próprio material que tinha dentro da fazenda. Os plantios...aquele, se não me falhe a memória, araçazeiro. Os araçazeiro, eles davam uns troncos também (...) com foice, machado, facão, foi as armas que a gente usou. Cada um ía limpando, e naquele mesmo cada um, tirando um pedacinho de terra, fazendo logo um barraco de plástico. A gente começou assim. E aí a notícia correu na cidade. E tudo foi evoluindo, foi chegando mais gente<sup>162</sup>.*

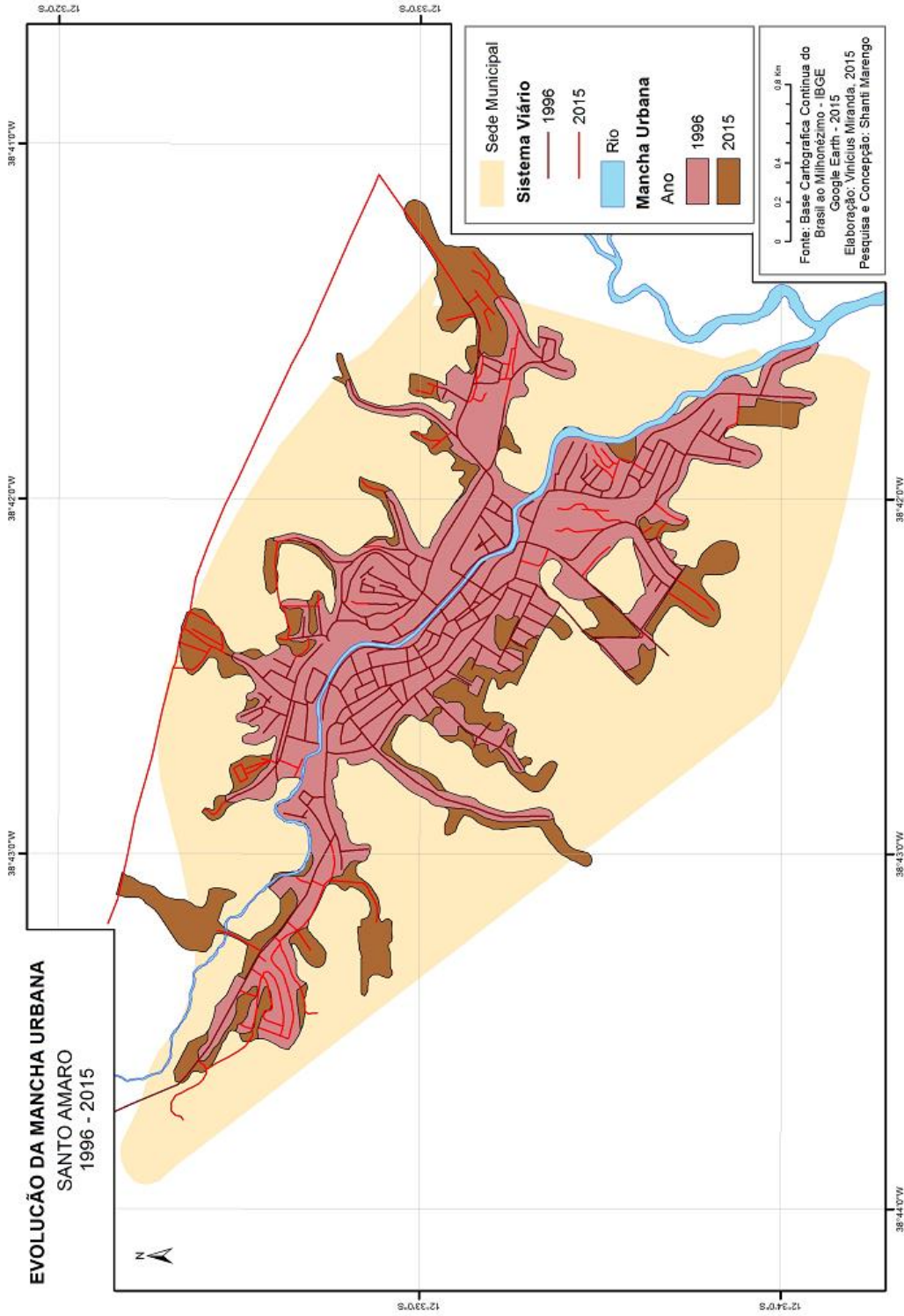
O bairro, que começara como ocupação e se chamava “Invasão” concentra-se em uma região alta da cidade e se estende por encostas até se encontrar com a Linha (a linha férrea da FCA) no fundo do vale. O Morador da Candolândia explicou o processo todo de ocupação: o surgimento dos grileiros, a apropriação dos moradores na gestão do espaço, a necessidade de se viver na ilegalidade para se garantir o básico, como água e luz.

Segundo o entrevistado, a garantia de posse de um terreno reivindicado através da ocupação era o uso. O barraco na ocupação continuaria sendo de quem o ocupava. Quem saísse perderia o seu direito ao solo. Ocupar, usar o terreno em questão, transformá-lo em seu, envolvia um certo engajamento. Manter-se em um espaço ilegal significava, segundo o entrevistado, reivindicar diariamente seu direito à cidade, seu direito à vida. Se a “matéria” estivesse alta e o lixo muito, com o risco de animais venenosos estarem pondo em perigo a vida dos moradores da “invasão”, seus moradores não poderiam esperar as providências do poder instituído. Os moradores mesmos teriam que fazer, em mutirão, algo a respeito, seja eles mesmos tomando os instrumentos necessários em suas mãos para fazê-lo, ou pagando, também em mutirão, uma empresa.

---

<sup>162</sup> MORADOR da Candolândia. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2014.

MAPA 11



*(...) Derrubou vários prédios que foi tombado, foi desapropri...o que podia derrubar, a gente fez mutirão de homem, de mãe de família. Fizemos uma vaquinha, alugamos algumas caçambas e começamos nós mesmos derrubar o prédio e levar os materiais todos pra dentro da Candolândia. (...). Pra fazer a trilha. (...). Porque a gente não podia fazer a rua toda, mas a gente fazia uma trilha alta, que dá pra você passar e não cair. (...) . E aí a gente foi fazendo as ruas (...).*<sup>163</sup>

A “Invasão” nas décadas de 1980/1990 vivera como um espaço insurgente, com ligações clandestinas de água e luz, sem saneamento básico, sem calçamento (em um solo argiloso). O Morador da Candolândia descreveu como viver na “Invasão” era desafiar constantemente as instituições, não porque se queria, mas para se garantir a própria sobrevivência diária, convivendo, ao mesmo tempo, com o perigo de ser penalizado individualmente pelo poder instituído caso fosse flagrado captando água ilegalmente ou fazendo ligações elétricas clandestinas, entre outras coisas.

O Morador da Candolândia explicou como a condição dos moradores da ocupação servia a capitalização política de candidatos a cargos públicos: “(...) *quantos prefeitos passaram pela prefeitura de Santo Amaro e nada fez a não ser realmente jogar um cascalho* [sobre a lama para permitir a passagem dos moradores pelo bairro na época das chuvas], *época de eleição e tudo*”<sup>164</sup>. Descreveu como os moradores da “Invasão” procuravam os políticos ou vice-versa. Explicou como cada conquista – água encanada, rede elétrica postificada, calçamento das ruas etc. – envolvia uma negociação “em ação”. Não se sentava primeiro na mesa de negociações: primeiro infringia-se a lei, criava-se a contradição, o problema e depois se esperava que algum representante dos poderes instituídos os chamasse para conversar a fim de regularizarem a situação, objetivo dos moradores. Abaixo um trecho da entrevista na qual o Morador da Candolândia descreve como eram os gatos de eletricidade na antiga “Invasão”:

*(...) A gente não usava as duas (fases): que são a positiva e a fase que é o terra. Mas construía o terra como? Pegava um pedaço de trilho, ou um pedaço de ferro, enfiava numa lama num lugar mais mole e ali a gente distribuía aquele terra pra várias casa. E só usava o positivo. O terra, a gente criava no chão. Pegava ali, batia um pedaço de ferro até uma certa fundura, e dali a gente enrolava o fio, e ali servia como terra. (...) e era todo mundo organizado. Se organizou. E aí ela viu que não tinha como deter a população que estava crescendo, e já foi avançando, tomando toda a fazenda. E aí o jeito dela foi colocar luz na*

---

<sup>163</sup> Ibidem.

<sup>164</sup> Ibidem.

Outro bairro, também na década de 1980, começara como ocupação em uma área não apropriada de um loteamento em construção (o Nova Santo Amaro) e se tornara uma ocupação consolidada: a Invasão Nova Santo Amaro, a qual se apropriara de sua passada natureza ilegal no próprio nome.

Proximamente ao bairro Nova Santo Amaro, outra ocupação de fato se constitui. A ocupação (ver figuras 48 e 49, abaixo) progride a cada dia. Em 2014, quando fomos vê-la, com menos de um ano de existência, já conseguíamos observar casas de alvenaria. Construir uma casa de alvenaria é uma forma de mostrar ao outro e mais especificamente ao poder instituído, que a ocupação está se consolidando. Esse morador que investiu mais na sua moradia em um espaço ocupado também está mostrando a seu vizinho que ele pode fazer o mesmo.



Figura 48, acima, e figura 49, abaixo. Ocupação recente próxima ao bairro Nova Santo Amaro. Acervo de Shanti Marengo. 22/09/2014.

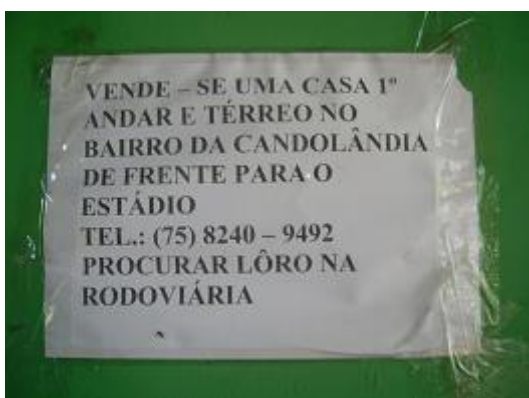


---

<sup>165</sup> Ibidem. A energia elétrica foi instalada na Candolândia durante o governo estadual de João Durval, gestão de 1983 a 1987.



Criou-se um mercado imobiliário não-capitalista em Santo Amaro, dinâmico e existente graças ao emprego do sobretrabalho dos santoamarenses. Esse mercado é irrastrável, visto que ele se desenvolve entre os indivíduos de uma mesma rede ou de redes que se interseccionam em um nó ativo. Na eventualidade dessas redes não agirem com a rapidez necessária, então, aí sim, visualizamos uma ponta visível desse *iceberg* de relações informais que se desenvolvem imersas no cotidiano santoamarense. Abaixo: o proprietário da residência autoconstruída improvisa os meios para divulgar sua vontade de vendê-la.



As figuras 50 e 51 são fotografias de anúncios de venda de imóveis afixados em muros, expostos ao público, pela cidade. Acervo de Shanti Marengo. 08/2012.

Além da escassez relativa de solo para construção (fruto da renda insuficiente da população santoamarense para a aquisição de terrenos urbanos), também apontamos uma escassez absoluta do solo, em virtude da existência de solos considerados inadequados à construção por diversos motivos. Um deles é emblemático de como determinadas ações – hegemônicas ou não –, mesmo depois de cessadas, ainda continuam tendo desdobramentos que se refletem na paisagem e nas dinâmicas sociais de um lugar. Referimo-nos aos solos tornados inadequados pela contaminação por chumbo causada pela Companhia Brasileira de Chumbo (COBRAC). Desde 1993, ela está fechada, mas seu passivo ambiental ainda permanece nas imediações da empresa e mais longe. Dispersa pela cidade, no calçamento das ruas e terrenos aterrados, está a escória aproveitada, tanto pelo poder público quanto pelos moradores da cidade.

Enfim, finalizamos nossa reflexão sobre o que significa habitar no lugar Santo Amaro: habitação ramificada no morar que se ramifica em muitas outras ações ligadas ao territorializar-se no lugar, entre elas o virtualizar-se. No meio técnico científico informacional, a ação de territorializar-se parece estar cada vez mais ligada à necessidade de virtualização dos sujeitos sociais, que é virtualização também das relações e dos

lugares. Os lugares virtualizados tornam-se um desenvolvimento dos lugares reais, ainda que reduzidos sob alguns aspectos (relacionados ao corpo do indivíduo, por exemplo) e a demasiado ampliados sob outros (geométrico-espaciais, visto que virtualmente o lugar Santo Amaro pode se conectar a qualquer outro lugar do planeta).

## 2. “VIRTUALIZAÇÃO” DO LUGAR SANTO AMARO ATRAVÉS DAS MÍDIAS SOCIAIS

Nessa seção procuraremos pensar como determinados grupos sociais fazem dialogar sua necessidade de moeda com os objetos técnicos científicos informacionais que se lhes apresentam, os quais, contraditoriamente, e à revelia da intensa especialização (voltada à reprodução do valor de troca) que os caracterizam, tornam-se essenciais para a construção e manutenção das redes sociais, frequentemente imbuídas pelo valor de uso, daqueles grupos.

Haesbaert ([2004] 2007) discutiu o conceito de território-rede, útil para esse trabalho no sentido de pensar o rebatimento espacial de algumas redes sociais que discutiremos ao longo desse capítulo, mais o próximo. Certamente os espaços constituídos pela racionalidade do capital são territórios-rede. Esse conceito além de se aplicar aos espaços articulados pela racionalidade do capital também explica espaços articulados pelas racionalidades de outras hegemonias (ou seriam contra-hegemonias?). Afinal não só os agentes hegemônicos têm o poder da apropriação do espaço, muitos outros sujeitos sociais (que não são dominantes) possuem a capacidade de se apropriarem do espaço se utilizando de outras lógicas menos ligadas aos desígnios do valor de troca.

No Brasil, especificamente, nos dois últimos decênios, ocorre um fenômeno que alguns autores estão chamando de **financeirização da pobreza**, no qual as classes de menor poder aquisitivo (uma população “economicamente ativa” desempregada, mas ocupada, ou empregada, mas mal remunerada) têm maior acesso ao crédito formal – através da atuação das financeiras e das grandes redes varejistas –, possibilitando que os mesmos adquiram bens de alta densidade tecnológica, como computadores conectados à internet e aparelhos de telefone celular (SCIRÉ, 2011; SANTOS, 2014)<sup>166</sup>. Ora, graças a

---

<sup>166</sup> Ambos os autores, Sciré e Santos, discutem a financeirização da pobreza no contexto da metrópole paulistana, ainda assim a estendemos ao nosso estudo empírico por encontrar semelhanças nos mecanismos

financeirização da pobreza, tornou-se viável para as classes de baixa renda obter os referidos objetos técnicos científicos informacionais que, com o tempo, se tornaram essenciais para esses sujeitos desenvolverem redes sociais mais amplas, espacialmente e socialmente, do que aquelas que existiam e com as quais podiam contar até a década de 1990. As novas redes sociais dispersas espacialmente são solidarizadas horizontalmente, com altas densidades comunicacionais e lhes servem para propiciar uma menor vulnerabilidade social diante das contingências das dinâmicas sociais. Em relação ao período técnico-científico, atualmente, os mais pobres incluem, com maior frequência e intensidade, além dos espaços imediatos, os mediatos, no contexto de suas práticas socioespaciais.

As atuais redes técnicas e informacionais ajudaram a constituir um espaço mais poroso, sob alguns aspectos. Simplificadamente dizendo: certamente os mais pobres ainda são mais restritos a seus espaços imediatos do que os mais ricos, porém, no atual período, essas restrições já não são tão determinantes, visto que os novos objetos técnicos científicos informacionais os conectaram a outros espaços, alguns mediatos, mediados pelas redes informacionais. Os espaços resultantes dessas novas conexões não são contínuos, não se estruturam em mancha, ao contrário, são linhas e pontos, são territórios-rede. Os territórios-rede de uma nova solidariedade orgânica, construída a partir de telefones móveis, e-mails e redes sociais.

De fato, em Santo Amaro, muito da sua flexibilidade e, por conseguinte, da sua porosidade existe graças às novas tecnologias portáteis. Todos usam telefones móveis e a internet é amplamente utilizada, inclusive através dos telefones. Porém, ambos os serviços não são oferecidos em Santo Amaro como o são na capital. Existe uma economia na implantação dos objetos técnicos científicos informacionais no território Santo Amaro. Afinal as inovações tecnológicas, no âmbito da racionalidade instrumental do capital, não deveriam servir ao exercício do direito à cidade, mas à produção e reprodução do capital. Para a racionalidade do capital o valor de troca lhes dá sentido. Santo Amaro, nesse contexto, relacionado às capacidades da cidade em fazer o capital se reproduzir, não é atraente.

Das quatro empresas – TIM, OI, VIVO e CLARO – que oferecem o serviço de telefonia móvel, em Santo Amaro, nenhuma consegue fornecer um sinal constante por

---

básicos que desencadeiam o fenômeno tanto em Santo Amaro, uma cidade do interior da Bahia quanto nos bairros periféricos de São Paulo.

toda a cidade. A depender de onde o indivíduo se encontre, na cidade, sempre uma delas, ou mais de uma, não tem “sinal”, o que não diminui a **utilidade** do serviço para a população local. O telefone móvel é parte importante de um conteúdo de flexibilidade constitutivo do cotidiano da cidade. O referido objeto permite decisões repentinas e oportunistas, tomadas ao mesmo tempo que eventos se realizam e evoluem. O telefone móvel emprestou um pouco mais de eficiência às ações táticas daqueles vivem conectados diariamente às circunstâncias. À inconstância e precariedade do sinal oferecido pelas prestadoras se somam as inovações tecnológicas – aquelas que primariamente deveriam servir à reprodução ampliada do capital –, mas que, a depender do contexto, podem terminar servindo à reprodução de relações ligadas à reprodução de solidariedades comunicacionais.

Uma negociação sobre a compra e venda de uma laje (instituição popular existente a margem do mercado) pode ser parcialmente acertada por telefone móvel, em uma negociação que não vai ser cronometrada pelo tempo abstrato, e no qual valores de troca não serão mobilizados. A negociação não será interrompida, nem precisará ser adiada, se os telefones móveis envolvidos forem modelos mais recentes, capazes de portabilizarem até quatro *chips*, tornados acessíveis às classes de baixa renda, graças à financeirização das mesmas pela popularização do cartão de crédito e do crediário.

A precariedade na implantação dos novos objetos e possibilidades técnicas alcança todos os serviços associados às novas tecnologias informáticas (NTIs) prestados na cidade e no município. Quanto ao fornecimento de internet banda larga: desde de 2011, somente era fornecida pela OI, no máximo, 1 Mega, o que é considerado baixo, em vista das possibilidades de banda (até 300 Megas) oferecidas na capital e mesmo no interior por provedores menos capitalizados. Porém, recentemente, esse panorama tem mudado, acompanhando uma tendência do serviço de internet no interior da Bahia, ao menos na região do Recôncavo e imediações.

Pequenos provedores de internet, cujos proprietários são locais (ou de municípios próximos), se focaram em oferecer internet rápida à população do município e, quando muito, aos municípios próximos. Esses provedores têm capital suficiente para comprarem banda no atacado das grandes empresas multinacionais, para então vendê-la, no varejo. Essas empresas atendem uma demanda do consumidor do interior para o qual não interessa à grande empresa vender. As maiores empresas envolvidas com a venda de acesso à internet, geralmente, por comportarem grandes estruturas, não pretendem

possibilitar um produto viável ao consumidor do interior, menos capitalizado economicamente do que aquele da capital, e, conseqüentemente, menos interessado nos pacotes (os chamados combos) de produtos fornecidos pelas mesmas. O consumidor da pequena cidade do interior geralmente está mais preparado para comprar apenas um produto desses relacionados à comunicação (TV via satélite, ou telefonia móvel, ou internet etc.), uma tendência que não agrada a essas empresas maiores, haja vista o investimento que já realizaram na constituição das estruturas necessárias para a viabilização dos serviços referidos.

Mais focados em atender as especificidades dos seus clientes, geralmente das classes C, D ou E<sup>167</sup>, os provedores locais oferecem apenas internet. Dessa forma, conseguem criar uma estrutura mais enxuta e flexível capaz de oferecer esse serviço específico em áreas relativamente abrangentes do interior. Para tanto, estabelecem a infraestrutura de cabos e antenas necessária para o funcionamento da internet nas localidades pretendidas. Trata-se de um negócio em expansão, que gradualmente está colonizando áreas, e por isso, conforma um panorama tendencialmente competitivo, disputado, principalmente, por várias pequenas e médias empresas.

Entre os provedores no interior, até pouco tempo, ao menos na região da nossa pesquisa, existia um “acordo de cavalheiros”. “*Porque, por ser provedor de internet, acaba se fazendo amizade...*”<sup>168</sup>, colocou Provedor de Internet I, proprietário do provedor de internet **A Net** (nome fictício), sobre a partilha informal (subentendida entre os partícipes do acordo) de mercado com bases territoriais entre alguns provedores de internet. Segundo ele, e outro proprietário de provedor (também atuando em Santo Amaro), Provedor de Internet II, aquele que agia em uma cidade, não precisava temer a concorrência do colega, territorializado em outra cidade e vice-versa. Existia uma rede entre esses empresários que se conheciam e se ajudavam, dando conselhos e orientações uns aos outros.

*(...) é porque você tem o seguinte. Você tem Saubara, você tem Cabuçu e você tem Bom Jesus. (...). O cara que atua em Cabuçu, ele não tá atuando em Bom Jesus. (...). Esse cara que tá em Acupe, (...), ele não*

---

<sup>167</sup> Classificação elaborada pelo IBGE, por número de salários mínimos: classe A, renda acima de 30 salários mínimos; classe B, renda entre 15 e 30 salários mínimos; classe C, renda entre 6 e 15 salários mínimos; classe D, renda entre 2 e 6 salários mínimos; classe E, renda até 2 salários mínimos.

<sup>168</sup> PROVIDOR de Internet I. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2014.

O Provedor de Internet I descreveu o processo de constituição do seu provedor de internet na cidade. Ele nos explicou como precisara, no início dos anos 2000, com o objetivo de atrair um provedor já estabelecido, juntar um número de pessoas (da sua rede de relações) interessadas na cidade em desfrutar de um serviço de internet. Uma demonstração de como a **pessoalidade** na pequena cidade surgira também, nesse processo, como uma variável importante. O entrevistado me fizera entender que uma empresa que chegasse em Santo Amaro oferecendo esse serviço, sem uma mediação local, dificilmente teria sucesso. O Provedor de Internet I descreveu suas várias tentativas de atrair uma empresa – que também o colocasse como parceiro – até conseguir uma pessoa que o ajudou a montar toda a estrutura do provedor, sem pedir nada material em troca. A observação sobre o “nada material” é importante, porque nessa relação houve uma troca simbólica, na qual aquele que foi ajudado ficou devendo. Provedor de Internet I nos explicou como outros ajudados pelo mesmo indivíduo não o honraram, “invadindo” o território onde o mesmo tinha um provedor e fazendo-lhe concorrência aberta. O entrevistado também descreveu como se utilizou, para conseguir financiamento com o objetivo de implantar e ampliar a empresa, de redes mais formais e, portanto, mais permeadas pela razão instrumental.

O Provedor de Internet I explicou que tem ficado difícil levar adiante o negócio confiado na rede social local da qual participa. Contou como se decepcionara com os serviços que tinha contratado a fim de modernizar o negócio. Hoje, as estratégias que elabora para levar adiante o provedor, ele as discute com a família, únicas pessoas nas quais o entrevistado confia para ajudá-lo: “*eu recorri à família. Aí eu trouxe meu irmão pra dar apoio administrativo e meu cunhado pra ver a questão do marketing. (...) É a melhor coisa que tem é a família*”<sup>170</sup>. Seu provedor funciona, desde sua fundação, no mesmo prédio onde se encontra o estabelecimento comercial de sua mãe, um armarinho.

Em Santo Amaro, até 2013, atuavam somente dois provedores: o referido **A Net**, local, e a OI, uma transnacional. Em 2013, chegara em Santo Amaro outro provedor, já atuante em outras cidades do interior: a Tsunami Net. Essa empresa, no processo de instalar-se em Santo Amaro, associou-se a um morador e atualmente presta serviço a

---

<sup>169</sup> Idem.

<sup>170</sup> PROVIDOR de Internet I. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2014.

Santo Amaro e a mais quatro cidades: Saubara, Conceição de Feira, Cachoeira e São Gonçalo dos Campos<sup>171</sup>. Além de estar presente nessas cidades, a Tsunami também age, segundo o sócio em Santo Amaro (que gerencia o negócio no município e mais algumas cidades próximas), nas seguintes: Barrocas, Feira de Santana, Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe, São Domingos, Retirolândia, Cruz das Almas, São Félix, Muritiba...

A Tsunami, aparentemente, foi uma empresa que quebrou o “acordo de cavalheiros” que existia na região. Ela concorria em Santo Amaro e já começava a se expandir, na época da entrevista, em direção aos povoados do município, como São Braz.

Segundo o Provedor de Internet II, da Tsunami Net em Santo Amaro, a maior quantidade dos clientes da empresa, na cidade, está nos seguintes bairros: Trapiche, Invasão Nova Santo Amaro, Caieira, Sacramento e existia uma demanda reprimida na Candolândia, a qual ele pretendia atender satisfatoriamente no ano (2013) da entrevista. Ele observou como, curiosamente, os bairros pobres comportam uma grande demanda solvente. Na Candolândia, “*a demanda é muito alta. Todo dia, tem quatro, cinco pessoas vindo pedir*”<sup>172</sup>. A população de baixa renda não se abstem de consumir e elabora estratégias a fim de garantir seu acesso à mercadoria que pretende possuir, muitas vezes com a cumplicidade da empresa que o fornece. Esta reconhece nas classes C, D e E, uma potência de consumo e segmenta seu portfólio de produtos a fim de oferecer um mais simples e, por conseguinte, mais acessível economicamente. Nas figuras 54 e 55 (p.281), ilustramos residências de bairros de Santo Amaro que aparentemente têm acesso à programação de um serviço de TV via satélite fornecido por grandes empresas do setor de comunicação. Notemos que quase a totalidade das residências visualizadas nas duas fotografias possuem uma antena receptora no telhado.

---

<sup>171</sup> Informação disponível em: <<http://www.tsunaminet.com.br>>. Acesso em: outubro de 2014.

<sup>172</sup> PROVEDOR de Internet II. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2013.



Figura 52, acima. Antenas de TV nos telhados de residências no bairro da Caieira, mais especificamente no Tauá, considerada uma área mais pobre da cidade e do próprio bairro. Acervo de Shanti Marengo. 2013.

Figura 53, abaixo. Antenas de TV nos telhados de residências, em Santo Amaro. Autoria de Herculano Neto. 2012. Disponível em: <<http://herculanoneto.blogspot.com.br/2012/05/os-olhos-da-rua.html>>. Acesso em: agosto de 2015.



As duas fotografias, de lugares diferentes da cidade (uma amostra da extensão do fenômeno), além de explicitar a conectividade do morador de Santo Amaro, dizem outras coisas: **existe, “colada” ao lugar Santo Amaro, uma rede de social virtual cuja construção, diretamente associada às redes técnicas que possibilitam a internet em Santo Amaro, descortina a existência, concomitante, de uma rede de comunicação solidarizada comunicativamente, ou, dizendo de outra forma, de uma rede social ancorada no lugar que, utilizando as mídias sociais virtuais, se “virtualizou” a partir do lugar Santo Amaro, “virtualizando-o” também.**

Essa rede social virtual – construída a partir do, e com o, lugar Santo Amaro – não se restringe ao lugar referido, no sentido espacial do termo. Seus participantes estão



dispersos por vários lugares. No lugar Santo Amaro e em torno dele, essa rede virtual se dispersa, alcança outras cidades, outros países. Seu rebatimento espacial é internacional, mas converge na pequena cidade. Na sua construção, participam ou participaram (visto que essa rede é flexível e, sempre, está mudando com a entrada e saída constante de membros) várias mídias sociais: perfis no *facebook*, *blogs* a compõem ou as compõem? Sim, porque são várias redes compondo essa rede, que tem em comum a referência a Santo Amaro. Os membros dela podem ser indivíduos, agentes organizacionais (empresas, órgãos públicos etc.), sujeitos da sociedade civil (como associações de bairro e sindicatos) ou/e eventos festivos e/ou religiosos etc. Muitos sujeitos sociais participam dessas redes/dessa rede “ancorada(s)” a Santo Amaro.

Entre esses sujeitos, os indivíduos certamente constituirão a maior parte. Desses indivíduos, mencionaremos alguns, convergindo teoricamente com Doreen Massey, pensando o lugar como uma intersecção de relações que se desdobram em direções imprevisíveis compondo outras dimensões geográficas, mais amplas, alcançando outros lugares. Nesse caso, o *blog* de Herculano Neto pode ser um ponto de partida, bom como qualquer outro. Dele, como o seria em qualquer outro da mesma rede, outros *blogs* com temas convergentes podem se tornar acessíveis. Como? Na maior parte dos *blogs* existe uma seção onde o blogueiro lista *links* de outros *blogs* que geralmente “visita”, comenta, participa. Esses *links* de outros *blogs* podem ou não se referir a outro blogueiro relacionado a Santo Amaro.

Outra forma de conhecermos outros *blogs* relacionados ao nosso recorte foi sondar os comentários das publicações, cujo tema estivesse ligado a Santo Amaro. Os comentários identificados podem ser também *links* que, quando “clicados”, nos levam para outro *blog*. Usando os dois estratagemas, alcançamos, do *blog* de Herculano Neto, os *blogs* de alguns moradores de Santo Amaro: Ediney Santana<sup>173</sup> e Amapagu Cazumba (apelido da blogueira, uma mulher), entre outros. Do *blog* de Amapagu Cazumba, através do mesmo artifício que descrevemos, chegamos aos *blogs* de Lifeson Padilha<sup>174</sup>, também santoamarense, segundo o próprio na descrição do seu perfil.

Lifeson Padilha, por sua vez, contribuiu para construção de três *blogs*<sup>175</sup>: o do

---

<sup>173</sup> Disponível em: <<http://cartasmentirosas.blogspot.com.br/>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>174</sup> Não pudemos confirmar se Lifeson Padilha é o nome ou o apelido do blogueiro.

<sup>175</sup> Disponível em: <<https://www.blogger.com/profile/10051412076014508379>>. Acesso em: agosto de 2015.

jornal “O Trombone”<sup>176</sup> (que publicou até 2013), de circulação local (em Santo Amaro), o do professor Saborosa (que publicou até 2011), um ex-vereador da cidade, e outro intitulado com o próprio nome/apelido do blogueiro (que, também, publicou até 2013). Não despreveremos cada um, mesmo porque apenas o jornal “O Trombone” forneceu material (quase todas as edições do jornal) para pensarmos Santo Amaro, enquanto lugar.

Todos participam da construção virtual lugar Santo Amaro, mas não só, é importante dizer. Santo Amaro é apenas, ou especialmente, mais um tema, sobre o qual discorrem, pensam, discutem. Interessantemente quase todos retornam ao lugar nostálgico e bucólico. Põem imagens de fotografias antigas, mostram paisagens da cidade que não existem mais ou discorrem sobre temas do lugar que os tocam (ou tocaram) de algum modo. Herculano Neto (2010) descreveu o Palacete Aramaré, lamentando sua ruína. Amapagu Cazumba postou uma fotografia do antigo Mercado Municipal (figura 17, p. 219), demolido em 1938 para dar espaço ao atual. Os *blogs*, quando mantidos por indivíduos, são autorais, repletos de textos subjetivos (poesias, narrativas, depoimentos etc.) que, de certa forma, contribuíram para uma aproximação de Santo Amaro enquanto **espaço de representações**<sup>177</sup>.

Herculano Neto demonstrou bem sua proximidade do lugar enquanto memória de lar, espaço de acolhimento, em um sentido bem próximo daquele posto por Tuan ([1977] 2013). O autor lembrara da cidade de sua infância, memória que se tornara seu lugar nessa lembrança que ele se afirmava e se encontrava santoamarense:

Não sou estrangeiro, sou nativo. Sou Calolé, Destilaria, Conde e Pilar<sup>178</sup>. (...). Não sou a interseção entre a rua Direita e a Estrada dos Carros<sup>179</sup>, não ostento sobrenome escravocrata. Sou índio do Trapiche, descendente dos Carijós. (...). Não sou de santinho<sup>180</sup>, meu santo é grande, meu santo é forte, meu santo é doce, meu santo é amaro (24/02/2011)<sup>181</sup>.

Além dos *blogs*, existem aqueles perfis virtuais que representam eventos ou temas

---

<sup>176</sup> Disponível em: <<http://otrombonesantoamaro.blogspot.com.br/>>. Acesso em: fevereiro de 2014.

<sup>177</sup> No capítulo I, seção “1. Da totalidade ao lugar, na teoria de orientação marxista”.

<sup>178</sup> Bairros e ruas de Santo Amaro.

<sup>179</sup> Ruas Conselheiro Saraiva e Ferreira Bandeira, respectivamente.

<sup>180</sup> Um dos nomes “carinhosos” dados a cidade pelos seus moradores,

<sup>181</sup> Disponível em: <<http://herculanoneto.blogspot.com.br/2011/02/de-alma-ingenua-acredito.html#comment-form>>. Acesso em: agosto de 2015.

ou que funcionam como periódicos para notícias diárias, todos sobre Santo Amaro, também ou principalmente. Daqueles que representam temas, todos aos quais tivemos acesso estão inativos, apesar de continuarem *on line*. O Santo Amaro Histórico<sup>182</sup>, elaborado pelo professor Marco Valladares, teve sua última publicação em fevereiro de 2011. O sítio virtual chama atenção pelo subsídio que dá a ideia de Santo Amaro como comunidade imaginada: reproduz símbolos cívicos – como o brasão, a bandeira e o hino – do município. Descreve uma história resumida e linear do município, descreve os fatos que envolveram a construção e a existência do Recolhimento do Humildes, explica a origem de algumas manifestações culturais populares, descreve uma lista de notáveis do município e expõe muitas fotografias antigas da cidade da primeira metade do século XX. Santo Amaro histórico é um *blog* essencialmente descritivo, bem similar na sua função, ainda que bem mais resumido, aos livros sobre Santo Amaro que citamos no capítulo III, seção “4. Santo Amaro no contexto regional e histórico”.

Zilda Paim, citada no capítulo III, também tem um *blog*<sup>183</sup>, ainda *on line*, cuja última atualização foi feita em 2009. No *blog* a autora postou imagens: de seus desenhos (a maior parte, das igrejas da cidade), do seu acervo pessoal de documentos sobre fatos acontecidos na cidade etc. Também publicou textos de sua autoria no qual enaltecia a paisagem histórica de Santo Amaro, seus prédios, a praça central e igrejas. Mais uma contribuição (semelhante à de Marco Valladares) de outra moradora do lugar, no sentido de transformá-lo em comunidade imaginada. Seu texto no *blog* é de uma cidadã cívica, respeitadora das instituições e do instituído.

Outro *blog* consultado foi o do Movimento Popular de Saúde Ambiental de Santo Amaro (MOPSAM)<sup>184</sup>, *on line*, mas sem atualização desde 2012. Fundamentalmente, o *blog* se ocupa de apurar e informar sobre a contaminação por chumbo em Santo Amaro. Hospeda vídeos do *youtube* e procura se vincular a outros movimentos sociais, na escala do território. Por fim, como mais um exemplo de um *blog* vinculado a um tema, temos o da Associação de Moradores de Nova Santo Amaro (ASMOBANSA)<sup>185</sup>, o qual se encarregou, até 2014 (data da última atualização) de divulgar os problemas do bairro Nova Santo Amaro e as realizações da associação de moradores. A ASMOBANSA

---

<sup>182</sup> Disponível em: <<http://santoamarohistorico.blogspot.com.br/>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>183</sup> Disponível em: <<http://zildapaim.blogspot.com.br/>>. Acesso em: fevereiro de 2014.

<sup>184</sup> Disponível em: <<http://mopsam-sus.blogspot.com.br/>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>185</sup> Disponível em: <<http://asmobansa.blogspot.com.br/>>. Acesso em: agosto de 2015.

também mantem um perfil individual<sup>186</sup> no *facebook* com última publicação em dezembro de 2015.

Dos *blogs* que se especializaram em divulgar notícias sobre Santo Amaro tem-se três – o Santo Amaro Notícias, o Santo Amaro Informa e o Santo Amaro Diário<sup>187</sup> –, sendo que apenas o primeiro ainda continua atualizado. Os dois últimos não atualizam desde 2013 ainda que continuem *on line*. Além dos *blogs* de notícias, existe um sítio virtual que também divulga notícias do município de Santo Amaro: trata-se do Maro Maro Notícias. Os quatro sítios virtuais (inclusive aqueles que não mais são atualizados) procuram aparentar imparcialidade política, ao mesmo tempo que tentam noticiar fatos para além de Santo Amaro. Quanto a participarem de uma rede social de base local ou regional, tem-se alguns indícios sobre isso no conteúdo das matérias e na hospedagem de alguns *links* de outros sítios virtuais. O Maro Maro Notícias especificamente permite ao usuário procurar notícias entre quatro municípios diferentes (Conceição de Jacuípe, Feira de Santana, Santo Amaro e Saubara). Os dois sítios que permanecem ativos desempenham também papel político no município, com espaço para opiniões contra a atual gestão municipal, no que se descobre o caráter parcial de ambos.

No *facebook* temos outro arranjo dos sujeitos sociais de Santo Amaro, sobre o qual não nos aprofundaremos, no seu sentido descritivo (enumerando sujeitos sociais que mantem um perfil no *facebook*), em vista da grande quantidade de sujeitos envolvidos na construção das redes sociais que utilizam a referida mídia virtual como instrumento de comunicação e informação. Entretanto, não nos furtaremos à necessidade de descrever e ilustrar uma configuração básica desse arranjo e ao mesmo tempo de afirmar que, ao longo desse trabalho, usaremos sempre algum material – citação ou imagem – disponibilizado<sup>188</sup> pelos sujeitos sociais no *facebook*.

Primeiramente, a fim de descrever esse arranjo das redes sociais na mídia social virtual, chamamos atenção sobre os grupos virtuais existentes no *facebook* que possuem algum tipo de vínculo com a cidade. Novamente, citaremos somente os julgados mais significativos para o nosso trabalho em vista da quantidade e qualidade dos membros.

---

<sup>186</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/asmobansa.bairrodanovasantoamaro?fref=ts>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>187</sup> Disponível em: <<http://santoamarodiario.blogspot.com.br/>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>188</sup> Somente usamos material disponibilizado de forma pública, em grupos ou perfis individuais públicos. Não usamos material privado dos perfis individuais de moradores de Santo Amaro que, por boa fé, nos convidaram para participar do seu círculo de amigos virtuais.

Entre esses citamos:

- “A Santo Amaro que queremos”: grupo fechado, com 6.774 membros. É um grupo em que os novos membros somente são efetivados com a autorização dos seus moderadores. No entanto, a entrada de novo membros é bastante facilitada pelos moderadores e nem todos os participantes se conhecem. Dessa forma predominam, no grupo, os **laços fracos**<sup>189</sup>, ao mesmo tempo que as informações e comentários se concentram em um número relativamente pequeno de nós ativos do grupo. Sua configuração é similar àquela da rede social virtual centrada na produção de identidade, segundo a classificação descrita por Recuero (2007)<sup>190</sup>. Ainda assim, à revelia da premissa sobre tais grupos, que coloca a quantidade da informação circulante inversamente proporcional à sua qualidade, muitas informações que circularam nesse grupo contribuíram para delinear uma topologia das relações sociais de Santo Amaro, restrita a um grupo relativamente pequeno e representativo dos desenvolvimentos políticos da cidade e do município.
- “Cultura e política de Santo Amaro”<sup>191</sup>: grupo público, com 4.074 membros. Um grupo que, apesar de público, possui uma configuração semelhante ao “A Santo Amaro que queremos”<sup>192</sup> e que nos serviu para o cumprimento da mesma finalidade metodológica do anterior.
- Dois grupos de características muito similares, quanto ao tipo de publicações que apresentam: “Santo Amaro”<sup>193</sup>, grupo fechado (com uma moderação muito flexível), com 3.850 membros, e “Santo Amaro em debate II”<sup>194</sup>, grupo público com 2.198 membros. Ambos não são grupos com discussões políticas tão pronunciadas quanto os outros dois citados anteriormente. A maior parte das suas

---

<sup>189</sup> No capítulo II, subseção “4.1. As mídias sociais virtuais: uma internet comunicativa para a circulação das representações do/no lugar”.

<sup>190</sup> Discutimos a categorização dos tipos de redes sociais virtuais descrita por Recuero (2007), no capítulo II, subseção “4.1. As mídias sociais virtuais: uma internet comunicativa para a circulação das representações no/do lugar”.

<sup>191</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/330348707013210/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>192</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/270159169669022/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>193</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/santoamaro.bahia/>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>194</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/341559659240682/?fref=ts>>. Acesso em: agosto de 2015.

publicações se relacionam a propagandas comerciais, mensagens de autoajuda e pregação evangélica, com publicações isoladas e pontuais de alguns perfis individuais.

- “Santo Amaro em resistência”<sup>195</sup>: grupo fechado, com 931 membros. Não tivemos acesso às postagens desse grupo. Sua moderação não permitiu a nossa associação. Entretanto, adiantamos que esse perfil faz oposição ao atual prefeito e ao Partido dos Trabalhadores.

Além dos perfis de grupos, também pudemos observar o termo Santo Amaro vinculado a: perfis individuais, que podem estar relacionados a um grupo de indivíduos que não desejam se identificar diretamente, perfis de comunidades e perfis de localidades. Conseguimos encontrar três<sup>196</sup> perfis de Santo Amaro enquanto localidade. Nesses perfis, indivíduos fazem comentários sobre o local, pedem informações e conversam. Podem ser pessoas que passaram pela cidade, ou que moram/moraram nela. Neles, também encontramos referências a vários moradores (que obviamente, conseguimos reconhecer) da cidade, nós ativos de várias redes sociais, virtuais ou físicas. Entre as referências, conseguimos reconhecer: Dona Canô, mestres de capoeira, personagens políticas etc.

Como já esclarecemos, não nos deteremos em uma descrição mais detalhada sobre essa configuração dos sujeitos na internet. A descrição e análise resumidas que estamos fazendo, sobre os sujeitos sociais virtuais em ação no *facebook*, serve para um panorama básico da configuração dos arranjos que as redes sociais virtuais podem revelar. Não nos preocuparemos, por hora, em descrever o papel de cada sujeito citado e os motivos dos arranjos descritos. Esses objetivos serão desenvolvidos ao longo do trabalho, quando precisaremos voltar a alguns desses sujeitos sociais virtuais (e apontaremos outros que não citamos), para descrever ações e falas quando forem pertinentes.

No *youtube*, outra mídia social bastante utilizada pelos moradores de Santo Amaro, pudemos reencontrar alguns dos blogueiros mencionados acima. Deles recuperaremos somente Ediney Santana (cujos *blogs*, demasiado autorais, não nos forneceram informações e/ou reflexões sobre a cidade/município), considerando a

---

<sup>195</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/santoamaroresistencia/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>196</sup> Disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <<https://www.facebook.com/pages/Cidade-Santo-Amaro-Bahia/285497158186159?fref=ts>>; <[https://www.facebook.com/pages/Santo-Amaro-Da-Purifica%C3%A7ao/331045810325293?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/pages/Santo-Amaro-Da-Purifica%C3%A7ao/331045810325293?ref=br_rs)>; <[https://www.facebook.com/pages/Santo-Amaro-Bahia/163120700371383?ref=br\\_rs&rf=256170367782189](https://www.facebook.com/pages/Santo-Amaro-Bahia/163120700371383?ref=br_rs&rf=256170367782189)>. Acesso em: agosto de 2015.

qualidade e quantidade dos vídeos que o mesmo postou. Isso não quer dizer que vídeos de outros autores não serão abordados e discutidos ao longo do trabalho. Ao contrário, muitos outros vídeos de diversos autores sobre diversos temas convergentes com a pesquisa serão pensados. Entretanto, por tratarem de temas específicos, serão discutidos nas seções correspondentes.

Os vídeos de Ediney Santana constituem a amostra dessa seção por ilustrarem uma relação específica (que caracterizaremos mais adiante) com o **lugar** Santo Amaro. Nesses vídeos, o autor deixara claro seu vínculo afetivo com a cidade. **Citaremos três.** No **primeiro**, “Santo Amaro: em busca da Purificação”<sup>197</sup>, Ediney Santana recitou uma poesia de sua autoria enquanto andava pela praça da Purificação, descrevendo um caminho (metáfora da busca do título?) que se finalizava no encontro com a igreja da Purificação. No **segundo** vídeo – “Rio de águas mortas”<sup>198</sup> –, o autor desenvolveu uma reflexão e um depoimento sobre o rio Subaé e sua poluição. Seu mote surgiu, segundo Santana (no próprio vídeo), de um passeio banal com sua filha, as margens do rio. Santana construiu, a partir de sua experiência cotidiana no lugar (e, obviamente, de seu conhecimento formal e de suas intenções enquanto cidadão), uma fala ambientalista de objetivo moralizante. Usando as frases de sua filha e de outra criança, mais cenas do rio poluído e sujo, ele pôs no vídeo a população moradora da cidade como participante do seu processo de deterioração.

No último vídeo, “Memória afetiva de Santo Amaro da Purificação”<sup>199</sup>, da amostra que elegemos, Santana compôs uma apresentação de *slides* com fotos antigas da cidade e dos seus moradores. Na trilha sonora, o autor inseriu, **introdutoriamente** no vídeo, a música “Céu de Santo Amaro”<sup>200</sup> interpretada por Maria Betânia. Esse vídeo, especialmente, teve milhares de visualizações (quase 4.000), mas nenhum comentário (como os outros dois exemplos). Quais os objetivos de quem assiste esse vídeo? Foram moradores de Santo Amaro aqueles que o assistiram? Assistiram com o fim de alimentar algum tipo de identificação com a cidade? Sem responder às perguntas diretamente, mas

---

<sup>197</sup> Publicado em 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZaeyAOUXIaI>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>198</sup> Publicado em 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FchgPEw7zi0>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>199</sup> Publicado em 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EMK8jtTtI9w>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>200</sup> Música composta por Flávio Venturini (no álbum “Luz viva”, de 2007). O artista é presença assídua entre as apresentações de palco nas festas de Santo Amaro.

pensando sobre como são construídos os estereótipos, pensamos que Ediney Santana, inevitavelmente, fez sua contribuição para a virtualização do lugar Santo Amaro.

Enfim, de um modo geral, Santana produzira uma fala bucólica (e, em outro grau de intensidade, nostálgica) do lugar Santo Amaro, servindo-se da própria paisagem (pretérita e/ou atual) da cidade para tanto. Mais um caso em que surpreendemos uma produção da cidade enquanto lugar fenomenológico, construído relacionalmente através da experiência dos indivíduos que o vivem. **Apesar desse recorte teórico não ser um eixo analítico nesse trabalho**, é impossível não nos referirmos a ele quando perspectivas mais individuais do lugar se colocam, ainda mais quando essas perspectivas são publicizadas através da internet, tornando-se parte de um processo de construção discursiva e virtual do lugar em questão. Sem dúvida, essa construção não ficará encapsulada no mundo virtual. Os indivíduos que as assistem, e as modificam (não esqueçamos das funções pós-massivas das mídias sociais) passiva ou ativamente, trazem-nas consigo ressignificadas. O lugar virtualizado, enquanto discurso, apropriado e ressignificado pelo outro, se liga novamente ao mundo sensível e dialoga com ele como mediação através das relações, contribuindo para a estruturação de um lugar sensível, que não é seu espelho, mas um desenvolvimento. O lugar fenomenológico, subjetivista, torna-se parte de outro lugar, rizomático, pós-estruturalista. Para se sustentar e tornar-se vivo e cotidiano, ele se territorializa através de inumeráveis relações. O lugar torna-se infinito e repercute em outras categorias analíticas, em outros planos da existência.

As estruturas físicas que constituem a redes sociotécnicas que servem à comunicação e ao transporte da informação participam da constituição de um lugar virtualizado e abstrato, um discurso ideológico sempre em construção que se capilariza e reverbera em outros lugares. Outras pessoas, outros sujeitos, portanto, serão afetados pelo lugar Santo Amaro virtualizado e vice-versa. Ao mesmo tempo, os próprios sujeitos do lugar virtualizado também serão afetados. As consequências desse processo de afetação mútua e indiscriminada deverão ser muitas, mas entre elas, falaremos sobre configurações e reconfigurações do espaço físico e social. Ocorrerão deslocamentos de pessoas e objetos e, ao mesmo tempo, surgirão novas geometrias de poder. É sobre essas geometrias de poder, configuradas a partir de cada dimensão do fazer espacializado no cotidiano de Santo Amaro, que discutiremos ao longo das seções seguintes desse capítulo.



### 3. FAZER POLÍTICA NO LUGAR SANTO AMARO

A política que se realiza no município de Santo Amaro é fortemente influenciada pelo mandonismo local e por práticas clientelistas. O clientelismo, em especial, é alimentado tanto pelos políticos quanto pelos eleitores. Não esqueçamos que o município é composto por uma pequena cidade, dois distritos e vários outros aglomerados populacionais ainda menores. Em um panorama assim, não é difícil inferir que a pessoalidade é inevitável e o fazer política ganhe traços bem singulares. O voto é orientado por afinidades pessoais (e não ideológicas), simpatia ou “simplesmente” comprado pela perspectiva de um emprego público, de dinheiro, ou de algum bem material (material de construção, por exemplo).

Não foi difícil surpreender nas falas dos entrevistados testemunhos da relação destes com o representante político eleito, uma amostra do entendimento que os mesmos constroem acerca da coisa pública. Para alguns, o direito ao suprimento das necessidades básicas do cidadão – educação, saúde e moradia dignas – enquanto direito também aos meios para que esse atendimento se efetive são um luxo, um favor que o Estado não tem a obrigação de suprir.

*(...) hoje o pessoal reclama bastante que o governo é isso, o governo é aquilo. Mas na minha época não tinha merenda escolar. O governo paga pro pessoal estudar, né. (...). Então hoje tem merenda escolar. O governo hoje faz uma vontade tremenda. Carro hoje vai pegar o pessoal. Tem o ginásio em São Brás [povoado de Santo Amaro], tem o carro pra ir buscar pra se fazer segundo grau, porque lá não tem. Então, na minha época, se eu quisesse vir estudar num público melhor, eu tinha que vir andando, porque eu não tinha condições pra pagar transporte (...)<sup>201</sup>.*

Na ausência do Estado, que pouco ou nada é pressionado enquanto instituição no sentido de fazer cumprir os direitos dos cidadãos, os sujeitos sociais se organizam em redes sociais com vistas a adquirirem proteção. Já apontamos<sup>202</sup> como essa proteção era adquirida via relações de compadrinamento estabelecidas entre os mais desfavorecidos e os senhores de engenho, durante o ciclo açucareiro. Atualmente, essas relações de compadrinamento permanecem não mais com a participação de uma aristocracia rural

---

<sup>201</sup> COMERCIANTE V. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>202</sup> No capítulo III, subseção “1.1. O discurso da baianidade, no cotidiano”.

há muito desaparecida, porém com a participação direta de políticos locais.

No município, um político eleito não representa uma ideologia, mas um grupo de pessoas (uma rede social) que se apoiam mutuamente e podem ou não partilharem relações de parentesco. Genebaldo Correia representa um desses grupos consolidados no município. Graças ao apoio de seu grupo, o qual se ramifica para além do município, Correia conseguiu se eleger prefeito em dois momentos – um, durante o período autoritário (1973-1977) e outro, democraticamente (2001-2004) –, além das outras vezes que conseguiu se eleger como deputado estadual ou federal<sup>203</sup>. Genebaldo, graças às redes da qual participa também conseguiu eleger outros dois prefeitos: João Melo, um viúvo de sua sobrinha, também por duas vezes (1993-1996 e 2005-2008), e um apadrinhado, Manoel Vasconcelos, de 1989 a 1992.

Raimundo Pimenta é outro político de Santo Amaro, o qual encontra sua base de apoio em outro grupo. Pimenta também fora eleito duas vezes (1983-1988 e 1997-2000). Pimenta e Correia conformavam dois grupos e duas redes de relações diferentes, até a chegada do atual prefeito, Ricardo Machado, que seria eleito no contexto de um terceiro grupo de apoio, o qual tem sido bastante criticado pelos políticos tradicionais de Santo Amaro por comportar vários indivíduos e interesses externos ao município.

Curiosamente os referidos políticos são conhecidos na mídia por se envolverem em casos relacionados a irregularidades no uso e gestão da coisa pública. Genebaldo Correia, João Melo, Raimundo Pimenta e Ricardo Machado tiveram, cada um a seu tempo, enquanto prefeitos do município, as respectivas contas, em diferentes anos, reprovadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia<sup>204</sup>. Os motivos são diversos, entretanto alguns são mais comuns e se repetem, senão em todas, na maior parte das gestões mencionadas. Entre os problemas temos: irregularidades nos processos licitatórios, uso indevido de repasses da União para fins diferentes daqueles aos quais foram destinados, despesa com pessoal além do fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>205</sup> etc.

---

<sup>203</sup> Foi deputado estadual pela ARENA, entre 1979 e 1983. Depois foi deputado federal em três oportunidades: todas pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, de 1983 a 1987, de 1987 a 1991, e de 1991 a 1994, quando renunciou para não ser cassado por conta do seu envolvimento no escândalo denominado pela mídia de “Anões do orçamento”.

<sup>204</sup> Dos 23 anos (de 1990 a 2013) discriminados no sítio virtual do Tribunal de Contas Dos Municípios do Estado da Bahia, onze anos possuem parecer. Desses onze anos, apenas em um (o ano de 1990) o parecer foi favorável ao gestor – Manoel Juliano de Vasconcelos – do município (disponível em: <<http://www.tcm.ba.gov.br/index.php/municipio-post/santo-amaro/>>. Acesso em: abril de 2015).

<sup>205</sup> A Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, consiste em restrições orçamentárias que “visam preservar

Genebaldo Correia, para citar o mais conhecido, é posto na mídia como participante, enquanto deputado federal, do escândalo denominado pela mídia nacional de “Anões do orçamento”, em meados da década de 1990. As gestões dos outros três prefeitos supracitados tiveram suas respectivas contas reprovadas por apresentarem irregularidades (desvios, superfaturamento etc.) quanto aos gastos do dinheiro público. Isso não impediu que todos fossem eleitos mais de uma vez, já que as lealdades de cada um em relação aos seus respectivos grupos locais de apoio, aparentemente, foram mantidas.

Mas não só os políticos do poder executivo são envolvidos em escândalos. Em matéria recentemente publicada na mídia formal (impressa e virtual), vereadores (aliados e adversários políticos do atual prefeito), além do próprio prefeito e seu vice, estão sendo acusados pelo Ministério Público Eleitoral de comprarem votos nas eleições de 2012.

De acordo com as alegações finais, Ricardo Jasson Magalhães Machado do Carmo (Partido dos Trabalhadores) e Leonardo Araújo Pacheco Pereira (Partido Socialista Brasileiro), respectivamente prefeito e vice, além dos vereadores Luciano dos Reis Caldas (Partido Social Liberal), Raimar Fabiano Costa (Partido Social Cristão), Jair Oliveira Santana (Partido Socialista Brasileiro), Artur Pereira Suzart (Partido dos Trabalhadores), Elias Pereira Neto (Partido Republicano Brasileiro) e Júlio César de Jesus Pinho (Partido Humanista Solidariedade) ofereceram empregos a quase 400 pessoas na cidade, em troca de votos<sup>206</sup>.

Os políticos mencionados correm o risco de terem seus mandatos impugnados. Entretanto, essa flexibilidade moral do processo político em Santo Amaro não se basta nesse exemplo. Um panorama mais amplo dá contexto a essa cultura política. Para tecermos algumas reflexões sobre o fazer política em Santo Amaro, nos utilizamos de material impresso (folders e panfletos) relacionado ao *marketing* político de diversos anos e ao *marketing* eleitoral, especificamente aquele das eleições de 2012, para vereador e prefeito. Analisamos esses textos e retiramos deles o que tinham em comum, naqueles elementos discursivos relacionados às ideias de continuidade, permanência e origem

---

a situação fiscal dos entes federativos, de acordo com seus balanços anuais, com o objetivo de garantir a saúde financeira de estados e municípios, a aplicação de recursos nas esferas adequadas e uma boa herança administrativa para os futuros gestores” (Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt\\_PT/lei-de-responsabilidade-fiscal](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/lei-de-responsabilidade-fiscal)>. Acesso em: agosto de 2015).

<sup>206</sup> Disponível em: <<http://www.prba.mpf.mp.br/mpf-noticias-1/eleitoral/ministerio-publico-eleitoral-reforca-pedido-de-impugnacao-dos-mandatos-do-prefeito-vice-e-seis-vereadores-de-santo-amaro-ba>>. Acesso em: agosto de 2015.

(consideradas importantes à preservação do lugar romântico e essencialista), no apelo ao possível eleitor. Nessa análise nos atemos, basicamente, à dimensão da prática social do discurso, seu caráter ideológico, também constituinte de uma formação discursiva própria do lugar Santo Amaro.

É comum os políticos elegerem como símbolos de sua gestão ou campanha de candidatura, alguma forma edificada da cidade ou uma manifestação cultural típica do município. Em Santo Amaro, vários elementos já foram utilizados com esse fim: Genebaldo Correia, na sua última gestão (2001-2004), elegeu como logo-símbolo do seu governo uma torre da Igreja da Purificação separando as duas palavras que compõem o nome da cidade, ou seria ligando? A torre da igreja matriz representando a religião (ou a santa?) que une toda a comunidade de Santo Amaro (ver figura 54, abaixo). A segunda gestão de João Melo (2005-2008), um desenho de dois homens negros praticando maculelê era o logo-símbolo (ver figura 55, abaixo).



Figura 54, acima, à esquerda. Logo-símbolo da gestão de Genebaldo Correia. Escâner de propaganda política da gestão referida.



Figura 55, acima, à direita. Logo-símbolo da gestão do prefeito João Melo. Escâner de propaganda política da gestão referida.

Na primeira gestão do atual prefeito, Ricardo Machado (2009-2012), o logo-símbolo era a Igreja da Purificação ao lado de um sol nascente (ou poente?) (ver figura 56, p. 294). Na gestão atual, o prefeito Ricardo Machado adotou um novo logo (ver figura 57, p. 294), com certeza mais abrangente simbolicamente do que o anterior. Nele, além da Igreja da Purificação, estão figurados trabalhadores do campo e um conjunto habitacional, possivelmente uma referência ao Programa Minha Casa Minha Vida, que promete entregar suas primeiras unidades à população, em 2015.



Figura 56, acima, à esquerda. Logo-símbolo usado na primeira gestão do prefeito Ricardo Machado. Fonte: <<http://www.acupecidade.com.br/talescampos.htm>>.

Figura 57, acima, à direita. Logo-símbolo usado na segunda gestão do prefeito Ricardo Machado. Fonte: <<https://prefeiturasantoamaro.wordpress.com/plano-municipal-de-cultura/>>.

A praça da Purificação é uma síntese simbólica da cidade, ainda que parcial, visto que ao seu redor estão representados poderes instituídos materializados em edificações como a Igreja da Purificação e o Paço Municipal (ambos tombados pelo IPHAN). Sobre isso, Zilda Paim, publicara um texto (ver figura 58, p. 295) em seu *blog*, no qual exaltava a praça da Purificação enquanto síntese das instituições e dos poderes instituídos do município. No texto verificamos seu nacionalismo, de inspiração integralista<sup>207</sup> – exaltando Deus, Pátria e Família (destacadas em caixa alta) –, assim como sua filiação à tradição cristã católica.

Essa síntese instituída e reconhecível na própria paisagem edificada que moldura a praça, possivelmente, motivara tantas reformas da mesma ao longo dos anos. Não conseguimos fontes suficientes para descrever e enumerar as reformas que foram feitas, com precisão, mas foram muitas. A reforma dela parece servir para marcar a renovação sempre proposta por um novo governo municipal. A atual gestão também reformou a praça, pondo-lhe de volta, inclusive, um coreto, quando já houveram dois, em uma das suas versões, na primeira metade do século XX (ver figura 2, p. 161).

---

<sup>207</sup> O integralismo no Brasil foi um movimento ideológico fundado por Plínio Salgado na primeira metade do século XX. Defende a propriedade privada, o resgate da cultura nacional, o moralismo, valoriza o nacionalismo, os valores morais prática cristã, o princípio da autoridade (e, portanto, a estrutura hierárquica da sociedade), o combate ao comunismo e ao liberalismo econômico (Disponível em: <<http://www.infoescola.com>>. Acesso em: agosto de 2015).

# Praça da Purificação

## Praça dos Santamarenses! Minha praça!

Ela é diferente das outras praças; ela tem flores, tem bancos, tem luzes, tem alegria, porém, ela possui muito mais.

Ela tem DEUS, na magestade do Gigante de Pedra, a Matriz da Purificação.

Ela tem PÁTRIA, na suntuosidade do Prédio da Prefeitura Municipal.

Ela tem FAMÍLIA, constituída nos salões do Forum Odilon Santos.

Minha praça, é a única no mundo, que representa as 3 virtudes Teológicas.

A FÉ, que reside em cada coração santamarense na deslumbrante imagem de Nossa Senhora da Purificação.

A ESPERANÇA, de um Brasil grande e forte, pelo exemplo heróico dos antepassados na Prefeitura Municipal.

A CARIDADE, na assistência hospitalar criada pelos nossos ancestrais, para atender aos pobres, a Santa Casa de Misericórdia.

Na minha praça se medita e se difere a Justiça de Deus, no ambiente de paz da nave da igreja da Purificação; e no outro extremo a antiga Cadeia Pública, onde a justiça dos homens julga, acusa, defende inocentes e culpados.

No centro da minha praça, no tópo do chafariz, a estátua da Samaritana nos lembra os divinos ensinamentos "dar de beber a quem tem sede".

Na minha praça, foram discutidos todos os problemas, e apresentadas soluções, a todos os momentos históricos do Brasil.

Aqui, na praça todas as gerações, montaram castelos de ilusões e esperanças; sonharam com a felicidade; semearam o amor; realizaram a consolidação da família.

Aqui, na praça se reúnem amigos, políticos e se recebe os visitantes.

Aqui, na praça está contido todo passado de Glória dos heróis da Pátria.

Visite minha praça, contemple a sua beleza e sinta paz, alegria e amor.

**ZILDA PAIM**

Figura 58, acima. Texto de Zilda Paim extraído de *blog* que fora administrado pela mesma. Disponível em: <<http://zildapaim.blogspot.com.br/>>. Acesso em: agosto de 2015.

Abaixo discutimos, pontualmente, os elementos discursivos que propõem de forma diluída e aparentemente descaracterizada um fechamento do lugar Santo Amaro. Observamos, antes, que tivemos somente um critério para a coleta do material eleitoral: o mesmo deveria estar divulgando os candidatos do processo eleitoral, de 2012, no município de Santo Amaro, ou seja, a amostra que utilizamos era restrita aos candidatos do município.

No material considerado para análise, pudemos constatar, entre os artifícios mais comuns relacionados as ideias de continuidade, permanência e origem usadas pelos candidatos, com o objetivo de angariarem representatividade e legitimidade junto ao eleitorado, **dois** que visualizamos com mais frequência: **um**, o fato de se referirem à rede social da qual fazem parte, citando os nomes (quando não citam os apelidos, em uma demonstração de familiaridade com o citado) dos indivíduos que compõem essa rede em uma tentativa clara de se capitalizarem socialmente; e **dois**, o fato de afirmarem a naturalidade santoamarense. “Sou genuinamente Santamarense [sic]”, ou “santoamarense nato [sic]” e “Eu sou filho de Santo Amaro” foram algumas das expressões utilizadas pelos candidatos. Não raro, o candidato demonstrava uma predileção por algum lugar específico do município, onde, presumivelmente, se concentrariam os seus possíveis eleitores. Cesar do Pão – proprietário de uma padaria no bairro Trapiche de Baixo e candidato a vereador – no material de divulgação da sua candidatura, citou várias localidades que teriam recebido melhorias graças ao seu empenho, mas entre todas elas, privilegiou o Trapiche, para o qual dedicou mais páginas no material e a frase mais emblemática da sua busca de apoio, na qual afirma, indiretamente, a existência de uma identidade própria daquele que mora no bairro: “Quem é **trapicheiro** vota com Cesar”<sup>208</sup>.

Outro candidato, Adriano Correia, se afirmou como continuidade, já que se colocou como um bom candidato, à altura da tradição política idealizadora da declaração de 14 de junho<sup>209</sup>, ao mesmo tempo que proclamou ser filho de Genebaldo Correia, ex-prefeito do município em duas gestões (1973-1977 e 2001-2004).

Várias foram as formas como o localismo santoamarense se pronunciou na campanha política. A escassez de recursos parece ser sempre uma justificativa legítima para o fechamento espacial, com argumentos baseados no lugar de origem, quando não na permanência. Um candidato a vereador eleito em 2012 punha em seu material de campanha eleitoral, como um dado depreciativo do governo municipal vigente, o fato da prefeitura contratar empresas de outro município para prestar serviços em Santo Amaro, em detrimento das empresas locais.

Em contrapartida, a toda essa arrecadação [de impostos municipais], sentimos que o maior montante desse dinheiro não vem circulando no

---

<sup>208</sup> Material publicitário impresso das eleições 2012, em Santo Amaro, do candidato a vereador Júlio Cesar de Jesus Pinho, conhecido como César do Pão.

<sup>209</sup> Sobre o 14 de junho, ver capítulo III, seção “4. Santo Amaro no contexto regional e histórico”.

**comercio de Santo Amaro**, se assim fosse os nossos comerciantes não estariam vivendo momentos tão difíceis. (...). Tudo poderia ser diferente se os grandes contratos ficassem com os nossos comerciantes e pequenas empresas do nosso Município, e não nas mãos de empresas de **Lauro de Freitas** e etc. (grifo do autor)<sup>210</sup>.

No texto de um dos candidatos a prefeito, também surgiu o localismo como um dos elementos que deveriam legitimar o futuro prefeito eleito:

Respeitar **nossas** tradições culturais, fortalecer **nossa** economia, comerciantes e comerciários, valorizar **nossa** mão-de-obra, **formar um secretariado com pessoas da cidade**, fortalecer **nosso** sistema de saúde, respeitar o patrimônio público, não tratar com desigualdade nenhum bairro, respeitar **nosso** queridos feirantes, tão perseguidos e humilhados, (...) (grifo nosso)<sup>211</sup>.

No texto acima, chamamos atenção sobre sua dimensão textual: observemos a frequência do pronome possessivo na primeira pessoa do plural, com o objetivo de conduzir o leitor a uma identificação com o candidato – um “filho” de Santo Amaro - mais o fato do mesmo apontar a contratação de pessoas da cidade, para os cargos da administração municipal, como uma ação moralmente correta, entre outras ações propostas indissociadas do conteúdo tendencialmente localista.

Já o prefeito em campanha para reeleição, visando estimular a identificação do santoamarense com a sua candidatura, se serviu das manifestações culturais “típicas” do município. Não apelou ao fechamento espacial, nem poderia, já que vários dos cargos comissionados e/ou contratados na sua gestão eram ocupados por indivíduos “de fora” da cidade (fato que oportunizou aos seus adversários políticos o discurso localista). Entretanto, também fundou o seu *marketing* eleitoral em uma concepção de identidade local santoamarense. Como exemplo, visualizamos na fachada do comitê de campanha do prefeito candidato, figuradas e estampadas em *banners* expostos na fachada, algumas das formas mais típicas do folclore santoamarense (ver figuras 59 e 60, p. 298).

---

<sup>210</sup> Material publicitário impresso das eleições 2012, de Santo Amaro, do candidato a vereador Justino Oliveira dos Santos.

<sup>211</sup> Material publicitário impresso das eleições 2012, de Santo Amaro, do candidato a prefeito Cássio Requião Barreto.





Figuras 59, acima. Na fachada do comitê de campanha, a imagem do prefeito ladeada por duas outras: uma, a “baianinha” carregando uma quartinha; e outra, um “nêgo fugido”. Acervo de Shanti Marengo. 2012.

Na figura 60, abaixo. Na fachada do comitê de campanha, as imagens da silhueta da igreja de Nossa Senhora da Purificação e de duas mãos tocando instrumentos (um pandeiro e uma viola) utilizados na execução do samba de roda. Acervo de Shanti Marengo. 2012.



Ao final do ano de 2015, constatamos que já se iniciou a “corrida” das pré-candidaturas para vereador e prefeito em Santo Amaro. No material publicitário que está sendo colocado o principal tema é a gestão do atual prefeito. Aqueles que se colocam como seus aliados políticos são centralizados pela máquina publicitária da gestão. Averiguamos isso no fato dos vereadores e outras figuras políticas do município que apoiam o prefeito – o qual tem a maioria na câmara dos vereadores – terem seus respectivos perfis virtuais no *facebook* dominados pelas publicações do perfil institucional de Ricardo Machado. Os vereadores não colocam suas realizações, nem descrevem seus projetos. Restringem-se a aparecer do lado do prefeito e das outras figuras políticas do partido.

Ao mesmo tempo, as diversas redes sociais virtuais, a mídia local impressa (jornal O Trombone) ou virtual (Maro Maro Notícias e Santo Amaro Notícias) e a mídia formal (impressa ou virtual) realizam críticas a Ricardo Machado. Os agentes políticos de oposição se colocam usando os perfis do *facebook* também para publicizarem suas

realizações. O vereador Cesar do Pão, que mantém um perfil<sup>212</sup> individual no *facebook* desde 2012, através dele critica o prefeito, e faz reivindicações para o bairro Trapiche de Baixo, sua principal base eleitoral.

Outros vereadores que fazem parte da oposição e mantem um perfil no *facebook* são Justino dos Santos e Capitão Washington Almeida. Ambos possuem em seus respectivos perfis virtuais várias publicações criticando o prefeito atual. Entre as publicações, chama atenção o perfil de Georgenes Sampaio de Jesus, cujas publicações, criticando a gestão atual e o Partido dos Trabalhadores, são visíveis em vários perfis, individuais e de grupos.

Também da oposição surge um candidato a prefeito, Flaviano Rohrs da Silva Bonfim, do PMDB, que, aparentemente, se tornou o herdeiro dos grupos políticos tradicionais que dominaram o cenário político municipal até a ascensão do atual prefeito em 2008. Flaviano Bonfim elegeu-se vereador do município em 2004; candidatou-se a prefeito do município em 2008, perdendo para o atual prefeito; e em 2012, candidatou-se como vice-prefeito de Cássio Requião Barreto, perdendo novamente. Atualmente, os partidos de oposição unem-se em torno de sua figura para as próximas eleições.

Flaviano Bonfim, tem um perfil individual ativo<sup>213</sup> (que criou em 2015, possivelmente para a candidatura) no *facebook*, no qual faz campanha ostensiva da sua pré-candidatura. Além do perfil, o pré-candidato também utiliza os grupos virtuais da mesma mídia social, onde posta comentários depreciando a atual gestão e fazendo promessas. Sua crítica se concentra, entre outras coisas, no fato do atual prefeito negligenciar a população **local** no emprego dos cargos comissionados e na contratação de produtos e serviços por licitação. Também critica a corrupção. Curiosamente, quanto a isso, Flaviano Bonfim é aliado de Genebaldo Correia, seu correligionário, e de João Melo, ambos com contas não aprovadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

A fala do pré-candidato para as próximas eleições já aparece no seu perfil individual no *facebook*. Flaviano Bonfim publicou vários textos curtos e imagens, dos quais colocamos alguns exemplos abaixo, a fim de ilustrar como se constituem seus argumentos, baseados em lealdades quanto ao lugar de origem e na sua autenticidade identitária imanente. Nas figuras 61 e 62 (p. 300) Bonfim reivindica o retorno de uma

---

<sup>212</sup> <https://www.facebook.com/profile.php?id=100004317251186>

<sup>213</sup> <https://www.facebook.com/flaviano.rohrs/>

Santo Amaro anterior a atual gestão. De acordo com essa perspectiva, ele não se sente parte de Santo Amaro no atual momento, mas desterritorializado, estranho em sua própria cidade.



Figuras 61 e 62, acima. Imagens usadas por Flaviano Bonfim em sua campanha de pré-candidatura, no *facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/flaviano.rohrs/?fref=ts>>. Acesso em: agosto de 2015.

Nesse ponto fazemos uma digressão útil sobre o forte apelo essencialista do lugar Santo Amaro, o qual também estimula ações de caráter conservador que tendem ao fechamento espacial do lugar, mas não um fechamento indiscriminado com critérios claros, orientados para atender demandas que dizem respeito a uma maioria da população de Santo Amaro. Trata-se de um fechamento seletivo orientado por discursos hegemônicos que se transformam e se adaptam de acordo com a conveniência de grupos específicos. Citamos dois exemplos emblemáticos a esse respeito. Um é o revanchismo dos moradores de Santo Amaro em relação à população cigana, outro é a atitude segregadora dos comerciantes de Santo Amaro em relação aos feirantes de confecções vindos de outras cidades, sobre os quais discutimos no capítulo IV, subseção “3.2.1. O mercado de Santo Amaro”.

Sobre a estigmatização e revanchismo direcionada à população cigana, lembramos o ódio histórico da população em geral em relação a esse grupo social específico. Por motivos que não colocaremos agora, os ciganos foram estigmatizados pejorativamente como indivíduos que não gostam de trabalho fixo, vivem de atividades ilícitas e ilegais etc. Por esses motivos, geralmente, a população cigana, inclusive em Santo Amaro, é segregada e se autosegrega, o que de certa forma alimenta uma relação tensa de qualquer lugar (inclusive o lugar Santo Amaro) com o lugar do sujeito social população cigana. Essa tensão pode explodir em violência xenofóbica a exemplo do que aconteceu em junho de 2012, quando após um indivíduo, morador de Santo Amaro, ser assassinado por um cigano, a população do lugar penalizou, por conta de um ato isolado, a população cigana em geral, moradora da cidade. Moradores da cidade postaram vídeos

no *youtube* sobre o ocorrido. Em um dos vídeos<sup>214</sup> podemos ver a população saqueando e incendiando o acampamento cigano. A mídia formal de massa também publicou matérias a respeito<sup>215</sup>.

Retornando ao fazer política em Santo Amaro, ressaltamos o quanto esse fazer está impregnado de imediatismos e sectarismos bairristas. Nenhum dos políticos discorre sobre um projeto, pensa os problemas do município enquanto unidade. A plataforma de cada um é montada na crítica do adversário, em ações assistencialistas e obras. Todos procuram obter eleitores através de ações pontuais, atendendo as necessidades e desejos de cada possível eleitor, ou de grupos bem pequenos (moradores de uma rua, ou no máximo de um bairro). O vereador César do Pão, é um exemplo ilustrativo, a esse respeito. Em seu perfil no *facebook*, ele divulgou as doações que sempre faz para a realização do São João no Trapiche de Baixo; também postou (assim como o sítio virtual Maro Maro Notícias publicou uma matéria<sup>216</sup> sobre) a calçada que construiu, com recursos próprios, melhorando a acessibilidade de uma pequena comunidade rural de Santo Amaro.

Justino dos Santos, outro vereador da oposição, ocupa seu perfil no *facebook*, e os perfis de grupos (fechados ou públicos) sobre Santo Amaro, com *scanners* dos documentos de requerimentos que encaminhou para o poder executivo pedindo esclarecimentos, geralmente não obtidos, sobre ações suspeitas do poder municipal. Há outros exemplos do tipo de ação política desempenhada pelos políticos profissionais de Santo Amaro, mas não os descreveremos aqui. Esses outros exemplos são da atual gestão. Sobre eles discorreremos na próxima seção, na qual descreveremos, também, como ações política locais, articuladas a programas sociais do governo federal e estadual, foram capazes de dar suporte econômico e político para a realização de obras públicas e financeirização, aparente, das populações de baixa renda do município.

### 3.1. O PAPEL DAS POLÍTICAS ESTATAIS NA CONFORMAÇÃO DAS REDES

---

<sup>214</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3foozhRx9dk>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>215</sup> Uma das notícias sobre o ocorrido: “Ciganos deixam Santo Amaro depois de terem acampamento destruído” (Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/06/ciganos-deixam-santo-amaro-depois-de-terem-acampamento-destruido.html>>. Acesso em: agosto de 2015).

<sup>216</sup> <http://www.maromaronoticias.com/noticia/295/comunidade-do-subae-tem-via-de-acesso-feita-com-recursos-proprios-do-vereador-cesar-do-pao.html>

## SOCIAIS NO LUGAR

Nessa seção nos deteremos em dois programas sociais do governo Lula: o Programa Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, com destaque para o PBF pelas suas implicações nas dinâmicas sociais e na política do lugar. Discutiremos também o estabelecimento da UFRB em Santo Amaro enquanto política estatal que reverbera no lugar e produz rearranjos no seu conteúdo político. E, finalmente, discorreremos sobre algumas iniciativas da gestão municipal atual em relação à promoção de estratégias para a geração de renda, como elas se realizam e imbuídas de quais objetivos.

Em relação ao Programa Bolsa Família adiantamos que é o próprio governo municipal, do mesmo partido (PT), que realiza e organiza o cadastro dos beneficiados a partir da Secretaria Municipal de Assistência Social. O cadastro é auto declaratório, e após ele, assistentes sociais, passadas algumas semanas, realizam uma visita ao declarante a fim de verificar a coerência entre as informações anunciadas e o que de fato ocorre. Existe uma cota, por município, para o número máximo de benefícios que podem ser distribuídos. De acordo com Funcionário da Prefeitura I<sup>217</sup>, em entrevista, Santo Amaro tem uma cota aproximada de 10.000 beneficiários (que foi ultrapassada em 2014, conforme gráfico 15, p. 303). Um número significativo, se considerarmos que a população total de Santo Amaro estimada para 2015 é de 61.702 pessoas<sup>218</sup>. Também significativa é a transferência para o município dos recursos necessários para o pagamento da Bolsa Família (na tabela 5, p. 303): aproximadamente 1% do orçamento anual do município (para saber sobre o orçamento municipal corrente, ver gráfico 6, p. 186). É relativamente pouco, ainda assim representativo, visto que é uma renda repassada diretamente para o beneficiário e, por conseguinte, agregada à sua capacidade de consumo, sem ônus. É uma renda fixa e certa complementar às outras atividades geralmente desenvolvidas pela família e não circunstanciada pelos eventos do cotidiano. É um capital que, por sua fixidez no orçamento mensal das famílias beneficiárias, permite realizar, entre outras coisas, compras parceladas no comércio. Dessa forma, o beneficiário do Bolsa Família se habilita, por exemplo, a realizar um consumo mais sofisticado, que inclui bens de consumo duráveis.

---

<sup>217</sup> FUNCIONÁRIO da prefeitura I. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2013.

<sup>218</sup> IBGE. Estimativas da população residente para os Municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2015 (Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\_de\_Populacao/Estimativas\_2015/>. Acesso em: agosto de 2015).

**número mensal de benefícios sociais pagos pelo PBF em Santo Amaro**

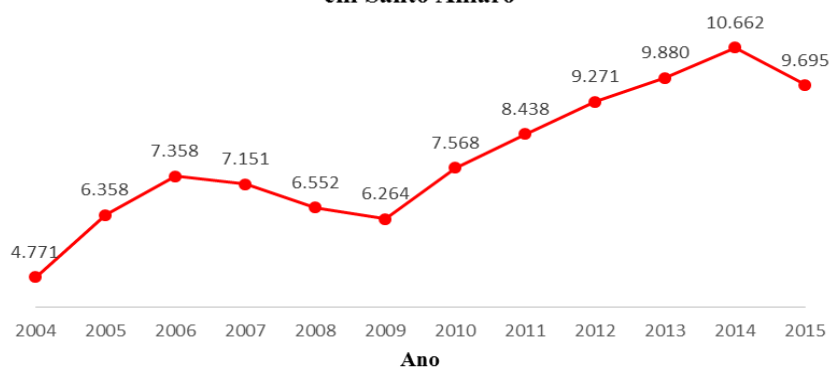


Gráfico 15, acima. Notar o número sempre crescente de beneficiados do PBF. Fonte: <<http://transparencia.gov.br/>>. Agosto de 2015.

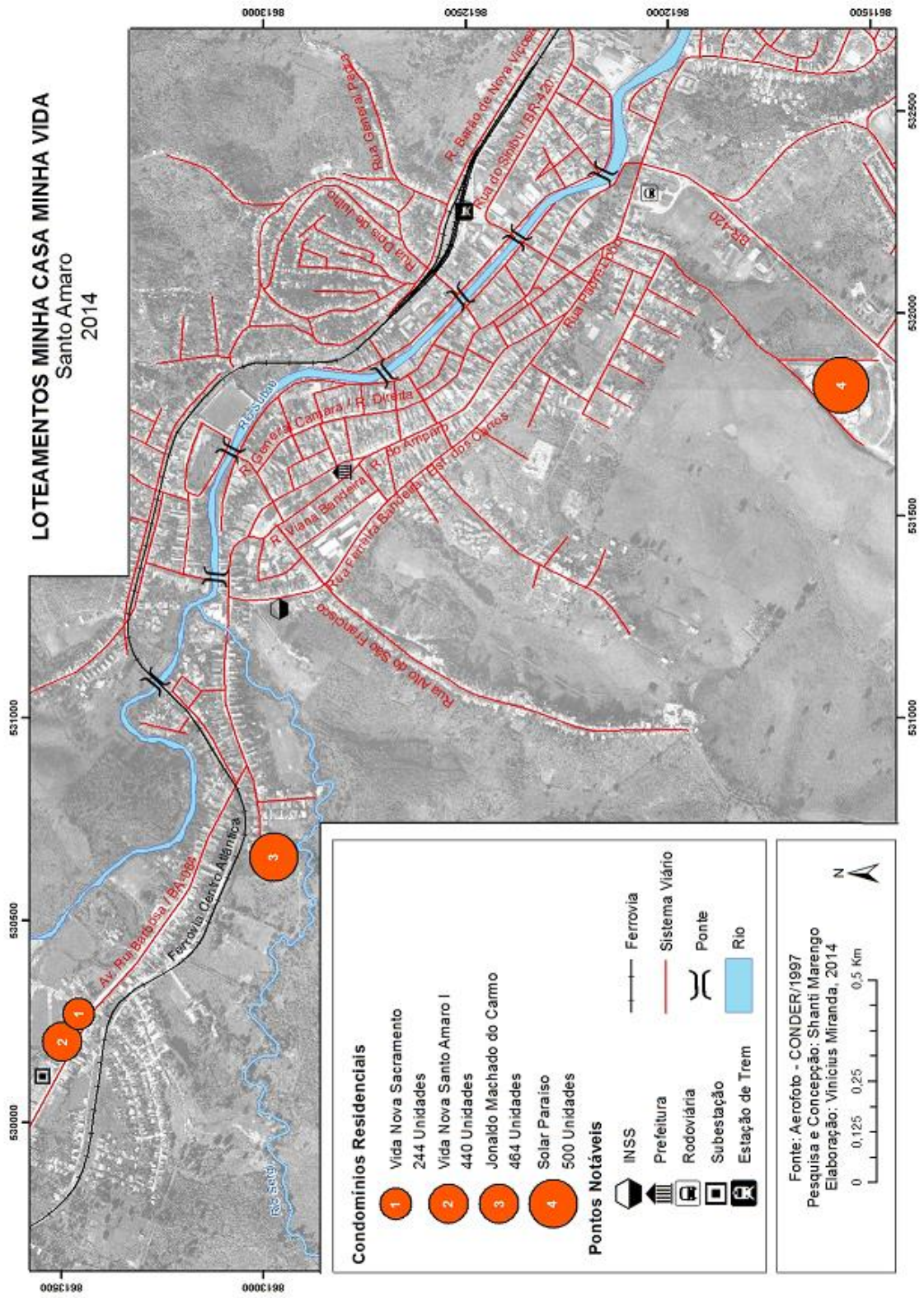
Tabela 5, ao lado. Os valores de 2015 estão atualizados até agosto. Fonte: <<http://transparencia.gov.br/>>.

| Ano  | Valor total dos benefícios pagos pelo Bolsa Família |
|------|---|
| 2004 | R\$ 321.820,00                                      |
| 2005 | R\$ 399.052,00                                      |
| 2006 | R\$ 444.629,00                                      |
| 2007 | R\$ 534.675,00                                      |
| 2008 | R\$ 543.834,00                                      |
| 2009 | R\$ 598.101,00                                      |
| 2010 | R\$ 736.754,00                                      |
| 2011 | R\$ 943.978,00                                      |
| 2012 | R\$ 1.192.704,00                                    |
| 2013 | R\$ 1.209.875,00                                    |
| 2014 | R\$ 1.308.827,00                                    |
| 2015 | R\$ 1.186.322,00                                    |

É ilustrativo da representatividade do PBF no município junto à população, o fato de que a edificação destinada pela gestão municipal para a realização e organização do cadastro dos beneficiários, onde também funciona a Secretaria de Desenvolvimento Social, Igualdade Racial e Gênero (administrada pela cônjuge do atual prefeito, Alessandra Gomes) é chamada, pelos moradores de Santo Amaro e pela própria gestão nos comunicados oficiais direcionados ao público, de prédio da “Bolsa Família”, como se o programa tivesse conseguido suprimir simbolicamente a representatividade de todas as outras ações daquela secretaria no município.

No material de marketing político da atual gestão, são várias as referências ao PBF. A prefeitura organiza, frequentemente, eventos com o fim de divulgar discursos de inclusão, nos quais o PBF surge como uma das estratégias usadas. Os moradores de Santo Amaro, nesse contexto, surgem fetichizados, folclorizados. A necessidade desses moradores os publiciza e é publicizada.

MAPA 12



Outro programa também relevante pelo seu impacto (caso todas as 1.180 residências sejam entregues) é o programa Minha Casa Minha Vida. Em Santo Amaro tem atualmente três loteamentos em implantação (ver mapa 12, p. 304). O mais avançado (ver figura 63, abaixo) fica na rodovia BA 878, na “saída” da cidade em direção ao distrito de Acupe. Os outros dois se localizam em pontos diferentes do bairro do Bonfim (na figura 64, abaixo, um desses loteamentos), uma região na qual a mancha urbana acompanha, por alguns quilômetros, a avenida Rui Barbosa e a linha férrea, paralelas uma a outra. Ao longo delas, fazendas de um lado e do outro, impediam que a mancha urbana se expandisse. Os loteamentos, portanto, surgiram a partir da apropriação de espaços dessas fazendas.



Figura 63, acima. Loteamento do Programa Minha Casa Minha Vida, na rodovia BA 878, “saindo” da cidade. Acervo de Shanti Marengo. 2014.

Figura 64, abaixo. Loteamento do Programa Minha Casa Minha Vida, próximo a subestação. Autoria da Prefeitura de Santo Amaro, 2015. Disponível em: <[https://www.facebook.com/prefeituradesantoamaro/photos\\_stream](https://www.facebook.com/prefeituradesantoamaro/photos_stream)>. Acesso em: setembro de 2015.



Também o Programa MCMV tornou-se objeto de propaganda política, amplamente divulgado por vários materiais publicitários, impressos e virtuais. Foi no *blog* institucional que encontramos a figura 65 (p. 306), na qual a fila para o cadastro no



programa tornou-se uma ilustração da necessidade de moradia em Santo Amaro. O cadastro para o MCMV, amplamente anunciado através de material impresso e virtual, também foi realizado no prédio do “Bolsa Família”, conforme escrito no próprio material de divulgação<sup>219</sup>.



Figura 65, acima. Fila, em frente à Secretaria de Assistência Social, para cadastro no programa Minha Casa Minha Vida. Autoria: Prefeitura de Santo Amaro, 25/03/2015. Disponível em: <https://prefeituradesantoamaro.wordpress.com/2015/03/25/mais-de-300-pessoas-ja-atualizaram-o-cadastro-do-programa-minha-casa-minha-vida-em-santo-amaro/>. Acesso: agosto de 2015.

Por fim, como outro exemplo de política estatal do governo federal sendo aplicada em Santo Amaro, essa sem estar vinculada a um programa social, temos a instalação, no ano de 2013, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia<sup>220</sup>, na forma do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), prometido desde 2005, no projeto inicial de implantação da UFRB.

Desde então, antes do CECULT, foram abertos *campi* da universidade em quatro outras cidades antes de Santo Amaro. Contra esse encaminhamento sempre houve intensa movimentação da população da cidade reivindicando para que se cumprisse o posto no projeto, com manifestações públicas associadas ao uso de cartazes, adesivos, faixas etc. O escrito em todos os impressos era um só: “pra ser do Recôncavo, tem que estar em Santo Amaro” (ver figuras 66 e 67, p. 307), uma afirmação de cunho explicitamente regionalista, segundo a qual, a instituição em questão, para ser reconhecida como da

---

<sup>219</sup> Disponível em: <<https://prefeituradesantoamaro.wordpress.com/2015/03/23/comeca-amanha-24-e-vai-ate-o-dia-08-primeira-convocacao-dos-pre-selecionados-do-programa-minha-casa-minha-vida-em-santo-amaro/>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>220</sup> Discutida enquanto política de desenvolvimento regional no capítulo III, seção “3. Do Brasil ao Recôncavo: o período técnico científico informacional”.

região referida, precisaria estar presente em Santo Amaro, uma das cidades síntese do Recôncavo, e, portanto, proprietária privilegiada do Ser regional.



Figura 66, acima, a esquerda. *Layout* do material impresso que circulou por Santo Amaro pedindo a adesão da UFRB ao município.

Figura 67, acima, a direita. Faixa de apoio a UFRB, em uma casa de autoconstrução. Acervo de Shanti Marengo. 07/2012.

Políticos locais, inclusive o atual prefeito, articulados a representantes no Congresso Nacional, munidos do referido discurso regionalista, fizeram campanha para que o núcleo da UFRB em Santo Amaro se efetivasse. A campanha, com a reivindicação, também se estendeu ao mundo virtual, aonde ainda existem dois perfis relacionados, no *facebook*: um é o grupo público “Quero a UFRB em Santo Amaro”<sup>221</sup>; o outro é uma comunidade, cujo nome é a frase da campanha “UFRB - Pra Ser do Recôncavo, Tem Que Estar em Santo Amaro”<sup>222</sup>. Em ambos, as reivindicações quanto a vinda da universidade para a cidade e as discussões sobre o seu papel foram se tornando menos frequentes desde a instalação do CECULT, em 2013, ainda assim os dois perfis continuam ativos. No perfil da comunidade chama atenção a opção explícita pela propaganda política, promovendo o PT e seus associados, entre eles Jorge Portugal (atual secretário de cultura do estado da Bahia e natural de Santo Amaro). No mesmo perfil também vemos o costumeiro culto aos notáveis do município, pondo-os como elementos síntese da identidade do lugar Santo Amaro. São várias as publicações que trazem imagens de personalidades, por exemplo, como Roberto Mendes, com a frase “Isso é Santo Amaro” (título de um livro de Zilda

<sup>221</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/ufrbja/>>. Acesso em: setembro de 2015.

<sup>222</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/UFRB-Pra-Ser-do-Rec%C3%B4ncavo-Tem-Que-Estar-em-Santo-Amaro-296890300451032/>>. Acesso em: setembro de 2015.

Paim, presente na bibliografia desse trabalho). Mais um agente “alimentando” simbolicamente uma perspectiva, hegemônica, da identidade do lugar.

Chama atenção, entretanto, os cursos que foram abertos: no projeto (UNIVERSIDADE, 2013a), para o *campus*, estavam discriminados os seguintes cursos: um inicial, o Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagem e Tecnologia, com cinco “terminalidades” (termo utilizado pelo próprio documento), Engenharia e Produção com ênfase em espetáculo, Tecnologia do Espetáculo (iluminação, som, cenografia, figurino, maquiagem), Música Popular, Produção Musical e Design Digital. Mais adiante ainda estavam previstos dois outros cursos: Política e Gestão Cultural, mais Jogos Eletrônicos. No sítio virtual, criado com a UFRB Santo Amaro já em atividade, na última consulta que fizemos, estavam sendo oferecidos os mencionados cursos, mais um, o curso de “Bacharel em Comunicação Social: Publicidade e Propaganda” oferecido desde 2013, foi colocado em caráter emergencial, aproveitando professores do Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL, o campus da UFRB em Cachoeira), com o objetivo de garantir a existência do campus da UFRB em Santo Amaro.

A abertura de tais cursos parece vir de encontro – segundo o texto oficial, de autoria da UFRB, sobre o CECULT – de uma propensão, em Santo Amaro, de produzir muitos artistas. Nesse ponto, o documento (UNIVERSIDADE, 2011-2012), adotando o discurso de uma identidade do lugar, passível de ser reforçada pelas ações dos agentes instituídos, no caso, através de uma política pública. O referido documento<sup>223</sup> já começa com uma epígrafe que é a reprodução parcial da letra de uma música de Caetano Veloso, “Tropicália”. Em seguida, começa a delinear os elementos e processos que justificarão a abertura dos cursos referidos em Santo Amaro. Para tanto, inicia mencionando uma capacidade inventiva e criativa do brasileiro (essencializada como característica da nação Brasil, da qual Santo Amaro faz parte), exemplificada pelo autor (ou autores) do documento nas Escolas de Samba do Rio de Janeiro e São Paulo, mais o Carnaval baiano, manifestações culturais, sem dúvida, espetacularizadas.

Depois, o documento constrói o outro “motivo” que justificaria e daria contexto aos cursos propostos em Santo Amaro: existe uma tendência no mundo de valorização da arte e, por conseguinte, das infraestruturas técnicas que lhe vem a reboque, responsáveis por sua realização. O documento não descreve um meio técnico científico informacional

---

<sup>223</sup> Que, sabemos, não sintetiza a reflexão de todos que conformam o sujeito político UFRB, mas que lhe é atribuído institucionalmente.

moldurando o fenômeno, pelo menos não diretamente, mais coloca a existência de uma Terceira Revolução Industrial (e cita outros termos julgados equivalentes) constituindo essa moldura.

Em seguida, o documento se aproxima da escala de Santo Amaro e começa a descrever pontualmente uma cronologia do Recôncavo e de Santo Amaro, na qual endossa a existência da referida região e sua identidade, perceptível sensorialmente: “(...) é possível observar entre seus habitantes uma sensação de pertencimento à região, o reconhecimento de uma história comum e uma interessante referência a muitos hábitos e tradições” (UNIVERSIDADE, 2011-2012, p. 10). Uma identidade que tem na arte uma variável importante e em Santo Amaro, uma síntese:

A importância cultural de Santo Amaro é indiscutível, o que lhe garantiu o status de Patrimônio da Humanidade em razão das suas construções históricas, suas igrejas, seu casario, o culto às tradições brasileiras, além de ser a terra natal de grandes mestres populares da cultura e artistas de destaque no cenário cultural brasileiro, tais como: Assis Valente, Teodoro Sampaio, Mestre Popó, Jorge Portugal, Roberto Mendes, Márcio Valverde, Cuíca de Santo Amaro, Dona Edith do Prato, (...), dentre muitos outros que se destacaram nas mais diferentes áreas do conhecimento e das artes (UNIVERSIDADE, 2011-2012, p. 13).

Nacif, reitor da UFRB, em um discurso proferido em 2012 (por ocasião dos 190 anos da Ata da Vereação de 14 de junho de 1822) – entremeado por várias citações de obras literárias (como João Ubaldo Ribeiro, de Itaparica) e músicas da autoria de artistas do Recôncavo (como Caetano Veloso) – também fez sua contribuição para a construção da mitológica Santo Amaro, uma das sedes inevitáveis da UFRB. O reitor apontava Santo Amaro como uma síntese do Recôncavo, que por sua vez era uma síntese da Bahia, que era uma síntese do Brasil. “Santo Amaro é um lugar capaz de resumir o Brasil” (NACIF, 2012, s.p.). O reitor, em seu discurso citou a configuração do Recôncavo histórico, descrevendo como esse fora, pelas ações hegemônicas, fragmentado em duas partes: uma, a Região Metropolitana, apropriada pelo grande capital, e a outra, esquecida pelos agentes hegemônicos. Para Nacif (2012), a UFRB fora uma conquista, resultado de uma reação contra-hegemônica, dessa parcela do Recôncavo que tinha sido esquecida pelo Estado, e ao mesmo tempo, uma continuação do movimento emancipatório liderado por Santo Amaro, em 1822, cristalizado naquela ata de vereação redigida no dia 14 de junho.

Voltando ao documento sobre o CECULT – que é uníssono com o discurso do

reitor –, esse caracteriza o lugar Santo Amaro por seu caráter festivo, um tema constante na construção retórica da baianidade (MARIANO, 2009) –, visto que em “função das suas características tão **peculiares**, as festas em Santo Amaro são uma **constante**” (UNIVERSIDADE, 2011-2012, p. 13, grifo nosso). O documento destaca duas festas específicas: o Bembé do Mercado e a Lavagem da Purificação. Por fim descreve uma “lista dos sítios considerados de relevância histórico/arquitetônica” (idem), o patrimônio de “pedra e cal”, cuja instrumentalização para a fundação da ideia de nação como comunidade imaginada foi bastante característica (no Brasil e no Recôncavo) do século XX<sup>224</sup>.

Vale mencionar também, no documento (UNIVERSIDADE, 2011-2012), a profusão de fotografias dos elementos simbólicos do discurso promotor da identidade do lugar Santo Amaro, enquanto espaço síntese da cultura baiana. Nessas fotografias estão imageados: estruturas e objetos (trio elétrico, instrumentos musicais etc.) usualmente utilizados no cenário festivo (e espetacularizado) baiano, polarizado por Salvador; mais estruturas, objetos e elementos do cenário cultural de Santo Amaro, entre eles, as edificações históricas, os notáveis, os eventos festivos etc. Enfim, o documento, na sua primeira parte, descreve todo os elementos que justificariam, discursivamente, a abertura dos cursos propostos.

Os cursos do CECULT, obviamente, não obtiveram aprovação unânime por parte dos moradores da cidade. A insatisfação quanto aos cursos que seriam abertos em Santo Amaro surgiram no jornal “O Trombone”, de circulação local. Não faltaram protestos e comparações com Feira de Santana que, na mesma época, também recebia um campus<sup>225</sup> da UFRB, com cursos considerados mais nobres, segundo os valores daqueles que faziam as comparações. As duas matérias que conseguimos sobre o tema, apontaram a injustiça dos melhores cursos abrirem em uma cidade (Feira de Santana) “**que não está na Região**

---

<sup>224</sup> Ao longo do capítulo III, em especial na subseção “4.1.1. Santo Amaro: uma cidade que quer ser turística?”.

<sup>225</sup> Em 2013, foi criado o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), em Feira de Santana, aonde seriam oferecidos os seguintes cursos de graduação, com o objetivo de que corroborassem “com a atual pauta **desenvolvimentista** do país” (UNIVERSIDADE, 2013b, s. p., grifo nosso): um inicial, o Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade, com quatro terminalidades, Engenharia de Materiais, Engenharia de Produção, Engenharia de Energia e Engenharia em Tecnologias Assistivas; dois cursos clássicos, Arquitetura e Urbanismo e Economia; e, finalmente, um de Licenciatura em Educação no Campo. No sítio virtual do CETENS, por enquanto, estão descritos o Bacharelado Interdisciplinar e a Licenciatura, ou seja, ainda não estão sendo oferecidos nem as terminalidades (que sequenciam o bacharelado interdisciplinar), nem os cursos tradicionais (Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/cetens/>>. Acesso em: setembro de 2015).

**do Recôncavo**, mas, que tem que ser respeitada por seu poderio político (...)” (EM FOCO, maio de 2012, p. 12, grifo nosso). Atualmente, a UFRB segue enquanto instituição em Santo Amaro. Segue instável, aparentemente consolidada normativamente e fisicamente (funcionando, temporariamente em um prédio doado pela prefeitura), mas ainda sem estar alocada na sua estrutura física definitiva, e sem seus cursos, descritos no projeto, operando, de fato, com alunos e aulas<sup>226</sup>. Mais recentemente, aumentando a presença da UFRB na cidade, anunciou-se a criação do Núcleo Tecnológico de Estudos de Impactos da Mineração (NEIM), que funcionará no Solar Biju, prédio atualmente tombado pelo IPHAN, e de propriedade do IPAC. A edificação era cedida a UEFS, entretanto como nos últimos anos não estava sendo utilizada, foi repassada a UFRB. Vale reproduzir os objetivos colocados pela missão do NEIM, nitidamente dialogando com as consequências da exploração e beneficiamento do chumbo até 1993 em Santo Amaro:

(...) desenvolver tecnologias ambientais visando identificar, prevenir e recuperar danos ambientais nos territórios de mineração no Estado da Bahia. Pretende ainda pesquisar de forma multidisciplinar e em grande escala espacial e temporal os impactos no ambiente e na saúde da população, oriundos de atividades da mineração; além de capacitar profissionais em nível de graduação e pós-graduação na área ambiental (NÚCLEO, 03/02/2015).

Além das políticas estatais mencionadas acima, protagonizadas pelo governo federal, também são realizadas ações no lugar pelo poder municipal divulgadas, pela propaganda política, como “desenvolvimento social”. Nessas ações, aparentemente, a gestão, na impossibilidade de estimular o aumento do número de empregos formais no município, procura meios de possibilitar autonomia na aquisição de renda ao trabalhador de Santo Amaro. Interessantemente, esses meios parecem, também, um modo de legitimação formal do trabalho informal e/ou autônomo. São vários os exemplos desse tipo de iniciativa do poder municipal. Um conjunto de soluções baratas, com forte conteúdo assistencialista e alto apelo eleitoral. Na figura 68 (p. 312), a imagem de carrinhos para serem doados a vendedores ambulantes, como parte da realização de um programa do governo estadual – também do Partido dos Trabalhadores – em associação com a mesma Secretaria de Desenvolvimento Social, Igualdade Racial e Gênero, que,

---

<sup>226</sup> Vale ressaltar que o curso de bacharelado interdisciplinar do CECULT já está sendo anunciado para 2016, e os futuros professores para o referido curso já constam no quadro de docentes da instituição (Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/cecult/>>. Acesso em: setembro de 2015).

assim como nos programas federais, ficou responsável pelo “cadastro e avaliação socioeconômica” dos beneficiários. “Foram 20 carrinhos para ambulantes que vendem pizza, churrasquinho e beijú. (...). **Os ambulantes também receberam fardas**” (PREFEITURA, 1/05/2014, grifo nosso). Notemos a oferta da farda para o trabalhador “selecionado” que, além de reforçar a tendência a legitimação do trabalho precário, através de sua normatização, também contribui para normalizá-lo, agora oficialmente.



Figura 68, acima. Carrinhos doados para vendedores ambulantes pelo governo estadual, via prefeitura. Autoria: Prefeitura de Santo Amaro, 01/05/2014. Disponível em: <https://prefeiturasantoamaro.wordpress.com/2014/05/01/entrega-de-carrinhos-para-trabalhadores-ambulantes-de-santo-amaro/>. Acesso: agosto de 2015.

Outro exemplo emblemático desse tipo de ação, “inclusiva”, que o poder municipal está desenvolvendo em Santo Amaro está na doação de isopores, aos ambulantes que vendem bebidas, na época das festas do início do ano. Em 2014, a prefeitura doou 400 isopores aos ambulantes que trabalhariam na festa da Purificação. Em 2015:

100 ambulantes de Santo Amaro receberam (...) kits para trabalhar durante os nove dias de festejos da Purificação. Isopores, camisas e crachás **licenciam** os trabalhadores para comercializar os produtos no Circuito da festa. A Secretaria de Desenvolvimento Social, Igualdade Racial e Gênero foi responsável pelo cadastramento e entrega do material (PREFEITURA, 23/01/2015, grifo nosso).

Prestar atenção, novamente, na fila (figura 69, p. 313) publicizando, concomitantemente, a necessidade do trabalhador e a ação do poder municipal para atendê-la. Observar, também, na citação acima, a instituição procurando normatizar o trabalho ambulante, impondo-lhe o uso do crachá, ao mesmo tempo que o enquadra no seu *marketing* político transformando-o em publicidade móvel e viva. Não por acaso, as

camisas que faziam parte do *kit*, tinham o *logo* e o *slogan* oficiais usados no material publicitário para a divulgação do evento. É desse modo, através da oficialização do trabalho precário, que o poder municipal transforma, aquilo que era prática do indivíduo, de caráter tático, com o objetivo de garantir a sua (e de seu grupo familiar) sobrevivência imediata, em política pública de inclusão socioeconômica.



Figura 69, acima. Fila em frente à escola do município, onde os ambulantes que trabalham na festa da Purificação buscam seus kits (isopor, camisa e crachá). Autoria: Prefeitura de Santo Amaro, 23/01/2015. Disponível em: <<https://prefeituradesantoamaro.wordpress.com/2015/01/23/festa-da-purificacao-entrega-de-isopores-para-ambulantes/>>. Acesso: agosto de 2015.

Abaixo, na próxima seção, dando seguimento a reflexão que atravessa a psicoesfera<sup>227</sup> “santoamarense”, discutiremos como a “cultura”, enquanto esfera da vida social (SANTOS, 2008), no município, é apropriada pelo lugar. Procuraremos pensar como essa cultura, muitas vezes ideologizada enquanto representação do espaço, é ressignificada pelo morador da cidade e, muitas vezes, oportunizada pelo mesmo para a aquisição de moeda.

#### 4. A CULTURA DO LUGAR SANTO AMARO

Em Santo Amaro existe uma apropriação local dos elementos simbólicos que

---

<sup>227</sup> Psicoesfera, faz par com o conceito de tecnoesfera, ambos elaborados por Milton Santos ([1996]2009). A tecnoesfera “se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; (...) se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu (...). A psicoesfera, reino das ideias, crenças, paixões, e lugar de produção de um sentido, (...), fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnoesfera e psicoesfera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar” (SANTOS, [1996] 2009, p. 256).



caracterizam a baianidade santoamarense. Importante dizer que essa apropriação não tem um ponto de partida, um sujeito específico que cria, ou criou, os semióforos responsáveis por portarem a síntese da “alma santoamarense”. Esses símbolos são criados dinamicamente em um diálogo incessante e cheio de conflitos, de sobreposições e desencontros entre aqueles que vivem em Santo Amaro e os que o olham de “fora”. Nessa seção tentaremos discutir a dimensão simbólica da cidade e como ela se associa as manifestações culturais ditas típicas do município.

Como já colocado no capítulo anterior, desde a década de 1990, com a volta do carlismo ao poder, reiniciaram-se os esforços do poder público para transformar o turismo em um setor importante da economia baiana. Discursos da baianidade – que nunca tinham sido abandonados – voltaram com força a serem enunciados pelos veículos de comunicação, públicos e privados. A mídia de massa impressa, nesse período, produziu algumas matérias acerca das manifestações culturais de Santo Amaro de forma folclorizada, revestindo-as do pitoresco. É emblemática uma matéria do Correio da Bahia (jornal da família Magalhães), sobre a cidade, publicada em 2001. Nelas são trazidos à tona vários elementos discursivos característicos da baianidade, adequados ao contexto específico da cidade Santo Amaro. Nesse processo, os indivíduos santoamarense mais conhecidos pela mídia são citados para reforçar vários temas, os quais geralmente são associados à identidade baiana, mas também se tornam conteúdos de uma identidade santoamarense.

Em duas seções da matéria são citadas duas das pessoas que guardam/guardavam a chamada memória do município. Em uma das seções, o título aparecia sugestivo “Na palma da mão: manifestações da cultura popular sobrevivem em Santo Amaro da Purificação”. No corpo do texto dessa seção, em uma das suas subseções, de subtítulo “Memória resguardada”, os referidos zeladores são citados, Maria Mutti e Zilda Paim, assim como a missão delas de protegerem a cultura santoamarense. Não era primeira vez que o referido jornal fazia uma matéria com conteúdo semelhante. Um ano antes, em outra matéria, de página inteira, chamada “A zeladora da memória de Santo Amaro da Purificação”, Zilda Paim é descrita como a escritora que “mantém um acervo precioso sobre a história da cidade” (A ZELADORA, 04/04/2000, p. 5).

Na mesma matéria, um elemento discursivo da baianidade, entre vários outros que também aparecem, é lembrado e observado: seus músicos (MARIANO, 2009). A matéria coloca a musicalidade como algo essencial do santoamarense, a qual se pronuncia através

de alguns indivíduos de forma mais intensa. Esses indivíduos formam uma dinastia “espiritual”, iniciada com o compositor Assis Valente (sambista, compositor, natural de Santo Amaro), e continuada com outros artistas, seus “herdeiros”: entre eles, os irmãos Veloso, Maria Betânia e Caetano Veloso. No entanto, existem outros. O talento do compositor Assis Valente...

Além de ter beneficiado **os filhos e netos de Dona Canô**, também se espalhou pela viola envenenada de Roberto Mendes, pelo ritmo contagiante do prato de dona Edith do Prato e pela criatividade da novíssima geração musical da cidade, representada por gente como Eduardo Alves e Márcio Valverde (LEGENDÁRIA, 2001, p. 6, grifo nosso).

Roberto Mendes, na mesma matéria, é citado para alimentar o mito da origem mestiça brasileira – onde o brasileiro é o herdeiro do melhor das três raças – e o mito da singularidade musical baiana, em Santo Amaro:

“Santo Amaro é fruto de um trinômio perfeito, a disciplina do branco, o apego do índio à terra e a espiritualidade do negro. O samba do Recôncavo é fruto dessa mistura e é pai do samba brasileiro, uma prova disso é que Pixinguinha e Donga, dois dos maiores compositores do país, eram filhos de baianos”, argumenta Roberto Mendel sem nenhum pudor de ser baísta (LEGENDÁRIA, 2001, p. 6).

As políticas públicas, visando estimular o setor turístico, continuaram nos governos estaduais de Jacques Wagner (2007-2015), do Partido dos Trabalhadores, mesmo que menos centralizadas em Salvador e nas zonas turísticas Costa dos Coqueiros e Costa do Descobrimento. Novamente, nesse período, pudemos acompanhar a reprodução do discurso da baianidade e a exaltação da paisagem histórico-cultural do Recôncavo, assim como de sua paisagem natural.

No primeiro governo do prefeito Ricardo Machado (2009-2012) foi produzido um material publicitário de caráter turístico, divulgando as belezas da cidade. Em páginas separadas do impresso eram listadas as belezas naturais e o patrimônio edificado (nem todo tombado). Curiosamente, além disso nada mais foi realizado. Não existe nenhuma infraestrutura criada deliberadamente para atender uma demanda turística em relação a essas paisagens. Não existia (até o início da década de 2010) nenhuma sinalização indicando as paisagens naturais localizadas fora da cidade e nenhum roteiro turístico oficial que incluísse as cachoeiras citadas no impresso. A recomendação dos moradores

da cidade é que não se vá sozinho a esses locais, geralmente lugares isolados, onde assaltos são relativamente comuns.

Quanto ao patrimônio edificado, ela aos poucos se esvanece, com poucas exceções. Do Solar de Aramaré, restou o terreno baldio onde ele antes existia (ver figuras 70 e 71, abaixo). Importante observar que foi pedido o tombamento das ruínas dessa edificação, prontamente indeferido pelo IPHAN, em 2009, quando ainda existiam as ruínas. Outro prédio citado no impresso da prefeitura, referido acima, que também tem valor simbólico e histórico, é o Irapuru (ver figuras 72 e 73, p. 316) às margens do rio Subaé. Antigo *Gynasio* santamarense, atualmente é uma ruína sem perspectivas de ser restaurada. No PAC Cidades Históricas II<sup>228</sup>, na lista de edificações a serem restauradas, apenas uma, hoje, é uma ruína sem funcionalidade alguma: é a siderúrgica Trzan (que outrora foi chamada de siderúrgica Santo Amaro, fechada na década de 1980 por seu proprietário a época, Antônio Ermírio de Moraes, presidente da Votoranti) (ver figura 74, p. 316). Após a restauração, a promessa é transformar a edificação restaurada no campus da UFRB em Santo Amaro.



Figura 70, acima, a esquerda. Palacete Aramaré. Autoria: Armando Costa Pinto, nos anos de 1940, aproximadamente. Fonte: IBGE.

Figura 71, acima, a direita. Palacete Aramaré. Fotografia de autor desconhecido. Anos 2000.

---

<sup>228</sup> A lista inclui, além da restauração do prédio da antiga siderúrgica Trzan, e a requalificação da feira, a restauração das seguintes edificações: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação, a Casa de Câmara e Cadeia, o Mercado, a Igreja do Amparo, o Arquivo Público, e a Igreja do Rosário (Disponível em: <[www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br)>. Acesso em: agosto de 2015). Sobre essa lista não existe muita concordância, o IPHAN, na lista que publicou, não fazia constar a requalificação da feira, nem a restauração da Igreja do Amparo (disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/288>>. Acesso em: janeiro de 2015), por exemplo, e outra lista, com o *logo* do PAC II e o brasão da República, mas divulgada pela gestão municipal de Santo Amaro, incluía, além das ações descritas pelo sítio virtual do PAC, a restauração do Irapuru.



Figura 72, acima. O Irapuru, quando Gynasio Santoamarense, na primeira metade do século XX. Autor desconhecido.

Figura 73, abaixo. O Irapuru, atualmente. Na faixa (posta pela prefeitura), preta com letras amarelas, na parede do prédio, está escrito “Prédio com risco de desabamento”. Acervo de Shanti Marengo. 23/09/2014.



Figura 74, acima. Ruínas da Siderúrgica Trzan (também chamada Siderúrgica Santo Amaro). Essas ruínas estão incluídas no PAC Cidades históricas II, para serem restauradas. Após o restauro, a edificação acolherá o campus da UFRB, em Santo Amaro. Acervo de Shanti Marengo. 02/2011.

Afora os programas de restauração financiados com o dinheiro público, não são conhecidas as iniciativas privadas a respeito. O mais próximo que encontramos de uma restauração, quando um agente privado está diretamente envolvido, foram fachadas reformadas, mas não funcionais, de alguns estabelecimentos (ver figuras 75 e 76, abaixo).



Figura 75, acima, a esquerda. Fachada do supermercado TodoDia, aproveitada de uma edificação anterior, mais antiga. Notemos que o andar de cima não foi restaurado, e o interior do estabelecimento foi também completamente alterado. Acervo de Shanti Marengo. 01/2011.

Figura 76, acima, a direita. Fachada de uma propriedade particular, reformada. Não existe mais a residência. No terreno funciona um buffet. Acervo de Shanti Marengo. 01/2011.

Ainda assim, apesar da pouca importância dada pelos agentes locais ao assunto, o poder instituído, público ou privado, aparenta conhecer a importância desse patrimônio edificado para a exploração turística focada em seu segmento cultural. Entretanto, nenhuma ação visando essa exploração de forma sistemática é realizada. Os roteiros turísticos oficiais propostos pela Bahiatursa, que propõem Santo Amaro como um dos lugares de visitação, são exemplares quanto a timidez das iniciativas. As propostas parecem se debater na escassez de possibilidades. Quase todos os itinerários se focam nesse patrimônio edificado, deixado à míngua.

Entre os roteiros<sup>229</sup>, todos referentes ao destino Bahia de Todos os Santos, ou alinhados ao segmento do turismo étnico-afro, estão “Barroco Baiano”, “Segredos do

---

<sup>229</sup> Os roteiros propostos pela Bahiatursa estão disponíveis em: <<http://bahia.com.br/roteiros/>>. Acesso em: janeiro de 2015.

Recôncavo”, “Cultura e Mar na Baía de Todos os Santos” e “Históricos de Santo Amaro”. O roteiro “Barroco Baiano” prevê a visita dos turistas às edificações (geralmente aquelas já tombadas pelo IPHAN) construídas no período colonial nas diversas cidades da região. O roteiro “Segredos do Recôncavo”, propõe ao turista experiências que vão além do aspecto visual da paisagem:

A partir de Salvador o caminho percorre um conjunto de municípios baianos, que abrange uma região rica em gastronomia, na musicalidade e no patrimônio arquitetônico. (...). O caminho traz a variedade cultural, como o samba de roda, a capoeira, as paparutas, aliada a sabores, sons e saberes de Salvador e Recôncavo baiano<sup>230</sup>.

O roteiro “Cultura e Mar na Baía de Todos os Santos não deixa claro onde se diferencia dos anteriores. Por fim, o roteiro restrito ao próprio município, “Históricos de Santo Amaro”, propõe ao turista a visita ao patrimônio edificado da cidade e ao povoado de São Braz. Todos colocam como chamariz principal o patrimônio edificado e apenas um menciona o samba de roda. Mas, de fato, o que acontece?

No trabalho de campo constatamos ônibus turísticos que passavam pela cidade (ver figura 77, abaixo) e paravam, brevemente (tempo suficiente para que os turistas registrassem algumas imagens), em frente à Igreja de Nossa Senhora da Purificação, para depois seguirem caminho, geralmente em direção a Cachoeira, ou retornarem ao hotel usualmente localizado no complexo hoteleiro da Costa do Sauípe (no município de Mata de São João) ou na capital.



<sup>230</sup> Roteiro Segredos do Recôncavo. Disponível em: <<http://bahia.com.br/roteiros/segredos-do-reconcavo/>>. Acesso em: janeiro de 2015.

Figura 77. Ônibus fretados para atividade turística parados em frente à igreja matriz. Acervo de Shanti Marengo. 08/2012.

Nos sítios virtuais de empresas privadas que promovem passeios turísticos pela Bahia e citam Santo Amaro, a proposta comum é conhecer o patrimônio edificado da cidade. Alguns ainda citam o samba de roda e a família Veloso. Muito poucos lembram dos pontos turísticos relacionados às paisagens naturais. Nenhum cita a feira livre da cidade como ponto turístico. Em um dos trabalhos de campo que realizamos acompanhamos uma iniciativa solitária do proprietário de uma pousada, no bairro da Saúde, em Salvador. Esse proprietário, um alemão, levava seus hóspedes – geralmente estrangeiros – para conhecerem a feira. No sítio virtual<sup>231</sup> da pousada a proposta de visita à feira estava inclusa em um dos passeios oferecidos, um *tour* pelo Recôncavo Baiano, que inclui as cidades de Santo Amaro, Cachoeira e São Félix.

Queiroz e Souza, professoras da UFRB, em um livro que publicaram em 2009, em cooperação com a UNESCO – pelo Programa Monumenta – e a Universidade Salvador (UNIFACS), propuseram roteiros para a exploração turística do Recôncavo. Os roteiros não foram apropriados pelas organizações públicas que administram e regulam a exploração da atividade no estado da Bahia (apesar de reconhecermos algumas das ideias expostas na publicação realizadas nos itinerários turísticos propostos no sítio virtual Viver a Bahia, vinculado à Bahiatursa), mas vale citá-los, a fim de que possamos avaliar outras perspectivas do tema no que toca a Santo Amaro.

As autoras (QUEIROZ; SOUZA, 2009) se fundamentam em um plano teórico que parte dos lugares, segundo elas, **espaços singulares cujo valor turístico vem justamente dessa especificidade**. Para o aproveitamento turístico mais especializado, da região, as autoras segmentam a atividade turística possível de ser desenvolvida no Recôncavo em: turismo étnico, cultural, gastronômico e náutico. Essa segmentação serve para oferecer parâmetros básicos para a construção de roteiros turísticos temáticos, capazes de contemplar um ou mais dos segmentos citados, a depender da demanda. Foram três os roteiros elaborados pelas autoras a partir dos segmentos discriminados: “Portas e janelas do Recôncavo”, “Águas de Recôncavo” e “Axé do Recôncavo”. Dos três roteiros, o único que apresenta uma proposta destoante (os outros se focam no patrimônio edificado, também) é o último, “Axé do Recôncavo”, que propõe na parte desenvolvida em Santo

---

<sup>231</sup> A descrição dos passeios, oferecidos pela Pousada Barroco, está disponível em: <<http://www.pousadabarroco.com.br/br/nossospassaios.asp>>. Acesso em: dezembro de 2014.

Vale colocar que as autoras fizeram um descritivo dos terreiros do município Santo Amaro, citando ao todo 26 terreiros com seus respectivos babalorixás ou ialorixás responsáveis, mais os respectivos endereços. Fica claro a relevância da dimensão cultural na proposta, ainda que as mesmas não a tenham desdobrado mais.

Chama atenção como as reflexões sobre o Recôncavo, exógenas em relação a ele, procuram e “acham” sua unidade na dimensão histórico-cultural. Em Santo Amaro, além da dimensão cultural, outros fatos e elementos contribuem para a sua construção discursiva como comunidade imaginada. Ao longo do tempo, como já colocamos, alguns acontecimentos trágicos, como a explosão de 1958 no mercado (ver figura 78, abaixo), ganharam *status* de semióforos, emprestando dramaticidade e ampliando a densidade simbólica da história “épica” de Santo Amaro. Alguns desses acontecimentos trágicos inclusive se repetem ciclicamente, o que contribui para adquirirem um caráter de permanência e continuidade, um tanto fatalista, no imaginário santoamarense, o que, paradoxalmente, não impede que as pessoas desloquem e atribuam uma parcela de culpa, pelo desastre, às autoridades políticas locais.



Figura 78, acima. Memorial (de 2008) às vítimas da explosão no mercado, em 1958. Acervo de Shanti Marengo. 2013.

A contaminação pelo chumbo<sup>232</sup> é um desses desastres que foram coletivizados no imaginário santoamarense. São muitas as manifestações de moradores, contaminados ou não. Herculano Neto, blogueiro que já citamos, compôs uma poesia que consideramos exemplar sobre esse processo de coletivização do desastre “contaminação por chumbo” que impregnara o imaginário do lugar Santo Amaro.

---

<sup>232</sup> Discutida no capítulo III, na seção “4. Santo Amaro no contexto regional e histórico”.



há um rastro de chumbo / nos seus olhos / quando chora / quando tenta / quando espera / quando desiste / há um rastro de chumbo / nas suas ruas / quando celebra / quando perpetua / quando omite / quando enguiça / há um rastro de chumbo / em sua gente / quando dá de ombros / quando compactua / quando ignora / quando silencia / há um rastro de sangue na sua história (21/11/2013)<sup>233</sup>.

No poema acima, o autor personificara a cidade, dando-lhe olhos e voz, dando-lhe sentimentos. Herculano Neto “transporta” para os “ombros” da cidade, de sua população, o drama do desastre, em duas dimensões: desastre da contaminação em si que atingira centenas de pessoas e desastre da passividade que imobilizara a população.

As cheias do rio e suas enchentes são outra espécie desses desastres coletivizados. Referidas no capítulo III (seção “4. Santo Amaro no contexto regional e histórico”), as enchentes não deixaram de acontecer, apesar de terem se tornado menos frequentes. Em 2010, temos testemunhos de outra enchente: uma imagem (ver figura 79, abaixo) extraída do *blog* de Herculano Neto, e alguns vídeos postados por diferentes indivíduos no *youtube*. Citaremos **duas** dessas postagens. A **primeira**<sup>234</sup> feita por Jackson Adlerme, sem nada em especial que possa ser chamado atenção. A **segunda**, o vídeo “Enchente de Santo Amaro”<sup>235</sup>, as imagens da destruição causada pela enchente se sucedem em uma apresentação de slides, embalada pela trilha sonora de uma única música, “Ave Maria”<sup>236</sup>. Ao mesmo tempo, seguem-se frases escritas culpabilizando moralmente: o morador de Santo Amaro, em geral, como parte do gênero humano que não respeita a natureza; e o grupo político hegemônico, enquanto sujeito genérico de opressão.



<sup>233</sup> Disponível em: <<http://herculanoneto.blogspot.com.br/2013/11/pb.html>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>234</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tnIPiyJuLqA>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>235</sup> Publicado em 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PHKfMSWB3sE>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>236</sup> De Franz Schubert, de 1825.

Figura 79. ao lado. Imagem da cidade alagada, em 2010. Fonte: <<http://herculanoneto.blogspot.com.br/search/label/Santo%20Amaro%20da%20Purifica%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: abril de 2015.

Em 2015, o rio Subaé encheu de novo e outra enchente aconteceu (ver figura 80, abaixo). De novo a população foi prejudicada e, novamente, as instituições e os indivíduos da cidade uniram-se em solidariedade a aqueles que foram atingidos pela enchente. Por fim, também não faltaram indivíduos culpando o prefeito atual pelo ocorrido, visto que, segundo alguns, uma dragagem do rio, bastante assoreado, teria impedido o desastre.



Figura 80. acima, a esquerda. Fotografia aérea da cidade alagada em 2015. Fonte: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/04/apos-enchente-nivel-da-agua-comeca-voltar-ao-normal-em-santo-amaro.html>>. Acesso em: agosto de 2015.

Entretanto, houve diferenças quanto à divulgação dessa enchente em relação às outras, noticiadas principalmente pelos veículos formais de comunicação. Essa também fora noticiada, *on line*, pelas redes sociais. Vários foram os vídeos e imagens postados nas redes sociais. No *facebook*, por exemplo, abundaram as imagens tiradas por celulares e postadas no momento em que foram tiradas. No *youtube*, os vídeos se multiplicaram. Parentes de pessoas que viviam em Santo Amaro, mas que não moravam na cidade, ficavam sabendo das notícias no momento em que elas estavam ocorrendo, com depoimentos virtuais daqueles que a viviam. Nos depoimentos e comentários, os internautas responsabilizavam os políticos pelos prejuízos. O desastre tornara-se político antes mesmo que a mídia formal conseguisse realizar ações a respeito. Enfim, a história épica de Santo Amaro torna-se rapidamente crônica, momento banal de um cotidiano

repleto de acontecimentos multifários contados por milhares, de telefones móveis a “mão”.

O intimismo parece ser o mote para entendermos a ideia do lugar essencializado Santo Amaro. Não estamos dizendo, com isso, que o intimismo exista de fato e seja explicativo da realidade do lugar, mas que a intimidade é um elemento frequente nas falas sobre e na paisagem do lugar essencializado Santo Amaro. Esse pretende ser e vai sendo, como aparência e discurso, produto nem sempre vendável, mas pitoresco, obviamente frágil, vulnerável e, com certeza, insistente e determinado no imaginário do morador desse lugar. Um lugar cuja identidade persiste, alimentada por vários símbolos, recentes e antigos, que já descrevemos, ou iremos descrever, como esse, que tomou para si, a fim de adquirir existência, a vida de uma senhora de nome Dona Canô.

#### **4.0.1. Dona Canô, uma síntese simbólica de Santo Amaro**

Entendemos Dona Canô como um semióforo, um símbolo síntese da comunidade imaginada Santo Amaro. Através de sua presença, aquela publicizada e divulgada pela mídia formal e informal, as comunidades imaginadas (Santo Amaro, Bahia e Brasil) – a depender do grupo social que a enunciasse e dos canais pelos quais se realizasse o enunciado – tinham uma representação e/ou um representante. Muitos processos e elementos contribuíram para Dona Canô emergir enquanto símbolo. No capítulo III (na subseção “4.1.1. Santo Amaro: uma cidade que quer ser turística”), apontamos a religiosidade como um desses elementos. É amplamente divulgado, na mídia, o quanto Dona Canô era crente. Cristã católica, aquela senhora se fazia presente, passiva ou ativamente, em vários momentos da vida religiosa da cidade. Era ela que organizava o Terno de Reis em janeiro, ultimamente (antes de falecer) com a ajuda do filho, Rodrigo Veloso. Era ela que oferecia sua casa para um dos dias da trezena de Santo Antônio. De sua casa também partia (e parte) o cortejo das baianas que fazem a lavagem, uma vez por ano, das escadarias da igreja matriz. A procissão que leva a imagem de Nossa Senhora da Purificação, também uma vez por ano, pelas ruas do centro da cidade, pára obrigatoriamente na frente da casa de Dona Canô.

Além da religiosidade, vários outros elementos – a alimentação, a musicalidade etc. – constituintes de uma baianidade (MARIANO, 2006) associada a Dona Canô contribuíram para sua transformação e **consolidação** em uma das mediações simbólicas

síntese da identidade santoamarense. Tais elementos surgem relevantes no meio de registros – livros, notícias, vídeos, fotografias etc. – da vida de Dona Canô e são trazidos ao público pela mídia, de funções massivas ou pós-massivas<sup>237</sup>. Entre esses registros, que contribuíram para a referida consolidação, tem-se, por exemplo, os livros escritos em torno de sua personalidade. Nesses livros são várias as referências, ainda que secundárias no texto, que põem Dona Canô como uma síntese da baianidade santoamarense. “O Sal é um Dom”<sup>238</sup> é um desses livros, autoria de Mabel Veloso, uma de suas filhas que, observando a mãe cozinhar, resolveu reproduzir suas receitas, muitas delas típicas da culinária baiana (como o vatapá, moqueca de peixe e frigideira de maturi<sup>239</sup>).

Mariano (2006) descrevera como a alimentação é um tema recorrente no processo de construção da baianidade, “um modo poderoso de construir coesão grupal, de expressar adesão a um projeto de civilização” (MARIANO, 2006, p. 45). Maria Sampaio ilustrou com suas fotografias, o livro de receitas de Dona Canô, “rico em cores e motivos que lembram as rendas da roupa das baianas” (SIMON, 06/05/2015). “São cem receitas ao todo, a maioria com forte acento baiano, como era de se esperar. Há até um glossário a explicar que, no ‘**dialeto**’ local, ‘azeite doce’ é azeite de oliva, ‘machucar’ é amassar e ‘manga seca’ é a fruta que pecou, ou seja, que não amadureceu” (SIMON, 06/05/2015, grifo nosso). Nessa citação, uma amostra de como o livro de receitas, ao ressaltar particularidades do falar coloquial e cotidiano do Recôncavo, reforçou associações entre Dona Canô e o modo particular de ser baiano em Santo Amaro.

Mabel Veloso não descreveu apenas as receitas da mãe, mas falou sobre a família, os hábitos alimentares de cada um; trouxe o leitor para a intimidade do seu convívio familiar. É um livro sobre seu cotidiano. Em outro texto, o jornalista Eduardo Girão reproduz trechos de uma entrevista com Mabel Veloso, na qual demonstrou o quanto a autora faz questão de descrever a mãe “costurada” na cotidianidade de Santo Amaro, “cultivadas” ao longo dos anos:

Quase tudo [dos ingredientes para confecção dos alimentos] compramos por aqui [Santo Amaro]. Aqui em casa sempre tem sempre azeite de dendê - e do bom, batido no pilão, que compramos de pessoas

---

<sup>237</sup> No capítulo II, na subseção “4.1. As mídias sociais virtuais: uma internet comunicativa para a circulação das representações do/no lugar”.

<sup>238</sup> VELOSO, Mabel. **O Sal é um Dom**: receitas de mãe Canô. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.

<sup>239</sup> Maturi é a castanha verde do caju.

já conhecidas, antigas. Gente amiga de minha mãe, cujo pai vendia, morreu e o filho ou a filha ainda está vendendo. **É tudo uma trança, de lá atrás até hoje** (GIRÃO, 26/12/2012, grifo do autor).

Na citação, a identidade do lugar, sua autenticidade, é posta pelas relações construídas ao longo do tempo, pela permanência delas, visto que as mesmas parecem continuar, passadas de geração a geração, uma linha que, para Mabel Veloso, toma a forma de trança. Outro livro sobre Dona Canô, é uma biografia, “Lembranças do Saber Viver”, de Antônio Fernando Guerreiro de Freitas e Arthur de Assis. Nele, os autores reproduzem os depoimentos da biografada, demonstrando seu papel enquanto matriarca de sua família e de Santo Amaro, por quem intercedeu em diversos momentos junto aos representantes do Estado. Dona Canô tinha contato direto com Antônio Carlos Magalhães e Luís Inácio Lula da Silva.

Como já apontamos, a musicalidade é outro elemento da baianidade que contribuiu para definir o semióforo Dona Canô. O talento musical dos seus filhos tem sua “raiz” na mãe? Várias matérias na imprensa formal mencionam que Dona Canô cantava e do seu gosto pela música. Nas mídias sociais que divulgam vídeos (caseiros, ou não) – *youtube*, *dailymotion* etc. – existem muitos com Dona Canô. Interessantemente, quase todos surpreendidos de momentos em sua casa, ou em algum outro espaço de intimidade. Não citaremos todos os vídeos, entretanto citaremos os mais convergentes com os nossos objetivos, por mostrarem Dona Canô cantando sozinha ou com os filhos.

Valéria Belisário, em um vídeo<sup>240</sup> que postou em 2010, mostrou Caetano Veloso e Dona Canô cantando juntos, em um ambiente tipicamente doméstico: ambos sentados em cadeiras de desarmar entre roupas estendidas em varais. Dos comentários sobre o vídeo vale mencionar dois: um de Fábio Bustos, “*Gracias Caetano. Obrigado Dona Canô. Un argentino se ha sentido bahiano por 3 minutos. E a culpa é de Vocês*”<sup>241</sup> (grifo nosso); e outro, de Vinícius Martins, “*vejo isso vem uma mensagem brasileira tao forte que chorei*”<sup>242</sup> (grifo nosso). Os comentários não são representativos, mas com certeza significativos, da afirmação que fazemos sobre Dona Canô quanto a mesma possuir uma existência, também, simbólica, uma das representações síntese do lugar Santo Amaro (enquanto lugar da Bahia e do Brasil).

---

<sup>240</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ux3UhizVdv4>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>241</sup> Idem.

<sup>242</sup> Idem.

Também encontramos outro vídeo<sup>243</sup> com Dona Canô sozinha cantando a música “Último Desejo” de Noel Rosa. Foi postado por Regina Azevedo, em 2010. Vários comentários afirmavam o talento dos filhos como herança da mãe. Reproduzimos dois: um de Felicidade Niza, “*Tal mãe, tais filhos e netos!!! É hereditário o talento e a sensibilidade dessa família, lindo*”; outro de Márcio Siqueira, “*Essa é a origem do talento dos filhos*”. Existem outros vídeos, e outros comentários, mas fiquemos com esses. São bons exemplos.

Por fim, temos o documentário “Maria Bethânia - Pedrinha de Aruanda”, de 2006, dirigido por Andrucha Waddington, realizado no aniversário de 60 anos da cantora Maria Bethânia. A cantora canta com Dona Canô e Caetano na casa em Santo Amaro, à noite e ao ar livre. O ambiente, novamente, é doméstico e procura transmitir intimidade. Estão todos à vontade, afinal estão em casa.

Quando Dona Canô faleceu, no dia 25 de dezembro de 2012, Natal, sua predestinação, dada na sua fetichização enquanto mito, parecia se confirmar, assim como parecia se confirmar seu caráter intimista: Dona Canô morrera em casa, com a assistência da família, depois de receber alta, no dia 21 de dezembro, do hospital onde estava internada, na capital. Os enunciados sobre seu falecimento multiplicaram-se por toda a mídia formal. A Globo, no seu sítio virtual de notícias, reproduzira algumas das frases<sup>244</sup>, proferidas por políticos e celebridades, sobre o falecimento de Dona Canô. Reproduzimos parcialmente a nota do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que ela considerava um amigo: “Dona Canô foi um exemplo de mulher, de mãe e uma referência de sabedoria e generosidade para sua família, para Santo Amaro da Purificação, para a Bahia e para o Brasil (...)”. Reproduzimos também a fala de um natural de Santo Amaro, em conversa informal com esse pesquisador, afirmando sobre a morte da senhora, em desalento: “*Agora acabou...*”.

Dona Canô sempre colocara que não entendia sua celebridade. “Eu queria saber porque é que fica essa agonia comigo. Eu não sou nada, nunca fui nada!”<sup>245</sup>. Não conseguimos divisar exatamente os limites entre o indivíduo Claudionor Telles Veloso e o mito Dona Canô. Ambos se imiscuem, se interpenetram. Afinal, fôra sua existência

---

<sup>243</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8YTZGgyLX0E>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>244</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2012/12/veja-repercussao-da-morte-de-dona-cano.html>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>245</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/12/veja-frases-marcantes-de-dona-cano.html>>. Acesso em: agosto de 2015.

cotidiana de mãe de dois artistas nacionalmente famosos, mulher e cristã, em Santo Amaro, que a tornara célebre. A cotidianidade de Dona Canô contribuiu para torná-la icônica? Uma discussão, cujo aprofundamento, infelizmente, não cabe nesse trabalho.

O lugar Santo Amaro parece não ter espaços próprios (CERTEAU, [1990] 1994). Tudo é lar, casa, ou é passível de tornar-se, mesmo que temporariamente. Porém, isso não é uma afirmação. Sabemos que não é assim. A intimidade fabricada (simulada?) e também existente faz parte de um discurso ideológico sobre um lugar topofílico, que, em diversos momentos, **inclusive**, será apropriado para municiar o objetivo, sempre perseguido, de transformar a cidade em atração turística. Os elementos desse discurso instrumental não foram todos construídos pela ação organizacional, ainda que certamente, através do mencionado discurso, ela procurasse sincronizá-los.

A fala que procura transformar ambientes aparentemente bucólicos em fetiches turísticos é fruto de uma deliberada interdiscursividade<sup>246</sup>. No enunciado, que promove a cidade Santo Amaro como lugar bucólico e tradicional, são apropriados diversos elementos, parcialmente descontextualizados, ou contextualizados de modo enviesado. Essa fala não se basta na pretensa intimidade surgida da personalidade<sup>247</sup> típica da cidade pequena. Ela ainda está se montando, e usa vários elementos que possam servir como atestados da autenticidade do que divulga. A fala não usara (pelo menos, não intensamente) o símbolo Dona Canô, mas certamente, usara alguns dos elementos que o caracterizam. Na próxima seção discutiremos dois desses elementos, duas manifestações – a capoeira e o samba de roda (os quais, gradualmente estão sendo instituídos) – que também servem, passivamente ou ativamente, à construção desse lugar topofílico que chamamos Santo Amaro.

#### 4.1. O SAMBA DE RODA E A CAPOEIRA NO LUGAR SANTO AMARO

Eu vou sambar/ Vou sambar na Torre Eiffel/ Eu vou sambar/ Vou sambar na Torre Eiffel/ Vou ganhar o meu dinheiro/ Pra botar meu fevereiro é em Santo Amaro/ Vou ganhar muito dinheiro aqui na França/ Pra bancar meu fevereiro é em Santo Amaro (de João do Boi e Alumínio, cantado de improviso nas proximidades da Torre Eiffel, em 2012)<sup>248</sup>.

---

<sup>246</sup> No capítulo II, na subseção “3.1. Localizando os discursos”.

<sup>247</sup> No capítulo I, na subseção “1.1.1. Um lugar específico: as pequenas cidades”.

<sup>248</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aHytG11bY9I>>. Acesso em: agosto de 2015.

Antes de iniciarmos essa seção é importante esclarecer a nossa ciência sobre as outras manifestações culturais de Santo Amaro. O fato das mesmas não serem mencionadas de forma mais detida existe por conta dos objetivos desse trabalho. Outras manifestações, como o Maculelê e o Lindroamô, não são contempladas por não terem tanta penetração na mídia, por não sofrerem tanto o assédio dos poderes instituídos e por não mobilizarem tantos agentes, em diversas dimensões espaciais quanto o samba de roda e a capoeira. Uma vez que nosso objetivo primário é entender o papel do lugar enquanto suporte para a reprodução socioeconômica dos sujeitos sociais santoamarenses, nos concentramos nessas manifestações mais relevantes quanto a quantidade e qualidade de objetos e ações que mobilizam.

O samba de roda e a capoeira são relacionadas a dois grupos sociais, que se interseccionam em vários momentos, com características muito singulares em Santo Amaro. Procuraremos observar essas singularidades em cada uma das manifestações – capoeira e samba de roda – descrevendo e analisando características quanto ao modo de vida dos seus praticantes e quanto às redes sociais e territoriais que cada prática conseguiu mobilizar. Quando for conveniente, procuraremos relacioná-las e compará-las a fim de demonstrar similitudes e diferenças significativas nos seus respectivos desdobramentos, em Santo Amaro e no Mundo.

O ser sambadeiro, como algo a ser reconhecido e que compreende uma identidade, é algo recente, mesmo para aquele que samba. Sambar era uma brincadeira. O sambar como mais uma forma de adquirir renda surgiu, segundo Serpa e Carvalho (2013), na década de 1970, mas somente ganhou força recentemente, diante da propaganda gratuita e involuntária dada pelas organizações (IPHAN e Unesco, principalmente). Esse reconhecimento do sambar e do tocar o samba de roda, mais do que “brincadeira”, fez os seus praticantes realizarem um esforço inusitado de se reconhecerem (para si e para o Outro) como sambadeiros e sambadeiras e, portanto, serem valorizados como tal, seja simbolicamente, seja financeiramente. Essa é uma dinâmica atual, com forte conteúdo político, que ainda está em processo.

Entretanto – e isso é importante dizer, a fim de que outros elementos e processos anteriores a atual valorização dessas manifestações não sejam subvalorizados –, já haviam antes dos anos 2000, em Santo Amaro, alguns grupos e indivíduos que possuíam considerável reputação graças ao fato de serem sambadeiros e sambadeiras. Fato que



julgamos ser extensivo à capoeira e maculelê, com algumas ressalvas.

Sambadeira I, por exemplo, nas décadas de 1970 e 1980 (ver figura 81, abaixo), antes de qualquer reconhecimento nacional e internacional, já viajava (no grupo “Netos de Popó”) pelo Brasil e pelo mundo com o objetivo de mostrar a dança que praticava. O contexto decerto era outro. A capoeira, o samba de roda, o maculelê, e outras manifestações, que não citamos, eram folclorizadas, com o objetivo de servirem a construção de uma ideia de nação, segundo o projeto hegemônico da época.



Figura 81. Fotografia de um cartaz promovendo encontro de capoeira na Alemanha em 1988. Esse cartaz estava afixado na residência de um(a) dos(as) sambadeiros(as) entrevistados(as). A fotografia foi realizada com a permissão do(a) mesmo(a). Acervo de Shanti Marengo. 10/2012.

Atualmente, o contexto mudou. Os sambadeiros e sambadeiras frequentemente são chamados para se apresentarem em diversos lugares do Brasil e do Mundo. No entanto não mais para apresentarem as formas culturais de um ideal da típica cultura popular brasileira, folclorizada e fetichizada com vistas a confirmar o discurso nacionalista do período autoritário. Discursos nacionalistas não mais emprestam o principal dos motivos que promovem, contemporaneamente, a cultura popular brasileira nos espaços modernos e centrais. Alguns dos elementos dos discursos de outrora ainda permanecem, atenuados e associados a outros elementos, os quais também contribuem, de outra forma, para um novo tipo de fetichização e estetização dessas manifestações.

Porém, antes de continuarmos é importante salientar que os diversos grupos e indivíduos ligados às manifestações culturais em tela não participam (quando participam ou quando são permitidos que participem) todos da mesma forma dessas novas dinâmicas.

Eles são incluídos de formas diferenciadas nessas novas redes que se esforçam tanto em divulgá-los e, de certa forma, em transformá-los num produto. As redes construídas em torno das manifestações culturais de Santo Amaro compõem variadas **geometrias de poder**<sup>249</sup> que, constantemente mudam, e se deslocam, e deslocam os sentidos da identidade santoamarense. Citaremos a partir desse ponto alguns exemplos.

Sambadeira I é uma das pessoas de Santo Amaro mais associadas ao samba de roda por quem mora na cidade e por quem (geralmente *outsiders*) se interessa pela manifestação como objeto de estudo, ou curiosidade. Sua participação no processo de promoção das manifestações culturais típicas do município estivera presente desde as décadas de 1970 e 1980. Sambadeira I estava lá, como participante ativa, do grupo cultural “Netos de Popó”. Atualmente, a sambadeira continua ativa com seu próprio grupo. Enquanto a entrevistamos notamos como a mesma descrevera a rede social da qual faz parte, citando os nomes de pessoas e grupos, os quais deram-lhe, através dos anos, apoio e suporte. Entre as pessoas que citara, estavam indivíduos de Santo Amaro, como a professora Maria Mutti, e de outros estados, como o antropólogo Tiago Oliveira Pinto, professor da Universidade de São Paulo. Sambadeira I mostrou-nos que, no seu empreendimento de sobrevivência em Santo Amaro, ela não estava sozinha, pois contava com uma rede socialmente diversificada e ampla territorialmente.

A sambadeira, na entrevista, descrevera as condições de vida na Santo Amaro de meados do século XX, o quanto a cidade era ainda permeada e constituída por ruralidades, sem qualquer romantismo. O samba de roda se realizava como divertimento óbvio, uma vez que era uma das poucas opções que existiam. O aprendizado no samba de roda se realizava de modo espontâneo, já que a prática incorporada na cotidianidade do santoamarense não tinha lugar nem horário próprios, no sentido estratégico (CERTEAU, 1994), para acontecer. Os horários e espaços eram os convenientes de acordo com contextos bastante circunstanciados.

*As crianças aqui já nasce sambando. Porque a brincadeira da gente aqui, quando as criança nasce, já tá durinho: “vamos sambar, menino; samba, menino, samba, menino”, então...no meu tempo, na minha época. (...) tudo era samba. Se era batizado, era samba. Tinha caruru de São Cosme, caruru de São Roque, caruru de Santa Bárbara. Tudo era samba. Reza de Santo Antônio. Tudo, São João, era samba. Se num tinha outra coisa? Num tinha luz elétrica, num tinha água encanada, entendeu? Num tinha calçamento. As casa era de taipa. (...). (...) cama*

---

<sup>249</sup> Conforme colocamos, no capítulo I, na seção “2.1. O lugar de orientação pós-estruturalista”.

*de vara, colchão de capim, cozinha de lenha, panela de barro, lavar no rio Subaé, na bacia; dava banho nos meninos. (...). Pegava água no Rio Subaé pra tomar banho, pra dar banho em criança, pra tudo. Areava as panela...que o povo comia o leite moça, aí nós secava as latinha pra fazer os canequinho*<sup>250</sup>.

Esses contextos geralmente eram oferecidos por encontros – de caráter extraordinário, entre amigos e/ou parentes – que podiam tornarem-se festivos. O Comerciante II, também um sambadeiro nos deu uma narrativa, em entrevista, ilustrativa da espontaneidade do sambar:

*(...) quando ele [o avô] morava lá em São Francisco do Conde. Eu ainda pequeno. Meu pai me levava muito pra as festas lá (...). Toda reunião de família era motivo de festa. A reunião de família sempre terminava em festa. E nisso eu fui me criando. Aprendi a sambar*<sup>251</sup>.

Sambadeira I associou a precariedade das condições de vida daqueles anos ao imprevisto e à falta de opção. A vida era difícil e o sambar durante as festas era um momento de ruptura com o cotidiano árduo, que comportava uma rotina de trabalho incessante. Sambadeiro II, que fora pescador, descrevera sinteticamente esse sentido de ruptura materializado na insurgência da festa em meio ao imprevisto e a dificuldade:

*(...) eu amanhecia o dia naquelas casa de chão. Que hoje todo mundo, até os sambador de hoje só quer sambar se tiver...é tudo calçadinho, é tudo bonitinho. Naquela época, não. Era cheio de lama e, quando não era lama, amanhecia com o pé todo foveirinho, de poeira, né. A roupinha também*<sup>252</sup>.

Sambadeira I, durante vários anos (quase trinta, de acordo com a entrevistada), fora feirante e vivera na informalidade. Segundo a entrevistada, ela e muitos outros “catavam” goiaba, quiabo e mariscavam. Ela vendia o resultado da coleta em uma feira no bairro de São Caetano, na capital. Juntamente com essas atividades, Sambadeira I exercia outras com o objetivo de garantir a sobrevivência imediata sua e da sua família: “(...) lavei muito de ganho. Lavava, engomava, passava. (...). Eu trabalhei muito pra

---

<sup>250</sup> SAMBADEIRA I. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>251</sup> COMERCIANTE II. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2013.

<sup>252</sup> SAMBADEIRO II. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012.

*criar meus filhos (...)*<sup>253</sup>

À medida que o samba de roda, pouco a pouco, se tornava parte dos discursos instituídos, o divertimento popular das classes mais desfavorecidas, censurado pela classe média santamarense – como bem demonstrara Herundino da Costa Leal<sup>254</sup> em seu livro –, também ganhava gradativamente um conteúdo de legitimidade como mais uma representação de uma cultura nacional mestiça, a ser preservada. É graças a essa apropriação discursiva da manifestação (que como sabemos não fora a única a ser cooptada pelo processo), que Sambadeira I se vê também “apropriada” pelas redes sociais hegemônicas interessadas em conhecer essa dimensão pitoresca da Nação Brasil. Sambadeira I fora se descobrindo, aos poucos, sambadeira. Já em 1982, muito antes do registro pelo IPHAN, ela viajava para a Alemanha Ocidental. Desde então, a sambadeira não parara mais de viajar.

*São Paulo, Rio, Pernambuco, Salvador, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Cachoeira... (...) A gente foi pra a Alemanha, foi pra a Suíça, foi pra Londres, foi pra a França, foi pra...porque, naquela época que a gente viajou, tinha aquele Muro de Berlim. Tinha a Alemanha Oriental e a... (...) A Alemanha Ocidental. (...) Foi pra a Itália, foi pra Dakar*<sup>255</sup>.

“*Hoje o samba tá dando dinheiro*”<sup>256</sup> afirmou Sambadeira I. Graças ao samba ela melhorara de vida. “*E essa casa eu comprei com o quê?*” diz a sambadeira sobre a casa onde mora, revelando que a comprara com as remunerações adquiridas através das apresentações. Entretanto esse dinheiro que chegava ainda não era o suficiente. Afinal “*num se acha apresentação todos os dias*”. Sambadeira I também tivera empregos formais. Entre eles, fora empregada da prefeitura e se aposentara como tal. “*Hoje eu tô*

---

<sup>253</sup> SAMBADEIRA I. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>254</sup> Esse gênero de diversão bulia com os nervos de muita gente considerada recatada e generalizou-se tanto em nosso meio que, nos saraus ou nos bailes de famílias da alta sociedade, se formava um sambasinho que foi batizado por **samba de cozinha**, iniciado pela cozinheira nele tomando parte as demais empregadas da casa. Enquanto na sala se dançava uma quadrilha, uma valsa, uma polca ou outra qualquer dança, na cozinha o samba se arrojava (...). O dono da casa, segundo os mais velhos me informaram, quando via o samba arrojado demais, ficava aborrecido e ia até a cozinha a fim de acaba-lo, porém a copeira, toda se **requebrando**, dirigia-se para ele e dava-lhe uma umbigada, sendo assim ele obrigado a pagar na mesma moeda e, dessa forma modificava completamente o seu modo de pensar, terminando por concordar que o samba continuasse, recomendando, porém, que não alteassem as vozes e nem o tocar dos pratos para que, os **filhos da Candinha** não fossem **bater com a língua** que o baile terminou em samba (LEAL, 1964, p. 68, grifo do autor).

<sup>255</sup> Ibidem.

<sup>256</sup> Ibidem.

*só comendo o trabalho”.*

Nicinha do Samba, famosa sambadeira de Santo Amaro, e o seu grupo, Raízes de Santo Amaro, tem um sítio virtual. Nele, vemos outra dimensão da rede dando suporte aos sambadeiros. O patrocínio ao sítio foi dado pela Petrobrás. Sua produção foi da Plataforma de Lançamento e da Casa das Máquinas, ambas de Salvador (ver figura 84, p. 335). Sua realização é do Ministério da Cultura<sup>257</sup>. A divulgação de lançamento do sítio virtual se realizou através de várias mídias, impressas e virtuais (ver figura 82, abaixo). A prefeitura, inclusive, ajudou a divulgar o lançamento pondo uma faixa de divulgação na fachada da prefeitura, uma amostra da adesão institucional à manifestação (ver figura 83, abaixo) para além dos momentos de eleição. Como vemos, é possível visualizar uma rede predominantemente instrumental envolvendo Nicinha do Samba, mas quem são os indivíduos por trás dela, da rede? Mais adiante observamos que redes equivalentes são mobilizadas por outros sujeitos sociais de Santo Amaro.

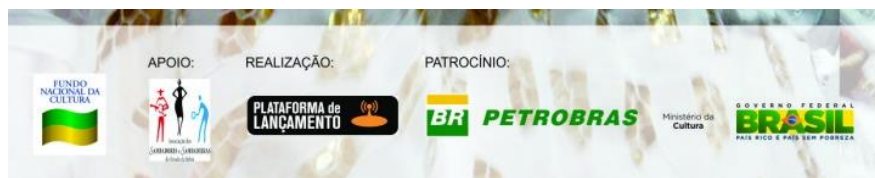


Figura 82, acima, a esquerda. Cartaz de divulgação do lançamento do sítio virtual “Samba de Nicinha”. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/2012/09/27/samba-de-nicinha-%E2%80%93-raizes-de-santo-amaro-lanca-site-e-disponibiliza-cd-digital/>>. Acesso em: janeiro de 2014.

Figura 83, acima a direita. Divulgação do lançamento do sítio virtual “Samba de Nicinha” na forma de *banner* exposto na fachada do paço municipal. Acervo de Shanti Marengo. 2012.

Figura 84, abaixo. Detalhe do material de divulgação, “recortado”. Os apoiadores e patrocinadores de sítio virtual: a Asseba, o governo federal, a Petrobrás e a produtora cultural Plataforma de Lançamento.

<sup>257</sup> SAMBA DE NICINHA, Raízes de Santo Amaro. Disponível em: <http://www.sambadenicinha.com/>. Acesso em: janeiro de 2015.



Durante a entrevista, em várias oportunidades, Sambadeira I afirmara seu gosto em morar na cidade e no bairro onde ela se encontra há mais de cinquenta anos. Afinal, como bem demonstrara na entrevista, é em Santo Amaro que ela encontrava, constituía e reiterava suas redes. É na cidade que sua família e o Mundo a encontravam, em uma rede onde o instrumental e o comunicativo se imiscuíam em uma coerência construída no cotidiano. Essa heterogeneidade e complexidade na qualidade de suas redes fazem-nos pensar na qualidade rizomática dessas redes.

É em Santo Amaro que a Sambadeira I é encontrada, por exemplo, por Roberto Chaves (irmão de José Raimundo Lima Chaves, o babalorixá Pote de Ogum, já citado nesse trabalho), um dos organizadores fundadores da *Lavage de La Madeleine*<sup>258</sup>, em Paris, a qual acontece há mais de dez anos. Em cada vez, Sambadeira I é convidada pelo conterrâneo, morador de Paris e de Santo Amaro alguns meses por ano. “*Pra a lavagem de Robertinho eu fui dez vezes*”. Quando Sambadeira I viaja, a mesma procura levar consigo um pouco do seu lugar. Diz que não gosta de hotéis e prefere se hospedar em uma casa onde fica todo mundo. Na casa, usa a cozinha onde faz sua própria comida: “*Eu como o que eu quero, eu faço o que eu quero: feijão, arroz, faço maniçoba, faço tudo. Lá você acha tudo*”<sup>259</sup>.

Comerciante V – pequeno comerciante em Santo Amaro e também um tipo de produtor cultural informal – descreveu sem detalhes a rede na qual ele e o grupo de samba de roda que apoia, o Chula de São Braz<sup>260</sup>, estão inseridos. Falou das idas do grupo a Salvador para se apresentar em uma casa de shows e restaurante (a Casa da Mãe) no bairro Rio Vermelho, o qual é conhecido na capital pela vida noturna agitada. À semelhança de

---

<sup>258</sup> Evento organizado pelo referido Roberto Chaves em Paris desde 2001. Trata-se, segundo o material de divulgação na internet (disponível em: <http://lavagedelamadeleine.fr>. Acesso em: outubro de 2015), de um festival de cultural brasileiro que se estende ao longo de vários dias na capital francesa com diversos eventos, entre eles um cortejo onde algumas manifestações culturais brasileiras adequadamente estetizadas são postas à mostra. No final do cortejo, tal como ocorre na Lavagem do Bonfim e na Lavagem da Purificação, se realiza a lavagem das escadarias da igreja de Santa Madalena. O evento, nas últimas edições, tem tido o apoio da Bahiatursa e do Ministério da Cultura.

<sup>259</sup> COMERCIANTE V. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>260</sup> São Braz é um povoado de Santo Amaro.

Sambadeira I, Comerciante V também falou como o samba de roda conectou os sambadeiros e sambadeiras do grupo Chula de São Braz a outros lugares do mundo.

*(...) A gente já tocou em Salvador quase toda. A gente foi pra Jequié, a gente foi pra Ilhéus, a gente foi pra Itabuna, a gente foi pra o Rio de Janeiro. A gente fez São Paulo, a gente fez na Dinamarca, fez em Portugal, fez na Bélgica, fez na Holanda, fez na Inglaterra, fez Israel<sup>261</sup>.*

Na internet abundam os vídeos<sup>262</sup> que mostram o grupo em apresentações na Europa. Comerciante V desdobrara os nomes (pessoas e empresas) que compunham a rede social dispersa entre Salvador e Santo Amaro: entre eles uma pesquisadora alemã radicada em Salvador; uma empresa de produção cultural, a Plataforma de Lançamento, e uma gravadora, a Casa das Máquinas, ambas também sediadas em Salvador e partícipes da produção do sítio virtual de Nicinha do Samba.

Também como acontecia com Nicinha do Samba e seu grupo, havia amplo material sobre o grupo Chula de São Braz disperso em vários sítios virtuais. No sítio da produtora, Plataforma de Lançamento, o grupo está como um dos artistas produzidos, juntamente com um texto, o qual reproduzimos um trecho abaixo, descrevendo o itinerário descrito pelo Chula de São Braz na Europa.

Depois de realizar diversos shows e de dividir o palco com artistas de destaque da música brasileira o Samba Chula de São Braz cruzou fronteiras e levou sua música para outros países, participando de eventos internacionais como a WOMEX – Copenhague, 2010, maior Feira de World Music do Mundo; o Festival Internacional da Primavera Rishon-LeZion – Israel, 2011; Festival Europalia Brasil 2011, na Bélgica e Holanda; Turnê Europa 2012 que passou pela França, com shows em Paris (Cité de La Musique), Marseille e Toulouse. Em 2014 o Samba Chula de São Braz esteve presente na 20ª edição do PercPan – Panorama Percussivo Mundial e foi destaque no Festival Qatar Brasil 2014, realizado no Parque Mia, situado na capital do país, Doha<sup>263</sup>.

O grupo lançara também um CD (ver figura 85, p. 337), esse através do Projeto Pixinguinha, patrocinado pela FUNARTE. Relevante notar o colorido e a alegria (na

---

<sup>261</sup> COMERCIANTE V. Entrevista concedida a Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>262</sup> Existe um vídeo documentário com várias cenas do grupo Chula de São Braz viajando pela Europa (disponível em: <<http://1080.plus/aHytG11bY9I.video>>. Acesso em: outubro de 2015).

<sup>263</sup> PLATAFORMA DE LANÇAMENTO. Disponível em: <http://plataformadelancamento.com.br/samba-chula-de-sao-braz/>. Acesso em: janeiro de 2015.

forma de sorrisos e risadas) mostradas nas imagens elaboradas para **os outros lugares** (ver figura 86, abaixo), outra associação à baianidade na sua forma específica de Santo Amaro. Entretanto, apesar de toda a divulgação e promoção, os irmãos Saturno – João do Boi e Alumínio –, os membros principais do grupo Chula de São Braz, não melhoraram muito suas condições materiais de existência. João do Boi, até 2013, ainda trabalhava como funcionário terceirizado da prefeitura de Santo Amaro, varrendo as ruas do povoado onde morava, São Braz.

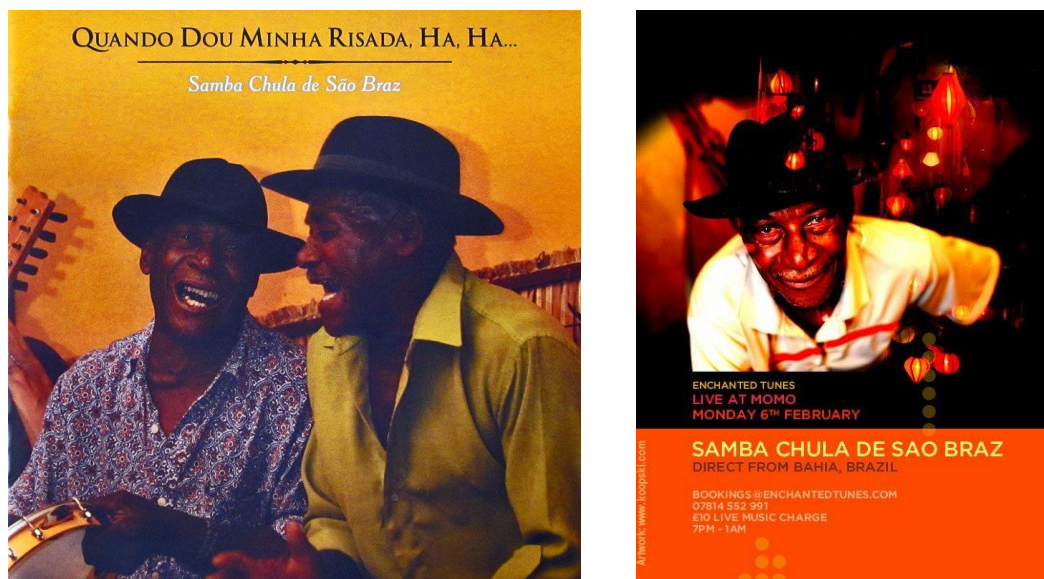


Figura 85, acima, a esquerda. Capa do CD do grupo Chula de São Braz. Disponível em: <<https://sambachuladesaobraz.bandcamp.com/>>. Acesso em: outubro de 2015.

Figura 86, acima a direita. Cartaz de divulgação (com imagem do sambadeiro João do Boi) da apresentação do Chula de São Braz em Londres. Disponível em: <<http://plataformadelancamento.com.br/tour2012sambachuladesaobraz/>>. Acesso em: outubro de 2015.

Por fim, com menor penetração nas redes que incluíram o Raízes de Santo Amaro e o Chula de São Braz, temos mais alguns grupos de samba de roda que também fazem apresentações ao público. Entretanto, suas redes não abrangem espaços tão amplos quanto aquelas que incorporaram os dois grupos citados (e mais alguns poucos pelo Recôncavo). As apresentações desses grupos são mais restritas ao estado e mais concentradas no próprio Recôncavo. Entre eles, citamos o Raízes do Acupe, cujos sambadeiros e sambadeiras moram no distrito de mesmo nome. As apresentações desse grupo alcançam Santo Amaro e mais alguns municípios próximos. Também possuem um sítio virtual, um *blog*<sup>264</sup>, onde põem principalmente imagens e vídeos de suas apresentações, mais algumas

<sup>264</sup> Disponível em: <<http://raizesdeacupe.blogspot.com.br/>>. Acesso em: agosto de 2015.



explicações sobre o samba de roda e um histórico do grupo. No *blog* também encontramos quem são os membros do grupo e o que fazem. Como a própria Sambadeira I colocara, as apresentações de samba de roda não conseguem gerar renda suficiente para os sambadeiros a fim de que os mesmos consigam viver somente dessa atividade. Afinal não tem samba todo dia. Os praticantes de samba de roda precisam desenvolver outras ocupações mais estáveis.

Mas e quanto à capoeira? Quem são os grupos que fazem capoeira e como eles se articulam com a cidade e com os outros lugares? Como isso contribui para a reprodução socioeconômica dos indivíduos envolvidos? Procuraremos pensar essas questões observando as redes sociais das quais esses capoeiristas participam, o quanto elas são compartilhadas por um e outro grupo e como elas se realizam no lugar Santo Amaro ao mesmo tempo que se articulam com os outros lugares.

A capoeira como o samba de roda, para o santoamarense, surge como brincadeira de rua quando esse ainda é criança (Trabalhador de Trecho começara sua prática com três anos), mas pode virar coisa séria quando então o mesmo procura um mestre, com academia ou não. Daí em diante se torna outro modo de sobrevivência. No lugar Santo Amaro vários indivíduos vivem como capoeiristas dando aulas e participando de oficinas, mas como muitas atividades realizadas na cidade, a prática da capoeira também é permeada pelo improviso e muito dependente, com raras exceções, das redes sociais locais e, no máximo, regionais. Trabalhador de Trecho II discorrera sobre o improviso que permeia a realização dos eventos regionais de capoeira: “Às vezes, se for evento de capoeira, às vezes tem o cara que tá convidando. Se tiver um patrocínio lá, aí reembolsa a gasolina. A gente indo no carro daqui ajeita, aluga carro, se não, vai no carro do colega, tal, pra ir mais quantidade de gente, e geralmente dá a gasolina de volta (...)”<sup>265</sup>.

O Capoeira I, mestre de capoeira e trabalhador de trecho<sup>266</sup> aposentado, pratica o esporte a sessenta anos e ministra suas aulas em um pátio de cimento a céu aberto preparado por um amigo, que lhe cedeu o espaço gratuitamente. O Capoeira I conheceu, no trecho, o pai e o tio do amigo que lhe cedera o espaço. As dezenas de anos de prática o legitimam enquanto capoeirista e mestre, assim como os mestres que o ensinaram: Mestre Popó e seus filhos, reconhecidos divulgadores do esporte no município e região.

---

<sup>265</sup> TRABALHADOR de Trecho II. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2012.

<sup>266</sup> Sobre essa atividade, trabalhador de trecho, trataremos no capítulo IV, na seção “3.3. Trabalhar para o seu lugar, Santo Amaro”.

Os alunos de Capoeira I não são formalizados, o pagamento das mensalidades é realizado informalmente e diretamente ao mestre. Ele se orgulha do seu trabalho junto às crianças que ensina, porém aponta a instabilidade dessa atividade para a aquisição de moeda: “*Capoeira é boa, é, mas não confie [...] porque o que você tem que confiar é na sua carteira assinada e pagando seu INSS, porque, amanhã, quando você tiver seu teretê, você [vai] ter direito a uma aposentadoria, [...] você [vai] ter direito a um encosto, você [vai] ter direito a um auxílio de doença*”<sup>267</sup>.

Não é incomum o mestre de capoeira se servir de outras atividades, além de dar aulas, para complementar a renda. Os dois mestres do entrevistado Capoeira II (esse também um mestre) eram trabalhadores de trecho. O Trabalhador de Trecho II além de professor de capoeira também trabalha no trecho. O mestre Capoeira II, 47 anos, é professor de capoeira em uma instituição formal de educação e vendedor. Dos capoeiristas que entrevistamos apenas dois viviam exclusivamente de ministrar aulas de capoeira: Raimundo José das Neves (Mestre Macaco) do grupo ACARBO (o qual trataremos mais detidamente na próxima subseção) e Capoeira III.

De novo presenciamos o indivíduo, agora capoeirista, citar nomes conhecidos da sua rede social para legitimar sua fala e autoridade. Capoeira II à medida que respondia às nossas perguntas de entrevista citava o nome de capoeiristas conhecidos na cidade e de políticos no âmbito de pequenas narrativas onde abordava principalmente questões morais, nas quais respeito ao outro e lealdade eram postos como valores relevantes.

Como acontece no samba de roda, alguns capoeiristas, geralmente mestres, também viajam pela Bahia, pelo Brasil e vão para o exterior a fim de participar de eventos e promover a capoeira. Capoeira II informara, durante a entrevista, que naqueles dias iria viajar à Conceição de Feira e Salvador, para dois eventos distintos. Capoeira III já fora para o exterior em algumas oportunidades. Viajara para a Europa com Mestre Macaco e para a *Lavage de La Madeleine*, sempre mediado pelos indivíduos das redes sociais locais das quais participa. Mestre Adó (da academia Estilo e Malícia) frequentemente viaja para o Japão a convite.

---

<sup>267</sup> CAPOEIRA I. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2012.

### 4.1.1. Os pontos de cultura

Existem em Santo Amaro três pontos de cultura. Um é um pontão, a ASSEBA. Os outros dois são pontos de cultura criados na fase de descentralização da implantação do Programa Cultura Viva: um é o Alafiá que funciona no terreiro de candomblé Ilê Axé Oju Onirê, cujo responsável é José Raimundo Lima Chaves, o babalorixá Pote de Ogum; e o outro funciona na instituição escola de capoeira Associação de Capoeira Arte e Recreação Berimbau de Ouro – ACARBO, cujo responsável é o Mestre Macaco. Interessante notar que ambos os Pontos de Cultura, possuem, nos seus respectivos objetivos alguns elementos comuns: os dois projetos se propõem a realizar esforços para contemplar a divulgação e a manutenção da cultura de matriz africana, assim como contribuir para a qualificação profissional da comunidade do entorno (ver figura 87, abaixo), promovendo a **inclusão digital** (esse é o termo que utilizam) através de cursos de informática e outros cursos mais específicos (BAHIA, 2011).



Figura 87. Fotografia do cartaz, exposto em muro visível ao público, do Ponto de Cultura Ilê Axé Ojú Onirê divulgando os cursos que oferece. Acervo de Shanti Marengo. 08/2012.

Quanto ao Pontão de Cultura, o qual teria a função de articular os Pontos de Cultura da cidade e da região, é um caso a parte. De fato, o Pontão, pela estrutura que tem e oferece, termina por ser um polo aglutinador dos indivíduos e grupos que possuem alguma relação com a cultura de matriz africana, em Santo Amaro e na região Recôncavo. Notemos: se trata aqui de observarmos dois níveis e duas dimensões espaciais de articulação do Pontão de Cultura. Uma mais regional: o Pontão de Cultura é a Asseba, para a qual convergem as casas do samba de todo o Recôncavo e além. Nessa dimensão, os espaços físico e social são requisitados em ciclos temporais mais longos (semanais,

mensais...), dependentes da mobilização dessa rede regional para a realização de um evento, de um encontro, de caráter formal e extraordinário. Nessa dimensão espacial também é explícito e inequívoco o caráter organizacional das iniciativas (ligadas a empresas e instituições públicas) que pretendem dar apoio ao patrimônio cultural de Santo Amaro e do Recôncavo.

Na figura 88, abaixo, o cartaz divulgou, em 2011, um evento onde duas manifestações culturais, uma delas exótica (de uma ilha no Índico), se apresentaram no Pontão. Em comum, as duas manifestações tinham o fato de terem sido reconhecidas como patrimônios imateriais da humanidade. A apresentação teve o apoio da produtora cultural Plataforma de Lançamento, também envolvida em quase todos os eventos que incluem samba de roda em Santo Amaro.

Na figura 89, também abaixo, outro cartaz divulgou um seminário sobre turismo étnico-afro, m 2011, apoiado pelas prefeituras de quatro municípios da região: Maragogipe, São Francisco do Conde, Cachoeira e Santo Amaro. O seminário teve amplo apoio e divulgação pelo governo do estado, o qual usava o evento para afirmar a necessidade de qualificar profissionais.



Figura 88, acima, à esquerda. Cartaz divulgando o encontro das duas manifestações culturais tombadas como patrimônio imaterial pela UNESCO. Fonte: <<https://pontoapontobahia.wordpress.com/tag/patrimonio-imaterial/>>. Acesso em: janeiro de 2014.

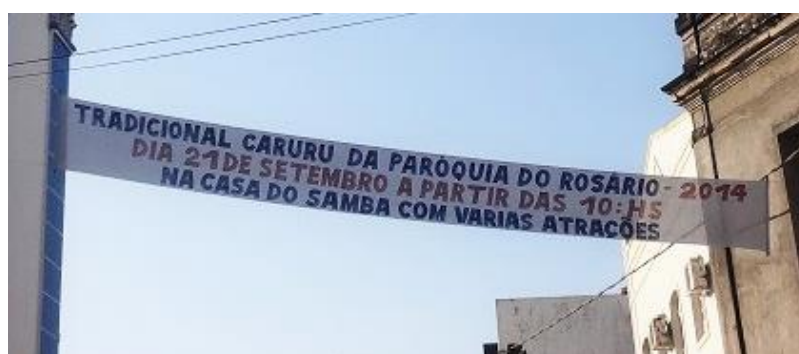
Figura 89, acima, a direita. Cartaz divulgando o seminário de turismo étnico-afro em Santo Amaro. Fonte: <<http://bahia.com.br>>. Acesso em: janeiro de 2015.

Já na dimensão espacial de articulação no lugar, o Pontão de Cultura é a Casa do Samba, para onde, cotidianamente, convergem sambadeiras e sambadeiros de Santo Amaro, que se apropriaram da edificação também como espaço de sociabilidade. Não é incomum que a prefeitura, os outros pontos de cultura da cidade e outros grupos (nem sempre ligados a cultura) sociais mobilizem o espaço Casa do Samba para a promoção de algum evento específico. Abaixo, na figura 90, uma faixa exposta nas ruas de Santo Amaro divulga um caruru (comida típica da Bahia), na Casa do Samba, patrocinado por uma das paróquias da cidade. Na outra figura (91), mais abaixo, um cartaz divulga uma apresentação de bandas locais que tocam samba, seguida de feijoada.



Figura 90, acima. Fotografia de cartaz de divulgação sobre show de samba na Casa do Samba. Notar no rodapé do cartaz o “Samba chula de São Braz”. Acervo de Shanti Marengo. 2013.

Figura 91, abaixo. Faixa anunciando caruru, oferecido pela paróquia do Rosário, na Casa do Samba. Acervo de Shanti Marengo. 2014.



O ponto de cultura Alafiá, do terreiro Ilê Axé Oju Onirê, administrado pelo babalorixá Pote de Ogum não chama atenção por si, mas muito mais pela instituição da qual faz parte, o referido terreiro. Seu babalorixá é personalidade bastante conhecida na cidade e citada pelas mídias sociais de funções massivas ou pós-massivas. O terreiro tem dois perfis virtuais no *facebook*: um é ativo<sup>268</sup> e existe desde 2015, e o outro é um perfil individual<sup>269</sup> existente desde 2011 com última publicação realizada em junho de 2014. É diretamente associado ao babalorixá Pote de Ogum e comporta várias publicações compartilhadas de outros perfis virtuais individuais de moradores de Santo Amaro.

O Babalorixá Pote de Ogum é um dos organizadores do Bembé do Mercado e participante ativo da *Lavage de la Madeleine*, em Paris, cujo irmão, Roberto Chaves, é um dos organizadores principais (e um dos fundadores) há quatorze anos (desde 2001). O próprio babalorixá tem um perfil virtual<sup>270</sup> no *Facebook*, no qual mostra ser conhecido, ou amigo, de várias personalidades famosas, naturais ou não de Santo Amaro. As redes sociais das quais participa são demonstradas indiretamente nesse perfil virtual, no qual aparecem fotografias de Jota Veloso (sobrinho de Caetano Veloso e Maria Betânia), Luzia Moraes (ex-mulher de Jota Veloso e escritora de um dos livros sobre o Bembé do Mercado), Maria Betânia, Roberto Chaves e várias fotografias suas participando da *Lavage de la Madeleine*.

Por fim, o ponto de cultura (e grupo cultural) ACARBO chama atenção pela representatividade junto ao morador de Santo Amaro. Além de promover a capoeira, o grupo cultural também ajuda a divulgar outras manifestações culturais do lugar. Na figura 92 (p. 344), para divulgação de um evento promovido pela ACARBO em Santo Amaro podemos ver representadas, junto com a capoeira (com duas figuras femininas jogando), essas outras manifestações: o *lidro amor*<sup>271</sup> (a figura feminina com estandarte), a puxada de rede (com figuras de peito nu segurando uma rede) e o maculelê (duas mãos segurando

---

<sup>268</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/iaoonire/>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>269</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/ileaxe.ojuonire?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>270</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/babapote.santoamaro?fref=ts>>. Acesso em: setembro de 2015.

<sup>271</sup> Lindro Amor é um peditório que se faz em benefício das festas de Nossa Senhora da Purificação ou São Cosme e Damião. O cortejo sai em visitação às casas rogando saúde e prosperidade para os seus donos. No cortejo, as mulheres dançam e cantam, enquanto os homens seguem atrás batucando o pandeiro, tocando a viola ou a sanfona. Na frente, as crianças animam o saimento, carregando uma caixa vazia com a imagem dos santos e onde serão depositadas as moedas para o preparo do caruru, a ser realizado a partir dos próximos sábados até findar o mês de outubro (Disponível em: <<http://www.sobahia.com.br/br/folclore/114-lindro-amor.html>>. Acesso em: dezembro de 2015).

paus em cruz). Raimundo José das Neves, ou Mestre Macaco, o ponteiro responsável pela ACARBO, é uma das pessoas mais recomendadas – ao lado, por exemplo, da professora Maria Mutti – no lugar para obtenção de informações sobre as manifestações culturais típicas de Santo Amaro.



Figura 92, acima. Cartaz de divulgação de evento da ACARBO. Disponível em: <<https://acarbo10.wordpress.com/>>. Acesso em: agosto de 2015.

Como representante e fundador da ACARBO, Raimundo das Neves faz parte de uma rede social local e de uma rede social mais ampla que o conecta a vários estados da federação e a vários países da Europa. Interessantemente ambas as redes estão imersas no cotidiano. Mesmo aquela que se estende para fora da Bahia foi construída comunicativamente e não instrumentalmente. Quando Mestre Macaco viaja para Europa, por exemplo, é a convite de um ex-aluno (agora mestre e professor) de uma das ACARBOs, o mesmo acontecendo quando viaja, por exemplo, para o Espírito Santo, ou seja, ele não viaja convidado por uma empresa, ou por qualquer outra organização, mas para manter uma rede social solidarizada comunicativamente coesa a partir de lealdades criadas por trocas, principalmente, de caráter simbólico. As lealdades que mantem Mestre Macaco circulando desvelam uma notória constelação de relações. Os ex-alunos das ACARBOs adotam o nome do grupo de capoeira que os formaram e, dessa forma, vemos ACARBOs, por exemplo, em Feira de Santana<sup>272</sup>, em Itabatan, na França<sup>273</sup>, em Berlim, no Espírito Santo, entre outros lugares.

A ACARBO também participa do lugar virtual Santo Amaro e mostra outra

<sup>272</sup> A ACARBO de Feira de Santana tem um sítio virtual, cuja última postagem foi em novembro de 2014. Disponível em: <<http://acarbocapoeirafsa.blogspot.com.br/>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>273</sup> Disponível em: <<http://acarbofrance.free.fr/cariboost1>>. Acesso em: agosto de 2015.

dimensão da conectividade desse lugar com outros lugares do Recôncavo, do Brasil e do mundo. O nome ACARBO aparece associado a vários perfis no *Facebook*: o perfil de grupo ACARBO<sup>274</sup>, fechado, com 716 membros, no qual visualizamos alguns moradores (nem todos capoeiristas) de Santo Amaro: perfis individuais onde ACARBO aparece como segundo nome da pessoa (possivelmente, aluno, professor ou ex-aluno do grupo) proprietária do perfil; o perfil de grupo público ACMA<sup>275</sup> (ACARBO de Conceição de Feira), do qual indivíduos de Santo Amaro também participam; o perfil individual da ACARBO de Portugal<sup>276</sup>; o perfil de individual<sup>277</sup> da ACARBO de Itabatã; mais o perfil individual<sup>278</sup> e o perfil de grupo<sup>279</sup> da ACARBO de Feira de Santana. Finalmente, o grupo ACARBO de Santo Amaro possui um *blog*<sup>280</sup> ainda ativo e existente desde 2011, no qual mostra suas dinâmicas com outros sujeitos sociais do lugar Santo Amaro, como a Asseba e algumas empresas, apoiando a realização de eventos organizados pelo grupo cultural.

Na próxima subseção discutiremos os eventos festivos do lugar Santo Amaro e como os mesmos contribuem para a reprodução socioeconômica dos seus moradores. Discorreremos sobre os discursos associados a essas festividades e como eles participam da constituição de uma psicosfera santoamarense. Observaremos como o lugar Santo Amaro tem sua paisagem transformada para a festa com o intuito de proporcionar o lúdico tanto para os seus moradores quanto para aqueles que vem de “fora”, lúdico que será vendido mediante um preço em moeda pelo comerciante formal e, também, pelo informal.

## 4.2. A CONTRIBUIÇÃO DAS FESTAS NA REPRODUÇÃO DO LUGAR

Em torno do lugar Santo Amaro e entre seus sujeitos se reproduz vários elementos

---

<sup>274</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/210536255661108/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em dezembro de 2015.

<sup>275</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/614935455203233/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: dezembro de 2015.

<sup>276</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/associacaoacarbo.lisboaportugal?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: dezembro de 2015.

<sup>277</sup> Disponível em: <[https://www.facebook.com/acarboitabata/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/acarboitabata/?ref=br_rs)>. Acesso em: dezembro de 2015.

<sup>278</sup> Disponível em: <[https://www.facebook.com/Acarbo-Capoeira-fsa-443800135641101/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/Acarbo-Capoeira-fsa-443800135641101/?ref=br_rs)>. Acesso em: dezembro de 2015.

<sup>279</sup> Disponível em: <[https://www.facebook.com/groups/grupoacarbofeira/?ref=br\\_rs](https://www.facebook.com/groups/grupoacarbofeira/?ref=br_rs)>. Acesso em: dezembro de 2015.

<sup>280</sup> Disponível em: <<https://acarbo10.wordpress.com/>>. Acesso em: agosto de 2015.



constitutivos do discurso de baianidade. Entre tantos, existe esse que já citamos<sup>281</sup>: a intimidade com o sagrado (MARIANO, 2009). Esse elemento frequentemente é suscitado no cotidiano da própria cidade de diversas formas e pela mídia, que o reforça sempre que faz qualquer menção à cidade. “O mesmo pedaço de chão que foi consagrado à Nossa Senhora da Purificação e ao Senhor Santo Amaro, também é protegido por Iemanjá” (LEGENDÁRIA, 2001, p. 7) é uma afirmação descrita por um jornal de circulação no estado da Bahia, de propriedade da família Magalhães, durante a vigência dos governos carlistas, quando as políticas públicas configuraram a cultura como produto turístico.

O lugar Santo Amaro é sintetizado, discursivamente e ideologicamente, também, nas suas festas, e de modo mais intenso em uma festa específica, a Festa da Purificação. Entretanto, é bom salientar, outras festas têm emergido como importantes na cidade. Procuraremos descrever e analisar os sujeitos envolvidos na realização dessas festas, assim como as redes que esses sujeitos constituem entre si e com outros, que não participam diretamente dos eventos.

Começemos por seguir os sujeitos envolvidos na produção da festa. Eles fazem parte de diversas redes que se estendem por diversas dimensões espaciais. Esses sujeitos e seus modos de ação parecem comportar uma racionalidade muito próxima do que chamaríamos de instrumental. O lugar que aparece “atravessando” essas redes e essas dimensões espaciais onde os referidos sujeitos desempenham o papel de nós ativos é um lugar fetichizado, uma ideia essencializada, útil à promoção de Santo Amaro como destino turístico, ou como elemento discursivo – palavra-chave de outros eventos acontecidos em outros lugares<sup>282</sup> – usado com a função de legitimar uma representação estereotipada de Bahia e/ou Brasil para espectadores exóticos desfrutarem. Esse lugar é um produto, uma “cristalização” de vários elementos discursivos relacionados à ideia de baianidade, que encontram em Santo Amaro uma forma específica de realização. Ou formas específicas?

Afinal, não existe uma coerência elaborada a partir do lugar Santo Amaro nesse modo de realização. Se existe algum sistema ideológico solidarizando todos os elementos que justificam as festas, atualmente, em Santo Amaro, esse sistema é constituído pela necessidade de capital dinheiro e/ou político de um grupo, restrito, de sujeitos. Os demais

---

<sup>281</sup> No capítulo III, na subseção “1.1. O discurso da baianidade”.

<sup>282</sup> Por exemplo, o evento “Noites de Santo Amaro”, em Salvador, promovido pela Maurício Pessoa Produções de 2003 a 2006, no teatro Castro Alves em Salvador (Disponível em: <<http://www.mauriciopessoaproducoes.com.br/site/portifolio.aspx>>. Acesso em: agosto de 2015).

sujeitos que não participam diretamente da elaboração desse sistema, mas, com certeza, contribuem (direta ou indiretamente) para sua permanência e consolidação, estão na periferia da “festa”, enquanto estrutura-processo de capitalização do município. Uma periferia não tanto geométrica, mas principalmente de relações que se desdobram e se acomodam na festa com o intuito de captarem o máximo de moeda possível. A festa em Santo Amaro, não é um momento de ruptura com o cotidiano. Ao contrário reforça-o. As contradições que se desenvolvem cotidianamente no lugar continuam ao longo das suas festas, reconfiguradas. De fato, para esse autor se verifica com a festa uma descontinuidade, entretanto “essa é uma forma de se falar do que se abandona, um outro modo de continuá-lo” (CANCLINI, 1983, p. 55).

As redes arranjadas temporariamente em Santo Amaro, durante as festas, possuem óbvias ramificações locais, além de se ramificarem em outras dimensões espaciais mais amplas. Reconstituir algumas das configurações constitutivas dessas redes foi possível graças a essas ramificações locais que serviram como ponto de partida de um trabalho de rastreamento desdobrado, principalmente, por vários sítios virtuais. Não descreveremos aqui todas as possíveis configurações das referidas redes; deter-nos-emos apenas em algumas ilustrativas da componente exógena e de sua importância na constituição dessas festas, julgadas sínteses de uma identidade do lugar. Para reconstituí-las, começaremos por dois sujeitos específicos: Maurício Pessoa Produções e Jonas Lopes Produções, empresas que, na atual gestão municipal, organizam parte significativa dos eventos promovidos pelo poder municipal. Dimensionemos cada um deles a fim de avaliar as redes que instrumentalizam a festa como evento político, cultural e econômico.

A Jonas Lopes Produções, do proprietário de mesmo nome, organiza vários eventos em Santo Amaro (e na sua área de influência) para a atual gestão da prefeitura. Como veremos mais adiante, essa empresa participou da realização de festas juninas, da festa da Purificação, do Bembé do Mercado etc. Além desses eventos financiados com o dinheiro público, a Jonas Lopes Produções também organiza um bloco, o “Tô na Aba”<sup>283</sup>, presente na festa da Purificação. Por fim, a empresa produz artistas da região e organiza shows de pagode baiano e axé *music* pelo Recôncavo. É de sua produção o Cabuçu

---

<sup>283</sup> O bloco tem um perfil no Facebook e no Pikore, nos quais encontramos fotos de artistas do carnaval soteropolitano atuando, pelo bloco, em Santo Amaro. Disponível em: <<https://www.facebook.com/blocotonaaba>>; <<http://www.pikore.com/blocotonaaba>>. Acesso em: janeiro de 2014.

*Fest*<sup>284</sup>, que acontece em Saubara desde 2008. Sua base de ação é Santo Amaro. A rede social da qual participa o reconhece enquanto sujeito, que a capitaliza socialmente.

A Mauricio Pessoa Produções<sup>285</sup> é uma produtora sediada em Salvador, mas que empreende ações no Brasil inteiro. O empresário Maurício Pessoa Santos Pereira é o proprietário da produtora. Sua empresa é a responsável pela produção dos shows da família Veloso (Caetano Veloso, Maria Betânia Veloso e J. Veloso), no Nordeste especialmente, e de outros artistas baianos (Gilberto Gil, Gal Costa, Jau, Mariene de Castro, Psirico etc.), assim como de outros artistas brasileiros e alguns estrangeiros. Desde a década de 1990, a Maurício Produções realiza produções em Santo Amaro. A primeira Festa da Purificação que a empresa organizou foi no ano 2000, mas antes disso o empresário já produzia os shows dos irmãos Veloso, durante as mesmas festas, em Santo Amaro. O primeiro Bembé do Mercado organizado pela empresa aconteceu em 2003. Ela também organizou/organiza eventos fora de Santo Amaro que usavam/usam termos comumente associados ao lugar<sup>286</sup>. Apesar de frequente nas produções festivas do município, a Maurício Produções faz parte de uma rede social mais ampla especialmente do que a produtora anterior. Santo Amaro não constitui sua plataforma de ação principal, mas somente um dos pontos onde ela atua.

Nos parágrafos seguintes discutiremos algumas festas de Santo Amaro, aquelas mais populares e capazes de mobilizar populações de outros municípios. Existem outras festas do município que não serão contempladas por nosso texto. As festas cívicas, por exemplo, comemorando as datas patrióticas nacionais (dia da Independência, por exemplo) e municipais (o 14 de junho, por exemplo), tão relevantes ao morador de Santo Amaro por diversos motivos, entre eles a oportunidade para a aquisição de dinheiro líquido. Entretanto, as festas que discutiremos envolvem, sem dúvida, uma quantidade maior dos recursos oficiais para serem realizadas, assim como uma quantidade maior, e uma qualidade mais diversa, de agentes dispersos em várias escalas do acontecer

---

<sup>284</sup> Disponível em: <<http://estouradosfest.blogspot.com.br>>; <<http://www.evento.br.com/eventos-arquivo/166574/cabucu-fest-2014>>. Acesso em: janeiro de 2014.

<sup>285</sup> As informações que citamos acerca da produtora Maurício Pessoa Produções e dos eventos produzidos pela mesma constam no sítio virtual da empresa: <<http://www.mauriciopessoaproducoes.com.br/site/>>. Acesso em: janeiro de 2014.

<sup>286</sup> Além do evento Noites de Santo Amaro, já citado em nota de rodapé da p. X (280), a Maurício Produções também organizou as edições do show Dona Canô Chamou, em Salvador assim como em Santo Amaro, e o Maniçoba Hype (organizado conjuntamente com Robertinho Chaves) que também teve edições tanto realizadas em Salvador quanto em Santo Amaro (Disponível: <<http://www.mauriciopessoaproducoes.com.br/site/portifolio.aspx>>. Acesso em: agosto de 2015).

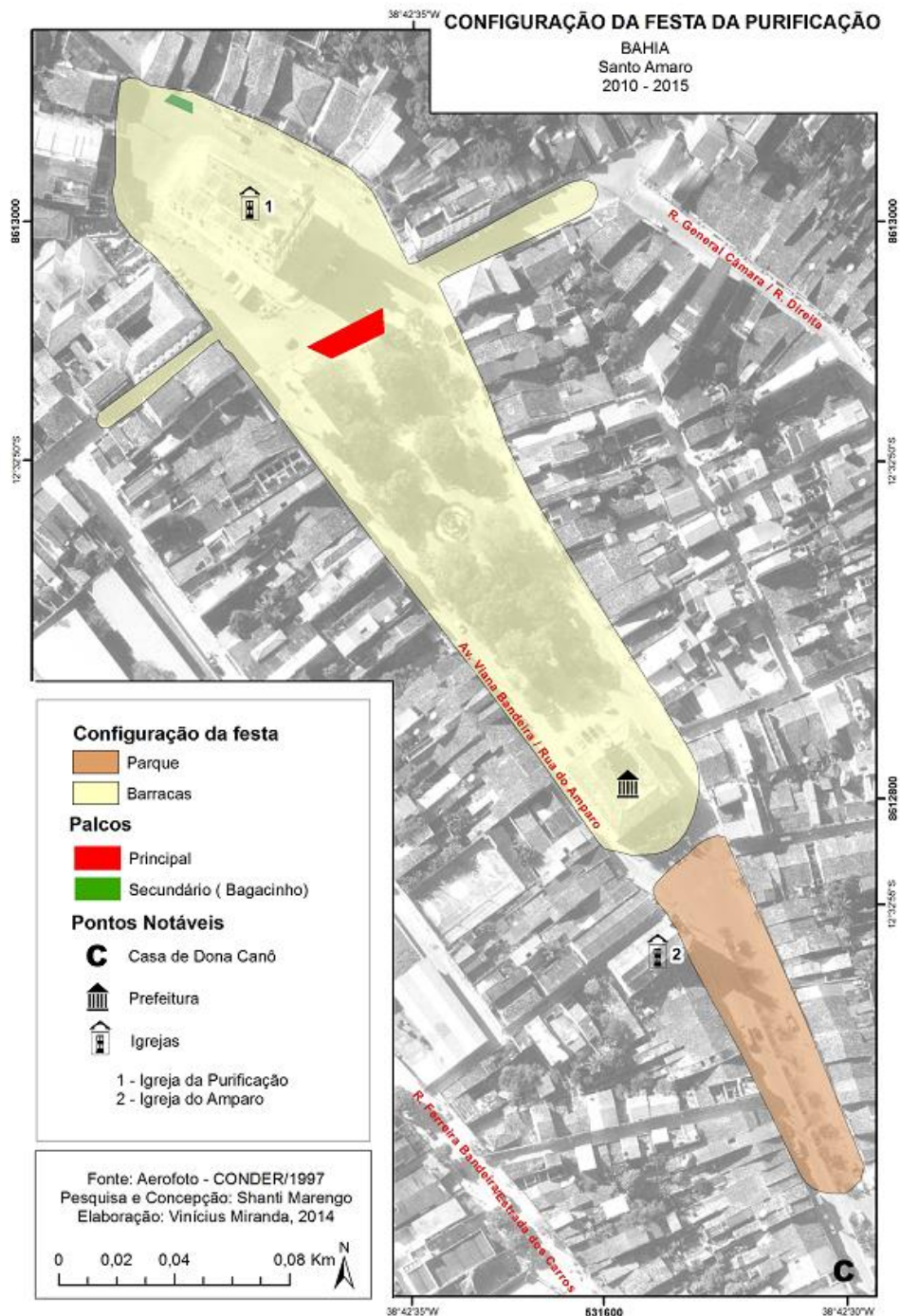
geográfico. Quando essas festas acontecem um outro lugar Santo Amaro vem a frente, onde as fragmentações sociais, econômicas e culturais tornam-se mais pronunciadas e os espaços públicos da cidade, principalmente aqueles centrais, transformam-se em arenas de disputa entre os sujeitos sociais que querem ser legitimados.

A Festa da Purificação é, sem dúvida, a mais importante do calendário santoamarense. É um evento síntese do ser santoamarense (como representação apropriada por uma ideologia hegemônica, com pretensão de rebatimento espacial). Nela, o morador anda pela cidade, a anuncia e se anuncia, come as comidas “típicas”, oferece sua hospitalidade aos *outsiders* (de fora), e se prepara para começar o ano. Nela, ideologicamente, **todos são iguais** e todos podem participar, independente da religião a qual pertençam, pois, a relevância instituída da festa atualmente não vem somente, mas certamente também, do fato de ser a festa da padroeira da cidade, uma posição que a põe acima das dissensões cotidianas entre os diversos sujeitos sociais existentes no município.

A dimensão religiosa do evento, relacionada à celebração das missas e realização das procissões, ainda é referenciada. Entretanto, da parte profana grande parte da cidade toma parte, seja para divertir-se, seja para adquirir dinheiro líquido, ou ambos. Durante a festa, ocorre uma manifestação religiosa que não é católica, mas é parte obrigatória dos rituais que constituem a celebração: é o cortejo das baianas com a lavagem das escadarias da matriz (a semelhança do que se faz na Festa do Senhor do Bonfim, em Salvador), do qual tomam parte várias mulheres de Santo Amaro e Recôncavo, cuja religião geralmente é de matriz africana. Esse cortejo tem o seu ponto de partida, pelo menos ao longo dos anos 2000, na porta da casa de Dona Canô, onde atualmente mora um dos seus filhos e atual secretário de cultura do município, Rodrigo Veloso. “É da casa de Canozinha, como a chamam na intimidade, que saem as baianas trajando renda e segurando as quartinhas de flores e água-de-cheiro para lavar as escadarias da matriz” (LEGENDÁRIA, 10/06/2001, p. 6).

Importante examinar a estrutura da festa (ver mapa 13, p. 350) e como essa dialoga com os valores da sociedade santoamarense, criando um espaço hierarquizado. Existem dois palcos, geralmente, ainda que em algumas edições da festa chegassem a existir mais. Usualmente, há o palco principal (ver figura 93, p. 352), de frente para a Igreja de Nossa Senhora da Purificação, no qual se apresentam os artistas famosos nacionalmente; e o “Bagacinho”, atrás da mesma igreja, no qual se apresentam as bandas locais. Os shows somente acontecem a noite. Durante o dia são os blocos que promovem a festa. Até 2012,

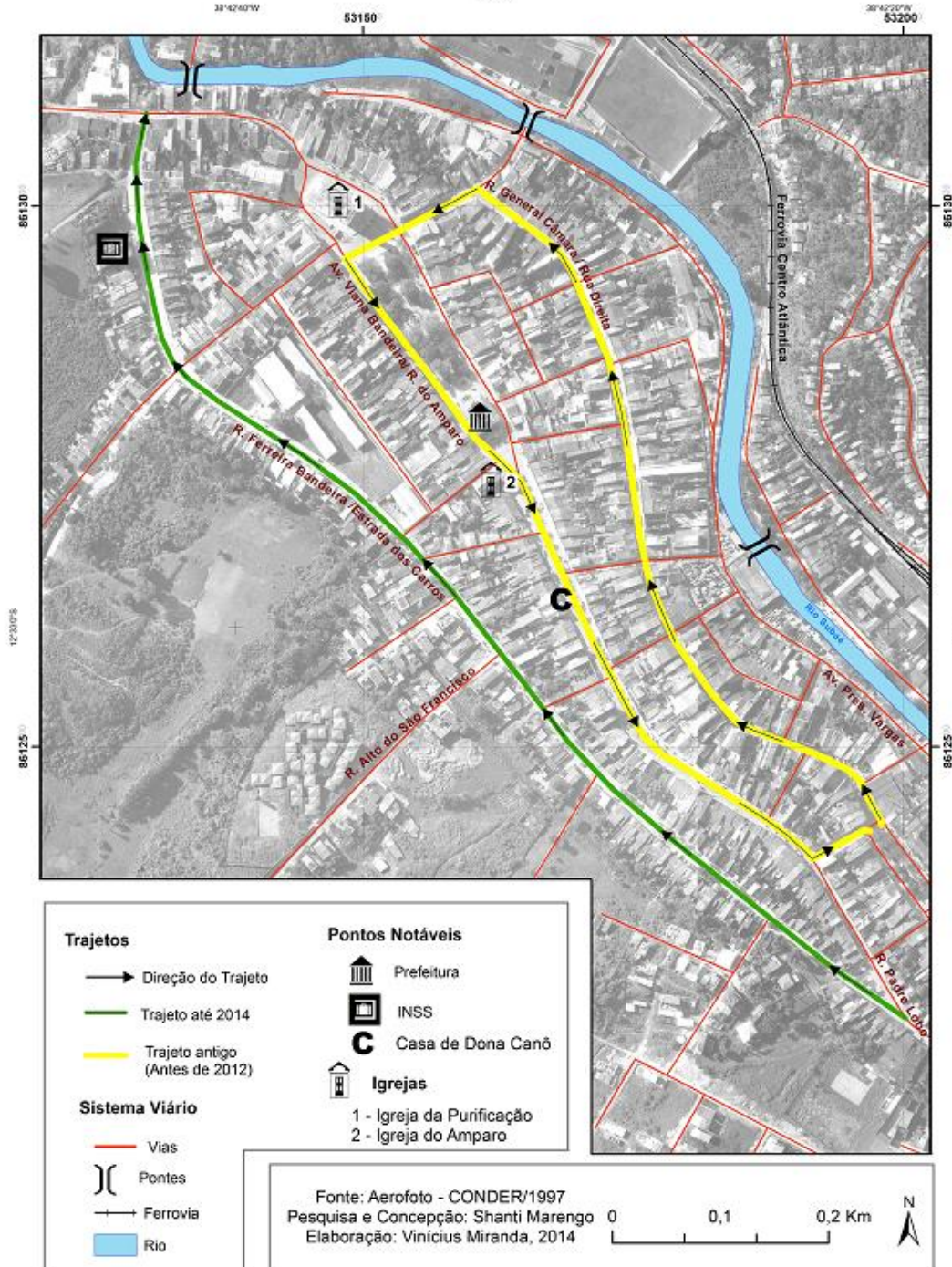
esses blocos percorriam a rua Conselho Saraiva/General Câmara e a rua Vianna Bandeira, entretanto, a partir daquele ano, a prefeitura transferiu os blocos para a rua Ferreira Bandeira, a “Estrada dos Carros”, asfaltada nesse governo (ver mapa 14, p. 351).



# MAPA 13

## TRAJETOS DOS BLOCOS NA FESTA DA PURIFICAÇÃO ATÉ 2014

BAHIA  
Santo Amaro  
2014



## MAPA 14



Figura 93. Palco principal da festa da Purificação. Acervo de Shanti Marengo. 2011.

Uma das justificativas para a transferência do circuito dos blocos foram as ruas estreitas demais do centro antigo para a passagem dos foliões e dos trios elétricos. No entanto, dizemos que o processo de carnavalização da festa dera mais um passo com essa medida. Os foliões que, antes, eram obrigados a desfilar pelas ruas da parte central da cidade, testemunhando sua paisagem, dialogando inevitavelmente com sua dimensão material e travando conhecimento com o lugar, hoje percorrem uma única rua, a Ferreira Bandeira, recentemente asfaltada (na gestão do atual prefeito, Ricardo Machado) e ladeada por várias residências recentemente construídas: todas, ou quase todas, muradas.

Outrora, nas ruas centrais, onde a maior parte das casas é geminada, e possui a fachada coincidente com a testada, os foliões tinham uma plateia nos próprios moradores das residências, que também lhes forneciam banho de mangueira (a festa acontece em pleno verão), quando não abriam as portas de suas casas para lhes dar água e comida. Novamente a alimentação como elemento identitário da baianidade santoamarense. Afinal, como afirmou Mariano, é comum, no caso baiano, “a congregação de pessoas, conhecidas e desconhecidas, para confraternizações gastronômicas” (MARIANO, 2006, p. 45). Ora, uma moradora da cidade, em conversa informal, nos explicou como o marido,

A festa – que tem vários momentos entre a procissão, as missas, os blocos, a lavagem das escadarias da igreja matriz, mais o cortejo das baianas e os shows de palco –, desde a década de 1980 vem se carnavalizando (FALTOU, 31/01/1983, p. 3). Os blocos, por exemplo, que até meados do século XX, eram “animados” por charangas, desde a década de 1980 começaram a ser “puxados” por trios elétricos, a exemplo da capital, Salvador. Não desapareceram os blocos de charangas, mas essas não são mais um dos maiores atrativos da festa. Atualmente, os blocos mais populares do evento têm a presença de trios, os quais não tocam mais marchinhas, e sim os sucessos do *axé music* e do pagode baiano.

Os blocos de Santo Amaro (ver figuras 94, 95 e 96, p. 354) imitam em tudo, ou em quase tudo, os blocos da capital: usam abadá (camisas padronizadas que identificam o bloco) comprados pelos foliões e põem cordeiros (ver figuras 97 e 98, p. 354), pessoas encarregadas de isolarem os foliões do bloco daqueles que não são do bloco através de uma corda. Não é difícil encontrar matérias mais antigas dos jornais do estado observando essa crescente carnavalização e espetacularização da festa. “Mesmo tendo baianas e a obrigação de lavar as escadarias, são os trios elétricos e os blocos que dominam os festejos, criando uma nova história, com novos personagens, que mantêm apenas o mesmo cenário de dois séculos atrás” (LAVAGEM, 12/01/1996, p. 3).

No jornal local “A Defesa”, uma matéria de 2000 descrevia os esforços do poder municipal (gestão Genebaldo Correia) de manter os aspectos da festa considerados mais “essenciais”. “Procurando valorizar a tradição, a festa popular irá homenagear o compositor Assis Valente, neste ano [2000] do seu centenário, abordando o tema ‘**Chegou a hora dessa gente bronzeada mostrar o seu valor**’”. A matéria ainda observava o fato de que, naquele ano, as charangas teriam mais destaque, estimulando a participação dos blocos, afinal os jovens precisavam ser envolvidos “para uma participação mais animada”. Porém, apesar do desagrado dos “mais antigos e exigentes” que não gostavam da participação dos trios elétricos, ainda naquele ano, “as poderosas máquinas de som da **Bahia** continuarão animando os foliões santoamarenses” (FESTA, 30/12/2000, capa, grifo nosso). Notemos, na matéria, a associação dos trios elétricos à Bahia, como se Salvador (onde os trios surgiram e fazem o carnaval na sua forma atual) encarnasse o estado, uma vinculação construída historicamente e eventualmente recolocada pela mídia e pelas falas do cotidiano.





Figura 96, acima, à esquerda; figura 97, acima, à direita; e figura 98, ao lado. Fotografias de lugares onde estavam sendo vendidos os abadá para quem quisesse participar dos blocos na Lavagem da Purificação. Na figura 96 observamos a imagem de um cantor do Carnaval soteropolitano servindo como atração chamariz do bloco “É Noiz”. Acervo de Shanti Marengo. 01/2011.



Figura 99, abaixo, à esquerda; e figura 100, abaixo, à direita. Fotografias dos cordeiros, pessoas que isolam o bloco enquanto o mesmo desfila pelas ruas. Seu papel é impedir que os foliões sem abadá participem dos blocos. Acervo de Shanti Marengo. 2013.



Não é raro encontrar falas que exaltem o formato considerado tradicional da festa, ao mesmo tempo que depreciam sua crescente carnavalização. A “blogueira” Amapagu

Cazumba, possivelmente moradora da cidade, depôs em 2010 a favor das tradicionais charangas e contra a violência trazida pelos trios elétricos e seus blocos. Ela depôs narrando sua experiência na Lavagem da Purificação daquele ano:

(...) nasci e estou envelhecendo em Santinho e só tive a sorte de acompanhar o cortejo da lavagem até o final este ano, do Bonfim ao Trapiche de Baixo vi a manifestação da felicidade, alegria em estado puro, foi ali que entendi o carnaval como manifestação popular, que inclui, que não reproduz o navio negreiro. Acompanhar a charanga é reconhecer o **Santo Amaro ideal, igualitário**, pessoas que contam a história da nossa cidade, família, raízes, musicalidade, e verdade, a charanga nos identifica como realeza, casas abertas, esbanjando generosidade, refrescando a todos com água em banhos de mangueiras ou de baldes, ou em suaves doses etílicas (03/02/2010, grifo nosso)<sup>287</sup>.

Amapagu Cazumba retomara a ideia da festa como momento para o estabelecimento de uma forma de igualdade entre os seus participantes. Mas observemos: a professada igualdade somente poderia se pronunciar, segundo a “blogueira”, na festa em seu formato tradicional. Não sendo assim, a festa “carnavalizada” pronunciar-se-ia hierárquica, desigual, reproduzindo o que ela denominou de “navio negreiro”. Amapagu Cazumba também promovera, nostálgica, o intimismo do lugar Santo Amaro, ainda permeado por ruralidades, onde o *outsider* (de fora) poderia ser recebido hospitaleiramente por seus moradores em seus lares. Nesse texto, a autora descrevera sua experiência e até certo ponto seu desejo, sua vontade e uma perspectiva, também reproduzida por alguns outros moradores da cidade. A festa, para Amapagu Cazumba, por enquanto, ainda respondia a sua construção identitária, considerada “tradicional”. Afinal, a festa (e nos referimos a qualquer uma) é política, resultado sempre renovado de disputas entre agentes (de vários grupos sociais) que se confrontam, se declaram e se aliam, antes de sua realização, enquanto ela se realiza e depois que se realizou. Todos querem a festa.

Em diversas gestões municipais é possível testemunhar o uso da Festa da Purificação como oportunidade para a capitalização política e ritual de renovação da identidade santoamarense, na qual seus mitos são cultuados e postos em um lugar simbólico, além do cotidiano, para a reverência. A festa tem uma produção. O material de divulgação também é postado na internet, nos sítios virtuais oficiais, em perfis públicos

---

<sup>287</sup> Disponível em: <<http://amapagupatsycazumba.blogspot.com.br/2010/02/alegria-da-cidade.html>>. Acesso em: agosto de 2015.

do *facebook* e em sítios virtuais relacionados ao turismo. Abaixo discutiremos, através dos fragmentos do material publicitário, um pouco do texto utilizado pelo poder instituído para a divulgação e promoção das diversas “festas” da Purificação.

A cada ano, na festa, alguém ou alguma coisa que compõe o “corpo” mitológico da história épica santoamarense é homenageado. A homenagem é evidenciada na estrutura da festa, nos *flyers*, cartazes e faixas. Por exemplo, no folder de divulgação da festa, edição 2003 (na gestão do prefeito Genebaldo Correia), constava Paulino Aloísio de Andrade, o mestre Popó, como homenageado. No mesmo folder também constava: entre os patrocinadores, o governo da Bahia, na última gestão de Paulo Souto, aliado político de Antônio Carlos Magalhães; e um pequeno texto, que consideramos icônico pela síntese simbólica que o autor procurou realizar ao longo dele. Nesse texto, seu autor justificava a homenagem a Popó e, para tanto, citava um trecho da música “Trilhos Urbanos” de Caetano Veloso – na qual o artista “santifica” o mestre de capoeira, acrescentando-lhe o qualificativo São, São Popó do Maculelê<sup>288</sup> –, não sem antes descrever uma imagem nostálgica da Lavagem da Purificação, a essa época já em processo avançado de carnavalização:

A lavagem é, por si só, um abuso de beleza. Centenas de baianas impecavelmente vestidas de branco, com suas quartinhas contendo água de cheiro e flores lavam o adro da matriz numa demonstração de fé e devoção, para em seguida, juntamente com uma multidão também predominantemente trajada de branco e munida de cavalinhos de flecha e chapéus de palha seguirem em cortejo animado pelos toques das charangas e afoxés (PREFEITURA, 2003)

Em 2004, no último ano da gestão de Genebaldo Correia, a Festa da Purificação foi posta para homenagear a professora Zilda Paim, uma das “zeladoras da cultura santoamarense”. A propaganda política pós-festa, publicada pela prefeitura do município, procurou descrever um evento organizado para resgatar as suas “raízes”. No texto assinado pelo prefeito, a gestão municipal assumia a realização do evento e buscava criar uma identificação com o leitor, morador do município, utilizando artifícios como o uso do pronome possessivo na primeira pessoa do plural: “As idéias (sic) e a criatividade inseridas na festa deste ano contribuirão, indiscutivelmente, para consolidar um conceito de **festa nossa**, com suas raízes fincadas no chão de **massapê** e refletidora da mais

---

<sup>288</sup> “(...) Rua da Matriz ao Conde, no trole ou no bonde, tudo é bom de ver, São Popó do Maculelê (...)” (Caetano Veloso, Trilhos Urbanos, 1979).

autêntica cultura do Recôncavo” (PREFEITURA, 2004, p. 03). Nessa citação assistimos o autor se utilizar da ideia de torrão natal, chão originário, referido, nesse caso, pelo termo massapê, o solo argiloso e fértil que propiciou a cultura de cana de açúcar no período colonial e durante a vigência do império. Correia, dessa forma, associava a história da sociedade santoamarense à história da prosperidade de um grupo hegemônico específico, estendendo essa identificação a toda população do município.

Outra passagem do material de divulgação é emblemática quanto à construção que o autor faz em relação ao comerciante informal atuante durante os dias de festa. Para Correia, o comércio informal, principalmente quando encarnado pelo vendedor ambulante, é um sintoma da desorganização e falta de planejamento, o qual precisava ser disciplinado. Durante a festa da Purificação de 2004:

Os passeios da Praça estiveram permanentemente livres, permitindo que as crianças e os idosos pudessem andar sem o atropelo dos ambulantes, dos **isopores enormes e feios**, e das **perigosas panelas de azeite** para frituras diversas. Os foliões estiveram **livres dos carrinhos de mão de cerveja e dos fogareiros de queijo coalho**. Não que eles deixassem de existir, mas foram colocados nos locais adequados (PREFEITURA, 2004, p. 4, grifo nosso).

Notemos, no texto acima, os adjetivos “feios” e “perigosas” utilizados pelo autor para qualificar os objetos utilizados pelos comerciantes informais. Notemos também como o comerciante informal surge como um estorvo, um obstáculo, “atropelando” aqueles que desejavam desfrutar livremente do evento. Por fim o autor celebrou os artistas “da terra”, ou a “prata da casa”, que se apresentaram no palco da festa: afinal “quem tem esse cabedal cultural não precisa **importar nada**” (PREFEITURA, 2004, p. 16, grifo nosso). O verbo “importar” adquire uma força retórica, visto que transforma indiretamente Santo Amaro em uma nação, um lugar com identidade singular, diferente de todos os outros.

**A nossa festa** não é, e não deve ser, igual à de muitos municípios baianos que se deliciam e deliram com **Calcinha Preta, Chiclete ou Babado Novo**, sem nenhum demérito para estas bandas consagradas. Elas são imbatíveis no Carnaval de Salvador e nas Vaquejadas do Interior da Bahia. **A nossa festa** é de outro estilo. (...). E deve ser o momento para exibição de toda a **nossa** produção artística e cultural, que é rica, exuberante e diversificada (PREFEITURA, 2004, p. 03, grifo do autor).

Em 2006, na gestão de João Melo, aliado político de Genebaldo Correia, foi homenageado o samba de roda (ver figura 100, p. 359), que seria naquele ano registrado como patrimônio imaterial pelo IPHAN e já era reconhecido como patrimônio imaterial pela UNESCO. Do texto para o material de divulgação da festa, da autoria do prefeito, reproduzimos a conclusão, um convite feito para quem não conhece a festa. “Este é o nosso convite para que você descubra a riqueza da festa de Nossa Senhor da Purificação, a hospitalidade e a graça do povo **doce e moreno da terra do massapé**, onde o sol da poesia faz nascer todo dia o orgulho de ser **brasileiramente baiano**” (PREFEITURA, 2006, s. p., grifo nosso). Novamente as recorrências a aqueles elementos capazes de mitificarem Santo Amaro, ao mesmo tempo, singular e absoluto, e parte da nação brasileira: a origem mestiça do povo no termo “moreno”; o ciclo do açúcar no adjetivo “doce” – qualificativo que pode estar insinuando a afabilidade do povo santoamarense –, e no solo massapê; as duas **comunidades imaginadas** mais amplas – o país Brasil e o estado Bahia – que contextualizam a existência do povo santoamarense.

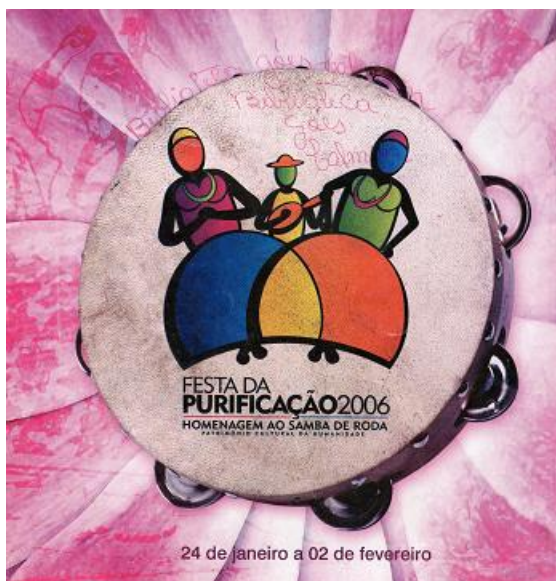
Em 2011, ninguém é homenageado, mas o lema da festa é uma frase possível de um turista desejado: “Santo Amaro, eu [turista] vim te conhecer!” (ver figura 99, abaixo). Em 2012, a festa foi produzida pela Maurício Pessoa Produções: homenageou o Tropicalismo e Caetano Veloso (ver figuras 101 e 102, p. 359), adotando como *slogan* e *logo* o título de uma canção do compositor homenageado, e enalteceu um visitante genérico que, com certeza viria, deixando Santo Amaro “ainda mais bonita com sua presença” (figura 102, p. 359).



Figura 99, acima. Fotografia do *outdoor* da rodoviária divulgando a Festa da Purificação 2011. Acervo de Shanti Marengo. 01/2011.

Figura 100, ao lado. O samba de roda é homenageado pela Festa da Purificação 2006. Escâner de um folder da época.

Na figura 101, abaixo, a esquerda. Grafite da face de Caetano Veloso em três momentos. Exposto em parede visível ao público, próxima a praça 14 de junho. Fazia parte da divulgação da Festa Purificação de 2012, que o homenageava. Acervo de Shanti Marengo. 01/2012.



Na figura 102, acima, a direita. *Outdoor*, na rodoviária, divulgando a festa de 2012. Nele, a frase enaltecendo o turista que virá, e o *slogan*, título de uma das músicas do homenageado, “Alegria, alegria”, de 1968. Acervo de Shanti Marengo. 01/2012.

Na Festa da Purificação de 2013, também organizada pela Maurício Pessoa Produções, os personagens homenageados (os cantores e compositores Vinícius de Moraes e Luís Gonzaga, na figura 103, p. 360), não cumpriram a função, geralmente atribuída ao evento, de renovarem a identidade santoamarense. Aquele ano foi atípico pela estrutura montada (três em vez de dois palcos e um camarote – para os notáveis da cidade, produzido pela promotora de eventos Lícia Fábio, de Salvador – na Casa de Misericórdia, bem próximo ao palco principal), pelo circuito novo dos blocos, pelos sujeitos envolvidos etc. Aparentemente, a festa, quando produzida pela Maurício Pessoa Produções, mobiliza mais elementos estranhos à identidade do lugar, possivelmente por conta do fato desse sujeito estar “costurado” a uma rede menos ligada à cidade, mais ampla e conectada a uma concepção mais instrumental do evento, visando a capitalização econômica do município e, por conseguinte, a capitalização política dos sujeitos que

promoveram a festa. A produtora esperava, possivelmente, que, homenageando artistas famosos nacionalmente no evento, diminuindo seu conteúdo simbólico de caráter regional e local, uma população maior de turistas, identificados com os novos temas, incorreriam à celebração. Infelizmente não temos estatísticas que comprovem o sucesso dessa estratégia. De qualquer modo, a festa da Purificação de 2013 foi a última que a empresa em questão produziu em Santo Amaro<sup>289</sup>, talvez pelas críticas feitas pela oposição ao tamanho da estrutura mobilizada para a festa e aos beneficiados pelos recursos deslocados para que essa estrutura se realizasse.



Figura 103. Tema do material de divulgação da Festa da Purificação 2013. Disponível em: <<http://www.mauriciopessoaproducoes.com.br/festadapurificacao2013/default2.aspx>>. Acesso em: janeiro de 2014.

Na figura 104 (p. 361) temos um cartaz de divulgação da edição 2014 da Festa de Nossa Senhora da Purificação. Na superfície da pérola – metáfora de Santo Amaro, como se a mesma, ao mesmo tempo que pérola, fosse um planeta – vários objetos e manifestações culturais simbólicas do município: a baiana, a igreja matriz, a capoeira, as flechas de cana usadas durante a lavagem, os instrumentos musicais (berimbau, viola, violão, pandeiro), o caranguejo dos mangues, o microfone etc. Nesse material de divulgação, Santo Amaro tornou-se uma joia da região, feita da musicalidade e religiosidade, baiana enfim, mas com suas especificidades paisagísticas e culturais. Ou seja, a festa é retomada como uma forma de sustentar e promover a identidade do lugar.

<sup>289</sup> Em 2014 e 2015, a Maurício Pessoas Produções se ocupou, basicamente, da produção dos shows de Gal Costa e Caetano Veloso (Disponível em: <<http://www.mauriciopessoaproducoes.com.br/site/portifolio.aspx>>. Acesso em: agosto de 2015.



Figura 104, acima, a esquerda. Logo tema da Festa da Purificação 2014. Disponível em: <<https://prefeiturasantoamaro.wordpress.com/2013/12/27/>>. Acesso em: junho de 2014.

Figura 105, acima, a direita. Tema do material de divulgação da Festa da Purificação 2015. Disponível em: <[http://www.santoamaronoticias.com/2015/01/festa-de-nossa-senhora-da-purificacao\\_19.html](http://www.santoamaronoticias.com/2015/01/festa-de-nossa-senhora-da-purificacao_19.html)>. Acesso em: fevereiro de 2015.

Em 2015, a tendência de oportunizar a festa para celebrar a identidade do lugar foi mantida. Na figura 105 (acima), o material de divulgação da Festa da Purificação 2015 pôs o tema religiosidade no centro. As baianas, personagens principais do momento da lavagem, aparecem em primeiro plano e logo atrás a igreja da Nossa Senhora da Purificação. Notemos o *slogan* “pratas da casa que valem ouro”, que sugere uma festa mais voltada para apresentar e expor o que é local. De fato, no palco principal, vários artistas locais se apresentaram. Entretanto, o espaço do evento continuou hierarquizado. Os artistas mais famosos, vindos de fora, continuaram se apresentando no palco principal, o qual era chamado, no material de divulgação, de “Ouro da Terra”, enquanto que o “Bagacinho”, onde se apresentam, usualmente, as bandas locais, foi chamado, no mesmo material, de “Prata da terra” (PREFEITURA, 2015).

Em 2016, esse trabalho estava pronto antes da festa, porém tivemos contato com o material de divulgação, o qual foi objeto de polêmicas virtuais acerca da identidade santoamarense. O perfil virtual da prefeitura de Santo Amaro no *Facebook*, em 12 de janeiro de 2016, publicou o primeiro *flyer* para a divulgação do evento (ver figura 106, p. 362) o qual pelo ambiente e pessoas imageadas – pessoas brancas e loiras em um ambiente fechado – tornou-se, no mesmo dia, foco de intensa discussão sobre o quanto o referido material servia como divulgação de uma festa síntese de Santo Amaro.





Figura 106, acima. Cartaz virtual de divulgação da Festa da Purificação 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/prefeituradesantoamaro/photos/a.135633723299027.1073741828.134932600035806/425740367621693/?type=3&theater>>. Acesso em: janeiro de 2016.

Não vamos traspor para esse trabalho os comentários acerca desse *flyer*. Foram muitos (cerca de 642 comentários, a maior parte criticando o material, sem contar os apagados pela assessoria de comunicação, e 716 compartilhamentos). Ficaremos com uma frase do pré-candidato a prefeito da oposição Flaviano Bonfim: “O que tenho a ponderar [sobre o *flyer*] é que me parece impossível ver qualquer imagem ligada à nossa terra sem a presença de seus símbolos e elementos históricos, representativos de uma cultura única. É por força dessa mesma cultura que gente do mundo inteiro vem nos visitar, pesquisar e conhecer”<sup>290</sup>. A imagem causou uma reação em cadeia no mundo virtual. Matérias foram publicadas no dia 13 de janeiro noticiando a reação da população à propaganda considerada racista<sup>291</sup>. No mesmo dia o Ministério Público Estadual da Bahia recomendou à Prefeitura de Santo Amaro que substituísse o material publicitário

<sup>290</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/flaviano.rohrs/photos/a.1663937100508063.1073741829.1658790401022733/1700363036865469/?type=3&theater>>. Acesso em: janeiro de 2016.

<sup>291</sup> Por exemplo: “Prefeitura de cidade na Bahia ‘embranquece’ população em cartaz e gera polêmica na web” (Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/prefeitura-de-cidade-na-bahia-embranquece-populacao-em-cartaz-gera-polemica-na-web-18462949.html#ixzz3xEJuPnVC>>. Acesso em: janeiro de 2016.

da Lavagem da Purificação<sup>292</sup>. Nos dias seguintes a assessoria de imprensa da prefeitura de Santo Amaro publicava no perfil do *Facebook* vários *flyers* com outros grupos étnicos e sociais representados (ver figuras 107 e 108, abaixo), assim como algumas manifestações culturais típicas.



Figura 107, acima, a esquerda. Cartaz virtual de divulgação da Festa da Purificação 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/prefeituradesantoamaro/photos/a.135633723299027.1073741828.134932600035806/426101724252224/?type=3&theater>>. Acesso em: janeiro de 2016.

Figura 108, acima, a direita. Cartaz virtual da Festa da Purificação 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/prefeituradesantoamaro/photos/a.135633723299027.1073741828.134932600035806/426308747564855/?type=3&theater>>. Acesso em: janeiro de 2016.

A Festa da Purificação é palco obrigatório dos grupos políticos do município. Todos aparecem em algum momento ao longo dos dias de festa: nas missas, nos shows de palco, na lavagem das escadarias ou na procissão, esse último um dos pontos altos da celebração, realizado no derradeiro dia da festa, quando os andores dos santos da cidade – o Senhor Santo Amaro e Nossa Senhora da Purificação – são carregados, juntamente com os andores de dezenas de outros santos trazidos de outras cidades, distritos e povoados. Abaixo, trechos de duas matérias do jornal A TARDE, na década de 1980, demonstram a importância da festa como momento de capitalização política.

Completamente molhado, com as águas das “quartinhas de Oxalá”, o prefeito Walter Figueiredo – que fez questão de acompanhar o cortejo – considerou a festa uma das melhores dos últimos anos e disse que a prefeitura investiu mais de 800.000 cruzeiros, a fim de oferecer ao povo

<sup>292</sup> Disponível em: <<http://www.mpba.mp.br/noticia/30368>>. Acesso em: janeiro de 2016.

condições para aproveitar bastante as comemorações (SAMBA, 28/01/1980, s.p.).

Entre os presentes [na lavagem] destacavam-se o prefeito Raimundo Pimenta e o deputado federal Genebaldo Correa, os quais não puderam escapar dos banhos de “água-de-cheiro” dados pelas “baianas”. Todo molhado, o prefeito disse que a festa não contou com ajuda do governo do estado, mas foi possível ser realizada com os recursos da Prefeitura Municipal (LAVAGEM, 01/1985, s.p.).

O atual prefeito, Ricardo Machado, continuando a “tradição” de transformar a festa em palco político, sempre está presente no dia da procissão, da qual participa carregando, na frente, o andor de Nossa Senhora da Purificação, que é o primeiro da procissão.

A importância da Festa da Purificação para o município vai além da dimensão política. Sua importância econômica é explícita na paisagem. Nos dias que duram o evento, a cidade se reconfigura para receber os turistas. Empresas e moradores da cidade se preparam para adquirirem dinheiro nos dias da festa. Os cartazes improvisados anunciando a venda de algum alimento se multiplicam nas fachadas das casas (ver figuras 109 e 110, p. 365). Aumentam o número de vendedores ambulantes (ver figuras 111 e 112, p. 365, e figura 113, p. 366) que esperam ganhar, em alguns dias, o capital que não ganhariam em vários meses de trabalho. Desse esforço participam não só os moradores de Santo Amaro, mas também pequenos comerciantes e barraqueiros vindos de outros municípios do Recôncavo. Barraqueiras I<sup>293</sup> e II<sup>294</sup> vem de Conceição de Feira. A Barraqueira I põe ponto na Festa da Purificação fazem dezoito anos (em 2013, ano da entrevista) e a Barraqueira II, cinco anos. Ambas frequentam, para arrecadar moeda, um circuito de festas que se realiza através de várias cidades, Feira de Santana, Muritiba e Cachoeira entre elas.

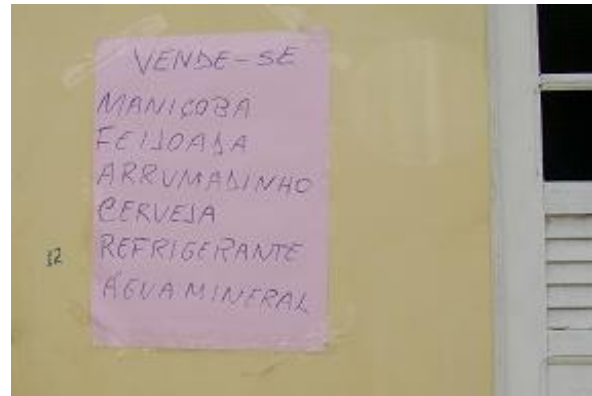
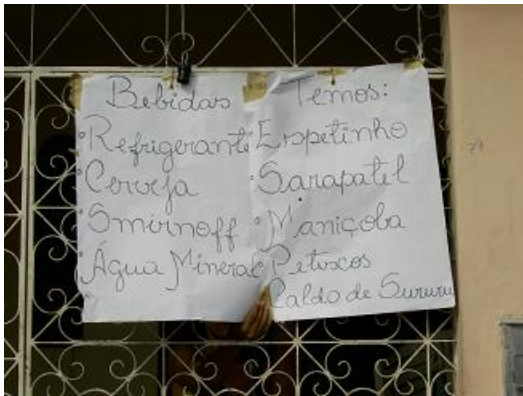
A Festa da Purificação é mais uma oportunidade para os barraqueiros de festas, entre outras no Recôncavo, para se obter moeda. O Comerciante I (2012), em entrevista, lembrou como o mesmo aproveitava as festas “de largo” com um isopor ou *freezer* com o objetivo de adquirir dinheiro líquido. O isopor ainda está presente e é fundamental por sua portabilidade. A Barraqueira II o traz na cabeça para acompanhar o circuito dos blocos. Para o barraqueiro, a capacidade de deslocar-se é importantíssima, já que o evento

---

<sup>293</sup> BARRAQUEIRA I. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2013.

<sup>294</sup> BARRAQUEIRA II. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2013.

é uma festa de rua.



Figuras 109 e 110. Fotografias de cartazes improvisados expostos nas fachadas das residências, em Santo Amaro, durante a Festa da Purificação. Notar que os cartazes oferecem refeições e bebidas, entre as refeições, um prato considerado “típico” do Recôncavo, a maniçoba. Acervo de Shanti Marengo. 2013.

Figuras 111, abaixo, a esquerda. Carros de mão servem, durante a festa, para dar flexibilidade na movimentação do vendedor ambulante, o qual procura seguir a multidão festiva dos blocos, ou acompanhar os espectadores nos palcos em torno da igreja matriz. Acervo de Shanti Marengo. 2013.

Figura 112, abaixo, a direita. Uma catadora de latas de bebida durante a Festa da Purificação, outra forma tática de obter moeda. Acervo de Shanti Marengo. 2013.





Figura 113, acima. Multidão na rua Ferreira Bandeira, por onde os blocos passam no atual percurso. Notar as placas anunciando a venda de bebidas. Essas placas geralmente estão fixas em um carro de mão, com isopor, onde as bebidas estão condicionadas. Acervo de Shanti Marengo. 2013.

Além do povo e das empresas, também o poder municipal participa desse esforço de transformar a festa em um momento para aquisição de capital exógeno. Uma das estratégias usadas pelas diversas gestões, com essa finalidade, consiste em adotar no material de divulgação enunciados que estimulem a vinda do turista para a festa. Em 2015, em último exemplo, esse material de divulgação convidava o visitante a ficar todos os dias da festa para aproveitar, além do evento em si, “a cidade histórica e/ou aproveitar e apreciar as belezas naturais e praias próximas” (PREFEITURA, 2015, s. p.). No mesmo panfleto os elementos relacionados à carnavalização são apontados como atrativos do evento:

A festa reúne a parte profana e religiosa e contempla todos os públicos que puderam aproveitar durante os dez dias de festa, além **dos circuitos dos trios elétricos** que este ano já tem **Saulo Fernandes**<sup>295</sup> como uma das atrações confirmadas, os turistas também podem aproveitar a lavagem da Purificação (...) (PREFEITURA, 2015, s. p.).

Turistificar festas, obviamente, tornou-se uma estratégia consolidada, nas cidades em geral, para a obtenção de capital extra (em virtude de ser circunstanciada, e não por ser imprevista), em grande quantidade e num curto prazo, seja na sua forma digital, através de cartão de crédito, quando é apropriado, usualmente, pelo comércio formal, ou na sua forma física, moeda ou dinheiro líquido, quando, por sua vez, é apropriado pelo comércio informal. Infelizmente, para os que precisam da festa como momento para aquisição de dinheiro existe somente uma Festa da Purificação por ano. O que fazem

---

<sup>295</sup> Cantor baiano frequente nos carnavais com trio elétrico de Salvador.

então, para superar essa determinação social e cultural, aqueles (dependentes das festas) que precisam manter um fluxo de dinheiro mais frequente, ainda que em intervalos consideráveis de tempo? Transformam, na medida do possível, as outras festas do calendário oficial em oportunidades para obtenção da desejada renda extra. É com esse objetivo que as festas juninas, atualmente, também se tornaram objeto de produção e espetacularização.

Jânio Castro (2009) discorreu sobre o processo de espetacularização das festas juninas no Recôncavo Sul. Para cumprir esse objetivo, o autor se concentrou precisamente em três municípios dessa região – Cachoeira, Amargosa e Cruz das Almas –, onde as festas juninas conformam uma relevância diferenciada em relação aos outros municípios da mesma região, fato que os tornam **centralidades festivas** (CASTRO, 2009). Enfim, as três cidades possivelmente se constituem em fatores inibidores de quaisquer tentativas dos agentes instituídos do município de Santo Amaro de transformar o São João em uma festa do mesmo porte da Festa da Purificação. Porém, isso não impede a transformação do festejo em mais uma oportunidade anual, mesmo que de menor porte, para aquisição de renda extra.

No São João, o lugar Santo Amaro também se prepara para receber turistas. Com esse intuito, a festa vem sendo produzida, usando publicidade virtual e física, conforme vemos, por exemplo, na figura 114, abaixo. A Jonas Lopes Produções, produtora parceira da atual gestão, também participa da construção dessa festa, para cuja produção se agrega a maior parte das representações usualmente utilizadas por todas as outras festas juninas em qualquer município do Nordeste, quiçá do Brasil. Ressurge espacializado no território da cidade Santo Amaro, o ambiente rural-folclórico geralmente associado às festas juninas no imaginário brasileiro, com as especificidades do lugar. Lá estão as bandeirolas, as comidas e bebidas típicas, o forró, a fogueira etc.



Figura 114, acima. *Outdoor* divulgando a festa de São João. Entre os patrocinadores, a Skol e a Petrobrás. Acervo de Shanti Marengo. 2012.

Na festa de 2012, a cidade foi decorada por todo o “circuito” eleito para ser apropriado pelos festejos juninos (ver figura 115, abaixo) com bandeirolas, fogueiras, balões de São João estilizados (ver figuras 116, p. 369) e *banners* com os temas (ver figura 117, p. 369) daquele ano. O poder municipal, além de pôr um palco no centro da cidade para a apresentação das atrações musicais da festa, também pôs um palco na Praça do Riachuelo (ver figura 118, p. 369), no Trapiche, onde já existia uma festa junina organizada pelos próprios moradores do bairro. A gestão em questão se apropriara dessa festa do Trapiche, dando-lhe estrutura (ver figuras 119 e 120, p. 370) – com decoração própria e barracas – e tornando-a efetivamente parte do corpo da festa junina oficial. Consumando a empreitada, foi posto um veículo – uma simulação de trem caipira (ou um ônibus, nas edições posteriores) – ligando os dois “centros” da festa a fim de conduzir aqueles que quisessem se transportar gratuitamente entre eles. Entretanto, além da remontagem fetichizada de um ambiente rural perdido com pretensões sustentáveis ambientalmente (na decoração existiam estruturas feitas de garrafas PET, como demonstrado na figura 116, p. 369), era necessário assegurar os meios para que os objetivos econômicos da festa fossem alcançados. Para esse objetivo estavam ali os palcos e as atrações musicais.



Figura 115, acima. A rua Viana Bandeira decorada por bandeirolas, nas festas juninas de 2012. Acervo de Shanti Marengo.

Figura 116, abaixo, a esquerda. Fogueira estilizada montada com garrafas PET, mais balões. Decoração junina de 2012, na rua Viana Bandeira. Acervo de Shanti Marengo.

Figura 117, abaixo, a direita. *Banner* da decoração das festas juninas de Santo Amaro, em 2013. Notar o patrocínio da Petrobrás. Acervo de Shanti Marengo.





Figura 118, acima. Palco montado na praça do Riachuelo, Trapiche Baixo, para a exibição dos artistas nas festas juninas de 2012. Acervo de Shanti Marengo.



Figura 119, acima. Barracas montadas pela Skol, na praça do Riachuelo, em 2012, para as festas juninas. Acervo de Shanti Marengo.

Figura 120, abaixo. Decoração junina da praça do Riachuelo, em 2012. A praça tinha sido recentemente reformada. Acervo de Shanti Marengo.



Nesse ponto, fazemos uma digressão, aproveitando o aspecto do empreendimento festa junina de Santo Amaro relacionado ao Trapiche de Baixo, para nos aprofundarmos nesse bairro específico entendido aqui, por diversos motivos, como um dos lugares do lugar Santo Amaro. A realização da festa junina e de outros eventos e ações localizados e/ou originários do/no Trapiche estimulou a formação de uma “identidade” de bairro, que se impõe enquanto diferença<sup>296</sup> em relação ao restante da cidade. Uma diferença que se afirma de diversas formas: através da sua população, dita a maior<sup>297</sup> entre os bairros da cidade; de sua área, a qual inclui dois bairros, o Trapiche propriamente dito e a Caieira, para o qual só é possível chegar através do primeiro<sup>298</sup>; da sua praça, a Riachuelo, segunda mais importante em termos simbólicos da cidade; da sua relação com o rio Subaé, através

---

<sup>296</sup> Conforme discutimos esse conceito, no capítulo I, na seção “Infinitas estórias, múltiplas identidades, tantos lugares...”.

<sup>297</sup> Não existe a divisão oficial da cidade por bairros. A população do espaço denominado de bairro Trapiche de Baixo foi estimada pela agência do IBGE no município usando as estatísticas produzidas por setores censitários. Elegeram-se os setores censitários que corresponderiam aproximadamente ao espaço do bairro e somaram as populações respectivas de cada setor. O resultado foi a população total aproximada do bairro, a qual, no caso, seria a maior de todos os bairros da cidade.

<sup>298</sup> Ver mapa de lugares, no capítulo V, seção “1. Os lugares de Santo Amaro”.

área de mangue, que ainda existe poluído (por esgoto doméstico e chumbo)<sup>299</sup>, entre os bairros e o rio. Por tudo isso, o bairro se imbuíu de “singularidade”, e aquele que vive nele, de uma identidade: o “trapicheiro”.

Enfim, o fato da festa junina ter dois centros em Santo Amaro é conforme com dois fatos: a importância óbvia do seu centro formal e simbólico, instituído, materializado na praça da Purificação, nas proximidades da qual se concentra a classe média da cidade; e a importância construída e reivindicada de um centro **instituinte**, secundário na cidade, materializado na praça do Riachuelo, localizado em um bairro considerado periférico (pelos moradores que residem no centro instituído), onde se concentra uma parcela da população mais pobre. A gestão atual que legitimou esse centro possivelmente o fez com o intuito de enquadrá-lo, instituí-lo a fim de tornar sua população simpática a seu grupo político.

Como já dissemos, o São João de Santo Amaro tem suas especificidades. Além de palco para o lúdico e meio para o incremento da renda dos agentes em geral, também é palco e instrumento em **dois** planos político-ideológicos que já descrevemos: **um** é o momento de reafirmação da identidade do lugar com direito às homenagens de praxe (ver figura 121, abaixo) e resgate dos elementos típicos para serem ostentados na paisagem e; **outro** é o momento de promoção dos políticos locais, da oposição ou da situação, a depender do sucesso do evento ante a população.



<sup>299</sup> Sobre o chumbo explicamos no capítulo III, subseção “4.1.1. Santo Amaro, uma cidade que quer ser turística?”.

Figura 121, acima. O São João 2012 homenageava Dona Canô. Escâner de cartaz.

Incorreríamos em erro se não observássemos o fato de que o morador de Santo Amaro também busca em seu cotidiano preservar e/ou resgatar algumas daquelas relações que caracterizamos como ruralidades, fundadas na personalidade e no intimismo bucólico, ainda que fetichizado, de uma pequena cidade do interior. Nesse sentido, a festa junina torna-se pretensamente, e além do cotidiano (enquanto evento extraordinário), também uma oportunidade para revitalizar ou resgatar algumas dessas ruralidades, algo que, pensamos, **se levado a termo** o é parcialmente, de modo bem específico e “ambíguo”.

De primeira, resgata-se a forma, simbólica, mas cada vez mais afastada, e fetichizada, do contexto original onde foi criada. Desse modo, vários elementos simbólicos dos festejos juninos, característicos de um modo de vida rural, ainda estão presentes e podem ser surpreendidos em Santo Amaro. Maria Sampaio (1985), entre as fotografias que expôs, tinha aquela de uma fogueira, à noite, certamente realizada durante os festejos juninos da cidade. Na fotografia (ver figura 122, abaixo), além da dita fogueira, vê-se a rua vazia, as bandeirolas e as luzes elétricas dos postes. Em 1983, Santo Amaro já era moderna, ainda que não completamente urbana.



Figura 122, acima. Rua de Santo Amaro fotografada durante as festas juninas. Autoria de Maria Sampaio, no livro *Recôncavo*, de 1985. Fonte: <<http://herculanoneto.blogspot.com.br/2008/06/santo-amaro-junho-de-1983.html>>. Acesso em: 2015.

As fogueiras ainda são feitas (ver figuras 123 e 124, p. 374) presentes na frente das residências de Santo Amaro, mas agora sobre o asfalto (ou nas ruas de paralelepídeos, onde a sanha modernizadora da gestão atual não conseguiu chegar), e são compradas prontas para serem queimadas. Em 2012, as fogueiras foram vendidas em dois pontos de Santo Amaro: um na rua do Imperador, próximo à Casa do Samba (ver figura 125,

circuito do improviso, articulado sazonalmente e temporariamente, **flexível**, adequado para o que se propõe: a aquisição de uma renda extra.

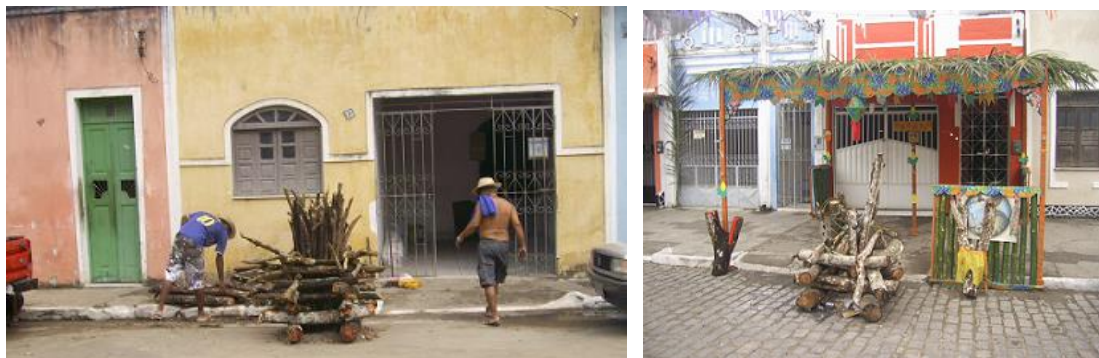


Figura 123 e 124, acima. Fogueiras em frente das residências na época das festas juninas. Acervo de Shanti Marengo. 2012.



Figura 125, acima. Fogueiras, prontas para usar, sendo vendidas na rua do Imperador. No fundo, os caminhões que trazem os pedaços de madeira usados para confeccioná-las. Acervo de Shanti Marengo. 2012.

A remontagem do ambiente rural perdido continua, fragmentada, contextualizada pela nostalgia e a necessidade. A informalidade necessária à aquisição de moeda ressurge nos dias de festa também nos costumeiros cartazes improvisados (observados, também, na Festa da Purificação) nas fachadas das residências por todos os bairros da cidade (ver figuras 126 e 127, p. 374), anunciando a venda de fogos de artifício, assim como de comidas e bebidas juninas. Nesse ponto chamamos atenção a uma especificidade local: muitas casas anunciam na fachada que vendem o licor de Cachoeira (ver figura 128, p. 374), outra cidade do Recôncavo, vizinha de Santo Amaro, demonstrando a existência de um outro circuito, também temporário e improvisado. Por fim uma observação acerca da fragilidade do ambiente rural “remontado” para a ocasião da festa: os produtos são vendidos em casas gradeadas. A hospitalidade do mundo rural que não mais existe, constituinte da ruralidade que se procura manter (ou pretensamente resgatar), realizada

na venda dentro da própria casa do indivíduo procurando uma renda complementar, se mostra hesitante, permeada pela fala da violência, caracteristicamente urbana, metropolitana, adequada à pequena cidade, cujos moradores vêem aturdidos a violência urbana alcançá-los.



Figura 126, acima. Cartazes na fachada da casa anunciam a venda de fogos e licor. Acervo de Shanti Marengo. 2012.

Figura 127, abaixo, a esquerda. O cartaz anuncia a venda de bebida através de grades nas janelas. Acervo de Shanti Marengo. 2012.

Figura 128, abaixo, a direita. Faixa anuncia venda de fogos de artifício e licor de Cachoeira. Notar as grades nas janelas. Acervo de Shanti Marengo. 2012.



Além das festas citadas até o momento, outra das mais importantes do calendário oficial santoamarense está associada às religiões de matriz africana. É chamada Bembé do Mercado e se trata de um evento próprio da cidade, que não existe em nenhum outro lugar do Brasil.

O Bembé do Mercado, segundo a história contada, surgira como uma celebração promovida pela primeira vez por João de Obá, no dia da Abolição, em 13 de maio de 1889. O significado da palavra – bembé – tem ao menos duas explicações diferentes: uma, mais disseminada pelo senso comum, a descreve como uma corruptela da palavra candomblé (VELOSO, 2011); outra, descrita por Ana Rita Machado, na dissertação (MACHADO, 2009) de sua autoria e no dossiê de registro da manifestação (BAHIA, 2014), coloca “bembé” como uma espécie de tambor usado em celebrações rituais.

Os conteúdos e a forma do festejo têm se transformado desde sua criação. Os motivos de sua celebração e a própria celebração são fruto de um sempre atualizado

embate político dos envolvidos. De acordo com Machado (2009) recuperando as falas dos adeptos do candomblé, a dimensão religiosa do Bembé do Mercado nem sempre fôra presente. Muitas são as narrativas sobre a festa. João Rodrigues de Lima Filho, no jornal “A Defesa” de Santo Amaro, descreveu como o Bembé participara da sua vida na década de 1960, enquanto morador da cidade que não compartilhava da mesma fé (o candomblé) e residia bem no largo do Mercado (o nome dado à feira de Santo Amaro pelo morador da cidade):

A festa era simples. Na palhoça mal iluminada no centro da praça, batia-se o candomblé nos dias permitidos (menos na sexta-feira). No Domingo, uma caçamba da Prefeitura levava o “presente” com um pequeno cortejo de adeptos. Não havia barracas de bebidas dentro do Largo: apenas algumas bancas para vender cachaça com folhas. Quem pudesse tomar cerveja, sentaria num dos bares do Mercado Municipal (...). Chovia muito e a toda hora corríamos para a marquise do mercado a fim de escapar do toró (LIMA FILHO, 08/06/2001, p. 6)

As narrativas que dão sentido à festa estão sempre se construindo, se apropriando de novos elementos ao longo dos anos. Algumas linhas básicas permanecem, uma delas diz respeito à crença de que “o Bembé do Mercado serve para evitar que novas tragédias aconteçam” (LEGENDÁRIA, 2001, p. 7), uma referência direta a eventos catastróficos que aconteceram na história recente da cidade. A explosão do mercado em 1958 e a enchente de 1989, por exemplo, ocorreram, segundo a crença, porque naqueles anos não se “bateu” o Bembé. As catástrofes eram punições divinas e, portanto, tinham valor moral. Os adeptos das religiões de matriz africana afirmam que a realização do Bembé não diz respeito ao apenas aos crentes, mas a toda população de Santo Amaro.

As comunidades de terreiro caracterizam o Bembé levando em consideração que os ritos que o constituem não só evitam os infortúnios e as desventuras, mas também ampliam a ventura, a fortuna, trazendo benefícios para “toda uma cidade”. Seu acontecimento representa o cuidado com o sagrado e visa a restabelecer a força vital da cidade, contrapondo-se às situações trágicas, aos tempos de penúria e a experiências traumáticas, com as enchentes, explosões e incêndios (BAHIA, 2014, p. 44).

*Que não é só chegar e bater um atabaque, botou roupa bonita, tá ali não. Tem as coisas internas [do Bembé]. Até a meia-noite do dia 12 do 13 você vai lá, prepara aquele chão pra não acontecer uma morte, pra não acontecer uma briga, pra que as pessoas tenham o resto do ano bem ali no mercado, pra que cada barraqueiro seja bem-sucedido ali o*

*ano todo*<sup>300</sup>.

Assim sendo, o evento vem sendo gradualmente apropriado pelo turismo cultural e/ou étnico-afro. Machado (2009) colocou como a celebração – nos anos observados por sua pesquisa (em panfletos de 1988, 1992, 2006 e 2007) – ganhara um conteúdo folclorizado. Durante sua duração, muitos turistas vêm fazer seu testemunho fotográfico do Bembé (ver figuras 129, abaixo, e 130, p. 377), quando não o fazem fotógrafos profissionais<sup>301</sup> ocupados em contribuir para a reprodução de uma baianidade associada à festa e a religiosidade. Além do Bembé em si, existe no corpo do evento uma grade de programação com shows e mesas de discussão. Cercando o espaço onde se realiza o Bembé, também se agregam barracas que, além do usual – vender comida e bebida – também expõem e vendem artigos e produtos relacionados à cultura de matriz africana.



Figura 129, acima. Pessoas fotografando a entrega do presente do Bembé, no povoado de Itapema. Acervo de Shanti Marengo. 2012.

Figura 130, abaixo. Pessoas fotografando o cenário do Bembé, que ocorreria mais a noite, naquele mesmo dia. Acervo de Shanti Marengo. 2013.

---

<sup>300</sup> BABALORIXÁ I. Entrevista concedida a Shanti Marengo. Santo Amaro, 2014.

<sup>301</sup> Por exemplo, o fotógrafo Antônio Paim, cujas fotografias do Bembé do Mercado 2015 estão expostas em seu sítio virtual. Disponível em: <<http://antoniopaim.com.br/bembe-do-mercado-2015/>>. Acesso em: dezembro de 2015. Ou o fotógrafo Roberto Faria que também expôs fotografias do Bembé do Mercado. Disponível em: <<http://www.robertofaria.com.br/paginas/candomble.html#>>>. Acesso em: dezembro de 2015.



Ao mesmo tempo, existem as apropriações (que vem associadas a reelaborações) de um espaço social e político criado e retroalimentado pelos sujeitos envolvidos na realização do Bembé, no atual momento, de valorização da cultura de matriz africana. Tal qual ocorre com a Festa da Purificação criou-se também do Bembé, em uma escala menor, um momento para a exposição e o *marketing* políticos no que concorda, também, Machado (2009), a qual em sua dissertação aponta o conteúdo político que o festejo adquirira.

Babalorixá I descrevera como ele fora eleito pelo povo de Santo Amaro, e pelo povo de santo (adeptos das religiões de matriz africana) para organizar o Bembé de 2014, contribuindo para uma reconfiguração das relações envolvidas com a realização do evento. Babalorixá I substituíra outro babalorixá que organizava o Bembé fazia oito anos.

O povo [de santo ou de Santo Amaro?] queria participar mais, o povo queria que o Bembé do mercado fosse mais aberto pra o povo do axé. E não ficasse restrito a um único terreiro. Então foi aí que eu entrei nessa política, **que se tornou uma política**. Eu fui à prefeitura, conversei com o prefeito, com o pessoal da secretaria de cultura, (...) e deixei claro que o povo queria participar. Pronto. E ai quando eu comecei mesmo a tomar a frente foi no ano passado que a pedido do povo e da secretaria que organizasse o Bembé (...) (grifo nosso).

A importância do Bembé e sua presença no imaginário da cidade envolve fortemente os sujeitos políticos instituídos, como a prefeitura de Santo Amaro e o estado da Bahia, os quais deixam explícito seu apoio para o evento. Há, atualmente, para a organização dos shows referidos e a produção do material de divulgação a contratação de uma empresa de produção cultural. A Maurício Pessoa Produções, por exemplo, produziu os bembés de 2003, 2009, 2010 e 2011<sup>302</sup> (os três últimos na gestão do prefeito Ricardo Machado).

---

<sup>302</sup> Disponível em: <<http://www.mauriciopessoaproducoes.com.br/site/portifolio.aspx>>. Acesso em: dezembro de 2014.



Todo ano é homenageado algum cidadão famoso de Santo Amaro, ou personagem da comunidade das religiões de matriz africana do município, ou alguma personalidade histórica, africana ou afrodescendente. De acordo com Machado (2009) já foram homenageados Dona Canô, Zilda Paim, Nicinha do Samba entre outros. Em 2011, Mãe Lídia de Oxalufã, com terreiro no bairro Bonfim foi a homenageada (ver figura 131, abaixo). Em 2013, foram homenageados o criador do evento, João de Obá, e o lendário capoeirista (conhecido por sua atitude insurgente em relação ao poder instituído) Besouro Mangangá (ver figura 132, abaixo). Em 2014 foram homenageadas Mãe Nilzete de Xangô, Mãe Donália de Xangô e Mãe Iara de Oiá (ver figura 133, abaixo).



Figura 131, acima, a esquerda. Cartaz de divulgação do Bembé do Mercado, 2011. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=4139&lang=fr>>. Acesso em: agosto de 2015.

Figura 132, acima, a direita. Cartaz de divulgação do Bembé do Mercado, 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=356184654435608&set=t.100001322286467&type=3&theater>>. Acesso em: agosto de 2015.



Figura 133, acima. Cartaz de divulgação do Bembé do Mercado, 2014. Disponível em: <<https://prefeiturasantamaro.wordpress.com/2014/05/08/bembe-do-mercado-celebra-a-abolicao-dos-escravos-de-13-a-18/>>. Acesso em: agosto de 2015.



Há também, como parte do evento, um cortejo (ver mapa 15, p. 379) que atravessa a cidade antes de se encaminhar para Itapema (povoado litorâneo do município), quando é entregue o presente à Iemanjá. A parte do cortejo que atravessa a cidade é um momento explicitamente político-religioso. O cortejo pára na frente das residências e/ou terreiros dos yalorixás/babalorixás homenageados e/ou importantes da cidade, e também pára na frente da Igreja de Nossa Senhora da Purificação e na frente da casa de Dona Canô, na rua Vianna Bandeira. Somente depois de cumprir esses momentos o cortejo se encaminha para Itapema.

Por fim, apontamos uma apropriação virtual do evento. Já houve um perfil virtual do mesmo no extinto *orkut*, e existe, atualmente, outros três perfis virtuais, todos no *facebook*: um é um perfil de evento<sup>303</sup> fundado em 2015 e aparentemente ligado à prefeitura; o outro é um perfil de localidade; e o terceiro é um perfil individual<sup>304</sup> existente desde 2011, e com várias publicações voltadas à promoção da cultura de matriz africana. Nesses perfis se pronunciam vários indivíduos moradores de Santo Amaro e também são publicadas muitas fotografias do Bembé do Mercado. No perfil de evento, o primeiro citado, chamamos atenção a publicação de um *flyer* apoiado pela UFRB e pela prefeitura de Santo Amaro (ver figura 134, p. 381) divulgando um concurso de fotografias sobre o Bembé de 2015, dentre as quais as quinze melhores seriam postas em exposição. A iniciativa é fruto de um trabalho acadêmico e visa propiciar ao espectador das imagens a experiência de visualizar “cores, formas e tradições do candomblé [que] se harmonizam com o espaço urbano de tal modo que, por vezes, parecem indissociáveis. A cidade, então, se torna cenário fundamental para composição de códigos de identidades socialmente negociados” (CARMO, 2015, p. 21).

---

<sup>303</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/bembedomercado/?fref=ts>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>304</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/bembedomercadotrezedemaio.bembe?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: agosto de 2015,



Figura 134, ao lado. Fôlder de divulgação de concurso de fotografia sobre o Bembé do Mercado. 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/bembedomercado/photos/a.1114551295227207.1073741828.1113275972021406/1114770041871999/?type=3>>. Acesso em: agosto de 2015.

Interessante observar como o perfil individual (denominado Bembé do Mercado do Treze de Maio) tem em sua linha de tempo várias publicações de indivíduos moradores de Santo Amaro. Ou seja, um perfil sem relação direta com um indivíduo específico dialoga com vários outros perfis contribuindo para o processo de virtualização do lugar. Amapagu Cazumba, por exemplo, teve uma das fotografias<sup>305</sup> sobre o Bembé, no seu perfil, compartilhada pelo Bembé do Mercado do Treze de Maio. Outro exemplo: um vídeo<sup>306</sup> publicado no perfil de Georganes Sampaio sobre a resistência dos moradores de Itapema em permitir a entrada do cortejo do Bembé no referido povoado, para a entrega do presente, também foi compartilhado pelo perfil citado. No caso, o impedimento foi uma forma dos ditos moradores chamarem a atenção para os problemas do povoado.

Não raro, indivíduos da família Veloso, além de Rodrigo Veloso (atual secretário da Cultura do município), se fizeram presentes no evento. Existe um vídeo<sup>307</sup> no *youtube* divulgando uma fala de Caetano Veloso sobre o Bembé no evento de 2009. Em 2011 foram lançados dois livros sobre o Bembé: um publicado por Luzia Moraes (que já tinha realizado um documentário, em 2006, sobre o assunto), na época, esposa do cantor Jota Veloso; e outro, publicado por Jorge Veloso, sobrinho-neto de Caetano Veloso. Além desses dois trabalhos, existe o dossiê de registro do Bembé, realizado pelo IPAC e a dissertação de Ana Rita Machado, ambos citados nessa pesquisa.

Finalmente, para a conclusão dessa seção, temos as festas promovidas pela

<sup>305</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=848518781850330&set=p.848518781850330&type=3&theater>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>306</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/georganes.sampaiodejesus/videos/771517936298700/>>. Acesso em: agosto de 2015.

<sup>307</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R20DNr8ScPE>>. Acesso em: agosto de 2015.

comunidade evangélica de Santo Amaro. Desde os anos 2000, essas festas começaram a constar no calendário festivo oficial do município. Elas se realizam em lugares variados, os quais tanto podem ser fechados, quanto abertos, a depender do público a quem se destinam, pois, a comunidade evangélica não é homogênea. Existem várias igrejas, cada qual com crenças, normas e rituais próprios. Se a celebração é orientada para um dos segmentos do mundo evangélico, a comunidade que estará presente será menor e a festa poderá ser realizada em um lugar fechado, muitas vezes no próprio templo da igreja. Entretanto se a celebração se destina ao público evangélico em geral e houve ampla divulgação, com cartazes e *outdoors*<sup>308</sup> (ver figura 135, abaixo), então se tem a possibilidade da presença de milhares de pessoas e a celebração será realizada ao ar livre, possivelmente na praça da Purificação.



Figura 135. *Outdoor*, em Santo Amaro, divulgando evento evangélico na cidade. Do acervo de Shanti Marengo. 2012.

Desde 2013 começou a se celebrar, com amplo público, o dia da Bíblia. Esse evento, em 2013, recebeu o nome “Santo Amaro em Adoração” e contou com a presença de artistas regionais e nacionais da música gospel, cujas apresentações foram realizadas em um palco armado na praça da Purificação, em frente à igreja matriz, tal como é feito na Festa de Nossa Senhora da Purificação. O cartaz de divulgação (ver figura 136, p. 383) desse evento específico não estava restrito a Santo Amaro e região. A figura abaixo, por exemplo, foi encontrada em um sítio virtual de perfumes e acessórios voltados para o

---

<sup>308</sup> Até 2012/2013 havia um único outdoor na cidade, no terreno da rodoviária. Nesse outdoor figuravam dois tipos básicos de propagandas: um, tratava-se de um serviço ou evento oferecidos por outro município, que interessavam ao morador de Santo Amaro, ou; dois, tratava-se de um evento ou serviço que poderia interessar a aquele vindo de fora, de passagem por Santo Amaro. Atualmente não existe mais esse outdoor. Em compensação existem outros nas saídas/entradas da cidade.

consumidor evangélico do município de Mairi, no semiárido baiano.



Figura 136, acima. Cartaz de divulgação do evento evangélico Santo Amaro em Adoração, de 2013. Fonte: <<http://jjperfumariaeartigosgospel.blogspot.com.br/2013/11/santo-amaro-em-adoracao-em-santo-amaro.html>>.

No dia da Bíblia, realizado em 2014, também observamos a mesma dinâmica de divulgação e um repertório semelhante de artistas. Em ambos os eventos foi estimada a presença de dez mil pessoas. Notadamente a prefeitura de Santo Amaro explicita seu apoio a esse evento nos próprios cartazes de divulgação, uma forma de reconhecer o eleitor evangélico da cidade e se capitalizar politicamente.

Esses eventos, como os outros listados anteriormente, são importantes para movimentar a economia da cidade, uma vez que a abrangência de divulgação deles se estende a região e ao estado. A população exógena presente nesses momentos consome na cidade. Hospeda-se nos seus hotéis, se alimenta nos seus restaurantes, compra nos seus mercados, formal e informal. Afinal como é óbvio, a cidade também se reconfigura para captar o dinheiro líquido trazido pela população evangélica extra e local, mobilizada para desfrutar os shows.

Com essa seção finalizamos o capítulo V no qual concentramos uma síntese sobre o conteúdo discursivo-ideológico do lugar Santo Amaro. Procuramos mostrar, ao longo do nosso trabalho o que mais Santo Amaro é e não é, além daquilo que nos é dito pelos meios de comunicação de massa, e que é reproduzido, inclusive, nas conversas banais do cotidiano. Não contemplamos tudo. É impossível fazê-lo dentro de nossas possibilidades. Fizemos uma amostra não representativa, mas com certeza, significativa, mais uma aproximação feita por um *outsider* (de fora) curioso, entre muitas que virão de outros mais curiosos. Assim esperamos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final **desse** trabalho. Chegamos com uma pergunta que desde o seu início sempre nos fizeram, quanto a escolha do tema, e que via sempre à tona nos fóruns mais amplos de discussão. Por que estudar Santo Amaro? Muitos perguntaram. Por que estudar uma cidade pobre e pequena da Bahia? O que ela tinha para ser problematizado? Recomendaram-me, alguns, que ampliasse o recorte para outras cidades, a fim de realizar um comparativo entre elas (Santo Amaro incluída), ou pensar a região Recôncavo a partir dos lugares (o que, hoje, nos parece uma excelente ideia para outra pesquisa, quem sabe, mais adiante), porém, ficamos com um lugar, o lugar Santo Amaro. Perguntamo-nos se a problematização sobre o lugar Santo Amaro não estava justamente sobre essa aparente ausência de quaisquer dinâmicas e elementos para serem problematizados. A pobreza material da cidade não era suficiente problema? Por que Santo Amaro era essa cidade sobre o que já tinha sido? E o que **é** Santo Amaro?

Na grande mídia, Santo Amaro aparecia frequentemente associada aos irmãos Veloso ou ao samba de roda. Precisávamos de mais. Queríamos inicialmente, e pretensiosamente, a vida cotidiana da cidade, a vida banal de todos nós, e como essa vida se conectava ao mundo, porque, sabíamos, ela se conectava. **Queríamos saber de quantos lugares era feito o lugar Santo Amaro.** Víamos um imenso quebra-cabeça possível, passível de ser explorado e escrutinado. Havia muita coisa na sombra do espetáculo que Santo Amaro não participava, ou participava pouco. Imergimos na sombra.

Iniciamos elegendo um objetivo primário, nosso horizonte do qual não poderíamos nos afastar, nosso ponto guia, marcando o final do caminho que iríamos percorrer. Posto o objetivo – **discutir a reprodução socioeconômica dos sujeitos sociais no âmbito de um recorte espacial empírico que correspondesse ao lugar, ao mesmo tempo em que buscamos entender o quanto as relações que viabilizam essa reprodução são também constitutivas do lugar e, portanto, também contribuem para sua reprodução** –, nos pusemos a caminhar. E caminhamos, caminhamos, terminamos, mas não chegamos ao final. Ficou a sensação de tudo que não fizemos. Conseguimos discorrer sobre algumas das dinâmicas que contribuem para a reprodução do lugar e também demonstramos o quanto esse lugar é parte também de sua própria

produção/reprodução, entretanto, como pudemos comprovar, o lugar não termina em si mesmo, os processos que visualizamos no lugar Santo Amaro continuaram e continuam em outros lugares, ou seja, participam da produção/reprodução de outros lugares.

Perseguir um fenômeno ou um processo que se desenvolve no lugar é pegar a ponta de um fio infinito que não pára de se desenrolar. Os barraqueiros das festas de Santo Amaro vendem em outras festas além Santo Amaro, esse é um fato que inclusive comprovamos através das entrevistas realizadas, porém, de onde e de quando vem essa cultura? Como se criou essa ocupação tão dependente de um evento, por sua vez, tão instável e imprevisível, sazonal, intersecção de tantos outros eventos, vontades e estórias? Qual a espacialidade das festas do Recôncavo? Ela existe? Ela permanecerá? Qual a real contribuição do lugar Santo Amaro para a manutenção dessa prática? Tais perguntas não foram respondidas, e nem poderiam, já que repercutiriam em outra tese, essa sobre as festas e os lugares do Recôncavo, incluindo Santo Amaro. Esse trabalho tornou-se uma promessa de muitas outras pesquisas que precisam ser feitas. A vida cotidiana no Recôncavo, tão estudado, ainda não contou tudo que tem guardado, e tem muito. Santo Amaro nos deu uma amostra rica das possibilidades que podemos explorar, muitas das quais não exploramos, visto que derivariam para outras pesquisas.

Uma estratégia de pesquisa em especial, de percorrer as redes sociais, nos foi útil. Ela surge a partir da teoria pós-estruturalista, a qual descreve o lugar como intersecção de relações. Foram essas relações que nos guiaram. Cada rede social, um conjunto de relações e uma “feira” de sujeitos sociais, os quais procuramos no lugar empírico e no lugar virtualizado, quando vislumbrávamos, muitas vezes, outros lugares. O lugar Santo Amaro nos mostrou muitas outras formas de existência, pequenas demonstrações sobre como as normas, regras e leis **instituídas** podem ser alteradas, ignoradas, desobedecidas ou nem sequer reconhecidas, diante da urgência da vida, ou diante das urgências de poder e domínio dos grupos hegemônicos que desejam manter um determinado *status quo*.

Acima de tudo, estudar o lugar em Santo Amaro consistiu, predominantemente, em nos defrontar com uma sucessão de surpresas. Essa pesquisa mostrou-nos a potência do lugar enquanto objeto de pesquisa, a qual desconfiávamos, mas não tínhamos sua dimensão. Com ela, problematizações inusitadas guardadas na dimensão do lugar se mostraram. O lugar não tem respostas, tem principalmente perguntas, problemas, contradições. Perscrutá-lo é uma excelente forma de criar novos pontos de partida para mais pesquisas, muito mais pesquisas.



Conseguimos discernir **dois planos de problematizações surgidas a partir da nossa pesquisa. O primeiro diz respeito ao lugar enquanto categoria geográfica, sem empiricizá-lo.** São problematizações que serão postas independente do recorte empírico que elejamos, entretanto, observemos, elas surgiram graças ao trabalho empírico que realizamos em diálogo com as abordagens teóricas utilizadas. Lembremos que fomos balizados teoricamente por duas abordagens – uma de orientação marxista e outra de orientação pós-estruturalista –, as quais escolhemos porque tínhamos como objetivo valorizar a dimensão político-econômica na reprodução do lugar (e dos sujeitos sociais do lugar), entendendo esse como processual, instável e relacional. Foram princípios teóricos de método que nos exigiram um esforço de construção com o fim de mostrar o lugar como forma-conteúdo e conectado a dimensões espaciais mais amplas.

Como já colocamos<sup>309</sup>, enquanto forma-conteúdo, o lugar tem duas faces: uma o lugar era mancha, imerso no cotidiano e espesso simbolicamente; na outra face o lugar era ponto, espaço concebido e instrumental a razão hegemônica. Foi na primeira perspectiva que encontramos o desafio, teórico e metodológico, visto que intencionávamos (parcialmente conscientes das óbvias limitações, de todo tipo) apreender o lugar, que não era o nosso, e traduzi-lo cientificamente. Como fazê-lo? Quais recursos precisávamos utilizar para extrair relações e ideologias que não estavam descritos nos sítios virtuais institucionais do Estado e do mundo corporativo? E aqui, a primeira surpresa: tivemos que mobilizar para penetrar no lugar Santo Amaro, aquele solidarizado por relações horizontais de conteúdo comunicativo, o conceito de **redes sociais**. No trabalho de campo exploratório ficou clara essa necessidade. Os grupos naturais que interessavam se organizavam através de redes sociais. As entrevistas que conseguimos só foram possíveis porque “caminhamos” por essas redes, e o lugar que discernimos emergiu graças a essas redes.

A utilidade do conceito de rede sociais foi mais longe e teve outras repercussões. As redes sociais territorializavam-se no lugar, mas se estendiam para além, para outros lugares, distantes ou próximos, utilizando-se das redes sociotécnicas. Através das redes sociais conseguimos verificar uma perspectiva do lugar-ponto, que se espraiava, um lugar em rede articulado a outros lugares conformando um território-rede orientado também por uma lógica comunicativa. Esse foi o caso, por exemplo, dos comerciantes mineiros e dos trabalhadores de trecho. Uma rede social conectava, por exemplo, o trabalhador de

---

<sup>309</sup> No capítulo I, subseção “1.1. O lugar de orientação marxista”.

trecho territorializado em Santo Amaro a outros sujeitos sociais (trabalhadores de trecho, empresas etc.) em outros lugares do Brasil, através das redes sociotécnicas de comunicação. Outras redes sociais conectavam o mesmo trabalhador aos sujeitos sociais da cidade onde ele morava. Pudemos ver isso acontecendo no trabalho de campo. Enfim, no cotidiano de Santo Amaro vemos a efetividade do conceito para o cumprimento do nosso objetivo primário: observar como a reprodução das relações no lugar contribuem para sua produção/reprodução e vice-versa.

O outro conceito muito importante para o cumprimento do objetivo primário foi o de paisagem. Se queríamos entender o lugar, precisávamos surpreendê-lo em ação, no campo. Precisávamos observá-lo através de sua paisagem. Caminhando em Santo Amaro, familiarizamo-nos com seu espaço percebido, suas edificações, suas pessoas, as trajetórias desenvolvidas por essas pessoas.

Os conceitos de paisagem e redes sociais foram importantíssimos no trabalho de campo para o processo de apreensão e realização do nosso objetivo primário. Sabíamos da importância da paisagem, uma vez que tínhamos tido a oportunidade de verificá-la na realização de uma monografia (também sobre lugar) como trabalho final do curso de graduação. A surpresa, nesse caso, estava mais nas possibilidades teórico-metodológicas do conceito de redes sociais. Pretendemos explorar mais esse conceito nos trabalhos por vir, a fim de tensionar suas possibilidades para a compreensão do lugar.

Para além das surpresas teóricas que tivemos, outra novidade foi ter experimentado as possibilidades metodológicas dadas pela internet, mais especificamente pelas mídias sociais virtuais. Como já apontamos, o lugar-mancha, mais centrado nas dinâmicas que se desenvolvem em seus limites, não oferece muitas possibilidades para a utilização dos instrumentos clássicos de pesquisa – geralmente associados às construções discursivas que colocam a ciência como imparcial – para a coleta e tratamento dos dados. As abordagens teóricas que utilizamos possibilitaram a utilização dos recursos típicos do método qualitativo de pesquisa, como as entrevistas e a observação direta, o que nos conferiu vários instrumentos para penetrar o lugar Santo Amaro. Entretanto, foi a internet que ofereceu outra surpresa nesse âmbito, metodológico, para o nosso processo de pesquisa e produção do trabalho em questão. Na internet encontramos as mídias sociais virtuais – *facebook, blogs, youtube* etc. –, as quais nos forneceram uma outra perspectiva, virtual, do lugar. O lugar empírico, através das ditas mídias sociais virtuais tinha se virtualizado. As relações, as ideologias que o particularizavam tinham sido transferidas

parcialmente para o mundo virtual. Foi notório constatar o quanto o lugar real podia se superpôr ao lugar virtualizado. Uma superposição diretamente relacionada, diga-se, ao conceito de redes sociais. Através da mídia sociais, as redes sociais que surpreendemos no lugar se virtualizaram e mostraram o quanto podiam repercutir em outros lugares. O lugar enquanto mancha e enquanto ponto, e parte de um território-rede, virtualizava-se através das mídias sociais virtuais.

Graças às mídias sociais virtuais e as redes sociais que se interseccionavam, o lugar na pequena cidade de Santo Amaro era enorme. Para explicá-lo tínhamos que estendê-lo, encaixando-o em uma constelação de relações, ou em uma totalidade, a depender da abordagem teórica que utilizássemos para explicá-lo. O lugar Santo Amaro além de alcançar o Mundo, também era espesso simbolicamente. Mas isso não podia ser mensurado, nem quantificado. Esse lugar que vislumbramos se espremia, se insinuava, era instável e incerto, rapidamente se estendia em direção a outros lugares, mas também rapidamente se encolhia. Ele era construído politicamente e se associava a existência de milhares de pessoas que moravam, ou tinham morado (mas continuavam vinculados em algum grau), em Santo Amaro.

Essa ambiguidade do lugar, forma-conteúdo sempre mutável, em processo de adaptação/adequação associava-se, por sua vez, a outra ideia, outra surpresa, no processo de construção do trabalho: a porosidade do lugar Santo Amaro que não podemos estender a outros lugares, visto que no caso do recorte empírico em questão, a porosidade está ligada a outra noção, de flexibilidade, a qual não podemos dizer que é extensiva a todos lugares. Lembremos que essa noção se equivale, parcialmente, a ideia de **flexibilidade tropical** posta por Milton Santos ([1996] 2009), que o mesmo colocou como explicativa da nossa formação socioespacial. Enfim, a porosidade/flexibilidade, que discutimos ao longo do nosso trabalho, é aplicável ao nosso recorte empírico e, ainda assim, com ressalvas. Dizemos isso porque nossa aplicação de ambas as noções foi construída fortemente ligada, em Santo Amaro, à sua informalidade quase-estrutural. Para onde caminhamos em nosso trabalho de explicar o lugar Santo Amaro confrontamos com a informalidade, seja para explicar a realização da política no lugar, ou para explicar o trabalho, ou qualquer outra dimensão do processo de produção/reprodução das relações, e do lugar, em Santo Amaro. Pedíamos um almoço no restaurante da cidade e conhecíamos o primo de sicrano, que nos tratava familiarmente e nos prestaria favores, a depender. Uma prestação de serviço qualquer podia se converter, rapidamente, em uma

troca de favores, sem que a normalidade da situação fosse afetada. Trocas infinitas se efetuavam dessa forma em Santo Amaro e se tornavam irrastráveis ao poder hegemônico porque escapavam dos instrumentos normativos disciplinares usuais, tornando-se controláveis apenas pelo costume e pela tradição estabelecidas no âmbito de uma rede social e/ou de redes sociais.

**O outro plano de problematização da pesquisa** que também guardava muitas surpresas se constituía no âmbito do lugar empírico, Santo Amaro, especificamente. É sobre o que ele tinha, tem, e nós conseguimos ver, porque não está dado, nem é divulgado, mas está a disposição para quem procurar. Santo Amaro se ofereceu ao nosso esforço de pesquisa e mostrou o quanto sua existência enquanto lugar depende de redes que o conectam a outros lugares. A primeira dessas redes que nos chamou atenção foi aquela dos comerciantes mineiros, os quais construíram um território-rede a partir do Nordeste, alguns a partir mesmo de Santo Amaro. Para alguns desses comerciantes Santo Amaro tinha se tornado uma centralidade, contradizendo toda lógica instrumental/organizacional. A segunda dessas redes foi aquela constituída pelos trabalhadores de trecho envolvidos com o trabalho industrial, novamente outro território-rede constituído não por naturais de um território estadual ou municipal específicos, mas por uma categoria profissional que, a distância, mantem-se unida e transforma em lugar o espaço de trabalho temporário.

A terceira dessas redes realiza-se no mercado/na feira de Santo Amaro. Esse mercado/essa feira é o resultado de uma intersecção de vários circuitos de feiras percorridos por centenas de feirantes. O lugar feira de Santo Amaro é um ponto entre vários onde se localizam outras tantas feiras pelas quais esses feirantes passam, toda semana. Ainda existem a quarta, a quinta, a sexta e tantas outras redes que se interseccionam em Santo Amaro, mas não falaremos sobre elas. Esses exemplos que descrevemos sobre como um lugar é feito de tantos outros são suficientes. Além das redes, foi surpresa, dada também pelo plano empírico de problematizações, perceber o quanto o lugar Santo Amaro, mitologicamente divulgado como um dos focos da cultura baiana, na verdade não é muito mais do que isso, um mito. De fato, muitos, no lugar Santo Amaro, vivem de mostrar seu conhecimento sobre a cultura popular baiana realizada no município, mas poucos vivem dignamente dessa fonte. A maior parte daqueles que conhecem as manifestações culturais do lugar precisam exercer outras ocupações a fim de adquirirem a renda necessária a sobrevivência. Uma pesquisa sobre esse tema na escala

do Recôncavo precisa ser feita a fim de que possamos entender porque esse fenômeno ocorre dessa forma: como algo, tão divulgado e tão valorizado midiaticamente, pouco contribui para a sobrevivência cotidiana de tantas pessoas que poderiam desfrutar da possibilidade de adquirir renda através do seu conhecimento da cultura popular regional.

Por fim, existe uma última reflexão surpreendente propiciada pelo plano de problematização oferecido pelo lugar empírico. Essa na escala regional e relacionada à sobrevivência do Recôncavo enquanto região de fato, espaço vivido. O Recôncavo apesar dos esforços institucionais, continua existente. Os moradores da região continuam usando intensamente as redes sociotécnicas que permitem o fluxo material e imaterial entre as suas cidades. As cidades da Região Metropolitana de Salvador e as cidades do Recôncavo Sul não se alienaram tanto umas das outras a ponto de descaracterizar a existência de um Recôncavo histórico. Ele continua, diluído, transformado, mas ainda guardando possibilidades. Quais? Falta outros pesquisadores, muitos outros, estudarem ainda o Recôncavo e suas cidades nos seus diversos aspectos, incluindo aqueles a partir do cotidiano, a fim de descobri-las com o intuito contribuir para que as mesmas se realizem, quando isso for parte de um projeto inclusivo e justo ocupado em fazer a população dessa região volte a conhecer um novo ciclo de prosperidade onde todos participem e não somente uma pequena elite branca ocupada em estruturar um *status quo* hierarquizante e excludente.

## REFERÊNCIAS

### 1. LIVROS E ARTIGOS CIENTÍFICOS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Parece perfumaria: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, 7 a 10 de agosto de 2011. **Anais...** Salvador, 2011, p. 1-17.
- AFFONSO, Rui. Os municípios e os desafios da federação no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 10, n. 3, 1996, p. 3-10.
- AGUIAR, Sonia. Redes sociais na internet: desafios a pesquisa. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. **Anais...** Santos, 2007, p. 1-15.
- ALMEIDA, Mirella Dias. **Significados da contaminação alimentar para os feirantes de Santo Amaro-BA**. Dissertação (mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho). Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilvane Lopes Penal. Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.
- ALMEIDA, Paulo Henrique de. A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana. In: CARVALHO, Iná Maia Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (orgs.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 15-52.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua nova**. São Paulo: n° 80, p. 71-96, 2010.
- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo (*Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, 1983). Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Adriano Bittencourt. Caracterização urbanística das cidades do Recôncavo Baiano: uma análise da evolução urbana das capitais do Recôncavo Colonial (Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré). In: IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, São Paulo, 4 a 6 de setembro de 2006. **Anais...** São Paulo, 2006, p. 1-19.
- ANDRADE, Maiza Ferreira de; MORAES, Luiz Roberto Santos. Contaminação por chumbo em Santo Amaro desafia décadas de pesquisas e morosidade do poder público. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, vol. XVI, n. 2, p. 63-80, abr./jun. 2013.
- ARAÚJO, Tatiana Brito de. **Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano**. Salvador: FIEB, 2002.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, vol. 9, n. 4, p. 10-23, 2000.
- AUGÉ, Marc. Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1994.

ASSOCIAÇÃO das Vítimas da Contaminação de Chumbo. **Plumbum deixa grande passivo socioambiental em Santo Amaro da Purificação** (BA). Santo Amaro, 22 de outubro de 2011, s. p.

AZEVEDO, Thales de. O advento da Petrobrás no Recôncavo (Problemas sociais da exploração do petróleo na Bahia, 1959). In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 185-216.

BACELAR, Winston K. de Almeida. Pequena cidade: uma caracterização. In: V Encontro de Grupos de Pesquisa: agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais, 2009, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2009, p. 1-19.

BAHIA. Tribunal de Alçada Civil. **Retirada da Feira Municipal de Santo amaro das margens do Rio Subaé, assim como das estruturas físicas associadas**. Processo n. 0001263-72.2008.805.0228. Denunciante: Ministério Público Estadual. Réu: Município de Santo Amaro. Relator(a): juíza Marivalda Almeida Moutinho. Decisão de 29 de janeiro de 2013. Autos do processo.

\_\_\_\_\_. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Bembé do Mercado**. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2014.

BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860** (*A bahian counterpoint: sugar, tobacco, cassava and slavery in the Reconcavo, 1780-1860* [1998]). Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos). In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** (*Qualitative researching with text, image and sound*, 2000). Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 39-63.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica. **Geotextos** (Online), v. 11, p. 91-111, 2015.

BENJAMIN, Walter; LACIS, Asja. Nápoles. In: BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única: obras escolhidas**. Tradução de José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987, vol. II, p. 136-145.

BORGES, Jorge Luís. O Aleph. Tradução de Flávio José Cardoso. In: **Obras completas de Jorge Luís Borges**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Poder, derecho y classes sociales*. Tradução do francês para o espanhol de Maria José Bernuz Beneitez. 2. ed. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 2001.

\_\_\_\_\_. *Un arte medio: ensayo sobre los usos sociales de la fotografía (Un arte moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie, 1965)*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2003.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Introdução: Cidade e Recôncavo da Bahia. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 27-58.

\_\_\_\_\_. Planejar qualidade: em favor dos sistemas urbanos-regionais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 2, p. 179-193, set. 2002.

BRITO, Cristovão. **A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Salvador: Edufba, 2008.

BUTTIMER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. Tradução de Neide Piran e Antonio Christofolletti. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, p. 165-193, 1982.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. Tradução de Cláudio Novaes Pinto. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar do/no Mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em:  
<[http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/O\\_lugar\\_no\\_do\\_mundo.pdf](http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/O_lugar_no_do_mundo.pdf)>.

CARMO, Raiana Alves Maciel Leal do. Samba de roda do Recôncavo baiano: obra-prima do patrimônio oral e imaterial da humanidade. **Revista Ictus**, n. 13, vol. 1, p. 105-156, 2012.

CARMO, Roney Gusmão do. Uma cidade, algumas memórias, vários afetos: reflexões sobre identidades culturais em Santo Amaro da Purificação-BA. **Revista Extensão**, vol. IX, n. 1, p. 20-29, 2015.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **Revista Oikos**. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 1, 2009, p. 71-91.

CASTRO, Jânio Roque Barros de. **Dinâmica territorial das festas juninas na área urbana de Amargosa, Cachoeira e Cruz das Almas – BA: espetacularização, especificidades e reinvenções**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Orientador: Prof. Dr. Ângelo Serpa. Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

CELESTINO, Livia Fraga. **A produção do espaço urbano em Cachoeira-BA: patrimônio cultural no contexto dos espaços concebidos, percebidos e vividos**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Orientador: Prof. Dr. Wendel Henrique Baumgartner. Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano (L'invention du quotidien, 1990)**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.



CHAGAS, Jonílson Batista. **Recôncavo baiano: as transformações em curso**. Dissertação (Mestrado em Análise Regional e Urbano). Orientador: Prof. Dr. Fernando Cardoso Pedrão. UNIFACS. Salvador, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. Cortez, 1990.

\_\_\_\_\_. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 13-74.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – Uma Nota sobre as Pequenas Cidades. **Revista Território**, ano IV, nº 6, jan/jun de 1999.

COSTA, Ivandilson; PACHECO, Wesley M. Cunha. A política recontextualizada: questões de colonização publicitária no discurso político. **Domínios da linguagem** (revista eletrônica de linguística). Uberlândia: vol. 5, nº 1, 2011, p. 381-394. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>>. Acesso em: dezembro de 2013.

COSTA, Rogério. Sociedade de controle. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: nº 18, vol. 1, p. 161-167, 2004.

CRESSWELL, Tim. **Place: a short introduction**. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

DAMIANI, Amélia Luísa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, Amália I. G. de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo, 2006, p. 135-147.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, [1992] 2008.

DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagens, textos e identidades**. Rio de Janeiro, 2004, p. 91-132.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese de Doutorado. Orientadora: Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006.

ENGELS, Friedrich. **Carta a Joseph Bloch**. Tradução do inglês para o português de Vinicius Valentin Raduan Miguel. [1890] 2009. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>>. Acesso em: março de 2013.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social** (*Discourse and social change*, 1992). Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. A dialética do discurso (*The dialectics of discourse*, 2001). Tradução de Raquel Goulart Barreto. **Revista Teias**. Rio de Janeiro: vol. 11, nº 22, p. 225-234, mai/ago 2010.

FERREIRA, Maria Inês Caetano. Programa Bolsa Família e o sistema de proteção social no país. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 17, n. 1, p. 707-719, abr./jun. 2007.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, [1995] 2009.

FONTANELLA, Bruno Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro: nº 24, vol. 1, p. 17-27, janeiro, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber** (*L'Archéologie du Savoir*, 1969). Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 36 ed.. Petrópolis: Vozes, [1975] 2009.

FRAGA FILHO, Walter. Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no Recôncavo baiano após a Abolição. **Cadernos AEL** (Arquivo Edgard Leuenroth), vol. 14, n. 26, 2009, p. 95-130.

FRESCA, Tânia M.. Em defesa dos Estudos das Cidades Pequenas no Ensino Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 10, nº 1, p. 27-34, jan/jun de 2001.

\_\_\_\_\_. Centros Locais e Pequenas Cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, vol. 9, nº 20, p. 75-81, set/dez de 2010.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** (*Qualitative researching with text, image and sound*, 2000). Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 64-89.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, [1987] 2008.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-180.

GOMES, Neusa Demartini. **Formas persuasivas de comunicação política: propaganda política e publicidade eleitoral**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GOMES, Rita de C. da C.. Buscando compreender as pequenas cidades. In: OLIVEIRA, José A. de. (Org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, p. 125-137.

\_\_\_\_\_. Pequenas cidades e dinâmicas de inserções no processo de globalização: uma

leitura a partir da realidade brasileira. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, nº 2, dezembro, p. 117-138, 2012.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio (org.). **O espaço da diferença**. Tradução de Pedro Maia Soares. Campinas: Papirus, p. 30-49, [1992] 2000.

HAESBAERT, Rogério. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. **Revista Território**. UFRJ, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, jan./jun. 1998, p. 55-71.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2004] 2007.

\_\_\_\_\_. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização territorial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, (1996) 2010a, p. 367-415.

\_\_\_\_\_. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010b.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** (*The question of cultural identity*, 1992). Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. Quem precisa de identidade? (*Who needs identity?*, 1996). In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Petrópolis: Editora Vozes, [2000] 2012, p. 73-102.

HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of difference**. Malden: Blackwell Publishing, p. 291-326, 1996.

HENRIQUE, Wendel. A instalação da UFRB, a ação do Programa Monumenta e o turismo étnico na reestruturação urbana e no cotidiano de Cachoeira-BA: notas preliminares de pesquisa. **Geotextos**, vol. 5, n. 1, jul. 2009, p. 89-112.

\_\_\_\_\_. Do Rural ao Urbano: dos arquétipos à espacialização em cidades pequenas. In: DIAS, Patrícia C., SANTOS, Jânio (orgs.). **Cidades Médias e Pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador: SEI, 2012a, p. 63-80.

\_\_\_\_\_. Dinâmicas urbanas e regionais em cidades médias após a instalação de universidades públicas. In: XII Seminário da Rede Iberoamericana de Pesquisadores sobre Globalização e Território, 2012, Belo Horizonte. **Anais do XII Seminário da RII**, 2012b, v. 01. p. 01-16.

\_\_\_\_\_. Serviços educacionais, expansão de universidades públicas e o desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas no Brasil. In: GUTIÉRREZ, J.A.; NIETO, A.; JARAÍZ, F.J.; RUÍZ, E.; ANTÓN, F.J. (orgs.). **Los Servicios: dinámicas, infraestructuras y cohesión territorial**. 1. ed. Cáceres: Copergraf S.L., 2013, v. 01, p. 197-209.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Jardim Cavalcanti. 2. ed. São Paulo: Pax e Terra, 2012, p. 7-25.

HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, p. 243-253, 1996.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1958, vol. XXI, p. 294-304.

\_\_\_\_\_. **Histórico de Santo Amaro-BA**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/santoamaro.pdf>>. Acesso: outubro de 2013.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens culturais registrados**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/conOrdemE.jsf?ordem=2>>. Acesso em: dezembro de 2014.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Samba de Roda do Recôncavo baiano**. Brasília: IPHAN, 2006. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos\\_SambaRodaReconcavoBaiano\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_SambaRodaReconcavoBaiano_m.pdf)>. Acesso em: janeiro de 2014.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** (*Qualitative researching with text, image and sound*, 2000). Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 90-113.

KAPLAN, Andreas M.; HAENLEIN, Michael. *Users of the world, unite! The challenges and opportunities of social media*. **Business Horizons**. New York: vol. 53, nº 1, 2010, p. 59-68.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1963] 2002.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editora, São Paulo, 1999.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos (*L'enquête et le terrain: un problème politique pour les chercheurs, les étudiants et les citoyens*, 1977). **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: nº 84, p. 77-92, 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, [1991] 2000.

LEAL, Herundino da Costa. **História de Santo Amaro**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1964.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento de Lenine**. Tradução de Luís Salgado de Matos. 2. ed. Lisboa: Moraes Editora, [1957] 1969.

- \_\_\_\_\_. *De lo rural a lo urbano*. Tradução do francês para o espanhol de Javier González-Pueyo. Barcelona: Editora Península, [1970] 1978.
- \_\_\_\_\_. *A vida cotidiana do mundo moderno*. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, [1961] 1991.
- \_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 4. ed. São Paulo: Editora Centauro, [1968] 2006.
- \_\_\_\_\_. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones (La présence at l'absence: contribution à la théorie des représentations, 1980)*. Tradução do francês para o espanhol de Óscar Barahona y Uxo Doyhamboure. México: FCE, 2006.
- \_\_\_\_\_. *La producción del espacio*. Tradução do francês para o espanhol de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, [1974] 2013.
- LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2004.
- LEMOS, André. Ciberespaço e tecnologias móveis. In: 15º Encontro Anual da COMPÓS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2006, Bauru. **Anais...** Bauru, 2006, s/p.
- \_\_\_\_\_. **Mídia locativa e territórios informacionais**. 2007, s/p. Disponível em: <[http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/midia\\_locativa.pdf](http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/midia_locativa.pdf)>. Acesso em: outubro de 2014.
- \_\_\_\_\_. Celulares, funções pós-midiáticas, cidade e mobilidade. **URBE**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 2, nº 2, p. 155-166, jul/dez 2010.
- LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático (Qualitative researching with text, image and sound, 2000)**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 137-155.
- LÖWI, Michael. **Ideologia e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 19. ed. São Paulo: Cortez, [1985] 2010.
- LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 9-28.
- LUTFI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa Cabral. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, p. 87-97, 1996.
- MACHADO, Ana Rita Araújo. **Bembé do Largo do Mercado: memória sobre o 13 de maio**. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Orientador: Prof. Dr. Jocélio Teles dos Santos. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades pequenas: como defini-las?. In: OLIVEIRA, José A. de (org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, p. 138-158.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, [1985] 2003.

MARIANO, Agnes. **A invenção da baianidade**. São Paulo: Annablume, 2009.

MARTINS, Sérgio. Crítica a economia política do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2. ed.. São Paulo: Contexto, [1999] 2001, p. 13-41.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 17-49.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo. Editora Alfa Omega, 1979, p. 71-94.

MASSEY, Doreen. *Espacio, lugar y género*. Tradução do inglês para o espanhol de Gloria Elena Bernal. **Revista Debate Feminista**. Ciudad del México: ano 9, vol. 17, [1994] abril de 1998, p. 39-46.

\_\_\_\_\_. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio (org.). **O espaço da diferença**. Tradução de Pedro Maia Soares. Campinas: Papyrus, p. 177-185, [1991] 2000.

\_\_\_\_\_. *Lugar, identidad y geografías de la responsabilidad em un mundo em proceso de globalización*. **Treballs de la Societat Catalana de Geografia**. Barcelona: SGC, n. 57, 2004, p. 77-84.

\_\_\_\_\_. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. Tradução de Rogério Haesbaert. **GEOgrafia**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, ano 6, n. 12, [1999] 2004a, p. 7-23.

\_\_\_\_\_. *Geographies of responsibility*. **Geografiska Annaler: series B, Human Geography**, n. 86, vol. 1, 2004c, p. 5-18.

\_\_\_\_\_. *Landscape as a provocation: reflections on moving mountains*. **Journal of Material Culture**, vol. 11, 2006, p. 33-48.

\_\_\_\_\_. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. Tradução de Maria das Graças Brightwell. Revista discente **Expressões Geográficas**. Florianópolis: n. 03, p. 142-155, [1999] maio de 2007.

\_\_\_\_\_. **Pelo espaço: uma nova política de espacialidade**. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2005] 2008.

\_\_\_\_\_. *Algunos tiempos de espacio (Some times of space, 2003)*. In: ALBET, Abel; BENACH, Núria (orgs.). **Doreen Massey: un sentido global del lugar**. Tradução do

inglês para o espanhol de Abel Albet e Núria Benach. Barcelona: Icaria, 2012a, p. 182-196.

\_\_\_\_\_. *Espacio, tiempo y responsabilidad política em una era de desigualdad global (Space, time and political responsibility in the midst of global inequality, 2006)*. In: ALBET, Abel; BENACH, Núria (orgs.). **Doreen Massey: un sentido global del lugar**. Tradução do inglês para o espanhol de Abel Albet e Núria Benach. Barcelona: Icaria, 2012a, pp 197-214.

\_\_\_\_\_. *Londres, diciembre de 2011 (December 2011 London)*. In: ALBET, Abel; BENACH, Núria (orgs.). **Doreen Massey: un sentido global del lugar**. Tradução do inglês para o espanhol de Abel Albet e Núria Benach. Barcelona: Icaria, 2012a, p. 247-264.

\_\_\_\_\_. *Espacio, lugar y política em conyuntura actual*. **Urban NS04**. Madrid: 2012b, p. 7-12.

MATTEI, Lauro. Gênese e agenda do “novo desenvolvimentismo brasileiro”. In: IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011, p. 1-18.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. Annablume, 2005.

MORAIS, Lécio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, vol. 31, n. 4 (124), p. 507-527, out./dez. de 2011.

NACIF, Gabriel Soledade. **Discurso Proferido pelo Reitor da UFRB, Paulo Gabriel Soledade Nacif, por ocasião dos 190 anos da Ata da Vereação de 14 de junho de 1822**. Santo Amaro, 14 de junho de 2012.

NAEHER, Julius. **Excursões na província da Bahia**: a terra e a gente da província brasileira da Bahia (*Streifzuge in der Provinz Bahia: land und leute in der brasilianischen Provinz Bahia*, 1881). Tradução e notas de Osvaldo Augusto Teixeira. Salvador: Cian, 2011.

NUNES, Ariel F. Articulações entre ponteiros, sociedade e política pública cultural: uma abordagem antropológica dos pontos de cultura. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, Rio de Janeiro, 2010. **Anais...** Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010, p. 1-10.

NUNES, Maiesse Pinto El Sayegh. **Problemas regionais de emprego e renda: o exemplo de Santo Amaro no Recôncavo baiano**. Dissertação (Mestrado em Economia). Orientador: Prof. Dr. Fernando Cardoso Pedrão. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1996.

OLANDA, Elson Rodrigues. A pequena cidade e a cidade local no estado de Goiás, Sacrerlândia um exemplo?. **Polyphonia/Solta a voz**, Goiânia, vol. 17, nº 1, p. 35-51, maio 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/sv/article/view/6209/4717>>. Acesso em: maio de 2014.

\_\_\_\_\_. As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela geografia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, vol. 2, n° 2, p. 183-191, agosto 2008.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo sul: terra, homens, economia e poder no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Orientadora: Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos**, n. 74, mar. de 2006, p. 67-85.

PAIM, Zilda. **Isto é Santo Amaro**. Santo Amaro: Imprensa oficial do município de Santo Amaro, [1969] 1994.

PEDRÃO, Fernando. O extrativismo e a periferia da produção: referências à experiência da Bahia desde o fim da escravidão. **Revista História Econômica & História de Empresas**, n. 4, vol. 2, p. 35-64, 2001.

\_\_\_\_\_. Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. **Recôncavos** – Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras. Cachoeira, vol. 1, n° 1, 2007, p. 8-22.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **Memória histórico-geográfica de Santo Amaro**. Brasília, 1977.

PESSOTI, Gustavo Casseb; SILVA, Denis Veloso da. Análise dos ciclos econômicos da Bahia entre 1975 e 2010. **Revista Desenhahia**, Salvador, n. 15, set. 2011.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tradução de Tomás Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINHO, Osmundo S. de Araujo. A Bahia no Fundamental: notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 36, feb. 1998.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. O nacional-desenvolvimentismo e o novo-desenvolvimentismo no Brasil: expansão interna, externa e o discurso social-democrata. **Revista de Ciência Política Acheegas**, n. 45, jan./dez. de 2012.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de. **Turismo na Bahia: estratégias para o desenvolvimento**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de; SOUZA, Regina Celeste de Almeida. Caminhos do Recôncavo: proposição de novos roteiros histórico-culturais para o Recôncavo Baiano. Salvador: PRESSCOLOR, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, [1980] 1993.

RECUERO, Raquel. Considerações sobre a difusão de informações em redes sociais na internet. In: VIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul (Intercom Sul), 2007, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo, 2007, p. 1-16.



- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 15-38.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, Ester *et all.* **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização**. São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 194-211.
- ROCHA, Eudson; ALVES, Lara Moreira. Publicidade online: o poder das mídias e redes sociais. **Fragmentos da cultura**. Goiânia: v. 20, n° 3/4, p. 221-230, mar/abr 2010.
- SAMPAIO, Maria. **Recôncavo**: Santo Amaro. Salvador: Desenbanco, 1985.
- SANTANA, Elissandro de Trindade. **A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e a produção do espaço urbano-regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Orientador: Prof. Dr. Wendel Henrique. Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.
- SANTANA, Elissandro Trindade de; MARENGO, Shanti Nitya. A Universidade Federal do Recôncavo como política de desenvolvimento regional no espaço intraurbano de Santo Antônio de Jesus. **Geotextos**, vol. 8, n. 2, dez. 2012, p. 35-57.
- SANTOS, Cláudia Alves dos. A violência no contexto dos espaços vividos, percebidos e concebidos na cidade de Salvador: estudo de caso nos bairros da Pituba e Nordeste de Amaralina. Dissertação (Mestrado em Geografia). Orientador: Prof. Dr. Ângelo Szaniecki Perret Serpa. Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2009.
- SANTOS, Jocélio Teles dos. **O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2005.
- SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- SANTOS, Kauê Lopes dos. Uma nova pobreza urbana? A financeirização do consumo na periferia de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 16, n. 1, p. 153-167, maio de 2014.
- SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo (1959). In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 59-100.
- \_\_\_\_\_. O retorno do território. **Observatório Social de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, ano 6, n. 16, jun. de 2005.
- \_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1988] 2008a.
- \_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [2005] 2008b.
- \_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1993] 2008c.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos.** Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1978] 2008d.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, [1996] 2009.

\_\_\_\_\_. **Economia espacial: críticas e alternativas.** Tradução de Maria Irene de Q. Szmrecsányi. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1979] 2011.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1982] 2012a.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1985] 2012b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Record, [2001] 2011.

SANTOS, Rosselvelt José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Sociedade e Natureza.** Uberlândia, v. 11, nº 21-22, p. 111-115, jan/dez 1999.

SATO, Leny. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Revista Psicologia e Sociedade,** Porto Alegre, n. 19, edição especial 1, p. 95-102, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835** (*Sugar plantations in the formation of brazilian society, Bahia, 1550-1835* [1985]). Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCIRÉ, Claudia D'Ipolitto de Oliveira. Financeirização da pobreza: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. **Teoria & Pesquisa,** v. 20, p. 65-78, 2011.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Editora Hucitec, p. 71-86, 1996.

SERENI, Emílio. De Marx a Lênin: a categoria de “formação econômico-social”. Tradução de Nathan Belcavello de Oliveira. **Meridiano – Revista de Geografia,** Buenos Aires, Centro de Estudos Alexander von Humboldt, nº 2, 2013, p. 297-346. Disponível em: <<http://www.revistameridiano.org/n2>>. Acesso: março em 2014.

SERPA, Ângelo; CARVALHO, Caê. A identidade do Recôncavo: o samba de roda como símbolo regional. In: V Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER), 2013, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá, 2013, p. 1-22.

SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de Redes no Estudo das Ações Coletivas e Movimentos Sociais. In: VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1996. **Anais...** BRASÍLIA, 1996, p. 1045-1052.

SILVA, Joseli Maria. Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena

cidade. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, vol. 5, n° 2, p. 9-37, inverno, 2000.

SILVA, Silvana Cristina da. Mapeando os agentes do circuito inferior de produção na metrópole de São Paulo: elementos para o debate do *território usado*. In: SILVA, Catia Antonia da (org.). **Território e ação social**: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p. 115-127.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Petrópolis: Editora Vozes, [2000] 2012, p. 73-102.

SILVEIRA, Maria Laura. Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Monica (orgs.). **O novo mapa do mundo**: fim de século e globalização. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, p. 201-209.

\_\_\_\_\_. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. **Revista Experimental**. São Paulo: Laboplan, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, março de 1997, n° 02, p. 35-45.

\_\_\_\_\_. Uma situação Geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**. UFRJ, Rio de Janeiro, ano IV, n° 6, jan./jun., p. 21-28, 1999.

\_\_\_\_\_. Escala geográfica: da ação ao império?. **Terra Livre**. Goiânia, ano 20, v. 2, n. 23, p. 87-96, jul/dez de 2004.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica (1997). In: ARANTES, Antonio (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 132-175.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas Cidades: uma revisão do tema. In: OLIVEIRA, José A. de (Org.). **Cidades Brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, p. 117-124.

\_\_\_\_\_. Contradições, Mudanças e Permanências nos Espaços Urbanos Nordestinos. In: DIAS, Patrícia C.; SANTOS, Jânio (Orgs.). **Cidades Médias e Pequenas**: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Salvador: SEI, 2012, p. 19-46.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, n° 51, p. 139-172, abr/jun de 1989.

SOUZA, Edinéia M. Oliveira. Compadrio e sociabilidades na Bahia pós-abolição. In: XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2014, n.p.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. O PLANDEB. **Revista Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XI, n. 20, jul. de 2009, p. 15-29.

TEIXEIRA, Osvaldo Augusto. **Uma viagem à Bahia da segunda metade do século**

**XIX**: impressões de Julius Naeher. Salvador: Cian, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, [1987] 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, [1977] 2013.

UNIVERSIDADE Federal da Bahia. **Contribuição ao estudo do Recôncavo**: Santo Amaro. Salvador, Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, 1969.

UNIVERSIDADE Federal do Recôncavo da Bahia. **Subsídios para criação e implantação a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia**, 2003. Disponível em:  
<<http://www.ufrb.edu.br/portal/documentos>>. Acesso em: 15 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Campus de Santo Amaro UFRB: Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT)**. Santo Amaro, 2011/2012. Disponível em:  
<<http://www.ufrb.edu.br/portal/documentos>>. Acesso em: setembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas**. Santo Amaro, 2013a. Disponível em:  
<<http://www.ufrb.edu.br/portal/documentos>>. Acesso em: setembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Campus de Feira de Santana: Projeto Pedagógico de Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade**. Cruz das Almas, 2013b. Disponível em:  
<<http://www.ufrb.edu.br/portal/documentos>>. Acesso em: setembro de 2015.

VELOSO, Jorge. **Candomblé de rua: o Bembé de Santo Amaro**. Salvador: Casa das Palavras; Fundação Casa de Jorge Amado, 2011.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. v. 1. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

\_\_\_\_\_. **A Bahia no século XVIII**. v. 2. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual (*Concepts of identity and difference*, 1997). In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Petrópolis: Editora Vozes, [2000] 2012, p. 7-72.

## 2. NOTÍCIAS (JORNAIS E REVISTAS)

A CATÁSTROFE de Santo Amaro. **A Tarde**, Salvador, 25 de junho de 1958, capa.

A REBELIÃO frustrada. **VEJA**, São Paulo, Editora Abril, 13 de fevereiro de 1980, p. 68-70.

A ZELADORA da memória de Santo Amaro da Purificação. **Correio da Bahia**, Salvador, 04 de abril de 2000, p. 5.

ALÉM de Salvador: com investimentos em hotéis e monumentos restaurados, o Recôncavo volta ao mapa da Bahia. **VEJA**, São Paulo, Editora Abril, 4 de março de 1998, p. 60-61.

BETÂNIA: do seu vôo livre do carcará ao brilho intenso de seu “drama-luz da noite”. **VEJA**, São Paulo, Editora Abril, 03 de outubro de 1973, p. 86-91.

BOLO mal dividido. **Notícias da Bahia**, abril de 1999, p. 13.

CHEGAM mais alimentos a Santo Amaro. **A Tarde**, Salvador, 17 de maio de 1989, p. 3.

CHUMBO grosso: crianças, as novas vítimas da baiana COBRAC. **VEJA**, São Paulo, Editora Abril, 15 de outubro de 1980, p. 60.

EM FOCO nossa cultura: Ninho Nascimento entrevista Robertinho Chaves. **O Trombone**. Santo Amaro, maio de 2012, p. 4-5.

ENCHENTE de Santo Amaro afetou 1.300 famílias. **A Tarde**, Salvador, 13 de junho de 1985, p. 3.

FALTOU organização na Lavagem de Santo Amaro. **A Tarde**, Salvador, 31 de janeiro de 1983.

FESTAS e inaugurações no dia maior de Stº Amaro. **A Tarde**, Salvador, 16 de junho de 1981.

GIRÃO, Eduardo Tristão. **O dom de Dona Canô ficou aqui**. 26 de dezembro de 2012. Disponível em: <[http://www.dzai.com.br/eduardogirao/blog/blogdogirao?tv\\_pos\\_id=120617](http://www.dzai.com.br/eduardogirao/blog/blogdogirao?tv_pos_id=120617)>. Acesso em: agosto de 2015.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ministro Gilberto Gil lança Casa de Samba de Roda em Santo Amaro – Bahia**. 2006. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1674/ministro-gilberto-gil-lanca-casa-de-samba-de-roda-em-santo-amaro-%E2%80%93bahia>>. Acesso em: dezembro de 2014.

LAVAGEM de Santo Amaro teve clima de Carnaval. **A Tarde**, Salvador, janeiro de 1985.

LAVAGEM da Purificação perdeu motivação original. **A Tarde**, Salvador, 12 de janeiro de 1996.

LEGENDÁRIA do Recôncavo: Santo Amaro da Purificação nasceu carcada de credices e superstições típicas da região. **Correio da Bahia**, Salvador, 10 de junho de 2001, p. 3-7.

LIMA FILHO, João Rodrigues de. Revisitando o Porto do Conde. **A Defesa**, 31 de março de 2001, p. 5.

\_\_\_\_\_. 43 Bembés depois... **A Defesa**, Santo Amaro, 8 de junho de 2001, p. 6.

LONGO, Victor. **Bahia lidera número de beneficiários do Bolsa Família no país.** Correio da Bahia, 24/04/2014. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/bahia-lidera-numero-de-beneficiarios-do-bolsa-familia-no-pais/?cHash=008b024356296eb58cb0373d6ceafa12>>. Acesso em: agosto de 2015.

MP quer fechar fábrica de papel em Santo Amaro. **A Tarde**, Salvador, sexta feira, 19 de julho de 1997, p. 3.

MUITO chumbo. **VEJA**, São Paulo, Editora Abril, 14 de dezembro de 1977, p. 59.

NÚCLEO de Estudos de Mineração da UFRB recebe espaço cedido pela SECULT. **Jornal Grande Bahia**, 02 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2015/02/nucleo-de-estudos-de-mineracao-da-ufrb-recebe-espaco-cedido-pela-secult.html>>. Acesso em: setembro de 2015.

ATRAÇÃO de verão. **Panorama da Bahia**. Feira de Santana: 13 de março de 1987, p. 24-25.

PEDREIRA, Tute. Os esquecidos dos bondes. **A Defesa**, Santo Amaro, 25 de março de 2003, p. 7.

PREFEITURA desapropria Recreio para resolver problema da Candolândia. **A Defesa**, Santo Amaro, 9 de agosto de 2003.

PREFEITURA faz pavimentação da Siderúrgica para transferir a Feira. **A Defesa**, Santo Amaro, 15 de março de 2004, p. 3.

PREFEITURA de Santo Amaro. **Programa da Festa da Purificação**. Santo Amaro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Uma festa inesquecível**. Santo Amaro, 2004.

\_\_\_\_\_. **Famílias recebem caixas de isopor para trabalhar na Festa da Purificação**. Santo Amaro, 23 de janeiro de 2014. Disponível em: <<https://prefeiturasantoamaro.wordpress.com/2014/01/23/familias-recebem-caixas-de-isopor-para-trabalhar-na-festa-da-purificacao/>>. Acesso em: abril de 2015.

\_\_\_\_\_. **Entrega de Carrinhos para trabalhadores ambulantes de Santo Amaro**. Santo Amaro, 1º de maio de 2014. Disponível em: <<https://prefeiturasantoamaro.wordpress.com/2014/05/01/entrega-de-carrinhos-para-trabalhadores-ambulantes-de-santo-amaro/>>. Acesso em: abril de 2015.

\_\_\_\_\_. **Festa da Purificação: Entrega de isopores para ambulantes**. Santo Amaro, 23 de janeiro de 2015. Disponível em: <<https://prefeiturasantoamaro.wordpress.com/2015/01/23/festa-da-purificacao-entrega-de-isopores-para-ambulantes/>>. Acesso em: abril de 2015.

\_\_\_\_\_. **Mais de 300 pessoas já atualizaram o cadastro do Programa minha Casa Minha Vida em Santo Amaro**. Santo Amaro, 25 de março de 2015. Disponível em: <<https://prefeiturasantoamaro.wordpress.com/2015/03/25/mais-de-300-pessoas-ja-atualizaram-o-cadastro-do-programa-minha-casa-minha-vida-em-santo-amaro/>>.

Acesso em: abril de 2015.

\_\_\_\_\_. **Festa da Purificação:** Pratas da casa que valem ouro. Santo Amaro, 2015.

PROGRAMA Bolsa Escola vai beneficiar mais de três mil crianças. **A Defesa**, Santo Amaro, 1º de maio de 2001, p. 4.

PROMOTORA acusa Inpasa de causar graves prejuízos ao ecossistema em Santo Amaro. **A Tarde**, Salvador, 15 de agosto de 1998, p. 6.

SALVE 14 de junho, a data magna da Cidade. **A Defesa**, Santo Amaro, 14 de junho de 2003, p. 3.

SAMBA e água-de-cheiro na lavagem de Stº Amaro. **A Tarde**, Salvador, 28 de janeiro de 1980.

SANTO AMARO teme nova tragédia. **A Tarde**, Salvador, 11 de maio de 1991.

SANTOS, Luan. **Um terço na Bahia depende do Bolsa Família**. *A Tarde on line*, 22/12/2012. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1474640-um-terco-na-bahia-depnde-do-bolsa-familia>>. Acesso em: agosto de 2015.

SIMON, Gustavo. **Livro traz “saber familiar” e receitas caseiras de Dona Canô**. Folha de São Paulo, São Paulo, 06 de maio de 2015. Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www1.folha.uol.com.br/comida/2015/05/1623757-livro-traz-saber-familiar-e-receitas-baianas-e-caseiras-de-dona-cano.shtml>>. Acesso em: agosto de 2015.

SOUZA, Édio. Um retrospecto oportuno. **A Defesa**, Santo Amaro, Ontem e hoje, 15 de março de 2004, p. 2.

SUPERINTENDÊNCIA de desenvolvimento industrial e comercial. **Grupo Penha aumenta produção de embalagens na Bahia**. 2013. Disponível em: <<http://www.sudic.ba.gov.br/Noticia.aspx?n=278>>. Acesso em: abril de 2014.

UM TERÇO na Bahia depende do Bolsa Família. **A Tarde**, Salvador, 22 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/materias/1474640-um-terco-na-bahia-depnde-do-bolsa-familia>>. Acesso em: abril de 2014.

UMA CIDADE que quer viver de turismo. É Santo Amaro. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 06 de novembro de 1971, p. 6.

USINA Santo Amaro fecha e responsabiliza governo. **O Globo**, Rio de Janeiro, sexta feira, 1º de fevereiro de 1980, p. 23.

### 3. ENTREVISTAS

BABALORIXÁ I. Entrevista semiestruturada [24/09/2014]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2014. 1 arquivo .wav (35 min. 30 seg.).

BARRAQUEIRA I. Entrevista semiestruturada [29/01/2013]. Entrevistador: Shanti

Nitya Marengo. Santo Amaro, 2013. 1 arquivo .wav (8 min. 53 seg.).

BARRAQUEIRA II. Entrevista semiestruturada [29/01/2013]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2013. 1 arquivo .wav (13 min. 12 seg.).

BARRAQUEIRA III. Entrevista semiestruturada [03/08/2012]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012. 1 arquivo .wav (29 min. 29 seg.).

CAPOEIRA I. Entrevista semiestruturada [09/06/2012]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012. 1 arquivo .wav (32 min. 59 seg.).

CAPOEIRA II. Entrevista semiestruturada [16/08/2013]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2013. 1 arquivo .wav (1 h. 27 min 31 seg.).

CAPOEIRA III. Entrevista semiestruturada [15/07/2013]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2013. 1 arquivo .wav (29 min. 34 seg.).

COMERCIANTE I. Entrevista semiestruturada [03/08/2012]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012. 1 arquivo .wav (10 min. 07 seg.).

COMERCIANTE II. Entrevista semiestruturada [26/01/2013]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2013. 1 arquivo .wav (57 min. 55 seg.).

COMERCIANTE III. Entrevista semiestruturada [20/06/2014]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2014. 1 arquivo .wav (1 h. 21 min. 37 seg.).

COMERCIANTE IV. Entrevista semiestruturada [29/05/2012]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012. 1 arquivo .wav (31 min. 52 seg.).

COMERCIANTE V. Entrevista semiestruturada [26/11/2012]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012. 1 arquivo .wav (32 min. 36 seg.).

FEIRANTE I. Entrevista semiestruturada [26/11/2012]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012. 1 arquivo .wav (24 min. 09 seg.).

FEIRANTE II. Entrevista semiestruturada [26/11/2012]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012. 1 arquivo .wav (17 min. 24 seg.).

FEIRANTE III. Entrevista semiestruturada [19/08/2013]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2013. 1 arquivo .wav (12 min. 57 seg.).

FEIRANTE IV. Entrevista semiestruturada [23/09/2013]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2013. 1 arquivo .wav (18 min. 04 seg.).

FRANQUEADO I. Entrevista semiestruturada [20/05/2013]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2013. 1 arquivo .wav (10 min. 02 seg.).

FUNCIONÁRIO da Prefeitura I. Entrevista semiestruturada [16/05/2013]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2013. 1 arquivo .wav (33 min. 14 seg.).

FUNCIONÁRIO da Prefeitura II. Entrevista semiestruturada [15/05/2013].



Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2013. 1 arquivo .wav (1h. 20 min 05 seg.).

GERENTE Mineiro I. Entrevista semiestruturada [04/10/2012]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012. 1 arquivo .wav (16 min. 26 seg.).

GERENTE Mineiro II. Entrevista semiestruturada [27/11/2012]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012. 1 arquivo .wav (20 min. 59 seg.).

GERENTE Mineiro III. Entrevista semiestruturada [23/11/2012]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012. 1 arquivo .wav (47 min. 20 seg.).

PROVEDOR de Internet I. Entrevista semiestruturada [25/09/2014]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2014. 1 arquivo .wav (1 h. 16 min. 08 seg.).

PROVEDOR de Internet II. Entrevista semiestruturada [17/08/2013]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2013. 1 arquivo .wav (48 min. 34 seg.).

SAMBADEIRA I. Entrevista semiestruturada [03/10/2012]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012. 1 arquivo .wav (29 min. 06 seg.).

SAMBADEIRO II. Entrevista semiestruturada [06/10/2012]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012. 1 arquivo .wav (37 min. 16 seg.).

MORADOR da Candelândia. Entrevista semiestruturada [23/09/2014]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2014. 1 arquivo .wav. (56 min. 29 seg.).

TRABALHADORA do Terciário I. Entrevista semiestruturada [04/10/2012]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012. 1 arquivo .wav (26 min. 12 seg.).

TRABALHADOR do Terciário I. Entrevista semiestruturada [14/09/2012]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012. 1 arquivo .wav (17 min. 39 seg.).

TRABALHADOR de Trecho I. Entrevista semiestruturada [02/08/2012]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012. 1 arquivo .wav (1 h. 14 min. 10 seg.).

TRABALHADOR de Trecho II. Entrevista semiestruturada [03/08/2012]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012. 1 arquivo .wav (25 min. 57 seg.).

TRABALHADOR de Trecho III. Entrevista semiestruturada [10/06/2012]. Entrevistador: Shanti Nitya Marengo. Santo Amaro, 2012. 1 arquivo .wav (53 min. 34 seg.).

## ANEXOS

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DA ENTREVISTA PELO ENTREVISTADO

Pelo presente instrumento, eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do RG \_\_\_\_\_, e abaixo assinado, autorizo, graciosamente, o aluno (a) \_\_\_\_\_, portador (a) do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, orientado pelo Professor Doutor \_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, e abaixo assinado, a utilizar minha entrevista e meu nome, a serem veiculados, primariamente, no material em texto desenvolvido como tese acadêmica, ou ainda destinados à inclusão em outros projetos acadêmicos, sem limitação de tempo ou de número de exibições. Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a entrevista concedida no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, pelo aluno (a) supracitado, da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD (“compact disc”), CD ROM, CD-I (“compact-disc” interativo), “home video”, DAT (“digital audio tape”), DVD (“digital video disc”), rádio, radiodifusão, televisão aberta, fechada e por assinatura, bem como sua disseminação via Internet, independentemente do processo de transporte de sinal e suporte material que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exibições, no Brasil e/ou no exterior, através de qualquer processo de transporte de sinal ou suporte material existente, ainda que não disponível em território nacional, sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual. Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor da série de que trata o presente, o aluno poderá dispor livremente da mesma, para toda e qualquer modalidade de utilização, por si ou por terceiros por ela autorizados para tais fins. Para tanto, poderá, a seu único e exclusivo critério, licenciar e/ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, no Brasil e/ou no exterior, a título gratuito ou oneroso, seus direitos sobre a mesma, não cabendo a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Santo Amaro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 201\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do professor orientador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do aluno pesquisador



**ROTEIRO DE ENTREVISTA – NÚCLEO COMUM A TODOS OS ENTREVISTADOS.**

Entrevista a ser realizada para compor pesquisa de doutorado em processo, de Shanti Nitya Marengo, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências da UFBA.

1. Qual o seu nome?
2. Qual a sua idade?
3. O(a) sr./sra. é natural de que cidade?
4. O(a) sr./sra. mora em que cidade atualmente?

Se mora em Santo Amaro:

- 4.1. Onde?
- 4.2. Há quanto tempo mora?
- 4.3. Sempre morou?

Se sim:

- 4.3.1. Em que lugares de Santo Amaro morou antes desse?
- 4.3.2. Por que mudou?

Se não:

- ‘4.3.1. Em que cidades morou antes de Santo Amaro? Por quê?
- ‘4.3.2. Por que mora em Santo Amaro hoje?

Se não mora em Santo Amaro:

- ‘4.1. Em qual município mora hoje?
- ‘4.2. Já morou em Santo Amaro?

Se sim:

- 4.3.1. Onde?
- 4.3.2. Quanto tempo morou?
- 4.3.3. Por que mudou?

Se não:

- ‘4.3.1. O que está fazendo aqui (em Santo Amaro) hoje? Por quê?



**ROTEIRO DE ENTREVISTA – MÓDULO ESPECÍFICO  
BARRAQUEIRO(A)**

Módulo da entrevista a ser realizada com barraqueiros(as) para compor pesquisa de doutorado em processo, de Shanti Nitya Marengo, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências da UFBA.

1. O(a) sr./sra. foi convidado(a) para estar no evento (festa)?

Se sim:

1.1. Quem te convidou? Como? Por quê?

Se não:

‘1.1. Quem o(a) senhor(a) procurou para estar no evento? Como? Por quê?

2. Qual tipo de proposta o(a) senhor(a) desenvolve? Por quê? Explique.

3. O(a) senhor(a) é representante de algum empresa ou movimento social?

Se sim:

3.1. Qual?

3.2. Por que o(a) senhor(a) o representa? Por quê?

3.3. O(a) senhor(a) está recebendo apoio para estar no evento?

Se sim:

3.3.1. Qual tipo de apoio? Quem dá? Qual(is) instituição(ões) ou indivíduo(s)? Descreva.

Se não:

‘3.3.1. Descreva como obtem suporte para estar no evento.

Se não:

Próxima pergunta.

4. Sempre vem nesse evento?

Se sim:

4.1. Por que?

Se não?

‘4.1. Por que veio dessa vez?

5. Vai em outros eventos além desse?

Se sim:

5.1. Quais? Por quê?

Se não:

‘5.1. Por quê?

6. O(a) senhor(a) desempenha outras atividades além desta?

Se sim:

6.1. Quais atividades? Onde?

Se não (se for apenas barraqueiro):

‘6.1. Onde mais você é barraqueiro?

7. Desde quando o(a) senhor(a) é barraqueiro?

8. O(a) senhor(a) já desempenhou outras atividades além dessas?

Se sim:

8.1. Quais atividades? Onde? Como? Por quê?

Se não:

Próxima pergunta.

9. Além do(a) senhor(a), alguém mais da sua família é barraqueiro(a)?

Se sim:

9.1. Quem? Foi essa pessoa que o apresentou a atividade?

Se não:

‘9.1. Quem o apresentou à atividade?

10. Onde o(a) senhor(a) adquire os produtos que vende? Como? Descreva o processo que envolve a aquisição da mercadoria que vende.

Se a aquisição de sua mercadoria envolve um fornecedor:

10.1. Como o(a) senhor(a) o conheceu? Como o fornecedor em questão entrega a mercadoria? Quando?

Se a aquisição da mercadoria envolve seu envolvimento na produção da mesma:

‘10.1. Como o(a) senhor(a) a produz? Onde? Como?

‘10.2. Como aprendeu a produzi-la?

11. Tem empregados?

Se sim

11.1. Onde eles moram?

Em outro município que não Santo Amaro:

11.1.1. Onde?

Em Santo Amaro:

‘11.1.1. Onde moram em Santo Amaro?

11.2. Quais foram os critérios para empregá-los?

Se não

Próxima pergunta.

12. Pra qual município o(a) senhor(a) vai quando precisa suprir alguma necessidade cotidiana (saúde, lazer) mais diferenciada? Por quê? Explique.